



Relatório de Atividades 2015

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Manuel Mateus Costa da Silva Couto | *Tenente-General Comandante-Geral*

COORDENAÇÃO

Paulo Jorge Alves Silverio | *Tenente-Coronel de Infantaria*

CONCEPÇÃO E REDAÇÃO

(DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS)

Miguel Ângelo Reis Alves Amorim | *Major de Administração Militar*

FOTOGRAFIAS

Divisão de Comunicação e Relações Públicas





NOTA PRÉVIA

Manuel Mateus Costa da Silva Couto
Tenente-General
COMANDANTE-GERAL

Volvido mais um ano, chegou o momento desenvolver uma cuidada reflexão sobre a intensa atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana no período a que se reporta o presente Relatório de Atividades.

Tal tarefa, numa Instituição secular com a dimensão ímpar da Guarda Nacional Republicana e de cuja ação dependem, em grande parte, a segurança e tranquilidade públicas, o regular funcionamento da sociedade e o bem-estar dos Portugueses, constitui um verdadeiro desafio e um exercício intelectual extremamente importante e fundamental para quem está empenhado em ser cada vez melhor e fazer cada vez mais.

Desenvolver tal análise de forma rigorosa e detalhada combinando o produto da ação com o esforço e os recursos despendidos, permite-nos realizar uma retrospectiva e recolher dados e ensinamentos vitais para a otimização do desempenho e da afetação, ou reafecção, dos recursos de que dispomos, essenciais para a projeção e planeamento da atividade futura.

O presente Relatório de Atividades consubstancia dessa forma um exercício de autorreflexão que nos exigiu uma grande capacidade de autocritica, refletindo o rigor e transparência – princípios comuns e indissociáveis de uma boa gestão pública - que tem caracterizado a forma de atuar da Guarda, numa firme ambição de sermos mais proficientes numa época de grande escassez de recursos.

Nesta conformidade, este relatório espelha o balanço de toda a atividade desenvolvida em 2015, através de um exercício de autoavaliação que incide, essencialmente, na análise à concretização dos objetivos previamente fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização e nos demais objetivos estabelecidos no Plano de Atividades de 2015, constituindo uma análise crítica, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, cuja execução foi permanente e rigorosamente acompanhada.

O resultado deste nosso esforço está plasmado no presente Relatório, cuja análise vos dará, estou seguro, uma clara perspetiva das imensas atividades que a Guarda levou a cabo no ano transato e, mais importante, da forma com utilizou, em prol da segurança de todos, os meios humanos, materiais e financeiros que o Governo da República lhe confiou.

Apesar dos constrangimentos de todos conhecidos, houve necessidade de apelar ao esforço e empenho acrescido de todos militares e civis que, de uma forma abnegada e profissional, diariamente servem o País na Guarda Nacional Republicana, sempre focada na Sociedade - que constitui o seu centro de gravidade estratégico, em especial, na orientação para o Cidadão e para as Instituições Democráticas, num continuado esforço de garantir «mais e melhor segurança para a prossecução do interesse público». É nesta capacidade ímpar de adaptação que reside o verdadeiro segredo da sua longevidade e da sua profunda ligação às populações, que nela sempre veem, como viram, o verdadeiro garante da sua segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

Os elevados índices de desempenho e competência alcançados, demonstram per si, no atual contexto económico-social, uma prova inequívoca da dinâmica e vitalidade institucional, corporizada em respostas adequadas e ajustadas a cada um dos novos problemas e desafios que nos têm sido colocados.

E se o produto operacional constitui o maior espelho da permanente dinâmica institucional, também a nível da gestão interna, da correta aplicação e da boa gestão dos recursos colocados à sua disposição, a Guarda vem constituindo um paradigma de modernidade, acolhendo e implementando integralmente as novas ferramentas e as novas metodologias, mesmo que a sua dimensão implique um esforço muito maior do que à generalidade das Instituições ou Organizações.

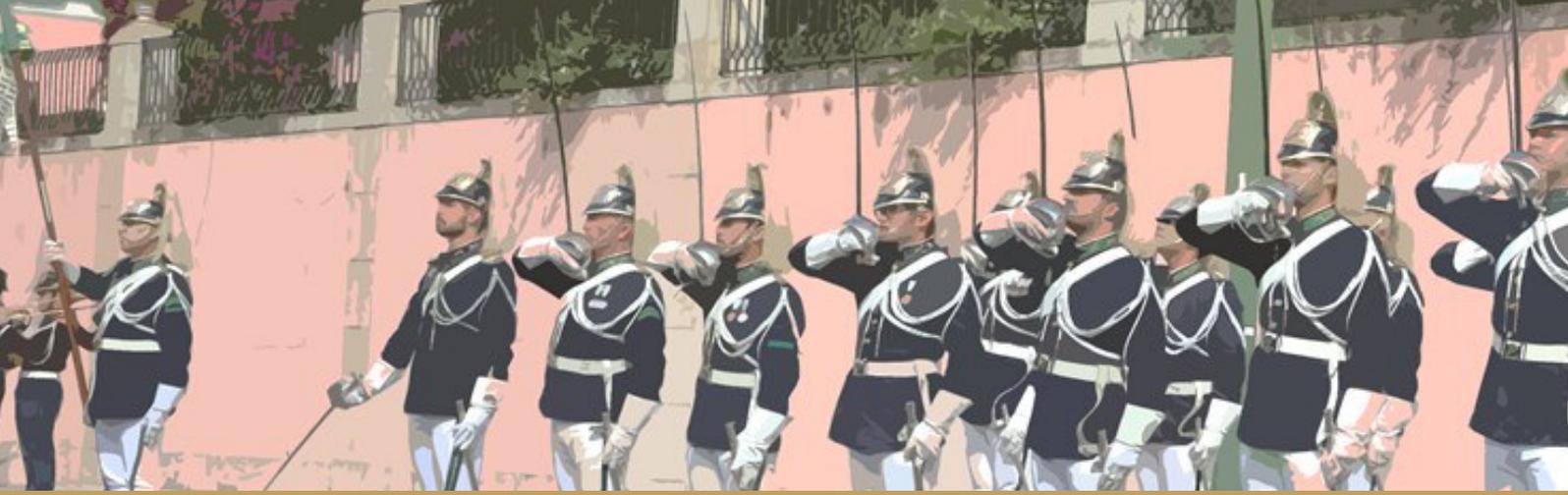
Na certeza de que tudo fizemos para melhor servir Portugal e os Portugueses, tanto no plano do desempenho operacional – *onde reforçamos a atuação e a proximidade e confiança mútua com os Cidadãos*, como também no plano da alocação e gestão eficiente dos recursos disponíveis, expresso publicamente a firme convicção, que a Guarda manterá a sua postura sóbria e determinada no cumprimento da sua missão. Orgulhosos do nosso passado, cientes do nosso valor e confiantes no futuro. É por Portugal e pelos portugueses que nos cabe cumprir o nosso dever, garantindo a segurança e a tranquilidade pública, elementos indispensáveis à existência de um estado de direito e de uma sociedade livre e democrática.

Bem hajam!



Tema de Capa

A ATUAÇÃO DA GUARDA
NO QUADRO DA AGÊNCIA FRONTEX:
UMA FORÇA PRÓXIMA, HUMANA E DE CONFIANÇA ALÉM FRONTEIRAS





ÍNDICE

15	Capítulo I NOTA INTRODUTÓRIA
41	Capítulo II ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO
65	Capítulo III AUTOAVALIAÇÃO
223	Capítulo IV RECURSOS INTERNOS
245	Capítulo V BALANÇO SOCIAL
251	Capítulo VI AVALIAÇÃO FINAL
259	Capítulo VII ANEXOS

A1 — AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO
A2 — PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS
A3 — PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
A4 — MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
A5 — BALANÇO SOCIAL 2015



GLOSSÁRIO

AD	Avaliação de Desempenho
ANOG	Associação Nacional de Oficiais da Guarda
ANSGNR	Associação Nacional de Sargentos da Guarda
AOG	Associação dos Oficiais da Guarda
AP	Administração Pública
APG	Associação Sócio-profissional da Guarda
ARS	Administrações Regionais de Saúde
ASOR	Associação Sindical dos Oficiais dos Registos e Notariado
ASPIG	Associação Sócio-profissional Independente da Guarda
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAAC	Curso de Atualização e Aperfeiçoamento em Investigação Criminal
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CARI	Comando de Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CEC	Curso Específico de Cavalaria
CEDD	Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina
CF	Classificação Funcional
CFG	Curso de Formação de Guardas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CHAVE	Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível da EUROGENDFOR
CLS	Contratos Locais de Segurança
CO	Comando Operacional
CPA	Código de Procedimento Administrativo
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPCB	Curso de Promoção a Cabo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CPSA	Curso de Promoção a Sargento Ajudante
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSG	Conselho Superior da Guarda
CTAFMI	Centro de Treino e Aprestamento de Forças para Missões Internacionais
CTER	Comando Territorial
D.R.	Diário da República
DAC	Destacamento de Ação Conjunta
DAF	Destacamento de Ação Fiscal
DCC	Destacamento de Controlo Costeiro
DCQI	Divisão de Controlo da Qualidade e Inovação
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas



DCSI	Direção de Comunicações e Sistemas de Informação
DD	Direção de Doutrina
DF	Direção de Formação
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
DGE	Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGO/MF	Direção-Geral do Orçamento/Ministério das Finanças
DGV	Direção-Geral de Veterinária
DHCG	Divisão de História e Cultura da Guarda
DI	Direção de Informações
DIE	Direção de Infraestruturas
DIC	Direção de Investigação Criminal
DJD	Direção de Justiça e Disciplina
DO	Direção de Operações
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DRF	Direção de Recursos Financeiros
DRH	Direção de Recursos Humanos
DRL	Direção de Recursos Logísticos
DSAD	Direção de Saúde e Assistência na Doença
DSEPNA	Direção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
DT	Destacamento Trânsito
DTERR	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
EII	Equipas de investigação e inquérito
EMA	Empresa de Meios Aéreos
EP	Esquadrão Presidencial
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
EUROGENDFOR	Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia
FCAAT	Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Trânsito
FF	Fonte de Financiamento
FFAA	Forças Armadas
FR	Formação em Fiscalização Rodoviária
FRTAAT	Formação sobre Resposta Tática a Incidentes com Armas de Fogo em Estab. de Ensino
FTP	Formação Técnica e Policial
GGCC	Gabinete do General Comandante-Geral
GHE	Grupo de Honras de Estado
GIC	Grupo de Intervenção Cinotécnica
GIOP	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPO	Gestão por Objetivos
GS	Grupo de Segurança



IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção-Geral da Guarda
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
IGF	Inspeção-Geral das Finanças
INA	Instituto Nacional de Administração, IP.
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
JSS	Junta Superior de Saúde
LAOS	Sistema de Controlo de Costa
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
LPIEFS	Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MSU	<i>Multinational Specialized Unit</i>
NAT	Núcleos de Apoio Técnico
NCS	Núcleo Comércio Seguro
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NICAV	Núcleo de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação
NIS	Núcleo Idosos em Segurança
NMUME	Núcleo Mulher Menor
NPE	Núcleo de Programas Especiais
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
NTP	Núcleo Técnico-Pericial
ONU	Organização das Nações Unidas
OOTW	<i>Other Operations Than War</i>
OSCD	Órgãos Superiores de Comando e Direção
OSCE	<i>Organization for Security and Cooperation in Europe</i>
OTAN	Organização Tratado Atlântico Norte
PJ	Polícia Judiciária
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PTER	Posto Territorial
QREN	Programa Operacional Fatores de Competitividade
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAFE	Reforma Administrativa e Financeira do Estado
RAMMGNR	Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa



SAMMGNR	Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCOT	Sistema de Contraordenações de Trânsito
SEE	Setor Empresarial do Estado
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SFETC	Secção de Formação Específica e Treino de Cavalaria
SFT	Secção de Formação e Treino
SGBD	Sistema Gestor de Base de Dados
SGG	Secretaria-Geral da Guarda
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho da Administração Pública
SIADMGNR	Sistema de Avaliação de Desempenho dos Militares da GNR
SIC	Sistema de Informação Contabilística
SIGLOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPESS	Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIIOF	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIISPA	Sistema Integrado de Informação sobre Perdidos e Achados
SINAVIF	Sistema Nacional de Vigilância Florestal
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SIS	Serviço de Informação e Segurança
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa
SNCP	Sistema Nacional de Compras Públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOIRP	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas
SQE	Sistema de Queixa Eletrónica
SRF	Secção de Recursos Financeiros
SRH	Secção de Recursos Humanos
SRL	Secção de Recursos Logísticos
SSI	Sistema de Segurança Interna
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TAS	Taxa de Álcool no Sangue
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSP	<i>Tourist Support Patrol</i>
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UAS	Unidade de Apoio de Serviços
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
UTIS	Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis





Capítulo I

NOTA INTRODUTÓRIA



I. NOTA INTRODUTÓRIA

O atual quadro de reformas assume a rutura com uma Administração Pública essencialmente burocrática, fruto do primado do Direito, dando lugar a uma nova visão, orientada para a «Gestão da Administração Pública» alicerçada na performance dos resultados, na sua economia, eficiência, eficácia e, sobretudo, em padrões de qualidade e excelência, conceitos que até então apenas se utilizavam nas instituições privadas ou em instituições do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Neste contexto de uma Nova Gestão Pública, despertou a preocupação de dotar as organizações públicas de conceitos, instrumentos, práticas e lógicas de gestão com créditos firmados no mundo empresarial, que culminou com a adoção na AP de uma cultura baseada na Gestão por Objetivos e cujo instrumento estratégico de medição da performance assenta no SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Administração Pública, considerado o pilar fundamental da Reforma da Administração e da Gestão Pública portuguesa.

O Plano e o Relatório de Atividades constituem, em tal contexto, dois pilares fundamentais e complementares do enquadramento e controlo da atuação das organizações, sem os quais não é possível, nas organizações modernas, garantir uma gestão eficiente à semelhança do que acontece nas organizações modernas.

Se através do Plano de Atividades se define a estratégia, se hierarquizam as opções, se programam as ações e se afetam e mobilizam os recursos disponíveis, para que se possam cumprir a missão e as múltiplas atribuições de uma forma eficiente, o Relatório de Atividades relata todo um percurso efetuado na gestão dos recursos, em função da missão e atribuições, com identificação dos desvios relativamente a todas as atividades programadas no início do ciclo de gestão anual, mediante uma avaliação circunstanciada da eficiência, eficácia e economicidade das medidas adotadas e dos resultados atingidos. Assim se permite estruturar um conjunto de informação de gestão relevante para o futuro próximo da organização.

O presente Relatório de Atividades, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, e do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, assente na nova estrutura definida pelo Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços, enquadra e realça as atividades da GNR no que concerne à gestão económico-financeira desenvolvida no ano 2015, com o objetivo de avaliar os resultados das ações definidas no Plano de Atividades, encerrando ainda uma vincada preocupação no que diz respeito à performance e aos resultados de Autoavaliação.

A elaboração do Relatório de Atividades, numa instituição com uma dimensão ímpar, pela implantação a nível nacional e multiplicidade de atribuições e valências, especialmente quando a sua atividade é exercida num quadro de contenção e rigor orçamental, é uma tarefa complexa, difícil e simultaneamente estimulante.

Com a apresentação deste Relatório, é encerrado o ciclo de planeamento e gestão das atividades desenvolvidas pela Guarda no ano transato, o qual permite identificar os desfasamentos entre o que foi programado e o que foi efetivamente realizado, bem como analisar e avaliar os desvios verificados, permitindo que, no futuro, se otimizem as ações a desenvolver, visando a prossecução da estratégia delineada por esta Força de Segurança.

O presente Relatório e a autoavaliação que o integra, embora seguindo, no essencial, o esquema definido pela Tutela, não podem deixar de refletir a dimensão da Guarda Nacional Republicana, o vasto leque das suas atribuições, a multiplicidade de ações desenvolvidas e o importante papel da Instituição, através dos militares e civis que nela servem, para o reforço da segurança, da liberdade e da justiça, tanto em Portugal como além fronteiras.

Evidenciam-se, assim, os resultados alcançados e os desvios verificados, explicitam-se os recursos humanos, financeiros e materiais que a Guarda teve ao seu dispor para o cumprimento da missão e apresenta-se, de forma clara e simples, a informação relevante sobre as atividades e os projetos desenvolvidos, nos termos do Plano aprovado, sem perder de vista os constrangimentos referidos e tendo como pano de fundo a consciência dos efeitos decorrentes da crise financeira e económica bem como das profundas transformações a que a Guarda foi sujeita, por força da implementação e consolidação da sua nova Lei Orgânica, que operou a maior alteração à estrutura e ao modelo de funcionamento da Instituição, ao longo dos seus 105 anos de existência com a atual denominação.



I.A. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

1. ORIGEM E HISTÓRIA

1.1. GUARDA REAL DE POLÍCIA

A Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada, em 1801, pelo Príncipe Regente D. João, sob proposta do Intendente da Polícia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, toma por modelo a *Gendarmerie* francesa (1791). Idênticas organizações militares surgem posteriormente na Europa: a *Marechaussee* na Holanda (1814), os *Carabinieri* em Itália (1814), a *Gendarmerie Nationale* na Bélgica (1830) e, mais tarde, a *Guardia Civil* em Espanha (1844).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército, como tropa de linha. A sua composição inicial (642 homens e 227 cavalos) revela-se a breve trecho insuficiente para o cabal cumprimento da Missão, na área geográfica a que está adstrita. Apesar de alguns pequenos aumentos de efetivos em anos seguintes, socorre-se frequentemente da ajuda de patrulhas dos Regimentos de Cavalaria e de Infantaria, aquartelados na Capital. Superando aquela dificuldade estrutural, o Marechal General Beresford procede, em 1810, à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia, articulando-a em 10 Companhias de Infantaria e 4 de Cavalaria, num total de 1.326 homens e 269 solípedes, ficando instalada no Convento do Carmo a 7.ª Companhia de Infantaria.

A exemplo da Guarda Real da Polícia de Lisboa, são criadas a Guarda Real da Polícia do Porto e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro.

1.2. GUARDA MUNICIPAL

Em fins de maio de 1834, na sequência da guerra civil, D. Pedro, assumindo a regência em nome de sua filha D. Maria II, dissolve as Guardas Reais da Polícia de Lisboa e Porto. Porém, cerca de um mês depois, cria a Guarda Municipal de Lisboa, com idênticas características. No ano seguinte surge a Guarda Municipal do Porto. Ambas as Guardas, sofrendo, como as anteriores, de falta de meios humanos, tentam colmatá-la com uma rigorosa seleção de pessoal, em todos os escalões de comando.

Em 1868, as duas Guardas são colocadas sob um comando único - o Comando-Geral das Guardas Municipais - sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa, sendo-lhes introduzidas alterações de organização, de molde a compatibilizá-las com a organização do Exército, em matéria de disciplina e promoções. No que à Segurança Pública respeita, continuam subordinadas ao Ministério do Reino.

1.3. GUARDA REPUBLICANA

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório, que, a título transitório - enquanto não se organiza a Guarda Nacional Republicana, como "um Corpo de Segurança Pública para todo o país"-, determina a criação, em Lisboa e no Porto, de Guardas Republicanas, sem qualquer alteração fundamental relativamente às suas antecessoras. Tratou-se de uma mera alteração de nome, de molde a fazer ressaltar o cariz do regime emergente.

O pessoal das antigas Guardas transitou maioritariamente para as novas Guardas. O Comando-Geral permaneceu no Carmo, em Lisboa, e a sua subordinação continuou como do antecedente.

1.4. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A Guarda Nacional Republicana (GNR) foi criada a 3 de maio de 1911, «para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção das propriedades públicas e particulares de todo o país», conforme se dispunha no artigo 1.º do Decreto com força de Lei, publicado no Diário do Governo do dia seguinte.



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Nos termos do disposto no artigo 1º da sua atual Lei Orgânica (LOGNR) - Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro -, a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.



GUARDA REAL DE POLÍCIA
10 de Dezembro de 1801



GUARDA MUNICIPAL
Maio de 1834



GUARDA REPUBLICANA
12 de Outubro de 1910



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
3 de Maio de 1911

A circunstância de a GNR ser integrada por militares organizados num corpo especial de tropas, permite compreender que ela colabore na execução da política de defesa nacional e, bem assim, coopere com as Forças Armadas, no âmbito das missões que lhe forem cometidas (Cfr. alínea i) nº2 artigo 3 LOGNR).

Na verdade, esta situação não é inédita, sendo idêntica à que se passa, por exemplo, com a *Guardia Civil*, em Espanha, a *Gendarmerie Nationale*, em França, a *Marechaussee*, na Holanda, ou os *Carabinieri*, em Itália.

Dada a sua natureza militar, a GNR encontra-se sujeita a uma dupla dependência:

- Do membro do Governo responsável pela área da administração interna;
- Do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento, na medida que as suas forças são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência (Cfr. artigo 2.º da LOGNR).

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, pelo que se considera mais correto designá-la por Força Militar de Segurança.



Figura 1– Dupla dependência ministerial



2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

2.1. AMBIENTE INTERNO

2.1.1. DEFINIÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

2.1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos da sua Lei Orgânica¹, a Guarda Nacional Republicana é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas”, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial, dependendo “do membro do Governo responsável pela área da administração interna”. As suas Forças “são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

Para além da sua Lei Orgânica, do seu Regulamento de Disciplina, Regulamento Geral do Serviço, Estatuto e Regulamento de Avaliação do Mérito dos seus militares, constituem traves mestras do enquadramento jurídico-constitucional da Guarda, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Segurança Interna, a Lei da Organização da Investigação Criminal, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Apesar de ter, ao longo da sua história, sofrido os reflexos diretos dos períodos de crise ou de ameaça à ordem e à segurança nacionais, vendo aumentados ou diminuídos os seus efetivos, com variações de amplitude da ordem dos 8 mil militares, a Guarda manteve-se, contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, nomeadamente a sua organização militar e a dupla dependência governamental, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, e a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a Guarda encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, constituindo-se assim como uma Instituição numa posição de charneira, entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR é uma força especialmente apta a cobrir, em permanência, todo o espectro da conflitualidade, em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais e nas mais diversas situações, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao tempo de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, como externo.

Em situação de normalidade, a Guarda executa, fundamentalmente, as missões típicas de polícia, embora, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, lhe possam ser cometidas missões militares.

Em situações de estado sítio ou de emergência, face à sua natureza, organização, equipamento, armamento e formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição, entre as Polícias e as Forças Armadas, caracterizando-consolidando a sua posição como uma Força de Segurança de Natureza Militar.

¹ Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro

De igual modo, num mundo em mudança, em que as novas ameaças fazem esbater os limites entre a segurança interna e a segurança externa, a polivalência e as mais-valias da Guarda tornam-se ainda mais evidentes, colocando a Instituição na primeira linha da resposta nacional em matéria de Segurança e Defesa.



Figura 2– Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo seu dispositivo de quadrícula (que ocupa todo o território nacional), pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas. De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas «*crisis response operations*» (anteriormente designadas por OOTW - “*Other Operations Than War*” - Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição às fases de manutenção e consolidação da paz, em complemento das Forças Armadas, com principal relevância para as fases pós-conflito, mas também as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.

2.1.3. MISSÃO LEGAL

No âmbito, dos sistemas nacionais de segurança e proteção, a GNR tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei. A área sob responsabilidade da Guarda é atualmente de cerca de 94% do território nacional (86.597.4 Km²), na qual residem cerca de 53,8% da população portuguesa (5.756.027 habitantes).

2.1.4. ATRIBUIÇÕES

Constituem atribuições da Guarda²:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;

² Artigo 3.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



- Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Constituem, ainda, atribuições da Guarda:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;



- Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;
- Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

2.1.5. MISSÕES PARCELARES

Das atribuições da Guarda decorrem as seguintes missões parcelares:

MISSÕES POLICIAIS

Compreende as missões de Polícia Criminal e de Polícia Administrativa Geral e Especializada, onde, por sua vez, as ações são desenvolvidas, com vista a assegurar a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada e a garantir a segurança e ordem públicas, a fiscalização e ordenamento da circulação rodoviária, o combate às infrações fiscais-aduaneiras e a vigilância das fronteiras.

Polícia Criminal:

Como Órgão de Polícia Criminal, a Guarda desenvolve um conjunto de ações que visam prevenir a criminalidade em geral e efetuar as diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, e a sua responsabilidade e efetuar as conseqüentes detenções.

Polícia Administrativa:

Neste âmbito, a Guarda desenvolve todo um conjunto de atividades com vista a garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

É pois muito amplo e variado o campo de atuação dos militares da Guarda Nacional Republicana, abrangendo, praticamente, todas as possíveis infrações de natureza administrativa, não obstante a existência, nalguns serviços administrativos, de órgãos com competências policiais (inspeção e fiscalização) específicas.

No âmbito da Polícia Administrativa, destacam-se ainda os seguintes tipos de missões específicas, para algumas das quais a Guarda dispõe de unidades ou forças especializadas:



- Segurança e Ordem Pública;³
- Fiscalização e Ordenamento da Circulação Rodoviária;⁴
- Polícia Fiscal e Aduaneira;⁵
- Proteção da Natureza e do Ambiente.⁶

MISSÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO

As missões de proteção e socorro são desempenhadas por todas as Unidades da Guarda e inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade.

Nestas circunstâncias, a Guarda, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, pode executar as seguintes missões:

- Isolar e garantir a manutenção da Lei e da Ordem nas áreas afetadas;
- Garantir o controlo do tráfego, a abertura de corredores de emergência e o controlo de acesso às áreas afetadas;
- Coordenar as operações de movimentação das populações;

3 Neste tipo de missões englobam-se todas as ações, com emprego de efetivos mais ou menos volumosos, que visam garantir a segurança e tranquilidade públicas e o restabelecimento da ordem quando alterada. Estas ações são realizadas pelas forças locais da Guarda, muitas vezes, pelas simples patrulhas dos Postos Territoriais, por forças empenhadas nas guardas de guarnição e por forças de intervenção dos Comandos Territoriais ou da Unidade de Intervenção. Está incluído nesta atividade, o denominado Serviço de Guarnição, que se determina pela segurança permanente ou eventual de inúmeros Edifícios Públicos, Altas Entidades e Estabelecimentos Prisionais. Neste âmbito, a Guarda executa Operações Estáticas de Segurança e Escoltas. Nestas últimas, destacam-se as realizadas aos movimentos de valores do Banco de Portugal, a obras de arte ou a pessoas. No que se refere à Ordem Pública, a necessidade de a manter ou restabelecer, abarca problemas complexos e melindrosos, que se escalonam desde a simples rixa de aldeia, que normalmente é resolvida pronta e eficientemente pelos limitados efetivos do Posto local da Guarda Nacional Republicana, até às situações que, para controlo ou dispersão de manifestações volumosas, organizadas e agressivas, determinam a intervenção e o empenhamento de efetivos numerosos, articulados em unidades táticas especializadas, por vezes em conjunto com outras forças policiais. Compete ao Comandante de qualquer força da Guarda utilizar todos os meios ao seu alcance, ditados pelo bom senso, pela proporcionalidade e pela prudência, para dissuadir os amotinados, persuadi-los a dispersar e restabelecer a ordem.

4 As ações de fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, pelas quais se visa, em primeiro lugar, garantir a segurança dos utentes das estradas do País, são desempenhadas em todo o território continental pelas Unidades nas suas respetivas zonas de ação e por uma unidade especializada da Guarda - a Unidade Nacional de Trânsito (UNT).

5 Sem embargo do cumprimento da missão geral, existe uma unidade especialmente vocacionada para o cumprimento da missão fiscal e aduaneira - a Unidade de Ação Fiscal. À GNR, como órgão de polícia fiscal aduaneira, compete a fiscalização, o controlo e o acompanhamento de mercadorias sujeitas ao regime aduaneiro, bem como a instrução de processos de contraordenação por infrações fiscais e aduaneiras, a aplicação das respetivas coimas e a realização de quaisquer diligências solicitadas pelas autoridades judiciárias.

6 A proteção e defesa do meio ambiente, da fauna e da flora, contra as agressões de que são vítimas, constantes e quase sempre impunes, criaram no homem moderno uma sensibilidade crescente para as questões ecológicas e ambientais.

Procurando dar resposta a mais este desafio, a Guarda criou o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), instituindo no seio das suas Unidades Territoriais, equipas especializadas, dotadas de meios humanos e materiais adequados à vigilância, deteção e tratamento policial das infrações praticadas contra a natureza e o meio ambiente.



- Definir e implementar, em colaboração com as autoridades civis, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro em situação de emergência;
- Colaborar nas ações de mortuária;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres;
- Coordenar as ações tendentes a permitir a movimentação de pessoas e bens através das fronteiras;
- Colaborar nas ações de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta às populações, cedendo, sempre que necessário e possível, meios humanos e materiais;
- Efetuar buscas de pessoas soterradas ou desaparecidas, com recurso às suas equipas cinotécnicas especializadas para este tipo de missões.

Mais recentemente, com a criação do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS), a GNR viu esta área da missão significativamente desenvolvida e qualificada, especialmente no âmbito da primeira intervenção em fogos florestais.

MISSÕES HONORÍFICAS E DE REPRESENTAÇÃO DE ESTADO (HONRAS MILITARES)

Consistem na prestação de Guardas e Escoltas de Honra, a Altas Entidades nacionais, a Altas Entidades estrangeiras em visita ao nosso País e aos embaixadores entre nós acreditados, abrangendo, ainda, a representação nacional no estrangeiro, em cerimónias militares.

Integram-se também nestas missões honoríficas, as guardas aos edifícios onde funcionam e se alojam os principais Órgãos de Soberania do Estado, como a Presidência da República, a Assembleia da República e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

São desempenhadas pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), constituída pelo Esquadrão Presidencial, pela Subunidade de Honras de Estado e pela Subunidade de Segurança, para além da Charanga a Cavalos e da Banda da Guarda.

MISSÕES MILITARES

Como Corpo Militar que é, desde as suas mais remotas origens, a Guarda, em situações de crise ou guerra, está apta a passar, em qualquer momento, ao controlo operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos consignados na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, a cumprir determinadas missões militares, ordenadas através do seu Comandante-Geral.

Para o efeito, as Unidades de Infantaria e de Cavalaria da Guarda, podem articular-se para o combate, respetivamente, em subunidades de atiradores e subunidades de reconhecimento a cavalo e motorizado.

Sublinha-se que o facto do conhecimento que o efetivo da Guarda tem do terreno, das populações e das infraestruturas existentes, poder constituir um excelente apoio para as forças empenhadas em operações militares no território nacional, para além das valências que pode acrescentar às Forças Nacionais destacadas em operações militares de apoio à paz, onde as características e qualificações da GNR são cada vez mais indispensáveis nos modernos Teatros de Operações.



As missões militares que podem ser confiadas à Guarda são, principalmente, as seguintes: ações táticas limitadas de defesa e ataque; missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; ações no âmbito da segurança da área de retaguarda; ações de contraguerrilha como força de quadrícula; ocupação e defesa de pontos sensíveis; combate de ruas; lançamento de patrulhas de reconhecimento, de ligação e de contra-infiltração; ações no âmbito do controlo de danos; controlo das populações, de refugiados e de transviados; e fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto.

MISSÕES INTERNACIONAIS

Decorrente das relações internacionais, multilaterais ou bilaterais estabelecidas pela Instituição, diretamente ou através da tutela, podemos, genericamente, dividir o espectro do envolvimento da Guarda, no plano internacional, em missões de gestão civil de crises, de paz e humanitárias e em missões de cooperação técnica e operacional.

No que concerne às primeiras, mercê da sua dupla característica, militar e policial, a GNR está apta a desempenhar um alargado conjunto de missões e tarefas no âmbito das denominadas Operações de Apoio à Paz, que podem ir desde as missões militares, em complemento ou em cooperação com as FFAA, às missões puramente de polícia.

Neste âmbito, a participação da GNR iniciou-se em 1995, no embargo à ex-Jugoslávia, realizado no rio Danúbio, através da presença de um Oficial. Ainda no mesmo ano, em Angola, tomou parte na UNAVEM II, tendo empenhado meios sucessivamente na UNAVEM III e na MONUA, com um contingente que incluiu, para além do 2º Comandante da CIVIPOL, cerca de 65 observadores.

Já no ano 2000, pela primeira vez na sua história, a Guarda projetou para o estrangeiro uma força autossustentada, de escalão Companhia, para a missão de paz em Timor, constituindo-se na Força de Intervenção Rápida da UNTAET.

Em 2003, a Guarda volta a projetar uma força para uma missão de manutenção de paz. O Subagrupamento ALFA integrou-se na Multinational Specialized Unit (MSU) da Brigada Garibaldi das Forças de Coligação no Iraque (Portaria 1164/2003, de 10 setembro, 2ª Série).

Ao abrigo da Resolução n.º 1745, de 22 de fevereiro de 2007, do Conselho de Segurança da ONU, a GNR, no âmbito da UNMIT, reforçou o Subagrupamento Bravo, que se encontrava presente em Timor desde a Resolução n.º 1704, de 25 de agosto de 2006, com as missões de policiamento, segurança física e proteção das instalações e pontos sensíveis, operações anti-insurreição, operações de busca e salvamento, captura de indivíduos perigosos e policiamento de áreas sensíveis.

No final de 2007, a Guarda deu início à sua participação na missão militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA). Tratou-se de uma missão no âmbito da EUROGENDFOR, contribuindo a Guarda com um Pelotão de ordem pública, uma Equipa de investigação criminal e cinco militares para o Quartel-General da Força, integrando uma IPU (Integrated Police Unit), composta, no seu conjunto, por duas Companhia de ordem pública, uma Unidade de Investigação, uma Unidade de Apoio Logístico e um Quartel-General. Adicionalmente, a Guarda assumiu, em obediência a um critério de rotação acordado entre os países participantes, diversos lugares de comando/chefia na missão, incluindo o comando da IPU, o comando das Companhias de ordem pública e o comando da Unidade de investigação criminal.

Já no final de 2010, iniciaram-se os preparativos para a participação da Guarda numa missão da NATO, neste caso no Afeganistão. Em março de 2011 foi projetada a primeira equipa de formadores e assessores da Guarda para Wardak, onde vêm colaborando no esforço internacional de criação e implementação do maior centro de formação de polícia do Afeganistão e o único de dimensão nacional.



Paralelamente, a Instituição vem marcando presença em múltiplas outras missões, quer sob a égide da União Europeia quer sob a da Organização das Nações Unidas, através de participações individuais, em locais tão distantes como o Haiti, a Geórgia ou Timor-Leste.

No quadro da cooperação técnico-policial com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a GNR vem assegurando a realização de múltiplas ações de formação e de assessoria técnica, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Guarda vem, ainda, tomando parte em múltiplas atividades no quadro da cooperação policial Europeia, envolvendo a participação em Grupos de Trabalho e outros fóruns, a presença permanente em algumas Instituições Europeias, como a Europol, e a participação ativa em atividades operacionais comuns, destacando-se, pela dimensão do empenhamento, as Operações coordenadas pela FRONTEX.

Quanto à cooperação a nível multilateral, destaca-se a participação da Guarda na Associação FIEP e na EUROGENDFOR, de cujos destinos foi responsável em 2012, ao acumular as presidências das duas organizações.

ASSOCIAÇÃO FIEP

A Associação FIEP integra Forças de tipo *Gendarmerie* e Polícias Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar, tendo sido criada em 12 de Maio de 1994, pela *Gendarmerie Nationale* Francesa, pela *Arma dei Carabinieri* Italiana e pela *Guardia Civil* Espanhola. Muito embora a Guarda Nacional Republicana apenas tenha integrado a referida Associação no ano de 1996, Portugal é considerado como um dos Países fundadores, como se pode verificar no próprio nome, que consiste num acrónimo composto pelas iniciais dos quatro Países (França, Itália, Espanha e Portugal – FIEP).

Posteriormente, aderiram as Forças da Turquia (1998), Holanda (1999), Marrocos (1999), Roménia (2002), Chile (2005), Argentina (2005), Jordânia (2010) e Qatar (2012) - os *Carabineros* do Chile, a *Gendarmería Nacional* da Argentina e a Força de Segurança Interna do Qatar (*Lakhwiya*) gozam do estatuto de Membros Associados. Detêm estatuto de observadores desde 2015 as Forças da Tunísia e da Palestina.

A Presidência da Associação FIEP é assegurada pelos vários Países Membros, em regime de rotatividade anual. Neste contexto, durante o ano de 2012, coube à Guarda assegurar a Presidência Portuguesa, tendo sido responsável por conduzir o processo de adesão da *Lakhwiya*, que culminou com a sua entrada formal para a Associação FIEP durante a Cimeira de Comandantes e Diretores realizada em Sintra, no dia 17 de Outubro.

O principal objetivo da Associação FIEP é promover a cooperação e a troca de conhecimentos, boas práticas e experiências entre as Forças de Segurança de natureza militar dos Países que a integram.

Anualmente, para além da Cimeira de Comandantes e Diretores, ocasião em que são tomadas as decisões de alto nível e definidas as linhas diretrizes para o ano que se segue, é promovido o intercâmbio de alunos entre as Escolas e Academias das Forças e são organizadas reuniões de trabalho, das Comissões de Novas Tecnologias e Logística, Assuntos Europeus, Organização dos Serviços e Recursos Humanos, assim como um Seminário Internacional.

Encontram-se, atualmente, a decorrer os processos de adesão das Forças da Moldávia, da Ucrânia e do Brasil, sob condução da atual Presidência Romena da Associação.

EUROGENDFOR (Força de *Gendarmerie* Europeia)

A Força de *Gendarmerie* Europeia (EUROGENDFOR) é uma iniciativa de cinco países da União Europeia (Portugal, Espanha, França, Itália e Holanda), todos com forças de segurança de natureza militar, visando contribuir para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e de Defesa e para dotar a Europa com



uma maior capacidade para conduzir operações de gestão de crises, no âmbito das Conclusões dos Conselhos Europeus de Santa Maria da Feira e de Nice.

Animados de tal objetivo, os países referidos, potenciando as mais-valias das suas Forças de Segurança com estatuto militar, decidiram criar uma Força multinacional, operacional, pré-estruturada (modular), robusta, com capacidade de reação rápida (800 elementos, no prazo de 30 dias, número este que poderá chegar aos 2300), dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, em especial missões de Substituição. A respetiva "Declaração de Intenções" foi assinada em 17 de setembro de 2004, em Noordwijk (Holanda), tendo o Tratado que institui a EUROGENDFOR sido assinado em Velsen (Holanda), em 18 de outubro de 2007.

As Forças da EUROGENDFOR, constituídas para cada missão, têm capacidade para atuar em todas as fases da resposta a uma crise, desde a intervenção militar até à transferência de responsabilidades para as autoridades civis locais ou para uma organização internacional. Estão aptas a desenvolver, em tal contexto e no âmbito de um mandato internacional, todo o espectro de tarefas de polícia, designadamente missões de restabelecimento e manutenção da ordem pública, investigação criminal, vigilância e recolha de informações, controlo de tráfico de ilícitos, polícia de fronteiras, proteção e segurança de pessoas e bens e formação de formadores e de oficiais de polícia.

A EUROGENDFOR está, prioritariamente, à disposição da União Europeia, embora possa atuar mediante requisição e mandato da ONU, da OSCE, da OTAN ou de outras organizações internacionais.

A EUROGENDFOR participou na Missão Militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA), na qual assegurou a componente policial da Missão, na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas no Haiti), garantindo a contribuição da UE para a situação de insegurança pós sismo, e na missão de formação da OTAN no Afeganistão (*NATO Training Mission – Afghanistan*), constituindo o pilar fundamental na formação e capacitação das forças de polícia afegãs.

No quadro da UE, a EUROGENDFOR participa na missão Missão EUCAP Sahel Mali e na Missão EUFOR CAR, na República Centro Africana, e encontra-se em preparação a sua participação na Missão EUBAM Rafah. Já no âmbito das Nações Unidas, a EUROGENDFOR encontra-se a preparar a sua contribuição para a MINUSCA. Por fim, participará, no contexto da NATO, na Operação *Resolute Support*, no teatro do Afeganistão, em continuidade do trabalho desenvolvido no antecedente.

Após a recente concessão do estatuto de Membro à Polónia, que antes era Parceira, a par da Lituânia, integram a EUROGENDFOR, como Membros, para além da Guarda Nacional Republicana, a *Guardia Civil* de Espanha, a *Gendarmerie Nationale* de França, a *Arma dei Carabinieri* de Itália, a *Koninklijke Marechaussee* da Holanda, a *Jandarmeria Româna* da Roménia e a *Gendarmerie Militar Polaca*. A Turquia mantém o Estatuto de Observador e participa nas iniciativas e atividades da Força através da *Jandarma Turca* e a Lituânia constitui-se como Parceira da EUROGENDFOR, através do Serviço de Segurança Pública Lituano.

O Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) é o órgão responsável pelo controlo político e pela direção estratégica da Força de *Gendarmerie Europeia* (EUROGENDFOR), estando-lhe atribuídas, entre outras, as seguintes competências:

- Assegurar a coordenação político-militar entre os países participantes e, quando apropriado, entre estes e os demais países que venham a contribuir para as missões da Força;
- Nomear o Comandante da EUROGENDFOR e o Presidente do Conselho Financeiro;
- Aprovar a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chave deste;
- Aprovar o programa e os objetivos anuais de formação, no âmbito da EUROGENDFOR;



- Decidir sobre a participação da EUROGENDFOR em missões, definindo o seu enquadramento e dando diretivas gerais;
- Designar os Comandantes das Forças, estabelecer o envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de Comando e aprovar a estrutura do Quartel-General e a participação de outros países nas missões;
- Decidir sobre os pedidos de adesão à EUROGENDFOR, bem como sobre a atribuição dos Estatutos de Observador e de Parceiro;
- Analisar e decidir sobre os pedidos de cooperação com a EUROGENDFOR;
- Aprovar o orçamento anual relativo ao funcionamento Quartel-General Permanente e as principais ações de natureza administrativo-financeira.

Têm assento no CIMIN representantes dos Ministérios que tutelam as Forças que integram a EUROGENDFOR e dos Ministérios responsáveis pela política externa dos respetivos países. Portugal é representado no CIMIN pelos Ministérios da Administração Interna (através do representado pelo Comandante-Geral da GNR) e dos Negócios Estrangeiros.

O Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR está localizado em Itália, na cidade de Vicenza. Tem um efetivo de 36 Oficiais e Sargentos das diferentes Forças, sendo Comandado pelo Comandante da EUROGENDFOR, atualmente de nacionalidade Espanhola. A sua missão é, essencialmente, de planeamento operacional, monitorizando cenários de possível atuação, prevendo possíveis modalidades de intervenção e estabelecendo ligação entre os Países e as Organizações Internacionais que tutelam as missões.

2.1.6. ÂMBITO TERRITORIAL⁷:

As atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o Território Nacional e no mar Territorial. No caso de competência atribuídas simultaneamente à GNR e à Polícia de Segurança Pública, as áreas de responsabilidade são definidas por Portaria do Ministro da Tutela, e revistas periodicamente.

Fora da área de responsabilidade territorial definida, nos termos do ponto anterior, a intervenção da Guarda depende do pedido de outra força de segurança, de ordem especial ou de imposição legal, nomeadamente, no que diz respeito ao estipulado pelo Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS.

Em algumas áreas específicas é cometida à Guarda a responsabilidade de atuação em todo o Território Nacional, nomeadamente, em matéria de âmbito fiscal e aduaneiro e de proteção da natureza e ambiente, mas também no que diz respeito à primeira intervenção em missões de proteção e socorro. Sempre que específica e legalmente mandatada para o efeito, a Guarda pode ainda prosseguir a sua missão fora do Território Nacional, tanto na vertente de atuação puramente militar, como na vertente policial, nas diversas dimensões de polícia geral, gestão de crises, ambiente, área fiscal e aduaneira, e proteção e socorro.

Em 2008 verificou-se um reajustamento relevante na delimitação das áreas territoriais à responsabilidade da Guarda e da Polícia de Segurança Pública. Atualmente, a Guarda tem responsabilidade territorial sobre de 94% do Território Nacional (86.597.4 Km²), na qual residem cerca de 53,8% da população (5.756.027 habitantes).

⁷ Artigo 5.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



Em épocas festivas ou nos meses de Verão, pela movimentação das populações para os locais festivos ou zonas balneares a percentagem da população nas áreas de responsabilidade da Guarda sobe consideravelmente.

No âmbito rodoviário a Guarda detém à sua responsabilidade a quase totalidade da rede viária nacional (cerca de 97% do Território Nacional, dos quais 99,1% das autoestradas, 96,4% das estradas nacionais e 92,3% das estradas municipais).

A Guarda detém ainda uma vasta responsabilidade no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, que se estende a toda a orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas.

Por referência ao dispositivo e implantação territorial, a que se alia um conjunto diversificado de competências específicas e capacidades operacionais, é a Guarda uma força de segurança, de natureza militar, especialmente vocacionada para atuar em todo o espectro de prevenção e conflitualidade, servindo de forma próxima e desde modo, se legitimando junto da população, através da confiança das populações.

2.1.7. ESTRUTURA ORGÂNICA

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprovou a nova Orgânica da Guarda, determinou uma profunda alteração estrutural desde Corpo Especial de Tropas, substituindo o Estado-Maior do Comando-Geral por três Comandos Funcionais (para as áreas operacional, administração de recursos internos e doutrina e formação), transformando as unidades em novas unidades alicerçadas em critérios de especialização e extinguindo um escalão de comando, a Brigada Territorial.

Nesse sentido foram criados os Comandos Territoriais de âmbito Distrital e Regiões Autónomas (Madeira e Açores), as Unidades Especializadas (Unidade Nacional de Trânsito, Unidade de Ação Fiscal e Unidade de Controlo Costeiro), a Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), a Unidade de Intervenção e Reserva (Unidade de Intervenção) e o Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda).



Figura 3– Estrutura orgânica da GNR



2.1.8. ENQUADRAMENTO NACIONAL

DEPENDÊNCIAS

Nos termos da sua atual Lei Orgânica, a Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional no que respeita à uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

LIGAÇÕES FUNCIONAIS PARA A EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA GUARDA

Para o cumprimento da sua missão, a Guarda mantém ligações funcionais com vários departamentos do Estado ou outras instituições, entre as quais avulta a dependência funcional das Autoridades Judiciárias, instituída pelo Código de Processo Penal.

Entre as demais ligações, destacam-se as seguintes:

LIGAÇÕES FUNCIONAIS	ENTIDADES
Âmbito Policial (Polícia Administrativa, Geral e Especializada)	Ministérios responsáveis pelas áreas da Justiça e das Finanças, dos Espetáculos e das Artes, das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo e das Florestas, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e outras Forças e Serviços de Segurança e, de um modo geral, todas as Autoridades Públicas e Autarquias Locais.
Âmbito das Atribuições de Proteção e Socorro	Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Cruz Vermelha Portuguesa e o Instituto Nacional de Emergência Médica.
Âmbito das Atribuições Honoríficas	Ministério dos Negócios Estrangeiros - Protocolo do Estado
Âmbito Militar	Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Estados-Maiores dos Ramos

Figura 4– Estrutura orgânica da GNR

Assim, da conjugação destes dois preceitos e com recurso também a outra legislação avulsa, com especial destaque para o Regulamento Geral do Serviço da Guarda, pode-se afirmar que a Missão da GNR se reparte, fundamentalmente, pelas áreas da Segurança, da Proteção e da Defesa Nacional, ou seja, pelo cumprimento de missões e tarefas policiais, militares e de proteção e socorro.



2.2.AMBIENTE EXTERNO

Sem prejuízo de uma análise e reflexão mais pormenorizada, apresentam-se a seguir um conjunto de aspetos que caracterizam a envolvente externa à Guarda Nacional Republicana.

Atualmente, já não é possível estabelecer fronteiras entre segurança interna e externa. A dimensão holística e a desterritorialização das ameaças são agora os novos paradigmas de todas as estratégias de combate à insegurança. A globalização acelerada estende as ameaças e os problemas à escala planetária.

Após os ataques terroristas de Nova Iorque, de Madrid e de Londres, assiste-se a uma redefinição das estratégias de segurança, para fazer face a uma nova tipologia de ameaças, caracterizadas pelo esbater dos limites entre os conceitos de segurança interna e segurança externa. Assim, a abordagem do conceito de segurança começa a ser efetuada numa perspetiva alargada, abrangendo não só a indispensável dimensão da defesa, mas incluindo, também, outros domínios como os da política, economia, diplomacia, transportes e comunicações, educação e cultura, saúde, ambiente, ciência e técnica. Procura-se, por um lado, evidenciar a cooperação e a solidariedade entre os vários setores, como elementos essenciais, e, por outro lado, fazer face a riscos e ameaças que ocorram à escala global.

Com efeito, o conceito de Segurança alargou-se, assim, a áreas “não-tradicionais”, como o tráfico de droga e de seres humanos, o crime organizado, os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios desregulados e as catástrofes naturais ou tecnológicas, entre outras, que outrora não eram consideradas no âmbito das políticas de segurança dos Estados e das organizações internacionais.

Na verdade a crescente globalização que se vem verificando na atualidade, caracterizada pela complexidade e multiplicidade de atores e relações sociais, a que corresponde uma premente densificação do conceito de segurança, exige, de modo permanente, da Guarda Nacional Republicana uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens, assegurando a proteção da sociedade como um todo. Este desafio, de sempre, no atual ambiente de governança da segurança, constitui uma preocupação de todos e deve ser um pressuposto inegável do planeamento institucional, nos quadros de resposta nacional e internacional.

Por seu turno, a crise económica e o crescimento do fosso entre ricos e pobres, faz aumentar o número de excluídos e marginais da sociedade, criando condições para a eclosão de conflitos e convulsões sociais graves.

De igual modo, cada vez mais extensas regiões do globo entram em crise social, que, evoluindo amiúde para convulsões e guerras internas, obrigam a Europa a, cada vez mais, intervir no exterior. Portugal e, consequentemente a Guarda não pode ficar alheio a tal resposta e vê, também, desviados significativos recursos humanos e materiais para tais missões, designadamente através das participações em missões internacionais com forças constituídas.

Paralelamente, a crise de valores nas sociedades modernas, com reflexos no coração da estrutura social, o aumento da mutabilidade e o crescente grau de exigência dos cidadãos, fruto de uma maior consciência da cidadania, tornam mais difícil e complexo o papel de quem tem funções de autoridade. Exigem mais conhecimento, novas abordagens, recurso às novas tecnologias e grande flexibilidade e mobilidade.

Pelo contexto internacional em que Portugal se insere, importa ainda referir a permeabilidade das fronteiras, que se traduz numa livre circulação de pessoas, bens e informação, que carrega para o ambiente de segurança inúmeros perigos e ameaças, aproximando as dimensões externa e interna, global e local, que devem conferir à atuação policial um necessário alargamento da área de influência.

O atual contexto da segurança interna caracteriza-se, entre outros aspetos, pelo aumento de algumas categorias de criminalidade (violenta e organizada) e pela crescente mediatização de tudo o que tem a ver com o crime, a polícia e a justiça, originando que o sentimento de insegurança dos cidadãos seja muito superior ao que seria expectável face à realidade criminal do nosso país, cujo combate constitui um dos desafios fundamentais das sociedades modernas.



Na senda, as forças de polícia de natureza militar assumem-se como inegável mais-valia, ao desempenharem a função de forças de charneira, entre as restantes forças e serviços de segurança civis e as Forças Armadas.

Por referência ao largo espectro de intervenção da Guarda, consolidado nas atribuições legais e área de responsabilidade policial, urge a necessidade de continuarem a ser desenvolvidos esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao avanço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção e à aposta em novos processos de coordenação e de cooperação, no plano interno ou ao nível das relações com outros atores e sistemas internacionais, com a finalidade de providir para melhor servir.

Existem, por isso, fatores críticos e ameaças para a segurança individual e coletiva da sociedade portuguesa que se traduzem em novas exigências de reorganização, de flexibilidade e de atuação das forças de segurança, destacando-se as seguintes:

- Crescente possibilidade de manifestações e outras ações de protesto, com repercussões na segurança e na tranquilidade públicas;
- Assimetrias de desenvolvimento regional e a existência de aglomerados periféricos das grandes cidades;
- Concentração sazonal de grandes massas humanas nos espaços turísticos;
- Dimensão dos problemas ambientais;
- Novas formas de criminalidade transnacional (tráfico de drogas e de seres humanos, contrabando, descaminho e imigração clandestina), potenciada pelas crescentes dificuldades na vigilância da fronteira marítima e pela desestruturação do modelo de fronteiras nacionais;
- A permanente evolução das tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, associadas à globalização, servem de desígnio às complexas organizações dedicadas ao crime e ao terrorismo sem fronteiras, reclamando a cooperação europeia e crescente participação de Portugal em missões internacionais.

Este novo ambiente de segurança, caracterizado por novos desafios decorrentes da atual conjuntura económico-financeira, social, tecnológica, ambiental e mesmo político-legal, obriga a um posicionamento inequívoco da Guarda na arquitetura dos sistemas de segurança, proteção e defesa nacionais. Tal, associado a uma necessidade de legitimação social das atuações, pugna por uma forma habitual de moldar estruturas, atitudes e procedimentos, perspetivando os grandes desígnios que redundam nas causas da falta de segurança de modo geral, que quando não são as reais razões, potenciam o sentimento de insegurança.

Nesta senda, a atitude de qualquer instância de controlo formal não pode deixar de ser sagaz e oportuna, aberta à mudança e à adoção das medidas necessárias no âmbito dos conceitos, no plano das estruturas e dos processos, que perspetivem uma resposta mais eficaz aos desafios que se colocam num mundo em profunda alteração de paradigmas. Consequentemente, para fazer face à complexidade do atual ambiente de segurança e às exigências de índole social, económica e informacional do mundo contemporâneo, a Guarda deve guiar-se pela premissa da constante abertura à mudança, ciente de que tanto ao nível da genética organizacional, como no campo estrutural e operacional, a ideia de transformação deve ser uma constante.

Um dos principais desígnios do Comando da Guarda é sedimentar a Instituição como uma referência, através da valorização do vetor humano e da gestão do conhecimento, conjugando esforços que permitam fomentar a coesão institucional, promover a proximidade junto das populações, motivar todos os que integram quadros militares e civis e, na sequência, orientar os objetivos estratégicos, também pela dignificação das funções, em referência à disponibilidade decorrente da condição militar, como fator distintivo para o exercício da atividade policial, que deve ser compensada. Importa, assim, num processo de gestão que se prevê exigente, que seja adotado um conjunto de medidas capazes de garantir a completa articulação entre o Ministério da Administração Interna, a Guarda Nacional Republicana e as demais Forças e Serviços de Segurança, para que as estratégias e as ações a empreender sejam todas realizadas, rentabilizando os recursos disponíveis.



3. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E FATORES DISTINTIVOS

Face às atribuições que lhes estão cometidas, torna-se necessário que os serviços públicos identifiquem os serviços que prestam/fornecem e analisem a sua pertinência perante a mutação permanente em que a sociedade se encontra.

Pretende-se, pois, que os organismos respondam, com eficácia, às reais necessidades dos seus clientes, apelando, para o efeito, à capacidade de inovação e à criatividade dos seus profissionais, no sentido de detetarem novos produtos e serviços que vão ao encontro dos interesses dos utentes.

Neste sentido, os serviços devem questionar-se, permanentemente, numa perspetiva de reflexão, quanto:

- À validade do que fazem;
- À relação custo/benefício;
- À oportunidade do que produzem;
- Às potencialidades de que dispõem para a realização de novos produtos.

Deve evitar-se a preocupação de fazer por fazer e de cair em rotinas burocráticas, sem qualquer valor útil para a sociedade.

Neste sentido, a Guarda Nacional Republicana tem readaptado a sua missão, reformulando o que se encontra legalmente preceituado à realidade e às reais necessidades dos seus utentes.

3.1. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- Manter a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade e a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional e europeu;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira



- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas.

3.1.1. FATORES DISTINTIVOS

Dada a natureza da GNR, como força militar, esta aporta os seguintes fatores distintivos e/ou diferenciadores:

- **Choque:** Caracterizado pela capacidade de intervenção reforçada ou musculada na totalidade do espectro dos grandes eventos.
- **Massa:** Derivada da implementação territorial, da capacidade e de apoio mútuo entre unidades, o que permite uma rápida concentração de meios no local e no momento adequado.
- **Mobilidade:** Acentua a capacidade de projeção e de apoio logístico de forças em todo o Território Nacional.
- **Flexibilidade e Modularização:** Caracterizada pela capacidade de organização e de articulação de unidades constituídas, permitindo exponenciar a capacidade de manobra e a unidade de comando.
- **Prontidão, Disponibilidade e Disciplina:** Enraizados nos valores e nos deveres inerentes à condição militar.

Exercidos através das seguintes valências:

- **Intervenção Pesada:** Pela utilização de equipamento e armamento militar, bem como de outros meios especiais, dos quais se destacam os NRBQ (Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico).
- **Cavalaria:** Utilização, exclusiva, de forças a cavalo no patrulhamento preventivo e na manutenção e restabelecimento da ordem pública.
- **Cinotecnia:** Reconhecida credibilidade, a nível nacional e internacional, na área da formação e no empenhamento operacional dos meios cinotécnicos.
- **Trânsito e Segurança Rodoviária:** Pela existência de uma Unidade Nacional de Trânsito, altamente especializada no âmbito da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito.
- **Controlo de Fronteiras Externas:** Especialmente através da Unidade de Controle Costeiro, concretizada na vigilância e no patrulhamento e na interceção terrestre ou marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.
- **Fiscal e Aduaneiro:** Através da Unidade de Ação Fiscal, unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda.



- **Informação Criminal:** Elevada capacidade de recolha de informação, face à dispersão territorial do dispositivo.
- **Operações Especiais:** Através da resolução de incidentes tático-policiais, intervenção em ações de contraterrorismo, e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco.
- **Proteção da Natureza:** Combate às agressões ambientais e da natureza, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, uma vez que o seu dispositivo se encontra implementado a nível nacional.
- **Seguranças e Honras de Estado:** Através da proteção e segurança às instalações dos Órgãos de Soberania e pela prestação de honras de Estado.

4. PRINCIPAIS UTILIZADORES / DESTINATÁRIOS / INTERESSADOS (STAKEHOLDERS)

A identificação dos principais clientes, assume especial atenção e relevância na análise do ambiente externo, face à diversidade de atribuições da Guarda. Os *stakeholders*, enquanto pessoas, organizações ou grupos suscetíveis de influenciar ou ser influenciados, constituem-se como partes interessadas nas atividades desempenhadas e/ou nos resultados obtidos pela Guarda na condução da sua missão e das suas atribuições.

O estudo dos *stakeholders*, do qual se apresenta a matriz abaixo, procurou considerar a organização Guarda como pertencente a um sistema aberto, com múltiplas relações de influência, por se entender que estas não são autoindependentes ou autossuficientes.

Assim, identificados e analisados os interessados na atividade desenvolvida pela Guarda, ressalta a existência de pessoas ou de grupos específicos com interesse no produto final. Em face disso, e como se demonstra no quadro abaixo, após uma categorização de cada um dos intervenientes, é possível saber quem são os *stakeholders*, em função do seu nível de poder, que podem obstruir ou impedir o progresso da atividade, bem como quem são os que têm poder ou a influência para contribuir para o sucesso da Guarda.

Por outro lado, importa igualmente analisar os *stakeholders* à luz do seu nível de interesse, pois tal é fundamental para a definição da postura a adotar.

São, pois, estas influências mútuas nas relações existentes que vão atuar, direta ou indiretamente, na escolha da estratégia a ser implementada para a tomada de decisão.

Do vasto, complexo e diferenciado conjunto de *Stakeholders*, destacamos os cidadãos em geral, as entidades públicas, a Tutela – MAI, os Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que integram o mapa de efetivos de pessoal da Guarda e a comunicação social. Existindo outros, estes são os atores que mais interagem com a Guarda e relativamente aos quais a GNR deve ser vista como um interlocutor de competência, confiança e cooperação.

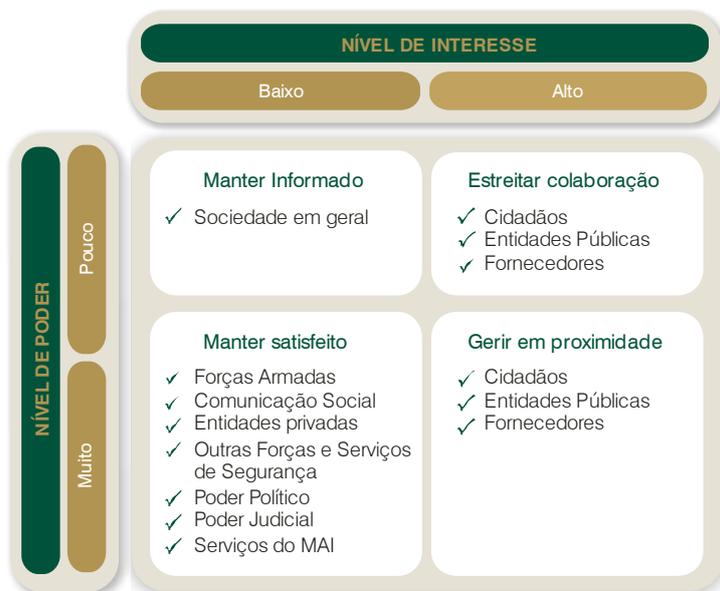


Figura 5 – Stakeholders



STAKEHOLDERS	CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE	
Internos	CCG/GNR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura Militar ▪ Comandante-geral da GNR 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperação sólida e de confiança ▪ Gestão eficaz e eficiente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Orientações específicas ▪ Persuasão e influência ▪ Interlocutor 	Elevado	Elevado	Elevado
	Oficiais, Sargentos, Guardas e Cíveis/GNR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficiais, Sargentos, Guardas e Cíveis que integram o Mapa de Pessoal da Guarda 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecimento profissional ▪ Progressão na carreira ▪ Bom ambiente de trabalho ▪ Orientações claras e precisas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprimento da missão ▪ Competência e empenho ▪ Espírito de missão ▪ Espírito de sacrifício ▪ Solidariedade e entajuda ▪ Disciplina e coesão militar 	Médio	Elevado	Elevado
	Associações Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associação dos Oficiais da Guarda (AOG) ▪ Associação Nacional de Oficiais da Guarda (ANOG) ▪ Associação Nacional de Sargentos da Guarda (ANSGNR) ▪ Associação Sócio-profissional da Guarda (APG) ▪ Associação Sócio-profissional Independente da Guarda (ASPIG) ▪ Associação Nacional de Guardas (ANAG) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diálogo ▪ Sensibilidade para com os assuntos apresentados ▪ Defesa dos interesses dos associados ▪ Melhores condições de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espírito crítico construtivo ▪ Lealdade e clareza ▪ Defesa dos interesses dos associados com objetivos atingíveis 	Médio	Médio	Elevado
Externos	Cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População residente ou em trânsito nas áreas à responsabilidade da Guarda 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garante da Segurança e do bem-estar ▪ Proteção ▪ Resposta pronta às solicitações ▪ Visibilidade e proximidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecimento do trabalho desenvolvido ▪ Colaboração 	Médio	Médio	Elevado
	Fornecedores de Bens e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fornecedores ▪ Prestadores de serviços 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprimento dos contratos ▪ Transparência de procedimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestação de serviços de qualidade ▪ Cumprimento das obrigações ▪ Flexibilidade 	Reduzido	Reduzido	Médio

STAKEHOLDERS	CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE	
	Entidades Públicas	<ul style="list-style-type: none"> Organismos Governamentais Tribunais Governadores Cívicos Autarquias Forças Armadas Outras entidades 	<ul style="list-style-type: none"> Competência Colaboração Confiança Cooperação estratégica 	<ul style="list-style-type: none"> Competência Colaboração Confiança Cooperação estratégica 	Médio	Elevado	Elevado
	Entidades Privadas	<ul style="list-style-type: none"> ONG Associações Clubes Outras 	<ul style="list-style-type: none"> Proficiência Colaboração Segurança e Proteção Resposta pronta às solicitações 	<ul style="list-style-type: none"> Colaboração Confiança Cumprimento dos compromissos 	Reduzido	Médio	Médio
Externos	Tutela – MAI	<ul style="list-style-type: none"> Decisor político Disponibiliza serviços partilhados Avaliador Inspeção Define orçamento Define Carta de Missão do Comandante-Geral Aprova QUAR/Objetivos Aprova o Mapa de Pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da missão e das diretivas e instruções Gestão criteriosa e racional dos recursos Prestação de um serviço de qualidade Cooperação estratégica Competência Disciplina Prontidão Lealdade 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de objetivos claros e exequíveis Disponibilização dos recursos necessários Defesa dos interesses institucionais e do pessoal Cooperação estratégica Apoio Reconhecimento 	Elevado	Elevado	Elevado
	Outras Forças e Serviços de Segurança Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> Polícia de Segurança Pública Polícia Judiciária Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo Serviços de Informações Outros 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação Confiança Partilha de Informação 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação Confiança Partilha de Informação 	Reduzido	Médio	Elevado
	Outras Forças e Serviços de Segurança Estrangeiros	<ul style="list-style-type: none"> Guardia Civil (Espanha) Gendarmerie Nationale (França) Arma dei Carabinieri (Itália) Royal Marechaussee (Holanda) Gendarmerie Romena Jandarman Turca Outros 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação Confiança Parcerias Formação 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação Confiança Parcerias Formação 	Reduzido	Médio	Elevado
	Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> Televisão Rádio Jornais Revistas Outros 	<ul style="list-style-type: none"> Colaboração Transparência Transmissão oportuna de informações 	<ul style="list-style-type: none"> Confiança Respeito Reconhecimento 	Médio	Elevado	Elevado

Figura 6 – Análise dos Stakeholders



5. METODOLOGIA

Este relatório possibilita, aos níveis mais elevados da hierarquia, uma visão integrada da atividade da Guarda desenvolvida em 2015, permitindo realizar uma avaliação global do desempenho das suas Unidades Orgânicas, face aos objetivos superiormente fixados.

A base documental a que se socorreu, para além da legislação que regula a organização e funcionamento da Guarda, contemplou ainda os seguintes elementos:

- Programa do XIX Governo Constitucional;
- Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 - XIX Governo Constitucional
- Relatório Anual de Segurança Interna – RASI 2014 - Orientações Estratégicas
- Orçamento de Estado para 2015;
- Proposta de Orçamento de Estado para 2015;
- Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto);
- Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de futuro;
- Objetivos Estratégicos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2012-2017.

A existência de um QUAR aprovado para o ano económico de 2015, permite a adoção de uma metodologia na elaboração do presente relatório de atividades, em moldes semelhantes à estrutura do plano de atividades para 2015, procedendo-se à divisão de Projetos/Atividades em concorrentes e não concorrentes para os objetivos operacionais, alinhados com os objetivos de nível estratégico, cuja vigência se estende a médio prazo (entre 3 a 5 anos).

O presente Relatório de Atividades foi elaborado em obediência ao Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, tendo por objetivo identificar projetos, atividades e ações programadas e desenvolvidas, no sentido do cabal cumprimento da missão e atribuições da Guarda, dando especial enfoque aos recursos utilizados para a sua concretização.





Capítulo II

ENQUADRAMENTO

ESTRATÉGICO

1. MISSÃO RESTABELECIDADA

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

2. CENTRO DE GRAVIDADE

O Centro de Gravidade Estratégico da Guarda é a Sociedade e incorpora:

- As **Pessoas** – focalizado nos Cidadãos;
- O **Território** – compreendendo de forma direta o Território Nacional e o mar territorial e, subsidiariamente, o espaço estratégico de interesse nacional conjuntural;
- Os **Movimentos** – determinados designadamente ao nível da utilização da rede viária e na orla costeira;
- As **Instituições Democráticas** – enquanto garante da Soberania do Estado, compete-lhe garantir o seu normal funcionamento, a sua segurança, representação e honras de Estado.



Figura 7 – Centro de Gravidade

3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

4. NÍVEL DE AMBIÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição de natureza militar, moderna, responsável e respeitada e, no âmbito das suas atribuições e na área geográfica de responsabilidade, constitui uma força de amplo espectro operacional,



presente e próxima que age de forma proactiva, integradora e orientada para a proteção dos Cidadãos, das Instituições Democráticas e dos seus bens, prevenindo e reprimindo a criminalidade, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de segurança, consolidando as sinergias criadas com a Sociedade, em especial com as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança nacionais e estrangeiras.

5. VALORES

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência.

Os valores a seguir apresentados têm como pressuposto fundamental a condição militar, que representa uma entrega total, pelo que encerra uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Ser-se militar é, mais do que uma profissão, uma condição.

Os valores Institucionais representam as crenças e convicções dominantes, constituindo-se como elementos motivadores para um esforço conjugado que representará unidade e coerência na prossecução do serviço público. Enquanto elemento singular no quadro do Sistema de Segurança Nacional - por sua vez composto pelos subsistemas de Segurança Interna; de Segurança do Estado (Serviços de Informações); de Proteção Civil e de Defesa Nacional – a Guarda Nacional Republicana constitui-se como uma Instituição verdadeiramente **ÚNICA**, caracterizada pela constância dos valores institucionais alinhados com esta unicidade.



Figura 8 – Valores

Entre outros, constituem valores institucionais:

- **União (Coesão)** – na relação de compromisso entre os seus membros para com a própria Instituição, no cumprimento da missão. A união entre os elementos da Instituição assegura a superação das dificuldades no cumprimento da missão, inexequíveis se a atuação decorrer de forma isolada;
- **Disciplina** – na exata observância das leis e regulamentos, bem como das ordens e instruções emanadas pela cadeia hierárquica em matéria de serviço, em obediência aos princípios inerentes à condição de militar;
- **Conhecimento e Inovação** – na aquisição de conhecimento essencial para um “desenvolvimento inteligente” vocacionado para a melhoria da segurança e liberdade dos Cidadãos, promovendo a inovação no



desenvolvimento da atividade policial, antecipando ameaças e riscos que comprometam os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados;

- **Competência e Isenção** – no saber agir consciente e reconhecido, sempre com *independência em relação a interesses ou a pressões de qualquer índole, implicando a mobilização, a integração e transferência de conhecimento, recursos e aptidões que agreguem valor à organização e aos seus elementos.*
- **Lealdade e Responsabilidade** – na obrigação do desempenho de funções em subordinação aos objetivos do serviço e na prossecução do interesse público, na absoluta observância das leis do Estado. No velar pelo seu cumprimento, no respeito pelas autoridades que têm por missão assegurar a execução dessas mesmas leis e na plena obediência às ordens por elas emanadas. A responsabilidade traduz-se no exercício responsável da autoridade, no compromisso perante a sociedade, moldando a atuação por critérios de rigor, transparência e isenção, aos quais se associa a presença constante de superiores padrões morais e éticos.

6. PRINCÍPIOS

Além dos valores institucionais, deve ainda a conduta institucional nortear-se, em permanência, pelos seguintes princípios:

- **Cultura Militar e de Segurança** – são as referências essenciais na atitude profissional de permanente aprendizagem para melhor servir o Cidadão em geral pugnano pelo estrito cumprimento dos deveres militares, segundo elevados padrões de disciplina, lealdade e espírito de camaradagem e disponibilidade que aglutinam a Instituição, fomentando o espírito de corpo;
- **Qualidade e rigor** – pela competência no serviço público de proximidade e permanente aprofundamento do conhecimento, constante avaliação de resultados e divulgação de boas práticas de prevenção e pro-atividade em busca da sublimidade;
- **Responsabilidade “accountability”** – como conduta ética e símbolo de responsabilidade objetiva perante a sociedade;
- **Transparência** – traduz-se na clareza, lisura e equidade como a Instituição desenvolve a atividade de prestação de um serviço público, procurando fortalecer a legitimidade social da sua ação, bem como o reconhecimento do seu valor estratégico nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- **Integridade Institucional** – por referência às pessoas, ao território, aos movimentos e às instituições democráticas, para alcançar:
 - A excelência, pela eficiência, eficácia e pioneirismo no serviço de segurança;
 - A cooperação, balizada pela ética, através da partilha de competências e ideias com os restantes atores;
 - A valorização das pessoas, pelo serviço direcionado às competências e capacidades individuais e pela realização pessoal dos militares e civis que servem na Instituição;
 - O comprometimento perante a sociedade, de modo resiliente em relação às atribuições legais institucionais, e para com os militares e civis que servem na Guarda em relação aos objetivos comuns, por referência a elevados padrões éticos e respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático.



Figura 9 – Princípios

7. DEONTOLOGIA MILITAR

Trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da condição militar, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não porém ao nível das prescrições legais, mas sim das exigências da sua natureza enquanto homem (cultura institucional e valores éticos).

CÓDIGO DE HONRA DO MILITAR DA GUARDA

- O militar da Guarda observa em todas as circunstâncias as características da condição militar e cumpre, rigorosa e responsabilmente, os seus deveres militares e estatutários.
- O militar da Guarda, como "soldado da lei", impõe-se à consideração, respeito e simpatia das populações, através de uma ímpele integridade de caráter, reconhecida a honestidade, esmerada educação, exemplar comportamento moral e cívico, boa conduta nos procedimentos da sua vida pública e privada e respeitável ambiente familiar.
- O militar da Guarda como agente da força pública, atua sempre de acordo com a autoridade em que está investido, só recorrendo ao uso da força nos casos expressamente previstos na lei, quando absolutamente necessário e apenas na medida exigida pelo cumprimento das suas funções.
- O militar da Guarda só utiliza as armas para repelir uma agressão iminente ou em execução, em defesa própria ou de terceiros e para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter o princípio de autoridade, após intimação formal aos resistentes de obediência e esgotados todos os outros meios para o conseguir.
- O militar da Guarda cumpre sempre o dever que a lei impõe de servir a coletividade e de proteger todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o alto grau de responsabilidade que a sua profissão exige.
- O militar da Guarda respeita a dignidade humana e defende e protege os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- O militar da Guarda não comete, instiga ou tolera, qualquer ato de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, inumano ou degradante, nem invoca ordem dos seus superiores ou circunstâncias excepcionais para os justificar.



- O militar da Guarda vela para que a saúde das pessoas à sua guarda esteja plenamente protegida e toma imediatamente medidas para que os cuidados médicos lhe sejam dispensados sempre que tal se imponha.
- O militar da Guarda não só não comete quaisquer atos de corrupção, como deve rigorosamente combatê-los e opor-se-lhes quando deles tenha conhecimento.
- O militar da Guarda diligencia permanentemente pelo cumprimento da sua missão em condições morais, profissionais e psicológicas que protejam a imparcialidade, a integridade e a dignidade da sua função, face às prescrições legais respeitadoras dos direitos humanos fundamentais.
- O militar da Guarda é pessoalmente responsável pelos atos e omissões que tenha executado ou ordenado e que sejam contrários aos direitos fundamentais da pessoa.
- O militar da Guarda mantém sigilo quanto aos factos e matérias de carácter confidencial de que toma conhecimento no exercício das suas funções, a menos que exigências do serviço ou necessidades da justiça tal não permitam.
- O militar da Guarda respeita a lei e opõe-se, em todas as circunstâncias e com toda a sua capacidade, a todo e qualquer ato que a viole, agindo prontamente quando este puder provocar prejuízo imediato ou irreparável, ou, caso contrário, esforça-se por impedir as suas consequências e a sua repetição, informando hierarquicamente.
- O militar da Guarda tem a preocupação permanente de dignificar este corpo militar através do seu aprumo e da forma como se apresenta uniformizado.
- O militar da Guarda tem sempre como lema a honra pessoal e o engrandecimento da pátria.

CÓDIGO DE CONDUTA DO MILITAR DA GUARDA

É dever de todo o militar da Guarda:

- Cumprir a Missão de acordo com a Causa Pública, o Interesse Público e a Lei.
- Servir a Coletividade Nacional e proteger todas as pessoas contra os atos ilegais.
- Respeitar e proteger a dignidade humana.
- Defender e proteger os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- Só aplicar a força em último caso e quando for exigido pelo cumprimento das suas funções.
- Só recorrer às armas de fogo em legítima defesa, quando o presumido delinquente opuser resistência armada e se não for possível a utilização de outros meios.
- Não divulgar informações de carácter confidencial a não ser no cumprimento das suas funções ou quando as necessidades de justiça o exigirem.
- Não infringir, instigar ou tolerar atos de tortura ou de qualquer outro tipo de castigo cruel, inumano ou degradante.
- Não praticar o abuso da autoridade.
- Combater e opor-se vigorosamente a todos os atos de corrupção.



8. SÍMBOLOS⁸

A Guarda e as suas Unidades, incluindo as Unidades constituídas para atuar fora do território nacional e o estabelecimento de ensino, têm direito ao uso do Estandarte Nacional. A Guarda tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino, marcha, selo branco e condecoração privativa (Medalha de D. Nunes Alvares Pereira – Mérito da Guarda Nacional Republicana).

As Unidades da Guarda têm direito a brasão de armas, selo branco a bandeiras heráldicas, que, nas Subunidades, tomam a forma de guião de mérito.

O Comandante-Geral tem direito ao uso de galhardete.

Os símbolos e a condecoração referidos, bem como o regulamento de atribuição desta, são aprovados por Portaria do Ministro da tutela.

O Dia da Guarda é comemorado a 3 de maio, em evocação da Lei que criou a atual instituição nacional, em 1911.

As Unidades da Guarda têm direito a um dia festivo para a consagração da respetiva memória histórica, definido por despacho do Comandante-Geral.

9. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

ANÁLISE SWOT

Para delinear a estratégia, adotou-se a análise *SWOT*, que permite identificar os fatores críticos, articulando a análise das vulnerabilidades e das potencialidades da Instituição e, simultaneamente, a análise do ambiente interno e externo, nomeadamente dos fatores que se constituem como principais ameaças e oportunidades. A matriz *SWOT*, permite-nos balancear o jogo de forças entre os pontos fracos e fortes da Instituição, por um lado, e as ameaças e oportunidades, por outro.

SWOT – Potencialidades

- Elevada coesão e cultura institucional decorrente da sua natureza militar;
- Forte Identidade e vocação gendármica⁹;
- Amplo espetro de atuação operacional (no âmbito da segurança interna, das missões militares e da gestão civil de crises);
- Implantação e presença efetiva em todo o TN;
- Inserção simultânea nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- Capacidade de projeção e articulação de forças/unidades constituídas de polícia;

8 Artigo 7º e 8º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)

9 Decorre da expressão francesa *Gendarmerie* que pretende sintetizar os elementos identitários comuns às forças de segurança de natureza militar, caracterizados por um espetro alargado de competências nos domínios da segurança interna, proteção e socorro, bem ainda como no âmbito da defesa nacional.



- Forças de Intervenção em elevado nível de prontidão, com capacidade de deslocamento e emprego em todo o TN;
- Capacidade de intervenção rápida, conjunta e combinada, nas diferentes áreas do espaço estratégico de interesse nacional (permanente e conjuntural);
- Referência nacional nos domínios da fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, com capacidade operacional para assegurar a responsabilidade na rede viária;
- Capacidade especialmente vocacionada para a segurança dos Órgãos de Soberania, e infraestruturas críticas e, supletivamente, para a prestação de Honras de Estado;
- Referência nacional no emprego operacional de solípedes e canídeos;
- Capacidade fundamental no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, da orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas;
- Competências exclusivas no âmbito fiscal e aduaneiro;
- Referência nacional/valência exclusiva nas áreas da proteção da natureza e ambiente;
- Agente determinante no domínio da 1.ª intervenção em missões de proteção e socorro em TN;
- Capacidade de inspeção judiciária subaquática;
- Elevada qualidade da formação dos RH, nos domínios técnico-científico, físico, ético e comportamental, com formação em contexto militar;
- Cooperação reforçada com forças congéneres nos espaços regional, mediterrânico, europeu e internacional;
- Prestígio e reconhecimento internacional alcançado por via das boas-práticas internas e do desempenho externo;
- Ampla experiência e credibilidade em operações internacionais *jus post bellum*.

SWOT – Condicionamentos

- Crescente complexidade da gestão de recursos e dos mecanismos de decisão;
- Interoperabilidade dos diferentes sistemas de gestão;
- Infraestruturação e migração para a RNSI;
- Intermitências na afetação e emprego dos recursos disponíveis;
- Perda gradual de efetivos e aumento das atribuições institucionais (missões/responsabilidades operacionais);
- Avaliação do desempenho na Categoria de Guardas;
- Desgaste do parque imobiliário, automóvel e afeto ao serviço marítimo;
- Meios operacionais sujeitos a elevado desgaste;
- Limitações em infraestruturas vocacionadas para o treino tático-policial;
- Limitações em meios adequados para operação no mar territorial em condições adversas de navegação;
- Limitações na capacidade de gestão operacional integrada;
- Envelhecimento tendencial dos recursos humanos;
- Assimetria das qualificações escolares entre gerações, com impacto nas expectativas dos recursos humanos mais qualificados;
- Capacidade de cibersegurança em fase de desenvolvimento inicial.



SWOT – Desafios

- Mediatização do fenómeno securitário e crescente consciencialização da opinião pública sobre os assuntos da segurança;
- Implementação de novos modelos de policiamento;
- Ponderação sobre o justo balanceamento entre a exploração de alternativas de gestão dos recursos (procura de ganhos de eficiência por via do outsourcing), com a manutenção da autossuficiência de serviços essenciais definidores da Instituição Militar;
- Evolução da *Governance* da segurança e fomento de parcerias locais, regionais e internacionais;
- Políticas de racionalização e modernização administrativa;
- Acesso a fundos estruturais e de investimento no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020;
- Participar na formação de forças congéneres, integrar a rede europeia de escolas de polícia e partilhar lições aprendidas;
- Otimizar as condições para criação de um Centro de Excelência para formação e treino de unidades constituídas de polícia;
- Afirmação e consolidação, no quadro de atuação da NATO, ONU e UE, das forças de cariz gendármico;
- Integrar organismos internacionais e participação em operações no âmbito da componente externa da Segurança Interna;
- Participação ativa em fóruns internacionais nos domínios da segurança;
- Reforço da cooperação com instituições e agências europeias e internacionais;
- Reforço da cooperação com as Forças e Serviços de Segurança da CPLP;
- Reforço dos laços e parcerias entre membros da EUROGENDFOR e FIEP;
- Normalização e certificação de processos e procedimentos;
- Desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas com impacto na eficácia operacional;
- Requalificação e modernização de infraestruturas e equipamentos das FSS;
- Participação na operacionalização da estratégia nacional de desenvolvimento sustentado em matéria ambiental e de ordenamento do território;
- Desenvolvimento permanente da estratégia genética;
- Aprofundamento da presença nos quatro pilares da Segurança Nacional (Defesa Nacional; Segurança de Estado; Segurança Humana; e Segurança Interna);
- Alinhamento do processo de formação dos RH segundo o paradigma da formação por competências;
- Exploração das dimensões subjacentes à utilização do espaço aéreo, subaquático e subsolo para ações nos domínios da proteção da natureza e ambiente, proteção e socorro, controlo costeiro, segurança rodoviária e ordem pública;
- Assegurar a presença e atuação progressiva no mundo *ciber*, afirmando a Guarda como determinante no mundo real e no mundo virtual;
- Obter mais-valias operacionais do desenvolvimento e utilização de novas tecnologias.



SWOT – Constrangimentos

- Complexidade das questões relacionadas com a segurança, aumento das assimetrias sociais e da evolução demográfica;
- Desterritorialização, mobilidade e sofisticação da criminalidade;
- Criminalidade associada ao novo quadro de ameaças globais;
- Fenómenos de criminalidade associados às novas tecnologias;
- Dimensão da criminalidade transnacional organizada;
- Deficiente interoperabilidade dos sistemas de informação existentes nas diferentes FSS;
- Insuficiente coordenação entre os diversos atores dos sistemas ligados à segurança nacional;
- Impacto da crise económica e financeira mundial na ordem interna dos Estados;
- Impacto no sentimento de insegurança da população decorrente da redução dos apoios sociais;
- Riscos associados à retração da presença do Estado em Território Nacional;
- Ausência de referenciais que enformem uma cultura forte de segurança e cidadania por parte das populações;
- Aumento do sentimento de descrença das populações nas instâncias de controlo formal;
- Défice de pensamento estratégico estruturado e de continuidade, no âmbito da segurança interna;
- Atuação das FSS sujeita a um forte escrutínio mediático;
- Crescente competição institucional entre FSS;
- Complexidade do Sistema de Segurança Interna, com impactos ao nível da coordenação e articulação de esforços nos patamares estratégico e operacional;
- Emergência de novos delitos e formas de violência e crescente desenvolvimento do fenómeno das incivildades (perda de autoridade);
- Fenómeno da urbanização/metropolização da sociedade gerador de assimetrias regionais potenciadoras de insegurança.

10. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS EM 2015

10.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

Visando a prossecução do modelo prefigurado na Missão e Visão institucionais, norteados pelos valores que caracterizam a Guarda Nacional Republicana, elegeram-se quatro Linhas de Orientação Estratégica que visam a orientação do esforço coletivo da Instituição Guarda Nacional Republicana, no sentido da concretização da visão do Comandante-Geral para o período 2015-2020.

A definição deste horizonte visa garantir, através do alinhamento entre os instrumentos estratégicos e os demais instrumentos de gestão, a estabilidade e sustentabilidade das políticas e estratégias organizacionais, bem como o inequívoco compromisso dos diferentes níveis de Comando e Direção/gestão organizacional com as estratégias e objetivos organizacionais de médio prazo.

Constituem Linhas de Orientação Estratégica da Guarda Nacional Republicana:



“FORÇA DE SEGURANÇA PRESENTE E PRÓXIMA” - REFORÇAR A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS NA INSTITUIÇÃO

Uma força de segurança com a dispersão e presença territorial da Guarda obriga-se a procurar a proximidade ao Cidadão, para através de uma melhor interação criar uma relação de confiança mútua com a população, legitimando-se socialmente. Nesse sentido, constitui desígnio da Guarda o reforço do patrulhamento comunitário e de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos.

Neste domínio, importa consolidar uma atuação que tem sido caracterizada pelo sucesso alcançado junto das populações, quer pela utilização das tecnologias de informação potenciadoras de uma maior interação Guarda-Cidadão, quer sobretudo pelo impacto dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), numa orientação que tem primado pelo sucesso do patrulhamento de proximidade e segurança comunitária.

Importa ainda fortalecer a cooperação e colaboração com as diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, mostrando, em permanência, abertura ao estabelecimento de parcerias com entidades locais e com atores relevantes da sociedade civil.

Constituirá prioridade da Guarda uma abordagem proactiva e disponibilidade permanente na defesa e salvaguarda dos direitos fundamentais do Cidadão, privilegiando domínios como a integridade da vida humana e a proteção do património. Ainda neste domínio importará assegurar uma resposta célere e eficaz no âmbito de todas as atribuições da Guarda, mantendo o vigor na prevenção, consciencialização e repressão de comportamentos de risco. Em razão da natureza militar, posicionamento no sistema de forças nacional, implantação territorial, espetro missionário e atuação específica da Guarda em todo o território nacional, deverão ser potenciadas as sinergias que decorrem da articulação das diferentes valências operacionais, pro bono da segurança interna e, no necessário, quanto à defesa nacional.

“OTIMIZAR PARA CRIAR VALOR” - OTIMIZAR OS RECURSOS CRIANDO VALOR

Cientes da complexidade da conjuntura que o País atravessa, teremos que assumir as inerentes limitações e encarar a obrigação de aplicar os recursos de forma racional e criteriosa, com o mesmo rigor que tem caracterizado a vida e a gestão da Guarda, contudo, procurando manter elevados padrões de operacionalidade. Num contexto económico-financeiro de crise, caracterizado por acrescidos esforços de contenção orçamental, é fundamental garantir novas formas de financiamento, através do concurso a linhas de financiamento comunitárias direcionadas para projetos de modernização, de equipamentos, de tecnologias e para a qualificação dos recursos humanos.

O aproveitamento e obtenção de recursos disponibilizados através de fundos estruturais, de investimento ou específicos para o domínio da segurança interna constitui uma oportunidade e um desiderato fundamental para erguer novas capacidades e valorizar as existentes, possibilitando uma resposta operacional mais eficiente e, simultaneamente, mais qualificada.

Nesta conjuntura, a aprovação de uma nova Lei Orgânica permitirá inequivocamente corrigir alguns constrangimentos identificados e que urge superar de forma a conferir à Guarda a eficácia e a funcionalidade necessárias. Uma tal reorganização permitirá melhorar significativamente o Comando, Coordenação e Controlo das unidades operacionais, e um controlo, gestão, e supervisão mais eficaz na áreas de apoio à atividade operacional.

Também ao nível do dispositivo territorial, importa garantir a sua adequação e efetivo operacional ajustados às necessidades de policiamento público de proximidade e de visibilidade junto das populações, mediante o incremento de afetação dos recursos humanos ao desempenho de valências operacionais, com especial enfoque em zonas consideradas de maior risco e sujeitas a flutuações sazonais. Nesta linha, a otimização da capacidade do dispositivo, visa assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas das populações.



Importará igualmente ter uma visão abrangente dos parques imobiliário e automóvel, racionalizando, beneficiando e renovando os meios que permitam à Guarda garantir e melhorar os níveis de eficiência operacional, bem como garantir as condições adequadas de trabalho aos profissionais da Instituição que diariamente exercem a exigente atividade de segurança junto das populações.

“MODERNIZAR, INOVAR E SIMPLIFICAR” - MODERNIZAR, INOVAR E SIMPLIFICAR, GARANTIDO A CELERIDADE E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS

A modernização de procedimentos deve ser o referencial para simplificar a vida do Cidadão e permitir redirecionar os militares para o que é a essência da sua missão – a atividade em prol da segurança dos cidadãos. Com efeito, neste âmbito importa privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, mantendo a aposta na inovação tecnológica ao serviço da segurança, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando processos e simplificando procedimentos, para requalificar os serviços operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança. Neste particular, a Guarda aspira a firmar-se como uma Instituição de vanguarda, apostando em áreas vitais como a investigação e desenvolvimento (I&D) direcionadas para as áreas core business, afetando para o efeito os seus recursos humanos mais qualificados, mantendo uma firme aposta numa sólida formação técnica e comportamental, num espírito de «*learning organization*» assente nas premissas «aprendizagem, renovação, inovação e partilha do conhecimento».

Entre um conjunto diversificado de medidas possíveis neste domínio, importa manter o esforço de consolidação do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e privilegiar a partilha de informações operacionais entre as Forças e Serviços de Segurança, via Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC).

No contexto das políticas de racionalização e modernização importa manter a opção pelo Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP), sistema que permitirá, a par de outras medidas de simplificação e monitorização administrativa, prestar ao Cidadão um serviço policial de excelência, conferindo maior capacidade operacional no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros que contribuem para a segurança nacional e internacional.

Também ao nível das atividades de apoio e de gestão estratégica organizacional importa garantir a interoperabilidade e a comunicação entre os diversos sistemas de informação – necessariamente entre sistemas ligados à área operacional e às atividades de apoio - que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

Neste domínio, afirma-se igualmente essencial continuar o desenvolvimento dos sistemas de informação para apoio à Decisão, concluindo a operacionalização do SIGFORM no âmbito da formação e a desmaterialização do processamento da Informação ao nível do Comando-Geral e dos Comandos Funcionais, na senda da sua simplificação, celeridade e desburocratização.

Decorre da obrigatoriedade de adoção de medidas de modernização administrativa, a necessidade de incidir num conjunto de domínios prioritários de atuação no âmbito dos programas de recetividade ao utente e que devem enquadrar a conduta da Guarda nesta matéria, designadamente ao nível da racionalização e simplificação de formalidades, melhoria de instalações e equipamentos que constituam infraestruturas ao atendimento incidindo igualmente ao nível da formação do atendimento ao público, privilegiando a adoção de sistemas, métodos e técnicas inovadores que potenciem uma pronta resposta às solicitações legítimas dos utentes, visando o aumento da qualidade e impacte dos serviços prestados.

Neste domínio, a Guarda deverá ainda ter presente a possibilidade de o futuro lhe reservar responsabilidades adicionais face à retração de serviços do Estado de algumas partes do TN. Tal probabilidade, só por si realça o



relevante papel dos postos territoriais junto das populações, enquanto unidade basilar do dispositivo territorial da Guarda.

“QUALIDADE – COOPERAR PARA MELHORAR” - INCREMENTAR A COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS PROCURANDO MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO

A cooperação e articulação entre os diferentes organismos que concorrem para o mesmo objetivo constituem desígnio da Guarda Nacional Republicana. A garantia da cooperação institucional é não só um dever de todos os agentes do Estado, como um elemento fundamental para um Portugal mais seguro e tranquilo.

Constitui escopo fundamental da estratégia institucional, a cooperação e coordenação com os diferentes atores que integram ou estão ligados aos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa, bem como os demais atores que diariamente interagem com a Guarda, condição essencial para obter sucesso no plano da segurança nacional.

Na mesma linha, é fundamental afirmar o empenhamento Institucional na execução da política externa, através da participação, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais.

No âmbito dos compromissos internacionais assumidos, cientes da importância para a Segurança Interna nacional da presença de uma força de segurança de natureza militar nos mais relevantes fóruns europeus e internacionais, a Guarda manterá uma postura proactiva no relacionamento e participação enquanto membro fundador de instituições como a FIEP, a Força de Gendarmerie Europeia - EUROGENDFOR e a agência FRONTEX. No caso específico da EUROGENDFOR, a Guarda manterá a disponibilidade para participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais, sempre que as circunstâncias o determinem.

A nível externo, é fundamental manter a vitalidade das relações de cooperação com os países da CPLP, essenciais para fortalecer os laços de comunhão que a língua portuguesa encerra, bem como a sua afirmação no espaço lusófono no Atlântico Sul. O salutar relacionamento entre a Guarda e as forças congéneres dos países lusófonos, permitem potenciar a partilha de experiências e de conhecimento, imprescindível para a capacitação e requalificação dos recursos humanos.

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a *Guardia Civil*, continuará a merecer uma atenção especial sobretudo pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito da «Iniciativa 5+5 Defesa - vertente gendarmeries» importa incrementar a cooperação entre os países da orla costeira do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a França, Itália, Portugal, Espanha, e Malta (da margem norte) e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia (da margem sul), visando assegurar condições de estabilidade, de confiança e de franca colaboração que respondam às preocupações comuns na área da segurança, designadamente em matéria de vigilância marítima, proteção civil, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, de armas e de estupefacientes.

Para os próximos anos a Guarda pretende estreitar relações com os Países da União Europeia, da CPLP, com os Reinos de Espanha e de Marrocos, preconizando para o efeito as seguintes iniciativas:

- Incrementar uma maior e mais profunda troca de informações policiais em resultado da permanente evolução dos métodos e formas da criminalidade;

- Reforçar os contactos a nível central e local entre os Oficiais de Ligação nas áreas temáticas de Operações, Informações, Investigação Criminal, Trânsito, Controlo Costeiro, Fiscal e Proteção da Natureza;
- Aumentar o intercâmbio na área da Formação com a participação de militares em cursos realizados nas Congéneres, contribuindo para a uniformização de procedimentos e de formas de atuação;
- Potenciar os intercâmbios de informação através dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), visando adquirir um conhecimento mútuo da delinquência e criminalidade transfronteiriça;
- Desenvolver ao nível dos serviços marítimos a possibilidade de troca de dados de navios.

Do ponto de vista da estratégia organizacional, reputa-se como essencial a afirmação da Guarda no domínio da cooperação internacional, em particular nas questões de foro criminal, no âmbito da UE, de acordo com a incorporação na legislação interna das diretivas comunitárias nesta matéria.

A participação da Guarda nos diversos fóruns a nível europeu – de entre as quais se destacam a EUROPOL , FRONTEX , OLAF e o CEPOL – e a nível internacional – a INTERPOL e AMERIPOL – permite potenciar a ligação para continuar a fomentar a partilha de informação e de boas práticas de investigação entre pares, constituindo escopo fundamental na luta contra a criminalidade, nomeadamente a caracterizada como violenta e grave, permitindo ainda um conhecimento mais alargado sobre a mobilidade e organização dos grupos criminais de âmbito transnacional.

No plano interno, constitui desígnio a adoção de métodos que visem assegurar a avaliação da performance organizacional, dando voz ativa aos seus stakeholders, percecionando as expetativas e anseios perante aquela que deve ser a resposta eficiente, firme e ajustada da Guarda face aos desafios que lhe estão cometidos. Com efeito, é fundamental garantir um papel renovado da Inspeção da Guarda, mais proactivo na procura da satisfação das legítimas expetativas das populações, intervindo e adotando dinâmicas de qualidade.

Os vetores estratégicos definidos, naturalmente transversais a toda a Instituição, traduziram-se em objetivos, de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o farol para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos, em sede de elaboração de Plano de Atividades para o ano 2015.

Os objetivos plurianuais e anuais da Guarda, estratégicos e operacionais, coerentes com os desígnios do programa do XIX Governo Constitucional, das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna e das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), integrarão o Quadro de Avaliação e Responsabilização da GNR para 2015.

Nesta definição de objetivos, foram ainda considerados os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, apresentados adiante.

Importa contudo salientar que, numa instituição com a dimensão e as atribuições da Guarda, cujas responsabilidades são exercidas em praticamente todas as áreas do sistema alargado de segurança, proteção e defesa, os objetivos e as metas são, muito mais vastos, não se podendo confinar apenas aos objetivos definidos no QUAR.



Estratégia de Segurança Interna da União Europeia
UE 2010

PRINCÍPIOS:

- Reforço da justiça, liberdade e segurança e respeito dos direitos fundamentais, a proteção internacional, o Estado de direito e a privacidade;
- Proteção de todos os cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, dando especial destaque às vítimas da criminalidade, nomeadamente o tráfico de seres humanos ou a violência baseada no sexo, bem como ainda as vítimas do terrorismo;
- Reforço da transparência e a obrigação de prestar contas nas políticas de segurança
- Integração, a inclusão social e a luta contra a discriminação;
- Solidariedade entre os Estados -Membros face aos desafios que não podem ser enfrentados pelos Estados -Membros isoladamente ou onde uma ação concertada se traduz em benefícios para a UE no seu conjunto;
- Confiança mútua chave do sucesso da cooperação.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE AÇÃO:

- Uma abordagem ampla e integral da segurança interna
- Garantir a supervisão democrática e judicial real das atividades em matéria de segurança
- Prevenção e antecipação: uma abordagem proactiva e baseada na informação
- Elaboração de um modelo global de intercâmbio de informações
- Cooperação operacional
- Cooperação judiciária em matéria penal
- Gestão integrada das fronteiras
- Uma aposta na inovação e na formação
- Dimensão externa da segurança interna/cooperação com países terceiros
- X. Flexibilidade para se adaptar aos futuros desafios

Figura 10 – Estratégia de Segurança Interna da União Europeia

Programa do Governo
XIX Governo Constitucional

Coordenação, cooperação, partilha de informações e articulação dos atores do sistema de segurança interna;

Promoção de medidas que propiciem uma maior articulação entre as forças e serviços de segurança, confirmando a opção pela existência de um sistema de segurança dual, assente numa vertente civil e numa vertente militar;

Clarificação de responsabilidades de cada área específica de intervenção – informações, segurança pública, investigação criminal, estrangeiros e fronteiras e proteção civil;

Racionalização dos meios existentes dispersos pelos vários intervenientes do atual sistema de segurança;

Consagração de soluções que garantam um acréscimo de rigor e de eficácia no planeamento e na execução de operações;

Valorização do papel das informações;

Programa do Governo
XIX Governo Constitucional

Reforço, renovação e reafecção dos efetivos em setores prioritários, concentrando os efetivos nas valências operacionais e no policiamento de proximidade;

Valorização do papel e do estatuto das forças de segurança, incentivando a eficiência, a formação e a mobilidade interna;

Incremento da presença e a visibilidade das forças de segurança, em ordem a aumentar a perceção de segurança das populações;

Alteração da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança, revendo as suas provisões e modo de financiamento e elaborar um plano, a médio/longo prazo, de reconstrução dos equipamentos mais carenciados;

Garantir uma efetiva participação nacional nos organismos de gestão de fluxos fronteiriços;

Definição de mecanismos permanentes de colaboração e articulação entre os ministérios responsáveis pelas áreas da segurança interna, da justiça e da defesa;

Reforçar o sistema de proteção civil articulando e intensificando o aproveitamento das sinergias decorrentes de uma atuação conjunta entre a área da segurança interna e a área da defesa nacional;

Concretização da reforma do sistema de saúde das forças policiais, garantindo um apoio de qualidade aos seus utentes e um aproveitamento completo da capacidade instalada;

Dar prioridade ao combate à sinistralidade rodoviária, procedendo a uma rigorosa avaliação do sistema atualmente existente e reforçando, a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.

Figura 11 – Programa do XIX Governo Constitucional

Grandes Opções do Plano (GOP)
2012-2015

3.ª Opção — Cidadania, solidariedade, justiça e segurança

Administração interna

Redução da complexidade operacional e o reforço dos laços de proximidade entre as forças de segurança e a sociedade civil

- Implementação de medidas legislativas, administrativas e operacionais de combate à criminalidade;
- Reforço e racionalização do efetivo policial;
- Melhoria das condições de trabalho com um inerente aumento da qualidade do serviço prestado;
- Valorização do papel e estatuto das forças de segurança junto da sociedade civil;
- Reforço do sistema da proteção civil e do combate à sinistralidade.

Política de imigração e controlo de fronteiras

- Reforço das parcerias internacionais na área da gestão dos fluxos fronteiriços;
- Luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos;
- Reforço das relações com os Estados membros da União Europeia, especialmente em decisões que resultem do ajustamento do Tratado de Schengen.

Igualdade de género, violência doméstica e integração de populações imigrantes e das comunidades ciganas

4.ª Opção — Política externa e de defesa nacional

Evoluir nas relações bilaterais e multilaterais

Política de defesa nacional

Figura 12 – Grandes Opções do Plano 2012-2015



Grandes Opções do Plano (GOP) - Lei n.º 82-A/2014 de 31 de dezembro

2015

Ancoradas em cinco vetores prioritários, as Grandes Opções do Plano para 2015 apresentam as iniciativas conducentes à transformação estrutural da economia portuguesa, bem como as medidas setoriais prioritárias, respeitando o caminho que assegura a sustentabilidade das finanças públicas e a promoção contínua das políticas de solidariedade, cidadania, justiça, segurança, política externa e de defesa nacional. Considerando a natureza transversal da atividade desenvolvida pela Guarda relativamente aos diversos sectores da sociedade, consideraremos as prioridades inscritas nas seguintes opções (GOP2015):

3.ª Opção – Cidadania, justiça e segurança

3.1. Cidadania

3.1.2. Modernização administrativa

- a) Modernização administrativa e a administração eletrónica;
- b) Desburocratização e a simplificação administrativas

3.1.4. Igualdade de género

- a) V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação (V PNI);
- b) V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG) - inclui o III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, e III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (III PNPCTSH)
- c) II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018).

3.1.5. Política migratória: integração e captação

- a) Resposta à mobilidade internacional, captando e acompanhando os novos perfis migratórios.

3.3. Administração interna

- a) Clarificar domínios de atuação de forma a evitar incertezas e duplicações de recursos;
- b) Coordenar e promover a cooperação e a partilha de informação entre os intervenientes, de forma a originar economias de escala

4.ª Opção – Política externa e defesa nacional

4.1 Política externa

4.1.1. Relações bilaterais e multilaterais

4.1.3. Lusofonia e comunidades portuguesas

4.2. Defesa nacional

4.2.1. Contribuição para a segurança e desenvolvimento globais

4.2.2. Concretização do processo de reestruturação do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas

5.ª Opção – O desafio do futuro: medidas setoriais prioritárias

5.1. Economia

5.1.3. Infraestruturas, transportes e comunicações

5.1.4. Turismo

5.4. Agricultura e mar

5.4.1. Agricultura, florestas e desenvolvimento rural

5.4.2. Mar

5.5. Ambiente, ordenamento do território e energia

5.5.1. Ambiente

Grandes Opções do Plano (GOP) - Lei n.º 82-A/2014 de 31 de dezembro

2015

5.5.2. Ordenamento do território, conservação da natureza e cidades

5.8. Fundos europeus estruturais e de investimento – o novo período de programação 2014-2020

5.8.2. QREN 2007-2013

5.8.3. O novo período de programação 2014-2020

Figura 13 – Grandes Opções do Plano 2015

RASI**ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | 2014**

Reforço da articulação, coordenação e cooperação entre forças e serviços de segurança.

Intensificação do combate à criminalidade violenta e grave.

Aposta nos Programas de Policiamento de Proximidade, de Prevenção Situacional e de Segurança Comunitária.

Reorganização dos organismos tutelados pelo ministério da Administração Interna e o aumento da eficácia na utilização dos recursos existentes.

Reforço, renovação e requalificação do efetivo policial das forças de segurança.

Reabilitação de infraestruturas e adaptação do dispositivo territorial às necessidades das forças de segurança e dos cidadãos.

Modernização dos equipamentos das forças e serviços de segurança.

Valorização e dignificação da função policial.

Aproveitamento da tecnologia ao serviço da segurança (consolidação):

- Plataforma Integrada de Informação Criminal (SIIC);
- Rede Nacional Segurança Interna (RNSI);
- Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC);
- Sistema Integrado de Redes de Emergência e de Segurança (SIRESP).

Implementação do Centro Nacional de Cibersegurança (decorrente da Estratégia Nacional de Segurança da Informação).

Promoção da regulação dos fluxos migratórios e intensificação do combate à imigração ilegal.

Incremento da cooperação multilateral com os Países da EU e da CPLP e da cooperação bilateral com o Reino de Espanha.

Aproveitamento dos fundos comunitários enquanto potenciadores da Segurança Interna e da Proteção Civil.

Promoção da Segurança Rodoviária.

Consolidação e reforço do Sistema de Proteção Civil.

Figura 14 – Orientações Estratégicas 2014 (in RASI 2013)



10.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No que diz respeito aos objetivos para o ano económico de 2015, importa salientar estes decorrem dos que forma definidos na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro**, documento que pela primeira vez na já longa História desta centenária Instituição pretende instituir uma cultura de qualidade e rigor na prestação do serviço às populações assente em modernas ferramentas de gestão de reconhecido valor e utilidade, aliando por um lado a gestão por objetivos à metodologia *Balanced Scorecard*, por outro, a qualidade e responsabilidade social.

Com efeito, o documento **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro** preconiza para a Instituição um compromisso com o futuro, impelindo todos os servidores da Guarda a cogitarem sobre o caminho que a Guarda Nacional Republicana deverá trilhar para se afirmar como Instituição de referência, reconhecida a nível nacional e internacional no domínio da segurança, pela sua postura humana, próxima e de confiança.

Nesse sentido, os Objetivos Estratégicos e Operacionais que seguidamente se apresentam, foram considerados no Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2015 submetido à aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

Têm por referência a Visão e as linhas de orientação estratégicas citadas, coerentes com os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, alinhados com os desígnios do programa do XIX Governo Constitucional, Grandes Opções do Plano e Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) em matéria de segurança interna, apresentados nas Orientações gerais do presente capítulo.

Prevaleceu, na sua definição, alguma ambição, na certeza de que esta poderia funcionar como motor e catalisador do esforço, contribuindo para uma mais rápida adaptação da Instituição às novas exigências e aos novos desafios, numa linha de continuidade com aqueles que haviam sido definidos no ciclo anterior.

Foram assim definidos dez grandes Objetivos Estratégicos, tomando por referência as linhas mestras das políticas públicas apresentadas, considerando os objetivos estratégicos consagrados na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro, bem como ainda** o histórico de objetivos definidos nos Quadros de Avaliação e Responsabilização anteriores (2008-2011), que à semelhança do ciclo anterior, irão nortear a estratégia organizacional da Guarda nos próximos anos, atendendo que a sua vigência se estende a um horizonte temporal de médio prazo:

- OE1.** Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;
- OE2.** Reforçar o patrulhamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;
- OE3.** Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação;
- OE4.** Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas anti-sociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;
- OE5.** Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.
- OE6.** Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;



OE7. Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;

OE8. Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo articulada com gestão das áreas de apoio operacional, potenciando os sistemas tecnológicos e de informação, de forma a conduzir com eficácia as operações aos níveis tático (Comando Territoriais) e tático-operacional (Comando Operacional);

OE9. Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento e específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda;

OE10. Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.

11. PLANOS DE AÇÕES DE MELHORIA

Visando concretizar as orientações plasmadas na Estratégia da Guarda, definimos as seguintes prioridades e medidas para o ano em curso, fundamentais para a melhoria sustentada do desempenho institucional, cujos efeitos impactantes se pretendem refletir a médio prazo. Estas medidas serão também abordadas em 1.1.3- CONCLUSÕES PROSPETIVAS.

- MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE - assente nas seguintes premissas:
 - **Enfoque no atendimento ao Cidadão**, mediante a implementação de dinâmicas de qualidade (regulação e uniformização do atendimento) e do reforço da formação e sensibilização dos militares afetos a tarefas de atendimento direto ao público;
 - **Melhoria das infraestruturas e dos sistemas informáticos** de gestão e de apoio ao atendimento;
 - **Desenvolvimento de referenciais de competências** dos Comandantes de Posto e dos Guardas Patrulheiros, em articulação com o reforço da formação neste domínio;
 - **Revisão de regimes jurídicos estruturantes** (Lei Orgânica, Estatuto e Regulamento de Avaliação do Mérito dos militares da GNR) e clarificação do Regime transitório da Reserva e Reforma;
 - Orientação do esforço Institucional através da **implementação do sistema de monitorização do Plano Estratégico da GNR 2020**, garantindo uma visão e controlo integrado das estratégias e objetivos fixados em articulação com os demais instrumentos de gestão previsionais e de prestação de contas institucionais;
- TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:

Dirigir o esforço de inovação para a **interoperabilidade tecnológica** entre os sistemas de informação (operacionais, de gestão e de apoio) e entre salas de situação, realizando o levantamento dos processos-chave fundamentais para a pretendida transformação organizacional, que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

A integração total dos sistemas informáticos numa plataforma única, constitui o projeto fundamental para transformar a Guarda numa Instituição de vanguarda, quer no domínio tecnológico, como também na atuação diária junto das populações.



- POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:

Reforço da proximidade com o Cidadão, dinamizando, por um lado, os tradicionais Programas Especiais de Prevenção e Policiamento e parcerias locais, e por outro, através da disponibilização de serviços de caráter inovador que fomentam e potenciam a interação da Guarda com o Cidadão e com a Sociedade, numa clara aposta da tecnologia ao serviço da atividade Operacional.

Nesse sentido, a Guarda propõe-se desenvolver os projetos inovadores «*Guarda Digital*» e «*e-Posto*» visando aprofundar o relacionamento e proximidade com o cidadão, fortalecendo o sentimento de segurança e prevenindo a delinquência e criminalidade.

- EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS - assente nas seguintes premissas:

- **Edificação do Sistema de Informações da Guarda** – apoiada no projeto de interoperabilidade tecnológica, a Guarda desenvolverá o Sistema de Informações com a criação do Centro de Informações da Guarda (CIG). A implementação de um centro de informações constitui uma importante estrutura para unificar as informações, incrementando a capacidade de processar informação corrente em tempo real, útil para o processo de tomada de decisão operacional.

- **Revitalização do SIOP** - No contexto das políticas de racionalização e modernização importa manter a opção pelo Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP), sistema que permite, a par de outras medidas de simplificação e monitorização administrativa, prestar ao Cidadão um serviço policial de excelência, conferindo maior capacidade operacional no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros que contribuem para a segurança nacional e internacional. A este propósito, é intento da Guarda alargar a formação, implementação e utilização do sistema SIOP às regiões autónomas dos Açores e Madeira, garantindo que todas as unidades operacionais da Guarda operem o sistema em tempo real.

- **Consolidação do Sistema SIVICC** – considerado desígnio nacional e europeu, a Guarda manterá o esforço na operação e consolidação deste sistema através do reforço de meios operacionais, da sua integração e interoperabilidade com o SIVE Espanhol e com o EUROSUR para assegurar a partilhar de informação em tempo real.

Neste âmbito, é ainda intento Institucional alargar o sistema às regiões autónomas, mediante a captação de cofinanciamento. O projeto de extensão denominado **SIVICC Plus**, terá duas fases: a primeira já em 2016 com a implementação do sistema na região autónoma da Madeira, e a segunda, em fase posterior, na região autónoma dos Açores.

- **Consolidação da capacidade de Cibersegurança** – visando contribuir de forma decisiva para o reforço da «Cidadania Digital», tornando o Ciberespaço um ambiente mais livre, seguro e de desenvolvimento societário a Guarda consolidará a sua capacidade de cibersegurança (domínios da segurança da informação e ciberinteligência). Esta capacidade visa prevenir e reprimir, de forma cada vez mais eficaz, as atividades criminais que são decorrentes de atos preparatórios com origem no ciberespaço ou aquelas que põem em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais.

- GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:

Visando consolidar o conhecimento e doutrina institucional e capacitar os militares para o exigente exercício de funções, assume-se a prioridade de garantir a **criação da área científica dos Estudos de Segurança Interna e dos fenómenos criminais** no Instituto Universitário Militar.

No domínio da qualificação dos recursos humanos a Guarda manterá o esforço de formação garantindo que parte muito significativa dos seus recursos humanos beneficie de ações de formação que possibilitem melhorar a sua performance ao mesmo tempo que lhes confere uma maior valorização profissional e pessoal.

Com o desiderato de melhorar o sistema de formação da Guarda serão desenvolvidas em 2016 um conjunto de iniciativas estruturais e que prometem alterar o paradigma de ensino e formação. Entre



essas medidas destaca-se a **conceção do «Modelo da Gestão da Formação por Competências»** (através da criação de referenciais de competências), a programação do **«Sistema de Gestão da Qualidade»** e, ainda, a **«Acreditação do Sistema de Formação da GNR»**. Em complemento prevê-se ainda a constituição do **«Centro de Lições Aprendidas da Guarda»**.

No campo da inovação tecnológica ao serviço da formação, em 2016 será equacionada a **implementação de um sistema e-learning mais abrangente**, aproveitando e potenciando a utilização dos equipamentos e redes móveis facilitadores da interação da entidade formadora (Escola da Guarda e Unidades Especializadas), dos docentes e os discentes. Por fim, tenciona-se desenvolver a implementação de um portal da formação (plataforma de *Learning Management System* - LMS).

- REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

Neste domínio importa firmar o empenhamento da Guarda e do Estado Português na execução da política externa, reforçando a participação no âmbito da cooperação policial europeia, designadamente através da contribuição operacional no quadro da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), determinada pelo agravamento da crise migratória que tem assolado a Europa com origem no Norte de África e no Médio Oriente.

A participação da Guarda no esforço coletivo da FRONTEX estabelece-se no quadro dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa), fundado nos princípios e espírito de solidariedade, reciprocidade e cooperação entre os Estados integrantes da UE.

A execução deste tipo de missões contribui para o reforço de uma estratégia integrada de prevenção internacional e prestígio nacional, no âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da União Europeia, atendendo aos interesses permanentes da segurança nacional.

Neste âmbito, serão potenciadas as ações a desenvolver no seio da CPLP, IBERPOL, FIEP, EGF, EUPST, com países do norte de África e onde seja necessário, através de requisição da tutela.

A globalização das ameaças impõem o reforço da cooperação com a *Guardia Civil* e a *Gendarmerie Royal* Marroquina, por necessidades de serviço e proximidade territorial, sem descurar a intenção de criar cargos funcionais para oficiais da GNR na EUROPOL e DPKO.

- OTIMIZAR A CAPTAÇÃO DE COFINANCIAMENTO:

A implementação das medidas de capacitação e transformação organizacional assumidas como prioridades na Estratégia da Guarda, carecem de instrumentos capazes de as tornar realidade. Nesse sentido, a Guarda continuará a procurar através de Fundos Comunitários (fundos europeus estruturais e de investimento e fundos específicos) obter linhas de financiamento e disponibilizá-los para o desenvolvimento e aprofundamento de capacidades.







Capítulo III

AUTOAVALIAÇÃO

III.A. ANÁLISE DE RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS DE ACORDO COM O QUAR

1. NOTA PRÉVIA

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho (AD) de cada serviço assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente, do qual constam: a missão do serviço, os seus objetivos estratégicos plurianuais, os objetivos fixados anualmente (objetivos operacionais), os indicadores de desempenho, o grau de realização dos objetivos, a identificação dos desvios e respetivas causas e, finalmente, a avaliação final do desempenho do serviço.

Os objetivos fixados aos serviços, no respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização, devem relacionar-se com os objetivos fixados aos dirigentes superiores, nas respetivas cartas de missão, contratos de gestão e aos trabalhadores, alinhando desta forma a ação de serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução das políticas públicas¹⁰.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização da Guarda para 2015 (QUAR 2015), reporta o seu início a 1 de janeiro de 2015, após ter sido analisado e obtido parecer favorável da Secretaria-Geral da Administração Interna, cuja validação foi realizada segundo os parâmetros indicados no quadro seguinte:

<i>Os objetivos estratégicos estão alinhados com as políticas públicas</i>	<i>Existe adequação dos objetivos operacionais na prossecução dos objetivos estratégicos</i>	<i>Há equilíbrio nas ponderações dos parâmetros, qualidade, eficácia e eficiência, face à missão do organismo</i>	<i>Os indicadores de desempenho estão adequados aos objetivos que se pretendem medir (qualidade, eficácia e eficiência)</i>	<i>O grau de ambição e credibilidade das metas, face ao histórico do serviço é positivo</i>	<i>As fontes de verificação dos indicadores estão descritas</i>
--	--	---	---	---	---

Figura 15 – Grelha de Validação do QUAR GNR 2015

Contudo as alterações na liderança da pasta ministerial da Administração Interna (Ministro da Administração Interna e Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna do XIX Governo Constitucional) e, já em 2015, as tomadas de posse do XX e XXI Governos Constitucionais, não permitiram a aprovação do QUAR da Guarda pela tutela (recorda-se que de acordo com o definido no n.º 3 do artigo 83.º Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro a aprovação do QUAR deveria ocorrer até 15 de Dezembro de 2014). Pelo mesmo motivo, o pedido de revisão submetido à apreciação da tutela não colheu aprovação.

Apesar das circunstâncias referidas, em coerência com a orientação da SGMAI, a Guarda e os demais organismos do MAI consideraram tacitamente validados e aprovados os respetivos QUAR e propostas de revisão que agora sustentam o relatório de autoavaliação onde enquadraremos a apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e a menção de mérito proposta pelo dirigente máximo.

¹⁰ Vide Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de dezembro



Com efeito, o QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2015 contemplava 10 objetivos estratégicos (plenamente alinhados com a Estratégia da Guarda 2020), 14 objetivos operacionais com medição através de 44 indicadores, abrangendo os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidimos aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

No decurso do ano 2015, com fundamento na necessidade de avaliação permanente do nível do cumprimento dos objetivos definidos, foram realizadas monitorizações trimestrais, com vista à identificação das principais dificuldades, constrangimentos e eventuais desvios, habilitando o Comandante-Geral a emitir diretivas e a acionar medidas corretivas conducentes à sua integral concretização.

O presente relatório de autoavaliação encerra, pois, a derradeira etapa do ciclo de gestão, na medida em que permite avaliar o grau de realização dos objetivos definidos no QUAR, identificar os desvios ocorridos na sua prossecução e estabelecer um conjunto de ações que conduzam a um reforço positivo do desempenho.

Nesse sentido, cumpre neste ponto efetuar uma análise individualizada da execução dos OOp, atentos os fatores conjunturais que condicionaram o desempenho da Guarda.



2. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

2.1. APRESENTAÇÃO DO ORGANISMO

2.1.1. ORGANISMO

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

2.1.2. MISSÃO

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

2.1.3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1. Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;

OE2. Reforçar o patrulhamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;

OE3. Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação;

OE4. Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas anti-sociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;

OE5. Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.

OE6. Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;

OE7. Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;

OE8. Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo articulada com gestão das áreas de apoio operacional, potenciando os sistemas tecnológicos e de informação, de forma a conduzir com eficácia acrescida operações aos níveis tático (Comando Territoriais) e tático-operacional (Comando Operacional);

OE9. Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento e específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda;



OE10. Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.

2.3.OBJETIVOS OPERACIONAIS

EFICÁCIA	POND.	35%	140%
----------	-------	-----	------

001 - DINAMIZAR E QUALIFICAR AS ESTRUTURAS DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES EM ACIDENTES DE VIAÇÃO E AS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS VÍTIMAS PARTICULARMENTE VULNERÁVEIS, INTENSIFICANDO A INTERAÇÃO COM OS GRUPOS DE RISCO (CRIANÇAS, JOVENS, MULHERES E IDOSOS E VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS)								
						PESO	20%	134%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
001 - N.º DE NÚCLEOS E DE EQUIPAS COM ELEMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E APOIO A VÍTIMAS ESPECÍFICAS (IAVE)	CO/DIC	CO/DIC + CTER	310	315	-	25%	326	103%
002 - N.º DE MILITARES QUALIFICADOS NAS VALÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (NIAVE; NICAV; NAIC)	CO/DIC	CO/DIC	0	50	-	25%	78	156%
003 - N.º DE WORKSHOPS TEMÁTICOS DIRIGIDOS AOS ATORES-CHAVE (PARCEIROS)	CO/DIC	CO/DIC	0	6	18	25%	23	128%
004 - N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS GRUPOS DE RISCO (CRIANÇAS, JOVENS, MULHERES E IDOSOS E VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS)	CO/DIC	CTER	10	10	26	25%	39	150%

002 - REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO DA GUARDA NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA								
						PESO	30%	119%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
005 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES FRONTEX (AGÊNCIA EUROPEIA DE GESTÃO DA COOPERAÇÃO OPERACIONAL NAS FRONTEIRAS EXTERNAS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA) = (N.º DE AÇÕES ASSEGURADAS/ N.º DE AÇÕES SOLICITADAS PELA AGÊNCIA FRONTEX) * 100	CO/DO/DEPO	UCC + UI	90%	0,92	-	40%	98%	107%
006 - N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ REUNIÕES E OPERAÇÕES CONJUNTAS)	CO/DO/DEO	CTER	166	400	-	35%	593	148%
007 - N.º DE OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA EUROPEAN TRAFFIC POLICE NETWORK (TISPOL) E EURO CONTROLE ROUTE (ECR)	CO/DO/DTSR	CO/DO	11	11	-	25%	11	100%



003 - OTIMIZAR AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO JUNTO DO PÚBLICO-ALVO MAIS VULNERÁVEL, NOMEADAMENTE NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE (PEPP)								
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
008 - N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO IDOSOS EM SEGURANÇA	CO/DO/DEO	CTER	30.000	32.000	-	20%	33.841	106%
009 - N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS CONTRA A VIOLÊNCIA SOBRE PESSOAS IDOSAS E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO/DO/DEO	CTER	n.a.	30.000	-	20%	67.587	225%
010 - N.º DE ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO, ABORDANDO EM ESPECIAL OS TEMAS DO BULLYING, DA VIOLÊNCIA EXERCIDA ATRAVÉS DE NOVAS TECNOLOGIAS E DA VIOLÊNCIA NO NAMORO)	CO/DO/DEO	CTER	n.a.	15.000	90000	20%	90.100	100%
011 - TAXA DE CRIANÇAS E JOVENS ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO = (N.º DE JOVENS SENSIBILIZADOS/ N.º DE JOVENS NA ÀREA DE RESPONSABILIDADE DA GUARDA) * 100	CO/DO/DEO	CTER	n.a.	30%	45%	20%	53%	118%
012 - N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	CO/DO/DEO	CTER	5.000	5.000	-	20%	16.861	337%

004 - CONTRIBUIR PARA O INCREMENTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL ATRAVÉS DA ALTERAÇÃO DA ATITUDE DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA, ARTICULADA COM OUTRAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA								
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
013 - N.º DE MILITARES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO ADESVET (ADVANCED DETECTION OF STOLEN VEHICLES TRAINING)	CDF/DD	CDF/DD	1.500	2.000	4.500	50%	6.405	142%
014 - N.º DE MILITARES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE FORMAÇÃO ADESVET	CDF/DD	CDF/DD	n.d.	50	60	50%	60	120%



EFICIÊNCIA	POND.	35%	143%
------------	-------	-----	------

005 - INTENSIFICAR AS AÇÕES DA GUARDA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA									PESO	30%	120%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO			
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO									
015 - N.º DE VEÍCULOS CONTROLADOS NO ÂMBITO DO CONTROLO DA VELOCIDADE	CO/DO/DTSR	CTER	9.015.000	9.100.000	-	35%	8.803.930	97%			
016 - N.º DE CONDUTORES TESTADOS NO ÂMBITO DO CONTROLO DO ÁLCOOL	CO/DO/DTSR	CTER	698.500	850.000	-	35%	1.245.973	147%			
017 - N.º DE PASSAGEIROS CONTROLADOS NO ÂMBITO DO USO DOS CINTOS DE SEGURANÇA E DOS SISTEMAS DE RETENÇÃO DE CRIANÇAS.	CO/DO/DTSR	CTER	1.400.000	1.250.000	-	30%	1.440.666	115%			

006 - OPTIMIZAR, INTENSIFICAR E QUALIFICAR A RESPOSTA OPERACIONAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE									PESO	30%	107%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO			
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO									
018 - N.º DE FISCALIZAÇÕES NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE (SEPNA)	CO/DSEPNA	CTER	163.820	165.000	-	30%	157.214	95%			
019 - TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIO = (N.º TOTAL DE INVESTIGAÇÕES CONDUZIDAS/N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS)*100	CO/DSEPNA	CTER	77%	80%	-	30%	81%	101%			
020 - TAXA DE ELEMENTOS HABILITADOS COM CURSO SEPNA = (N.º TOTAL DE ELEMENTOS HABILITADOS/N.º DE EFETIVOS TOTAL DA ÀREA SEPNA)*100	CO/DSEPNA	CTER	92%	95%	-	20%	97%	102%			
021 - N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE (SEPNA)	CO/DSEPNA	CTER	1.834	1.900	-	20%	2.591	136%			

007 - OTIMIZAR A RESPOSTA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR									PESO	30%	212%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO			
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO									
022 - N.º DE DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO ELABORADOS PARA NÚCLEOS ESCOLA SEGURA	CO/DO/DEO	CO/DO	2	2	-	50%	6	300%			
023 - N.º DE ALUNOS ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO/DO/DEO	CTER	n.a.	8.000	50.000	50%	62.317	125%			



008 - PROMOVER A ACESSIBILIDADE PÚBLICA AO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E AO ESPÓLIO MUSEOLÓGICO E FOTOGRÁFICO DA GNR NA PÁGINA ELETRÓNICA						PESO	10%	109%	
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL			RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO							
024 - N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DHCG	DHCG	n.a.	20.000	-	20%	24.370	122%	
025 - N.º DE REGISTOS BIBLIOGRÁFICOS ELETRÓNICOS (MONOGRAFIAS, PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E ANALÍTICOS) DISPONÍVEIS PARA PESQUISA EM PLATAFORMA ELETRÓNICA	DHCG	DHCG	n.a.	700	-	40%	780	111%	
026 - N.º DE PÁGINAS DIGITALIZADAS DO ACERVO DOCUMENTAL HISTÓRICO	DHCG	DHCG	n.a.	35.000	-	40%	35.032	100%	

QUALIDADE	POND.	30%	105%
-----------	-------	-----	------

009 - FOMENTAR E POTENCIAR UMA MAIOR INTERAÇÃO GUARDA-CIDADÃO, PROMOVEDO RELAÇÕES DE CONFIANÇA MÚTUA						PESO	20%	105%	
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL			RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO							
027 - N.º DE EVENTOS CULTURAIS PÚBLICOS, ORGANIZADOS OU APOIADOS EM PROMOÇÃO DA MEMÓRIA DA GNR	DHCG	DHCG	n.a.	6	-	30%	7	116,67%	
028 - N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DCRP	DCRP	2.200.000	2.500.000	-	35%	2.424.312	96,97%	
029 - N.º DE ASSOCIAÇÕES NAS PLATAFORMAS E REDES SOCIAIS	DCRP	DCRP	113.100	203.700	-	35%	207.726	101,98%	

010 - MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDAS OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDO TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)						PESO	20%	105%	
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL			RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO							
030 - N.º DE SISTEMAS EXTERNOS OPERACIONAIS CONETADOS	CO/CCCO	CO/CCCO + CO/DCSI	n.a.	2	-	25%	2	100%	
031 - N.º DE SUBUNIDADES LIGADAS À REDE NACIONAL DE SEGURANÇA INTERNA (RNSI)	CO/DCSI	CO/DCSI	n.a.	560	-	25%	559	100%	
032 - N.º MÁQUINAS LIGADAS E MIGRADAS AO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS POLICIAIS (SIOP)	CO/DCSI	CO/DCSI	n.d.	1.600	-	25%	1.936	121%	
033 - N.º DE SALAS DE SITUAÇÃO NORMALIZADAS NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMANDO E COORDENAÇÃO OPERACIONAL DA GUARDA (SC3OG)	CO/DCSI	CO/DCSI	n.a.	2	-	25%	2	100%	
034 - N.º DE UNIDADES/ÓRGÃOS/ESTABELECIMENTOS (UU/OO/EE) COM SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL (SDAGD) EM OPERAÇÃO	CO/DCSI	CO/DCSI	n.a.	16	0	0%	1	6%	



011 - ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E QUALIFICAR OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS DA GUARDA								
PESO 15% 100%								
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
035 - TAXA DE DISPONIBILIDADE=(N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	CO/DCSI	CO/DCSI	97%	98%	-	50%	97,97%	99,97%
036 - TAXA DE DISPONIBILIDADE=(N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS CENTROS DE COMUNICAÇÕES / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	CO/DCSI	CO/DCSI	96%	98%	-	50%	98,13%	100,13%

012 - QUALIFICAR A INTERVENÇÃO DA GUARDA NA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS ÀS DIFERENTES LINHAS DE FINANCIAMENTO								
PESO 15% 100%								
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
037 - N.º DE MANUAIS DE GESTÃO DE PROJETOS CONCEBIDOS	DPERI	DPERI	n.a.	1	-	50%	1	100%
038 - N.º DE FORMULÁRIOS NORMALIZADOS	DPERI	DPERI	n.a.	4	-	50%	4	100%

013 - PROMOVER A IMAGEM INSTITUCIONAL E IDENTIFICAR E DIFUNDIR BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DAS MISSÕES DA GUARDA								
PESO 15% 115%								
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
039 - N.º DE BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS E DIFUNDIDAS	DPERI	DPERI	2	2	-	30%	3	150%
040 - N.º DE CANDIDATURAS A PRÉMIOS DE BOAS PRÁTICAS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	DPERI	DPERI	3	3	-	30%	3	100%
041 - N.º DE NORMAS DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM CONCEBIDAS	DCRP	DCRP	n.a.	3	-	40%	3	100%



014 - REFORÇAR A INTEROPERABILIDADE E CONETIVIDADE ENTRE OS DIVERSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO OPERACIONAIS E DE APOIO OPERACIONAL, QUE POTENCIEM UMA PERSPETIVA AGREGADA DA PERFORMANCE INSTITUCIONAL						PESO	15%	106%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2014	META 2015	META 2015 (REVISTA)	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO
	CONTROLO E MONIT.	EXECUÇÃO						
042 - TAXA DE CONCEPÇÃO DO MÓDULO WORKFLOW «BOLSA DE FORMADORES» NO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA FORMAÇÃO (SIGFORM) = (N.º ITENS CONCEBIDOS/N.º DE ITENS TOTAIS PREVISTOS) * 100	CDF/DF	CDF/DF	n.a.	90%	-	35%	90%	100%
043 - TAXA DE CONCEPÇÃO DO MÓDULO WORKFLOW «EDIÇÃO DE CURSOS» NO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA FORMAÇÃO (SIGFORM) = (N.º ITENS CONCEBIDOS/N.º DE ITENS TOTAIS PREVISTOS) * 100	CDF/DF	CDF/DF	n.a.	85%	-	35%	100%	118%
044 - TAXA DE CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DA JUSTIÇA = (N.º MÓDULOS CONCEBIDOS/N.º DE MÓDULOS TOTAIS PREVISTOS) * 100	DJD	DJD	n.a.	10%	-	30%	10%	100%

2.4.RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS

		OBJETIVOS OPERACIONAIS													
		OB 1	OB 2	OB 3	OB 4	OB 5	OB 6	OB 7	OB 8	OB 9	OB 10	OB 11	OB 12	OB 13	OB 14
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OE1														
	OE2														
	OE3														
	OE4														
	OE5														
	OE6														
	OE7														
	OE8														
	OE9														
	OE10														

Figura 16 – Matriz de ralações OE vs OOP QUAR 2015



2.5. RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS	PONT.	RH PLAN. MP2015	PONT. PLANEADA	EFETIVOS MÉDIOS	N.º TOTAL DIAS DE AUSÊNCIA	REF. DIAS ÚTEIS DE TRABALHO	POND. DIAS TOTAIS TRABALH OEXECUT.	PONT. EXECUTADA	DESVIO
	1	2	3 = (1*2*14)	4	5	6	7 = (4 * 6) - 5	8 = 1 * 7	9 = 3 - 8
OFICIAIS - DIREÇÃO SUPERIOR	20	11	59.127	10	43	269	2.577	51.548	-7.579
OFICIAIS - DIREÇÃO INTERMÉDIA	16	117	503.119	113	429	269	29.941	479.054	-24.065
CARREIRA ESPECIAL OFICIAIS (REstantes OFICIAIS)	12	719	2.318.861	671	9.779	269	170.626	2.047.514	-271.347
SARGENTOS	8	2.671	5.742.864	2.618	28.118	269	675.563	5.404.503	-338.361
GUARDAS	6	18.855	30.404.819	18.967	251.411	269	4.846.026	29.076.153	-1.328.666
TOTAL PESSOAL MILITAR		22.373	39.028.790	22.379	289.780		5.724.733	37.058.772	-1.970.017
TÉCNICO SUPERIOR	12	60	162.720	17	581	226	3.318	39.810	-122.910
CARREIRA ESPECIAL MÉDICA	12	60	162.720	13	145	226	2.680	32.160	-130.560
CARREIRA ESPECIAL ENFERMAGEM	12	1	2.712	1	0	226	226	2.712	0
CARREIRA ESPECIAL DOCENTE	12	11	29.832	10	107	226	2.210	26.514	-3.318
CARREIRA ESPECIAL GUARDA FLORESTAL	6	336	455.616	321	4.733	226	67.870	407.217	-48.399
CARREIRAS NÃO REVISTAS	12	13	35.256	6	206	226	1.150	13.800	-21.456
CARREIRA TECN. DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA	12	13	35.256	6	206	226	1.150	13.800	-21.456
CARREIRA INFORMÁTICA	12	5	13.560	5	202	226	928	11.136	-2.424
ASSISTENTE TÉCNICO	5	150	169.500	74	598	226	16.013	80.065	-89.435
ASSISTENTE OPERACIONAL	5	350	395.500	768	8.040	226	165.415	827.075	431.575
OUTRO PESSOAL (VIGILANTES FLORESTAIS)	5	0	0	0	0	226	0	0	0
TOTAL PESSOAL CIVIL		986	1.427.416	1.214	14.612		259.809	1.440.489	13.073
TOTAL	150	23.359	40.456.206	23.593	304.392		5.984.541	38.499.261	-1.956.944

Figura 17 – Execução de recursos humanos QUAR 2015



2.6. RECURSOS FINANCEIROS

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO PARA 2015	OE PROPOSTO GNR	OE CORRIGIDO GNR	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				TOTAL
			1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
01 DESPESAS COM PESSOAL	754.985.878,00	825.741.200,00	194.410.158,70	231.121.684,17	202.171.999,69	191.951.861,50	819.655.704,06
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	59.943.014,00	56.017.273,00	9.098.557,32	12.606.078,26	11.532.517,44	21.069.392,48	54.306.545,50
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	427.274,00	1.566.929,00	60.238,96	279.161,20	56.957,06	1.137.336,84	1.533.694,06
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	560.150,00	460.359,00	7.477,95	129.227,28	93.990,36	195.779,50	426.475,09
07 INVESTIMENTO	14.301.251,00	17.565.320,00	214.843,05	1.011.214,13	1.509.691,35	7.156.694,88	9.892.443,41
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	2.166.514,00	0,00	47.355,00	179.064,09	1.164.649,14	1.391.068,23
TOTAL	830.217.567,00	903.517.595,00	203.791.275,98	245.194.720,04	215.544.219,99	222.675.714,34	887.205.930,35

Figura 18 – Execução de recursos financeiros QUAR 2015

2.7. FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2015 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no quadro abaixo que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR.

Quanto às fontes de verificação dos indicadores de medida, salienta-se que por razões óbvias, necessariamente por questões de dimensão e de legibilidade, não foram incorporados no presente Relatório de Autoavaliação os documentos comprovativos da execução dos indicadores (compostos por mapas estatísticos, listagens extraídas de sistemas de informação, relatórios e/ou documentos finais), assinalando-se contudo o órgão responsável e a fonte de verificação associada.

COD.	INDICADOR	EPR 1	EPR 2	FONTE DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE
IND 1	N.º DE NÚCLEOS E DE EQUIPAS COM ELEMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E APOIO A VÍTIMAS ESPECÍFICAS (IAVE)	CO/DIC	CO/DIC + CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 2	N.º DE MILITARES QUALIFICADOS NAS VALÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (NIAVE; NICAV; NAIC)	CO/DIC	CO/DIC	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 3	N.º DE WORKSHOPS TEMÁTICOS DIRIGIDOS AOS ATORES-CHAVE	CO/DIC	CO/DIC	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 4	N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS GRUPOS DE RISCO	CO/DIC	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 5	TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES FRONTEX = (N.º DE AÇÕES ASSEGURADAS/ N.º DE AÇÕES SOLICITADAS PELA AGÊNCIA FRONTEX) * 100	CO/DO/DEPO	UCC + UI	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 6	N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ RN E OP. CONJUNTAS)	CO/DO/DEPO	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL



COD.	INDICADOR	EPR 1	EPR 2	FONTE DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE
IND 7	N.º DE OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA EUROPEAN TRAFFIC POLICE NETWORK (TISPOL) E EURO CONTROLE ROUTE (ECR)	CO/DO/DTS R	CO/DO	SISTEMA DE GESTÃO RODOVIÁRIA (SGR)	TRIMESTRAL
IND 8	N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO IDOSOS EM SEGURANÇA	CO/DO/DE O	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 9	N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS CONTRA A VIOLÊNCIA SOBRE PESSOAS IDOSAS E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO/DO/DE O	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 10	N.º DE ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO, ABORDANDO EM ESPECIAL OS TEMAS DO BULLYING, DA VIOLÊNCIA EXERCIDA ATRAVÉS DE NOVAS TECNOLOGIAS E DA VIOLÊNCIA NO NAMORO)	CO/DO/DE O	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 11	TAXA DE CRIANÇAS E JOVENS ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO = (N.º DE JOVENS SENSIBILIZADOS/ N.º DE JOVENS NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA GUARDA) * 100	CO/DO/DE O	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 12	N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	CO/DO/DE O	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 13	N.º DE MILITARES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO ADESVET	CDF/DD	CDF/DD	RELATÓRIO ANUAL DE FORMAÇÃO	TRIMESTRAL
IND 14	N.º DE MILITARES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE FORMAÇÃO ADESVET	CDF/DD	CDF/DD	RELATÓRIO ANUAL DE FORMAÇÃO	TRIMESTRAL
IND 15	N.º DE VEÍCULOS CONTROLADOS NO ÂMBITO DO CONTROLO DA VELOCIDADE	CO/DO/DTS R	CTER	SISTEMA DE GESTÃO RODOVIÁRIA (SGR)	TRIMESTRAL
IND 16	N.º DE CONDUTORES TESTADOS NO ÂMBITO DO CONTROLO DO ÁLCOOL	CO/DO/DTS R	CTER	SISTEMA DE GESTÃO RODOVIÁRIA (SGR)	TRIMESTRAL
IND 17	N.º DE PASSAGEIROS CONTROLADOS NO ÂMBITO DO USO DOS CINTOS DE SEGURANÇA E DOS SISTEMAS DE RETENÇÃO DE CRIANÇAS.	CO/DO/DTS R	CTER	SISTEMA DE GESTÃO RODOVIÁRIA (SGR)	TRIMESTRAL
IND 18	N.º DE FISCALIZAÇÕES NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE (SEPNA)	CO/DSEPNA	CTER	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGS)	TRIMESTRAL
IND 19	TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIO = (N.º TOTAL DE INVESTIGAÇÕES CONDUZIDAS/N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS)*100	CO/DSEPNA	CTER	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGS)	TRIMESTRAL
IND 20	TAXA DE ELEMENTOS HABILITADOS COM CURSO SEPNA = (N.º TOTAL DE ELEMENTOS HABILITADOS/N.º DE EFETIVOS TOTAL DA ÁREA SEPNA)*100	CO/DSEPNA	CTER	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGS)	TRIMESTRAL
IND 21	N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE (SEPNA)	CO/DSEPNA	CTER	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGS)	TRIMESTRAL
IND 22	N.º DE DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO ELABORADOS PARA NÚCLEOS ESCOLA SEGURA	CO/DO/DE O	CO/DO	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 23	N.º DE ALUNOS ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO/DO/DE O	CTER	SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL (SGO)/ SITREP	TRIMESTRAL
IND 24	N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DHCG	DHCG	SITE DO ARQUIVO/ MUSEU E DA GNR	TRIMESTRAL
IND 25	N.º DE REGISTOS BIBLIOGRÁFICOS ELETRÓNICOS (MONOGRAFIAS, PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E ANALÍTICOS) DISPONÍVEIS PARA PESQUISA EM PLATAFORMA ELETRÓNICA	DHCG	DHCG	PLATAFORMA ELETRÓNICA DA BIBLIOTECA	TRIMESTRAL
IND 26	N.º DE PÁGINAS DIGITALIZADAS DO ACERVO DOCUMENTAL HISTÓRICO	DHCG	DHCG	PLATAFORMA ELETRÓNICA DO ARQUIVO HISTÓRICO	TRIMESTRAL
IND 27	N.º DE EVENTOS CULTURAIS PÚBLICOS, ORGANIZADOS OU APOIADOS EM PROMOÇÃO DA MEMÓRIA DA GNR	DHCG	DHCG	SITE DO ARQUIVO/ MUSEU E DA GNR	TRIMESTRAL
IND 28	N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DCRP	DCRP	SITE AFETO ÀS PLATAFORMAS E REDES SOCIAIS	TRIMESTRAL



COD.	INDICADOR	EPR 1	EPR 2	FONTE DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE
IND 29	N.º DE ASSOCIAÇÕES NAS PLATAFORMAS E REDES SOCIAIS	DCRP	DCRP	SITE AFETO ÀS PLATAFORMAS E REDES SOCIAIS	TRIMESTRAL
IND 30	N.º DE SISTEMAS EXTERNOS OPERACIONAIS CONECTADOS	CO/CCCO	CO/CCCO + CO/DCSI	SISTEMA DE COMANDO E COORDENAÇÃO OPERACIONAL DA GUARDA (SC3OG)	TRIMESTRAL
IND 31	N.º DE SUBUNIDADES LIGADAS À RNSI	CO/DCSI	CO/DCSI	SISTEMA DE COMANDO E COORDENAÇÃO OPERACIONAL DA GUARDA (SC3OG)	TRIMESTRAL
IND 32	N.º MÁQUINAS LIGADAS E MIGRADAS AO SIIOP	CO/DCSI	CO/DCSI	SISTEMA DE COMANDO E COORDENAÇÃO OPERACIONAL DA GUARDA (SC3OG)	TRIMESTRAL
IND 33	N.º DE SALAS DE SITUAÇÃO NORMALIZADAS NO ÂMBITO DO SISTEMA DE COMANDO E COORDENAÇÃO OPERACIONAL DA GUARDA (SC3OG)	CO/DCSI	CO/DCSI	SISTEMA DE COMANDO E COORDENAÇÃO OPERACIONAL DA GUARDA (SC3OG)	TRIMESTRAL
IND 34	N.º DE UU/OO/EE COM SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL (SDAGD) EM OPERAÇÃO	CO/DCSI	CO/DCSI	SISTEMA DE COMANDO E COORDENAÇÃO OPERACIONAL DA GUARDA (SC3OG)	TRIMESTRAL
IND 35	TAXA DE DISPONIBILIDADE=(N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	CO/DCSI	CO/DCSI	MAPA DE REGISTO DA DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO	TRIMESTRAL
IND 36	TAXA DE DISPONIBILIDADE=(N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS CENTROS DE COMUNICAÇÕES / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	CO/DCSI	CO/DCSI	MAPA DE REGISTO DA DISPONIBILIDADE DOS CENTROS DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
IND 37	N.º DE MANUAIS DE GESTÃO DE PROJETOS CONCEBIDOS	DPERI	DPERI	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - BOAS PRÁTICAS	TRIMESTRAL
IND 38	N.º DE FORMULÁRIOS NORMALIZADOS	DPERI	DPERI	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - BOAS PRÁTICAS	TRIMESTRAL
IND 39	N.º DE BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS E DIFUNDIDAS	DPERI	DPERI	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - BOAS PRÁTICAS	TRIMESTRAL
IND 40	N.º DE CANDIDATURAS A PRÉMIOS DE BOAS PRÁTICAS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	DPERI	DPERI	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - BOAS PRÁTICAS	TRIMESTRAL
IND 41	N.º DE NORMAS DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM CONCEBIDAS	DCRP	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E NORMAS GRÁFICAS	TRIMESTRAL
IND 42	TAXA DE CONCEÇÃO DO MÓDULO DO WORKFLOW DA «BOLSA DE FORMADORES» NO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA FORMAÇÃO (SIGFORM) = (N.º ITENS CONCEBIDOS/N.º DE ITENS TOTAIS PREVISTOS) * 100	CDF/DF	CDF/DF	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - BOAS PRÁTICAS	TRIMESTRAL
IND 43	TAXA DE CONCEÇÃO DO MÓDULO DO WORKFLOW DA «EDIÇÃO DE CURSOS» NO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA FORMAÇÃO (SIGFORM) = (N.º ITENS CONCEBIDOS/N.º DE ITENS TOTAIS PREVISTOS) * 100	CDF/DF	CDF/DF	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - BOAS PRÁTICAS	TRIMESTRAL
IND 44	TAXA DE CONCEÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DA JUSTIÇA = (N.º MÓDULOS CONCEBIDOS/N.º DE MÓDULOS TOTAIS PREVISTOS) * 100	DJD	DJD	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - BOAS PRÁTICAS	TRIMESTRAL

Figura 19 – Listagem de fontes de verificação QUAR 2015

COD.	INDICADOR	EPR 1	EPR 2	FONTE DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE
RH	EXECUÇÃO RECURSOS HUMANOS	CARI/DRH	CARI/DRH	MAPA DE PESSOAL (SIGRI)	TRIMESTRAL
RF	EXECUÇÃO RECURSOS FINANCEIROS	CARI/DRF	CARI/DRF	MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (GERFIP)	TRIMESTRAL

Figura 20 – Listagem de fontes de verificação QUAR 2015



2.8. QUADRO RESUMO

INDICADORES SUPERADOS		INDICADORES ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
IND 001	IND 019		
IND 002	IND 020		
IND 003	IND 021	IND 007	
IND 004	IND 022	IND 010	
IND 005	IND 023	IND 026	
IND 006	IND 024	IND 031	IND 015
IND 008	IND 025	IND 033	IND 018
IND 009	IND 027	IND 037	IND 028
IND 011	IND 029	IND 038	IND 034
IND 012	IND 030	IND 040	IND 035
IND 013	IND 032	IND 041	
IND 014	IND 036	IND 042	
IND 016	IND 039	IND 044	
IND 017	IND 043		

Figura 21 – quadro resumo indicadores QUAR 2015

2.9. BREVE ANÁLISE

2.9.1. EXECUÇÃO POR PARAMETRO/GLOBAL

Dos 14 objetivos operacionais constantes do QUAR/GNR 2015, verifica-se que, apesar dos fatores condicionantes referidos, todos eles apresentam taxas de realização elevadas, o que manifesta o esforço de todas as estruturas da Guarda, para a prossecução das metas estabelecidas junto da Tutela para o ano económico que agora encerra.

Em seguida são apresentados os resultados da avaliação por parâmetros, bem como as ponderações definidas em sede de elaboração do QUAR 2015. A análise ao quadro permite verificar a concretização dos objetivos operacionais das dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade, com uma graduação global de Objetivo Superado.

A avaliação final do organismo é, necessariamente, muito positiva, uma vez que apesar dos diversos constrangimentos que foram surgindo, apresenta uma taxa de execução global se situar em 130%.

Considerando este desempenho e tendo a Guarda vindo a atingir, de uma forma sustentada, elevados níveis de performance, tanto nas áreas da missão contempladas nos objetivos do QUAR como em todas as demais, num ano particularmente difícil, sujeito a severas restrições orçamentais, plenamente se justifica a Classificação BOM em sede de avaliação final da performance do desempenho organizacional.

PARÂMETROS	PESO	RESULTADO	RESULTADO PONDERADO	AVALIAÇÃO GLOBAL	
				QUANTITATIVA	QUALITATIVA
EFICÁCIA	35%	140%	49%		
EFICIÊNCIA	35%	143%	50%	130%	BOM
QUALIDADE	30%	105%	32%		

2.9.2. GRAU DE EXECUÇÃO POR OBJETIVO

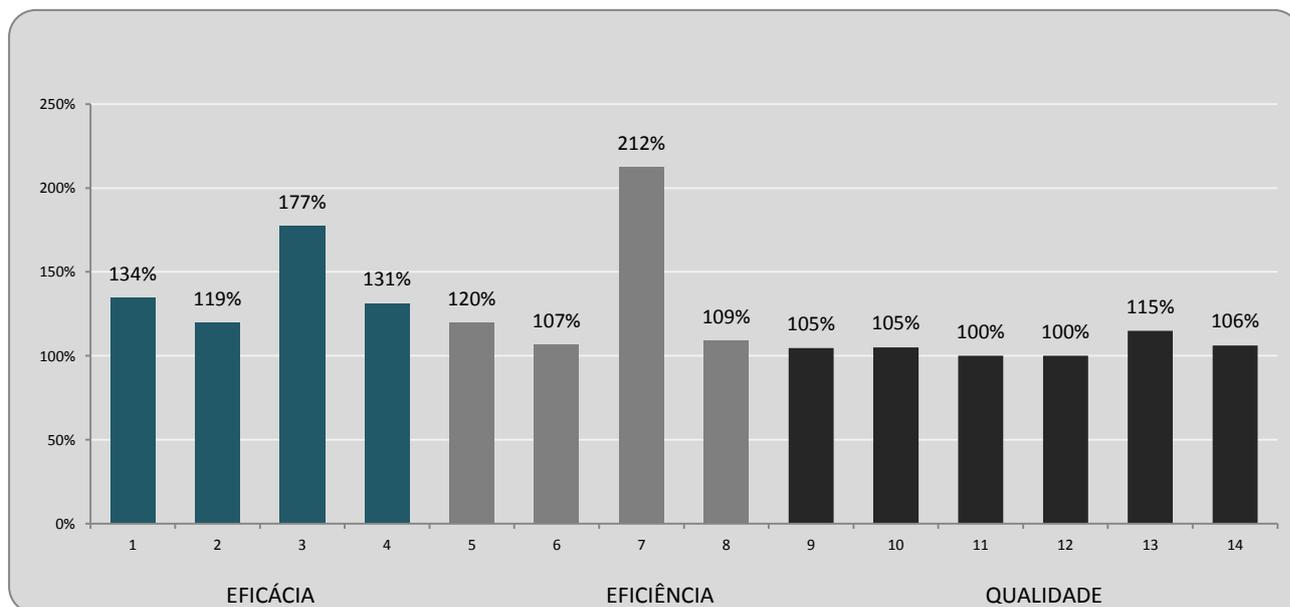


Figura 22 – Taxa de execução dos objetivos QUAR 2015

2.9.3. GRAU DE EXECUÇÃO POR INDICADOR

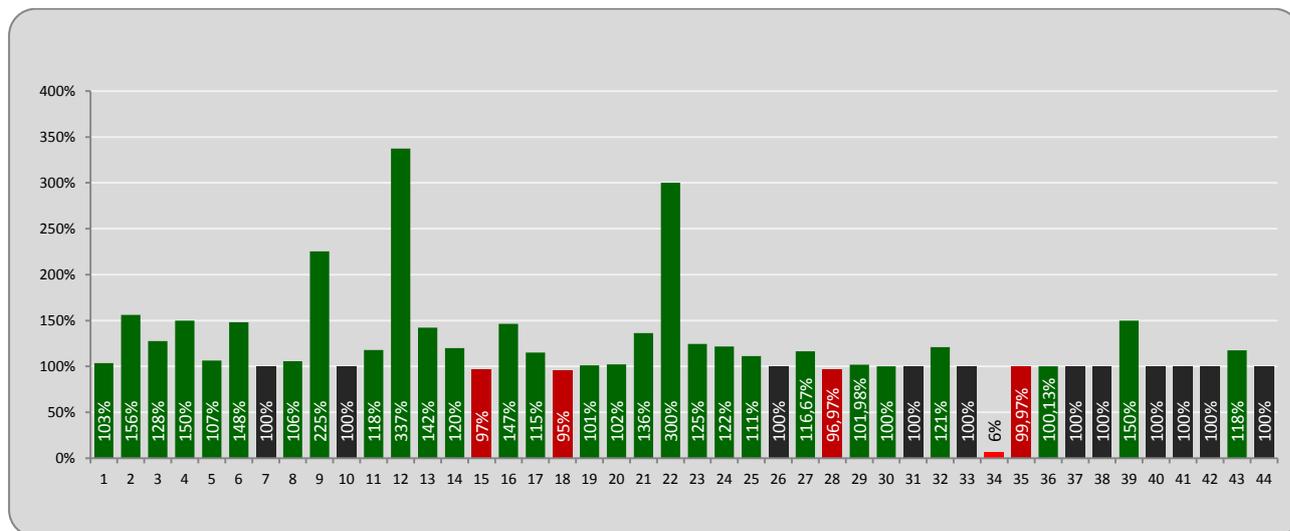


Figura 23 – Taxa de execução dos indicadores QUAR 2015

2.9.4. JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS

Sem prejuízo de no relatório de atividades desenvolvermos uma análise mais aprofundada de todos os indicadores de medida, faremos no presente relatório de autoavaliação uma análise sintética dos indicadores de medida que superaram de forma significativa as metas definidas, bem como daqueles indicadores que, por diversas razões, não foram atingidos.



IND.	EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
IND 002	156%	002 - N.º DE MILITARES QUALIFICADOS NAS VALÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (NIAVE; NICAIV; NAIC)	<p>Para este indicador, sem valores históricos, a meta estabelecida para o ano de 2015 foi fixada em 50 militares com formação qualificada para reforço das estruturas da investigação criminal nas valências da investigação e apoio a vítimas específicas (NIAVE), investigação das causas de acidentes de viação (NICAIV) e na análise da investigação criminal (NAIC).</p> <p>No decurso do ano de 2015, foram, assim, qualificados 78 militares nas referidas valências, resultado da formação de 27 analistas de informação criminal e 51 investigadores no apoio a vítimas específicas, o que representa uma execução de 156% em relação à meta estabelecida.</p> <p>Realça-se que as solicitações das Unidades em formação qualificada neste âmbito ajustou-se ao longo do ano para quantitativos superiores aos inicialmente programados, por motivo de perdas imprevistas, o que justifica que a taxa de realização deste indicador tenha sido significativamente superada.</p>
IND 004	150%	004 - N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS GRUPOS DE RISCO (CRIANÇAS, JOVENS, MULHERES E IDOSOS E VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS)	<p>A meta estabelecida para 2015 foi fixada em 10 ações de sensibilização e informação junto dos grupos de risco.</p> <p>Realça-se que a dinâmica subjacente ao desenvolvimento da investigação criminal gera acentuadas flutuações de empenhamento ao longo do ano, o que se repercute numa maior ou menor disponibilidade do efetivo da estrutura para a realização de atividades programadas, condicionada, designadamente, pelo ajustamento ou reformulação de prazos e prioridades de investigação por determinação das autoridades judiciárias (v.g. a existência de um maior número de inquéritos com presos preventivos acarreta menor disponibilidade para a realização de atividades programadas), mas também pela evolução dos registos da criminalidade ao longo do ano, que originam um maior ou menor empenhamento do efetivo da estrutura em atividades policiais de prevenção e combate para fazer face a focos de criminalidade específicos e localizados.</p> <p>Este circunstancialismo, aliado à otimização dos recursos disponíveis, permitiu em 2015 uma maior disponibilização de meios humanos para afetação a este tipo de ações (de realçar o avultado número de solicitações por parte das escolas, dos lares, centros de dia e associações de apoio à vítima), expectativa positiva que levou a que a meta inicial fosse revista para 26 ações de formação e sensibilização junto dos grupos de risco.</p> <p>Ao longo do ano de 2015 foram, assim, realizadas 39 ações de formação e sensibilização, o que representa uma execução de 150% em relação à meta estabelecida.</p>
IND 006	148%	006 - N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ REUNIÕES E OPERAÇÕES CONJUNTAS)	<p>A meta estabelecida para 2015 foi fixada em 400 ações operacionais de controlos móveis com a Guardia Civil de Espanha. Em 2015 foram, assim, realizados 593 controlos móveis, o que representa uma execução de 148% face à meta estabelecida.</p> <p>A taxa de realização deste indicador reflete o incremento de ações adicionais, que inicialmente não estavam previstas, visando a prevenção da criminalidade associada às migrações e terrorismo na Europa.</p>

IND.	EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
IND 009	225%	009 - N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS CONTRA A VIOLÊNCIA SOBRE PESSOAS IDOSAS E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	<p>Este indicador foi considerado pela primeira vez em 2015, não havendo, por isso, valores históricos que permitam a sua comparabilidade. Para 2015 estabeleceu-se como meta a sensibilização de 30.000 idosos contra a violência sobre pessoas idosas e sobre o consumo de droga e álcool.</p> <p>Até ao final do terceiro trimestre a concretização deste indicador estava a evoluir dentro da meta estabelecida. No entanto, fruto da otimização dos recursos afetos à operação “idosos em segurança”, que decorreu durante todo o mês de outubro de 2015, foi possível superar de forma substancial a meta definida, numa dimensão que a monitorização dos três trimestres anteriores não faria prever (sublinha-se que só o terceiro trimestre contribui com, aproximadamente, 61,75% para a taxa de execução alcançada contra, aproximadamente, 38,24% dos três trimestres anteriores).</p> <p>Com efeito, durante o ano de 2015, foram, neste âmbito, sensibilizados 67.587 idosos, o que representa uma execução de 225% face à meta estabelecida. Este resultado traduz, por outro lado, de forma eloquente e inequívoca, a importância e a prioridade que a Guarda atribui à proteção e apoio de um grupo de risco com considerável e crescente expressão demográfica e tão vulnerável a práticas criminosas como são os idosos.</p>
IND 012	337%	012 - N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	<p>A meta estabelecida para 2015 foi fixada em 5000 ações de sensibilização e informação junto de comerciantes e lojistas.</p> <p>No entanto, com o aproximar do final do ano de 2015, por motivo da entrada em circulação, em 25 de novembro, da nova nota de €20, a Guarda viria a desenvolver, designadamente por impulso de solicitações externas, um número consideravelmente superior de ações de sensibilização junto dos comerciantes, que inicialmente não estava previsto serem realizadas. Com efeito, compromissos assumidos neste âmbito com o Banco de Portugal concorreram significativamente para o aumento do número de ações de informação empreendidas no ano de 2015 pela Guarda com o escopo da prevenção de burlas e do esclarecimento sobre os elementos de segurança que integram a referida nota.</p> <p>Regista-se, por outro lado, que esta temática suscitou uma maior motivação e participação de comerciantes e lojistas nas ações de sensibilização empreendidas, muito superior à verificada noutro tipo de ações dirigidas ao mesmo público-alvo. Foi, assim, possível superar de forma relevante a meta definida para o ano de 2015, destacando-se, no entanto, pelas razões expostas, a importância do número de ações realizadas no quarto trimestre do ano, cujo contributo para a taxa de execução alcançada se situou na ordem dos 57%, aproximadamente.</p> <p>Assim, durante o ano de 2015, foram realizadas 16.861 ações de sensibilização e informação junto dos comerciantes e lojistas, o que representa uma execução de 337% face à meta estabelecida.</p>



IND.	EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
IND 013	142%	013 - N.º DE MILITARES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO ADESVET (ADVANCED DETECTION OF STOLEN VEHICLES TRAINING)	<p>Este indicador (50% do Obj. 4) apresenta uma taxa de superação de 46% (6405) face à meta estabelecida (4500). Tal superação deveu-se essencialmente a dois fatores:</p> <p>a) O processo de formação desenvolveu-se de forma direta e dependente da capacidade formativa de cada Unidade, pelo que a evolução do processo de formação ADESVET Nível II realizado em 2014, permitiu à generalidade das Unidades (27) darem continuidade à formação iniciada, tendo algumas Unidades aproveitado o processo de formação SIIOP, para simultaneamente ministrarem a formação ADESVET Nível II;</p> <p>b) O processo de formação proposto e concretizado, sem custos financeiros para a atividade das respetivas Unidades, permitiu que as ações de sensibilização tivessem sido transmitidas quase à totalidade do dispositivo operacional desta Guarda.</p> <p>Face ao descrito entende-se que a superação evidenciada neste objetivo se deve forte empenhamento da totalidade das Unidades envolvidas no processo de formação, rentabilizando os recursos formativos.</p>
IND 015	97%	015 - N.º DE VEÍCULOS CONTROLADOS NO ÂMBITO DO CONTROLO DA VELOCIDADE	<p>Em 2014, para efeitos de controlo da velocidade, foram controlados 9.015.000 condutores. A meta estabelecida para 2015 foi fixada em 9.100.000 condutores controlados. No ano de 2015 foram controlados 8.803.930 no âmbito do controlo da velocidade, o que representa uma execução de 97% face à meta estabelecida.</p> <p>Neste domínio, em 2015, na estratégia da GNR para incrementar a eficácia dos controlos de velocidade e conferir maior celeridade ao procedimento contra-ordenacional, com diminuição dos constrangimentos administrativos inerentes ao seu processamento, sobressaiu a opção pela maximização do número de veículos intercetados em detrimento da intensificação do número de veículos controlados. Com a opção tomada visou-se, assim, alcançar maior impacto e eficácia, quer na perceção dos riscos inerentes ao excesso de velocidade, quer na adoção de comportamentos de menor risco, ao mesmo tempo que se procurou contribuir para a diminuição do sentimento de impunidade entre os infratores.</p> <p>Não obstante a taxa de execução da meta deste indicador ter ficado aquém da previsão, uma vez que os veículos controlados foram, mesmo assim, em número ligeiramente inferior ao expectável, verificou-se um acréscimo de cerca de 7% dos excessos de velocidade detetados em relação ao ano de 2014 (aumentaram de 169.380 para 182.202), o que corrobora a assertividade da estratégia prosseguida pela Guarda. Por outro lado, em 2015, os períodos de indisponibilidade e inoperacionalidade, quer dos aparelhos de controlo de velocidade, quer das viaturas em que operam, foram superiores aos do ano de 2014, circunstância que também se repercutiu na taxa de execução deste indicador.</p>

IND.	EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
IND 016	147%	016 - N.º DE CONDUTORES TESTADOS NO ÂMBITO DO CONTROLO DO ÁLCOOL	<p>Em 2014 foram controlados 698.500 condutores para efeitos de controlo do álcool na condução. A meta estabelecida para 2015 foi fixada em 850.000 condutores. Em 2015 foram controlados 1.245.973 condutores no âmbito do controlo do álcool, o que representa uma execução de 147% face à meta estabelecida.</p> <p>O combate à sinistralidade rodoviária é uma prioridade estratégica da GNR, alinhada com as prioridades definidas na Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária e no “Road Safety Programme 2011-2020” da Comissão da União Europeia. A condução sob o efeito do álcool é um dos fatores que mais contribui para a sinistralidade rodoviária, pelo que vem merecendo particular atenção da Guarda, designadamente no âmbito da sua atividade de fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco, com a intensificação dos testes aleatórios ao ar expirado.</p> <p>O grau de cumprimento da taxa de realização deste indicador espelha, por isso, o esforço operacional e a crescente preocupação da Guarda em controlar comportamentos de risco associados à ingestão de álcool e condução sobre o seu efeito, o que se traduziu no acréscimo dos controlos realizados em 2015, que superou as expectativas iniciais.</p>
IND 018	95%	018 - N.º DE FISCALIZAÇÕES NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE (SEPNA)	<p>Em 2014 foram realizadas 163.820 fiscalizações no âmbito do serviço de proteção da natureza e do ambiente. Para 2015 foi fixada a meta de 165.000 fiscalizações. Em 2015 foram realizadas 157.214 fiscalizações no âmbito do serviço de proteção da natureza e do ambiente, o que representa uma execução de 95% face à meta estabelecida.</p> <p>Influenciou o grau de realização da meta deste indicador o facto do número de militares da valência SEPNA que ao longo do ano de 2015 foi submetido a formação especializada ter sido superior ao inicialmente previsto, o que originou que o ciclo temporal das atividades formativas, com o conseqüente desvios dos militares de funções operacionais, tivesse sido mais prolongado que o estimado, situação que se repercutiu negativamente na taxa de realização deste indicador.</p>
IND 021	136%	021 - N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE (SEPNA)	<p>Em 2014 foram realizadas 1.834 ações de sensibilização no âmbito do serviço de proteção da natureza e do ambiente. Para 2015 foi fixada a meta de 1.900 ações de sensibilização nesta área. Em 2015 foram realizadas 2.591 ações de sensibilização no âmbito do serviço de proteção da natureza e do ambiente, o que representa uma execução de 136% face à meta estabelecida.</p> <p>Para a taxa de realização alcançada, superior ao inicialmente expectável, contribuíram os resultados da operação “Ignição Zero”, que se realizou pela primeira vez no ano de 2015, no âmbito da qual o número de ações de sensibilização da população para a necessidade de proceder à correta gestão de combustíveis foi superior ao previsto. Por outro lado, também o número de ações de sensibilização solicitadas pela sociedade civil, designadamente pelas escolas, associações e autarquias, foi superior ao esperado, o que se repercutiu positivamente na taxa de realização deste indicador.</p>



IND.	EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
IND 022	300%	022 - N.º DE DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO ELABORADOS PARA NÚCLEOS ESCOLA SEGURA	<p>Em 2014 foram elaborados 2 dispositivos de formação dirigidos para os Núcleos Escola Segura. Para 2015, no mesmo âmbito, foi fixada como meta a elaboração de 2 novos dispositivos de formação.</p> <p>A Guarda, no âmbito dos Planos Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género e Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, tem a responsabilidade de realizar ações de sensibilização e de informação particularmente dirigidas à comunidade educativa, sobre a violência doméstica e de género e da não discriminação, abordando em especial os temas do “bullying”, do “Cyberbullying”, da violência no namoro, dos direitos das crianças e da exploração e abusos sexuais, atividades que prosseguiu e incrementou durante o ano de 2015.</p> <p>No mesmo sentido e no âmbito do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, a Guarda tem a responsabilidade de efetuar ações de sensibilização e de informação, especialmente dirigidas às comunidades escolar, tratando temas como o consumo de álcool e de produtos estupefacientes, tendo para o efeito sido desenvolvido e incrementado em 2015 conteúdos com essa finalidade.</p> <p>A intensificação das ações em matéria de segurança da comunidade escolar, potenciadas pelo compromisso assumido pela Guarda no âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, contribuíram também e decisivamente para a superação da meta estabelecida para este indicador.</p> <p>Com efeito, no final de 2015 e na prossecução desta atividade, foram elaborados 6 dispositivos de formação, nomeadamente no âmbito da operação “ regresso às Aulas”, Sistema de Retenção de Crianças, operação “Spring Break”, Direitos das Crianças e Exploração e Abuso Sexual, o que representa uma execução de 300% face à meta estabelecida.</p>
IND 028	96,97%	028 - N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	<p>No entanto, os compromissos assumidos pela Guarda no âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, por um lado, e o número, muito superior ao inicialmente previsto, de ações de sensibilização solicitadas pelas escolas à Guarda, com particular incidência nos temas da violência no namoro, “bullying” e Cyberbullying, por outro lado, originaram o alargamento do número de ações de sensibilização, com a consequente sensibilização de um universo muito maior de elementos da comunidade educativa que não estava inicialmente previsto.</p> <p>Esta situação, logo identificada aquando da monitorização do primeiro trimestre, conduziu a uma revisão da meta inicial, fixando-se em 90.000 o número de elementos da comunidade educativa a abranger por estas ações de informação e sensibilização.</p> <p>Assim, durante o ano de 2015, foram sensibilizados 90.100 elementos da comunidade educativa, o que representa uma execução de 100% face à meta estabelecida.</p> <p>Neste âmbito, importa ainda realçar o facto de em 2015, pela primeira vez, ter sido realizada uma operação de âmbito nacional</p>



IND.	EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
			dirigida à informação e sensibilização da Comunidade Educativa.
IND 034	6%	034 - N.º DE UNIDADES/ÓRGÃOS/ESTABELECIMENTOS (UU/OO/EE) COM SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL (SDAGD) EM OPERAÇÃO	<p>Para 2015 a Guarda estabeleceu como meta ligar 16 Unidades/Órgãos/Estabelecimentos (UU/OO/EE) com Sistema de Despacho, Arquivo e Gestão Documental (SDAGD). Em 2015 foi apenas ligada uma Unidade (Comando Operacional), o que representa uma execução de 6% em relação à meta fixada.</p> <p>Realça-se que a definição deste indicador baseou-se num projeto-piloto, que já decorria há cerca de um ano, de um sistema de gestão documental denominado de "SIGA-CLOUD". Por razões técnicas, relacionadas com a sua velocidade, funcionalidade e usabilidade, a GNR decidiu, em abril de 2015, encerrar definitivamente o SIGA-CLOUD e enveredar por um projeto novo, denominado "FILE DOC", que começou a ser implementado em agosto de 2015. Esta circunstância repercutiu-se na taxa de execução deste indicador, sendo o resultado alcançado apenas reportado ao sistema novo ("FILE DOC").</p> <p>Face ao constrangimento identificado, a Guarda submeteu no pedido de revisão do QUAR 2015 a eliminação do presente indicador, com a distribuição das ponderações para os restantes indicadores que integram o OOp 10.</p>
IND 035	99,97%	035 - TAXA DE DISPONIBILIDADE = (N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	Para este indicador a meta definida para 2015 foi 98%, tendo, no final de 2015, sido atingida uma disponibilidade dos centros de comunicação, cuja medida assenta na relação número de horas/ano, de 98,13%, o que corresponde a uma execução de 99,97% face à meta estabelecida.
IND 039	150%	039 - N.º DE BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS E DIFUNDIDAS	<p>No decurso do ano 2015 foram identificadas e difundidas três boas práticas, face às duas inicialmente previstos o que representa uma taxa de concretização de 150,00% face à meta estabelecida.</p> <p>As boas práticas a que se refere o presente indicador serão desenvolvidas Capítulo III - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS do Relatório de Atividades 2015.</p>



2.9.5. GRAU DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

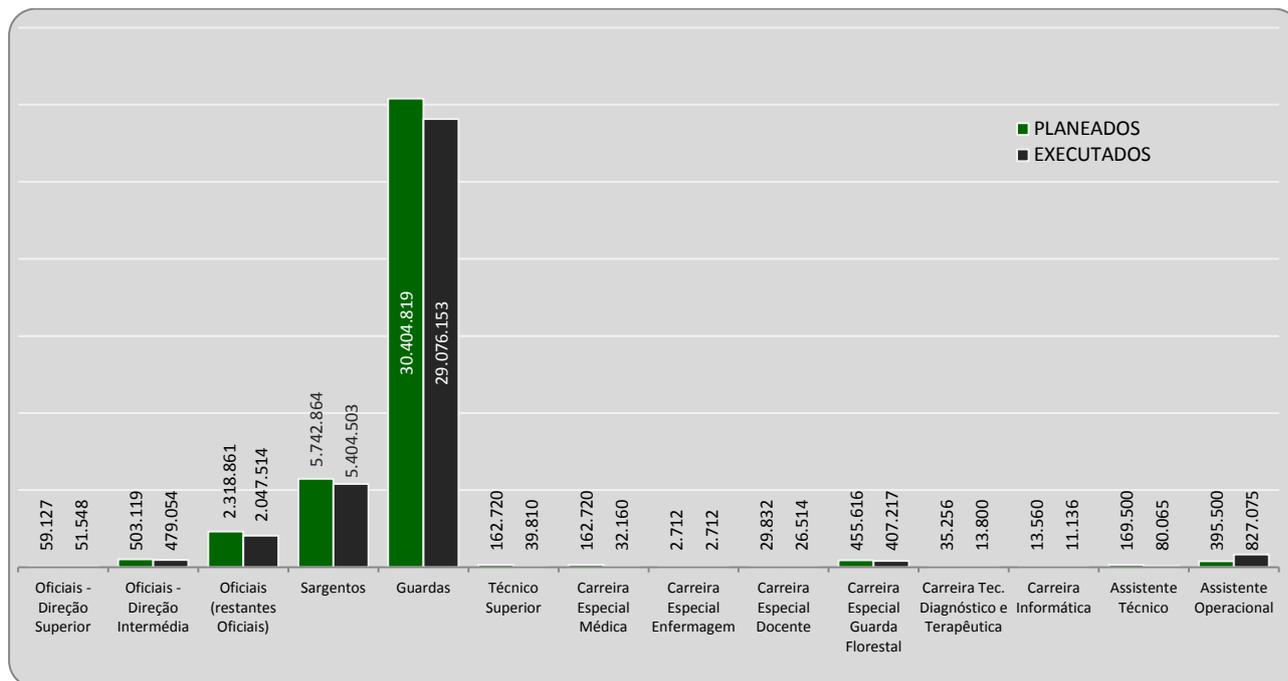


Figura 24 – Taxa de execução dos recursos humanos em UERHP – unidades equivalentes de recursos humanos planeados - QUAR 2015

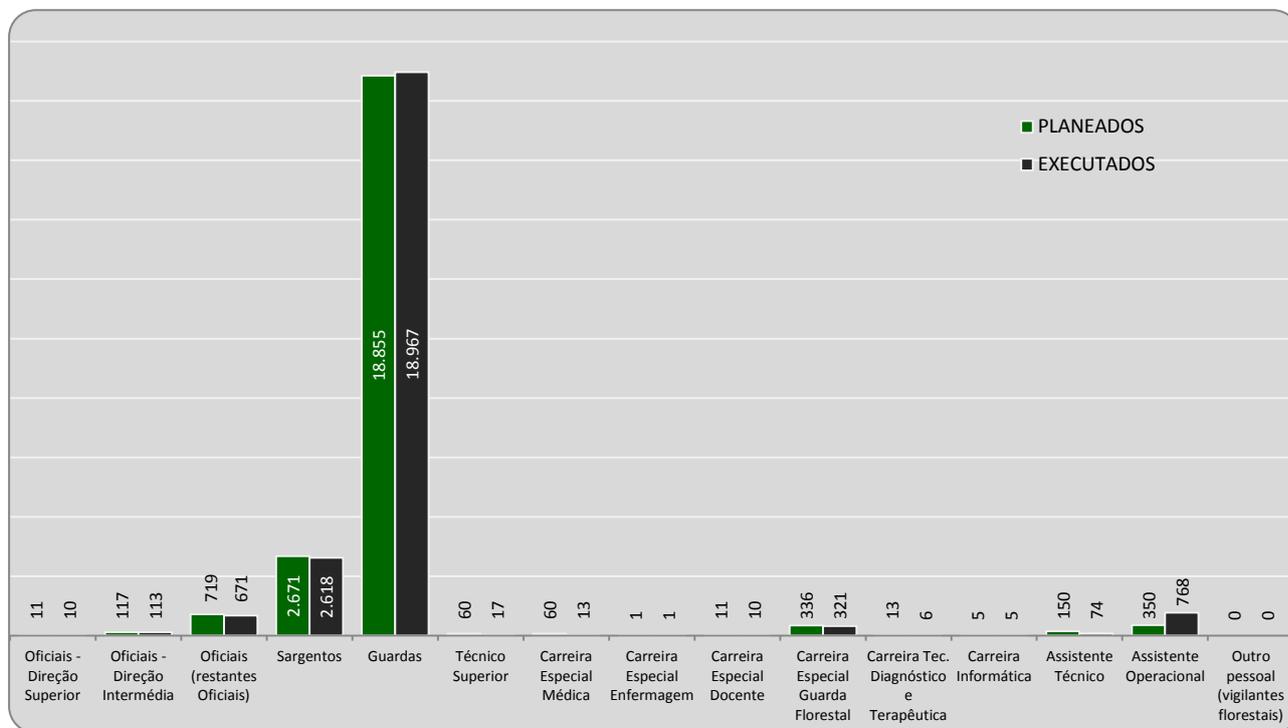


Figura 25 – Recursos humanos em quantitativos reais- QUAR 2015

2.9.6. GRAU DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

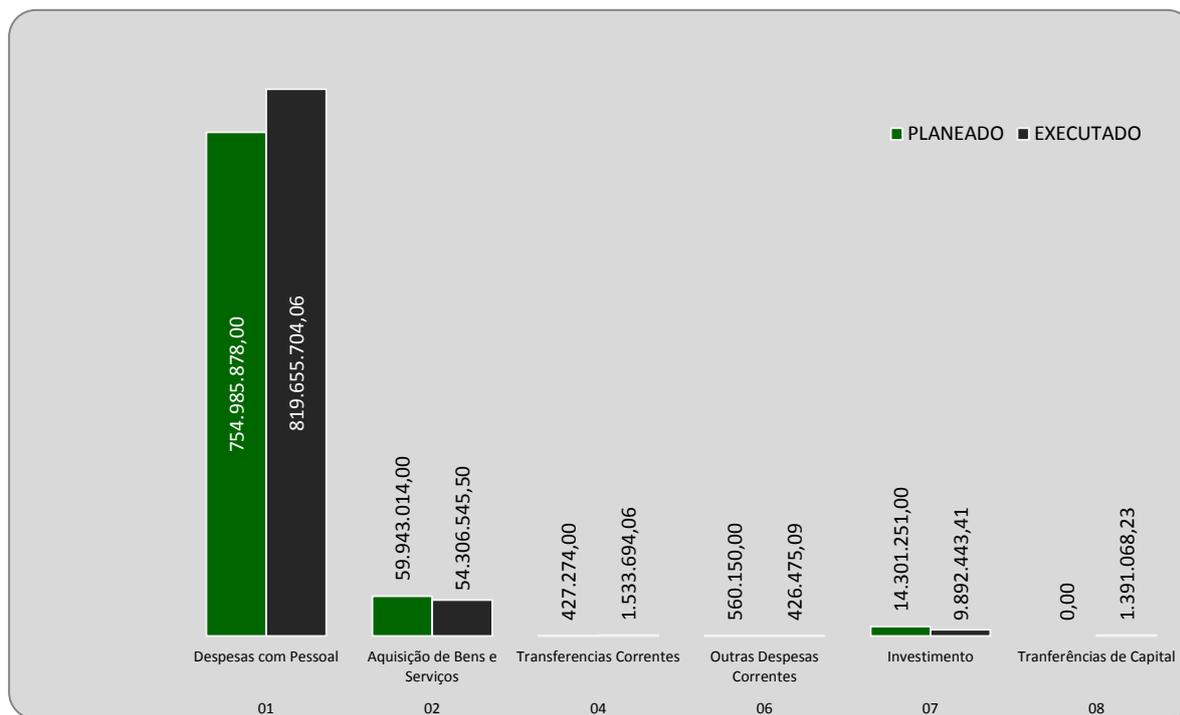


Figura 26 – Recursos Financeiros (Execução)- QUAR 2015



2.9.7. ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
Taxa de Concretização Global dos Objetivos	Média Ponderada da Taxa de Realização dos Objetivos de Eficácia, Eficiência e Qualidade	$140\% \times 35\%$ $+$ $143\% \times 35\%$ $+$ $105\% \times 30\%$	130%
Taxa de Utilização de Recursos Humanos	$\frac{\text{Recursos Humanos Utilizados}}{\text{Recursos Humanos Planeados}}$	$\frac{23.593}{23.359}$	1,01%
Índice de Produtividade	$\frac{\text{Taxa de Concretização Global dos Objetivos}}{\text{Taxa de Utilização de Recursos Humanos}}$	$\frac{130\%}{1,01}$	128,71

Figura 27 - Análise da produtividade - QUAR 2015

2.9.8. ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
Taxa de Concretização Global dos Objetivos	Média Ponderada da Taxa de Realização dos Objetivos de Eficácia, Eficiência e Qualidade	$140\% \times 35\%$ $+$ $143\% \times 35\%$ $+$ $105\% \times 30\%$	130%
Taxa de Utilização de Recursos Financeiros	$\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Orçamento Corrigido}}$	$\frac{887.205.930,35}{903.517.595,00}$	98,20%
Índice de Rentabilidade	$\frac{\text{Taxa de Concretização Global dos Objetivos}}{\text{Taxa de Utilização de Recursos Financeiros}}$	$\frac{130\%}{98,20\%}$	132,38

Figura 28 - Análise da custo-eficácia - QUAR 2015

2.9.9. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2015

Constrangimentos de natureza orçamental impediram a realização de alguns dos objetivos operacionais contratualizados. Em resultado, houve necessidade de redefinir metas e indicadores, renegociando-os com a tutela conforme indicado em 2.3 - OBJETIVOS OPERACIONAIS.

2.9.10. ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Esta análise será apresentada, de forma detalhada, no Capítulo IV do presente relatório.



2.9.11. MONITORIZAÇÃO DO QUAR

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2015 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no ponto 2.7 - FONTES DE VERIFICAÇÃO que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR. O reporte de monitorização foi realizado na plataforma colaborativa da SGMAI. A nível interno, foram realizadas reuniões de apresentação e de acompanhamento do QUAR 2015 com os diversos órgãos intervenientes.

Nos termos definidos na alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro conjugado com o Ofício Circular 13/GDG/08 da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público submeteu-se à consideração a revisão de algumas metas de indicadores de medida, fundada em situações ou acontecimentos não previsíveis (e como tal, não suscetíveis de ser antecipados). Sobre este pedido de revisão importa salientar que a quase totalidade dos indicadores revistos, decorrem de uma maior capacidade e proficiência da Guarda expressa nos resultados alcançados nos 2.º e 3.º trimestre. Por tal motivo, em 30 de setembro foi solicitada à SGMAI a revisão «em alta» das metas destes indicadores, corrigindo e limitando eventuais situações geradoras de superação das metas contratualizadas superiores aos convencionados 125%.

No que diz respeito ao indicador 34, face às circunstâncias referidas no documento de Revisão do QUAR 2015 (ANEXO A), houve necessidade de solicitar a eliminação do indicador e redefinir as ponderações dos restantes 4 indicadores do Objetivo Operacional n.º 10.



3. APRECIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

3.1. INQUÉRITOS E QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO E AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

O artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define os moldes em que deve ser realizada a autoavaliação do Serviço, e cujo detalhe procura aferir com rigor, não só os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR previamente estabelecido, mas também a medida em que esses resultados conferiram uma perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos seus stakeholders.

Por esse propósito, a legislação e as estruturas com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, conferem uma importância acrescida à manifestação de satisfação dos utilizadores, colaboradores e dirigentes, sugerindo que, em sede de autoavaliação, cada organismo promova a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, bem como a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, indicando-se para o efeito a metodologia utilizada, período de realização do inquérito/questionário, dimensão da amostra, taxa de respostas e nível de satisfação apurado.

Contudo, considerando a especificidade da GNR e da função policial, resultante da missão e atribuições, não é evidentemente possível proceder à audição dos utentes/utilizadores nos moldes sugeridos, isto porque a própria realidade dos demais serviços e organismos do Estado é bastante diferente das especificidades de uma organização militar que promove a segurança das pessoas e bens.

Repare-se, a propósito, que a legislação dá particular importância nesta apreciação aos serviços prestadores de serviços a utilizadores externos, numa lógica de fornecedor/prestador de serviços ou bens (que neste caso cumpre ao próprio Estado desenvolver), e, por outro lado, ao cliente/utente/beneficiário, numa relação por norma não conflituante.

No caso específico da GNR, ou qualquer outra força de segurança, a relação entre o prestador e o prevaricador é potencialmente conflituante, pelo que a apreciação deste será tendencialmente negativa em relação ao prestador e ao serviço prestado, de que beneficia, por regra a generalidade da população. Quanto às populações, sabido que as suas opiniões são altamente influenciadas por fatores subjetivos, designadamente pelo sentimento ou sensação de segurança, e sendo certo que tal não tem correspondência direta com o melhor ou pior serviço prestado pelas forças de segurança, não se vislumbra credível a sua auscultação sem o adequado estudo que permita dirimir os efeitos perversos associados.

De igual forma, a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores sugerida, não é passível de aplicação imediata, quer pela própria dimensão da população alvo de amostra (cerca de 23.000 militares e civis em funções), exigindo meios tecnológicos auxiliares para a sua concretização, quer pela necessidade da manutenção da coesão e da disciplina, uma vez que a natureza militar obriga ao exercício da ação de comando, por vezes conflituante com os interesses pessoais dos indivíduos, em prol dos superiores interesses coletivos da Organização e do País.

Acresce referir que para ambos os casos (audição de stakeholders internos e externos), a dimensão da amostra é tal que seria incomportável a realização dessa audição com recurso a meios internos, havendo, por esse motivo, necessidade de se recorrer ao mercado especializado para garantir o cumprimento desse pequeno quesito, com os elevados custos



que certamente lhe estão associados e que por, força das apertadas restrições orçamentais ao nível da despesa do Estado, a Guarda não possui nem lhe é possível desviar mais recursos financeiros para atividades que são marginais ao seu core business.

Importa ainda referir que a própria Tutela tem consciência das dificuldades subjacentes a este exercício de avaliação, o que determinou a dispensa de tal exercício nos Relatórios de Atividades anteriores. Destaque-se aliás o papel determinante da extinta DGAI (atual SGMAI) em organizar diversas iniciativas junto dos parceiros onde necessariamente se incluem as Forças e Serviços de Segurança, no sentido de identificar o conjunto de benefícios, mas também de dificuldades, que a avaliação dos stakeholders comporta.

Entre essas iniciativas merecem particular evidência as diversas conferências, seminários, e workshops realizados subordinados às complexas temáticas inerentes à «medição do desempenho policial» e «qualidade e certificação dos serviços prestados pelas Forças e Serviços de Segurança», de onde se extraíram conclusões valiosas para promover à perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos stakeholders.

Em tal contexto, e apesar das ações que foram sendo desenvolvidas, compreendendo a importância da apreciação interna e externa dos serviços prestados por qualquer Organização, mas querendo fazê-lo num quadro de rigor e com uma base científica, o Comando da Guarda decidiu, no âmbito do presente Relatório de Autoavaliação, não proceder ao exercício de avaliação, por parte dos stakeholders, relativamente aos serviços prestados pela Instituição.



4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Toda a atividade de gestão exige, para a concretização da sua eficácia, um bom sistema de controlo, sendo ambos os sistemas, o de gestão e o de controlo, indissociáveis. O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

A publicação do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho, veio dar corpo ao sistema nacional de controlo interno (SCI), um sistema progressista e moderno, onde o Controlo Interno ou Administrativo, consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental, em matéria de finanças públicas e outros interesses financeiros público, nos termos da Lei¹¹.

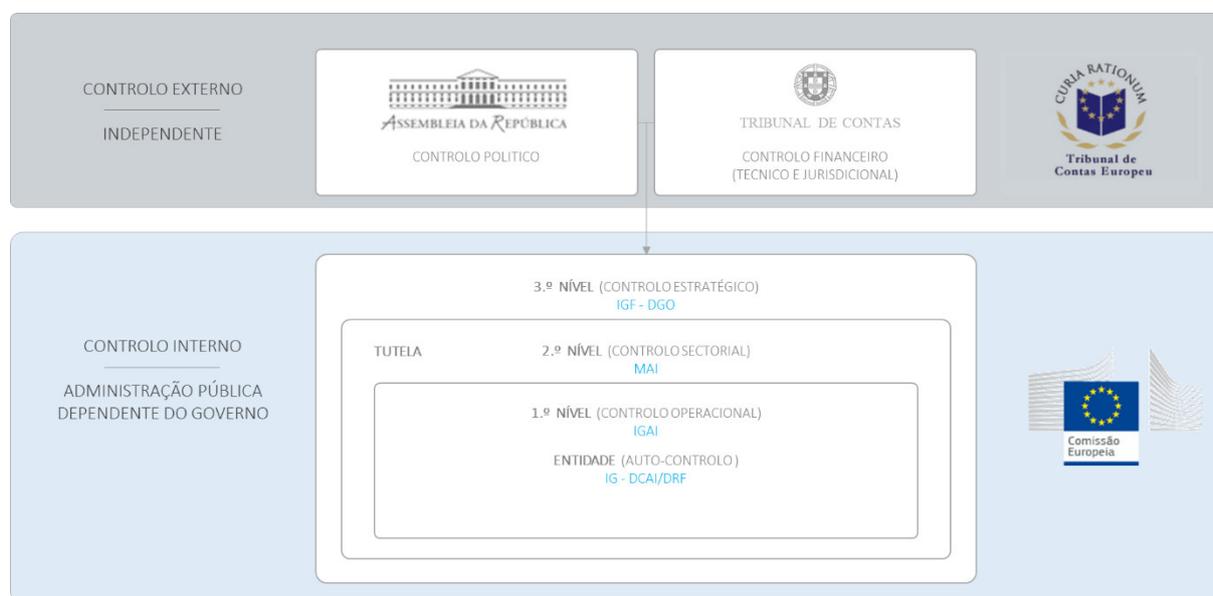


Figura 29 – Sistema de Controlo da AP12 ((adaptado: Manual de Auditoria TC))

O SCI encontra-se colocado na dependência do Governo e em articulação com o Ministério das Finanças, compreendendo o domínio orçamental, económico, financeiro e patrimonial, e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da AP. Está organizado em três níveis, para que cada nível controle o anterior, constituindo-se assim uma rede, que se pretende fiável e exaustiva, de controlo interno.

O 1º nível do controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização, que no caso da Guarda é assegurado pela Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das

11 Cfr. Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/98 de 25 de junho.

12 A articulação dos sistemas de controlo interno e externo constitui um importante meio para assegurar a eficiência do sistema global de controlo e a transparência de processos.



suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Também à Direção de Recursos Financeiros através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna competem determinadas atribuições de auditoria e controlo interno no âmbito administração financeira da Guarda, embora sob a cúpula do Comando de Administração de Recursos Internos (CARI) que por sua vez assegura o comando e direção da atividade da Guarda nos domínios da administração dos recursos humanos, materiais e financeiros.

À Divisão de Controlo e de Auditoria Interna cumpre, entre outras atribuições, nomeadamente promover a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como exercer a autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externa, colaborar ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira dos demais serviços e das unidades da Guarda.

A Lei Orgânica da GNR, estabeleceu ainda um conjunto de órgãos, que apesar de nem todos eles integrarem o SCI, se mostram competentes para exercerem um controlo interno efetivo da atividade prosseguida pela Guarda no quadro da sua Missão e atribuições legais, bem como das atividades cometidas aos militares e civis que nela prestam serviço. Falamos concretamente dos órgãos de conselho - Conselho Superior da Guarda (CSG), o Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina (CEDD) e a Junta Superior de Saúde (JSS), e ainda não menos importante, da Direção de Justiça e Disciplina (DJD), a quem, entre outras atribuições, compete apoiar o Comandante-Geral na administração da justiça e da disciplina da Guarda, sendo por esse motivo, órgãos com uma importância singular na condução e manutenção da disciplina e coesão militar.

Sem prejuízo de no presente ponto se apresentarem as principais atividades desenvolvidas pelos órgãos internos de inspeção e auditoria, será realizado um breve percurso visando a aferição do ambiente de Ambiente de Controlo, Estrutura organizacional, Atividades e procedimentos de controlo administrativo e relativamente à Fiabilidade dos sistemas de informação. Por motivo de dimensão o formulário que caracteriza o anexo 2 da Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009, é tratado no Anexo V.1. - Avaliação do Sistema de Controlo Interno.

4.1.AMBIENTE DE CONTROLO

4.1.1. VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE CONDUTA

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência. Decorrente do que anteriormente foi exposto relativamente aos valores prosseguidos pela GNR, importa salientar que estes brotam do seu objeto e têm como pressuposto fundamental a condição militar e a afinidade com a cultura militar, assumindo uma forte cultura organizacional, uma história, tradições, símbolos, condutas e virtudes próprios que diferenciam a Guarda, dos demais Organismos da AP e dos seus congéneres nacionais e internacionais.



Consciente desta realidade diferenciadora, a Guarda aposta na valorização destas condutas éticas à atividade diária dos seus colaboradores, alinhando-os com a sua divisa «Pela Lei, Pela Grei», reforçando a sua cultura organizacional, em busca da excelência na sua atuação na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade, permitindo a concretização do mais alto compromisso assumido na Visão.

A condição militar é significado de uma entrega total, uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

4.1.2. CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS

Na moderna gestão pública, a concretização da sua eficácia e um bom sistema de controlo, são indissociáveis.

O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério, verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Na GNR, o órgão com a responsabilidade de assessorar o Comandante do CARI no cumprimento das leis e normas da contabilidade pública, elaborar propostas orçamentais, dirigir e fiscalizar a execução dos orçamentos e, orientar e apoiar tecnicamente todos os órgãos de gestão financeira, é a Direção de Recursos Financeiros (DRF), do CARI.

Através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna (DCAI), a DRF promove a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como o exercício da autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades



internas ou externas, colaborando ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira aos demais serviços e das unidades da Guarda.

CONTROLOS INTERNOS

Ao nível do controlo interno, por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral é aprovado o Plano Anual de Auditorias Internas da DRF/DCAI. No ano de 2015, o programa de auditorias internas aos órgãos na dependência técnica do Comando de Administração dos Recursos Internos (CARI), estabeleceu os seguintes objetivos gerais e específicos:

Como objetivos gerais das auditorias internas, temos:

- Reforçar o sistema de controlo interno da GNR, procurando assegurar a conformidade, integridade e tempestividade da informação, bem como a salvaguarda dos ativos e ainda a prevenção e deteção de erros e omissões.
- Fornecer apoio técnico e de gestão, garantindo a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos a que a organização se encontra sujeita.
- Proceder a ações formativas “on job”, orientadas para o saber fazer (vertente prática), sempre que na presença de situações não conformes, fosse tecnicamente viável.
- Registar as boas práticas processuais detetadas, para elaborar um repositório organizacional, com a consequente partilha de conhecimento, por forma a melhorar e normalizar os processos organizacionais.

Os objetivos específicos das áreas auditadas, na dependência técnica do CARI, foram os seguintes:

- Avaliar a conformidade, dos procedimentos e processos desenvolvidos na Secção de Recursos Logísticos e Financeiros e no setor de abonos e descontos, com a lei e com os normativos internos, no âmbito da contabilidade pública
- Apoiar os órgãos auditados nas áreas identificadas como pontos fracos.
- Conferência da documentação de suporte ao processamento de vencimentos.
- Transmitir orientações corretivas.
- Desenvolver metodologias e procedimentos de controlo interno.

Na execução do Plano de Auditorias Internas, aprovado para 2015, foram realizadas, pela DRF/DCAI, as seguintes auditorias internas:



ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DCAI	Comando Territorial de Leiria
DRF/DCAI	DRL/Divisão de Aquisições
DRF/DCAI	Unidade de Controlo Costeiro
DRF/DCAI	Escola da Guarda
DRF/DCAI	Comando Territorial da Madeira
DRF/DCAI	Comando Territorial da Guarda
DRF/DCAI	Comando Territorial de Castelo Branco
DRF/DCAI	Comando Territorial de Beja

Figura 30 – Auditorias internas realizadas pela DRF/DCAI

Na sequência da Recomendação 3, ponto 146, do “Relatório n.º 28/09 – 2.ª S – Auditoria aos sistemas de gestão e de controlo no âmbito dos investimentos da GNR – Ano 2007”, do Tribunal de Contas, o CARL tomou a iniciativa de indicar na resposta àquele tribunal a criação de auditorias multidisciplinares.

No cumprimento do Plano de Auditorias Internas Multidisciplinares de 2015, aprovado por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral, foram realizadas as auditorias internas multidisciplinares – Recursos Humanos, Recursos Financeiros e Recursos logísticos – às seguintes Unidades da Guarda:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial dos Açores
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Aveiro
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Braga
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial do Portalegre
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Viana de Castelo
DRF/DRL/DRH	Unidade de Ação Fiscal
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Santarém

Figura 31 – Auditorias multidisciplinares CARL

CONTROLOS EXTERNOS

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional) e no que concerne ao Tribunal de Contas, importa apenas referir que teve intervenção em termos do controlo prévio nos processos de contratação pública e em termos de controlo sucessivo na apreciação das contas de gerência.



A Guarda, mensalmente, remete para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), como entidade coordenadora do programa orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos que enformam a prestação de contas, no âmbito orçamental e financeiro.

De referir que às ECPO, entre outras competências¹³, colaboram com a Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças (MF) no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso¹⁴.

Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a Guarda, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

4.1.3. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

O plano de formação aprovado pela GNR pretende captar e incentivar os seus colaboradores, militares e civis, nomeadamente aqueles que exercem funções de direção ou chefia das diversas unidades orgânicas, o estudo, análise e desenvolvimento de boas práticas, aliás sentidas no domínio estratégico com a produção de documentos previsionais e prestação de contas com reconhecido valor entre os organismos que integram o MAI.

Apesar do panorama nacional de fortes restrições orçamentais, designadamente no âmbito da Administração Pública, a Guarda promoveu internamente e em parceria com entidades de reconhecida qualificação programas de formação que visam a promoção de competências dos militares e civis afetos às diferentes Unidades, Órgãos e Serviços.

No âmbito do ensino e da formação foram desenvolvidas ações de incentivo ao desenvolvimento de boas práticas mediante a produção e apresentação de estudos de investigação, de reflexão e de análise prospetiva de reconhecido valor informacional no universo da Guarda. Sempre que possível, estes conteúdos eram divulgados ao nível da página eletrónica da Guarda e da Revista da Guarda nas suas publicações trimestrais.

Nesta dinâmica, reconhecendo que a identificação de boas práticas permite alavancar o desempenho organizacional, a Guarda promoveu em 2015 um conjunto de ações direcionadas para a estrutura operacional que visaram essencialmente o incentivo de criação de potenciais conteúdos e práticas que pudessem vir a ser distinguidos e difundidos. Em resultado, após a sua identificação e análise, a Guarda apresentou diversas candidaturas a prémios nacionais e internacionais, dos quais merecem particular destaque os seguintes:

- «Ministry of Interior Award for Innovative Policing Ideas» - Emirados Árabes Unidos – com candidatura dos projetos “Censos Sénior” (Senior Census) e “GNR mobile”;

¹³ Vide Artigo 19º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março.

¹⁴ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



- Prémio Anual de Prevenção da Criminalidade 2015 no âmbito da presidência Luxemburguesa da UE – a Guarda foi escolhida para representar Portugal no prestigiado prémio europeu, mercê da apresentação da candidatura Projeto “Internet Segura” da GNR.
- Programa para a Excelência nas Compras da Administração Pública, promovido em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), a Associação Portuguesa dos Mercados Públicos (APMEP) e a European Vortal Academy (eVA), e tem como objetivo contribuir para a excelência na contratação pública, promovendo as boas práticas, a concorrência e a transparência nas adjudicações resultantes de ajustes diretos. O prémio distinguiu a GNR com uma Menção Honrosa, na categoria da Administração Central por ser considerada a entidade que mais promove a transparência, a concorrência e igualdade no desenvolvimentos dos seus procedimentos por ajuste direto.

4.1.4. COMUNICAÇÃO E ALINHAMENTO ENTRE A ALTA DIREÇÃO E DIRIGENTES DAS UNIDADES ORGÂNICAS

A GNR possui uma estrutura organizacional definida pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro.

A anterior Lei Orgânica da GNR definia exaustivamente toda a organização do comando -geral, no qual se incluíam o estado-maior geral ou coordenador e o estado-maior especial ou técnico, com as respetivas repartições e chefias de serviços, num total de 20. As principais mudanças operadas pela nova lei refletem o objetivo de promover a racionalização do modelo de organização e da utilização dos recursos da Instituição.

Assim, no que concerne ao comando, foi criada uma estrutura que compreende, para além do Comando da Guarda e dos respetivos órgãos de inspeção, conselho e apoio, três órgãos superiores de comando e direção, que asseguram o comando funcional, respetivamente, das áreas de operações (Comando Operacional), dos recursos humanos, materiais e financeiros (Comando da Administração dos Recursos Internos) e da doutrina e formação (Comando de Doutrina e Formação). Esta nova organização da estrutura de comando da Guarda concretiza-se a dois níveis: a lei define, além dos órgãos de inspeção, conselho e apoio do Comando da Guarda, quais as áreas abrangidas pelos órgãos superiores de comando e direção e o respetivo nível de enquadramento, habilitando o Governo a definir o número, as competências e a estrutura interna dos serviços destes órgãos, bem como o posto correspondente à respetiva chefia.

A estrutura orgânica concretizada com a reestruturação da GNR, permitiu concentrar os cargos de direção superior e de direção intermédia nas diversas unidades orgânicas do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, bem como disseminar pelo dispositivo territorial (unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino), cargos de direção intermédia sob a autoridade técnica do Comando Operacional.

Esta estrutura permite, dentro do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, um alinhamento estreito entre os dirigentes superiores e os dirigentes intermédios responsáveis pelas unidades orgânicas, embora a própria dimensão desses órgãos possa criar algumas dificuldades na concretização das suas atribuições parcelares.



Também ao nível do exercício da autoridade técnica exercida pelos OSCD, nomeadamente o CO, por este se encontrar fisicamente distanciado das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino, poderá significar a existência de constrangimentos pontuais.

Apesar dos constrangimentos, uma vez que a estrutura orgânica tem um carácter vincadamente funcional, permite-se potenciar a comunicação e o alinhamento entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas, realizando-se com frequência reuniões intercalares, nomeadamente quando estão em causa projetos de singular importância para a instituição GNR.

4.1.5. CONTROLOS EXTERNOS E CONSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLO DA LEGALIDADE

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional).

A Guarda, mensalmente, remete para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), como entidade coordenadora do programa orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos que enformam a prestação de contas de âmbito orçamental e financeiro.

De referir que às ECPO, entre outras competências¹⁵, colaboram com a Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças (MF) no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso¹⁶.

Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a Guarda, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

¹⁵ Vide Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro.

¹⁶ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.2.1. OBEDIÊNCIA AO DIPLOMA ORGÂNICO

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, definiu a missão, as atribuições e as bases da organização interna da Guarda Nacional Republicana, que compreende, nomeadamente, a estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.

No desenvolvimento do referido diploma legal, o Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, definiu o número, as competências, a estrutura interna e o posto correspondente à chefia dos serviços de apoio diretamente dependentes do comandante-geral, e dos órgãos superiores de comando e direção, estabelecendo ainda o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da estrutura de comando, definidas através do Despacho n.º 9634/2011, de 19 de julho, que estabeleceu ainda as suas atribuições e competências.

Passados que são cerca de nove anos sobre a reestruturação operada na estrutura geral da Guarda, e identificados os constrangimentos, bem como os pontos fortes, é na perspetiva da Guarda, o momento oportuno para se proceder às alterações dessa estrutura, numa lógica de melhoria contínua. Para o efeito o Comando da Guarda submeteu à apreciação superior do membro do governo responsável pela área da administração interna uma proposta de alteração à estrutura geral da Guarda.

4.2.2. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Com vista ao regular funcionamento das instituições democráticas, confere a lei aos atores do direito público diversas competências decorrentes das próprias atribuições das pessoas coletivas, revestindo estas competências a forma de poderes jurídicos.

São diversas as disposições legais que estabelecem de forma generalizada e transversal as competências próprias dos diversos serviços e organismos do Estado e ainda as disposições cuja aplicação se cifra apenas no próprio serviço e organismo como é o caso das respetivas Leis Orgânicas ou Estatutos (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da Guarda ou o Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, que aprova o Estatuto dos Militares da GNR).

Neste sentido, refere-se que a Lei n.º 67/2007, de 6 de novembro, estabelece as competências próprias do Comandante-Geral, alicerçadas nas atribuições da Guarda. Saliente-se, a esse propósito, que o n.º 3, do artigo 23º, da LOGNR, além de conferir determinadas competências próprias específicas ao Comandante-Geral da GNR, reforça as competências próprias inerentes ao exercício dos cargos de direção superior de 1.º grau e, neste âmbito, o Comandante-Geral exerce ainda as competências que lhe forem delegadas e subdelegadas pelos membros do Governo responsáveis pela área da administração interna.

Em 2014, à semelhança dos anos anteriores, foram, no momento do provimento de funções, realizadas diversas delegações e subdelegações de competências, prática corrente e convenientemente sedimentada na GNR, reportam-se sobretudo aos Comandantes dos Comandos Funcionais e Comandantes das Unidades e dos Comandos Territoriais em exercício de funções.



4.2.3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS COLABORADORES (MILITARES E CIVIS)

A Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro; 55-A/2010, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.

O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à administração pública, prevendo no entanto mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

Desde 01 de janeiro de 2013, que a avaliação dos trabalhadores (SIADAP 3) tem carácter bienal e respeita ao desempenho dos dois anos civis anteriores, iniciando-se o processo com a contratualização dos parâmetros de avaliação (Resultados e Competências), durante o mês de fevereiro do ano civil em que se inicia o ciclo avaliativo, sendo a avaliação efetuada durante os meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo.

Na prossecução das suas atribuições a GNR integra colaboradores militares, integrados em corpos especiais, e como tal sujeitos a um regime disciplinar e de avaliação próprios, e colaboradores civis, sujeitos e avaliados desde 2004 segundo o SIADAP - entre 2004 e 2007 através da Lei n.º 10/2004, de 22 de março, e desde 2008 segundo a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

O sistema específico de avaliação dos militares da GNR, aprovado pela Portaria n.º 279/2000 (2.ª série), designa-se Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana (RAMMGNR) e define o sistema de avaliação do mérito dos militares da Guarda Nacional Republicana (SAMMGNR) e os princípios que regem a sua aplicação.

Preceitua a citada disposição legal que nas carreiras de regime especial e corpos especiais que disponham de um sistema de avaliação de desempenho específico que ainda não tenha sido adaptado, esta se efetue de acordo com o respetivo sistema específico, até à sua adaptação nos termos do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Para o efeito, a situação descrita agrega ainda colaboradores civis de carreiras especiais e como tal sujeitos a regimes de avaliação próprios, nomeadamente pessoal da carreira médica, docentes e técnicos de diagnóstico e terapêutico.

Neste sentido, o sistema de avaliação específico da GNR enquanto corpo especial, mantém-se em vigor até à sua revisão para adaptação à filosofia estabelecida no SIADAP, a qual deveria ocorrer até 31 de dezembro de 2008, sob pena de caducidade, tendo aliás a sua avaliação ocorrido mediante aquele sistema de avaliação específico. Contudo, as especificidades da organização militar impuseram que se fizesse uma profunda reflexão e estudo para a criação de um sistema de avaliação específico que não condicione a atuação da GNR nem fomente focos de instabilidade que afetem a coesão e a disciplina militar. Nesse sentido, após realizado esse estudo, o projeto de sistema de avaliação específico foi alvo de uma análise objetiva e crítica à luz do quadro jurídico definido Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.



Desenvolvido esse mecanismo foi remetido à Tutela o projeto de Sistema de Avaliação de Desempenho dos Militares da GNR (SIADMGNR), prevendo-se que em breve a GNR possa aplicar ao universo de militares da Guarda o novo modelo de avaliação e de gestão do desempenho.

Com a publicação da Portaria n.º 359/2013, de 31 de dezembro, foram aprovados novos modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho para dirigentes intermédios e trabalhadores, bem como avaliação com base nas competências. Foram também aprovados os modelos de fichas de monitorização do desempenho e de reformulação de objetivos.

Assim e no que se refere ao ciclo avaliativo 2015/2016, em 31 de dezembro de 2015 encontravam-se sujeitos a avaliação a universo de civis constante na tabela seguinte:

CARREIRA	EFETIVOS
T. Superior	17
A. Técnico	74
Informático	5
A. Operacional	316
C. Florestal	314
TOTAL	726

Figura 32 – Avaliação dos quadros civis (subsistema SIADAP 3)

O processo avaliativo dos militares no ano 2015, decorreu dentro da normalidade. Foram sujeitos a avaliação anual 706 Oficiais e 2.530 Sargentos, distribuídos pelos postos a seguir indicados:

CATEGORIA	POSTO	EFETIVOS	AVALIADOS	N/AVALIADOS
Oficiais	Coronel	64	42	22
	Tenente-Coronel	167	152	15
	Major	99	88	11
	Capitão	271	221	50
	Tenente	181	177	4
	Alferes	26	26	0
SUB-TOTAL		808	706	102
Sargentos	Sargento-Mor	73	64	9
	Sargento Chefe	428	422	6
	Sargento Ajudante	805	795	10
	Primeiro Sargento	695	685	10
	2º Sargento	589	564	25
SUB-TOTAL		2590	2530	60

Figura 33 – Avaliação dos militares da GNR (RAMMGNR)

Quanto aos oficiais e sargentos não avaliados, foram justificados os motivos da não avaliação pelas respetivas Unidades, nos termos do RAMMGNR. Acresce ainda referir que nos termos do referido regulamento de avaliação, os guardas não estão sujeitos a avaliação individual.

4.2.4. POLÍTICA DE FORMAÇÃO

O desenvolvimento e a atualização dos conhecimentos e das competências individuais dos militares e civis da Guarda são condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional, sendo por isso fundamentais para a sustentação de uma organização inteligente, adaptativa e socialmente responsável.

A política de formação prosseguida pela GNR tem em linha de conta as necessidades de médio e longo prazo e atua sobre áreas técnicas carenciadas, em evolução ou áreas emergentes. As necessidades são apuradas e definidas soluções de formação para as carências, permitindo o reforço positivo das competências individuais dos colaboradores militares e civis da GNR, em prol da melhoria contínua da sua atuação em defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade.

Ciente da importância da formação para o desenvolvimento da Guarda, a política de formação alinhada com as orientações estratégicas da Guarda Nacional Republicana e orientada para a prestação de um serviço público e socialmente relevante, assenta entre outros, nos seguintes pilares:

- Desenvolvimento individual o qual é alcançado através da participação e empenho de todos os interessados na aquisição e desenvolvimento de capacidades e competências individuais, tirando o melhor partido das oportunidades e meios disponíveis;
- Responsabilização da Guarda através da garantia desta no que respeita ao acesso à formação para aquisição e atualização do conhecimento e reforço de capacidades e competências;
- Alinhamento entre as necessidades de formação do efetivo com a Missão da Guarda, o qual apenas é alcançável através da definição precisa de itinerários e planos de formação sustentados em perfis funcionais devidamente caracterizados.
- Gestão de conhecimento - Maximização do capital intelectual na organização através da promoção de comportamentos de partilha;
- Interação contínua com a sociedade, através do incentivo ao estabelecimento de relações de cooperação com as comunidades em que a Guarda se insere, visando a partilha de recursos e o acesso à informação e conhecimento.
- Diversificação das áreas pedagógicas de qualificação individual proporcionando as adequadas condições de valorização aos militares e civis afetos a todas as áreas de atividade da Guarda, com especial incidência na vertente operacional;



- Monitorização e auditorias da formação assentes em critérios de evidência definidos para uma correta identificação de eventuais desvios aos processos pedagógicos e introdução de medidas corretivas necessárias à melhoria contínua do sistema de formação da GNR.



4.3. ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO

4.3.1. REGULAMENTAÇÃO DO DIPLOMA ORGÂNICO

Na sequência da publicação do diploma que aprovou a orgânica da Guarda, foi aprovada a respetiva regulamentação que, sempre que tal se tem justificado, tendo em consideração a sua dimensão, complexidade e múltiplas atribuições, tem sido objeto de alteração e adaptação para melhor cumprir a missão da Guarda.

4.3.2. MANUAL DE CONTROLO INTERNO (DIFUSÃO DE CIRCULARES, NOTAS CIRCULARES, NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE E REGULAMENTOS INTERNOS)

A realização de um Manual de Controlo Interno, tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos, procedimentos de controlo e planos de organização a estarem presentes nas atividades desenvolvidas pela GNR, que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira viável e fidedigna.

A função controlo aqui patente, traduz um conjunto de ações destinadas a confrontar uma ação principal (controlada) com os seus objetivos ou metas e com os princípios e regras a que deve obedecer, caracterizado por englobar as seguintes fases:

- Verificação crítica de conformidade ou desconformidade a um certo referencial;
- Avaliação das respetivas causas e consequências; e
- Eventual revisão ou ajustamento dos programas ou dos objetivos da ação programada.

Para que o controlo acrescente valor às organizações, o mesmo deve fornecer, tempestivamente, elementos fiáveis sobre o que está e o que virá a acontecer, pelo que o controlo do e no tempo são essenciais para assegurar o sentido de oportunidade. O controlo deve ainda basear-se em padrões objetivos, precisos e adequadamente configurados, para além de se preocupar mais com os desvios e as exceções do que com as atividades normais.

Entre as várias formas e tipos de controlo destaca-se o controlo interno, que consiste na verificação, no acompanhamento e na informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público, assente nos princípios e objetivos do Sistema Nacional de Controlo Interno (SCI), já abordado no ponto 3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno que integra o presente Capítulo em análise.

É neste contexto que surge a necessidade dos serviços possuírem um manual de controlo interno, que lhes permita assegurar, em primeira instância, a boa gestão dos domínios orçamental (controlo da execução orçamental das receitas e despesas), económico (controlo da execução das atividades e dos programas), financeiro (controlo dos pagamentos e dos recebimentos) e patrimonial (controlo do património). Mas este manual visa, ainda, consagrar no plano interno o princípio da *“accountability”*, ou seja, o fornecimento de explicação e justificação pela execução ou cumprimento eficiente de uma responsabilidade atribuída, para além da assunção de consequências dos resultados da execução ou cumprimento.



Com a implementação da ferramenta padronizada GeRFIP, foi necessário reconfigurar todos os procedimentos da área financeira e logística, pelo que estão a ser ajustados os respetivos manuais de procedimentos. Este projeto traduz-se numa verdadeira reengenharia de processos, pelo que, só depois dos novos procedimentos se encontrarem devidamente estabilizados, consolidados e apreendidos será viável elaborar o respetivo manual de controlo interno.

A sua implementação está, no entanto, condicionada pela definição da estratégia a prosseguir quanto à integração e interação entre as áreas operacionais (atividade operacional por excelência) e as áreas de apoio administrativo-financeiro (em particular as áreas financeira, patrimonial e de recursos humanos) e, necessariamente, a integração e interação entre estas e a componente estratégica a qual obviamente encerrará uma filosofia de gestão previsional alicerçada em objetivos estratégicos e operacionais na sequência do SIADAP I, bem como a opção por metodologias consagradas a nível nacional e internacional, designadamente o *Balanced Scorecard* (BSC) e a *Common Assessment Framework* (CAF).

Nesse sentido, enquanto não for devidamente estabilizado o modelo de apoio administrativo logístico que se pretende implementar na Guarda, que garanta o indispensável alinhamento entre as áreas operacional, de recursos internos (recursos humanos, financeiros e materiais) e estratégica, não será possível desenhar e definir todos os processos de suporte e desenvolver um manual que permita executar e monitorizar o controlo interno.

Importa, contudo, referir que, no âmbito da autoridade técnica conferida aos OSCD, têm sido difundidas diversas Circulares, Notas Circulares e, ainda, Normas de Execução Permanente (NEP) que regulam e enquadram a execução de tarefas e procedimentos em toda a latitude de atribuições cometidas à Guarda.

4.4. FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

4.4.1. INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E EXISTÊNCIA DE MECANISMOS QUE GARANTAM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS OUTPUTS DOS SISTEMAS

A integração e a interoperabilidade de aplicações informáticas existentes na Guarda constituem uma prioridade, na medida em que a sua concretização proporciona a fiabilidade e a qualidade de informação, a agilização dos processos de trabalho, e uma racionalização dos recursos afetos às diversas atividades.

A realidade dos Sistemas de Informação da Guarda é caracterizada pela existência de várias aplicações, umas desenvolvidas internamente, outras com recurso ao “outsourcing”, destinadas a setores de atividades específicos das diferentes unidades orgânicas, que por vezes exploram mais de uma aplicação em ambiente fechado e com plataformas diversas, sem um contexto de integração comum, potenciando-se redundâncias, erros e pouca fiabilidade, o que acarreta problemas de gestão e manutenção.

Desta forma, um desígnio tecnológico da GNR é proporcionar e facilitar a integração e a interoperabilidade entre aplicações, utilizando sempre que possível formas de interoperabilidade adequadas, podendo fazer uso de tecnologias normalizadas como os denominados “Web Services” ou outros “Data Adapters” que permitam a partilha de instâncias de bases de dados.

Acresce referir que por força das frequentes alterações legislativas, sobretudo ao nível da atividade financeira e a da gestão de recursos humanos, existe a necessidade de promover simultaneamente alterações de conteúdo e a parametrização das respetivas aplicações, as quais implicam normalmente o desenvolvimento imediato de novas funcionalidades. Também neste domínio existe uma preocupação vincada de garantir a fiabilidade dos outputs,



mediante uma monitorização contínua por parte dos responsáveis por cada área funcional, promovendo as ações corretivas necessárias em tempo oportuno.

4.4.2. UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRODUZIDA NOS PROCESSOS DE DECISÃO

A informação constitui um dos bens mais preciosos de uma organização, pelo que a sua qualidade, fiabilidade e segurança são fundamentais para o processo de tomada de decisão, motivo pelo qual se tem vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias no apoio gradual à atividade operacional e nas ações de controlo e de supervisão.

No âmbito, das plataformas de apoio à decisão e de índole estratégica destacam-se o SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais), o SIGRI (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos), o SIG-SIRESP (Sistema de Informação Geográfico SIRESP), e no plano tático-operacional releva-se o SGO-SITREP (Sistema de Gestão Operacional - SITREP), o SGR (Sistema de Gestão Rodoviária), o SGS (Sistema de informação e Gestão SEPNA), o SG2S (Sistema de Gestão de Salas de Situação), o SIG-GNR (Sistema de Informação Geográfica da GNR), o GNRMobile e o STM (Sistema de Transmissão de Mensagens).

O SIIOP é o sistema que garante o suporte da gestão da informação operacional policial da GNR e permite a interoperabilidade da informação criminal com a PIIC (Plataforma da Interoperabilidade da Investigação Criminal).

A utilização desta ferramenta permite normalizar processos, integrar informação e disponibilizá-la numa lógica hierarquizada.

O corolário do SIIOP é garantir que a informação de gestão operacional registada nos demais sistemas de apoio, depois de sintetizada e validada, fique armazenada e acessível num único ponto, constituindo um reportório centralizado de informação operacional.

O SIG-SIRESP foi desenvolvido com o objetivo de permitir implementar o conceito COP (Common Operating Picture) nas salas de situação dos Comandos da GNR, procurando potenciar o processo da tomada de decisão através da georreferenciação dos meios operacionais, em tempo real, possibilitando a intervenção e a coordenação policial mais oportuna e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

Os sistemas SGO-SITREP, SGR, SGS, STM e SIG-GNR foram desenvolvidos recorrendo exclusivamente a recursos internos da Guarda, permitindo, ao nível policial a gestão centralizada de ocorrências policiais, rodoviárias e ambientais, possibilitando efetuar o controlo das Operações da Guarda ao longo do seu dispositivo a partir dos postos e das Salas de Situação.

O SGO-SITREP é uma aplicação que permite simplificar e agilizar a transmissão e a informatização de dados respeitantes à atividade policial diária realizada pelo dispositivo da Guarda. Tendo sido desenvolvida com recursos internos da Guarda, funciona de forma integrada com o Sistema de Gestão das Salas de Situação (SG2S), onde são registados de forma sumária todos os incidentes em “tempo real” permitindo fazer a alocação e supervisão dinâmica de recursos policiais para a resolução dos incidentes a partir das salas de situação das Unidades. Desta forma o SGO-SITREP e o SG2S potenciam a interoperabilidade e a partilha de informação policial de forma mais eficaz entre os diversos escalões de Comando, possibilitando uma intervenção e uma coordenação policial mais célere e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

O SGR permite acompanhar a situação rodoviária em “tempo real” tanto no âmbito da sinistralidade diária e grave, como ao nível da fiscalização de trânsito, bem como no âmbito da traficabilidade das estradas e das principais vias, de forma a aumentar a Segurança Rodoviária.

A GNR também desenvolveu o GNRMobile que é uma aplicação móvel para funcionar em Tablet, que permite consultar em tempo real o resumo dos dados alojados no SGO-SITREP, permite enviar alertas de ocorrências para a respetivas salas de situação da área onde o tablet se encontra, permite consultar um conjunto de fichas de



procedimentos para qualquer patrulheiro da GNR poder verificar o correto procedimento a tomar face às várias tipologias de ocorrências que se possa confrontar, e permite enviar emails para o Helpdesk da GNR.

O STM é uma aplicação totalmente desenvolvida com os recursos internos da Guarda que permite a desmaterialização das mensagens NATO, preconizadas na publicação ACP 127 (Allied Communications Publications), garantindo a segurança da conceção, registo, transmissão e receção das mensagens, permitindo o tratamento da correspondência com grau de classificação de segurança com o nível reservado. Este sistema permite uma agilização, e um incremento da eficiência e coordenação da atividade operacional, reduzindo o tempo de transmissão e receção de informação em todo o dispositivo da Guarda através da Rede Interna da GNR. Possibilita, para além de uma economia financeira, a organização e disponibilização atempada de informações relevantes a todos os intervenientes.

No âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente nas áreas financeira e patrimonial, onde a fiabilidade e a segurança da informação no processo de tomada de decisão encerra uma preocupação crescente, desempenham um papel preponderante o GeRFiP (plataforma de gestão de recursos financeiros em modo partilhado) e o SGRé/GNR (Sistema de Gestão da Receita da GNR).

A solução GeRFiP foi desenhada com o objetivo de normalizar os processos e apoiar as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado. Esta solução, desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, faz parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRAll), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

Ainda no âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, com vista à otimização do processo de decisão, a GNR continua a desenvolver uma plataforma integrada de informação, designada de Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), que permite, através da substancial melhoria da informação e dos processos, uma utilização eficiente e oportuna no processo de tomada de decisão, com especial enfoque na gestão dos recursos humanos, no processamento e orçamentação dos vencimentos, bem como na gestão da formação, do património, da assistência na Doença e nos serviços disponibilizados ao Portal Social.

4.4.3. REQUISITOS DE SEGURANÇA DE ACESSOS AOS SI, DOS COMPUTADORES DE REDE E NA TROCA DE INFORMAÇÃO

Garantir a Segurança da Informação é absolutamente fundamental para a correta exploração de todos os Sistemas da Guarda, devendo constituir uma preocupação constante na atuação da Guarda, tendo em vista evitar falhas de segurança ou acidentes que afetem o normal funcionamento dos sistemas de informação e de comunicações. Neste âmbito, deve assentar em três pilares essenciais:

- A autenticidade;
- A confidencialidade;
- A integridade;
- A disponibilidade da informação.

Consciente de que um acidente não é completamente evitável, é necessário garantir, em qualquer circunstância, a continuidade das atividades, minimizando os prejuízos, prevenindo e reduzindo o impacto dos acidentes de segurança em duas áreas distintas:

- Segurança física;
- Segurança lógica.



Na segurança física procura-se proteger todo o *hardware* e equipamentos periféricos contra situações de:

- Incêndios;
- Sabotagem;
- Roubos;
- Inundações;
- Acentuadas alterações térmicas;
- Interrupção de energia;
- Falhas em equipamentos;
- Catástrofes naturais.

Na segurança lógica foram privilegiados os aspetos mais importantes, embora seja indubitável que a maioria dos danos passíveis de ocorrer incide sobre os dados. A segurança lógica diz respeito a:

- Segurança na utilização do *software*;
- Proteção de dados;
- Proteção de processos e programas;
- Acesso autorizado dos utilizadores;
- Acesso autorizado dos utilizadores.

Embora seja muito importante considerar a segurança física das TIC, a falta de segurança lógica é a que mais probabilidade tem de ocorrer, podendo afetar os dados e consequentemente a informação crítica da GNR.

Devido a este facto, a Guarda tem procurado em conjunto com o COSI da SGMAI atuar preventivamente, privilegiando os aspetos conducentes à implementação de barreiras que controlem o acesso aos dados.

Em 2014, houve um esforço de continuidade na migração dos computadores da GNR para a Rede RNSI, onde o acesso autorizado é realizado através de um controlador de domínio em que todos os utilizadores se validam para poderem aceder aos recursos locais e de rede tendo em conta o seu perfil de utilizador.



5. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Neste ponto interessa essencialmente promover uma comparação entre serviços que executem serviços e tarefas semelhantes, quer a nível interno quer a nível externo. A nível interno, importa ter presente que, estando a Guarda inserida no Sistema de Segurança Interna nacional juntamente com outras forças e serviços de segurança, existem diversas atividades que se cruzam e se complementam. Contudo o espaço que a Guarda ocupa no Sistema de Segurança Interna e no sistema de forças nacional, por razões inerentes à sua natureza e especificidade, forçosamente se distingue das demais forças e serviços, que não sendo congêneres, partilham atribuições no domínio da segurança das populações. Pelos motivos expostos não parece possível tecer comparações concretas e fidedignas que permitam posicionar o seu desempenho relativamente às demais, até porque se tratam de realidades substancialmente diferentes não só no que respeita a funções executadas, mas também no que respeita às áreas de atuação, cobertura territorial e populacional.

Além dos factos aduzidos anteriormente, e ainda que fosse possível realizar tal comparação, não seria exequível integrá-la no presente Relatório de Autoavaliação, porquanto os resultados do desempenho dos organismos eventualmente comparáveis, são apresentados também nos seus relatórios de atividades os quais apenas em 15 de abril serão tornados públicos.

A nível externo, apesar de também a realidade ser substancialmente distinta, condicionada por fatores geográficos, cobertura territorial e populacional e fatores culturais, a existência de congêneres europeias de cariz gendármico, impõe que se estabeleçam comparações a nível da sua organização e funcionamento.

Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos no sentido de, nesta etapa, se proceder à comparação com forças congêneres (interessando estabelecê-la com a Guardia Civil, a qual constitui, à semelhança da GNR, uma força de natureza militar e de cariz gendármico), a inexistência, à data, do Balanço da Evolução da Criminalidade do Reino de Espanha referente a 2015 (Balanço da Evolucion de la Criminalidad 2015 – Ministerio del Interior), impossibilita tal exercício. Em todo o caso, nas comparações estabelecidas nos anos anteriores, foi possível verificar que a congénere espanhola da GNR (Guardia Civil), tem observado nos últimos anos um incremento sucessivo ao nível dos seus recursos humanos bem como ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado, que apenas em 2010 sofreu uma queda após seis anos de progressivas subidas, situação que se estende às demais forças de segurança espanholas. Nessa comparação, as forças e serviços de segurança nacionais, em particular a GNR, a situação é substancialmente diferente, verificando-se uma tendência de diminuição quer nível dos seus recursos humanos, quer ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado.

Reportando também esta análise à comparação entre unidades homogêneas da Guarda Nacional Republicana, apesar de ter sido criado em 2011 um sistema caracterizado por um conjunto de indicadores de gestão ligados à atividade operacional, as assimetrias regionais associadas a questões de diversa ordem que caracterizam e diferenciam cada área de responsabilidade onde atuam os 20 Comandos Territoriais da GNR, não permitem por si só, desenvolver uma análise do desempenho operacional por comparação entre Unidades, sem que os fatores subjetivos se sobreponham à evidência (sempre questionável) dos resultados estatísticos.



III.B. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO PLANO, E RESULTADOS ALCANÇADOS

1. ATIVIDADE OPERACIONAL

1.1. BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2015

Relativamente a este ponto dedicamos normalmente uma análise global das ações desenvolvidas pela Guarda Nacional Republicana e que contribuíram para a Execução das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna, relativamente às medidas de âmbito estratégico nele inscritas, sem prejuízo daquelas, que pela sua natureza específica, sejam tratadas nos pontos respetivos do presente relatório (áreas recursos humanos, materiais e tecnológicos abordados nos pontos 5 – Formação de Recursos Humanos, 6 - Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento e, por fim, 7 - Sistemas e Tecnologias de Informação, ambos situados neste capítulo).

Contudo, a inexistência de orientações estratégicas plasmadas na versão do Relatório Anual de Segurança Interna de 2014, determina que a Guarda não apresente neste ponto qualquer observação.



1.2. ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2015

1.2.1. CRIMINALIDADE GERAL

Em 2015 a Guarda Nacional Republicana (GNR) efetuou 154.426 participações de natureza criminal, o que, relativamente a 2014, representa uma diminuição de 961 participações e equivale a um decréscimo de 0,6%.

Observa-se, no entanto, que, não obstante a descida de criminalidade em 2015 ser, estatística e objetivamente, a apontada (-0,6%), a interpretação destes dados não pode deixar de levar em devida conta outros fatores que, contribuindo para um aumento do número de crimes, não contribuem verdadeiramente para qualificar a criminalidade do país, seja por resultarem da proatividade das próprias Forças e Serviços de Segurança (FFSS) (e.g.: condução sob o efeito de álcool ou sem habilitação legal), seja por se encontrarem umbilicalmente ligados a fatores exógenos ao sistema (e.g.: incêndios). Nesta comparação devem ainda ser relevadas as tipologias que, não existindo num dos períodos em comparação, desvirtuam os resultados finais (e.g.: crimes contra animais de companhia inexistentes em 2014).

Se considerados os fatores supra enunciados, os registos da criminalidade participada pela GNR em 2015 cifrar-se-iam em -6,1% (127.681 crimes em vez de 154.426, retirando apenas os valores que, em 2015, acresceram relativamente aos do ano anterior nas tipologias indicadas) em vez dos -0,6% supra referidos. Efetivamente, enquanto no ano de 2014 o total destes crimes tinha sido de 19.503, em 2015 o mesmo ascendeu a 26.865, isto é, traduziu-se num aumento de 7.362 crimes (+4.728 Incêndios, + 1.496 crimes de condução com TAS igual ou superior a 1,2 g/l, +484 crimes de condução sem habilitação legal e +654 crimes contra animais de companhia)."

Considera-se, portanto, que o aumento estatístico do número de crimes pode não corresponder, na realidade, a um aumento efetivo do sentimento de insegurança, devendo ser considerados outras variáveis que o influenciam, designadamente a proatividade e a eficácia das FFSS no cumprimento das suas atribuições.

ROUBOS EM FARMÁCIAS

Implica a subtração de bens de uma farmácia, incluindo medicamentos, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

A Guarda Nacional Republicana (GNR) registou em 2015 na sua Zona de Ação (ZA) 06 casos de roubos em farmácias, o que representa uma diminuição bastante acentuada, de 50% (- 6 casos), em relação ao ano transato. Aveiro foi o distrito com maior número de participações por este tipo de ilícito, concentrando 66,6% das participações (4 dos 6 casos). A maior parte dos roubos foi praticado por apenas um autor, verificando-se, nos casos em que foi possível analisar (66% dos casos), que este tipo de ilícito foi maioritariamente praticado por indivíduos com idade compreendida entre os 20 e os 30 anos. A arma branca foi o meio de coação mais utilizado. Novembro foi o mês em que se registou maior incidência de casos participados (4 dos 6 casos), sendo que quase todos os roubos (5 dos 6 casos) ocorreram entre as 19H00 e as 00H00. A sexta-feira e o sábado, cada um com dois casos, foram os dias da semana em que se registaram mais ocorrências. Quanto ao meio de fuga utilizado, apenas foi possível obter informação em 33,3% dos casos (2 casos) e nestes o meio de fuga identificado foi em veículo ligeiro e a pé. Não foi efetuada qualquer detenção e como consequência



deste tipo de ilícito há a registar ferimentos numa vítima desta atividade delituosa. O valor dos roubos em farmácia ascendeu a 1 005,90 €.

ROUBOS EM OURIVESARIAS

Implica a subtração do património de uma ourivesaria por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

A GNR registou em 2015 na sua Zona de Ação (ZA) 04 casos de roubos em ourivesarias, o que representa um aumento de 100% (+2 casos), em relação ao ano transato. Setúbal foi o distrito com maior número de participações por este tipo de ilícito, concentrando 75% das participações (3 dos 4 casos). Em metade dos casos, este tipo de crime foi praticado por três ou mais indivíduos, verificando-se, nos casos em que foi possível analisar (50% dos casos), que este tipo de ilícito foi praticado por indivíduos com idade compreendida entre os 20 e os 40 anos. Em todos os roubos os suspeitos utilizaram como meio de coação armas de fogo, sendo que o meio de fuga preferencial foi o veículo ligeiro. A incidência mensal dos casos participados é muito irregular, sem comportamento padronizado. A segunda-feira e a quinta-feira foram os dias da semana em que se verificaram todos os casos participados (2 casos em cada um desses dias), que ocorreram entre as 07H00 e as 13H00 e entre as 19H00 e as 24H00, com 2 casos em cada um desses períodos. Não foi efetuada qualquer detenção por este tipo de ilícito, que não teve consequências nas vítimas. Os valores roubados ascendem a 200 000,00 €.

ROUBOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

Implica a subtração de bens de um posto de abastecimento de combustível, incluindo o próprio combustível, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

A Guarda registou em 2015 na sua ZA 31 casos de roubos em Postos de Abastecimento de Combustíveis, o que comparado com o ano anterior significa uma diminuição de 36,73% (-18 casos). Este tipo de crime revelou especial incidência nos distritos de Aveiro (8 casos) Porto (5 casos), Setúbal e Lisboa (4 casos cada), sendo estes quatro distritos responsáveis por 67,74 % do total das participações na ZA da Guarda:

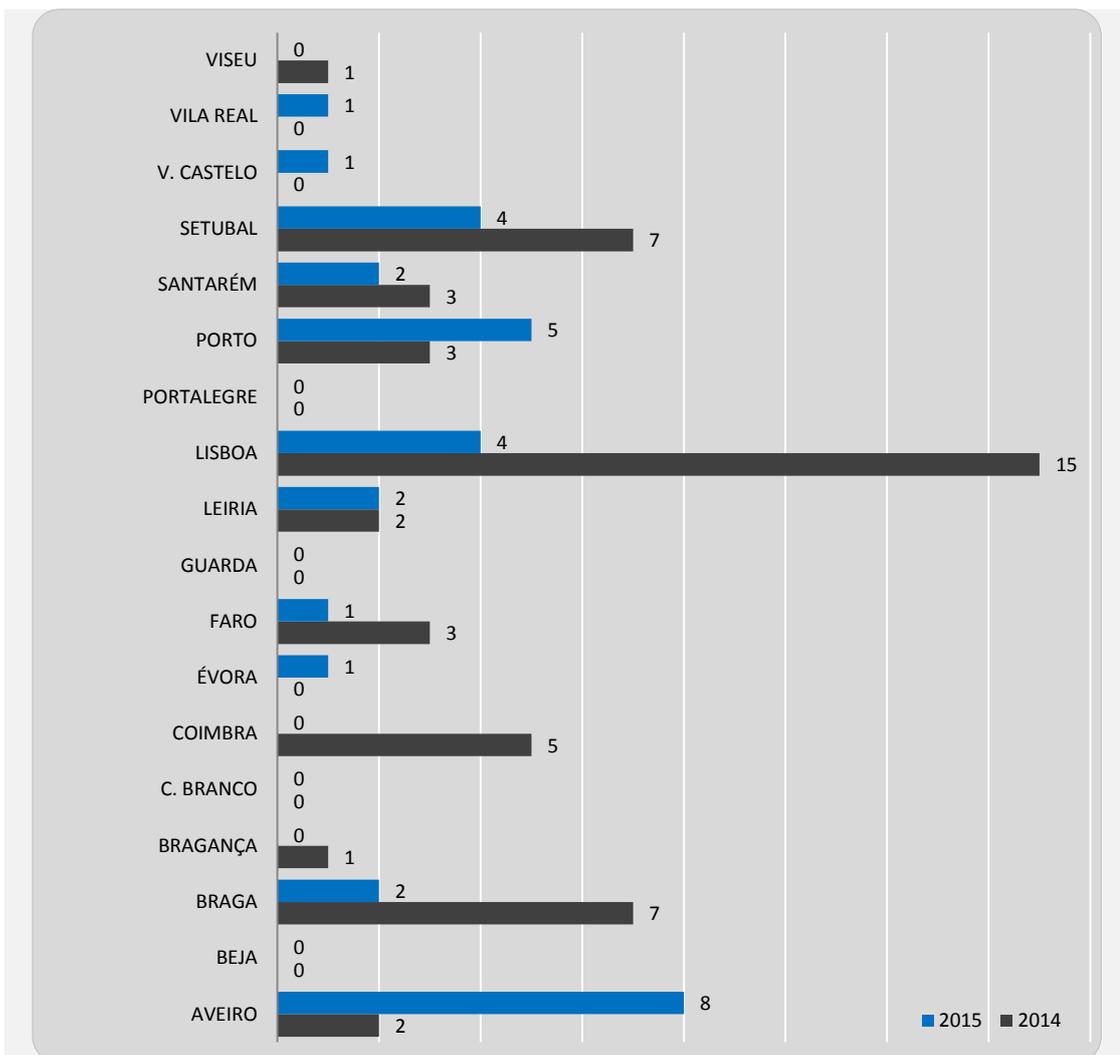


Figura 34 - Roubo a PAC – por Distritos 2014/2015.

Este crime foi praticado, na maioria das situações (54,83% dos casos), apenas por um indivíduo e em 35,48% dos casos por dois indivíduos. Tendo sido possível apurar informação em 67,74% dos casos (21 casos), verifica-se que este crime foi praticado, na maioria das situações, por indivíduos com idade compreendida entre os 20 e os 30 anos. A arma branca foi o meio de coação preferencialmente utilizado (58% dos casos), tendo em 9 roubos os suspeitos recorrido a arma de fogo (29% dos casos). O meio de fuga utilizado na maioria dos casos foi a fuga a pé (64,51% dos casos).

Os meses de outubro e novembro foram os que registaram mais participações, não se tendo verificado qualquer ocorrência nos meses de junho e julho. O dia da semana que registou maior incidência de casos participados foi o sábado com 29% (9 casos), seguido da segunda-feira e da quinta-feira (5 casos cada), sendo que nestes três dias da semana concentraram-se 61,29% dos registos deste tipo de roubos. Na esmagadora maioria das situações (83,87% dos casos), o crime de roubo em postos de abastecimento de combustível teve lugar em período noturno, entre as 19H00 e as 24H00. Pela prática deste crime foram detidos 3 indivíduos, havendo a registar ferimentos numa vítima desta atividade delituosa. Os valores roubados ascendem a 6 727,80 €.

ROUBO DE VIATURAS

Implica sempre a subtração de um veículo motorizado por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

A Guarda registou em 2015 na sua ZA 36 roubos de viaturas, verificando-se uma diminuição de 7,69% em relação a 2014 (-3 casos). No que concerne à sua especialização, o distrito de Lisboa concentra 22,22% das participações (8 casos), o de Setúbal 19,44% (7 casos) e os de Braga e Faro 11,11% (4 casos cada), sendo estes quatro distritos responsáveis por 63,88% do total das participações na ZA da Guarda:

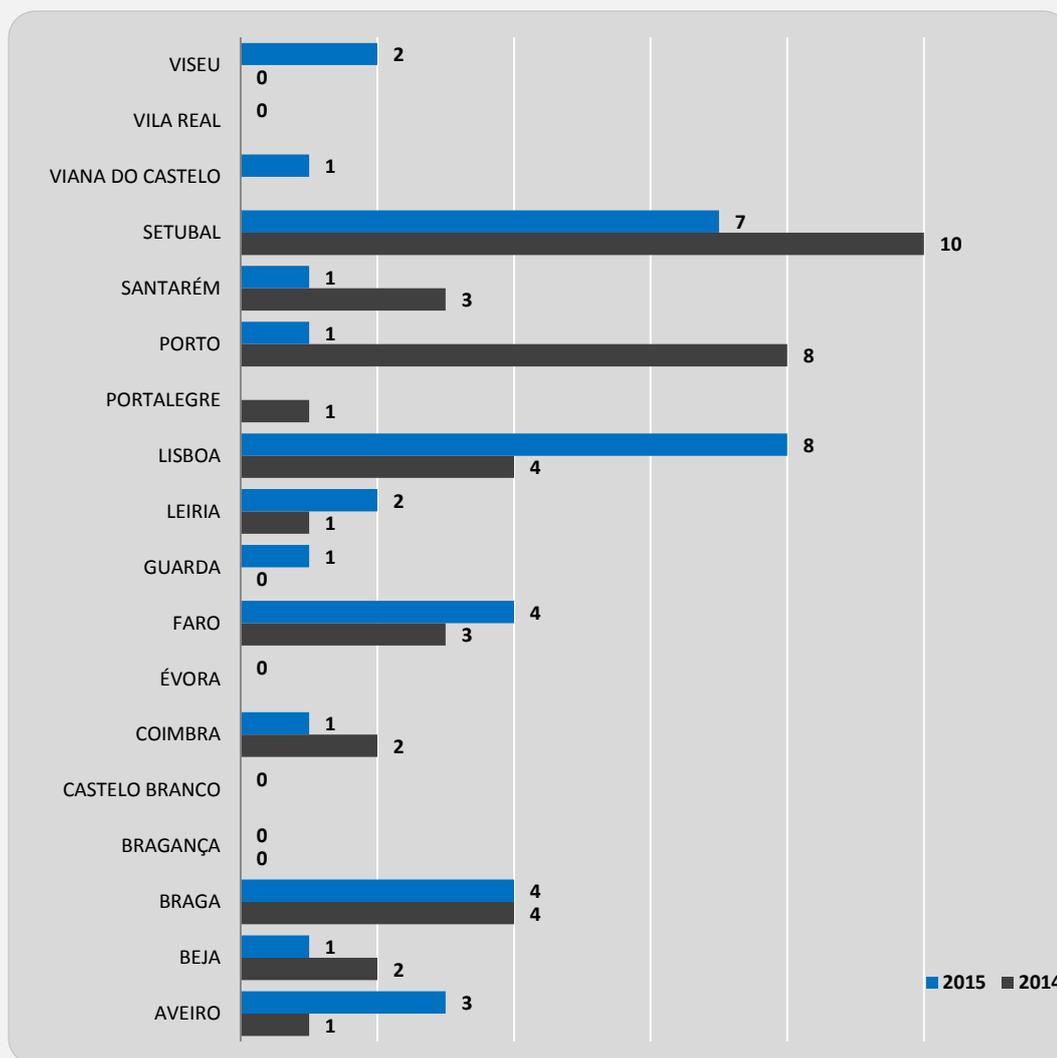


Figura 35 - Roubo de viaturas – Por distritos.

Quanto aos autores destes roubos, apuradas 97% das situações, constata-se que em 62,85% o crime foi praticado por dois ou mais indivíduos, sendo que, analisadas 72% das ocorrências, verifica-se que a idade dos suspeitos se situa, predominantemente, na faixa etária dos 20 aos 40 anos de idade. Os meios de coação mais utilizados na prática do roubo de viaturas foram a coação física (em 41,66% dos casos), seguida do uso da



arma de fogo (em 30,55% dos casos). Na maioria dos casos (61%) a fuga dos suspeitos deu-se em veículo ligeiro.

Relativamente à distribuição mensal, observa-se que os meses de março (7 casos) e janeiro (6 casos) foram aqueles em que se verificaram mais roubos de viaturas, destacando-se os meses de maio (1 caso), junho (zero) e julho (1 caso) pelo baixo número de roubos registados. Os dias da semana com maior incidência de ocorrências foram a segunda-feira (8 casos) e o Domingo (6 casos). Verifica-se que a prática deste tipo de crime teve maior incidência em período noturno (início da noite), entre as 19H00 e as 00H00 (14 casos – 38,88%), logo seguido do período da tarde, entre as 13H00 e as 19H00 (10 casos – 27,77%).

Pela prática do crime de roubo de veículo motorizado foram detidos 6 suspeitos, tendo resultado ferimentos em 6 vítimas dessa atividade delituosa. Os valores roubados ascendem a 88 160,00 €.

No que concerne ao furto de veículos, verificou-se uma ligeira diminuição no número de veículos furtados face ao registo de 2014. Por outro lado, em 2015, a taxa de recuperação de viaturas foi de cerca de 69%, superior, portanto, à registada em 2014, que se cifrou em 52%, conforme se demonstra no quadro seguinte:

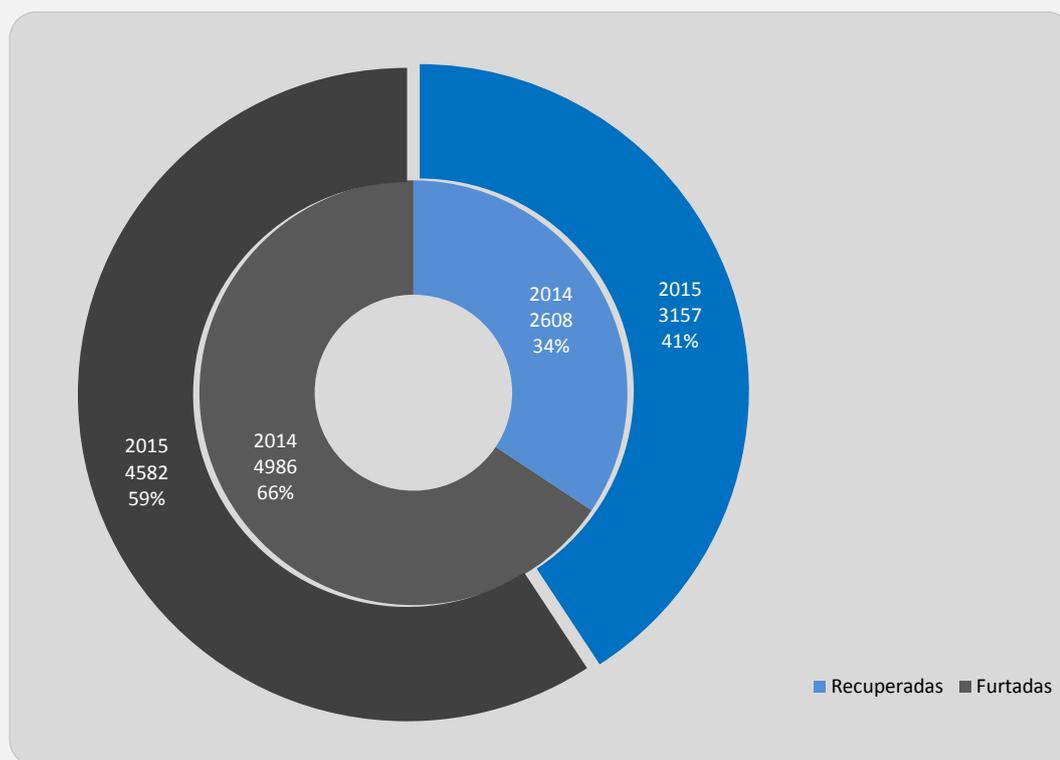


Figura 36 - Furto de veículos recuperados na ZA da GNR.

ROUBO EM RESIDÊNCIAS

Implica sempre a subtração de bens do interior de uma residência e/ou anexos por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.



A Guarda registou em 2015 na sua ZA 222 casos de roubos em residências, verificando-se uma diminuição de 19,85% em relação a 2014 (-55 casos). De realçar que 63,51% dos crimes de roubo em residência (141 casos) foram perpetrados contra idosos.

Este tipo de crime revelou especial incidência nos distritos de Faro (37 casos), Setúbal (35 casos) Leiria (32 casos) e Santarém (29 casos), sendo estes quatro distritos responsáveis por cerca de 60% do total das participações na ZA da Guarda:

Os municípios de Loulé (12 casos), Almada (10 casos) e Porto de Mós (10 casos) foram os que registaram maior número de ocorrências por este tipo de ilícito.

Com informação para 98% das ocorrências deste tipo de roubos, observa-se que em 33,78% dos casos o crime foi praticado por dois indivíduos e que em cerca de 40 % das situações por grupos de três ou mais indivíduos. Apurados dados para 64% dos casos, constata-se que em 55,2 % das situações o crime foi praticado por indivíduos na faixa etária dos 20 aos 30 anos. A coação física foi o meio mais utilizado na prática do crime de roubo em residência (72% dos casos), seguido da arma branca (14,4%) e da arma de fogo (13%). Apenas em 61,7% das situações foi possível apurar o meio de fuga. De entre os casos conhecidos constata-se que a fuga a pé e em veículo ligeiro foram os meios mais utilizados.

Relativamente à distribuição mensal deste tipo de crime, observa-se que os meses de junho (25 casos) e julho (29 casos) destacam-se pelo número mais elevado de registos de participações.

A maior incidência de casos verificou-se às quintas-feiras (41) e às quartas-feiras (38). O período noturno/madrugada, das 00H00 às 07H00 (75 casos), e o período da tarde, das 13H00 às 19H00 (74 casos), foram, com expressão muito idêntica, os períodos em que se registaram maior número de roubos em residência.

Pela prática deste crime foram detidos pela GNR 7 suspeitos, realçando-se que do mesmo resultaram ferimentos em 74 vítimas. Os valores roubados ascendem a 219 963,77 €.

ROUBO A TRANSPORTE DE VALORES

Implica a subtração dos bens transportados em meio de transporte de valores por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

A GNR não registou qualquer ocorrência deste tipo no ano de 2015, sendo que no ano transato apenas houve registo de um roubo inserido nesta tipologia.

FURTO A ATM

A Guarda Nacional Republicana registou em 2015 um total de 10 casos de Furto/Roubo a ATM, verificando-se, assim, uma descida de 62,9% em relação ao ano transato (-17 casos). Apenas no distrito de Lisboa se verificou mais de que um furto/roubo de ATM (2 casos), ambos no concelho de Sintra, tendo todas as demais



situações deste tipo de criminalidade ocorrido, de forma dispersa, por oito outros distritos do território nacional.

Tendo sido possível apurar informação para 60% das situações, verifica-se, quanto ao número dos autores, não existirem diferenças relevantes entre as três classes de suspeitos consideradas (um, dois e grupal). Observa-se que em 40% das situações (4 casos) o meio utilizado para efetuar os furtos/roubos foi o arrombamento com explosão. Em todos os casos em que existe informação (40%), o meio de fuga utilizado foi o veículo ligeiro.

O mês de novembro foi o único em que se verificou mais que um furto/roubo de ATM (2 casos), realçando-se que nos meses de julho, agosto e setembro (meses de verão) não se registou na ZA da GNR qualquer participação por este tipo de ilícito. As segundas e terças-feiras foram os dias da semana com maior número de crimes registados (3 situações em cada um desses dias). Em 60% dos casos, este tipo de crime foi praticado no período noturno/madrugada (das 00H00 às 07H00):

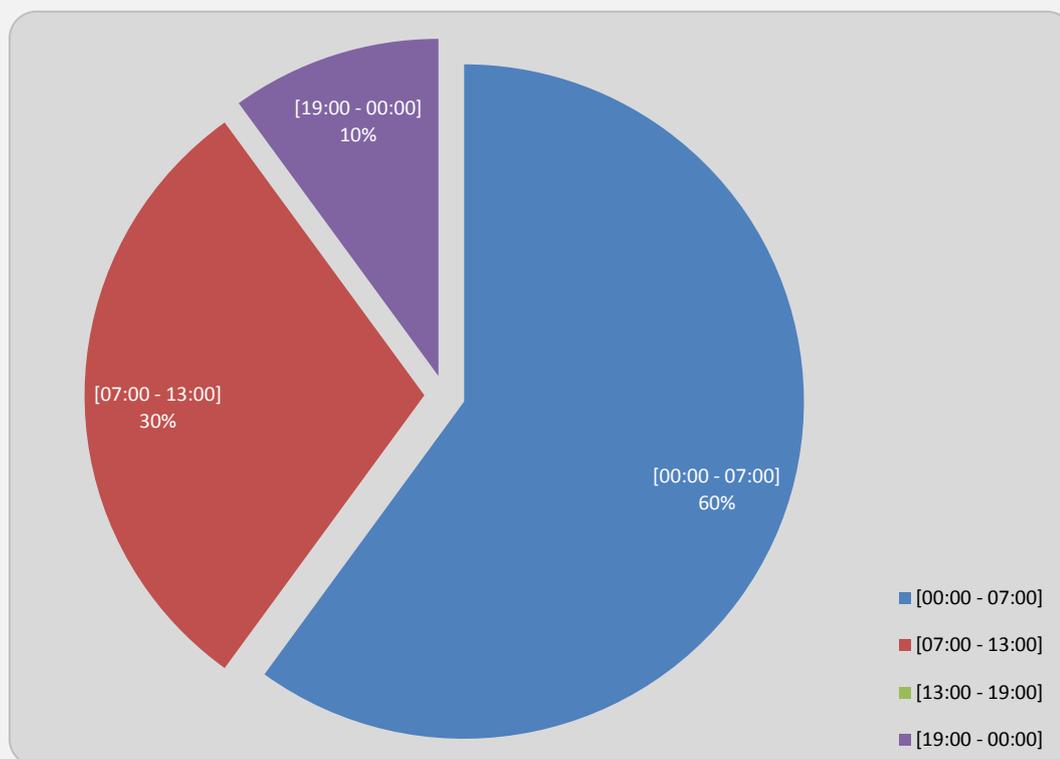


Figura 37 - Furto/roubo ATM – Período de horário das ocorrências

Foi efetuada a detenção de 1 suspeito pela prática deste tipo de ilícito criminal, que não teve consequências nas vítimas, registando-se apenas avultados danos materiais (não contabilizados), principalmente nas situações consumadas com recurso a explosões. Os valores furtados/roubados não foram revelados pelas entidades responsáveis pelos ATM.

FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS

Implica o furto de cobre, alumínio e outros metais não preciosos, por exemplo de redes elétricas, telefónicas, sinais de trânsito, via pública, residências e explorações agrícolas ou industriais.

A Guarda Nacional Republicana registou em 2015 um total de 5.121 furtos de metais não preciosos, o que representa uma diminuição de 21,84% em relação a 2014 (-1.431 casos).

O furto de metais não preciosos registou maior incidência nos distritos de Leiria (649 casos), Aveiro (634), Santarém (613), Setúbal (525) e Porto (451), sendo estes cinco distritos responsáveis por cerca de 56% do total das participações na ZA da GNR:

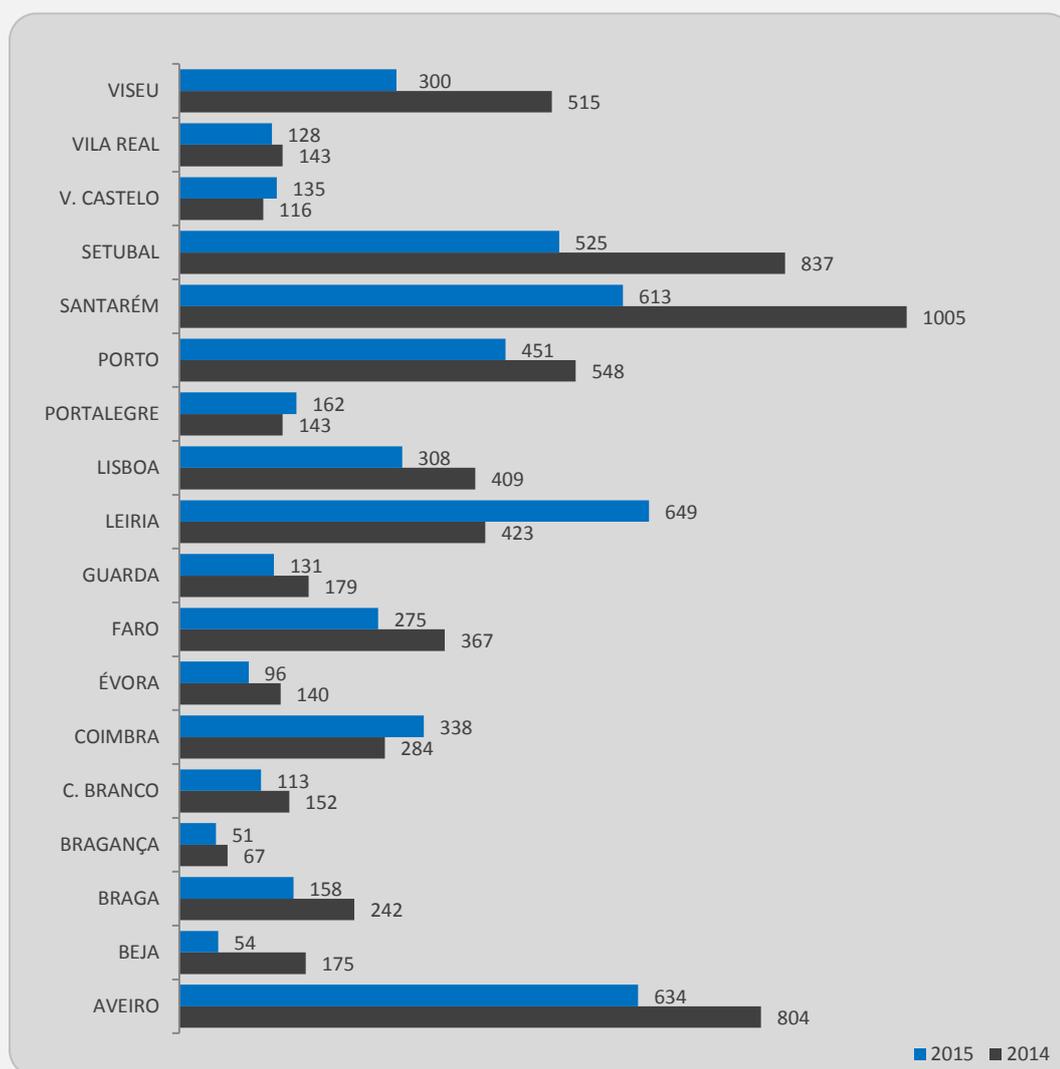


Figura 38 - Furto de metais não preciosos – Por Distrito comparação 2014/2015.

Os concelhos de Palmela (268 casos), Alcobaça (186), Santa Maria da Feira (170) e Leiria (135) foram os que registaram o maior número de ocorrências por este tipo de ilícito.



Com informação apenas para 5,38% das participações, constata-se que na larga maioria dos casos conhecidos o crime foi praticado por um só indivíduo. Apurada a idade dos suspeitos em 7,83% das situações, verifica-se que este tipo de furto foi maioritariamente praticado por indivíduos do grupo etário dos 20 aos 30 anos de idade.

Os meses de março (544), abril (604) e maio (535) foram os que registaram maior número de participações, representando, no seu conjunto, 32,86% do total dos casos participados:

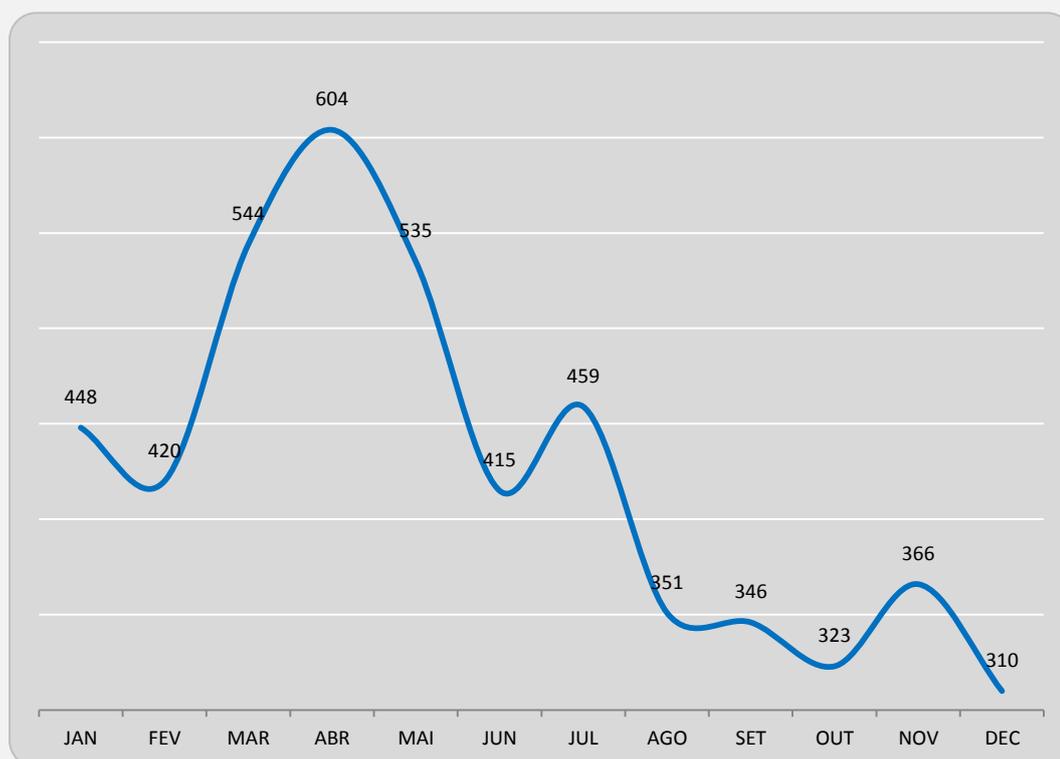


Figura 39- Furto de metais não preciosos – evolução ao longo do ano 2015

Observa-se que o maior número de casos ocorreu à segunda (18,35%) e quarta-feira (18,31%), logo seguidos da terça (17,95%) e da sexta-feira (17,64%), sendo o sábado e o domingo os dias da semana com menor incidência de casos de furto de metais não preciosos.

Quanto à tipologia das vítimas deste tipo de criminalidade, refere-se que 67,33% são pessoas coletivas e 32,67% são pessoas singulares.

O tipo de metal mais furtado foi o cobre (67,82%), seguido, a larga distância, do ferro (11,52%), como se demonstra no gráfico seguinte:

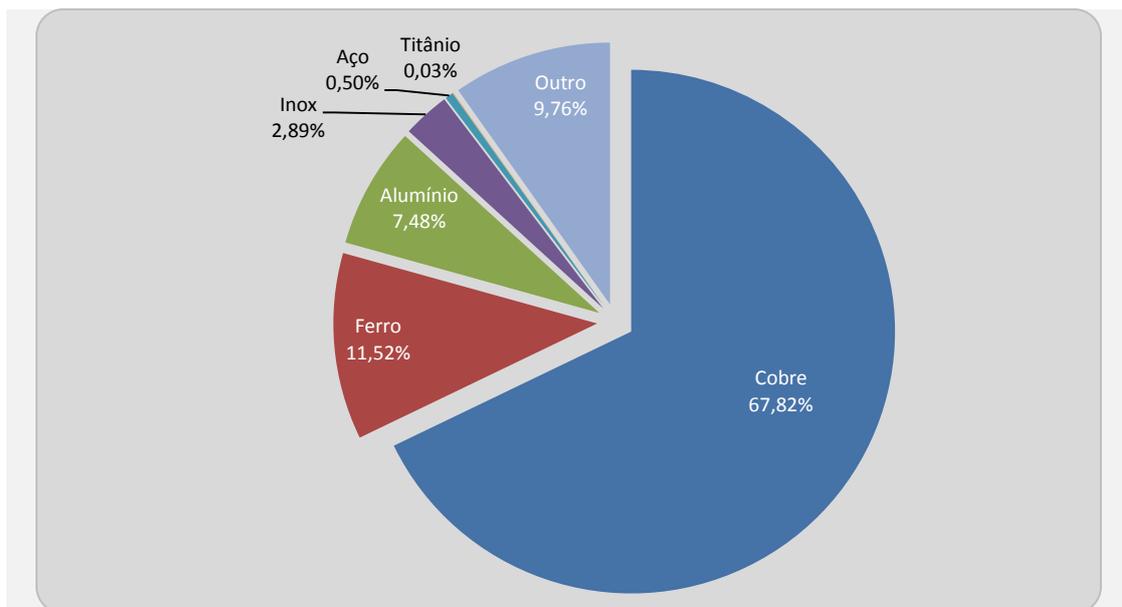


Figura 40 - Furto de metais não preciosos por tipo de metal

Foram detidos 128 suspeitos da prática do crime de furto de metais não preciosos. Os valores do material furtado ascendem a 10 442 950,76 €.

ILÍCITOS EM AMBIENTE ESCOLAR

Da atividade desenvolvida pela Guarda no âmbito do Programa Escola Segura, destaca-se a elaboração, no ano letivo de 2014/2015, de 1.352 participações de ilícitos em ambiente escolar, incluindo os estabelecimentos de ensino público, bem como os do ensino particular e cooperativo. Destes, 838 foram de natureza criminal. No ano letivo de 2013/2014 a Guarda registou 1374 ocorrências. O número de participações no ano letivo 2014/2015 sofreu uma diminuição de 1,6 % (-22 casos) em relação ao ano letivo 2013/2014.

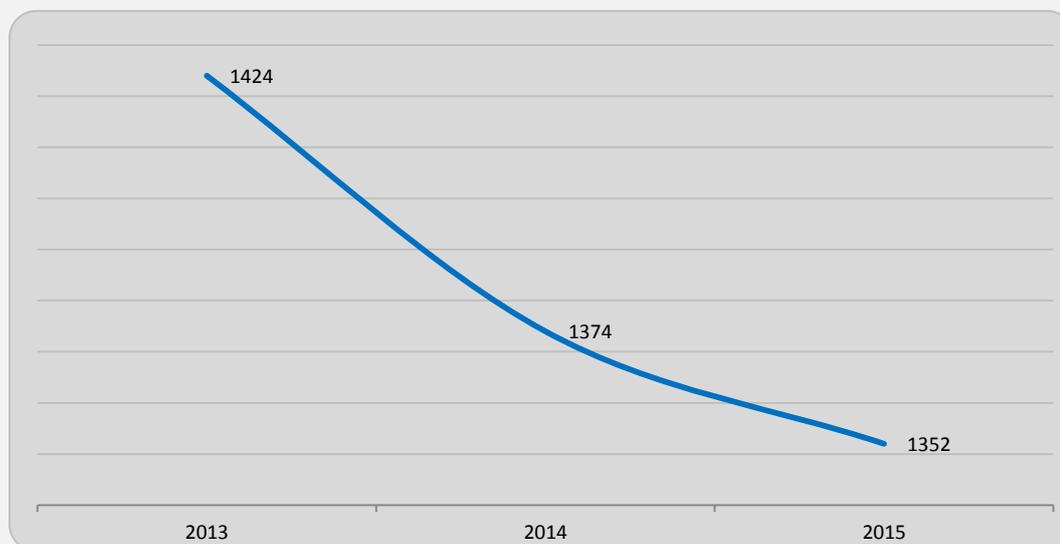


Figura 41 - Total participações



No que respeita ao local das ocorrências de natureza criminal, cerca de 72 % tiveram lugar no interior da escola:

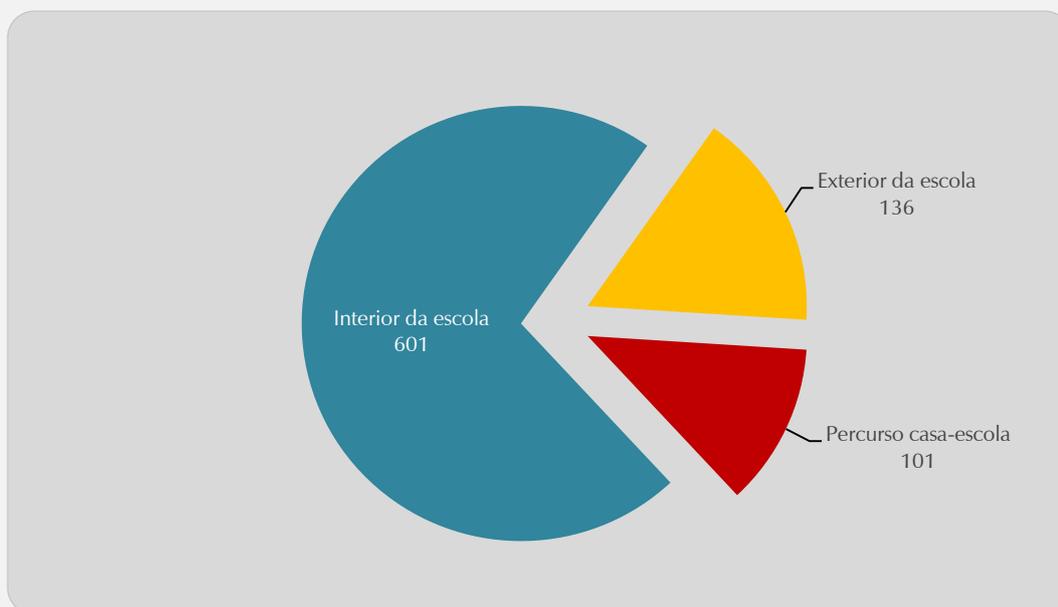


Figura 42 - Local das ocorrências criminais

Da análise do total das participações infere-se que a ofensa à integridade física (258) e o furto (215) são os casos mais frequentes, enquanto a posse e uso de arma (16), o roubo (16) e a ameaça de bomba (06) foram os menos verificados.

No que respeita aos ilícitos verificados no interior da escola, o gráfico seguinte ilustra esta realidade:

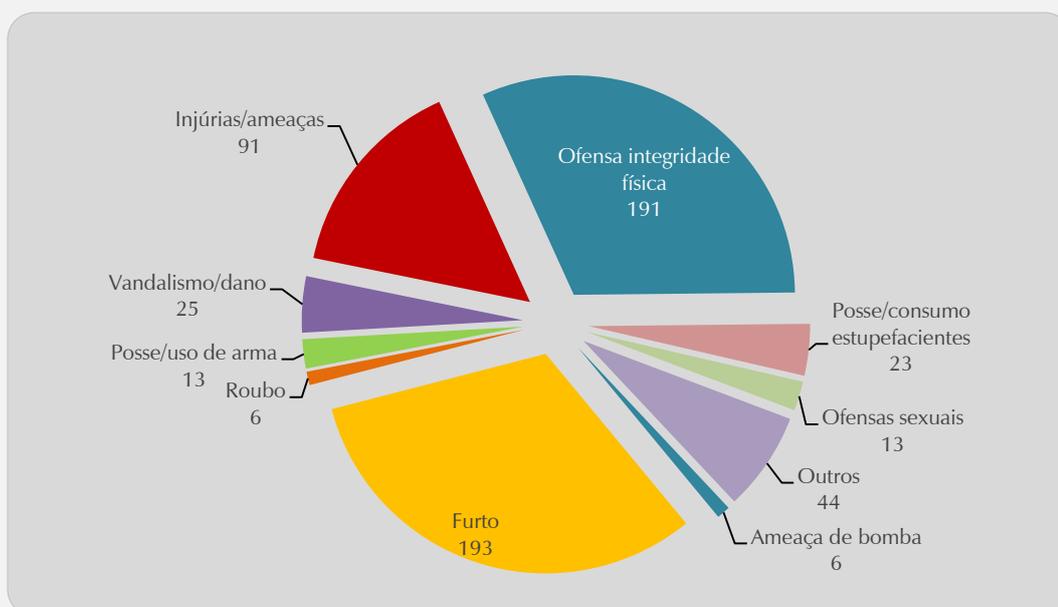


Figura 43 - Tipo de ocorrências no interior da escola

Já no exterior dos estabelecimentos de ensino, e nomeadamente no perímetro envolvente, os factos verificados são os seguintes:

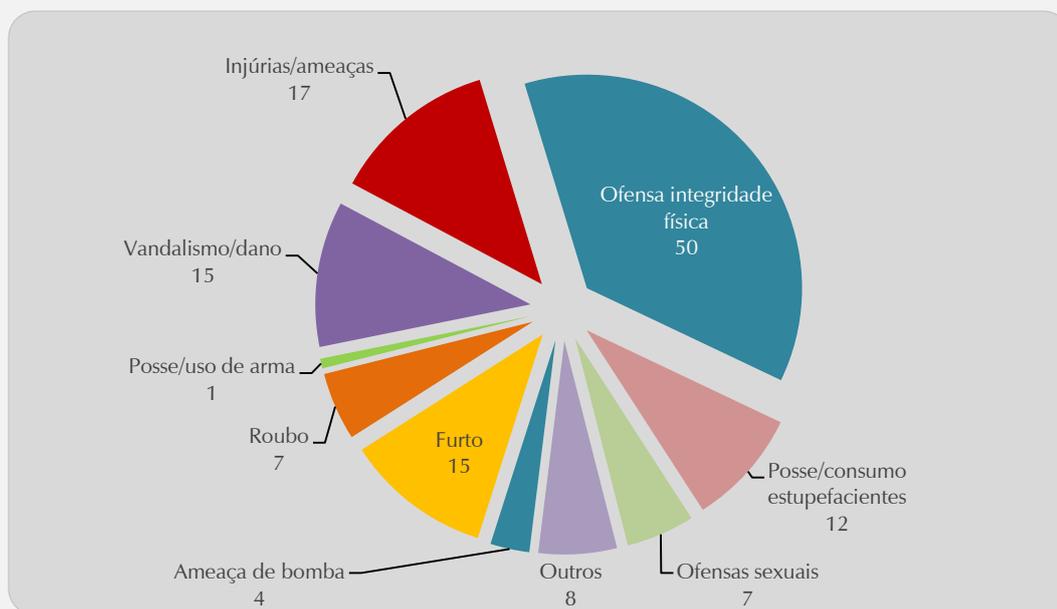


Figura 44 - Tipo de ocorrências no exterior da escola

A ofensa à integridade física assume-se no exterior da escola (perímetro envolvente até aos 50 metros) como o caso de ato ilícito mais frequente e posse/uso de arma como o menos frequente:

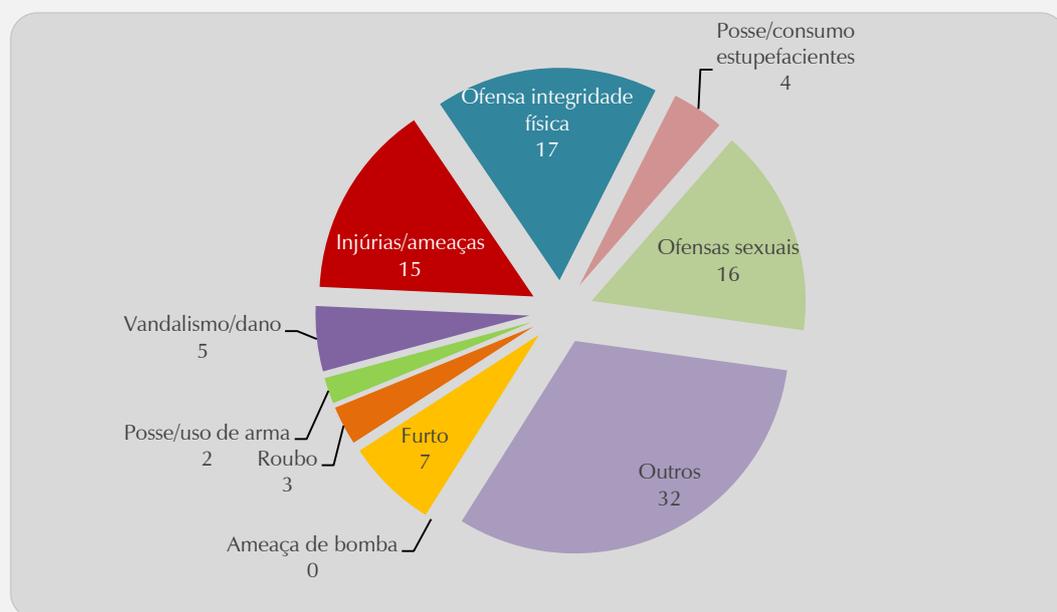


Figura 45 - Tipo de ocorrências no percurso casa - escola

No percurso entre a casa e a escola, os alunos foram mais sujeitos a outros crimes, com o registo de 32 ocorrências, e ofensa à integridade física, com 17 casos. Uma outra análise é a relativa à área do país onde este tipo de casos mais acontece, o que se pode verificar através do seguinte gráfico:

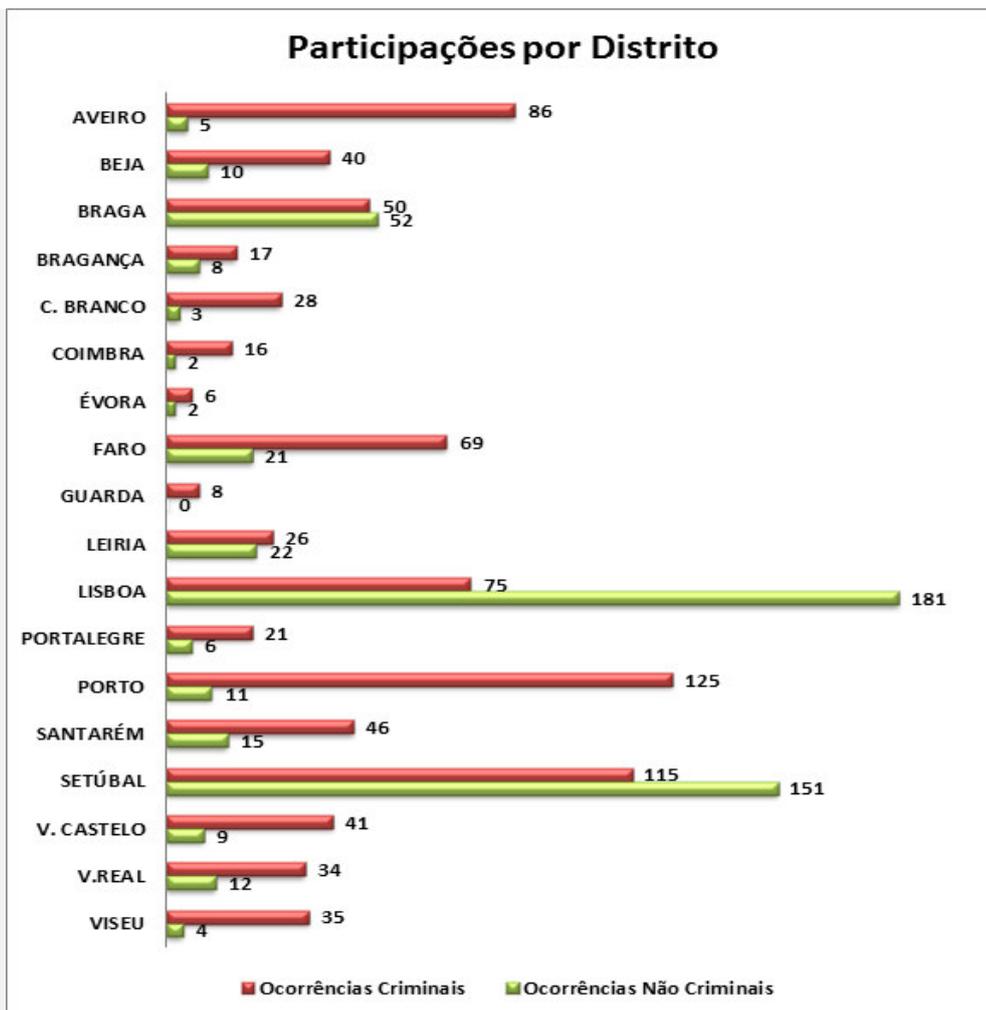


Figura 46 - Participações por Distrito

O distrito que registou mais participações de ilícitos criminais foi o Porto. O distrito que regista maior número de ilícitos não criminais foi o de Lisboa, sendo que Setúbal é o distrito que apresenta, na globalidade, maior número de ilícitos em ambiente escolar.

CRIMINALIDADE GRUPAL E DELINQUÊNCIA JUVENIL

A Guarda registou em 2015 um total de 1141 casos de criminalidade grupal, verificando-se uma descida de 13,36% (-176 casos) em relação a 2014 (1317 ocorrências).

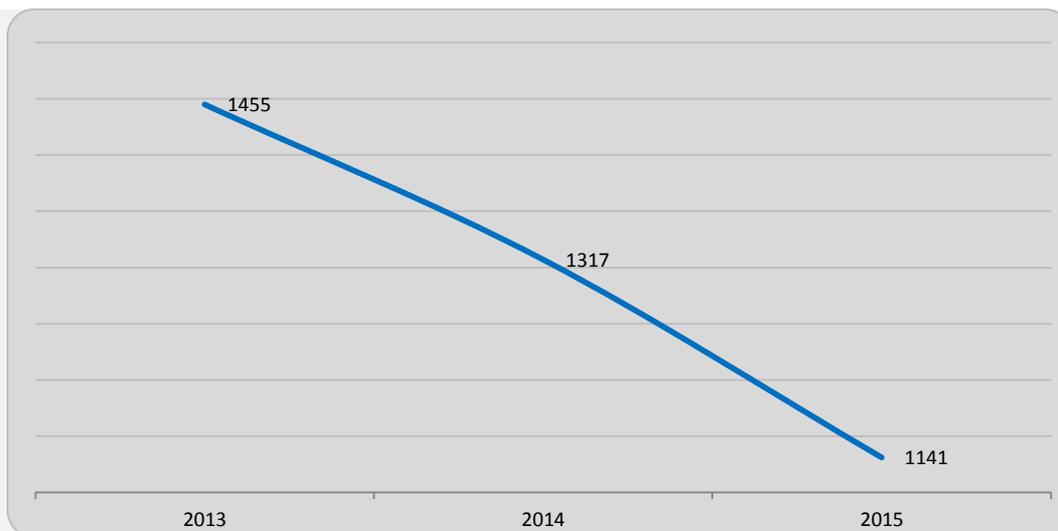


Figura 47 Criminalidade grupal e delinquência juvenil

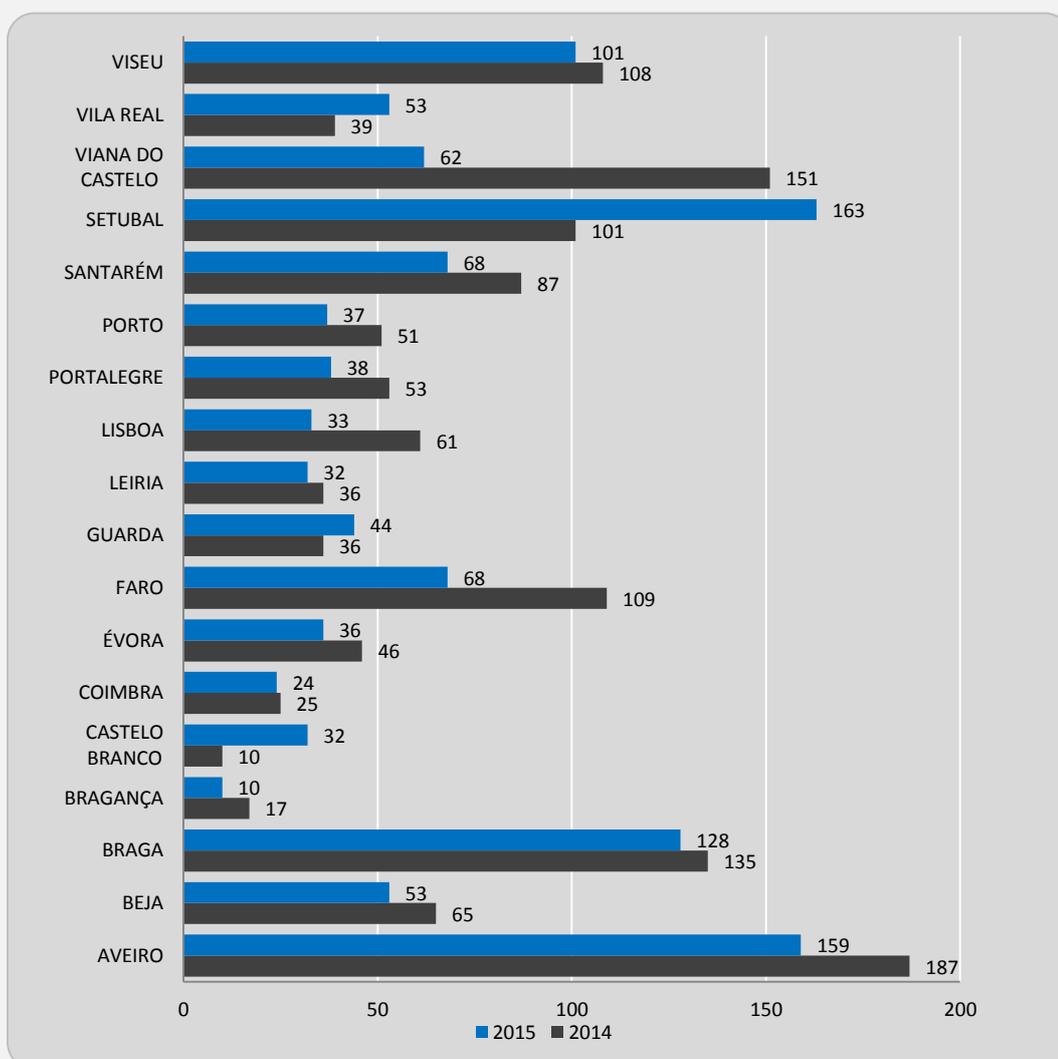


Figura 48 - Criminalidade Grupal – Por distritos.



No que se refere à criminalidade juvenil, os registos apresentam um ligeiro acréscimo, porquanto a variação foi de mais 7 ocorrências, passando de 907 para 914 casos.

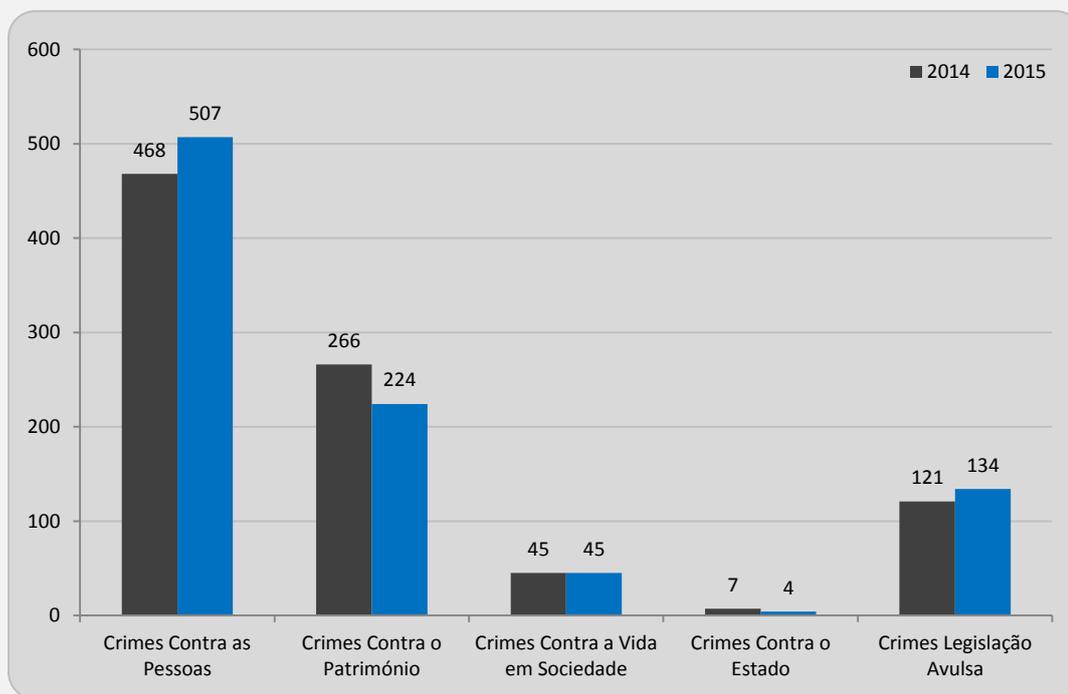


Figura 49 - Criminalidade Juvenil – Por tipologia criminal.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais constituem-se como um flagelo da floresta em Portugal. O Governo, para a prossecução dos grandes objetivos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), promulgado em 2006, estabeleceu metas cuja concretização passa pelo empenho de todas as entidades com responsabilidades no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), visando globalmente e num horizonte temporal de 2012 a 2018 a redução da área ardida para valores equiparáveis à média dos países da bacia mediterrânica.

Para a prossecução dos objetivos referidos, durante o ano de 2015 foram acionados meios humanos e materiais visando a proteção da floresta e prevenção de incêndios, com base na Diretiva Operacional Nacional (DON) n.º 2/DECIF de 2015, da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), onde se estabeleceu o conceito estratégico do Dispositivo Nacional de Combate a Incêndios para o ano de 2015, procurando assegurar-se a mobilização, prontidão, empenhamento, articulação e gestão dos meios e recursos, tendo em vista garantir um elevado nível de eficácia no combate aos incêndios florestais em todo o território nacional.

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, integrada operacionalmente no SNDFCI, foram pela GNR realizadas 44.079 ações de patrulhamento e vigilância da floresta, tendo sido registados 9.178 crimes, contrapondo com os 4.450 crimes de incêndio registados em 2014, o que representa um acréscimo de 106,2%. Nesta vertente da atividade operacional desenvolvida pela Guarda, salienta-se também, em 2015, a

realização de 74 detenções, contra as 39 do ano anterior (+89,74%), e a elaboração de 2.676 autos de contraordenação, por contraponto com os 2.504 de 2014 (+6,86%).

No ano de 2015, pelo dispositivo da GNR foram registadas 15.668 ocorrências de incêndios florestais (9.758 em 2014), o que representa um acréscimo de 60,56% em relação a 2014, das quais resultou uma área ardida de 64.939 hectares (22.809 em 2014), sendo que dessas ocorrências, foram investigadas pela Guarda 16.654 (81 % das ocorrências).

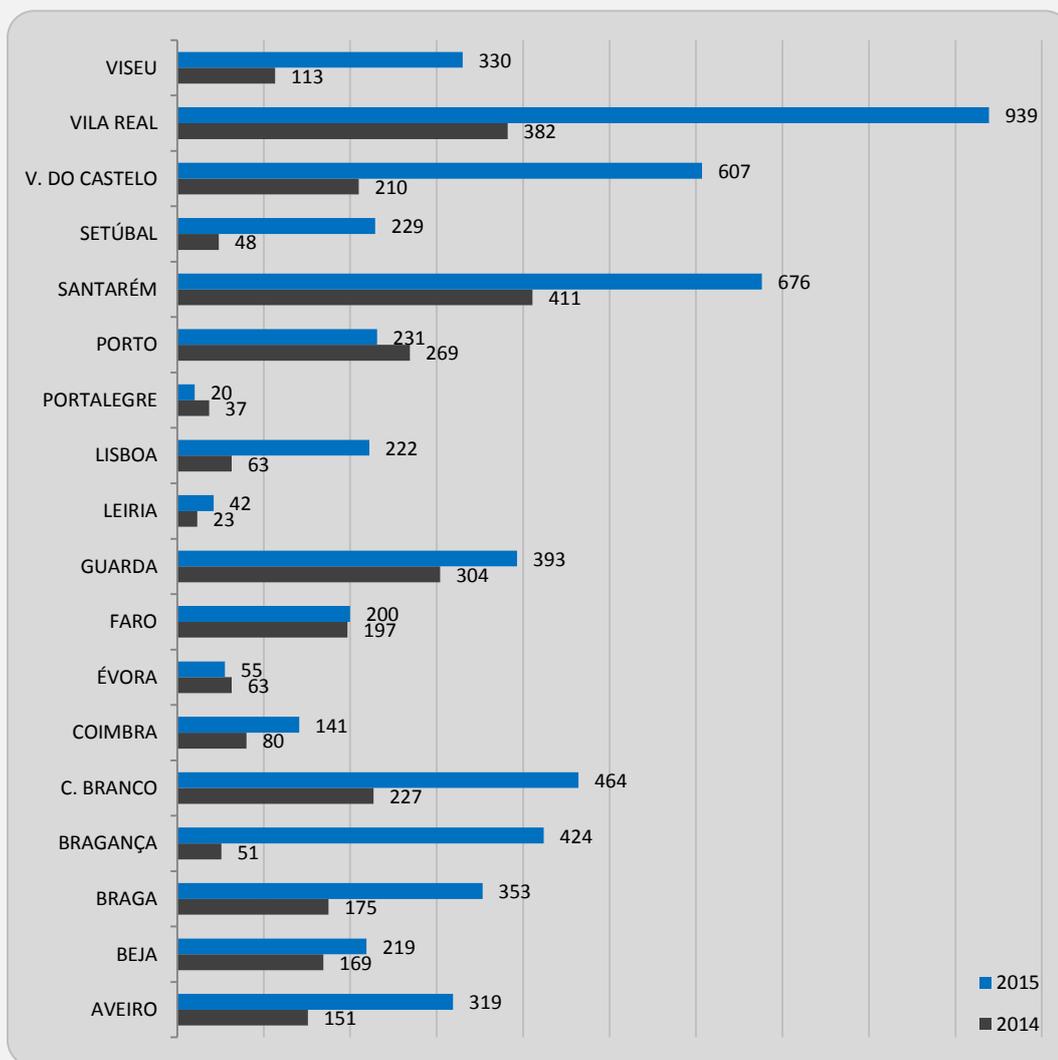


Figura 50 - Resultados das ações de vigilância na DFCI - Autos Crime de Incêndio

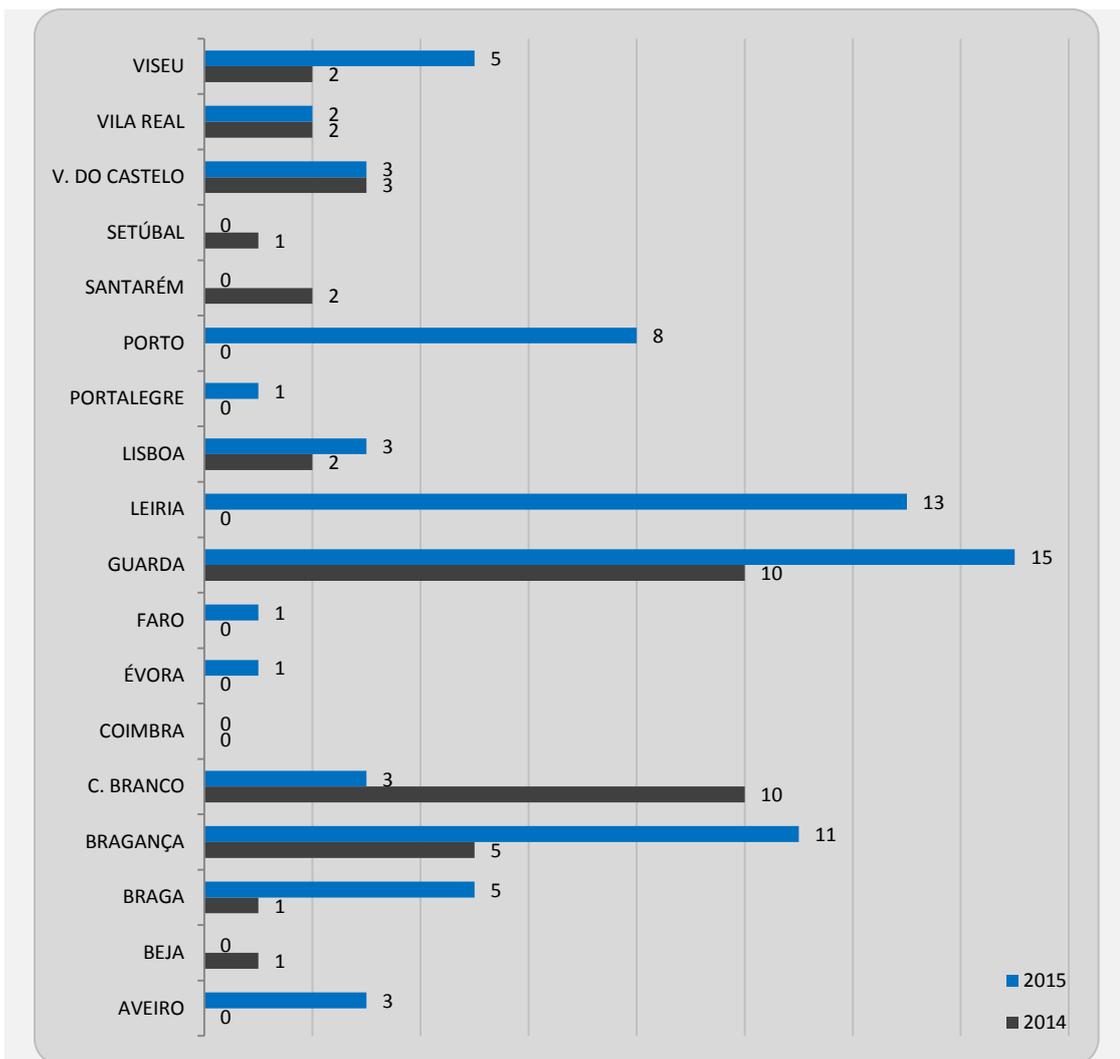
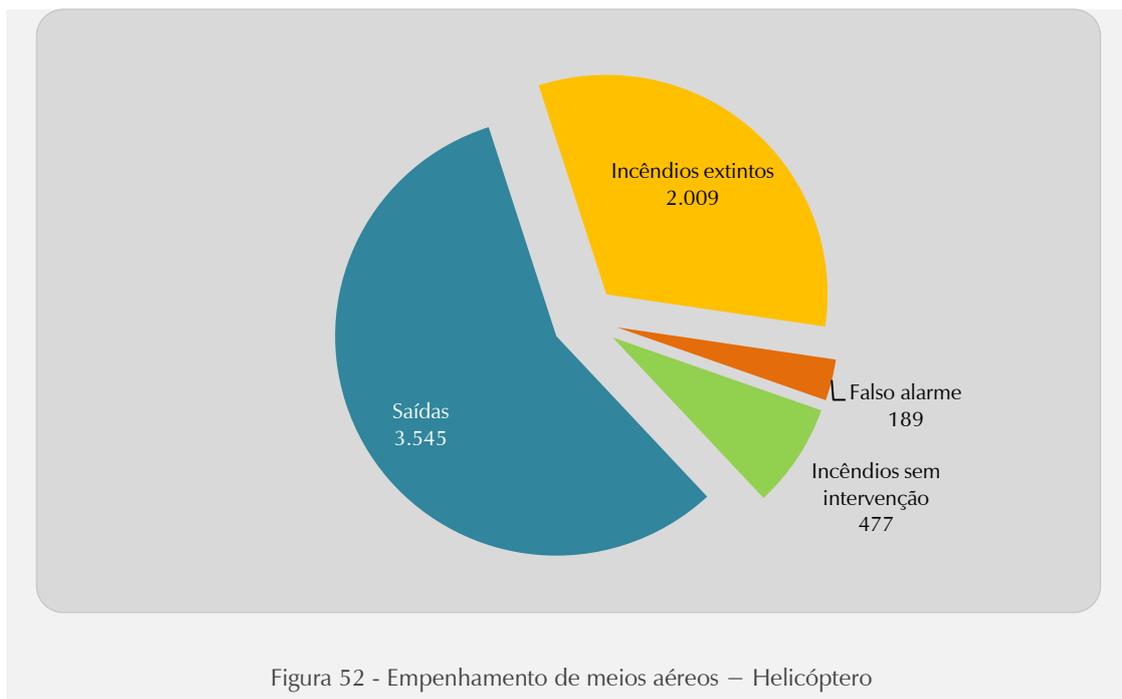


Figura 51 - Resultados das ações de vigilância na DFCI - Detidos

Resulta, assim, da análise à informação do Sistema de Gestão de Incêndios Florestais que a área ardida em 2015 (68.939 ha) foi consideravelmente superior à de 2014 (22.809 ha), na ordem dos 42.130 ha.

No combate aos incêndios florestais, a Guarda utilizou os meios aéreos disponibilizados, tendo obtido o empenhamento operacional que se apresenta no quadro seguinte:



1.2.2. PREVENÇÃO

A prevenção constitui-se como uma das formas mais eficazes de atuação no que concerne à minimização do sentimento de insegurança da população, pelo que, a Guarda continua a dedicar-lhe uma parte muito importante das suas capacidades e meios operacionais.

1.2.3. PROGRAMAS GERAIS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

A GNR tem vindo a destacar-se pelo trabalho desenvolvido no âmbito dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), os quais são orientados para o policiamento de proximidade e segurança comunitária, dedicando-lhe em exclusivo meios e efetivos significativos.

Estão afetos em exclusividade aos programas especiais 338 militares, constituídos em 82 Seções de Programas Especiais (SPE), que dependem organicamente do dispositivo territorial da Guarda. Os efetivos das SPE têm à sua disposição 145 viaturas ligeiras e 41 motos e, sempre que necessário, são reforçados e apoiados pelos efetivos de outras subunidades e valências da GNR.

O policiamento de proximidade, entendido no seu sentido mais amplo como um modelo de policiamento que implica a aproximação às populações e o seu envolvimento na resolução dos seus próprios problemas, continuou, à semelhança de anos anteriores, a ser uma das apostas estratégicas da Guarda em matéria de prevenção e combate à criminalidade.

Fruto da sua ímpar dispersão territorial, do seu conhecimento das pessoas e dos lugares e do reconhecimento da sua ação ao nível do apoio às populações, especialmente às mais carenciadas ou vítimas de qualquer espécie de discriminação, a Guarda continuou a desenvolver os Programas Especiais, enquadráveis neste conceito de policiamento de proximidade, direcionado para a resolução dos problemas, tendo sido chamada a integrar inúmeras parcerias de



âmbito local, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, do apoio e proteção a idosos e do combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social.

De entre os protocolos/parcerias desenvolvidos em 2015 destacam-se os seguintes:

- Protocolo de Cooperação entre GNR e a Associação Safe Communities Portugal (ASCP), visando desenvolver esforços no sentido de promover comunidades mais seguras, melhorar a sensibilidade para a segurança e reduzir vítimas de crimes. Este protocolo tem como objetivo principal, educar melhor, em particular, a comunidade estrangeira, sem que no entanto se negligencie a comunidade local portuguesa.
- Protocolo de Cooperação entre GNR e a Walt Disney Company que visa contribuir para a proteção dos menores e o combate a condutas potencialmente lesivas para a sua pessoa ou que possam constituir um risco para o desenvolvimento da sua personalidade, e bem assim proporcionar e desenvolver atividades dirigidas ao uso responsável e seguro da internet e das demais Tecnologias da Comunicação por parte dos menores.
- Protocolo de Cooperação entre GNR e a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), visando desenvolver esforços em conjunto com o intuito de promover a segurança e os direitos e garantias das pessoas com Deficiência (PcD), contribuindo assim para uma sociedade segura e marcada pela igualdade, contemplando toda a diversidade humana e promovendo o acesso e a participação ativa de todos os cidadãos.

Nesta área, a GNR tem direcionado o seu esforço para o sucesso dos Programas Especiais implementados e em desenvolvimento em todo o território nacional, como é o caso dos Programas Escola Segura, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Campo Seguro. No âmbito de cada um dos programas mencionados, os militares das SPE da Guarda desenvolveram iniciativas que visaram essencialmente estabelecer uma relação de proximidade e de confiança, de modo a transmitir às populações um forte sentimento de segurança. Para além da presença física em locais considerados mais críticos para as pessoas mais vulneráveis, a prevenção assentou muito nas ações de sensibilização junto das pessoas, orientando-as e persuadindo-as a adotar medidas de proteção e reação a eventuais situações em que sejam vítimas de crime, de forma a sentirem-se efetivamente mais seguras.

Na vertente de apoio social, a Guarda tem colaborado com diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo-se em várias parcerias, de iniciativa de entidades locais e em sinal de reconhecimento claro da qualidade da ação dos seus militares nesta área.

Para além dos Programas Especiais de iniciativa da Tutela, a Guarda continuou a desenvolver alguns programas e projetos anteriores, como sejam os programas de Apoio a Pessoas com Deficiência, Residência Segura e Apoio ao Turista, os projetos Internet Segura, Investigação e Apoio a Vítimas Específicas e Interlocutores Locais de Segurança, as Operações Campo Seguro (destinada ao furto de metais, mas agora alargada ao furto de produtos agrícolas – azeitona, castanha e pinha - e ao tráfico de seres humanos) e Santo António.

Para além dos Programas Especiais, os militares da Guarda continuam empenhados no êxito dos Contratos Locais de Segurança e mantêm a sua disponibilidade para intervir ativamente nos Conselhos Locais de Segurança, nas Comissões

de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sempre com o objetivo de proporcionar mais e melhor segurança aos cidadãos.

ESCOLA SEGURA

O Programa Escola Segura é de âmbito nacional e está especialmente vocacionado para a segurança de toda a comunidade escolar.

A GNR atenta ao fenómeno da violência no meio escolar, através dos Núcleos de Escola Segura (NES), desenvolveu e reforçou as suas ações junto de toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares de ação educativa), de forma a sensibilizá-la e a envolvê-la nas questões da segurança no meio escolar.

Com este objetivo foram realizadas diversas atividades, nomeadamente ações de policiamento e de sensibilização junto das escolas, complementadas com a distribuição de panfletos alusivos a matérias como a prevenção rodoviária, o bullying, os maus tratos e os abusos sexuais, os direitos das crianças, etc. Estas ações tiveram como público-alvo toda a comunidade escolar.

No âmbito deste programa, em 2015, foram realizadas 11.516 ações de sensibilização sobre várias temáticas, tais como prevenção rodoviária, segurança na rua, prevenção do consumo de estupefacientes, educação ambiental, prevenção da delinquência, maus tratos, bullying e cyberbullying, incluindo 787 demonstrações de meios e visita de 349 escolas aos vários quartéis da GNR, num universo de 5.187 escolas e 694.997 alunos.

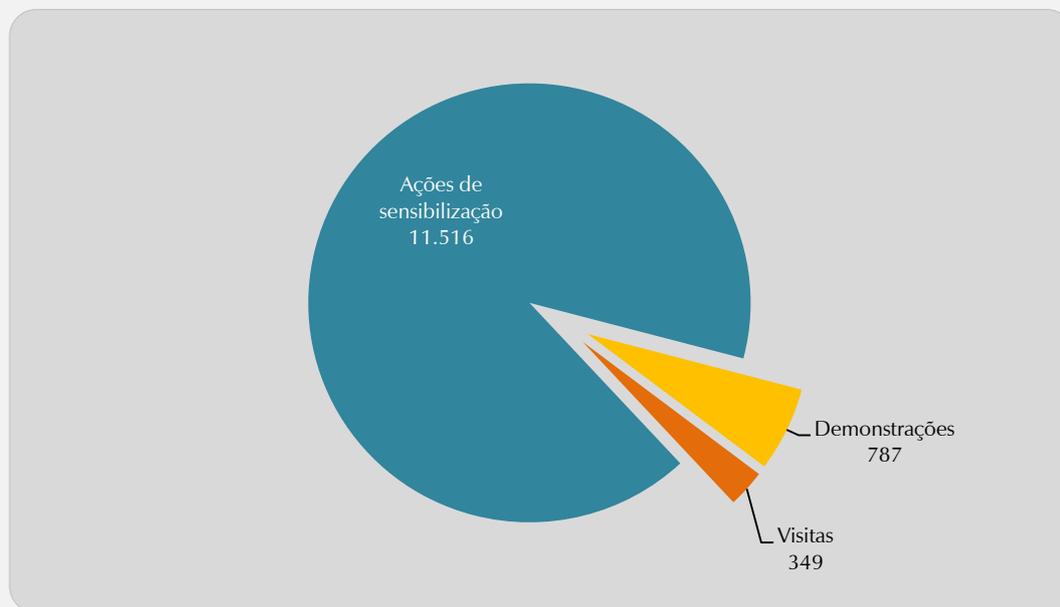


Figura 53 - Escola Segura - Ações

Ainda no âmbito do Programa Escola Segura foi realizada a Operação “Regresso às aulas em Segurança” que decorreu de 15 a 23 de setembro, tendo sido empenhados 1.842 militares, abrangendo 1.384 escolas e



envolvidos 79.579 alunos, que incluiu a realização de ações de sensibilização sobre transporte de crianças em veículos automóveis.

APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA

Considerando a importância social e o progressivo aumento da população idosa que, na ZA da GNR, vive de forma isolada e/ou em locais isolados, sendo considerada um alvo fácil para a prática de atividades criminosas, é mantido em permanência o Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, o qual contribui para o reforço da segurança e a manutenção do sentimento de confiança na GNR. Os objetivos deste programa são alcançados com base no conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas de que possam ser alvo.

Na prossecução destes objetivos, a GNR realiza, através dos Núcleos Idosos em Segurança (NIS), com o apoio dos militares dos Postos Territoriais, diversas ações no âmbito da sua missão de policiamento de proximidade que vão desde o levantamento de situações em que os idosos vivem isolados e/ou em locais isolados, até à realização de ações de sensibilização e informação, visitas, sinalização de casos problemáticos e respetivo encaminhamento para as Instituições de Apoio Social locais e na participação em equipas multidisciplinares de intervenção e acompanhamento.

Estas ações foram realizadas ao longo do ano, mediante contactos pessoais, palestras e distribuição de folhetos, a fim de lhes comunicar os procedimentos de segurança a observar em situações em que sejam alvo de burla, furto ou roubo, quer na forma tentada, quer na forma consumada.

No âmbito do “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança” foram realizadas as seguintes operações:

- Operação “Censos Sénior 2015” que decorreu entre os dias 21 de Abril e 30 de Abril, tendo sido registados 39.216 idosos a residir em situação de vulnerabilidade (sozinhos e/ou isolados);
- Operação “Idosos em Segurança” que decorreu de 01 de Outubro a 31 de Outubro, tendo sido realizadas 4.351 de ações de sensibilização/informação para a prevenção de burlas, furtos e roubos, abrangendo 33.841 idosos.

APOIO À VITIMA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (VD)

Em 2015 foram registadas, pela GNR, 11.544 ocorrências de violência doméstica, tendo-se verificado que este tipo de ilícito representa uma das tipologias criminais mais registada pela GNR nos últimos anos e das ocorrências com maior prevalência nos crimes praticados contra as pessoas:

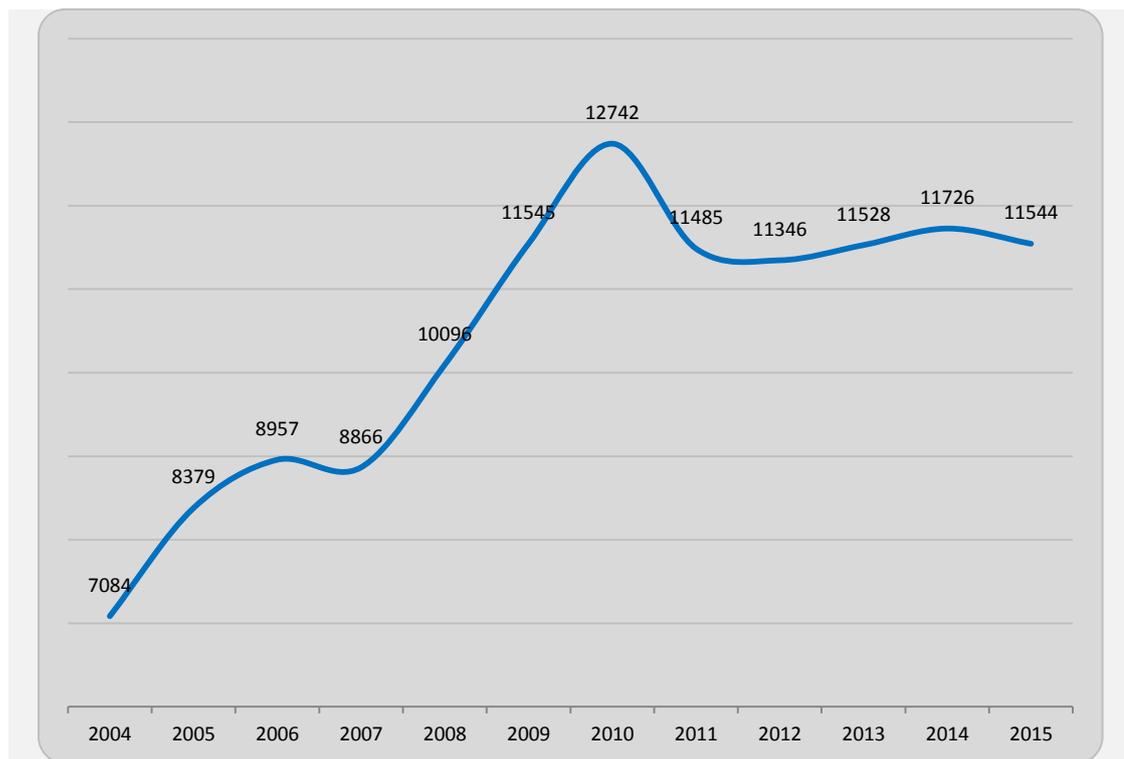


Figura 54 - Evolução nº ocorrências de VD de 2004 a 2015.

Tendo em conta a evolução do número global de ocorrências participadas à GNR nos últimos oito anos (2008 a 2015), verifica-se que, após um aumento das participações registadas nos anos de 2008 a 2010, têm-se mantido nos últimos cinco anos uma constância no número de ocorrências participadas que configuram o crime de Violência Doméstica (2011 a 2015).

No ano de 2015, os Comandos Territoriais onde se registaram o maior número de participações foram, respetivamente, Porto (1925); Aveiro (1258); Braga (1148); Setúbal (990); Lisboa (816) e Faro (792) (quadro infra):

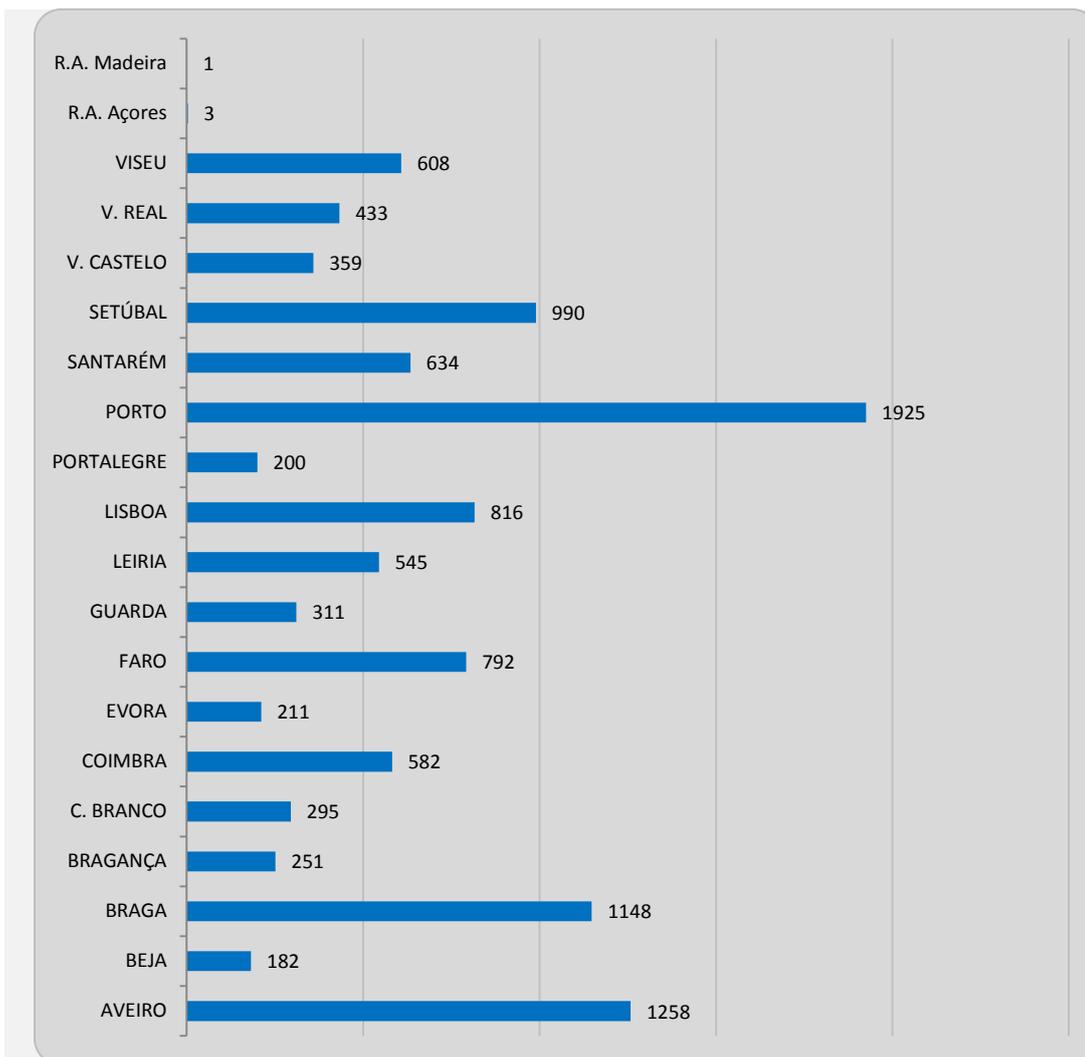


Figura 55 - Nº ocorrências de VD, por Comando Territorial, registadas em 2015.

Em 2015, prevalecem os meses de maio e os meses de verão (junho, julho e agosto) como período temporal onde se verificam maior número de ocorrências (maio (1045), junho (1106), julho (1150) e agosto (1148)) registadas pela GNR neste contexto:

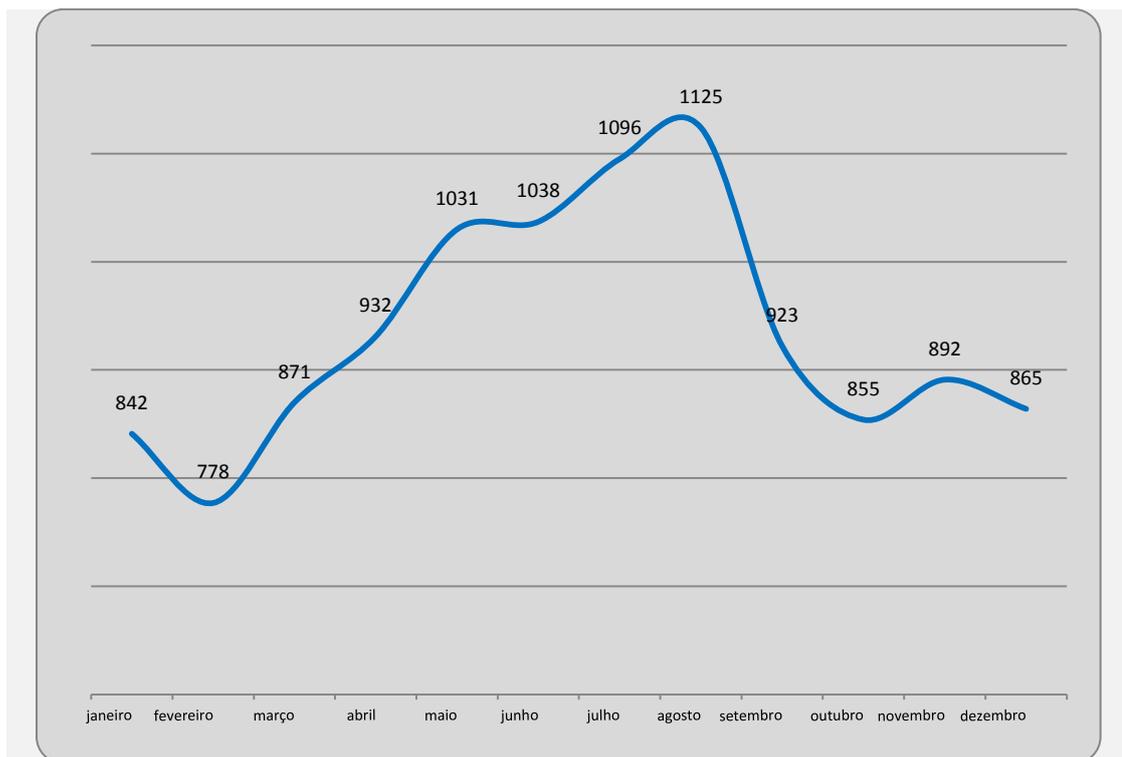


Figura 56 - Nº ocorrências de VD por mês, registadas em 2015.

Mantem-se a tendência para a maior proporção de participações pela prática do crime de violência doméstica na GNR ao fim de semana e à segunda-feira, sendo que o período do dia em que surgiram mais participações foi o período da tarde (13h-18h) e o da noite (18h-24h). As situações foram reportadas à GNR no próprio dia ou no dia seguinte.

Na maioria dos casos a denúncia é efetuada pela própria vítima, presencialmente, ou por telefone. A intervenção da GNR ocorreu, geralmente, a pedido da vítima, ou por iniciativa de familiares/vizinhas ou ainda por impulso de denúncia anónima.

No ano de 2015, 1/3 dos casos registados tinham ocorrências anteriores reportadas. Dos casos registados cerca de 38% foram presenciados por menores.

Das situações registadas pela GNR com consequências para a(s) vítima(s), verifica-se que em 43% das situações resultaram ferimentos ligeiros e ferimentos graves em 1% dos casos, sendo a grande maioria com ausência de lesões (56%). Neste período as vítimas letais participadas à GNR somam nove, das quais somente dois processos tinham uma ou duas denúncias anteriores.

No âmbito do crime de Violência Doméstica foram apreendidas pela GNR, 908 armas, 486 armas brancas, 69 armas de fogo/defesa, 83 armas de caça e 270 armas de outros tipos.

Dos casos participados à GNR, somente 58 (1%) vítimas careceram de internamento hospitalar.



A maioria dos casos ocorreu na casa da própria vítima. A violência física esteve presente em 66% (7.596) das ocorrências e a violência psicológica em 30% (3.435).

Verifica-se que o número de ocorrências é inferior ao número de vítimas registadas (11.955, das quais 10.211 são mulheres e 1.744 são homens). Confirmando-se, por isso, o fenómeno de polivitimização, uma vez que haverá processos com mais que uma vítima. A esmagadora maioria das vítimas são mulheres (85%), predominando as mulheres casadas ou que vivem em união de facto, com idade média de 41 anos e que revelam não serem dependentes economicamente.

Os denunciados são homens (87%), a maioria casados ou que vivem em união de facto, com idade média de 42 anos e que revelam não serem dependentes economicamente.

Os problemas relacionados com o consumo de álcool estiveram presentes em cerca de 43% dos casos reportados e os problemas com consumo de estupefacientes em 8%, dos casos participados à GNR.

O número de detenções efetuadas pela GNR no âmbito das ocorrências por violência doméstica tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos: em 2015 (206); em 2014 (154); em 2013 (167) e em 2012 (139).

No ano de 2015 a GNR afetou um total de 406 militares ao atendimento especializado da violência doméstica e ao processamento deste tipo de ocorrências, dispondo a Guarda, para o efeito, de 24 Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), 302 Seções de Inquérito e 274 salas de apoio à vítima.

No ano de 2015, a GNR registou um total de 9.452 comunicações de estatuto da vítima (previsto no art.º 14.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro), sendo que em 92,9% (8.782) ocorreu a atribuição do estatuto, em 2,89% (273) o estatuto foi atribuído mas a vítima prescindiu do direito à informação e em 4,20% (397) dos casos a vítima não pretendeu beneficiar do Estatuto de Vítima.

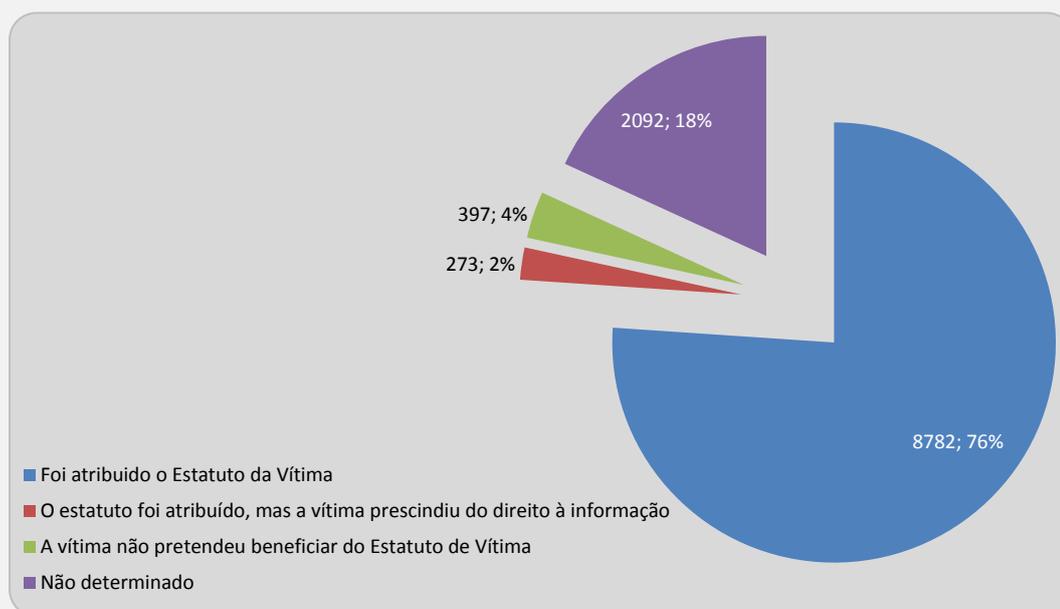


Figura 57 - Nº de atribuições formal à vítima do Estatuto da Vítima, durante o ano de 2015.

Durante o ano de 2015, a GNR foi responsável pela atribuição de 266 medidas de proteção por teleassistência (focal points):

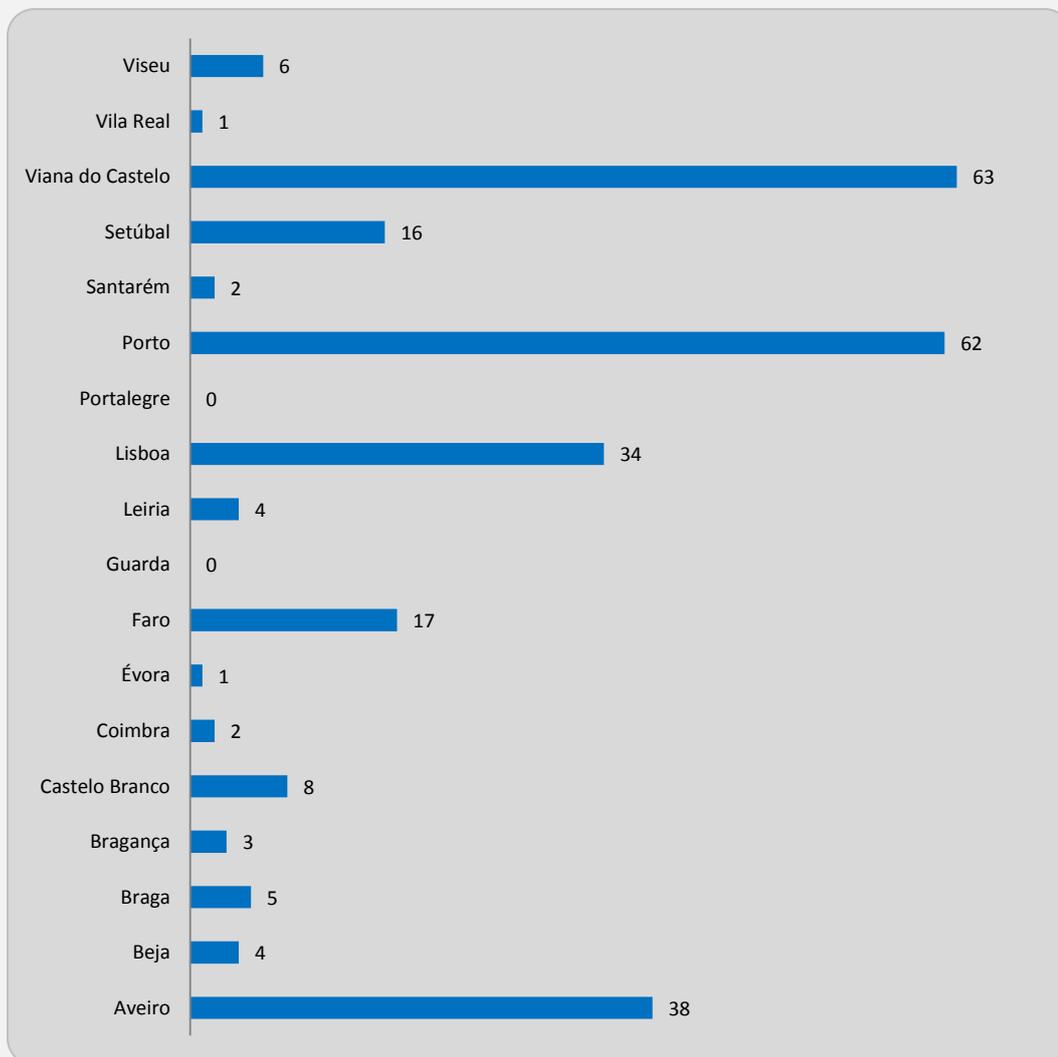


Figura 58 - Nº de atribuições das medidas de Proteção por Teleassistência.

Quanto à existência de iniciativas avaliadas como boas práticas ou projetos inovadores internacionais das quais a GNR é parceiro e se faz representar, no âmbito da Violência doméstica em 2015, salientam-se: o Projeto INASC - Avaliação de necessidades e apoio a vítimas de violência doméstica em trajetórias judiciais (2014-2016) e o Projeto “Bleeding Love Raising Awareness on Domestic and Dating Violence Against Lesbians and Transwomen in The European Women”, da responsabilidade da Associação ILGA Portugal.

COMÉRCIO SEGURO

Este programa especial de policiamento de proximidade e segurança comunitária tem como principal objetivo a criação de condições de segurança em estabelecimentos que possuam como característica dominante o atendimento ao público. Esta atividade assenta em três pressupostos: a criação de condições efetivas de segurança e proteção aos comerciantes; a rápida intervenção da GNR em situações de roubo, furto ou



ameaça grave; o desenvolvimento dum sistema de comunicação e gestão de informação que permita, ainda, o acompanhamento e a prevenção deste tipo de criminalidade.

Neste âmbito, a GNR, através dos Núcleos Comércio Seguro (NCS), com o apoio do efetivo dos Postos Territoriais, realizou diversas ações de sensibilização a comerciantes, com o objetivo de contribuir para uma maior segurança na atividade comercial. Em complemento deste objetivo, a GNR distribuiu aos visados pelo Programa um folheto intitulado “Prevenir é Proteger”.

Para além destas iniciativas, a GNR realizou, durante o ano de 2015, uma operação nacional com o objetivo de reforçar as medidas de segurança junto a estabelecimentos comerciais e dissuadir a adoção de comportamentos ilícitos.

A operação decorreu de 14 a 24 de dezembro de 2015, tendo consistido na realização de 11.509 ações de sensibilização/informação, as quais abrangeram 13.497 comerciantes. Estas ações tiveram como finalidade a sensibilização do público-alvo para a necessidade de adoção de medidas de proteção preventivas e a divulgação de conselhos práticos contra a ocorrência de incidentes criminais.

A Guarda reforçou o patrulhamento nas zonas comerciais onde houve maior afluência de pessoas, privilegiando a visibilidade, por forma a garantir um maior sentimento de segurança e tranquilidade aos comerciantes, lojistas e clientes.

No dia 25 de Novembro de 2015, em todos os países que aderiram à moeda única, entrou em circulação a nova nota de 20 euros. O lançamento desta nova nota teve como objetivo principal a melhoria do seu aspeto gráfico, para que fosse possível associar novos elementos de segurança e elevar a qualidade das notas (maior durabilidade), tendo-se como principal propósito com a introdução dos novos elementos de segurança, mais sofisticados, proporcionar uma superior proteção contra a contrafação. Neste sentido, a Guarda, no âmbito do seu programa “Comércio Seguro”, desenvolveu e concretizou 6 ações de formação que contaram com a presença de 60 militares. Consequentemente, comprometeu-se com o Banco de Portugal a colaborar na distribuição dos materiais e na sua divulgação, promovendo ações de sensibilização/informação junto dos setores da sociedade mais vulneráveis a práticas de ilícitos criminais (Burlas), nomeadamente, os comerciantes, os lojistas e os idosos.

PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE (PIPP)

A Guarda não está integrada neste tipo de programa. Contudo, a criação dos SPE e a forma coordenada e integrada como está a ser desenvolvida a sua atividade, permite assumir um cariz semelhante ao do PIPP.

TÁXI SEGURO

Neste projeto a Guarda tem vindo a colaborar com as empresas e associações nacionais ligadas ao setor do transporte de táxis.



CAMPO SEGURO

Para fazer face ao fenómeno do furto de metais não preciosos, o MAI assinou, em 16NOV11, com a EDP – Distribuição, a EDP - Renováveis, a REFER, a EPAL e a PT um protocolo denominado “Campo Seguro”. As empresas atrás referidas, entretanto constituíram-se numa associação denominada “Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos” (PSAT).

Neste âmbito, a GNR, entre os dias 01 de Novembro de 2015 e 31 de Janeiro de 2016, levou a efeito a Operação “Campo Seguro”, realizando ações de sensibilização aos agricultores e população em geral em todo o seu dispositivo territorial, através de contactos pessoais, a fim de informar os potenciais interessados sobre as medidas de prevenção do furto de metais não preciosos e reprimindo toda e qualquer atividade ilícita, de forma a criar maior sentimento de segurança junto da população afetada por este tipo de ilícitos.

Nesta operação foram empenhados 16.032 militares e sensibilizados 19.944 agricultores. Em resultado da mesma, foram detidos 71 indivíduos, detetados 59 crimes, sinalizadas 108 pessoas por indícios de tráfico de seres humanos e efetuadas as seguintes apreensões: 19,2 toneladas de azeitona, 100 Kg de pinhas, 150 kg de produtos agrícolas, 165 kg de metais não preciosos e 1.230 litros de aguardente.

IGREJA SEGURA

Este Programa, da iniciativa e coordenação do Museu da Polícia Judiciária, sediado na Escola da Polícia Judiciária, em que a GNR é um dos parceiros, tem como objetivo principal desenvolver estratégias de prevenção criminal, de forma a erradicar ou diminuir as práticas de furto de arte sacra em igrejas.

Neste âmbito, a GNR continuou a exercer um esforço permanente no esclarecimento dos agentes da Igreja (Párocos e Assistentes), para que adotem as necessárias medidas de segurança preventivas, de modo a evitar este tipo de prática criminal e/ou a minorar os efeitos provocados pelos furtos deste importante património das igrejas que, na sua essência, pertence a toda a comunidade.

SOS AZULEJO

No âmbito de colaboração com a Escola da Polícia Judiciária, a Guarda tem desenvolvido, com acuidade, a missão que lhe foi estabelecida, de proteção da propriedade azulejar, fiscalizando a atividade de comércio ilícito de azulejos e/ou antiguidades onde possam estar a ser comercializados este tipo de bens do património nacional.

VIDEOVIGILÂNCIA

A videovigilância na área de jurisdição da Guarda tem-se constituído como uma ferramenta fundamental no apoio ao desenvolvimento da atividade operacional, uma mais-valia no controlo e eficiência das ações que são levadas a cabo. Este projeto necessita de ser estendido a outras áreas do território nacional, pois a implementação do mesmo irá melhorar o controlo das atividades passíveis de colocarem em causa a ordem e tranquilidade pública.



APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência, a Guarda pretendeu sensibilizar os seus militares para a problemática da deficiência e da especial proteção que a mesma carece, por forma a que sejam garantidos os direitos de segurança desta população mais vulnerável, em situação de paridade com os demais cidadãos da sociedade portuguesa, que se pretende inclusiva. Visou-se também proporcionar aos militares da Guarda a aquisição de ferramentas específicas de comunicação e informação acessível às pessoas com deficiência para uma atuação enquadrada, qualificada, próxima, humana e inclusiva, contribuindo, assim, para uma melhoria no atendimento, acolhimento e encaminhamento desta população vulnerável. Para atingir este desiderato, no ano de 2015, foram realizadas 6 ações de formação que contaram com a presença de 126 militares.

Ainda no âmbito do Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência (PcD), a GNR, com o objetivo de promover e garantir melhores condições de segurança e tranquilidade às PcD, através de um policiamento comunitário assente na prevenção da criminalidade específica, elaborou e disponibilizou um folheto de sensibilização intitulado “que a sua diferença não seja um obstáculo para exercer os seus direitos”, que visou incentivar as PcD a adotar medidas de proteção e prevenção contra a prática de crimes.

1.2.4. PROGRAMAS E AÇÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

OPERAÇÃO “VERÃO SEGURO – CHAVE DIRETA” (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)

Esta operação, de empenhamento operacional, visando a proteção da propriedade privada, tem vindo a ser executada, desde 2007, através duma maior ação de patrulhamento e vigilância das residências dos cidadãos que solicitam à GNR este tipo de serviço. Anualmente tem-se registado, paulatinamente, um aumento do número de cidadãos que têm vindo a usufruir deste serviço, disponibilizado pela Guarda.

No âmbito desta operação, a GNR, entre os dias 15 de junho e 15 de Setembro, vigiou 1.698 residências, não tendo sido registada qualquer ocorrência.

Das 1.698 residências que aderiram ao programa, 233 pedidos foram feitos pela internet e 1.464 pedidos foram feitos diretamente nos Postos da Guarda.

Comparando com o ano de 2014, verifica-se que foram vigiadas mais 85 residências em 2015, correspondendo a um aumento de cerca de 5%.

PROGRAMA “TOURIST SUPPORT PATROL” (TSP) (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)

Este programa visa garantir a segurança de pessoas que se encontram no gozo de férias e dos seus bens, quer nos locais onde se realizam grandes eventos, quer em zonas turísticas, proporcionando não só o aumento do sentimento de segurança e de proximidade como também uma imagem de modernidade e de pró-atividade, em estreita colaboração com a população.



As equipas TSP atuam em todo o território nacional, em apoio às unidades territoriais, garantindo uma maior visibilidade e mobilidade, fazendo uso de diversos meios, como sejam os meios auto, os meios ciclo e os meios moto.

PROGRAMA “RESIDÊNCIA SEGURA”

O Programa “Residência Segura”, mobiliza meios humanos e materiais, em regime de exclusividade, das Seções de Programas Especiais dos vários Destacamento Territoriais, com o objetivo de prevenir os assaltos a residências, em particular as habitadas por idosos, estrangeiros, e pessoas vulneráveis que habitam em locais isolados. O Programa “Residência Segura” encontra-se atualmente em desenvolvimento por todo o dispositivo, tendo aderido ao programa, até ao momento, 25.146 residências.

Neste âmbito e em resposta ao aumento do sentimento de insegurança após vários assaltos violentos perpetrados na área do Algarve, foi desenvolvido um trabalho de policiamento comunitário junto das comunidades estrangeiras, residente em locais isolados, com um sistema de georreferenciação das residências e com a distribuição de folhetos bilingues (inglês e português), com informação adicional visando a proteção e segurança da comunidade estrangeira residente.

OPERAÇÃO “SANTO ANTÓNIO”

Esta operação decorreu entre 16NOV15 a 29NOV15 e consistiu na realização de um conjunto de ações de prevenção e sensibilização, junto dos utilizadores de tratores agrícolas (4752 utilizadores), com vista a alertar para os comportamentos de risco e para os perigos subjacentes à operação deste tipo de veículo, com o intuito de diminuir a sinistralidade e os acidentes de trabalho no meio rural.

OPERAÇÃO “DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

Esta operação teve como objetivo sensibilizar para a promoção dos direitos e garantias de condições de vida dignas às pessoas com deficiência, tendo decorrido em 03DEC15 e consistiu na realização de um conjunto de 163 ações de sensibilização, junto de 2.284 pessoas com deficiência, 533 cuidadores e 2.980 alunos.

1.2.5. AÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL

OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL

No âmbito da lei das armas, no ano de 2015, foram desencadeadas um total de 57 operações de prevenção criminal.

OUTRAS, DE PARTICULAR RELEVÂNCIA NA PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE

As operações desencadeadas neste âmbito visaram, cumulativamente, não só questões específicas no campo da prevenção, como também de repressão criminal com o intuito de aumentar a segurança e manter a ordem e tranquilidade públicas.

Foram desencadeadas 7.862 operações, nas quais se empenharam 39.120 militares.



1.2.6. AÇÕES NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

RESULTADOS ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

Em 2015, no âmbito da fiscalização rodoviária, foram empenhados um total de 424.310 militares e percorridos 20.936.626 quilómetros, destacando-se os seguintes resultados:

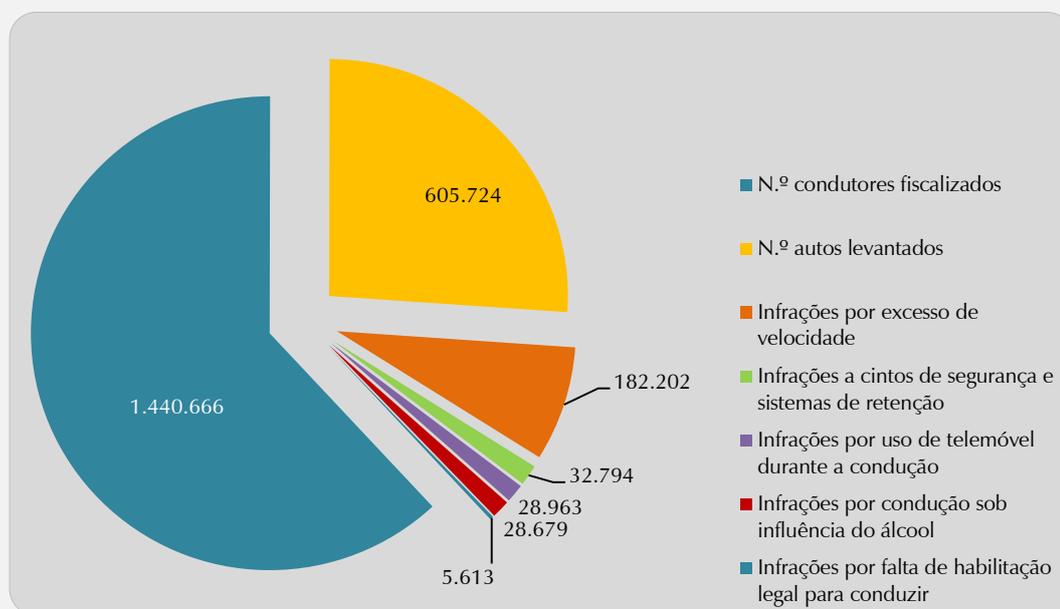


Figura 59 - Fiscalização Rodoviária 2015

Do total de infrações rodoviárias detetadas, 18.367 foram tipificadas como crimes, das quais 11.720 respeitam a condução sob efeito do álcool e 5.313 por falta de habilitação legal para o exercício da condução.

OPERAÇÕES REALIZADAS

Durante o ano de 2015 a GNR planeou e executou 11 operações especiais de trânsito e segurança rodoviária de âmbito nacional (6 delas distribuídas por várias fases ao longo do ano) e 4 de âmbito internacional, da iniciativa da TISPOL (European Traffic Police Network) e ECR (European Control Route), estas realizadas simultaneamente em 27 dos 28 países da União Europeia, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

OPERAÇÃO	EFETIVOS	VIATURAS FISCALIZ.	INFRAÇÕES	AUTUAÇÕES			CRIMES	
				Excesso velocidade	Excesso álcool	Álcool	Condução sem habilitação legal	Outros motivos
“Carnaval”	6.456	21.061	5.484	1.550	621	225	43	27
“Páscoa”	3.372	15.851	4.156	2.962	292	100	41	23
Carnaval	6.191	24.128	7.618	1.907	842	312	58	28
Páscoa	4.257	18.237	5.374	3.578	323	137	50	27
Moto	3.318	10.783	1.562	604	86	30	22	11
Mercúrio	1.014	3.362	2.558	3.386	15	3	1	1

OPERAÇÃO	EFETIVOS	VIATURAS FISCALIZ.	INFRAÇÕES	AUTUAÇÕES			CRIMES	
				Excesso velocidade	Excesso álcool	Álcool	Condução sem habilitação legal	Outros motivos
Hermes	12.905	54.962	18.230	6.657	1.815	653	153	107
Baco	4.074	18.432	2.518	259	1.121	355	37	29
Anjo da Guarda	3.092	12.776	3.532	679	74	8	16	2
Todos os Santos	3.378	13.345	4.303	1.523	311	134	46	20
Natal	5.971	22.154	6.666	3.577	672	229	46	26
Ano Novo	7.797	26.894	8.850	4.773	344	147	58	15
Pesados	930	4.194	1.901	540	40	17	13	7
SUB-TOTAL	52.927	209.267	63.112	27.483	5.643	2.025	507	273
“Truck and Bus”	6.551	16.567	4.607	257	29	6	2	12
“Seatbelt”	8.741	33.363	8.787	2.189	146	47	47	14
“Speed”	3.006	8.842	7.986	11.106	24	9	7	7
“Technical Check”	4.722	19.395	3.938	859	435	112	38	17
SUB-TOTAL	23.020	78.167	25.318	14.411	634	174	94	50
Total	75.947	287.434	88.430	41.894	6.277	2.199	601	323

Figura 60 – Resultados globais das operações realizadas

Nas referidas operações nacionais e internacionais, a Guarda empenhou um total de 75.947 militares, fiscalizou 287.434 viaturas e detetou 88.430 infrações, das quais 48.171 se prendem com a condução sob influência de álcool e velocidade superior aos limites legalmente estabelecidos.

Foram elaborados 15.611 autos por crime na condução, destacando-se 11.252 condutores que apresentaram uma TAS $\geq 1,2\text{gr/l}$. Os resultados, individualizados por cada uma das supra referenciadas operações, são os que se passam a descrever:

OPERAÇÃO “CARNAVAL”

Operação de intensificação do patrulhamento e da fiscalização rodoviária, direcionados para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com especial incidência para as vias que conduzem aos locais onde tradicionalmente ocorrem festividades carnavalescas, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

OPERAÇÃO “PÁScoa”

Operação de intensificação do patrulhamento e da fiscalização rodoviária, com orientação para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.



OPERAÇÃO “MOTO”

Operação de prevenção e sensibilização dos condutores de motociclos, ciclomotores, quadriciclos e triciclos, orientando as ações para as vias com maior intensidade de tráfego deste tipo de veículos e de risco acrescido de acidente com intervenção dos mesmos. De entre as irregularidades detetadas durante esta operação, destacam-se 280 infrações que respeitam especificamente a veículos de duas rodas.

OPERAÇÃO “MERCÚRIO”

Operação de fiscalização intensiva do controlo de velocidade, com orientação das ações de fiscalização para o interior das localidades atravessadas por estradas nacionais, regionais e municipais, onde as infrações por excesso de velocidade são mais frequentes e dão origem a um risco acrescido de acidentes de viação.

OPERAÇÃO “HERMES”

Operação de intensificação do patrulhamento rodoviário, nos períodos estivais de maior movimento de tráfego, com orientação do patrulhamento e da fiscalização para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

OPERAÇÃO “BACO”

Operação de fiscalização intensiva da condução sob o efeito do álcool e de substâncias psicotrópicas e de combate à criminalidade, com orientação das ações de fiscalização para os horários e para as vias onde as infrações por excesso de álcool são mais frequentes e dão origem a um risco acrescido de acidentes de viação, bem como para aquelas em que existem indícios de ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal.

OPERAÇÃO “ANJO DA GUARDA”

Operação de fiscalização intensiva do uso do cinto de segurança, de sistemas de retenção para crianças (SRC) e do telemóvel, com orientação das ações de fiscalização para as vias onde as infrações a estas matérias são mais frequentes.

OPERAÇÃO “TODOS OS SANTOS”

Operação de intensificação do patrulhamento rodoviário, realizada aquando do dia de Todos os Santos, com orientação do patrulhamento e da fiscalização para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

OPERAÇÃO “NATAL”

Operação de intensificação do patrulhamento e fiscalização rodoviária no período de Natal, com orientação do patrulhamento para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de prevenir a sinistralidade



rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

OPERAÇÃO “ANO NOVO”

Operação de intensificação do patrulhamento e fiscalização rodoviária no período de Ano Novo, com orientação do patrulhamento para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de prevenir a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

OPERAÇÃO “PESADOS”

Operação de fiscalização intensiva de veículos pesados de mercadorias, com orientação das ações de fiscalização para as vias mais críticas à responsabilidade da GNR, para as que têm maior volume de tráfego deste tipo de veículos e para aquelas em que existem indícios de ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal. De entre os ilícitos detetados durante esta operação, destacam-se 42 infrações à regulamentação dos tacógrafos e 48 por excesso peso.

OPERAÇÃO “TRUCK AND BUS”

Operação de fiscalização intensiva de veículos pesados de mercadorias e de passageiros, com orientação das ações de fiscalização para as vias mais críticas à responsabilidade da Guarda, para as que têm um maior volume de tráfego deste tipo de veículos e para aquelas onde existam indícios de ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal. De entre as irregularidades detetadas durante esta operação, destacam-se 1.107 à regulamentação dos tacógrafos e 1.158 excessos de peso.

OPERAÇÃO “SEATBELT”

Operação de fiscalização intensiva do uso do cinto de segurança e dos sistemas de retenção para crianças (SRC), com orientação das ações de fiscalização para as vias onde as infrações por falta de uso dos dispositivos de retenção são mais frequentes. De entre as infrações detetadas, destacam-se 1.098 por falta de cinto de segurança e 65 irregularidades relacionados com os SRC.

OPERAÇÃO “SPEED”

Operação de fiscalização intensiva do controlo de velocidade, com orientação das ações de fiscalização para as vias onde as infrações por excesso de velocidade são mais frequentes e dão origem a um risco acrescido de acidentes de viação.

OPERAÇÃO “TECHNICAL CHECK”

Operação de fiscalização intensiva das condições técnicas dos veículos, matérias de natureza fiscal, aduaneira e ambiental, com orientação das ações de fiscalização para as vias mais críticas à responsabilidade da GNR,



para as que têm um maior volume de tráfego de veículos e para aquelas onde existam indícios de ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Para além das ações empreendidas pelo dispositivo territorial no âmbito dos programas especiais de prevenção, a GNR, em simultâneo com as operações rodoviárias nacionais e internacionais, levou a efeito campanhas de sensibilização que visaram alterar os comportamentos de risco e que estão na origem da sinistralidade rodoviária de maior gravidade. Para o efeito, recorreu aos OCS, redes sociais, internet e à distribuição de flyers, divulgando conselhos e alertas, procurando sensibilizar e incentivar os condutores e outros utentes das vias a alterarem os comportamentos que mais potenciam a ocorrência de acidentes.

1.2.7. EXERCÍCIOS E SIMULACROS

Foram realizados, em 2015, 12 exercícios e simulacros com outras entidades, designadamente estabelecimentos de ensino e agentes da Proteção Civil, nos quais foram empenhados 239 militares. Realizaram-se 22 intervenções em buscas subaquáticas em águas interiores, que envolveram 142 militares.

Realizaram-se 13 intervenções no âmbito do MP/NRBQ (Matérias Perigosas/Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico), nas quais foram empenhados 91 militares. Foram ainda realizadas 7 intervenções no âmbito da Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC), que envolveram um total de 62 militares.

1.2.8. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

INQUÉRITOS

O trabalho realizado nesta área é o seguinte:

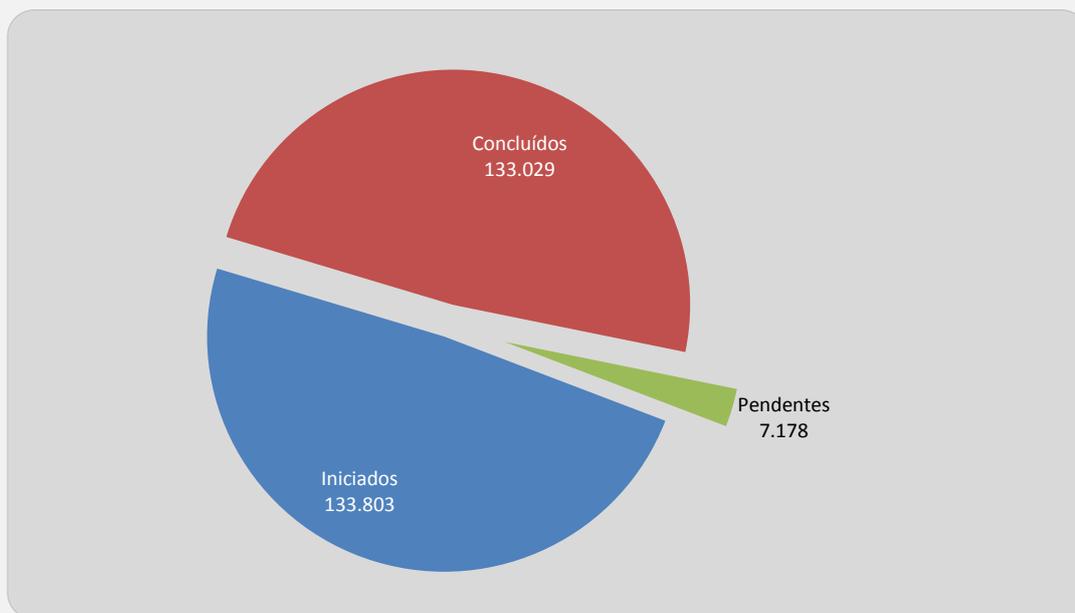


Figura 61 - Inquéritos

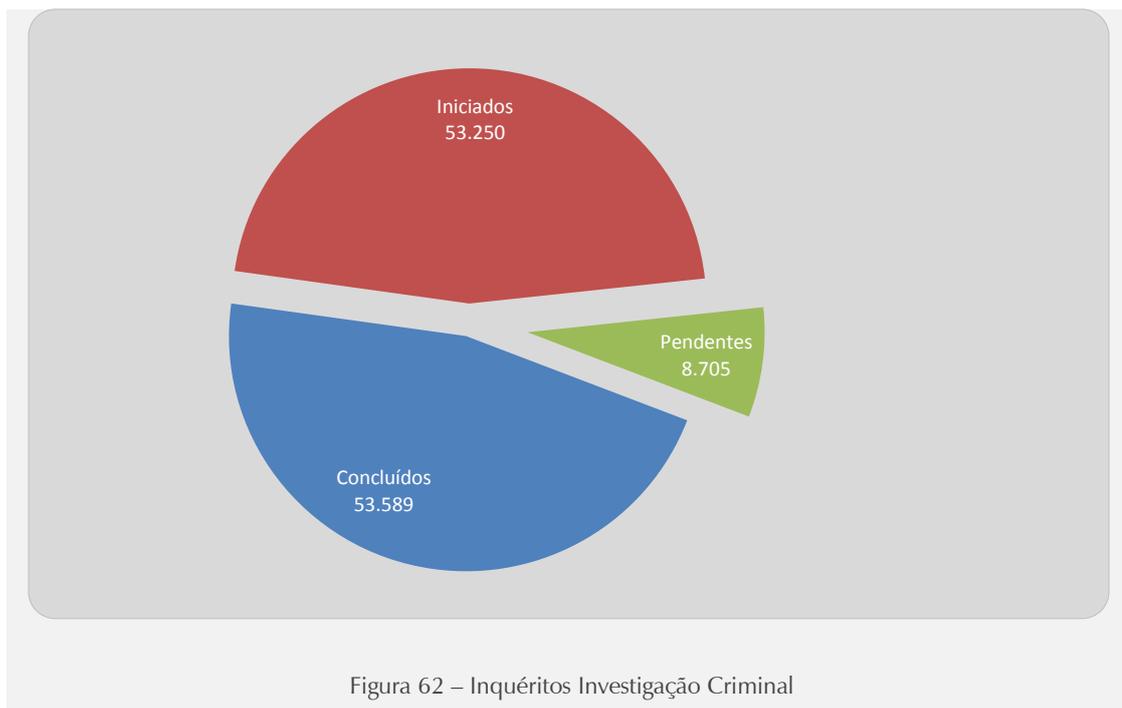


Figura 62 – Inquéritos Investigação Criminal

BUSCAS

Como corolário da atividade desenvolvida pela Guarda, foram efetuadas 4.302 buscas, sendo 2.451 domiciliárias e 1.851 não domiciliárias, que resultam das diligências de investigação criminal desenvolvidas.

APREENSÕES

No âmbito das diligências de investigação criminal procedeu-se às seguintes apreensões:

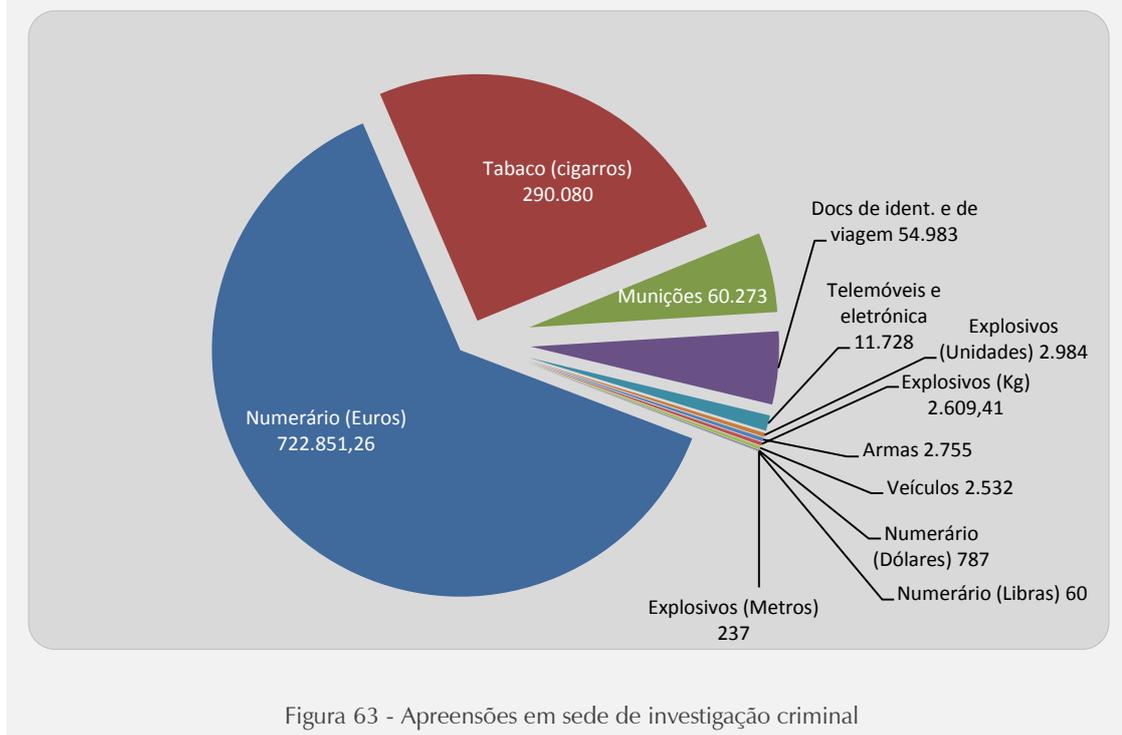


Figura 63 - Apreensões em sede de investigação criminal

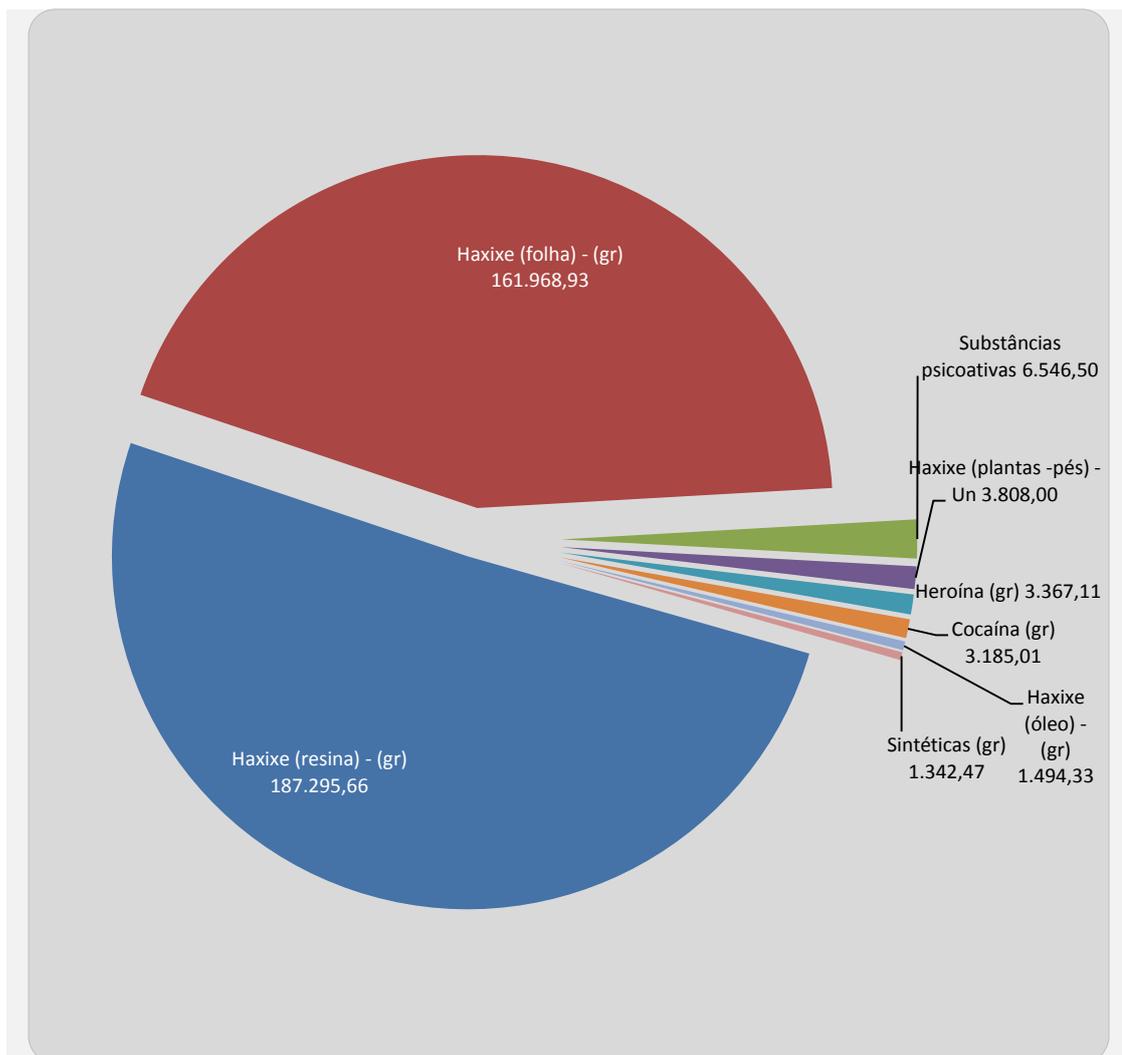


Figura 64 - Apreensões de Estupefacientes em sede de investigação criminal

DETENÇÕES

Em resultado da atividade desenvolvida pela Guarda foram detidas 20.927 pessoas, sendo que 2.415 detenções resultam das diligências de investigação criminal desenvolvidas, das quais 1.504 ocorreram em flagrante delito, 789 fora de flagrante delito com mandado judicial e 122 fora de flagrante delito por iniciativa da GNR.

INTERCEÇÕES TELEFÓNICAS

Na prossecução da atividade de investigação criminal desenvolvida pela GNR, foram efetuadas 7.748 interceções telefónicas, 2.825 das quais a cartões de telemóvel e 3.424 a equipamentos IMEI, que resultam das diligências de investigação criminal levadas a efeito pela prática da seguinte tipologia de ilícitos, que perfizeram em 2015 um total de 827 crimes em que se recorreu a este meio de obtenção de prova:

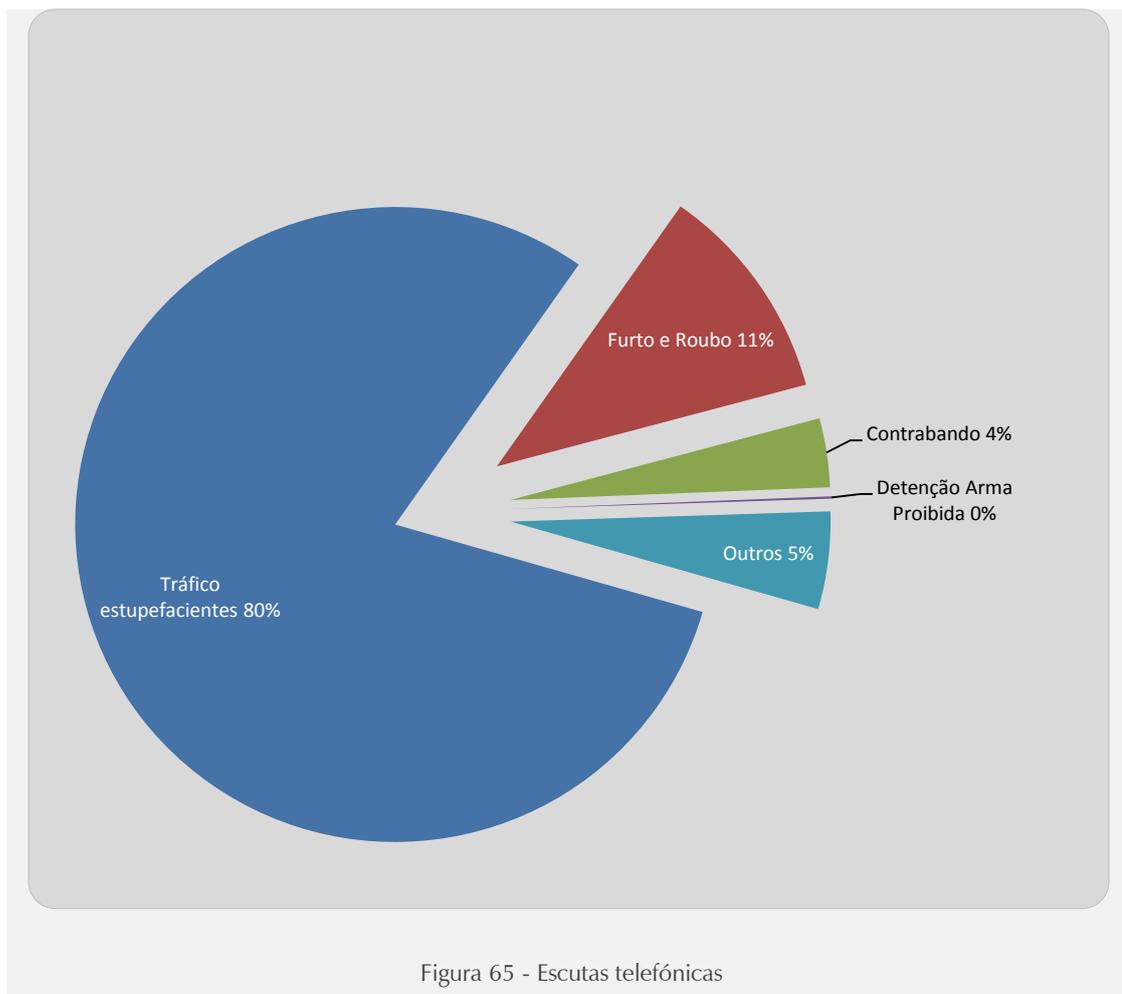


Figura 65 - Escutas telefónicas

EXAMES E PERÍCIAS REALIZADOS PELA GNR

Em 2015 realizou-se um total de 3.925 exames e perícias, sendo as solicitações efetuadas por entidades diversas, GNR, PSP, PJ e Tribunais. Face a 2014 observou-se um aumento de 26,6 % no número de exames e perícias realizados.

NO ÂMBITO DE ACIDENTES DE VIAÇÃO:

Realizado um total de 43 Relatórios Técnicos de Acidentes de Viação, o que representa um aumento de 53,6 % por comparação com o ano de 2014.

NO ÂMBITO DA EXTRAÇÃO DE FOTOGRAMAS:

Elaborados 242 Relatórios de Extração de Fotogramas, o que traduz um acréscimo de 806,7 % comparativamente a 2014.

NO ÂMBITO DA LOFOSCOPIA:

Realizados 455 exames laboratoriais lofoscópicos, registando-se um aumento de 32,3% por comparação com 2014.



Realizados 2.250 exames periciais lofoscópicos, registando-se um decréscimo de 2,5 % nas perícias realizadas tomando por referência o ano de 2014.

NO ÂMBITO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

Realizados 935 de exames e perícias no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação, o que traduz um aumento de 240,4% relativamente a 2014.

1.2.9. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE VISITAS E SEGURANÇA DE ALTAS ENTIDADES

A Guarda realizou durante o ano de 2015 cerca de 1180 ações no âmbito de visitas e segurança de Altas Entidades, as quais resultaram no empenhamento de 11.591 militares.

Neste âmbito foram ainda realizadas, por operadores “Explosive Ordnance Disposal” (EOD) e binómios de deteção de explosivos, 628 buscas preventivas, as quais resultaram no empenhamento de 1884 militares.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS

EM RECINTOS

Para a manutenção da segurança e ordem pública nos eventos desportivos, mormente os realizados nos recintos desportivos, a Guarda desenvolveu 25.374 ações as quais implicaram o empenhamento de 72.948 militares.

NA VIA PÚBLICA

No âmbito da segurança a eventos desportivos praticados na via pública, assumiram relevância na ZA da Guarda os dispositivos de segurança da “77ª Volta a Portugal em Bicicleta” e do “WRC Vodafone Rally de Portugal 2015”.

No policiamento da “77ª Volta a Portugal em Bicicleta”, realizada entre 29 de julho e 9 de agosto, foram empenhados 275 militares e 86 viaturas (auto e moto), tendo sido percorridos 129.166 km ao longo das 10 etapas da referida prova.

Quanto ao “WRC Vodafone Rally de Portugal 2015”, que decorreu de 21 a 24 de maio, foram empenhados um total de 1831 militares, correspondendo a um empenhamento de 20.715 horas, tendo ainda sido empregues um total de 319 viaturas, que percorreram nos quatro dias de prova 13.342 km.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS OBJETO DE MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, DESIGNADAMENTE, EVENTOS OFICIAIS, CULTURAIS E RELIGIOSOS

No âmbito das festas, romarias, eventos religiosos e outros em que a Guarda foi chamada a intervir, mercê quer da sua ação ao nível do policiamento geral, quer da necessidade de manutenção da ordem e



tranquilidade pública num recinto, em particular, em 2015 realizou 12.323 ações e empenhou 30.684 efetivos.

De entre a panóplia de eventos realizados na ZA da Guarda objeto de medidas especiais de proteção e segurança, destacam-se os inseridos na operação “Verão Seguro”, realizada no período de 01 de junho a 15 de setembro, que totalizaram 3.500 eventos (58/dia), com 14.000 dias de duração (4 dias/evento) e que, na globalidade, foram visitados por 6.870.340 pessoas (1.962/evento). No policiamento destes eventos a GNR empenhou 10.788 militares (186/dia) e percorreu um total de 82.000 km (92Km/evento).

Dos eventos referidos destacam-se os seguintes: “18ª Edição Festival do Sudoeste - Zambujeira do Mar”, “Concentrações Motards de Faro e Góis”, “EXPOFACIC - Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Cantanhede”, “Feira Anual de Cuba”, “Feira Agrícola de Penafiel”, “Torneio Internacional de Futebol do Guadiana”, “Festival Rock de Paredes de Coura”, Festival de Vilar de Mouros”, “Freedom Festival de Elvas”, “Festas do Povo de Campo Maior” e “Rave Party de Montargil”.

Dos eventos de cariz religioso, destacam-se as Peregrinações Anuais ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima (13 de maio e 13 de outubro), em cujo policiamento, realizado no âmbito da operação “Peregrinação Segura”, foram empenhados 6.731 militares, que realizaram 5.755 ações, das quais 2.541 em apoio direto aos peregrinos.

AÇÕES NO ÂMBITO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

No intuito de se assegurar o exercício do direito de reunião e manifestação, a Guarda interveio em 163 situações, nas quais empenhou 1393 efetivos.

AÇÕES DE REPOSIÇÃO DA ORDEM EM ZONAS URBANAS SENSÍVEIS (ZUS)

Durante o ano de 2015 a Guarda empenhou 5.005 militares nas 872 ações que desenvolveu nas ZUS situadas dentro da sua área de responsabilidade, designadamente na ZA dos Comandos Territoriais de Lisboa, Porto e Setúbal.

INCIDENTES TÁTICO-POLICIAIS (ITP)

No decurso do ano 2015 foram registados 9 incidentes, nas áreas dos Comandos Territoriais de Braga, Lisboa, Setúbal, Beja, Porto e Faro nos quais foram empenhados meios desses Comandos, apoiados por Equipas de Negociadores e forças da Unidade de Intervenção. Os incidentes reportaram-se a 6 indivíduos barricados e a três tentativas de suicídio. Destes ITP resultaram 2 vítimas mortais.

1.2.10. ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

No ano de 2015, para o cumprimento da sua missão, a GNR efetuou 964.257 rondas e patrulhas, as quais implicaram um empenhamento de 1.895.074 militares, distribuídos de acordo com os mapas que se seguem:

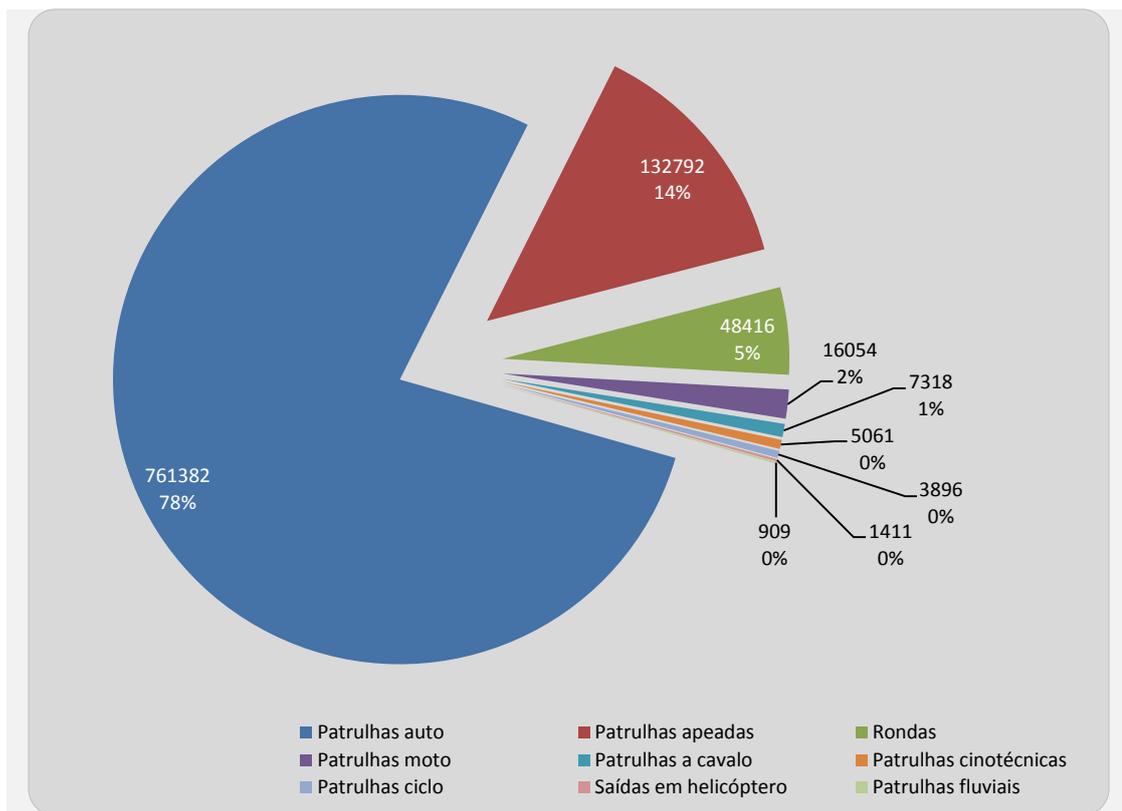


Figura 66 - Número de patrulhas

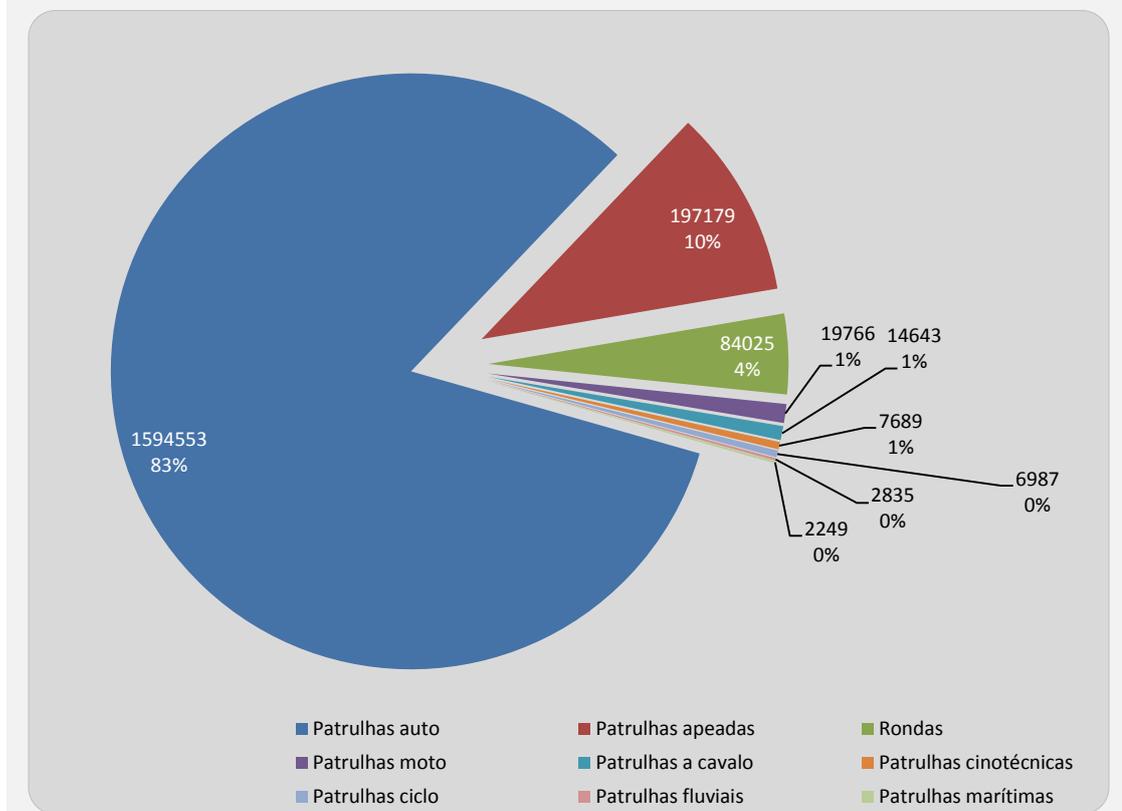


Figura 67 - Efétiros empenhados

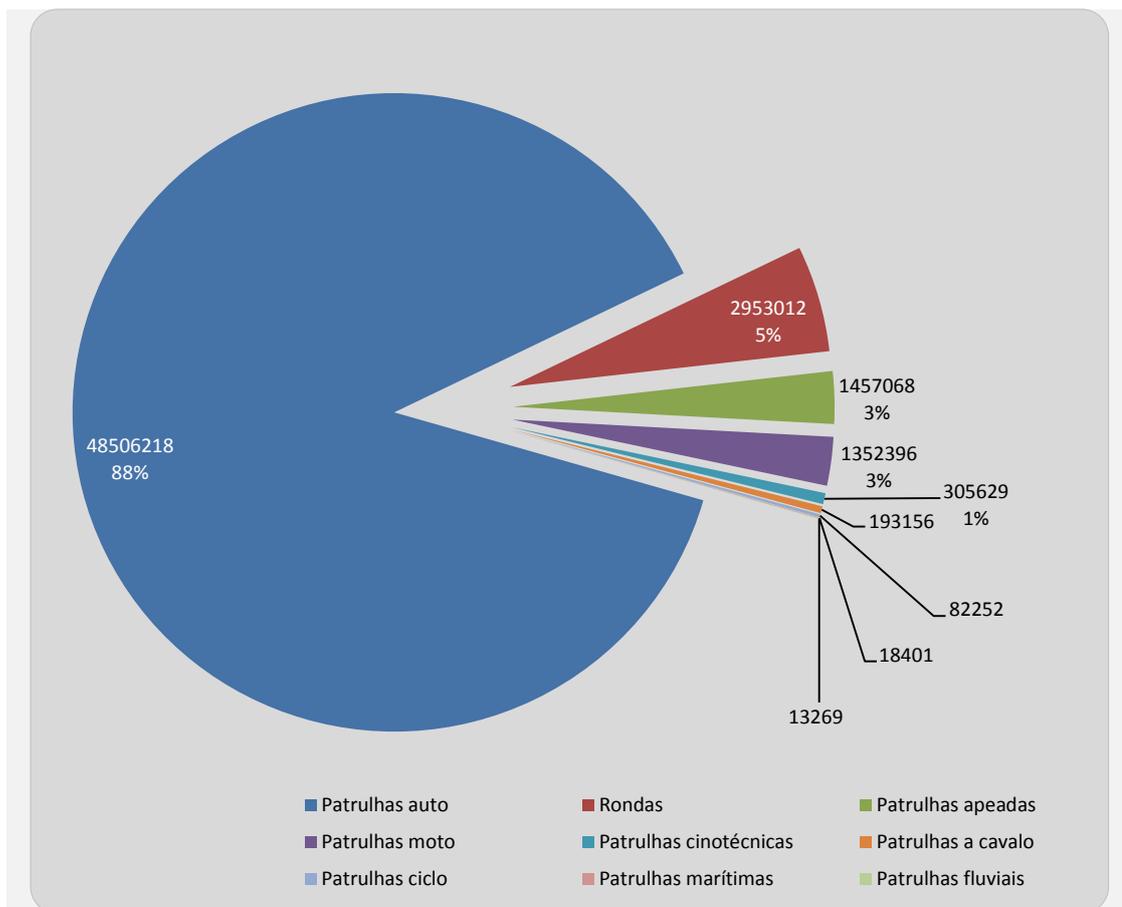


Figura 68 - Quilómetros/Milhas percorridos

Neste mesmo empenhamento, e no que respeita ao tempo despendido na utilização dos meios aéreos – helicópteros, durante 2015, a Guarda efetuou patrulhamentos que se cifraram em 137.842 minutos.

SEGURANÇA PRIVADA

Na área à responsabilidade da Guarda foram desenvolvidas 2.609 ações de fiscalização no âmbito da segurança privada, correspondendo a 1.158 ações sobre vigilantes, 563 a estabelecimentos comerciais e 721 a atividades diversas, tendo sido empenhados um total de 2.281 militares.

AMBIENTE

RESULTADOS DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE

Dado o espectro alargado das competências legalmente atribuídas à Guarda no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a sua atuação é exercida a dois níveis, com meios adstritos especificamente à natureza e ambiente e outros meios afetos ao cumprimento da missão geral.



Assim, em relação à Proteção da Natureza e Ambiente, foram realizadas 157.214 fiscalizações, num total de 68.424 patrulhamentos, de que resultou o levantamento de 19.539 autos de contraordenação, que culminaram com a aplicação de coimas no montante total de 45 698 574,92€, considerando o valor mínimo da coima, 2.849 crimes, cuja distribuição consta nas figuras abaixo, tendo ainda sido efetuadas 157 detenções.

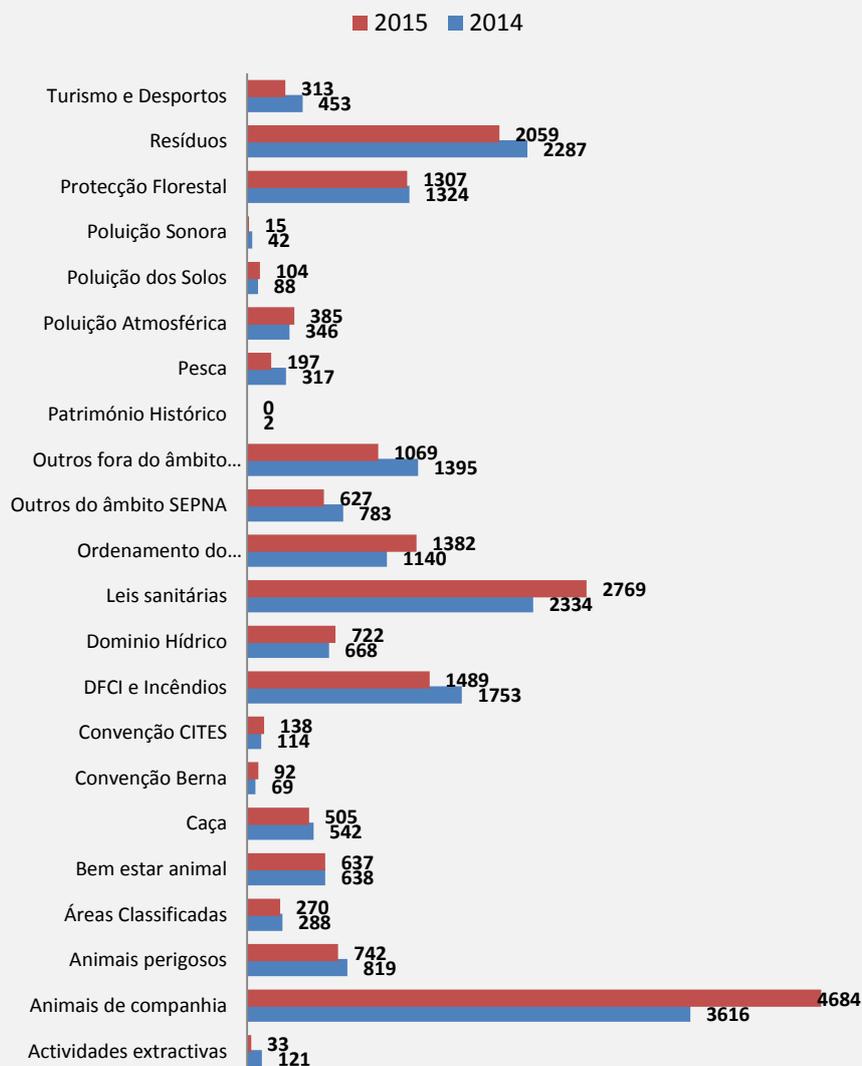
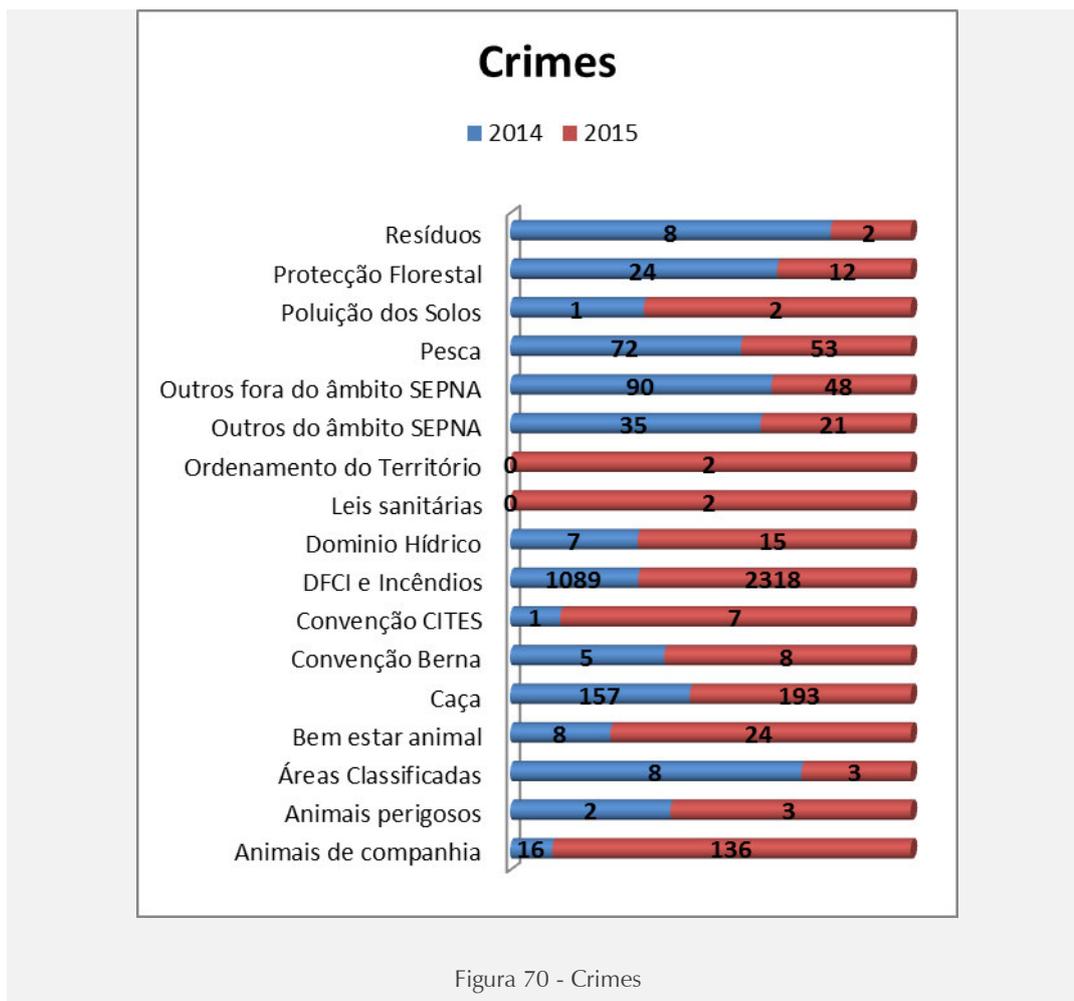


Figura 69 – Contraordenações



LINHA SOS-AMBIENTE

A linha SOS-Ambiente e Território, registou um total de 6.724 denúncias, cuja resolução, em articulação com o dispositivo operacional, resultou no levantamento de 2.620 autos de contraordenação e 81 autos crime, tendo em consequência sido realizadas 2.672 respostas aos denunciantes (civis e entidades administrativas), a dar conhecimento do resultado das denúncias.

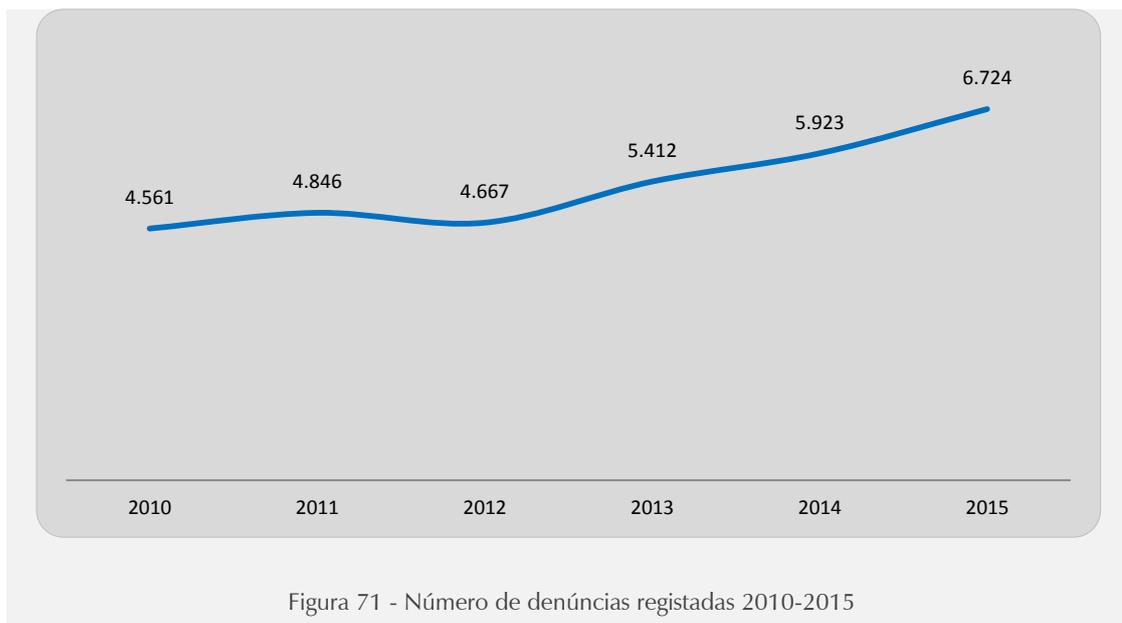


Figura 71 - Número de denúncias registadas 2010-2015

CÃES DE COMPANHIA

Com a criminalização dos maus tratos e abandono aos animais através da Lei n.º 69/2014 de 29.08 assistiu-se a uma preocupação da sociedade por esta temática tendo sido participados a tribunal 460 crimes por maus tratos a animais de companhia e 194 crimes por abandono de animais de companhia, o que perfaz um total de 654 crimes neste âmbito.

OPERAÇÕES REALIZADAS

No âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a GNR desenvolveu ainda um conjunto de atividades visando um aumento da capacidade operacional e a qualificação dos recursos humanos envolvidos, e que seguidamente se descrevem:

Operações de fiscalização ao meixão, à caça, aos resíduos, à CITES (Convention on International Trade in Endangered Species), a animais potencialmente perigosos e nemátodo do pinheiro.

Ações de supervisão técnica e de formação em todos os Comandos Territoriais, com especial enfoque para as boas práticas de fiscalização de resíduos, nemátodo do pinheiro, poluição de recursos hídricos e tráfico de madeira ilegal.

Face às acrescidas exigências de fiscalização decorrentes dos compromissos assumidos pelo Governo de Portugal, objeto de monitorização pela Comissão Europeia – Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV) para avaliar a aplicação da Decisão 2006/133/CE da Comissão, através de auditorias anuais, e tendo como fundamento as medidas extraordinárias de proteção fitossanitária decorrentes da nova legislação que entrou em vigor no ano de 2011, a GNR empreendeu um esforço de fiscalização e controlo da circulação, efetuando 2.389 operações de controlo, no decurso das quais foram fiscalizadas 25.027 viaturas transportando madeira e/ou paletes de madeira, tendo sido reportadas 161 infrações.

No âmbito da fiscalização dos animais de companhia, os militares afetos ao SEPNA da GNR efetuaram 783 fiscalizações a proprietários de cães das raças potencialmente perigosas tendo elaborado 1.153 autos. Na fiscalização das raças de cães não potencialmente perigosas foram efetuadas 14.879 fiscalizações de que resultou a elaboração de 8.910 autos de contraordenação.

Uma das áreas também abordada foi a relacionada com a temática da proteção contra os atentados ambientais e a prevenção de incêndios florestais. Neste âmbito, realizaram-se 2.462 ações de sensibilização ambiental direcionadas para a população estudantil e para a sociedade em geral que contaram com 31.691 presenças.

A publicação do DL 83/2014, de 23 de maio, que procedeu à quarta alteração do DL 124/2006, de 28 de junho, veio atribuir novas competências à GNR: a instrução dos processos contraordenacionais. Desse âmbito, resultaram a elaboração de 2.611 autos de notícia por contraordenação e o pagamento de €263.670,00 relativos a coimas.

ARMAS E EXPLOSIVOS

Neste âmbito verificou-se um aumento de 45,5% na atividade operacional EOD, em comparação com o ano de 2014 (de 648 para 943 intervenções), traduzindo-se nos tipos de operações elencadas no seguinte gráfico:

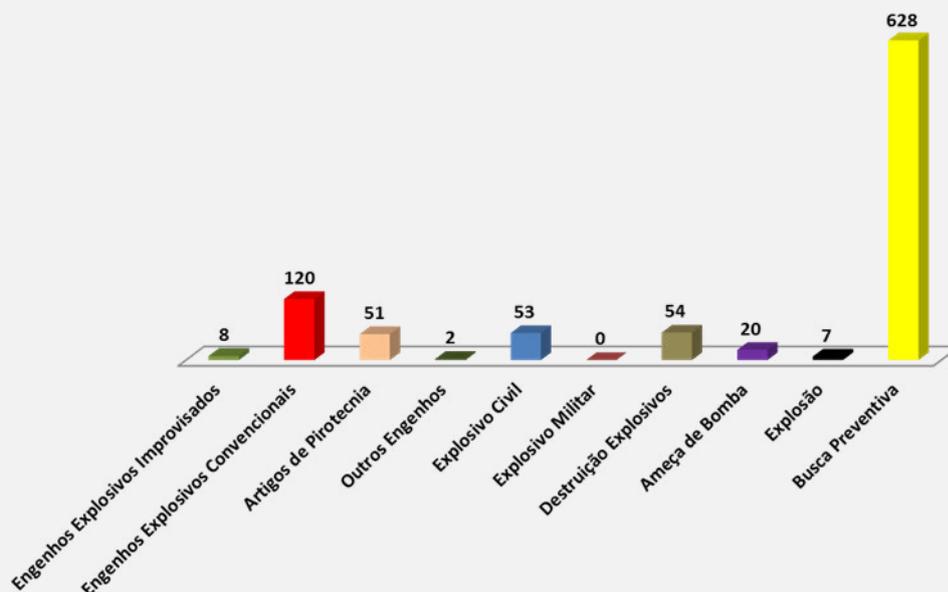


Figura 72 - Armas e Explosivos

Constata-se que ocorreram, em média, 2,6% operações EOD por dia, das quais 32% envolveram a presença efetiva de substâncias ou engenhos explosivos. Desta forma, a GNR apreendeu e neutralizou cerca de 13.821,618kg de substâncias, acessórios ou engenhos explosivos incluindo 15.939 munições de armas ligeiras.



ATIVIDADE VENATÓRIA E PESCA

Foram detetados 193 crimes e 505 contraordenações relacionados com a atividade venatória.

CRIMINALIDADE ECONÓMICA

Em resultado da atividade desenvolvida pela GNR no âmbito do combate à contrafação, foram apreendidos 285.068 artigos contrafeitos, com o valor estimado de 1.250.640€, realçando-se, pela quantidade e valor, as apreensões de vestuário, calçado, acessórios diversos, tabaco e produtos derivados do tabaco.

ATIVIDADE TRIBUTÁRIA, FISCAL E ADUANEIRA

VIGILÂNCIA E CONTROLO COSTEIRO

No ano de 2015, no cumprimento da sua missão de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, a GNR realizou 106.603 atividades, o que significou um acréscimo de cerca de 4% relativamente ao ano transato, distribuídas da seguinte forma:

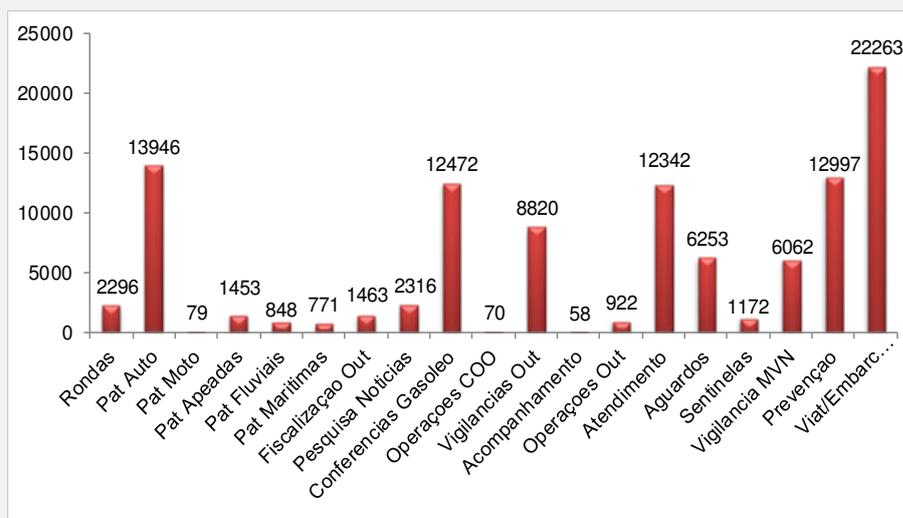


Figura 73 - Vigilância e Controlo Costeiro

No desenvolvimento dessas atividades, a GNR empenhou um total de 133.899 militares, tendo percorrido 29.802 milhas náuticas e um total de 1.386.560 quilómetros, o que representa 597.815 horas de empenhamento operacional.

SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA, COMANDO E CONTROLO (SIVICC)

Durante o ano de 2015, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), em pleno funcionamento, permitiu obter um conhecimento situacional da orla costeira e do mar territorial, funcionando conjuntamente com as equipas operacionais no terreno (terra e mar). No total, foram monitorizadas 109.745 embarcações durante 2015.



Na componente “security”, o resultado operacional direto da monitorização do SIVICC permitiu a realização de 29 ações sobre embarcações suspeitas de transporte de estupefacientes, o controlo de 58 situações por comportamentos considerados suspeitos, e a produção de informação direta para “Guardia Civil”, que numa situação específica resultou na apreensão de 8.320 Kg de haxixe e de uma embarcação.

Na componente “safety” do SIVICC, conseguiu-se detetar várias ações de pesca ilegal (ex.: áreas proibidas, embarcações sem licenças de pesca, exercício da pesca de arrasto, etc.), num total de 68 situações que constituíam indícios de infrações às leis vigentes. Ainda neste âmbito, o SIVICC permitiu também a deteção de três situações de salvamento em terra e de 24 situações de salvamento no mar, bem como possibilitou 12 monitorizações relacionadas com a proteção da natureza.

Importa salientar que a vigilância é apenas uma das componentes do sistema e que todos os resultados operacionais surgem do esforço conjunto da intervenção terrestre e marítima, que complementam e constituem os “braços” do SIVICC.

ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS, FISCAIS E ADUANEIROS

Da atividade de fiscalização tributária desenvolvida durante o ano de 2015, destaca-se o levantamento de 17.015 autos, o que representa um acréscimo de cerca de 33% relativamente ao ano de 2014.

O valor da mercadoria apreendida ascendeu a cerca de 2 085 548€ e o valor das coimas aplicadas foi de 4 152 837€.

Relativamente ao ano transato regista-se também um incremento de 16% das infrações em sede de Impostos Especiais de Consumo (IEC), de 21,3% no Imposto Sobre Veículos (ISV) e de 35,4% ao Regime de Bens em Circulação (RBC).

INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (CRIMES E CONTRAORDENAÇÕES)	TIPO	TOTAL
Impostos Especiais de consumo	Tabaco	349
	Álcool e Bebidas Alcoólicas	194
	Produtos Petrolíferos	384
Imposto sobre Veículos	Veículos	1.636
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	Regime de Bens em Circulação (RBC)	14.452
TOTAL		17.015

Figura 74 - Ilícitos Tributários, Fiscais e Aduaneiros

No que respeita à investigação tributária e económica, criminal e contraordenacional, em 2015 foram investigados 5.744 processos, o que representa um aumento de 21% de processos investigados



comparativamente com o ano de 2014. Do total de processos investigados em 2015 concluíram-se 3.980, no âmbito dos quais foi apurada fraude e evasão fiscal estimada em cerca de 148 053 352€, o que superou o montante apurado em 2014 em mais de 120 000 000€.

INQUÉRITOS TRIBUTÁRIOS E ECONÓMICOS	TIPO	TOTAL
CRIMES	Aduaneiros	58
	Fiscais	18
	Direitos de autor	42
	Propriedade Industrial	274
	Jogo	80
	Outros	11
Subtotal	Veículos	483
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	Aduaneiras	3.969
	Jogo	41
	Pescado	1.037
	Outros	244
TOTAL		5.291
TOTAL		5.774

Figura 75 - Inquéritos Tributários e Económicos

OPERAÇÕES MAIS RELEVANTES

De entre as operações de âmbito tributário realizadas em 2015, destacam-se a operação “Medusa”, realizada em julho de 2015, que se concretizou com a realização de 91 Buscas, incluindo 3 em escritórios de Advogados e 3 a gabinetes de Técnicos Oficiais de Contas, da qual resultou a apreensão de 1449 viaturas (1399 viaturas pesadas e 50 viaturas ligeiras) e a identificação de 100 pessoas (singulares e coletivas), trinta das quais constituídas arguidas por indícios da prática dos crimes de associação criminosa, abuso de confiança qualificada, frustração de créditos, burla tributária, fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais e falsificação de documentos. O valor presumível de toda a mercadoria apreendida ascendeu a cerca de 44 milhões de euros.

Merece também realce a operação “Aguarbox”, realizada em dezembro de 2015, no âmbito de um inquérito em que se investiga fraude fiscal e introdução fraudulenta no consumo, que consistiu na realização de 32 buscas, das quais resultou a apreensão de 45 000 litros de bebidas espirituosas (licores e



vinhos licorosos), 20 armas de fogo e várias munições, constituídos 19 arguidos e detetada fraude no montante estimado de 2 milhões de euros.

Salienta-se também a operação “Guimarães”, realizada em 10 de julho, no âmbito de uma investigação que tem por objeto a imitação e uso ilegal de marca, que se concretizou na realização de diligências diversas que culminaram na apreensão de artigos de vestuário, presumivelmente contrafeito, no valor presumível de 555 420€.

Refere-se ainda a operação “Guadiana”, realizada em outubro de 2015, em conjunto com a Autoridade Tributária, que tem por objeto a investigação de crimes de fraude fiscal qualificada, burla tributária, frustração de créditos e branqueamento de capitais, no âmbito de um inquérito que teve a duração de cerca de um ano, que culminou com a realização de 15 buscas.

Na sequência das referidas buscas foram constituídos 13 Arguidos e apreendidos vários suportes de armazenamento de dados digitais (CPU, discos rígidos, etc.) e documentação diversa que sustenta a indiciação da obtenção e dissimulação de vantagens patrimoniais ilícitas na ordem das várias centenas de milhares de euros.

COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Durante o ano de 2015 foram efetuados 319.682 ações de colaboração com autoridades judiciais e administrativas, designadamente no âmbito de notificações (157.759), cumprimento de mais de 5.000 mandados de captura, condução e detenção e um total de 55.544 em serviços remunerados.

1.2.11. CONSEQUÊNCIAS DA ATIVIDADE OPERACIONAL

DANOS PESSOAIS NOS MILITARES DA GNR

Durante o ano de 2015, foram cometidos 1307 crimes contra a Guarda, sendo que em 218 casos resultaram consequências para os militares, conforme consta no quadro seguinte:

MORTOS	FERIDOS SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A TRATAMENTO MÉDICO	TOTAL
1	1	143	73	218

Figura 76 - Danos pessoais nos militares da GNR

DANOS CAUSADOS PELA ATIVIDADE POLICIAL

Durante o ano de 2015, como resultado do cumprimento da missão e da necessidade uso da força estritamente necessária, resultaram consequências em 51 cidadãos, conforme consta no quadro seguinte:



MORTOS	FERIDOS SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A TRATAMENTO MÉDICO	TOTAL
0	2	20	29	51

Figura 77 - Danos causados pela atividade policial

1.3.ATIVIDADE INSPETIVA DE CONTROLO À ATIVIDADE OPERACIONAL

Em 2015, através do órgão de máximo responsável pelo controlo e inspeção da atividade desenvolvida pela Guarda no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pela Lei – a Inspeção da Guarda, foram desencadeadas 54 inspeções a Unidades (mais 9 inspeções que 2014), num claro esforço de melhorar os procedimentos e qualificar o atendimento e a prestação de serviços ao Cidadão.

Durante o período em referência, foram apresentadas 662 reclamações, o que representa um significativo acréscimo (mais 119 reclamações) face a igual período do ano 2014 (que havia registado 543 reclamações).

No quadro que se apresenta em seguida é possível identificar os motivos que determinaram as respetivas reclamações, constituindo prioridade do órgão inspetivo da Guarda reduzir as situações que decorrem de causas imputáveis à atuação dos militares da Guarda no serviço prestado ao Cidadão, dentro do quadro de dinâmicas de qualidade previstas adaptar no âmbito da Estratégia da Qualidade integrante da Estratégia da Guarda 2020.

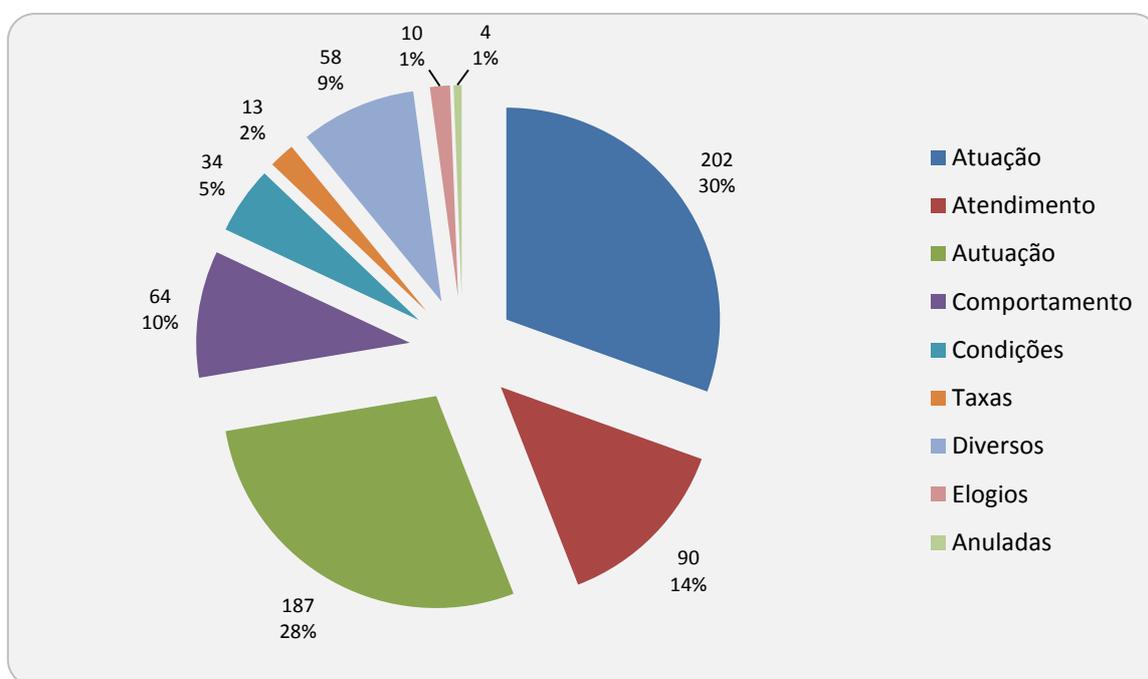


Figura 78 - Motivos das reclamações apresentadas nos Postos da GNR

1.4.ATIVIDADE OPERACIONAL NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1.4.1. IMPRENSA ESCRITA

Analisada a imprensa escrita nacional foi possível verificar que durante o ano 2015 foram publicadas 7 229 notícias sobre a GNR. Destas, 3 384 foram consideradas neutras, sem qualquer efeito na imagem da Guarda junto da população, 3 637 tiveram um impacto positivo e apenas 208 artigos influíram de forma negativa os leitores.

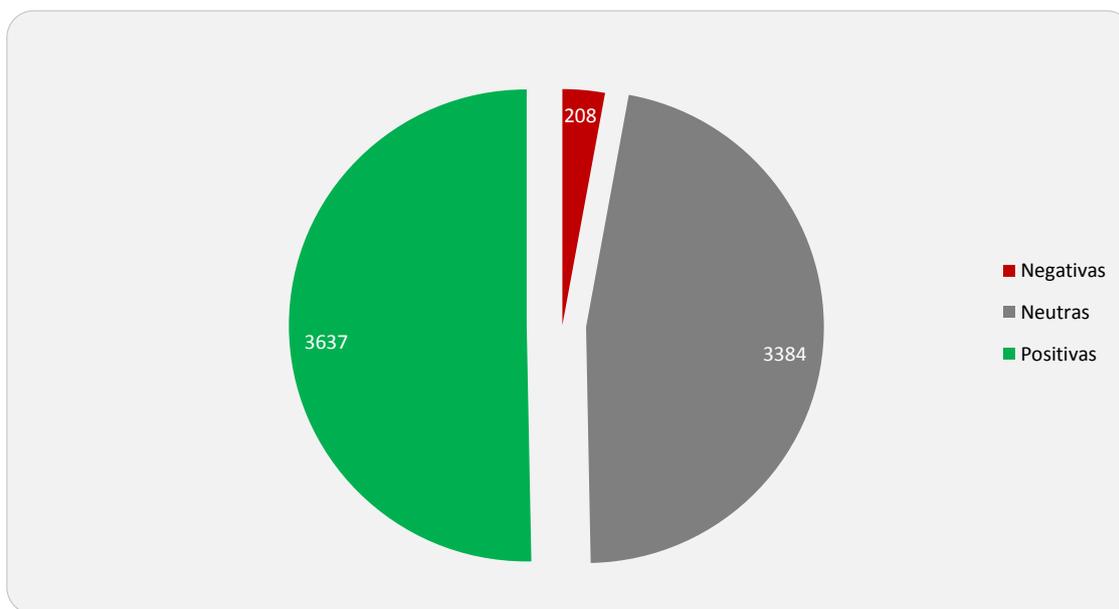


Figura 79 - imprensa escrita

1.4.2. REPORTAGENS TELEVISIVAS

Os resultados referentes à televisão foram obtidos através da recolha e visionamento de reportagens televisivas alusivas à GNR. Em estudo estiveram a RTP1, a RTP2, a RTP Informação, a SIC, a SIC Notícias, a TVI e a TVI24.

A análise efetuada permite-nos ter uma perceção do número de reportagens que cada canal de televisão realizou sobre a GNR durante o ano de 2015, bem como os tempos totais de emissão comparativamente com o ano transato.

Em 2015 - considerando todos os canais televisivos - a Instituição esteve em emissão contínua sem interrupções um total de 04 dias, 21 minutos e 51 segundos.

Além das reportagens realizadas, destacamos as diversas presenças em estúdio.

Comparativamente ao ano de 2014, em 2015 verificou-se um decréscimo de 2 504 reportagens e, conseqüentemente, de uma diminuição de 7 dias, 07 horas, 49 minutos e 51 segundos de tempos de emissão.

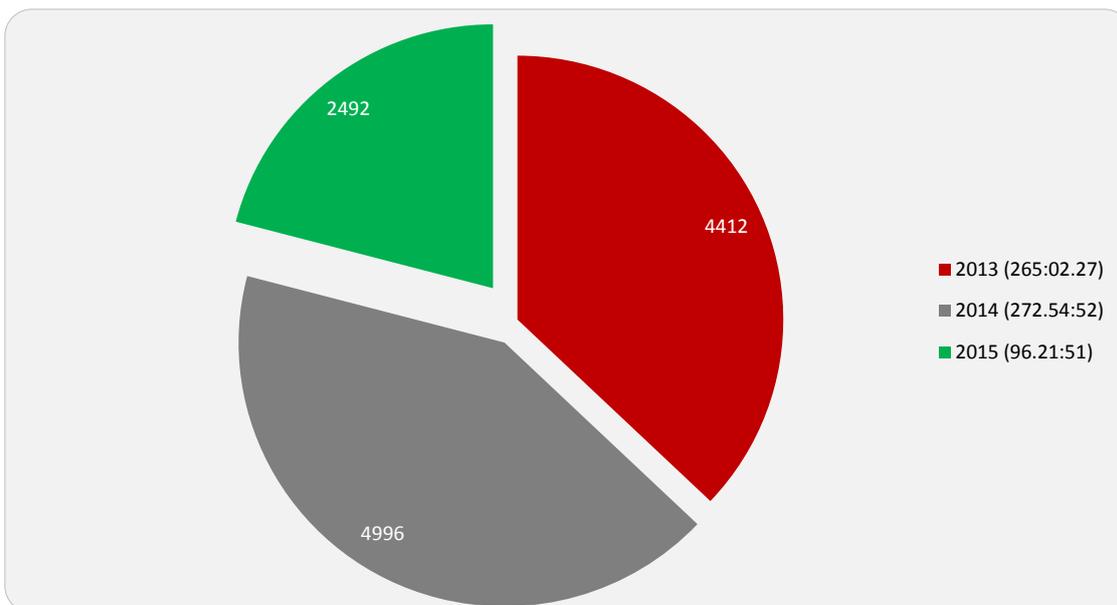


Figura 80 - total de reportagens e tempos de emissão 2013-2014

1.4.3. INTERAÇÃO COM O MUNDO DIGITAL

PÁGINA OFICIAL

O site oficial da Guarda Nacional Republicana teve 2 424 312 visualizações em 2015, ocupando assim 29º lugar em termos de visitas (2,4 milhões de visitas) e o 46º em termos de páginas visitadas (4,6 milhões de pageviews), em Portugal. No que concerne à visualização e acessos, são apresentados os seguintes dados durante o ano de 2015¹⁷ (2 424 312 Visitas; 1 069 627 Utilizadores; 4 660 050 Páginas vistas no site; 1,92 Média de páginas vistas; 42,22% Novas visitas):



Figura 81 – acesso via página oficial 2015

PLATAFORMA FACEBOOK

A Guarda Nacional Republicana está presente no Facebook desde 03 de maio de 2012. A Guarda tem crescido diariamente, contando já com mais de 204 032 fãs na página oficial, ocupando a 2.ª posição

¹⁷ Dados obtidos via Google Analytics – Solução de análise da Web de nível empresarial (informações sobre o tráfego e a eficácia do marketing).

nacional a nível de Marcas/Governo e Instituições Públicas¹⁸. Em apenas de 4 anos de presença, a página do Facebook da GNR atingiu patamares muito positivos, tendo a mesma uma média de 5 104 fãs por mês, 1 191 fãs por semana e 170 fãs por dia.



Figura 82 – plataforma Facebook 2014

As publicações efetuadas diariamente, relacionadas com a atividade da GNR, chegam a milhares de pessoas, permitindo assim divulgar as ações da Guarda, contribuindo para o seu prestígio e imagem, garantindo também uma maior proximidade e confiança dos Cidadãos na Instituição.

¹⁸ Dados obtidos via <http://www.fbrankpt.com>.



2. PROTOCOLOS E GRUPOS DE TRABALHOS

2.1. PROTOCOLOS

A Guarda, no sentido de otimizar a sua resposta às mais diversas situações, ou de a integrar com a de outras entidades, promoveu a celebração de um conjunto de protocolos de colaboração e de cooperação, designadamente com as seguintes entidades.

- Associação “Safe Communities Portugal (ASCP)”: Estabelece a colaboração entre os parceiros visando desenvolver esforços em conjunto com o intuito de promover comunidades mais seguras, melhorar a sensibilidade para a segurança e reduzir o risco de se tornar vítima de um crime (celebrado em 14JAN15);
- Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas (APCD) – Aditamento: Estabelece a participação dos parceiros na implementação nacional do projeto "o meu ADN", que se consubstancia num kit de identificação da criança (celebrado em 16ABR15);
- “Walt Disney Company”: Visa estabelecer a cooperação entre os parceiros em programas e projetos de interesse comum e de acordo com a especificidade das instituições que são parte do protocolo, contribuindo para a promoção e sensibilização do uso responsável e seguro da internet e demais tecnologias da comunicação por parte dos menores (celebrado em 22SET15);
- Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI): Tem como objeto a regulamentação e cooperação direta recíproca entre os parceiros visando a facilitação da aquisição de conhecimentos, melhorar o atendimento, informar, proteger, acompanhar e contribuir para a segurança das pessoas com deficiência (celebrado em 03DEC15).

2.2. GRUPOS DE TRABALHO

A Guarda participou em diversos Comitês, Reuniões, Seminários e Grupos de Trabalho de âmbito internacional e nacional, dos quais se destacam os que se descrevem nos pontos seguintes:

- Reuniões do Grupo de Trabalho Intra-MAI, com representantes da tutela (GNR/PSP/SGMAI), no âmbito das medidas de ação do MAI, indicadas no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG);
- Reuniões do Grupo de Acompanhamento da Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (GA-PIIC), com a missão de assegurar a implementação de todas as orientações estratégicas, tendo em vista a gestão transversal e a evolução da PIIC, nomeadamente em relação a novas funcionalidades, acesso a outras bases de dados complementares e fontes de informação dos órgãos de polícia criminal
- Reuniões de trabalho com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG) e restantes representantes das organizações públicas e ONG'S indicados nas medidas do V plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG);



- Reuniões de trabalho com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG) no âmbito das medidas do III Programa de ação para a eliminação da mutilação genital feminina (PARMGF 2014-2017);
- Reuniões de trabalho no âmbito do Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, concernentes à representação institucional nas prioridades EMPACT (“European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”), projetos coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SGSSI.
- Reuniões do Grupo de Trabalho Intra-MAI, com representantes desta tutela indicados nas medidas do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação 2014-2017;
- Reuniões no âmbito do comité de acompanhamento do Projeto INASC, à responsabilidade do CESIS, onde estão representantes de diversos organismos públicos e ONG’S.
- Reuniões na Comissão de Educação Física e Desporto Militar, com representantes das FAA e PSP, no âmbito da coordenação das atividades desportivas militares,

2.2.1. ÂMBITO NACIONAL

Ao nível do Comando da Guarda foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Em 2015, realizou-se a 4ª Ação de Formação para os Chefes dos NIAVE, frequentada por 23 militares representantes das Unidades da Guarda. O objetivo inerente consiste em sensibilizar os Chefes dos NIAVE para novas temáticas e investigações académicas no âmbito do fenómeno da violência doméstica, tendo contado com a intervenção de um conjunto de entidades que versaram os temas propostos, relacionados com a violência sobre idosos, as medidas de Teleassistência a vítimas de violência doméstica, o Programa de Vigilância eletrónica de Agressores de violência doméstica, a intervenção da criminalística na violência doméstica, o Programa para agressores de violência doméstica, as Perícias Médico-legais em casos de violência doméstica e o enquadramento legal e direitos das vítimas de violência doméstica.
- Em 2015, foram realizadas 71 ações de formação, totalizando 525 horas e formados 717 militares no âmbito da violência doméstica e de género.
- Participação no Grupo de Trabalho “Segurança Interna”. Tem como objetivo tratar assuntos relacionados com a segurança interna, tendo em vista, designadamente, prevenir conflitos sociais, a criminalidade nacional e transnacional grave e organizada, incluindo o terrorismo, bem como reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades responsáveis. Integram o grupo elementos do Sistema de Segurança Interna (SSI), o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) e os dois serviços secretos (SIS e SIED), a PJ, a PSP, a GNR, o SEF e a Polícia Marítima.
- Participação no grupo de trabalho “CARPOL”. Visa, no âmbito da criminalidade automóvel transfronteiriça, o intercâmbio de informações entre os Estados Membros da União Europeia. É constituída por representantes dos Estados Membros na União Europeia e da Agência EUROPOL.



- Participação no Grupo de Trabalho RPAS (Remotly Piloted Aircraft Systems). Tem como objetivo o estudo, a avaliação e o emprego de sistemas aéreos remotamente pilotados, nas diversas atividades que integram a missão geral da GNR.
- Participação na UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorista). No âmbito da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, o grupo de trabalho promove a partilha de informações sobre terrorismo. Integram a UCAT elementos do SSI, o SIRP, o SIS, o SIED, a PJ, a PSP, a GNR, o SEF e a Polícia Marítima
- Participação no Grupo de Trabalho sobre o Tráfico de Seres Humanos. Este Grupo de Trabalho tem como objetivo efetuar o acompanhamento e troca de informações sobre inquéritos em curso relativos ao tráfico de seres humanos, sendo presidido pelo Observatório de Tráfico de Seres Humanos do MAI, onde tem também assento a GNR, PSP, PJ e o SEF.
- Participação no Grupo de Trabalho sobre a “Notação Estatística”. Tem como objetivo propor alterações às tipologias criminais para efeitos estatísticos, bem como o acerto da estatística criminal, eliminando duplicações de NUIPC entre a GNR/PSP e a PJ. É presidido pelo SSI, tendo assento a GNR, DGPI, PSP, PJ e o SEF.
- Participação no Grupo de Trabalho IPCR (Integrated Political Crisis Response), que tem por objetivo efetuar o acompanhamento e recolha de informação sobre a situação dos refugiados, socorrendo-se de uma Plataforma on-line de monitorização da situação dos refugiados. São partes constituintes desta plataforma elementos do SSI, GNR, PSP, SIS, PJ e SEF.
- Reuniões do Secretariado Permanente da Unidade de Coordenação Operacional (UCO/SP) do Sistema de Coordenação Operacional (SICOP), de que a Guarda assumiu a presidência rotativa no segundo semestre do ano;
- Participação no Grupo de Trabalho de Segurança Privada, coordenado pela SGMAI, com representantes da GNR, PSP, PJ, Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Autoridade Tributária (AT), Associação de Empresas de Segurança (AES), Associação Nacional das Empresas de Segurança (AESIRF), Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços (SITESE) e Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media (SINDETELCO).
- Reuniões no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Furto de Metais não Preciosos, que envolveram reuniões temáticas e parcelares com a PSAT e a APRITEL;
- Participação no Grupo de Trabalho sobre o Setor dos Transportes Rodoviários, que tem como objetivo promover a partilha de informações acerca do setor dos transportes. Integram este grupo o SSI, PJ, SIS, PSP, GNR e a Associação Nacional de Proteção Civil (ANPC).
- Participação no CISMIL (Centro de Informações e Segurança Militares). Visa promover a partilha de informações no âmbito da Segurança Militar entre os seus representantes (Exército, da Força Aérea, da Marinha, da PJM, do SIS e do SIED).



- Participação no Grupo de Trabalho da “Droga, Toxicodependência e Álcool”, que tem como objetivo efetuar o acompanhamento e a partilha de informações de fenómenos ligados à droga, toxicodependência e ao álcool. Têm assento no Grupo todas as FFSS, representantes dos Ministérios da Justiça, Saúde, Defesa e Agricultura.
- Participação no grupo de trabalho da CT145 (Comissão Técnica no Domínio da Gestão Florestal), que tem por missão a elaboração de documentos e emitir pareceres normativos.
- Participação na Comissão de Acompanhamento Sobre a Poluição no Rio Tejo. Esta Comissão foi criada por despacho do Ministro do Ambiente para definir propostas com vista a melhorar os meios de atuação e o reforço dos mecanismos de intervenção das diferentes entidades, com o objetivo de contrariar o gradual aumento da poluição no Rio Tejo.
- Participação no Grupo de Trabalho ABS (Acesso aos Recursos Genéticos). Visa a transposição das Diretivas Comunitárias para o quadro normativo nacional, de forma a definir regras de licenciamento no acesso aos recursos genéticos e a partilha dos benefícios decorrentes da sua utilização.
- Participação no Grupo de Trabalho sobre o Nemátodo da madeira do pinheiro. Tem por finalidade a adoção e o acompanhamento das medidas e ações (sensibilização e fiscalização) conducentes à prevenção e erradicação da doença que afeta as coníferas. Para o efeito foi criado e protocolado um plano nacional de fiscalização.
- Participação no Grupo de Trabalho sobre o Movimento Transfronteiriço de Resíduos. Visa o planeamento e a execução de ações de fiscalização conjuntas no âmbito da circulação transfronteiriça de resíduos.
- Participação no Júri Nacional do Programa Bandeira Azul, que visa a avaliação das candidaturas ao Programa Bandeira Azul.
- Participação nas reuniões do Plano de Ação para a Conservação do Lince Ibérico em Portugal, enquanto membro da Comissão de Acompanhamento Externo do referido Plano. O Plano de Ação para a conservação do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) em Portugal, (PACLIP), foi aprovado pelo Despacho n.º 12697/2008, de 23 de abril de 2008, com evolução para um novo Plano no quinquénio 2015-2020, designado por (PACLIP 2015-2020), aprovado pelo Despacho n.º 8726/2015, de 7 de agosto. O PACLIP, a implementar entre 2015 e 2020, enquadra, coordena e concretiza o esforço nacional para a conservação do lince ibérico no território continental português, prioritariamente nas áreas que apresentem extensões significativas de habitat potencial, pretende incrementar a eficácia e a eficiência das ações nele desenvolvidas, e visa promover a recuperação das populações desta espécie na área da sua ocorrência histórica. A implementação do PACLIP é acompanhada por uma Comissão Executiva (CE), coordenada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) e integra entidades representativas dos agentes diretamente relacionados com a execução deste Plano de Ação e uma Comissão de Acompanhamento Externa (CAE).
- Participação nas reuniões do Plano de Ação para a Conservação do Lobo Ibérico (PACLOBO), na qualidade de membro da Comissão de Acompanhamento Externo do referido Plano. O PACLOBO visa a conservação



do lobo-ibérico, assegurando a sua coexistência com a atividade humana. Este Plano, que conta com a intervenção de diversas entidades coordenadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, tem como princípios orientadores: reconhecer a importância do lobo-ibérico no equilíbrio natural dos ecossistemas; reconhecer a necessidade e promover o apoio generalizado da sociedade ao PACLOBO; reconhecer os proprietários, gestores e utilizadores do território como agentes fundamentais da execução do PACLOBO; reconhecer a necessidade de compatibilizar a conservação do lobo com as atividades humanas; atuar de uma forma preventiva relativamente a alterações sobre o habitat e fatores de ameaça ao lobo-ibérico; reconhecer a importância do lobo-ibérico na valorização do território; utilizar informação científica atualizada; reconhecer a necessidade de cooperação transfronteiriça.

- Participação nas reuniões do Plano de Ação e Recuperação do Coelho Bravo (PARCB). Reconhecendo a importância estratégica do coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus algirus*) nos ecossistemas mediterrânicos e no quadro cinegético nacional, verificando que existem informações preocupantes que indicam um rápido declínio das suas populações, com fortes indícios de serem causados por uma ação conjunta de surtos epidemiológicos de mixomatose e da Doença Hemorrágica Viral (DHV), com consequências imediatas para todas as espécies que se alimentam do coelho-bravo (algumas com estatuto de conservação preocupante) e ainda para os caçadores nacionais, uma vez que se trata de uma espécie cinegética chave no quadro de caça ibérico, foram desde 2007 lançadas várias iniciativas para compreender, enquadrar e resolver o conjunto de debilidades e ameaças que ocorrem ou incidem sobre esta espécie. Conscientes desta situação, foi lançado em 2007, um primeiro plano de ação, denominado “PRECOB - Programa de Recuperação do Coelho-Bravo”, aprovado por Despacho n.º 296/2007, de 13 de dezembro de 2006, tendo por objetivos aprofundar os conhecimentos relativos aos surtos epidemiológicos das principais doenças que o afetam, promover a adequação do quadro cinegético nacional à conservação da espécie, maior controlo da importação e translocação de espécimes, aumentar o conhecimento sobre as suas populações e promover a transferência de conhecimento mais adequado para a sua gestão. Por razões várias o PRECOB nunca foi cabalmente implementado, tendo no entanto algumas das ações previstas sido desenvolvidas, embora fora deste quadro e mais associado à implementação de outros planos de ação, em particular de espécies com estatuto de proteção elevado e fortemente dependentes dos níveis populacionais desta espécie, iniciando-se agora o PARCB.
- Participação no Grupo de Aplicação da Convenção Cites em Portugal. A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), também designada por Convenção de Washington, foi assinada em 3 de Março de 1973 e entrou em vigor em 1 de Julho de 1975, tendo sido aprovada para ratificação em Portugal pelo Decreto n.º 50/80, de 23 de Julho. O Decreto-lei n.º 211/09, de 03 de setembro, estabelece as medidas necessárias ao cumprimento e à aplicação da Convenção, em território nacional, prevendo a constituição de um grupo de aplicação da Convenção que integra representantes de diversas entidades e das autoridades policiais, com vista à coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da CITES. Compete a este Grupo: aprovar medidas de coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; adotar, e rever periodicamente, um plano nacional para a coordenação da aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; promover a celebração de protocolos,

memorandos de entendimento ou outros acordos interinstitucionais de cooperação direcionados para a aplicação coordenada da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; promover a coordenação com entidades competentes pela aplicação e fiscalização da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006 noutros Estados membros da União Europeia ou noutros Estados Partes da Convenção CITES; trocar informações com outros Estados membros da União Europeia ou com outros Estados Partes da Convenção CITES sobre sanções em caso de comércio ilegal da fauna e da flora selvagens, a fim de garantir a coerência da aplicação ou a revisão do quadro legal vigente; estabelecer uma ligação estreita com as autoridades de gestão da Convenção CITES e com os serviços de controlo da aplicação da legislação nos países de origem, trânsito e consumo exteriores à Comunidade Europeia, bem como com o Secretariado da Convenção CITES, a Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC -INTERPOL) e a Organização Mundial das Alfândegas, a fim de contribuir para a deteção, dissuasão e prevenção do comércio ilegal da fauna e da flora selvagens mediante o intercâmbio de informações; promover a realização de atividades de formação e de sensibilização para os serviços e funcionários com competências relacionadas com a aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos n.º 338/97 e 865/2006.

- Participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas, na qualidade de convidado da referida Comissão. Considerando que o Decreto-Lei 276/2009, de 2 de outubro, estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 86/278/CEE, do Conselho, de 12 de junho, que tem por objetivo evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, aplicando-se à utilização, em solos agrícolas, de lamas de depuração provenientes de estações de tratamento de águas residuais domésticas, urbanas, de atividades agropecuárias, de fossas sépticas ou outras de composição similar, dispondo os requisitos de qualidade para as lamas e para os solos, verificáveis através da conformidade das análises requeridas com os valores limite estabelecidos, definindo um conjunto de restrições à utilização das lamas no solo, prevendo ainda procedimentos específicos de aplicação das mesmas e deveres de registo e informação por parte dos operadores de gestão destas, foi criada a referida Comissão de acompanhamento, composta por representantes de diversas entidades. A esta Comissão compete pronunciar-se sobre matérias relevantes no âmbito da utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, podendo também promover ações articuladas entre as entidades representadas, em especial: identificação de constrangimentos à aplicação do Decreto-Lei 276/2009, de 2 de outubro, e preparação e articulação de ações tendentes à sua resolução; proposta de medidas tendentes à agilização e simplificação dos procedimentos com vista à aplicação da Diretiva 86/278/CEE, do conselho de 12 de junho; acompanhamento da aplicação do Decreto-Lei 276/2009, de 2 de outubro, e, no mesmo âmbito, emissão de orientações e, quando se justifique, propostas de revisão; acompanhamento e pronúncia sobre pedidos de esclarecimento que lhe sejam submetidos por intervenientes na atividade; elaboração de notas informativas ou de esclarecimento relativas ao Decreto-Lei 276/2009, de 2 de outubro; proposta de medidas tendentes à uniformização de procedimentos e de pareceres ao nível das DRAP, CCDR, ARH/APA; pronúncia sobre outras questões na área das suas competências, quando para tal solicitado por qualquer das entidades e serviços que o compõem.
- Participação no Projeto “Life Imperial”. O Projeto “Life Imperial” estabelece as ferramentas base para assegurar o aumento da população de águia-imperial em Portugal e, consequentemente da população global



ibérica. As ações planeadas no seu conjunto estabelecem uma rede coerente de atuação para reduzir as principais ameaças que afetam a eficácia de estabelecimento dos casais em Portugal, cujo objetivo é promover o aumento da população de águia-imperial ibérica em Portugal, com intervenções previstas nas Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 de Castro Verde, Vale do Guadiana, Mourão/Moura/Barrancos e Tejo Internacional, Erges e Pênsul. A GNR é um dos parceiros beneficiários do projeto, sendo responsável pelas Ações A8 (Criação de Capacidade Cinotécnica para deteção de venenos) e C4 (Despiste de casos de envenenamento na natureza). O projeto decorre até dezembro de 2018;

- Participação no Projeto “Life Rupis”. Este Projeto pretende implementar ações que visam reforçar as populações de águia-perdigueira e britango no Douro transfronteiriço, através da redução da mortalidade destas aves e do aumento do seu sucesso reprodutor. O abutre-preto e o milhafre-real são espécies também beneficiadas por este novo projeto. Tem o período de vigência de julho de 2015 até maio de 2019. O Orçamento total do Projeto é de €3 578 924 financiado a 75% pela Comissão Europeia;
- Participação no grupo de trabalho “PROCIV”. A GNR tem lugar no citado GT na qualidade de agente de proteção civil, dispondo de um Oficial de Ligação junto da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). A presença no GT prende-se com a integração, coordenação e articulação dos meios de proteção e socorro da GNR num dispositivo conjunto de operações de socorro.
- Participação, no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, nas reuniões do Grupo de Trabalho nº 5 (GT5), que visou a elaboração do Guião para Peões e Utilizadores de Bicicleta, nas quais tiveram também assento representantes da tutela da GNR, PSP e ANSR e ainda do Ministério da Educação, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, da Associação Nacional de Municípios, da Associação Nacional de Freguesias e da Prevenção Rodoviária Portuguesa;
- Participação, no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, nas reuniões do Grupo de Trabalho nº 7 (GT7), que analisou a «Melhoria da Eficácia do Socorro, do Tratamento Especializado e da Integração das Vítimas de Acidentes Rodoviários», que decorreram sob a coordenação da Direção Geral de Saúde. O Grupo foi constituído por representantes da ANSR, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), da Comissão para a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência, da GNR, INEM, I.P., INR, I.P., PSP e do Colégio de Competência em Emergência Médica e do Grupo de Estudos de Trauma da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia, ambos da Ordem dos Médicos (OM).
- Participação no Grupo de Trabalho “MNCD ET (Multinational Cyberdefense Education and Training)”. Este Grupo de Trabalho integra o Projeto “MNCD ET” que se encontra enquadrado em iniciativas, no domínio da ciberdefesa, da futura Escola de Comunicações e Sistema de Informação da NATO, em Oeiras. As principais linhas de ação definidas para este Projeto estão relacionadas com a execução de WP’s no domínio da Ciberdefesa e da Cibersegurança, ações de Formação e Educação, condução de Exercícios, uso de Plataformas de Apoio TIC, bem como Ações de Sensibilização e Divulgação. Participam no projeto cerca de 80 entidades nacionais, entre as quais os Ramos das FFAA, as Forças e Serviços de Segurança, a indústria, a banca, diversas entidades públicas e privadas e do meio académico.



- Participação nas reuniões de trabalho do Fórum Nacional de Álcool e Saúde (FNAS), com representantes da GNR, PSP, SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do SNS), ARS, DGS, ANSR, ONG/IPSS, SPMT (Sociedade Portuguesa de Medicina do trabalho), ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), Sociedades Científicas, CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), operadores da Indústria e outras entidades públicas e privadas no âmbito do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013-2020) e do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013-2016).
- Participação nas reuniões de trabalho do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), nas quais participam também a PSP, a ACM (Alto Comissariado para as Migrações), o OBCIG (Observatório das Comunidades Ciganas) e diversas associações das Comunidades Ciganas indicados nas prioridades da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ENICC).
- Participação nas reuniões de trabalho do Conselho para as Migrações, com representantes da GNR, PSP, ACM e outras entidades públicas e privadas no âmbito da definição e execução das políticas migratórias, bem como no âmbito do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM).
- Elaboração do folheto tripartido sobre o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência em colaboração com a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI) (Disponível em <http://www.fenacerci.pt/web/novidades/fenacerci.html#29>).
- Criação no âmbito da Iniciativa “Cidadania Digital em Segurança” do Concurso “Ciber-Challenge Escolar”, que visa promover junto dos jovens valores e atitudes adequados a uma cidadania digital em segurança. O Projeto envolve parcerias nacionais e internacionais, com destaque para o Centro de Competência “Entre Mar e Serra – CCEMS”, Direção Geral de Educação, Centro Internet Segura, Samsung, Repsol, “Sophos”, a Fundação PT, Disney Portugal, “Pantallas Amigas”, a “Microsoft Portugal”. De realçar que o Concurso “Ciber-Challenge Escolar” foi planeado para que, no ano letivo 2015/2016, seja implementado sob a forma de piloto no distrito de Leiria, passando no ano letivo 2016/2017 ao plano nacional. O Concurso “Ciber-Challenge Escolar” é dirigido a alunos do Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclo) e Secundário e é o motivo e o pretexto para a promoção, ao nível local (ao nível de cada escola e dos respetivos municípios), de uma rede de confiança e proximidade que, em articulação, promova e dê suporte ao desenvolvimento de uma Cidadania Digital ativa, criativa e em segurança.
- Colaboração na realização de um estudo sobre a “Atividade de Contrafação”, desenvolvido por uma oficial do Exército Alemão.
- Participação nas reuniões previstas no Protocolo de Colaboração entre AT, GNR e ASAE.
- Organização e participação nas Jornadas Técnicas de Apoio Técnico Operativo, Vigilância, Seguimento e Interseção, que decorreram em outubro de 2015 na Costa da Caparica, nas instalações dos Serviços Sociais, que visaram a interação técnica e operacional entre as diversas autoridades participantes. Estiveram presentes nestas jornadas técnicas a Guardia Civil, Cuerpo Nacional de Policía/Espanha, Departamento de Aduanas e



Impuestos Especiales/Espanha, Gendarmerie/França, Guardia Di Finanza/Itália, Polícia Judiciária e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

- Participação, na EPJ (Escola de Polícia Judiciária), num seminário sobre apreensão de bens e branqueamento de capitais.
- Formação, em parceria com a Escola Náutica Infante Dom Henrique (ENIDH), de 39 elementos da Unidade de Controlo Costeiro para reforço das competências das guarnições marítimas que desempenham funções nos meios navais da Unidade, para a vigilância, patrulhamento e interceção marítima ou terrestre em toda a extensão da costa e no mar territorial. Quatro militares ficaram habilitados com o Curso de Navegação e Segurança Marítima - Nível Oceânico, 12 militares com Curso de Navegação Segurança Marítima - Nível Costeiro e 15 militares com o Curso de Mecânico e Eletricista de Bordo e oito militares com o Curso de Operador de Radar e Transmissões.
- Participação na reunião do Grupo de Trabalho de Investigadores na Área de Desportos da Natureza, promovida pela UNITAL (Unidade de Investigação e Treino em Trabalhos em Altura e Atividades do Ar Livre) do Instituto Politécnico de Viana de Castelo, apoiada pelo “Research Center in Sports Sciences, Health and Human Development”, (CIDESD), com o objetivo de congregar interesses inter-institucionais no desenvolvimento de um plano de atividades com objetivos, áreas e linhas de investigação concertadas, candidaturas a projetos com financiamento competitivo, formação pós-graduada e publicações científicas;
- Participação nas reuniões do grupo de trabalho de constituição do Regulamento e Diretiva Nacional de Busca e Salvamento Urbano, da responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), onde estão representadas diferentes entidades, tais como a PSP, o RSB de Lisboa, a GNR com o GIPS e o GIC e a ANPC;
- Reuniões para celebração de Protocolo com a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, com o principal objetivo de contribuir para gestão do risco e da segurança dos praticantes de atividades de montanha;
- Reuniões para celebração de Protocolo com a Universidade de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana, para efeitos de desenvolvimento de estudos relacionados com a atividade física dos militares e utilização das suas infraestruturas;
- Reuniões de trabalho de colaboração com o Programa polar português “Propolar”, organizado pelo CEG/IGOT-UL (Centro de Estudos Geográficos/Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa), CCMAR-UALG (Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve), IMAR-UC (Instituto do Mar da Universidade de Coimbra), CQE/IST-UTL (Centro de Química Estrutural do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa) e CIIMAR-UP (Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Porto) , para efeitos de gestão da segurança em ambientes invernais de neve e gelo dos participantes portugueses exploradores da Antártida;



- Em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, reuniões de trabalho para delinear estratégias para gerir o risco de derrocadas ao longo da costa portuguesa, com o objetivo de efetuar o saneamento das mesmas, com os recursos da Especialidade de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas do GIPS/UI;
- Em parceria com a Direção Geral de Saúde (DGS), reuniões de trabalho, realização de exercícios e estabelecimento de protocolo referente ao combate ao vírus Ébola;
- Participação, em 03 de novembro de 2015, de um Oficial no XVII Seminário de Gestão de Risco da “Sonae Sierra”, com foco no tema do Terrorismo. Esta participação ocorreu na sequência da colaboração do CIESS/UI/ GNR com esta entidade para melhorar o Plano de Segurança (plano de emergência interno) nas áreas de ameaça de bomba e deteção de objeto suspeito relativamente ao Centro Comercial “CASCAISHOPPING” e com possível disseminação de procedimentos a nível nacional.
- Reuniões no âmbito da UNICRI (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute), organismo que tem por missão o reforço das parcerias público-privadas para a proteção de alvos vulneráveis e o fortalecimento da segurança em grandes eventos.

2.2.2. ÂMBITO INTERNACIONAL

A GNR esteve envolvida em projetos financiados pela União Europeia, mas promovidos por entidades policiais, e participou em fóruns internacionais, conforme a seguir se discrimina:

- Participação na reunião do Grupo Europeu de Medicamentos Falsos – “INFARMED - WGEO”. O INFARMED realizou, nos dias 4 a 6 de novembro de 2015, nas suas instalações em Lisboa, a 18ª reunião do Grupo Europeu de Medicamentos Falsificados – “WGEO (Working Group of Enforcement Officers)”, que contou com a participação de representantes de autoridades do medicamento, aduaneiras e policiais, de todos os Estados Membros da União Europeia e também de alguns observadores internacionais, nomeadamente de Israel, EUA e Hong Kong. Nesta iniciativa participaram 3 militares da GNR/UAF.
- Participação nas iniciativas e trabalhos decorrentes da Associação FIEP, que integra Forças do tipo Gendarmerie e Polícias Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar. São membros integrantes do Grupo de Trabalho os membros da associação FIEP (França, Itália, Espanha e Portugal).
- Participação no “Pollution Crime Working Group-Interpol”, que tem por objetivo sensibilizar os Governos para a problemática dos crimes de poluição, para a necessidade de produzirem legislação adequada e adotarem ações e medidas preventivas e de combate a este tipo de ilícitos ambientais.
- Participação no Grupo de Trabalho “EnviCrimeNet-EUROPOL”, que visa sensibilizar os Governos dos Estados Membros para a problemática dos crimes praticados contra a natureza e contra o ambiente, para a necessidade urgente de produzirem legislação adequada, partilharem informação e adotarem ações e medidas preventivas e de combate a este tipo de ilícitos.
- No âmbito do ciclo político da União Europeia, a Guarda participa nos projetos EMPACT (“European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”), coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a



nível nacional pelo SGSSI, assumindo a representação nacional no projeto EMPACT/OPC-MOCCG (“Organised Property Crime – Mobile Organised Crime Groups”). Em consonância com o Plano de atividade Operacional para o ano de 2015, decorrente das áreas que os Estados Membros consideram mais sensíveis, do ponto de vista deste tipo de crimes, e dando continuidade ao de 2014, a aposta continuou a ser na componente operacional, com a realização de operações destinadas a fenómenos criminais específicos, como o são os furtos de metais não preciosos e os furtos em habitação.

- Participação no Projeto VISIT – “Victim Support for Identity Theft”. Tem como objetivo potenciar iniciativas de ciberprevenção, focando-se no “Roubo de Identidade” na Internet. A GNR integra a “lead Work Package 5 – to develop and implement public awareness campaigns and integrate VISIT materials into other identity management”, no âmbito de uma componente de Formação e Consciencialização. A GNR participa no projeto com o organismo internacional People United Against Crime (PUAC). Este Projeto, onde a GNR participa como parceiro, será implementado num período de 24 meses e teve em 15 de outubro, em Lisboa, uma das suas sessões de trabalho, que contou com a presença de peritos ligados às áreas das forças de segurança, meios académicos, setor privado e da comunidade em geral, com vista a avaliar práticas utilizadas no combate à fraude e cibercrime, num contexto da gestão de risco da informação. A relevância deste projeto reside nas suas duas linhas de intervenção, nomeadamente prevenção e recuperação das vítimas, tendo a GNR a incumbência de dar o seu contributo para um diagnóstico interno sobre o fenómeno em Portugal, complementado pelo contacto com autoridades locais relevantes nesta matéria (ex: CNPD, DECO, PGR, FSeg), a fim de as envolver, no tocante às respetivas atribuições e competências, bem como nos projetos que neste domínio possam ter de alguma forma contribuído para ambas as linhas mencionadas, tudo numa perspetiva de colaboração entre os parceiros.
- Participação da GNR no projeto “Pol-PRIMETT II” (“Police-Private Partnership to Tackle Metal Theft - II”), o qual dá sequência ao seu antecessor, criado e desenvolvido entre 2010 e 2013, e consiste numa parceria público-privada transnacional, englobando representantes de dez Forças de Segurança e Instituições provenientes de cinco países europeus (Reino Unido, Espanha, Itália, Grécia e Bulgária). O interesse identificado em aderir a este Projeto, atendendo à importância dos parceiros envolvidos, às sinergias promovidas e às estratégias para lidar de forma proficiente com o fenómeno do furto de metal não precioso, face ao impacto do mesmo a nível nacional, em geral, mas sobretudo na zona de ação da Guarda, levaram a que fosse demonstrado junto dos responsáveis a disponibilidade em participar na sua renovação, liderando uma das linhas de ação preconizadas na figura dos “Working Packages”, dedicado às parcerias público-privadas, face à experiência da Guarda nesta matéria, por via da parceria com a PSAT (“Associação para a promoção da Segurança de Ativos Técnicos”).
- No âmbito da cooperação internacional, foi planeada uma visita TAIEX “Study Visit on Child Protection in Families Experiencing Domestic Violence”, realizada no período de 21 a 23 de Setembro, para representantes do governo do Azerbaijão com responsabilidades no seu país na área da violência doméstica e de género. A visita contou com a colaboração das várias entidades públicas e ONG’S com responsabilidades e competências na área da segurança, justiça, da medicina legal e no apoio psicossocial das vítimas de violência doméstica.



- Participação no seminário “Anti-Fraud Communicators Network” (OAFCN), inserido no Programa Anual do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) para 2015, no âmbito do OAFCN, que decorreu em dezembro no Luxemburgo, tendo como co-organizador as Alfândegas e Impostos do Luxemburgo, com o tema "How best to communicate to detect fraud". A OAFCN foi criada há mais de uma década e consiste numa rede de agentes de comunicação única, que trabalham em questões de anti-fraude, com o lema "trabalhar juntos para impedir fraude ao informar o público". O seminário concentrou-se em fornecer informação sobre os veículos de comunicação mais utilizados, tais como a imprensa escrita, TV e rádio, bem como no uso de novas ferramentas de comunicação. O público-alvo do evento, face aos objetivos traçados, eram as polícias, os funcionários das alfândegas e impostos, procuradores bem como as agências especializadas. Participaram no evento 23 países da União Europeia e representantes da EUROJUST, do Organismo Europeu da Proteção de Dados, do Parlamento Europeu e da OLAF.
- Participação na reunião Anual do “Task Force Cigarettes”, que decorreu, em outubro, em Bratislava-Eslóvaquia, que se insere no âmbito do Programa anual do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF). O objetivo geral desta conferência foi a troca de informações sobre os desenvolvimentos recentes, estratégias e tendências na área do contrabando de cigarros, para além da discussão sobre a aplicação de medidas destinadas a melhorar a eficácia e a cooperação neste domínio. Este evento, face aos objetivos traçados, teve como destinatários as polícias e os funcionários das alfândegas, bem como agências especializadas, como a Organização Mundial das Alfândegas (WCO), a Europol, a Interpol e a Missão de Assistência Fronteiriça da UE (EUBAM). A Agência de Segurança Interna da Polónia e da Guarda Costeira Helénica, participaram na conferência pela primeira vez. Participaram no evento representantes de 28 países da União Europeia, para além da EUBAM, EUROPOL, INTERPOL, RILO (Regional Intelligence Liaison Offices), WCO e OLAF.
- Participação no “Workshop” final do Projeto “EFI” (Economic and Financial Investigator), realizado em abril, em Ostia-Itália, que concluiu um ciclo de formação, iniciado em dezembro de 2012, no âmbito da prevenção e combate da criminalidade económica e financeira. Estes cursos consistiram numa parte presencial e outra por e-learning, tendo como objetivo geral a promoção da cooperação e coordenação operativa, análise, controlo e formação para intensificação do intercâmbio de informações, no âmbito da investigação de crimes económicos e financeiros entre os Estados Membros da UE. Frequentaram esta formação 18 militares da GNR/UAF.
- Participação no “Enforcement Database Forum (EDF)”, realizado em Setembro, em Alicante-Espanha, no âmbito do Grupo Anti Contrafação (GAC), que funciona no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Este Grupo integra representantes de todas as forças de segurança nacionais, da AT, da ASAE e do próprio INPI. Periodicamente, o INPI promove reuniões designadas de “Alto Nível”, onde participam os dirigentes máximos das forças de segurança, das Autoridades e serviços citados. O EDF é uma plataforma de partilha de informação, em tempo real, gratuita, segura e multilíngue, que é acedida por mais de 220 marcas, todas as autoridades dos EM da União Europeia e um crescente número de entidades policiais.
- Participação no Projeto “New Operational Sensing System” (NOSY), em Roma-Itália. Em Setembro, no âmbito do programa-quadro de investigação e inovação “HORIZON 2020” da Comissão Europeia, foi criado o



projeto NOSY. Este projeto é integrado pelo Ministério da Administração Interna, através da Guarda Nacional Republicana, teve início em 01 de setembro de 2015 e tem uma duração estimada de 36 meses.

- Participação no Projeto de Cooperação Técnico-Policial de Portugal com a República de São Tomé e Príncipe. De 09 a 27 de novembro, na Unidade de Polícia Fiscal e Aduaneira da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, a GNR ministrou uma ação de formação a 53 agentes e oficiais da Unidade de Polícia Fiscal Aduaneira (UPFA) de São Tomé e Príncipe no âmbito do referido Projeto, que visa dotar a UPFA com um quadro de especialistas em legislação fiscal e aduaneira, com conhecimento específico na área das atividades económicas.
- Participação no Curso CEPOL “Missing trader intra Community (MTIC) Fraud”, realizado em abril, com a duração de três dias, em Budapeste – Hungria. Esta formação foi dirigida a Oficiais que desempenham funções de deteção e investigação de crimes económicos, com particular incidência na fraude ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- Participação no Curso Cepol “Excise Fraud Analysis”, realizado em junho, com a duração de quatro dias, em Roma-Itália. Este curso, inserido no programa de cursos da CEPOL, teve como objetivo geral a abordagem, numa perspetiva de “intelligence”, à investigação de crimes relacionados com os Impostos Especiais Sobre o Consumo.
- Participação no Curso CEPOL “Goods and intellectual properties counterfeiting”, realizado em Setembro, com a duração de quatro dias, em Alicante-Espanha. Este curso, inserido no programa de cursos da CEPOL, teve como objetivos gerais a abordagem de padrões criminais europeus no âmbito da contrafação, partilha de boas práticas, cooperação público-privada e identificação de melhores medidas de investigação e administrativas no combate à contrafação. Para além de uma abordagem ao tema da contrafação em geral, este curso teve uma incidência temática específica na falsificação de produtos farmacêuticos e na fraude alimentar. Assumiu também particular destaque a abordagem às técnicas de investigação digitais e a utilização dos instrumentos de cooperação internacional da UE (Europol, Eurojust e Interpol) no combate a este fenómeno, tendo sido proporcionado contacto direto com as bases de dados ACIST (Anti Counterfeiting Intelligence Support Tool) e Execução de Banco de Dados – IHMI (Instituto de Harmonização do Mercado Interno). Participaram no Curso representantes de 24 países da União Europeia.
- Participação no Curso CEPOL “Cigarette Smuggling”, realizado, com a duração de quatro dias, em Budapeste – Hungria. Este curso teve como objetivo geral melhorar as competências das polícias e das alfândegas no combate ao contrabando de tabaco, através de uma prevenção moderna, da utilização de técnicas de controlo e investigação, com especial ênfase no seguimento e localização, e do recurso às possibilidades abertas pela cooperação e pelo impacto das inovações tecnológicas, realçando também as dimensões europeias de anti contrabando. O público-alvo do evento, face aos objetivos traçados, foram os polícias, os funcionários das alfândegas e os especialistas em impostos especiais de consumo de Estados-Membros com experiência na área de análise de informação criminal. O curso foi organizado pelo Centro de Formação Internacional - Unidade da CEPOL Húngara do Ministério do Interior, e contou com o suporte da Alemanha, Roménia, Reino Unido, de organizações internacionais como a EUROPOL, a DG TAXUD (Taxation and



Customs Union Directorate General), a FRONTEX, a OLAF, a WCO e de diversos peritos húngaros das Administrações fiscais e aduaneiras e do Ministério Público.

- Participação em reuniões para o desenvolvimento e preparação do curso de Operador EUROSUR na Agência Europeia FRONTEX. A Guarda, em representação de Portugal, integrou de início este Grupo de Trabalho com um Oficial que durante o ano desenvolveu de raiz um curso para certificação dos operadores dos Centros de Coordenação Nacionais para o cumprimento das tarefas definidas pelo Regulamento e Manual EUROSUR.
- Formação de 3 operadores de imagens de satélite no EUSATCEN (European Union Satellite Centre), em Madrid, no âmbito do projeto “SATELLITE IMAGERY”. A formação visou dotar os militares com conhecimentos que permitam analisar e interpretar imagens, sobretudo imagens recolhidas por satélite, para que com as capacidades/conhecimentos adquiridos possam efetuar análise de imagens na segurança de instalações e na vigilância de pessoas e bens.
- Entre 15 de Setembro e 15 de Outubro, participação com 21 militares (5 Oficiais, 3 Sargentos e 13 Guardas) e uma Lancha de Vigilância e Interceção (LVI) na fase de testes e validação do projeto CLOSEYE (Collaborative Evaluation of Border Surveillance Technologies in Maritime Environment by Pre-operational Validation of Innovative Solutions), que decorre no âmbito do Programa de Quadro Europeu (FP7), cujo consórcio tem como “end users” a GNR, a Guardia Civil, a Marinha Militar Italiana, a Agência Espacial Italiana o EUSATCEN e o ISDEFE (Ingenieria de Sistemas para la Defensa de Espana).
- Participação em reuniões de trabalho e preparação dos exercícios internacionais de Proteção Civil, sob a Égide da Comissão Europeia, Departamento das Operações Humanitárias e de Proteção Civil, organizadas pela FALCK;
- Participação em reuniões do Grupo de Trabalho do “Projeto Europeu SOTERIA”, com representantes da GNR e da Empresa “TEKEVER”, que deu origem a exercício para experimentações práticas de implementação das ferramentas de comunicação em teste em situações de proteção e socorro, em particular no âmbito da busca e resgate e na intervenção em grandes catástrofes;
- Participação da GNR/UI/GIC, em quatro reuniões, no âmbito, do Grupo de Trabalho “Explosive Detetion Dog”: Fevereiro, Maio e Julho de 2015, em Bruxelas e, em Novembro na Polónia.
- Participação da GNR/UI/GIC, numa reunião em Dezembro de 2015, no âmbito, da deteção de venenos, promovida pela WWF (World Wildlife Fund) espanhola.
- Participação de um Oficial no European EOD Network Conference/Seminar em Linares – Espanha, realizado no período de 01 a 06 de junho. O objetivo do evento foi, em primeiro lugar, reunir os representantes desta especialidade EOD dos países da União Europeia e dos países terceiros que são convidados, promovendo a partilha de informação, quer ao nível da inovação tecnológica e de procedimentos, quer ao nível das últimas “tendências” terroristas na execução de atentados. Em segundo lugar, e igualmente importante, a realização de práticas reais, que visam a criação de grupos com elementos dos diferentes países, confrontando-os com missões no âmbito da especialidade EOD, e ainda, combinadas com a vertente NRBQ, para que esses grupos



partilhem e combinem as doutrinas que praticam em cada um dos países, com vista à resolução dos incidentes com que são confrontados.

- Participação de um Oficial e de um Sargento na visita à Unidade de Subsolo da Guardia Civil, realizada no período de 21 a 25 de junho, que teve como principal finalidade estabelecer contacto com uma Unidade que dê cumprimento a missões no âmbito da Segurança e Reconhecimento em Subsolo, conhecendo a sua organização, atribuições e metodologia de trabalho. O evento revestiu-se ainda da maior importância no que respeitou ao contacto com todos os equipamentos e meios materiais ao dispor, o que permitiu fazer uma análise comparativa com os meios disponíveis no CIESS.
- Participação de um Oficial no “17º Meeting of the Standing Committee on Precursors”, (SCP), realizado em 25 e 26 de junho em Bruxelas – Bélgica. Estiveram presentes 2 representantes por cada um dos 24 Estados Membros da UE intervenientes. O evento versou sobre a legislação inerente à comercialização e utilização de precursores de explosivos, para criar um equilíbrio entre a segurança dos cidadãos, o comércio (livre circulação de bens, operadores económicos, e concorrência), os utilizadores profissionais e a limitação do acesso do público em geral (particulares) às substâncias referidas. Os precursores são certas substâncias químicas (isoladamente ou em misturas ou substâncias que as contenham) disponíveis no mercado que podem ser utilizadas indevidamente para o fabrico ilícito de explosivos improvisados e utilizadas normalmente em atentados terroristas.
- Reunião do Grupo de Trabalho da Rede Atlas, denominada “Atlas Commanders Forum Meeting”, que decorreu em Varsóvia/Polónia, no período de 14 a 17 de Abril de 2015.
- Participação nas reuniões (oito) e conferências (duas) da RAILPOL - (European Network of Railway Police Forces). A RAILPOL é uma rede internacional de organizações responsáveis pelo policiamento das ferrovias nos Estados-Membros. O objetivo é aumentar e intensificar a cooperação policial internacional ferroviária na Europa, para evitar ameaças e garantir a eficácia das medidas contra a criminalidade transfronteiriça. A GNR participa em três Grupos de Trabalho – “Crime and illegal Migration”, “Counter Terrorism” e “Strategic Analysis”.
- Participação em reuniões do LEWP (Law Enforcement Working Party), inseridas no âmbito do 3º pilar da União Europeia, que visam o reforço da cooperação policial europeia.

3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O balanço da atuação internacional da Guarda Nacional Republicana, quer com militares isolados, quer com Forças constituídas, em missões internacionais, em ações de cooperação técnico policial ou em cargos exercidos em Organizações Internacionais ou integrados em comissões de Associações ou ainda, adveniente do empenhamento policial combinado, pode ser sumarizado e articulado, nos seguintes pontos:

3.1. GESTÃO CIVIL DE CRISES

3.1.1. PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL EM MISSÕES DA UE/ONU

No ano de 2015, a Guarda integrou as Missões EULEX Kosovo (Kosovo) com um Oficial. No âmbito da ONU, participou na UNIOGBIS (Guiné Bissau), com uma Oficial.

3.2. COOPERAÇÃO POLICIAL AO NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA (OPERAÇÕES EUROPEIAS)

3.2.1. FRONTEX

No quadro da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), a Guarda tem vindo a consolidar a sua atuação no quadro das respetivas operações, participando nas componentes operacionais terrestre e marítima. Tem ainda participado em diversas reuniões, ações de formação, seminários e workshops, com o intuito de criar doutrina e promover métodos e planos de formação comuns ao nível da cinotécnia.

Do ponto de vista operacional a Guarda participou num conjunto alargado de Operações Combinadas (Figura 83), na prossecução dos seguintes objetivos:

- Segurança das fronteiras – deteção de todas as embarcações suspeitas, prevenir a criminalidade transfronteiriça e apoiar as autoridades locais no combate e deteção desse crime;
- Cooperação Operacional – melhoria da cooperação entre estados membro;
- Partilha e recolha de informações operacionais de cada uma das forças envolvidas.

Aos militares da Guarda empenhados nas operações Frontex cumpriu, na generalidade, executarem as tarefas de vigilância, patrulhamento, busca e salvamento nas fronteiras externas (terrestres e marítimas) da União Europeia. A figura abaixo ilustra o conjunto de operações executadas pela GNR em 2015 e respetivos teatros de operações:

OPERAÇÃO (DESIGNAÇÃO)	LOCAL	MEIOS	DATAS	
			INÍCIO	FIM
Joint Operations (JO) focal Points 2014 Land - Extension - Dog Handler	Grécia	1 Viatura; 1 Binómio	06-Jan	05-Fev
JO Flexible Operations Activities 2015 – Land – Dog Handler	Grécia	1 Viatura; 2 Binómios	02-Fev	30-Abr
JO Focal Points 2015 Land – Dog Handler	Bulgária	1 Viatura; 2 Binómios	03-Mar	30-Abr



OPERAÇÃO (DESIGNAÇÃO)	LOCAL	MEIOS	DATAS	
			INÍCIO	FIM
JO Flexible Operations Activities 2015 – Land – Thermo Vision Vehicle (TVV)	Bulgária	1 Viatura; 4 Militares	26-Mai	20-Ago
JO European Patrols Network Poseidon Sea 2015 – Coastal Patrol Boat (CPB)	Grécia	1 Embarcação; 1 Viatura; 10 Militares	31-Mai	01-Set
JO Flexible Operations Activities 2015 – Land – Patrol Car	Hungria	1 Viatura; 2 Militares	18-Jun	20-Ago
JO Focal Points 2015 Land – Dog Handler	Bulgária	1 Viatura; 2 Binómios	23-Jun	20-Ago
JO European Patrols Network MINERVA – Dog Handler	Espanha	2 Viaturas; 4 Binómios;	27-Jul	10-set
JO European Patrols Network MINERVA – Stolen Vehicle Detection Officer (SVDO)	Espanha	1 Militar	27-Jul	10-Set

Figura 83– Operações combinadas Frontex

O resultado operacional da participação da Guarda nas citadas operações cifra-se na deteção de 5.463 migrantes/refugiados e o resgate/salvamento de 1265 migrantes/refugiados no mediterrâneo.

No que diz respeito ao empenhamento de meios marítimos, o esforço da Guarda, através da Unidade de Controlo Costeiro, pode ser caracterizado através das seguintes missões, respetivos meios empenhados e resultados:

- *Flexible Operational Activities (FOA) 2015 – Bulgária (Elhovo/Sredets) na fronteira com o território da Turquia. A Guarda empenhou 4 militares, um veículo todo-o-terreno e duas câmaras de visão noturna, entre 26 de maio e 20 de agosto. Dos resultados obtidos destaca-se a deteção de 2113 imigrantes ilegais junto da fronteira e a detenção de 11 (entrada irregular em território búlgaro). Países participantes na operação: Roménia, Hungria, Letónia, Holanda, Alemanha, Polónia, Espanha, Suíça, Estónia, França Itália e Geórgia.*
- *Flexible Operational Activities (FOA) 2015 – Hungria (Bácsbokod) na fronteira com o território da Sérvia. A Guarda empenhou 2 militares, uma viatura todo-o-terreno e 2 câmaras de visão noturna, entre 18 de junho e 20 de agosto. No troço de fronteira atribuído à Guarda, não foram detetados movimentos de imigrantes irregulares. Países participantes: Roménia, Alemanha, Suíça, República Checa e Sérvia (na qualidade de observador).*
- *Joint Operation (JO) Poseidon Sea 2015 – Grécia (Ilha de Lesbos) na fronteira marítima com a Turquia. A Guarda empenhou 10 militares, uma embarcação “EAV” e duas câmaras de visão noturna, entre 31 de maio e 01 de setembro. Neste teatro de operações foram navegadas 1352 milhas náuticas que resultaram na detenção de um indivíduo (facilitador), na deteção de 3067 imigrantes irregulares, dos quais 1265 foram efetivamente resgatados do mar. Países participantes nesta área operacional: Roménia, Noruega e Lituânia.*
- *Saliente-se ainda que no âmbito das Campanhas de Demonstração do Projecto Closeye a Guarda participou também na operação Conjunta European Patrol Network (EPN) Indalo 2015 – Espanha (Málaga) no mediterrâneo. A Guarda empenhou 17 militares, uma embarcação “LVI” e duas câmaras de visão noturna, entre 15 de setembro e 15 de outubro. Foram navegadas 2360 milhas náuticas em 28 ações de patrulhamento. Países participantes: Roménia, Suíça, Bélgica, Itália França, Polónia, Islândia e Marrocos (como país terceiro).*

Na componente terrestre destaca-se a participação da Guarda, através da Unidade de Intervenção nas seguintes missões, evidenciando-se os meios empenhados e os principais resultados alcançados:



- 1 binómio de Segurança e Intervenção (SI) (missões coercivas e de deteção de odor humano), em permanência na fronteira da Grécia com a Turquia entre 06 de Janeiro a 30 de Abril de 2015. Foram impedidos de entrar, por ação do binómio, 35 imigrantes ilegais;
- 2 binómios de SI, em permanência na fronteira da Bulgária com a Turquia entre 04 de Março e 19 de Agosto. Foram detidos 83 imigrantes ilegais e impedidos de entrar no espaço da UE outros 59;
- 2 binómios de Deteção de Odor Humano (especializados em grandes concentrações de odor humano), em permanência na fronteira de Espanha – Ceuta com Marrocos, desde 27 de Julho a 10 de Setembro. Foram detetados 165 imigrantes ilegais.

3.2.2. OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA LUXCAR

A Operação LUXCAR, organizada pela Presidência Luxemburguesa, visou o combate ao crime automóvel transfronteiriço.

A Guarda empenhou um conjunto de meios na referida operação de acordo com os trabalhos desenvolvidos no WG CARPOL.

O balanço positivo para Portugal redundou na fiscalização de 20.737 veículos, controlo de pessoas e documentação, tendo sido efetuadas 7 detenções e apreendidas 45 viaturas.

No âmbito da criminalidade automóvel com repercussões transfronteiras, a Guarda assegurou o exercício da função de Ponto de Contacto Nacional, garantindo a ligação entre as Forças e Serviços de Segurança (FSS) nacionais (PSP, AT, PJ e congéneres Europeias, no capítulo da troca de informações e do apoio a ações operacionais CARPOL, tendo participado nas reuniões de pontos de contacto Europeus.

3.2.3. OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA “FURTO E RECETAÇÃO”

A Guarda participou na Operação Conjunta “Arquimedes”, que visou os crimes contra a propriedade praticados pelos “*Mobile (itinerant) Organised Crime Groups*”. A finalidade consistiu em reduzir a capacidade dos grupos de agentes dos crimes itinerantes se envolverem em atividades criminosas. A operação decorreu em coordenação com as restantes Forças e Serviços de Segurança e demais organismos com competência na matéria, bem como, em articulação com a Autoridade Tributária (AT) e com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Foram efetuadas 52 ações em locais suspeitos, 113 ações em Operadores de Gestão de Resíduos e 243 ações em meios de transportes, bem como fiscalizadas 545 pessoas e 1.822 viaturas, das quais resultaram 3 apreensões de viaturas e encerrado um Operador de Gestão de Resíduos (OGR).

3.2.4. OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA “RECOLHA DE INFORMAÇÃO SOBRE FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS”

A Operação Conjunta, visou a fiscalização intensiva do transporte de metais não preciosos e atividades dos Operadores de Gestão de Resíduos.

A Guarda desenvolveu esta operação em coordenação com as restantes Forças e Serviços de Segurança e demais organismos com competência na matéria, bem como em articulação com a Autoridade Tributária (AT) e com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Foram efetuadas 40 ações em locais suspeitos, 162 ações em Operadores de Gestão de Resíduos e 271 ações em transportes, bem como fiscalizadas 769 pessoas e 1.535 viaturas, das quais resultaram 1 detenção e 12 apreensões de materiais e encerramento de 4 Operadores de Gestão de Resíduos.



3.2.5. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “RAILPOL”

Foram executadas três Operações Conjuntas no âmbito da RAILPOL: “9th Rail Action Day – 24RAD/BLUE”, “10th Rail Action Day – 24RAD/BLUE”, e “CLEAN STATIONS”. Esta iniciativa visou realizar controlos simultâneos nas principais linhas ferroviárias europeias, contribuindo para o aumento do sentimento de segurança nos utentes das redes ferroviárias, para além de ter potenciado a eficácia no combate ao crime.

As operações privilegiaram a atuação para deteção de situações suspeitas de crimes e incivildades, tais como o tráfico de pessoas, armas e explosivos, imigração ilegal, furto de metais não preciosos (em estações, linhas ferroviárias e sinalização), grafittis em estações e comboios, furtos/roubos em estações e comboios, tráfico de estupefacientes, bem como, através de situações de fiscalização ambiental (nomeadamente transporte ilegal de espécies protegidas e produtos proibidos).

A Guarda executou estas operações em estreita coordenação com a CP, a REFER e a FERTAGUS.

Foram efetuadas nas 3 operações, 972 ações em Estações Ferroviárias e 2232 ações em Comboios, bem como fiscalizadas 8.668 pessoas e 2.853 bagagens, permitindo detetar 225 crimes e 8 situações suspeitas de serem qualificadas de imigração ilegal, as quais resultaram na detenção de 13 pessoas.

3.2.6. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “TISPOL”

A Guarda participou em 9 operações internacionais TISPOL: três “TRUCK AND BUS”; duas “SEATBELT”; duas “SPEED OPERATION”; duas “ALCOHOL AND DRUG'S”, totalizando 63 dias de operações.

Estas operações visaram a fiscalização da circulação rodoviária, nas principais vias terrestres do país, com o intuito de reduzir o flagelo das mortes nas estradas. Nas operações, foram fiscalizados em Portugal: 66.552 condutores, que redundou no registo de 431 crimes e 27.807 contraordenações.

3.2.7. OPERAÇÃO COBRA III

A Guarda Nacional Republicana, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, realizou durante o mês de maio de 2015, em todo o território nacional, ações de fiscalização no âmbito da proteção de espécies da vida selvagem e seus derivados, para prevenir, detetar e reprimir situações de tráfico, exploração, comercialização e detenção em infração à legislação em vigor em especial relativa à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), também designada por Convenção de Washington.

As ações de fiscalização efetuadas para prevenir e detetar situações de tráfico e exploração ilícita de espécies da fauna e flora e produtos derivados no âmbito da convenção CITES, e Diretiva das Aves foram realizadas nomeadamente nos aeroportos, portos, locais de receção/expedição de correspondência/encomendas, transportes, estabelecimentos comerciais e feiras. Nestas ações foram empenhados 566 elementos, tendo efetuado 384 ações de fiscalização das quais resultaram 67 autos de contraordenação e 171 apreensões.

3.2.8. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “REDE IMPEL”

A Rede IMPEL-TFS (European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law / Transfrontier Shipments of waste) tem como objetivo harmonizar a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Junho de 2006, relativo a transferências de resíduos. Portugal integra a Rede IMPEL/TFS através da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), como entidade coordenadora nacional e como autoridade de aplicação, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na qualidade de autoridade competente de notificação e como participante no grupo de correspondentes, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA/GNR), como entidade fiscalizadora e de controlo nas transferências terrestres, e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no fiscalização e controlo das transferências de resíduos via marítima. No âmbito da atividade desenvolvida pela Rede



IMPEL e tendo em conta os compromissos nacionais assumidos, realizaram-se três operações de controlo e fiscalização nos meses de março, junho e outubro, sendo designadas de Operação AUGIAS.

Foram realizadas ações de fiscalização e controlo no transporte de resíduos, em coordenação com a IGAMAOT e SEPRONA da Guarda Civil de Espanha, para prevenir e detetar movimentos transfronteiriços e circulação interna de resíduos em situação irregular.

Nas operações, foram inspecionados 3522 veículos, dos quais 328 transportavam resíduos. Foram levantados 58 autos de contraordenação pelo transporte de resíduos e 92 autos de contraordenação devido a outras infrações, durante as três operações conjuntas.

3.2.9. EUROPOL

A Guarda assegurou a representação nacional no âmbito do EMPACT (European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats) na prioridade OPC (Organized Property Crime). Esta plataforma congrega, ao nível da UE, os contributos dos peritos das agências de aplicação da lei sobre tipos de criminalidade organizada e grave que afetam a UE como um todo. Foi dado cumprimento ao plano de atividade operacional aprovado para 2015 nesta prioridade, tendo ainda sido efetuada a coordenação nacional para cada ação a nível do SSL.

Ainda nesta plataforma a Guarda participou em diversas reuniões e ações a nível nacional contribuindo positivamente para a execução das outras prioridades vigentes no período 2013-2017.

A nível de solicitações de informação criminal enviadas pelos Estados-Membros via canal seguro SIENNA, a Guarda manteve o nível de empenhamento, dando resposta aos pedidos recebidos da Unidade Nacional. No âmbito geral, realizou pedidos e consultas para satisfação das necessidades operacionais, participou em diversos fóruns promovidos pelo Serviço de Polícia Europeu e integrou o ficheiro de análise (AWF) SMOKE, dedicado ao contrabando de tabaco, continuando também a contribuir para o AWF FURTUM.

No âmbito desta organização, participou ainda na reunião anual de Diretores das Forças de Polícia.

3.2.10. CEPOL

No quadro do Colégio Europeu de Polícia (CEPOL), a Guarda assumiu, durante o 1.º semestre de 2015 responsabilidades como ponto de contacto nacional, a par da sua participação em cursos e programas de intercâmbio, da organização de cursos em Portugal e do apoio a ações formativas realizadas no estrangeiro.

Nas participações com peritos e formandos nos cursos CEPOL, destacam-se:

- *Initiation, implementation, monitoring and evaluation EU Projects*
- *Human Right and Policing Common Security Defence Policy Missions*
- *Foreign fighters and returnees counter-terrorism perspective - Lyon*
- *"Ébola" - Budapeste*
- *Islamic State - a new threat to internal security in Europe*
- *Expert Group Meeting on the SPOPCOP Redesign*
- *Train the Trainers - Varsóvia*
- *"Fundamental Rights and Police Ethics"*
- *Organized and Cross-Border Nature of Property Crime*



- *Export Group SPOCOP Meeting*
- *Missing Trader Intra Community Fraud*
- *Training of Webinar Educators*
- *33 Governing Board Meeting*
- *Social Media Implications in Law Enforcement*
- *Analysis Training*
- *European EOD Network Conference*
- *Security Sector Reform - Vicenza*
- *Public Order and Crowd Management*
- *CEPOL Exchange Program*
- *Framework partners meeting*
- *Management of Diversity*
- *Invitation 1st European law enforcement leadership workshop for police chiefs*
- *European Police Exchange Programme*
- *Western Balkans Organized Crime*
- *European Joint Master Programme*
- *Schengen Evaluation*
- *Seminar on atlas network*
- *Exchange Programme 2015*
- *34 Reunião do Governing Board*
- *Joint Investigation Teams Implementation*
- *Goods and Intellectual Properties Counterfeiting*
- *Cigarette Smuggling*
- *Crowd Management -Public Order: Crowd and Riot Control*
- *EU Policy Cycle - Budapeste*
- *Intelligence led Policy related to common security and defense policy*
- *Detecting False Documents - New trends and technologies Course Roma*
- *CSDP/FSJ NEXUS; Structures and Instruments*

Em relação à organização dos cursos CEPOL em Portugal, evidenciam-se os seguintes:



- MMA - Mentoring, Monitoring and Advising – Tasks – 29 participantes;
- CSDP Planning and Command Course – 22 participantes;
- European Internal Security Strategy – 30 participantes.

Nestas ações participaram um total de 75 elementos de forças policiais europeias, de diferentes nacionalidades.

3.2.11. FORMAÇÃO E TREINO INTERNACIONAL

Neste quadro específico, destaca-se a participação em projetos internacionais de treino e formação, de onde se evidenciam os projetos EUROMED III e EUPST.

Deu-se início à participação ativa da GNR no projeto EUPST II (European Union Police Services Training) que visa promover, entre os Estados-Membros da UE e Estados Terceiros, capacidades para intervir em cenários de crise, em quatro áreas prioritárias: Policial, Estado de Direito, Administração e Proteção Civil. Neste âmbito foi assegurada a participação num seminário com vista à preparação dos exercícios e workshops que serão desenvolvidos entre 2016 e 2018.

A Guarda tem ainda formado elementos de outras forças policiais estrangeiras nas áreas de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública a cavalo, designadamente da “*Gendarmerie Royal du Maroc*” e da Polícia Federal do Brasil, num total de 17 formandos.

3.2.12. REDE ATLAS

No âmbito da cooperação internacional da luta contra o terrorismo, a Guarda Nacional Republicana manteve o esforço de participação na Rede ATLAS, tendo realizado um Seminário Internacional de Negociação em Lisboa entre 12 e 15 de outubro. O seminário internacional contou com a participação de 24 negociadores de 15 países europeus e um negociador australiano. Recorde-se que a GNR, através do Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE), passou a integrar desde 2009 um mecanismo europeu de resposta cujo objetivo é assegurar o apoio mútuo dos Estados-membros em cenários de crise.

O seminário teve essencialmente dois objetivos:

- Apresentação, análise e debate dos perfis dos terroristas responsáveis pelos ataques de Paris (irmãos Kouachi e Coulibaly), e do clérigo radical australiano que perpetrou o sequestro na chocolataria Lindt Café em Sydney;
- Realização de um exercício que permitiu a constituição e trabalho de equipas multinacionais de negociadores.

O Seminário revestiu enorme importância para a rede ATLAS na medida em que foi concretizado o primeiro exercício especificamente organizado para a atuação de uma equipa multinacional de negociadores, consolidando conhecimentos face às novas ameaças, perfis do terrorismo e a forma de agir conjuntamente para debelar a ameaça do terrorismo jihadista global que está a desenvolver-se na Europa. Permitiu ainda, numa perspetiva interna, melhor preparar as forças e serviços de segurança nacionais para um eventual cenário de ameaça, pois é expectável que a partir do seu resultado se possa esboçar uma estratégia articulada de intervenção entre as duas unidades de contraterrorismo nacionais (GIOE e GOE), designadamente na resolução simultânea de dois eventos separados, porém interligados.

3.2.13. OUTROS FÓRUMS

A Guarda manteve o seu empenhamento nas atividades da TISPOL (“*European Traffic Police Network*”), da EODN (“*European Explosive Ordnance Disposal Network*”), da Rede ATLAS (Forças antiterrorista), do EMPACT (“*European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats*”), da POL-PRIMETT (Parceria público-privada para combate ao furto de metais), da EnviCrimeNet (*Environmental Crime network*), bem como da Rede IMPEL/TFS (“*European Union Network*”).



for the Implementation and Enforcement of Environmental Law/Transfrontier Shipments of Waste”), financiada pela UE e dedicada ao controlo transfronteiriço de resíduos.

Ainda no quadro em referência, importa destacar a participação da Guarda no “European Coast Guard Functions Forum” (ECGFF) que congrega as Guardas Costeiras dos países da União Europeia.

Relativamente a eventos organizados em Portugal, destaca-se:

- A realização, durante o mês de março de 2015, a reunião do Grupo de Trabalho “Counter Terrorism” da RAILPOL (European Network of Railway Police Forces), organizada pela Guarda enquanto POC Nacional, que contou com 15 participantes de 11 países.
- A realização, durante o mês de setembro de 2015, a reunião do Grupo de Trabalho “Crime and Illegal Immigration” da RAILPOL (European Network of Railway Police Forces), organizada pela Guarda enquanto POC Nacional, que contou com 17 participantes de 13 países.
- Ao nível dos Comitês e Grupos de Trabalho da UE, a Guarda manteve uma política de contenção, por motivo das restrições de natureza orçamental, o que reduziu a sua participação em alguns fóruns, procurando assegurar o envio de contributos à Tutela, no âmbito da elaboração das propostas e das respostas nacionais apresentadas.

3.3.COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL

3.3.1. CIMEIRA IBERO-AMERICANA

A organização da Reunião de Diretores Gerais de Corpos de Polícia Ibero-Americanos foi uma iniciativa da *Guardia Civil*, que convidou a participarem neste evento os Diretores Gerais dos Corpos de Polícia mais relevantes dos países Ibero-Americanos. A referida cimeira teve a sua primeira edição em 2015 (12 a 24 de Setembro), em Madrid.

Com o evento a *Guardia Civil* pretendeu criar e consolidar um fórum anual que possibilite aos mais altos representantes dos principais corpos de polícia Ibero-Americanos reunirem-se para discutir assuntos de interesse comum, num ambiente descontraído, fora da pressão de trabalho quotidiano e sem formalidades excessivas, com a finalidade de incentivar um clima favorável que potencie os debates sobre temas de segurança prementes. Segundo os Anfitriões o evento constituiu o primeiro passo para uma espécie de think-tank das forças participantes, permitindo o intercâmbio de ideias, conhecimentos e experiências sobre os diferentes modelos de gestão policial, as lições apreendidas e as visões de futuro, de modo que se fortaleça as relações de cooperação. Foi ainda proposto que se criem grupos de trabalho internacionais para estudarem assuntos de interesse comum, cujas atividades sejam desenvolvidas no corrente ano e os resultados apresentados na reunião de 2016.

A importância do evento está diretamente relacionada com a relevância geoestratégica da América Latina para a segurança global. Sendo a segurança da “Aldeia Global” caracterizada, de entre outras características, pela cooperação internacional no âmbito das Organizações Internacionais e Regionais de Defesa e das Forças de Polícia, na tentativa do reforço da segurança humana das populações vulneráveis, pelo combate à criminalidade organizada, relacionada com o tráfico de seres humanos, de estupefacientes e de armas, na prevenção de revoltas sociais e debelação das causas que fomentam a migração, torna-se evidente a relevância desta reunião de alto nível, segundo um ambiente de comprehensive approach potenciador de futuras cooperações em prol da segurança do espaço ibero-americano, mas com repercussões na segurança global.

Os países da América Latina, por razões históricas, económicas e socioculturais reúnem condições propícias ao aparecimento e disseminação de organizações e práticas criminosas, sobretudo ligadas ao crime organizado transnacional.



Se os países da América Latina são a fonte desta criminalidade transnacional, a península Ibérica constituiu um dos destinos ou a “porta de entrada” por excelência na União Europeia, quer pela facilidade linguística, quer pelas raízes históricas que unem os dois continentes.

A nível mundial, reconhece-se que os riscos são, por natureza, transfronteiriços e requerem uma ação coletiva. Na atualidade, releva a importância das instituições tipo gendarmeries pela capacidade de resposta que apresentam, que favorece o reforço da resiliência na redução do potencial de eclosão de crises sociais. Contudo, a realidade espelha que, independentemente do grau de eficácia de cada uma das instituições na redução de vulnerabilidades locais inerentes, as crises regionais continuarão a ocorrer com consequências potencialmente devastadoras.

É, pois, vital o reforço de capacidades de resposta, sendo relevante o planeamento estratégico para edificar capacidades e potenciar a proficiência operacional, através do comando e controlo de meios empenhados. Os dias de hoje exortam, dessa forma, a compromissos regionais e uma melhor governação de meios combinados.

No contexto, quer por motivos da praxis policial, quer pela geografia da língua quer pela diáspora portuguesa, Portugal funciona como plataforma estratégica e de ligação entre os dois continentes, pelo que este evento anual assume particular relevância para a Guarda Nacional Republicana e para o País.

Face a esta realidade, a Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro preconiza uma atuação mais enérgica da Guarda nos domínios da política externa e da cooperação internacional que possibilite criar os alicerces para, em conjunto com os demais parceiros internacionais (onde necessariamente se enquadram as forças de segurança presentes no evento, melhor combater e mitigar as ameaças com génese nos fenómenos criminais emergentes e de cariz transnacional).

3.3.2. OPERAÇÃO AMAZONAS II

A Operação Amazonas II foi concebida e desenvolvida por iniciativa dos países membros da INTERPOL. Foi uma operação intensiva baseada em informações, que visou detetar, investigar e identificar atividades delituosas para desmantelar as redes criminosas internacionais envolvidas no comércio ilegal de madeira na América do Sul e América Central com os seus principais parceiros comerciais.

A Operação teve como objetivo aumentar as respostas coordenadas das agências policiais no combate a crimes ambientais, nomeadamente através da colaboração, análise e intercâmbio sistemático de informações.

Portugal comprometeu-se a organizar e participar na Operação Amazonas II, a GNR através do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (como entidade coordenadora nacional e como autoridade de *enforcement*), a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) como autoridade de *enforcement* e o Instituto de Conservação da Natureza e Ambiente (ICNF), como Autoridade Competente Nacional para a implementação e aplicação do Regulamento (CE) n.º 995/2010, formaram a Rede Nacional de *enforcement*.

A Guarda Nacional Republicana, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, realizou entre 11 e 29 de maio de 2015, em todo o território nacional, ações de fiscalização no âmbito da exploração ilegal de madeira, para prevenir, detetar e reprimir situações de tráfico, exploração, comercialização e detenção em infração à legislação em vigor.

Ao longo do referido período estiveram empenhados 450 efetivos da Guarda Nacional Republicana, que realizaram 7 ações junto dos portos, 161 em serrações, 62 em empresas transformadoras e 35 noutros operadores económicos, resultando em cinco contraordenações (falta de registo de operador; ocupação de edifícios ou suas frações autónomas sem autorização de utilização ou em desacordo com o uso fixado no respetivo alvará ou na admissão de comunicação prévia; início da exploração de um estabelecimento industrial sem que tenha sido emitido o título digital). Após análise documental nas instalações das empresas subsistiram dúvidas relativas à autenticidade de alguns documentos tendo sido remetidos às Autoridades Brasileiras competentes na matéria.



3.4.COOPERAÇÃO AO NÍVEL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Enquadrada na X reunião do Conselho de Chefes de Polícia da CPLP que decorreu em simultâneo com a IV reunião de Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP em Díli, Timor-Leste (Outubro 2015) a Guarda, a par das demais Forças e Serviços de Segurança, integrou o Conselho de Chefes de Polícia da CPLP, coordenando algumas das Comissões de Peritos constituídas, designadamente a de Proteção da Natureza e do Ambiente, da Rede Mulher Polícia (por solicitação) e de Gestão Civil de Crises em cooperação com a Polícia Nacional de Angola. Garantiu ainda a aprovação da criação da Comissão de Peritos de Segurança Rodoviária.

No âmbito da Comissão de Gestão Civil de Crises, por iniciativa da Guarda foi possível garantir a adesão ao protocolo entre a EUPST e a CPLP com vista à formação especializada e financiada no âmbito da gestão civil de crises.

No quadro específico dos programas de cooperação técnico-policia, com os países da CPLP, com apoio da Secretária-Geral do MAI e em coordenação com o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, foram executadas as seguintes ações:

3.4.1. CABO VERDE:

Uma formação/atualização para fiscalização de Trânsito, ministrada por 2 formadores da Guarda, no período de 12 a 21 de Novembro, tendo sido frequentado por 21 formados da Polícia Nacional de Cabo Verde;

3.4.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:

Uma ação de formação à Unidade de Polícia Fiscal e Aduaneira da PNSTP, ministrada por 2 formadores da Guarda, no período de 07 a 28 de Novembro e frequentado por 53 formandos da PNSTP;

Um curso de Formação de Formadores à UPT, ministrado por 1 formador da Guarda, no período de 18 de Julho a 09 de Agosto, frequentado por 12 formandos desta Polícia.

Um Curso de Formação em Técnicas de Abordagem aos condutores/prática pedagógica, ministrada por 2 formadores da Guarda, no período de 18 de Julho a 09 de Agosto e frequentado por 41 formandos da PNSTP.

3.4.3. GUINÉ-BISSAU:

1 Curso Formação em Policiamento Comunitário, executado por 2 formadores da Guarda, no período de referência de 09 a 28 de Outubro e frequentado por 28 formandos da Guarda Nacional e da Polícia de Ordem Pública da Guiné Bissau.

1 Curso de Formação em Ordem Pública, executado por 3 formadores da Guarda, no período de referência de 20 de Setembro a 08 de Outubro e frequentado por 35 formandos da Guarda Nacional e da Polícia de Ordem Pública da Guiné Bissau.



1 Curso de Formação em Trânsito, executado por 2 formadores da Guarda, no período de referência de 30 de Outubro a 11 de Novembro e frequentado por 29 formandos da Guarda Nacional e da Polícia de Ordem Pública da Guiné Bissau.

3.4.4. TIMOR-LESTE

No quadro do Protocolo de Cooperação entre a República Democrática de Timor-Leste e a República Portuguesa, em matéria de Segurança Interna, vem sendo dada continuidade ao processo de formação dos Agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e da Assessoria ao Ministro do Interior, ao Secretário de Estado da Segurança e ao Comandante da Unidade Especial de Polícia, bem como ao Comandante do Centro de Formação.

No âmbito da formação, foi prestada assessoria à preparação e execução do 2º Concurso Público de Admissão aos 3º e 4º Cursos de Formação de Agentes da PNTL, à formação do 2º Curso de Formação de Agentes da PNTL e ao planeamento/coordenação, avaliação e controlo do 3º Curso de Formação de Agentes da PNTL, com o empenhamento de dois Oficiais e doze Sargentos.

Adicionalmente, um militar da Guarda mantém-se, desde 2011, a desempenhar funções na Secretaria de Estado da Juventude, como preparador/treinador da Seleção Nacional de Atletismo (este projeto foi desenvolvido por iniciativa Presidencial, com vista à preparação da equipa para os Jogos Olímpicos).

O planeamento delineado vem sendo cumprido na íntegra e a qualidade do trabalho desenvolvido, assim como os excelentes resultados alcançados, vêm sendo reconhecidos, potenciando a cooperação entre as duas Forças e, num âmbito mais lato, a cooperação estratégica entre os dois Países.

3.4.5. OUTROS

No âmbito da cooperação bilateral com outras Forças de Segurança da CPLP, foram realizadas algumas visitas técnicas, destacando-se, a cooperação com a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), Polícia Nacional de Cabo Verde, com a Polícia Nacional de Angola (PNA), com a Polícia Armada da China, com os Carabinieri do Chile, com a Gendarmerie Jordana, com a Polícia de Oman, com a Lekhwiya force do Qatar, com a Gendarmeire de Marrocos, com a Gendarmerie francesa e com a Guardia Civil, de modo permanente.

Saliente-se, contudo, neste domínio, as inúmeras visitas à Guarda, algumas das quais de alto nível, necessariamente direcionadas para a capacitação e troca de experiências entre as diversas Forças de Segurança dos países desta Comunidade, destacando-se ainda a preparação das Forças de Segurança Brasileiras para a segurança dos Jogos Olímpicos de 2016.



3.5.COOPERAÇÃO BILATERAL COM O REINO DE ESPANHA

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a *Guardia Civil* (GC), merece especial destaque, tanto pelo volume das ações de cooperação e de troca de informações, como pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito do “Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil* do Reino de Espanha”, assinado em 31 de março de 2009, em Lisboa, realizaram-se, em 2015, reuniões de coordenação a nível nacional, regional e local, operações de controlos móveis, entre outras operações policiais combinadas, e um sem número de ações de troca de informações, formais e informais, a par de uma intensa cooperação no capítulo da formação, destacando-se, a este nível, o intercâmbio de oficiais entre a GNR e a GC com vista à frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto ministrado por ambos os países, de entre as inúmeras ações formativas.

No âmbito da atividade policial de controlos móveis foram desenvolvidas as seguintes atividades:

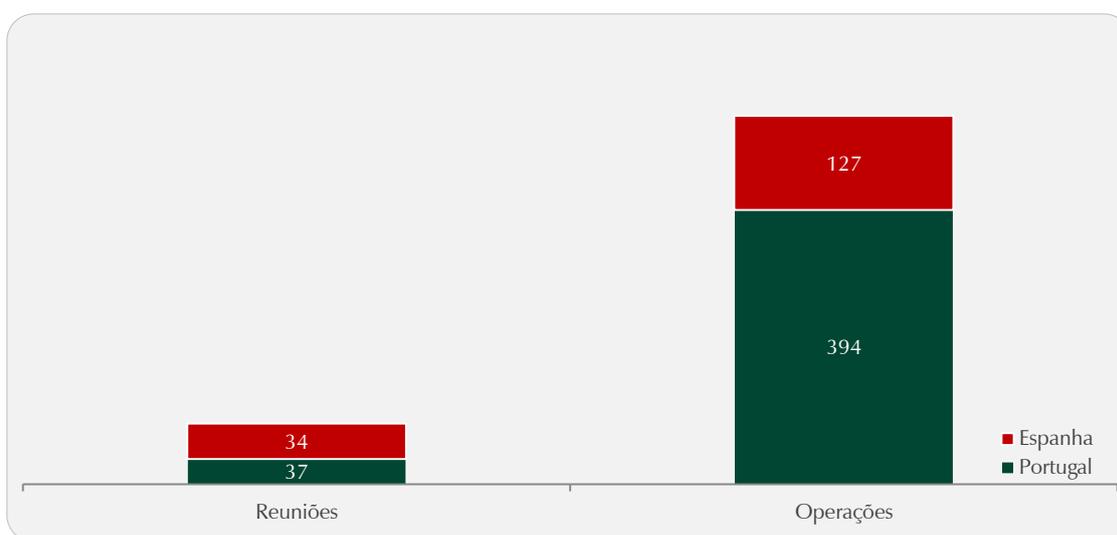


Figura 84 – Reuniões e operações de controlos móveis

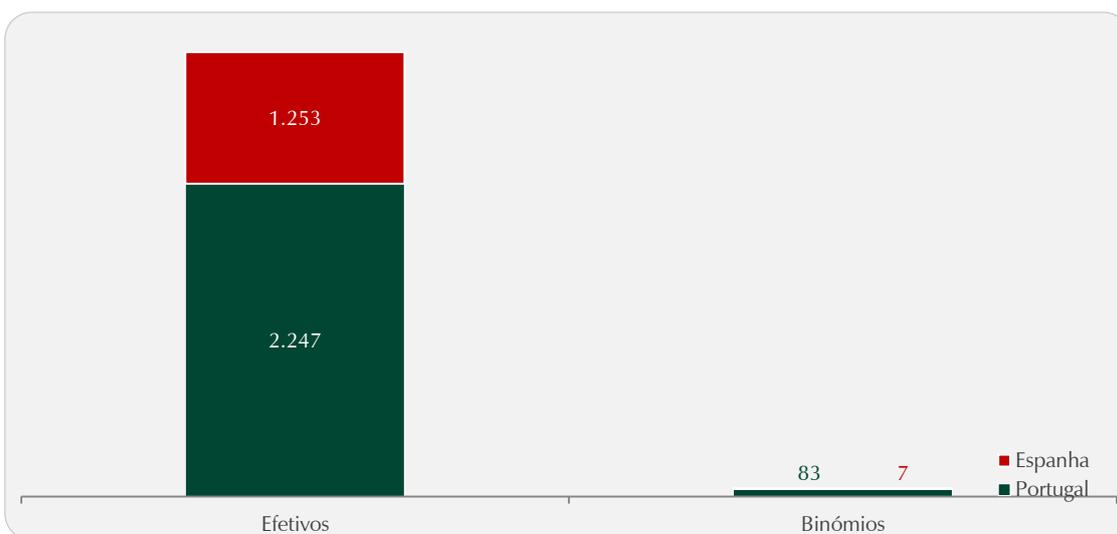


Figura 85 – efetivos empenhados

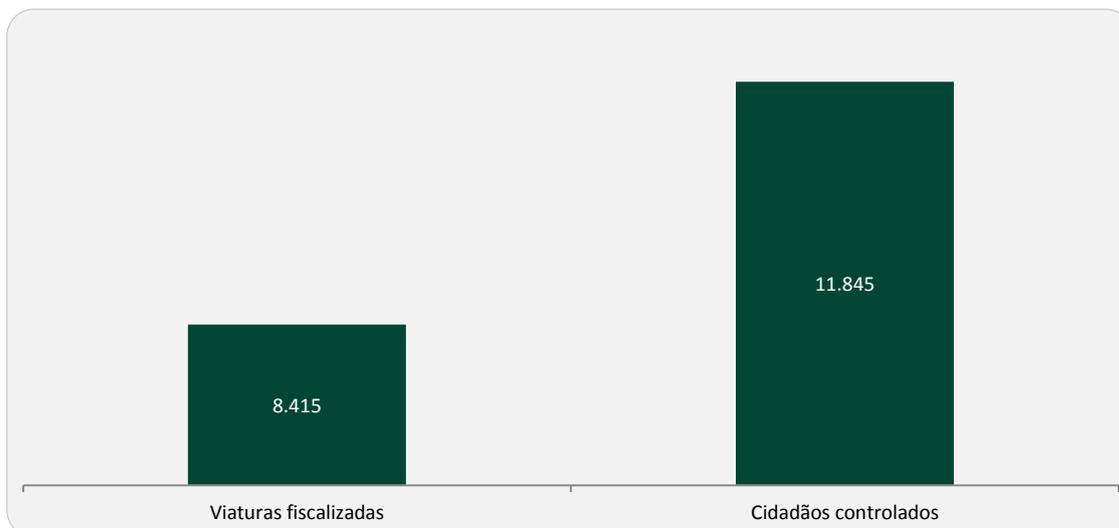


Figura 86 – Controlo de viaturas e cidadãos

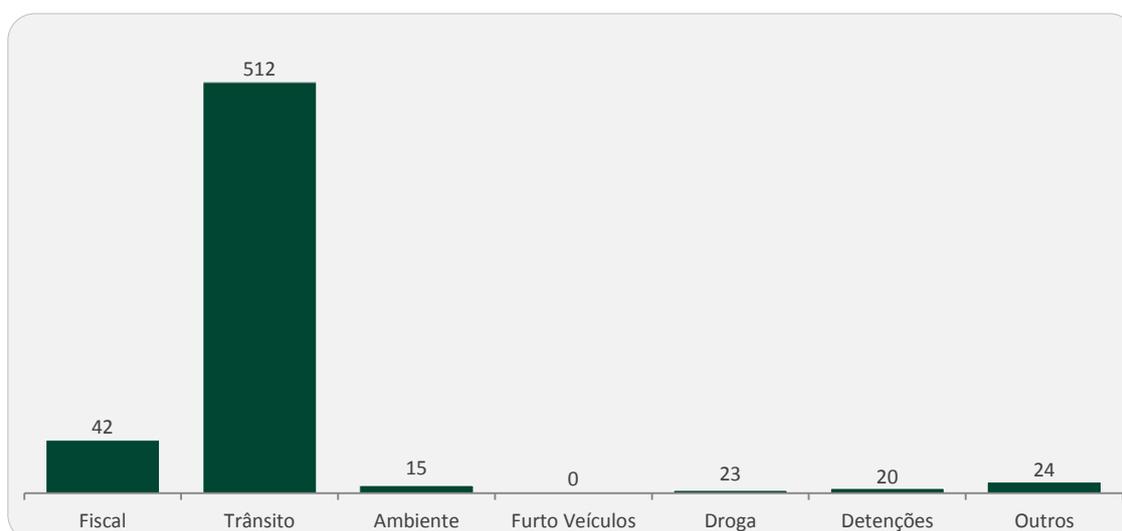


Figura 87 – Autos elaborados

3.5.1. OPERAÇÃO CONJUNTA “SPRING BREAK”

No âmbito das férias da Páscoa, verifica-se a deslocação de milhares de jovens para o sul de Espanha, e a Guarda, em coordenação com a *Guardia Civil*, desenvolveu ações de fiscalização nos principais itinerários de acesso às fronteiras terrestres de Vilar Formoso, Caia e Vila Real de Santo António, com particular incidência no controlo dos autocarros contratados para o transporte de jovens, com vista à deteção de estupefacientes e aconselhamento de cuidados a ter em território espanhol.

Foram fiscalizados 354 veículos e apreendidas quantidades residuais de haxixe e liamba. As reduzidas quantidades de droga encontradas traduzem a eficácia da ação preventiva desenvolvida nos últimos anos.

3.5.2. OPERAÇÃO CONJUNTA “MATERIAIS NÃO PRECIOSOS”

A GNR e a GC realizam uma operação conjunta de fiscalização intensiva aos meios de transporte de metais não preciosos e aos Operadores de Gestão de Resíduos, orientando as ações de fiscalização para as vias potencialmente usadas para o escoamento dos materiais furtados e para os locais suspeitos de efetuar a sua recetação, constituindo para o efeito equipas mistas (GNR e GC).



Foram realizadas 356 ações de fiscalização, detetados 2 crimes e 16 contraordenações nos Operadores de Gestão de Resíduos e 34 contraordenações relacionadas com o transporte, e ainda 279 contraordenações relacionadas, das quais resultaram 3 apreensões de veículos e o encerramento de 1 empresa.

3.5.3. PROJETO “LIFE IMPERIAL”

No âmbito do Projeto “Life Imperial”, efetuou-se em parceria com a GC e a GNR, as Jornadas de Detecção de Venenos, pelo período de duas semanas (Outubro 2015).

3.6. EUROSUR

No seguimento da adoção por Portugal, do Regulamento (UE) N.º 1052/2013, desde 2 de dezembro de 2013, que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR), foi formalmente implementado na Guarda Nacional Republicana/Unidade de Controlo Costeiro o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) e encontra-se em fase de consolidação a formação acreditada aos respetivos operadores. Este projeto pretende contribuir para o reforço da troca de informações e da cooperação operacional entre as autoridades nacionais europeias, com missões de vigilância de fronteiras e a FRONTEX, de forma a assegurar uma eficaz prevenção e repressão contra as atividades ilegais e criminosas imigração irregular, contrabando (incluindo crimes aduaneiros), tráfico de estupefacientes e terrorismo assim como contribuir para garantir a proteção e a salvaguarda da vida dos migrantes nas fronteiras externas marítimas e terrestres da EU.

A Guarda também participou em várias reuniões da UE (DGHOME). Fruto dos trabalhos realizados no ano 2014 participados pela Guarda foi aprovado e adotado em 2015 o Manual EUROSUR (EUROSUR MANUAL EXPERT GROUP).

3.7. INICIATIVAS MULTILATERAIS

3.7.1. ASSOCIAÇÃO FIEP

Decorrente das relações multilaterais desenvolvidas no quadro da Associação FIEP, a Guarda vem mantendo estreita cooperação com a Jandarma Turca, com a Gendarmerie Jordana, com Gendarmerie Real Marroquina, com a Força de Segurança Interna do Qatar e com a Polícia Real de Omã, essencialmente para as respetivas capacitações nas vertentes de cavalaria e ordem pública, entre outras ações de formação específicas, ministradas em Portugal durante o ano de 2015. Especial destaque para o caso da Jordânia, sendo que, por pedido expresso pelo próprio Rei, a Guarda prestou apoio e assessoria, em exclusivo, para a criação de uma Unidade de Cavalaria no seio da sua Gendarmerie, assim como para a seleção e aquisição, em Portugal, de cavalos lusitanos, num processo que foi maioritariamente desenvolvido durante o ano de 2014 e 2015. Por outro lado, por especial recomendação da Jordânia, também a Polícia Real de Omã solicitou receber formação, concretamente em ordem pública a cavalo, veterinária, ferração e organização de eventos equestres.

Ainda neste âmbito, é de realçar a participação da GNR num Seminário sobre o tema “Cybercrime and terrorist threat in the Mediterranean area”, organizado pelos Carabinieri de Itália, em Roma, bem como no 7.º Fórum Internacional de Cibersegurança sob o tema “Cybersecurity and Digitalization” organizado pela Gendarmerie Nationale de França, em Lille.

Para além da participação da Guarda na Iniciativa “5+5 Defesa”, na vertente Gendarmeries, destaca-se a participação da Instituição, como Membro desde a sua fundação, na Associação FIEP (cujo objetivo principal consiste em promover a cooperação entre as Forças de Segurança de natureza militar que a integram, especialmente no tocante ao intercâmbio de informações e experiências nomeadamente nos domínios dos recursos humanos, organização do



serviço, novas tecnologias e logística e assuntos europeus) e na Força de Gendarmerie Europeia - EUROGENDFOR (Força multinacional vocacionada para a participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais).

3.7.2. EUROGENDFOR

No quadro da EUROGENDFOR através dos Estados membros foram realizadas as seguintes ações operacionalizadas pelo PHQ Vicenza:

- Resolute support mission – Afeganistão;
- EUCAP Sahel MALI –Mali;
- EUMAM – Republica Centro Africana;
- Tunísia (Libya EULPC em apoio a UNSMIL);
- EUBAM Rafah.

Das ações acima assinaladas destaca-se a participação da Guarda nas ações de *assessment* e planeamento na Tunísia (Libya EULPC) e Palestina (EUBAM Rafah). A Guarda participou ainda na *fact-finding mission* (FFM) na Republica Centro Africana.

3.8.CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA

No âmbito dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), a Guarda assumiu a responsabilidade de coordenar a atividade dos mesmos, no período de 2014 a 2016. No período em análise foi desenvolvida a seguinte atividade:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS	
Troca Informações (solicitações)	Pedidos	2.726	5.132
	Respondidas	2.406	
	Identificação pessoas	914	4.367
	Veículos	1.537	
	Armas	21	
	Documentação falsa	57	
	Outras	1.198	

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS	
Controlos Móveis (colaboração com)	GNR	645	1.823
	SEF	252	
	DGAIEC	149	
	PSP	117	
	PJ	109	



ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS	
	Guardia Civil	175	
	Cuerpo Nacional Policia	281	
	Aduanas	95	
	Pessoas controladas	31.039	48.702
	Viaturas fiscalizadas	17.663	
Autos	Crime	18	363
	Contra-Ordenações	345	
Apreensões	Viaturas	3	
	Armas	2	
	Documentação falsa	0	15
	Mercadoria (1)	0	
	Outras (1)	10	
Detenções	Flagrante delito	15	
	Fora flagrante delito	0	15
	Mandados	0	

Figura 88 – Atividade desenvolvida nos CCPA

3.9.CARGOS E POSIÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2015, a Guarda assegurou os lugares de Oficial de Ligação do MAI em Espanha, Marrocos, Guiné-Bissau e Timor-Leste, tendo, ainda, um oficial na representação permanente de Portugal em Bruxelas (REPER).

3.10. DIVERSOS

Em 2015, a Guarda participou em diversos projetos internacionais financiados por fundos comunitários, destacando-se, pela sua importância, visibilidade e resultados obtidos os projetos relacionados com a vigilância da costa e do mar territorial, nomeadamente “CLOSEYE”, “SIVE-SIVICC”, “SEAHORSE Mediterranean”, “LMPA - Light Maritime Piloted Aircraft” e “ESPPS” os quais visam maximizar, potenciar e complementar as capacidades do SIVICC. Além da vertente antes mencionada, importa salientar a participação em ações internacionais promovidas pela UE no âmbito do furto de metais não preciosos, do ambiente (Programa LIFE), da violência doméstica e no âmbito da partilha de informação do ambiente marítimo “EUCISE”.



4. FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

4.1. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Em 2015, um elevado número de profissionais da Guarda frequentou diferentes cursos, estágios e ações de formação que garantiram o ingresso na Instituição, a promoção e a especialização, tendo sempre como finalidade principal o aperfeiçoamento das suas qualificações e a valorização técnico-profissional.

A estratégia formativa desenvolveu-se sob duas tipologias pedagógicas e complementares: a Formação Interna e Formação Externa.

No âmbito da formação interna foram ministradas ações e cursos de formação bem como tirocínios, estágios, instrução complementar e treino consoante a categoria profissional posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

No que respeita à formação externa os militares e civis da Guarda foram objeto de ações pedagógicas e curso de formação de interesse para a sua área de atuação, com duração variável e ministrados por entidades certificadas e reconhecidas para o efeito.

O processo de formação, estatutariamente consagrado na Guarda, está estruturado de forma coerente e assente nas seguintes modalidades:

- Formação Inicial;
- Promoção;
- Especialização ou Qualificação;
- Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização.

A formação de cariz técnico-profissional, com elevada preponderância nos planos dos cursos é, de uma forma geral, transversal a todo o processo formativo com as respetivas especificidades, em função dos objetivos da formação e dos seus destinatários.

Nas diferentes modalidades verificaram-se 128.004 participações de profissionais da GNR em cursos, estágios ou outras ações de formação, representando um acréscimo de 106,1% relativamente ao ano anterior (60.305).

O quadro seguinte, que contempla o registo das participações, possibilita uma visão integrada da atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana neste domínio, visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos dos militares e civis que integram esta força de segurança, necessariamente com o propósito de prestar um melhor e mais qualificado serviço às populações.

CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
Formação de Inicial	CFO ¹⁹				378				1413
	CFS ²⁰	67	99			4	4		
	CFG ²¹			861			0		

19 Curso de Formação de Oficiais

20 Curso de Formação de Sargentos (36º, 37º; 38.ºCFS)

21 Curso de Formação de Guardas



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
Cursos de Promoção	CPOS ²²				46				281
	CPC ²³	85							
	CPSA ²⁴		150						
	CPcb ²⁵								
Cursos de Especialização e Qualificação	FC ADMINISTRAÇÃO MILITAR ²⁶				4	11			3317
	FC AMBIENTE ²⁷		39	200	17	1			
	FC CAVALARIA ²⁸		2	15					
	FC CINOTÉCNIA ²⁹	3	2	13					
	FC CONDUÇÃO ³⁰	28	3	483					
	FC FISCAL ³¹			30		3			
	FC FORMADOR ³²	119	90	47	1				
	FC INFORMAÇÕES ³³	14	14			4	1		
	FC INVESTIGAÇÃO ³⁴	7	26	295		5			
	FC JURÍDICA ³⁵					3		1	
	FC PLANEAMENTO E GESTÃO ³⁶					3			
	FC PROTEÇÃO E SOCORRO ³⁷	4	4	94		1	9	6	
	FC SAÚDE ³⁸	3	49	93	2				
	FC SEGURANÇA ³⁹	51	123	1208		49	5	6	
	FC TIC ⁴⁰	1	18	54		7	12	1	
FC TRÂNSITO ⁴¹			30						
FC TRANSMISSÕES ⁴²						3			

- 22 Curso de Promoção a Oficial Superior
 23 Curso de Promoção a Capitão
 24 Curso de Promoção a Sargento-Ajudante
 25 Curso de Promoção a Cabo
 26 Formação Contínua em Administração Militar
 27 Formação Contínua em Proteção da Natureza e Ambiente
 28 Formação Contínua de Especialização em Cavalaria
 29 Formação Contínua de Especialização em Cinotécnica
 30 Formação Contínua de Condução de Viaturas
 31 Formação Contínua em Fiscal e Aduaneira
 32 Formação Contínua de Formação de Formadores
 33 Formação Contínua em Informações Policiais
 34 Formação Contínua em Investigação Criminal
 35 Formação Contínua na área Jurídica
 36 Formação Contínua de Planeamento e Gestão
 37 Formação Contínua de Proteção e Socorro
 38 Formação Contínua em Saúde
 39 Formação Contínua em Segurança
 40 Formação Contínua em Tecnologias da Informação e Comunicação
 41 Formação Contínua de Trânsito
 42 Formação Contínua Transmissões e Comunicações



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
FCAA PROG ESP ⁴³	46	241	1953	21				1	122.993
FCAA TIRO ⁴⁴	808	3719	39374	660				1	
FCAA TEC POL ⁴⁵	248	1383	7570	67				1	
FCAA MARITIMO ⁴⁶	1	104	1348	5					
FCAA AMBIENTE ⁴⁷	32	265	1822	160					
FCAA INVESTIGAÇÃO ⁴⁸	464	1668	8674	42					
FCAA INTERVENÇÃO ⁴⁹	191	707	8627	29					
FCAA FISCAL ⁵⁰		192	4383						
FCAA CONDUÇÃO ⁵¹	7	31	189						
FCAA HONORIF ⁵²	72	2576	6569						
FCAA ED. FÍSICA ⁵³	294	1801	13113	36					
FCAA TRÂNSITO ⁵⁴	101	1410	11953	34					
Total	2.579	14.684	109.097	1.074	504	42	20	4	

Figura 89 – Atividade Formação e Ensino

Neste domínio, durante o ano de 2015, a Guarda realizou diversas ações de formação que contribuíram decisivamente para o aumento de uma resposta policial mais eficiente e eficaz.

Das várias ações realizadas destacam-se:

No âmbito do treino com armas não letais, na formação interna de especialização e qualificação, os cursos de utilização do bastão extensível, obteve 1175 participações em diferentes contextos.

Na especialidade de Trânsito, Intervenção policial, e investigação, obtiveram-se 33900 participações, valores que refletem as ações complementares de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, realizadas diretamente pelas Unidades no terreno.

4.1.1. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM AÇÕES DE FORMAÇÃO INTERNAS E EXTERNAS

Observando o quadro anterior, verificamos que a formação se estendeu de forma transversal a todas as categorias profissionais, nas modalidades de formação inicial, promoção, especialização e qualificação, e,

43 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização Programas especiais de Policiamento Comunitário

44 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Treino com Armas de Fogo

45 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Técnica e Policial

46 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Serviço Marítimo

47 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Proteção da Natureza e do Ambiente

48 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Investigação Criminal

49 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Intervenção Policial

50 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Fiscal e Aduaneira

51 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Condução Auto

52 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Honorífico, Representação e Honras de Estado

53 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Educação Física

54 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Trânsito



formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, tanto com origem interna como externa, obtendo um total de 128.004 participações entre militares e civis.

As ações de formação foram asseguradas pelas entidades formadoras da GNR com recurso às próprias instalações (Formação Interna) e, ainda, foram desenvolvidas um conjunto de ações de formação em ambiente externo (Formação Externa), com recurso a instituições de reconhecida competência.

4.1.2. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM CURSOS DE FORMAÇÃO DE INGRESSO E CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL

No ano de 2015, os diferentes Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia Militar contaram com 378 participações (conforme cronogramas de 01JAN15 a 31DEC15), tendo ingressado nos Quadros da Guarda 32 Oficiais habilitados com o grau de mestre.

Concomitantemente, decorreram o 36º, 37º e 38º CFS, integrados em diferentes anos letivos (174 formandos), tendo ingressado na Categoria de Sargentos 75 militares que terminaram o 36º Curso.

Na categoria de Guardas, ocorreram no período, o fim e o início de dois Cursos de Formação de Guardas, tendo 401 militares concluído o curso com aproveitamento e 460 estão em formação no ano letivo 2015-2016.

CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

As ações de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização (FCAA), obteve 122.993 participações distribuídas pelas diferentes áreas temáticas de missão com especial ênfase nas especialidades de trânsito, fiscal e aduaneiro, investigação criminal e proteção ambiental, e, nos programas especiais de policiamento comunitário e de treino com armas de fogo.

A FCAA, representa a fase de aperfeiçoamento e atualização para o desenvolvimento das competências e especialidades. Corresponde à fase do treino essencial ao sucesso das forças no terreno cujo quantitativo de participações é necessariamente maior comparativamente às restantes modalidades de formação.

DISCRIMINAÇÃO POR ÁREAS TÉCNICO-POLICIAIS E OUTRAS

Da análise dos dados obtidos com a edição dos cursos de especialização e qualificação, e, com a formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, ambos com elevada preponderância na componente técnica e policial, obtiveram-se 126.310 participações de profissionais na formação.

Esta parte do ciclo de formação, pretende garantir que existe formação até se atingir os objetivos de desenvolvimento e manutenção da competência e aptidão para cada especialidade ou valência que contribuem para o cumprimento da missão da GNR, em prol do serviço público e do país.

As medidas que decorrem do planeamento estratégico e do desenvolvimento da componente operacional foram acompanhadas pela respetiva componente formativa.

Ainda na formação interna, especial realce para o número de participações na formação de atualização e aperfeiçoamento no âmbito dos programas especiais de policiamento comunitário com 2.262 participações em ações de formação.

Ainda no contexto da formação interna, com o objetivo de potenciar as ações de prevenção/fiscalização no âmbito rodoviário, a GNR formou, no âmbito do Curso de Trânsito para Guardas, 30 militares do dispositivo da Guarda.



5. GESTÃO INTERNA E DE APOIO OPERACIONAL

A GNR dispôs de recursos financeiros provenientes do OE, tendo assegurado, na medida das limitações do *plafond* atribuído, todas as atividades inerentes ao funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiros de suporte a toda a atividade operacional. Adiante a afetação de recursos humanos, financeiros e materiais será convenientemente aflorada.



6. BENEFICIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

6.1. INFRAESTRUTURAS

O património imobiliário afeto à GNR, embora muito vasto, evidencia níveis de degradação muito elevados, necessitando de intervenções céleres, de forma a assegurar um acréscimo qualitativo das condições em que é exercida a sua atividade, com reflexos substanciais na qualidade e eficácia da sua atuação junto das populações.

Nesta perspetiva foram realizadas as seguintes intervenções que constavam no Plano de Atividades para 2015 da Guarda:

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2015		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CG	Comando-Geral - Centro de Comando e Controlo Operacional (Remodelação de Instalações)	180.000,00 €	X		S	184.391,56 €
CG	Comando-Geral (Reabilitação Estrutural do Edifício da Parada de Infantaria)	300.000,00 €	X		N	
CG	Comando-Geral Quartel do Carmo (Remodelação de Instalações Museu)	150.000,00 €	X		S	171.810,41 €
CARI	Comando da Administração dos Recursos Internos (Construção de Edifício de Alojamento).	900.000,00 €	X		N	
CTER GUARDA	Comando Territorial da Guarda	a definir	X		N	
CTER AVEIRO	Comando Territorial de Aveiro (Cobertura Edifício de Comando)	350.000,00 €	X		N	
UI	Remodelação Caserna para Instalações do GIOP e GIOE da UI-Quartel da Pontinha	600.000,00 €	X		S	179.653,00 €
USHE	Remodelação de Instalações para Alojamento do Grupo de Segurança/USHE - Quartel de Lippe				S	174.647,70 €
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado - Quartel da Ajuda (Construção Clínica Veterinária)	170.000,00 €	X		N	
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado - Quartel da Ajuda (Construção de Cavalaria para CEDES no 4º Esquadrão)	189.000,00 €	X		N	
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado - Quartel da Ajuda (instalação do 2º Esquadrão)	300.000,00 €	X		N	
CTER LEIRIA	Destacamento Territorial de Alcobaça	1.600.000,00 €	X		N	
CTER PORTO	Destacamento Territorial de Amarante	1.509.919,00 €	X (a)		S	71.808,31 € (b)
CTER PORTO	Destacamento Territorial de Matosinhos	1.800.000,00 €	X		N	
CTER LISBOA	Destacamento Territorial de Sintra	1.800.000,00 €	X		N	
EG	Escola da Guarda – Figueira da Foz (Substituição da Cobertura)	120.000,00 €	X		N	
EG	Escola da Guarda – Figueira da Foz (Remodelação do Edifício de Casa da Guarda)	100.000,00 €	X		N	
EG	Escola da Guarda - CFPortalegre (Substituição da Cobertura)	120.000,00 €	X		S	90.473,88 €



UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2015		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
EG	Escola da Guarda - Queluz (Construção Canis GIC)	370.000,00 €	X		N	
CTER LISBOA	Posto Territorial da Ericeira	500.000,00 €	X (a)		S	21.525 € (b)
CTER AÇORES	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas no Destacamento Territorial da Horta	125.000,00 €	X		S	169.149,00 €
CTER SETÚBAL	Posto Territorial da Moita	900.000,00 €	X		N	
CTER SANTARÉM	Posto Territorial de Alcanena	250.000,00 €	X		N	
CTER VILA REAL	Posto Territorial de Alijó (Remodelação)	400.000,00 €	X		N	
CTER FARO	Posto Territorial de Aljezur	1.400.000,00 €	X		N	
CTER FARO	Posto Territorial de Almancil	1.400.000,00 €	X (a)		N	
CTER FARO	Posto Territorial de Lagos (Remodelação)	100.000,00 €	X (a)		N	
CTER BRAGA	Posto Territorial de Lordelo – Guimarães	900.000,00 €	X		N	
CTER PORTO	Posto Territorial de Paço de Sousa	900.000,00 €	X (a)		N	
CTER LEIRIA	Posto Territorial de Peniche (Remodelação)	300.000,00 €	X		N	
CTER SANTARÉM	Posto Territorial de Salvaterra de Magos	600.000,00 €	X (a)		N	
CTER BEJA	Posto Territorial de Serpa	600.000,00 €	X (a)		N	
CTER VISEU	Posto Territorial de Tabuaço	636.000,00 €	X (a)		S	528.539,35 € (b)
	TOTAL	19.569.919,00€	-	-		1.591.998,21 €

(a) Protocolo GNR/MAI/ Municípios

(b) Execução orçamental em 2015.

Figura 90 Execução do Plano de Instalações para 2015 (construções diversas)

Por determinação do Comando da Guarda foram ainda realizadas as intervenções abaixo discriminadas que embora não constassem do Plano de Investimento para 2015, foram devidamente justificadas por motivos de impreterível necessidade.

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2015		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDA C	S/N	VALOR C/IVA
CARI	Remodelação de instalações para DRL e DIE – Quartel dos Barbadinhos	180.000,00 €	X		S	161.584,12 €
UCC	Substituição da cobertura e reparação de fachadas nos edifícios do Forte de Cacula Velha	300.000,00 €	X		S	120.503,10 €



UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2015		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDA C	S/N	VALOR C/IVA
CC	Remodelação no centro Clínico: Morgue e circuito de Limpos/Sujos do Bloco Operatório	150.000,00 €	X		S	134.992,50 €
USHE	Remodelação de Edifício para Parque de Motos 2º ESQ/USHE	147.600,00 €	X		S	111.749,00 €
CTER FARO	Vedação do Parque de Viaturas Apreendidas Existente – Ferragudo - Portimão	143.500,00 €	X		S	152.367,97 €
UI	Remodelação de Instalações Electromecânicas no Edifício de Comando e Centrais AQS-UI-Quartel da Pontinha	135.000,00 €	X		S	141.364,72 €
CTER Bragança	Posto Territorial de Freixo de Espada à Cinta	500.000,00 €	X (a)		N	55.786,25 € (b)
CTER Porto	Posto Territorial de Alpendurada (Marco de Canavezes)	438.795,67 €	X (a)		N	432.828,40 € (b)
CTER Braga	Posto Territorial de Póvoa de Lanhoso	359.215,00 €	X (a)		N	209.998,84 € (b)
CTER Aveiro	Posto Territorial de Ílhavo	500.000,00 €	X (a)		N	27.675,00 € (b)
CTER Lisboa	Destacamento Territorial de Alenquer	1.404.810,00 €	X (a)		N	(c)
CTER Leiria	Posto Territorial de Porto de Mós	400.000,00 €	X (a)		N	42.907,08 € (b)
CTER Bragança	Posto Territorial de Macedo de Cavaleiros	504.570,00 €	X (a)		N	(c)
	TOTAL	5.163.490,67 €	-	-		1.591.759,98 €

- (a) Protocolo GNR/MAI/ Municípios
- (b) Execução orçamental em 2015.
- (c) Sem execução orçamental em 2015.

Figura 91 Execução de Empreitadas Não previstas em Plano de Atividades, realizadas em 2015

Houve ainda necessidade de se realizarem 2 intervenções de natureza limitada, de conservação e reabilitação tendo como objetivo garantir a segurança de pessoas e bens.

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2015		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CTER Porto	Empreitada de Reparções Diversas no Edifício do Destacamento Territorial de Matosinhos	60.270,00 €	X		S	53.812,00 €
UCC	Empreitada de Reabilitação de Fachadas e Cobertura do Edifício Sito no Largo João Tomás (ex Sub-Destacamento Fiscal de Viana do Castelo)	36.900,00 €	X		S	30.676,00 €
	TOTAL	97.170,00 €	-	-		84.488,00 €

Figura 92 Execução de Empreitadas Não previstas em Plano de Atividades 2015 (conservação)



No âmbito de competências da Secretaria-Geral do MAI foram assumidos um conjunto de investimentos programados que traduzem o esforço de qualificação do parque de edifícios afetos à GNR, fundamentais para o apoio operacional, proporcionando uma atuação mais eficiente e qualificada.

Estas intervenções resultaram de Protocolos assinados com os Municípios para a cedência de instalações, tendo em vista a sua adaptação/remodelação/ampliação para Quartel da GNR.

Durante o ano 2015 foram intervencionadas, via SG/MAI, as seguintes instalações

INTERVENÇÕES EM INFRAESTRUTURAS (SG/MAI)			
GRAU DE EXECUÇÃO	NOVOS QUARTÉIS	GRANDES INTERVENÇÕES (REMODELAÇÕES)	MÉDIA INTERVENÇÃO
Recepcionadas	PTER Barroselas PTER Armamar DTER Arcos de Valdevez	Remodelação de Instalações para Consultas e Medicina Física e de Reabilitação – Centro Clinico da GNR – Janelas Verdes	PTER Telheiro/Monsaraz
Em curso	DTER de Mangualde PTER de Satão DTER Fafe PTER Vila Verde PTER Castelo de Vide PTER Alandroal		
Iniciadas	PTER Torre Dona Chama		PTER Oliveira de Frades
Previsão de Recepção em 2016	DTER Mangualde PTER Satão DTER Fafe PTER Vila Verde PTER Castelo de Vide PTER Alandroal		PTER Oliveira de Frades

Figura 93 – Obras da SG/MAI



7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

7.1. TECNOLOGIAS APLICADAS À ATIVIDADE OPERACIONAL

Durante o ano de 2015 a Guarda prosseguiu a sua aposta no desenvolvimento sistémico e estruturado das novas tecnologias da informação e das comunicações, com vista à qualificação do seu produto operacional.

A este nível, tem-se procurado seguir um padrão de interoperabilidade entre sistemas, de forma à informação poder fluir independentemente da plataforma tecnológica.

Numa lógica de continuidade, manteve-se o esforço no âmbito dos programas específicos de policiamento e prevenção, na sua vertente tecnológica, nomeadamente, queixa eletrónica, perdidos e achados, violência doméstica, contraordenações de trânsito, polícia automática, alargamento do Sistema AFIS, bem como, à manutenção do sítio da GNR e do recrutamento eletrónico.

7.1.1. SISTEMA DE QUEIXA ELETRÓNICA (SQE)

Este Sistema visa facilitar a apresentação de queixas relativas a um conjunto de dezoito crimes, num suporte que garanta uma maior proximidade da Administração Pública ao cidadão.

7.1.2. SISTEMA DE CONTRAORDENAÇÕES DE TRÂNSITO (SCOT)

A execução deste programa esteve a cargo da vertente de Trânsito da GNR e tem vindo a consolidar a sua posição como instrumento principal no apoio à atividade operacional, nas matérias atinentes à fiscalização rodoviária, constituindo-se como elemento catalisador no quadro de renovação de métodos e procedimentos operacionais. No final do ano de 2010 entrou em produção o módulo respeitante às contraordenações indiretas, permitindo uma maior celeridade processual no tratamento dessas infrações.

7.1.3. POLÍCIA AUTOMÁTICO

O sistema automático de leitura de matrículas designado «Polícia Automático», preconiza um aumento de eficácia operacional na prevenção da criminalidade associada ao furto e roubo de veículos, falsificação de matrículas, mas também na verificação e combate às situações de ilegalidade relativas ao seguro de responsabilidade civil automóvel.

Apesar dos desígnios que este visava alcançar, têm surgido algumas incompatibilidades que impossibilitam a otimização do sistema. Essas incompatibilidades radicam no alojamento da base de dados que serve o sistema (em entidade externa à Guarda), sendo-lhe reconhecidas algumas deficiências, nomeadamente relacionadas com a qualidade, atualidade e disponibilidade dos dados nela insertos.

Em todo o caso, esperando que as deficiências venham a ser rapidamente corrigidas, o sistema continuará a operar apoiando o dispositivo da Guarda na fiscalização rodoviária.



7.2. TECNOLOGIAS APLICADAS ÀS ATIVIDADES DE APOIO

7.2.1. REESTRUTURAÇÃO DO SITE DA GNR NA INTERNET

Tendo por objetivo contribuir para a modernização da imagem da Instituição, bem com garantir a publicação de conteúdos de forma mais orientada às necessidades do cidadão, em 2014 foram efetuadas melhorias no Site Oficial da GNR.

Um objetivo inerente à existência do site da GNR e às reformas que lhe têm sido implementadas é a comunicação com o cidadão e a melhoria do e-Government enquanto veículo indispensável ao exercício da Cidadania Digital em Portugal.

Tendo por objetivo a continuidade da inovação durante 2014 foram realizados estudos e revistos processos de forma a otimizar o serviço disponibilizado ao cidadão.

Através de uma mudança de tecnologia, de melhores técnicas para implementar a segurança da informação, de uma revisão do interface gráfico e de novos serviços a disponibilizar, esta revisão contribuiu para em 2014 se ter lançado uma nova versão do sítio da GNR.

Paralelamente implementaram-se formas de interação com as redes sociais e disponibilizou-se uma maior quantidade de serviços on-line ao cidadão.

Esta plataforma Web possibilitou ainda publicar as peças dos procedimentos pré-contratuais realizados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

7.2.2. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS (SIGRI)

O SIGRI é uma plataforma modular, integrando transversalmente os sistemas de informação dos órgãos com responsabilidade na administração de recursos internos, que disponibiliza serviços essenciais para a tomada de decisão nas principais áreas da atividade administrativo/logística da GNR, nomeadamente, pessoal, vencimentos, logística, financeira, assistência na doença, infraestruturas e património, bem como a disponibilização de informação ao utente como é o caso dos Portais Social e de Recrutamento, permitindo entre outros:

- Otimização e controlo de processos;
- Maior disponibilidade da informação;
- Redução de custos;
- Normalização de procedimentos;
- Eliminação de erros de sincronização entre sistemas;
- Incremento na segurança da informação.

7.2.3. PORTAL DA FORMAÇÃO

O portal da formação continua a constituir uma mais-valia formativa disponibilizada a todos os intervenientes no processo formativo.

Este conjunto de funcionalidades interativas e colaborativas, disponibilizado na UTIS (RNSI), potenciam a melhoria da qualidade da formação e os próprios resultados da avaliação individual, nomeadamente através do acesso a repositórios multimédia, fóruns de discussão, agendas multiutilizadores e atividades de grupo.



A utilização do portal regista um maior impacto de utilização no que toca à formação que recorre ao regime e-learning e b-learning.

Para os gestores da formação, o portal funciona como uma ferramenta de apoio e monitorização do processo pedagógico que permite disponibilizar indicadores de acesso e utilização seletiva.

7.2.4. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE FORMAÇÃO

O Módulo de Planeamento da Formação atingiu o nível de desenvolvimento suscetível de garantir a elaboração do Plano Anual de Formação por via eletrónica, desde o diagnóstico de necessidades formativas até à apresentação da proposta de PAF a integrar no Plano de Atividades da Guarda.

No âmbito do Módulo de “análise e reporting” estão desenvolvidas capacidades técnicas que permitem disponibilizar dados estatísticos, conforme parâmetros do sistema, para Relatório de Atividades da Guarda, Balanço Social, RASI e Relatório da Formação Profissional (RAF/INA).

Enquadradas no Módulo de Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (FCAA), já estão disponíveis algumas capacidades técnicas que permitem às Unidades efetuar o registo das atividades planeadas para o ano seguinte, bem como o registo de dados relativos à formação executada, para efeitos de Relatórios globais sobre formação.

Com o objetivo de permitir um controlo eficaz e fiável de todos os fluxos financeiros da receita, o SGR/GNR garante o registo e cobrança da receita nos cerca de 600 locais onde é possível aos utentes efetuarem pagamentos pela venda de bens, prestação de serviços e cobrança de taxas, sendo igualmente garantido todo o fluxo documental até ao registo centralizado das receitas da GNR, no GeRFiP e, à entrega ao Estado no Sistema de Gestão das Receitas, da Direção Geral do Orçamento.

Numa perspetiva de melhoria contínua e de reengenharia de processos, foram efetuados diversos desenvolvimentos no sistema SGR/GNR, que permitiram ganhos de eficiência e eficácia na gestão da receita da GNR, bem como incrementos ao nível da contabilidade analítica e do relacionamento com os utentes, designadamente:

- Na integração da receita registada no SGR/GNR para o sistema GeRFiP, foi acrescentada a possibilidade da utilização de mais uma extensão no âmbito da contabilidade analítica (Agregador de custos);
- Na emissão de faturas a utentes com NIF Estrangeiro passou a ser possível a identificação do número do documento do utente na fatura, em substituição da utilização do NIF 999999999.

7.2.5. SOLUÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM MODO PARTILHADO (GeRFIP)

Nos termos do disposto no artigo 14º do Decreto-lei n.º 29-A/2011, 1 de março, que estabeleceu as normas para execução do Orçamento de Estado para 2011, tornou-se obrigatória a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) nos serviços integrados, mediante a adesão a uma das modalidades disponibilizada pela Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP), atual Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P (eSPap).

Nessa conformidade, a Guarda Nacional Republicana (GNR) implementou o POCP em 2012 através da adesão aos Serviços Partilhados de Finanças suportados na solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado – GeRFIP – que integra a gestão logística, orçamental, financeira e patrimonial, com base no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Esta solução normalizou os processos e apoia as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado, tendo sido desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, sendo parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRALL), que engloba outros



projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

No âmbito da utilização da solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado – GeRFiP, em 2015 destacam-se, como desenvolvimentos e melhorias, o projeto de upgrade técnico do Portal GeRFiP, passando da versão 2.0 para a versão 3.0, com foco tecnológico que consistiu numa atualização das versões dos diferentes componentes do portal, bem como de uma atualização das infraestruturas de comunicação.

7.2.6. PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (VORTALNEXT)

As Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública (PECP) são peças fundamentais no objetivo de auxiliar a tramitação procedimental pré-contratual. Servem de suporte basilares às várias fases dos procedimentos, sob o comando direto das entidades adjudicantes, nos termos e dentro dos limites da legislação em vigor.

Em 04 de fevereiro de 2013, entrou em funcionamento na Guarda uma nova PECP, a *Vortalnext*, substituindo a *Vortal*, com melhorias significativas que permitiram conjunto de ações traduzidas em potencialidades para o utilizador e para a entidade adjudicante, designadamente: um ambiente de trabalho mais intuitivo, bem como um diretório de empresas (inscritas), onde é possível encontrar mais facilmente os potenciais operadores económicos que forneçam bens ou serviços em linha com as necessidades da Guarda, realidade outrora fora do nosso conhecimento e por vezes de difícil acesso.

Além da PECP *Vortalnext*, a Guarda utiliza ainda a plataforma *Gateway*, que permite o desenvolvimento e a formalização de procedimentos aquisitivos ao abrigo dos Acordos Quadros (AQ).

Neste contexto, no ano económico de 2015, foram desenvolvidos nesta plataforma 19 (dezanove) procedimentos aquisitivos relativos à formação e celebração de contratos públicos ao abrigo dos AQ.

Ainda, no contexto da utilização dos sistemas e tecnologias de informação e decorrente da obrigação legal de publicação dos relatórios de formação, e consequente execução, dos procedimentos aquisitivos desenvolvidos, procedeu-se à publicação no portal dedicado aos contratos públicos de 132 relatórios de formação de contratos (41 Ajustes Diretos, 57 Concursos Públicos e 25 Procedimentos desenvolvidos pela DSUMC/MAI, 5 Procedimentos por Negociação e 4 Contratação Excluída) e 129 relatórios de execução (39 Ajustes Diretos, 51 Concursos Públicos, 24 Procedimentos desenvolvidos pela DSUMC/MAI e 4 Contratação Excluída).

7.2.7. SISTEMA DE RECOLHA E VALIDAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O «*Sistema de Recolha e Validação de Informação*» é uma ferramenta *online* de informação a prestar obrigatoriamente por entidades que realizem procedimentos aquisitivos ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela ESPAP, em três áreas distintas, designadamente, ao nível dos relatórios de faturação, de contratação e o respetivo reporte estatístico anual.

Assim, durante 2015, aquela ferramenta foi utilizada para reporte da informação associada aos procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela Guarda, o que levou à elaboração de 3 relatórios de contratação.

De referir ainda, no que respeita aos procedimentos desenvolvidos pela UMC-MAI e pela ESPAP, que a sua publicação á da responsabilidade daquelas entidades.

7.2.8. SISTEMA DE GESTÃO DO PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO (SGPVE)

A Guarda aderiu, em 2011, ao SGPVE (Sistema de Gestão de Parque de Veículos do Estado), nos termos do Decreto-lei n.º 170/2008, de 26 de agosto e da Portaria n.º 382/2009, de 12 de março.

Esta aplicação é gerida pela ESPAP com o objetivo de integrar num sistema único toda a informação da frota do Estado e garantir as seguintes atividades na sua gestão: pedidos, carregamentos e abates de veículos, informação mensal sobre



quilómetros, manutenções, IPO's, sinistros e consumos de combustível, controlo de cartões de combustível e controlo da frota de veículos apreendidos ou perdidos a favor do Estado e considerados «com interesse para o PVE».

7.2.9. PROGRAMA DE GESTÃO HOSPITALAR “GLINTT”

Tendo como objetivo a melhoria no atendimento ao utente no Centro Clínico, foi consolidado o programa de gestão hospitalar eletrónica “Glintt”.

A plataforma (programa) informática permite um maior apoio aos utentes do Centro Clínico da GNR, dando uma resposta rápida na gestão de consultas e exames, no acesso imediato aos processos clínicos e às fichas dos utentes. Permite ainda de forma célere e eficiente colaboração com entidades externas à GNR.

A introdução desta plataforma constitui o início do processo de informatização do Centro Clínico na vertente do utente/doente.

7.2.10. PROGRAMA DE REGISTO DE DADOS CLÍNICOS E DE CONSUMOS COM OS CAVALOS E CÃES DA GNR “QVET”

Durante o ano 2015 conclui-se com sucesso a instalação e operacionalização do programa informático QVET, que tem como objetivo o registo do historial clínico e dos consumos com os cães e cavalos da GNR.

A aplicação informática permite consultar de forma rápida e organizada todos os serviços e produtos aplicados aos animais, assim como consultar todos os serviços prestados pelos militares afetos ao serviço veterinário.

A aplicação informática QVET permitiu informatizar toda a actividade da Divisão de Medicina veterinária/DSAD.

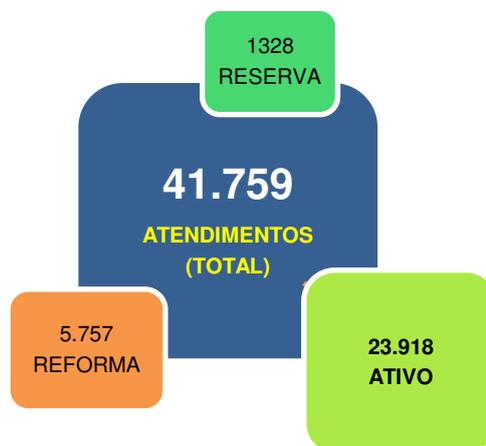
8. SAÚDE, BEM-ESTAR, ASSISTÊNCIA NA DOENÇA E VETERINÁRIA

Engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda, a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, de animais e a manutenção desse efetivo.

8.1.SAÚDE

8.1.1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CENTRO CLÍNICO DA GNR

No plano da atividade desenvolvida pelo Centro Clínico importa relevar a prestação de 41.759 atendimentos, a realização de 264 intervenções cirúrgicas e prestação de 238 consultas do viajante (apoio clínico para missões internacionais).



Apostado na atualização e modernização do equipamento hospitalar bem como ainda na formação certificada de militares do dispositivo da Guarda, foi feito um investimento no valor de 451.409 Euros e foram formados 122 militares com o Curso de Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa.

8.1.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DAS JUNTAS MÉDICAS

JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE (JSS)

A Junta Superior de Saúde (JSS) é um Órgão de Conselho que funciona na dependência direta do Comandante-Geral, conforme alínea b) nº. 1 do art.º 26º. da Lei nº. 63/2007 de 06 de Novembro



(LOGNR), a quem compete julgar o grau de capacidade para o serviço de oficiais, sargentos e guardas que, por ordem do Comandante-Geral, lhe forem presentes, bem como emitir parecer sobre recursos relativos a decisões baseadas em pareceres formulados pelas juntas médicas da Guarda (n.º 1 art.º 30.º da LOGNR).

No ano de 2015 foram realizadas 67 JSS a que foram presentes 1.508 militares, no sentido de avaliar a sua situação clínica.

JUNTAS DE SAÚDE DE ÁREA (JSA)

A Guarda Nacional Republicana dispõe de seis Juntas de Saúde, nomeadamente: JSA-Lisboa; JSA-Porto; JSA-Coimbra; JSA-Évora; JSA-Madeira e JSA-Açores.

As Juntas de Saúde dos Açores e da Madeira não se efetuam por não haver médicos em número suficiente (CT Açores apenas tem 1 médico e CT Madeira não tem nenhum) para a sua constituição.

JUNTAS MÉDICAS DE RECRUTAMENTO (JMR)

No período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2015 foram realizadas 16 juntas médicas nas quais foram avaliados 580 candidatos à Guarda.

JUNTAS MÉDICAS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (CGA)

Durante o ano de 2015 e decorrente de acidentes qualificados como “Acidentes ocorridos em Serviço”, foram realizadas 10 juntas médicas na CGA tendo sido nomeados 10 médicos para integrar as referidas juntas, às quais foram presentes 127 militares.



8.2.MORAL E BEM-ESTAR

Pelo Serviço de Assistência Religiosa (SAR) da GNR foram desenvolvidas durante o ano de 2015 atividades solidárias, apoiando de forma próxima os militares e as suas famílias em momentos de dor, solidão e de carência socioeconómica. Foram ainda desenvolvidas diversas ações celebrativas e formativas das quais se destacam nomeadamente:

- Homenagem à Padroeira da Guarda, 16 de Julho;
- Celebração da Missa integrada nas comemorações do Dia da Guarda;
- Celebrações da Missa integradas nas comemorações de Dias da Unidade;
- Celebrações semanais da Missa no Comando-Geral e no Centro Clínico;
- Celebração dos Fieis Defuntos (5 de Novembro da Igreja de Santa Maria de Belém, Mosteiro dos Jerónimos) e outras cerimónias de homenagens aos mortos nos dias da Unidades;
- Missa Crismal;
- Peregrinação Militar Internacional a Lourdes;
- Peregrinação Militar Nacional a Fátima;
- Peregrinação à Terra Santa (organizada pela Escola da Guarda);
- Celebrações do Natal e da Páscoa;
- Celebrações dos sacramentos de Iniciação Cristã no Centro de Formação de Portalegre;
- Celebrações dos sacramentos do baptismo e do matrimónio;
- Celebrações das exéquias e Missas por ocasião de datas de falecimento;
- Celebrações da Missa por ocasião de encontros de confraternização de militares;
- Celebrações de bênçãos;
- Celebração da Via Sacra;
- Dois Encontros (em Novembro e em Fevereiro) de casais de militares;
- Visitas pastorais do Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança a Unidades da Guarda.

8.3.ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

O Serviço de Assistência na Doença da Guarda Nacional Republicana (SAD/GNR)⁵⁵ é o sistema de saúde dos militares da GNR e que tem por finalidade a comparticipação, total ou parcial, dos encargos decorrentes da prestação de cuidados de saúde e tratamento aos seus beneficiários. De acordo com o regime legal vigente o beneficiário do SAD/GNR usufrui também dos mesmos direitos que um utente do SNS, podendo ainda recorrer ao financiamento proporcionado pelo regime de benefícios do SAD/GNR. Em síntese e de uma forma geral, a despesa do SAD/GNR pode ser agrupada em três grandes áreas: o regime convencionado, o regime livre e os medicamentos.

8.3.1. REGIME DE BENEFÍCIOS

O regime de benefícios abrange o financiamento de despesas com a saúde, designadamente com:

- Os cuidados de saúde e atos médicos, prestados em território nacional e no estrangeiro;

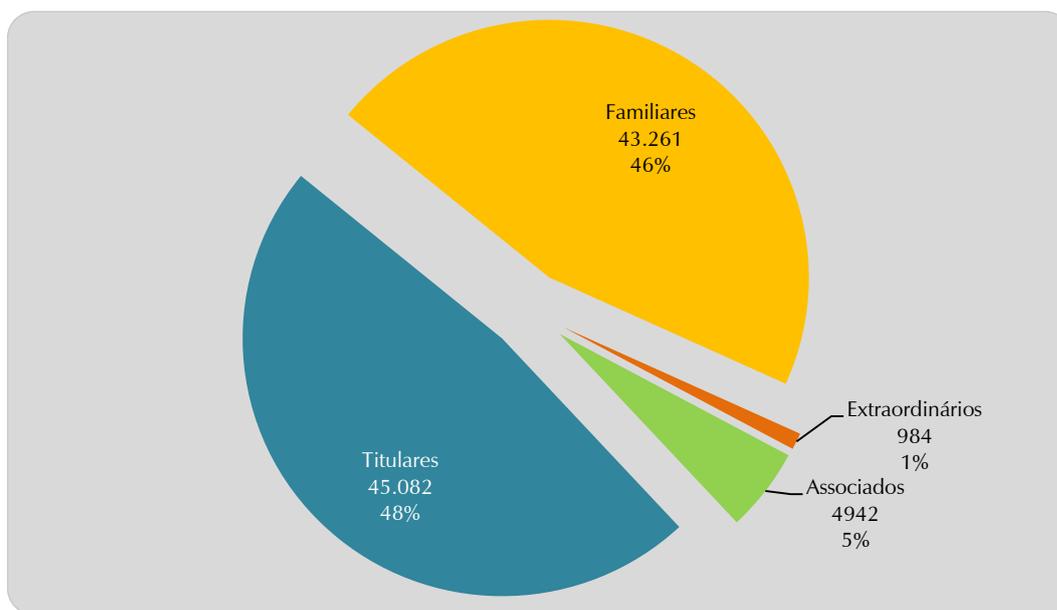
⁵⁵ Definido, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de Setembro (alterado e republicado pela Lei 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelos DL n.º 105/2013, de 30 de julho e DL n.º 30/2014, de 19 de maio, e com as últimas modificações legislativas pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, e pelos DL n.º 81/2015, de 15 de maio e DL n.º 154/20015, de 7 de agosto).



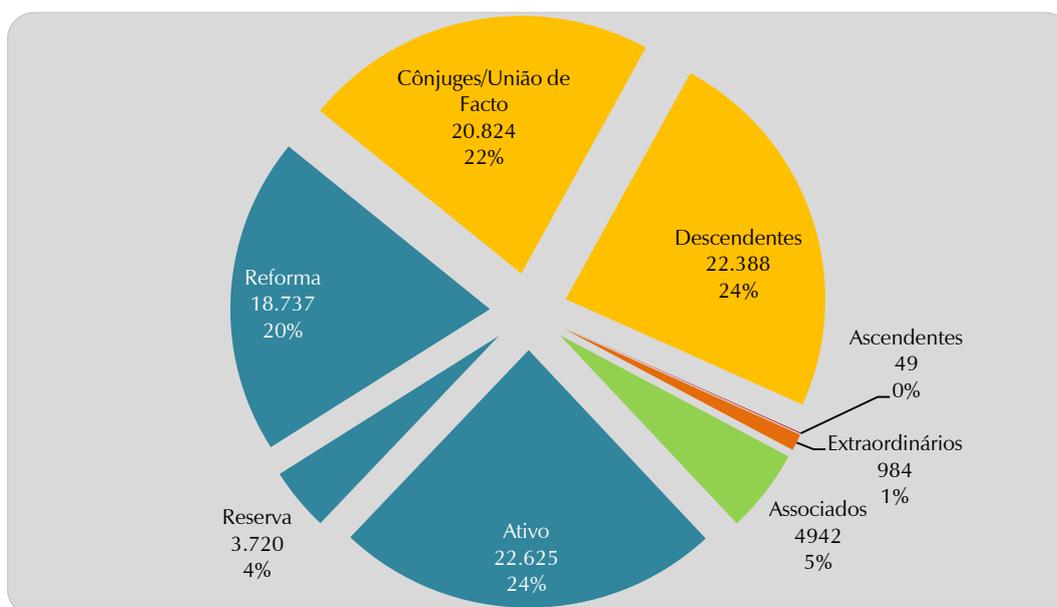
- Os medicamentos adquiridos em farmácias dos SS, RA e Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos;
- Os meios de correção e/ou compensação;
- O internamento, incluindo em lares, o apoio domiciliário, os tratamentos termais, a aposentadoria e os transportes.

8.3.2. BENEFICIÁRIOS DO SUBSISTEMA

Por força das alterações ao regime jurídico atrás referido os beneficiários do subsistema apresentam a 31 de dezembro a seguinte estrutura global:



De uma forma detalhada constituem beneficiários do subsistema os seguintes grupos:





Salienta-se a proximidade do número de beneficiários titulares no ativo com os descendentes, representando aproximadamente 48% do número total de beneficiários. Pelo que se pode verificar, os cônjuges e os titulares na reforma têm também um peso significativo no subsistema.

8.3.3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No tocante à atividade do SAD/GNR, a DAD limita-se a assegurar o financiamento de benefícios relacionados com a saúde, havendo uma série de procedimentos que dão origem à sua atividade diária:

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS DA ATIVIDADE DO SAD/GNR	2015
Entidades Convencionadas	971
Faturas Recebidas (RL + RC)	88.632
Processos de Medicina Dentária (Ortodontia + Próteses Fixas)	557
Beneficiários SAD/GNR	94.269
Autorizações para tratamentos de Fisioterapia	4.755
Cartões SAD/GNR emitidos	23.138
Análise de Processos para Emissão de Cartão SAD/GNR	24.505
Cartões CESD validados	2.438
Ficheiros de Faturação Eletrónica Recebidos	10.761

8.3.4. REDE CONVENCIONADA

Relativamente à rede convencionada, que atualmente conta com quase 1000 acordos celebrados, ao longo do território nacional. Em 2015 foram celebrados 159 acordos com novas entidades, salientando-se a imensa distribuição geográfica, ainda deficitária no interior do país quando comparada com os distritos do litoral.

8.4. ASSISTÊNCIA MÉDICO-VETERINÁRIA AO EFETIVO DE CAVALOS E CÃES

8.4.1. AÇÕES PROFILÁCTICAS, MÉDICAS E CIRÚRGICAS

As ações profiláticas médicas e cirúrgicas desenvolvidas mostraram-se eficazes na garantia do estado sanitário do efetivo.



CÃES

- 1 vacinação contra a raiva;
- 1 vacinação contra esgana, hepatite, leptospirose e parvovirose;
- 1 vacinação contra tosse do canil;
- 2 desparasitações semestrais contra parasitas internos;
- Desparasitações externas – nº dependendo da taxa de infestação nos locais aonde os animais se encontram colocados;
- Primovacinação dos cachorros nascidos na GNR dos cães doados e comprados.
- Consultas e cirurgias foram efetuadas essencialmente pela clínica veterinária de cães da GNR.

CAVALOS

- 1 vacinação contra gripe equina e tétano para os cavalos de fileira (nos cavalos da USHE a vacinação foi transferida para Janeiro de 2016 por motivos de atraso na entrega das vacinas e desparasitantes);
- 2 vacinações contra gripe equina e tétano para os cavalos de desporto e que participam em eventos desportivos civis;
- 1 desparasitação interna;
- Primovacinação e desparasitação dos cavalos doados e comprados;
- Consultas e cirurgias foram efectuadas essencialmente pelo Hospital Veterinário de Equinos da GNR, Enfermaria Veterinária de Equinos no 3ºEsquadrão/USHE, e nos Centros de Apoio de Área do Porto, Coimbra e Évora.



9. PROJETOS COFINANCIADOS POR PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

Durante o ano 2015, a Guarda consolidou as alterações introduzidas no ano anterior, os quais se centraram na implementação de gestores de projeto e de um novo *workflow* procedimental, bem como no alinhamento para com os objetivos determinados pelo Exmo. Comandante Geral no âmbito da estratégia Guarda 2020 – Uma Estratégia de Futuro.

De forma a consolidar a informação orçamental, foram introduzidos centros de custos e ordens internas para todos os projetos e atividades internacionais, solidificando-se o processo de descentralização de procedimentos e o reforço do controlo da execução das diversas atividades.

Em relação aos projetos nos quais a Guarda participou em 2015, os mesmos encontram-se identificados no quadro abaixo.

À semelhança dos anos anteriores, o principal esforço da Guarda centrou-se nas atividades relacionadas com a vigilância da fronteira externa da União Europeia, sobretudo nas áreas da Imagem Operacional Comum, partilha de informação, aquisição de novas capacidades ou renovação de meios, bem como nos projetos na área do ambiente, através dos projetos LIFE.

Ao nível dos projetos relativos à vigilância da fronteira externa da União Europeia, no ano de 2015 iniciaram-se dois novos projetos:

- Em março 2015, o projeto intitulado Light Maritime Patrol Aircraft (LMPA) que visa adquirir de informação de vigilância marítima, aumentar a área de vigilância coberta pelos SIVICC (PT) e pelo SIVE (SP) e melhorar a troca de informação entre os Centros Coordenadores Nacionais (NCCs) EUROSUR.
- Em dezembro 2015, o projeto intitulado ESPPS (ligação SIVE-SIVICC NORTE), cujo objetivo é permitir o intercâmbio do quadro situacional entre os NCC de Portugal e de Espanha, na fronteira Norte dos países. O projeto ESPPS tem como coordenador a Guarda e como parceiro a Guardia Civil, de Espanha.

Ao nível do programa LIFE, iniciou-se, em julho de 2015, o projeto LIFE RUPIS, cujo objetivo é implementar ações que visam reforçar as populações de águia-perdigueira e britango no Douro transfronteiriço, através da redução da mortalidade destas aves e do aumento do seu sucesso reprodutor. O abutre-preto e o milhafre-real são espécies também beneficiadas por este novo projeto.

No âmbito do HORIZONTE 2020, a Guarda associou-se, como parceiro, ao projeto NOSY, que tem como objetivo ajudar na investigação e combate ao crime organizado através do desenvolvimento de dispositivos de deteção em miniatura para monitorizar, registar e comunicar atividade criminosa.

No âmbito do NATO *Smart Defence*, a Guarda associou-se ao projeto *Multinational Cyber Defence Education and Training Project* (MN CD E&T), coordenado pelo Exército, cujo objetivo é criar uma Plataforma de Coordenação da Educação e Treino em Ciberdefesa (ponto de coordenação central para uma rede de atividades de Educação e Treino) e desenvolver / proporcionar novas iniciativas, destinadas a preencher as lacunas de Educação e Treino em Ciberdefesa existentes ao nível da NATO e das Nações.



7.º PROGRAMA QUADRO

CLOSEYE

Vigilância da fronteira externa da UE - Combate à imigração irregular

ISITEP

Conseguir a interoperabilidade entre os sistemas de comunicações TETRA E TETRAPOL

PREFER

Utilização de dados satélite no apoio à prevenção e à recuperação pós-incêndios

SOTERIA

Desenvolver um sistema de comunicações móveis e *online* para emergências

FUNDO FRONTEIRAS EXTERNAS - AÇÕES COMUNITÁRIAS

SATELLITES

Vigilância da fronteira externa da UE - Combate à imigração irregular

SEAHORSE MEDITERRÂNEO

Vigilância da fronteira externa da UE - Estabelecer uma ligação entre os NCC EUROSUR e a rede SEAHORSE

LIGAÇÃO SIVE-SIVICC SUL

Vigilância da fronteira externa da UE - Intercâmbio do quadro situacional entre os NCC de Portugal e de Espanha na fronteira Sul dos países

ESPPS (LIGAÇÃO SIVE-SIVICC NORTE)

Vigilância da fronteira externa da UE - Intercâmbio do quadro situacional entre os NCC de Portugal e de Espanha na fronteira Norte dos países

H2020

EUCISE2020

Vigilância da fronteira externa da UE - Troca de informações sobre as fronteiras marítimas europeias

NOSY

Desenvolvimento de dispositivos de deteção em miniatura para monitorizar, registar e comunicar atividade criminosa



LIFE

LIFE IMPERIAL

Conservação e proteção dos habitats à Águia Imperial

LIFE RUPIS

Conservação e proteção dos habitats da águia-perdigueira e do britango no Douro transfronteiriço

PREVENIR E COMBATER A CRIMINALIDADE (ISEC)

Pol-PRIMETT II

Combate ao furto de metais não preciosos

VISIT

Combate ao furto de identidade

NATO SMART DEFENCE

MN CD E&T

Criar uma Plataforma de Coordenação da Educação e Treino em Ciberdefesa







Capítulo IV

RECURSOS DISPONÍVEIS

IV. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1. RECURSOS HUMANOS

A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio - o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009 de 14 de outubro. Conforme se dispõe nos artigos 19º da LOGNR e 5º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhe aplicável o estatuto dos funcionários e agentes da administração pública.

Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas” aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Os militares da Guarda agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

Oficiais	Oficiais Gerais	Sargentos	Sargento-Mor
	Tenente-General		Sargento-Chefe
	Major-General		Sargento-Ajudante
	Oficiais Superiores		1.º Sargento
	Coronel		2.º Sargento
	Tenente-Coronel		Furriel
	Major	Guardas	Cabo-Mor
	Capitães		Cabo-Chefe
	Capitão		Cabo
	Oficiais Subalternos		Guarda Principal
	Tenente		Guarda
Alferes			

Figura 94 – Categorias profissionais militares da GNR

A situação de pessoal militar, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa Geral de Pessoal Militar da Guarda Nacional Republicana, aprovado por Sua Excelência o MAI, através do Despacho n.º 8.372/2010, de 18 de maio.

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2015, de 23.418 elementos na situação de ativo, entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares 22.676 (815 oficiais, 2.608 sargentos e 19.253 guardas) e 742 civis, dos quais 59 em regime de prestação de serviço (avenças).



Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2015 a Guarda sofreu um aumento, ainda que ligeiro, do seu efetivo, fruto, em particular, da redução substancial de passagens à situação de reserva de militares, em número bastante inferior ao de novas entradas no Quadro.

Iniciou-se assim, uma tendência que se estima seja mantida até ao ano de 2016 (inclusive), sendo que a partir de 2017 e a manter-se o ritmo de um CFG de apenas 450 elementos/ano, muito provavelmente, a Guarda iniciará, novamente, um ciclo de decréscimo do seu efetivo militar. As mudanças operadas, a partir do final de 2013, nos critérios de deferimento dos requerimentos de passagem à situação de reserva, contribuíram para tal cenário. Toda a presente análise se efetua tendo por base as regras que atualmente constam no EMGNR:

Em 2016 ingressarão nos quadros da Guarda, 23 Oficiais Subalternos e 450 Guardas, provenientes dos respetivos Cursos de Formação, o que também contribuirá para tendência de subida do número de efetivos militares

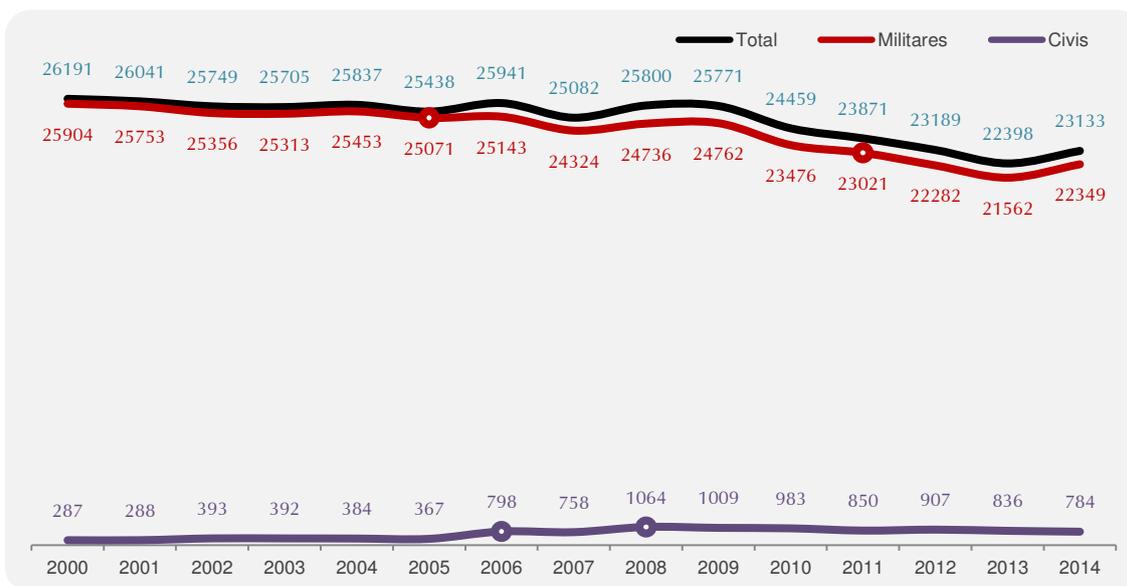


Figura 95 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 – 2015

Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular no efetivo militar, este tem registado um decréscimo acentuado. Pese embora a tendência de subida verificada em 2014 e 2015 e que se espera se mantenha em 2016, não são ainda assim suficientes para alcançar o efetivo militar que já atingidos, na situação de ativo, em anos anteriores.

Um aspeto de primordial importância para o funcionamento da Guarda, no que respeita ao ano de 2015, são as promoções realizadas no efetivo militar e que se traduzem no quadro infra. De notar que, como se pode constatar, algumas promoções, embora tenham ocorrido em 2015, dizem respeito a vagas de anos anteriores:

CATEGORIAS	VAGAS ANOS ANTERIORES	VAGAS 2015	TOTAL
OFICIAIS	2	146	148
SARGENTOS	21	287	308
GUARDAS	32	1241	1273
Total	55	1.674	1.729

Figura 96 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 – 2015



As promoções em apreço ocorreram após a obtenção de despacho prévio favorável por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Interna, tal como dispunha a LOE para o ano de 2015.

Refira-se que tais promoções se afiguram essenciais e imprescindíveis para o normal funcionamento da Guarda, tendo em conta a sua estrutura fortemente hierarquizada e a definição das funções correspondentes a cada um dos postos dos militares que integram esta Força de Segurança.

No que concerne ao processamento de vencimentos, o mesmo teve necessidade de ser adaptado às alterações legislativas decorrentes da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, (Orçamento de Estado para 2015 à Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, ainda, da aplicação da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

Para além da aplicação das alterações impostas no âmbito da sua atividade principal, supramencionadas, o processamento de vencimentos teve um impulso significativo na forma de interagir com outras entidades, nomeadamente, Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. Merecem destaque neste particular as alterações profundas na forma de reporte dos valores processados à Autoridade Tributária, os contributos dados para respostas da Guarda a solicitações do Ministério da Administração Interna e da Direção Geral do Orçamento sobre valores processados e ainda os contributos para a orçamentação de despesas com pessoal relativamente ao ano de 2016.

1.2.ATIVIDADES CONEXAS À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.2.1. SAÚDE E BEM-ESTAR

Este ponto engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda e a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, já exposta anteriormente.

Nos quadros apresentados consta o conjunto de atividades principais desenvolvidas neste âmbito.

INSPECÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
CURSO PROMOÇÃO OFICIAL SUPERIOR	25
CURSO PROMOÇÃO A CAPITÃO	88
PROMOÇÃO A SARG. CHEFE/AJUDANTE	78
CURSO FORMAÇÃO DE SARGENTOS	78
CURSO DE PROMOÇÃO A CABO	383
CURSO DE PATRÃO LOCAL	24
CURSO DE BATEDOR MOTO	29
CANDIDATOS AO CURSO DE C.R.M.O.P.	30
CURSO DE TRÂNSITO	40
CANDIDATOS CURSO FISCAL	61
CANDIDATOS CURSO GIOP	18
CANDIDATOS A MOTORISTA	91
CURSO DE. Mergulhador	14
CANDIDATOS CURSO MINAS E ARMADILHAS (EOD)	19
HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR	152



INSPECÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
ÂMBITO DA MEDICINA PREVENTIVA	178
CANDIDATOS À GNR	580
TOTAL	1.888

Figura 97 – Inspeções Médicas Realizadas (Medicina Preventiva)

ALGUNS EXAMES COMPLEMENTARES EFECTUADOS	TOTAL
E.C.G.	2.253
TITMUS	1.921
AUDIOGRAMAS	1.928
E.E.G.	44
T.A.	1.944
TOTAL	8.090

Figura 98 – exames desenvolvidos

1.2.2. JUSTIÇA E DISCIPLINA

PROCESSOS	INSTAURADOS			CONCLUÍDOS		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Proc. Disciplinares	979	860	742	702	860	719
Proc. Averiguações	707	690	646	622	690	579
Proc. Ac. em serviço	947	1046	1062	806	1046	918
Proc. Administrativos	1121	1040	1160	633	1040	775
Proc. Inquérito	14	18	33	4	18	31
Proc. Estatutário	0	1	2	2	-	1

Figura 99 – Análise de processos desenvolvidos



RECOMPENSAS/PUNIÇÕES	EXECUTADOS							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Louvores	2956	1147	656	941	2969	2945	2597	3794
Referência Elogiosa	90	53	-	0	63	214	640	438
Licença de Mérito	1244	1198	-	-	1181	1488	1082	1042
Repreensão Escrita	105	52	60	73	86	64	88	66
Repreensão Escrita Agravada	36	27	19	18	43	30	25	24
Suspensão	309	171	153	149	133	147	165	138
Suspensão Agravada	5	0	2	0	1	2	6	2
Reforma Compulsiva	8	15	10	13	42	31	3	
Separação do Serviço	4	10	2	5	2	3	4	

Figura 100 – Análise de recompensas vs punições desenvolvidas

OUTRAS	EXECUTADOS							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pareceres por recurso para Exmo. TGCG e S.Ex ^a MAI	123	189	219	162	168	203	167	196
Patrocínios Judiciários	42	39	33	74	84	30	26	35

Figura 101 – Análise de outras atividades desenvolvidas



2. RECURSOS MATERIAIS

A logística está intimamente ligada à estratégia da Guarda e traduz-se na capacidade para fazer acontecer, pois constitui um processo transversal a toda a organização, assente numa rede de fluxos físicos e informacionais, que visa responder no momento, na quantidade e no local apropriados, potenciando o desempenho operacional.

Deste modo, a gestão dos recursos materiais deve orientar-se para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos assente, por um lado, no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

Nessa conformidade, durante o ano 2015 procurou-se consolidar o novo conceito logístico, assente numa lógica de serviços partilhados, onde uma entidade gestora central promove as funções de planeamento, gestão e controlo dos recursos logísticos, em articulação com os órgãos de gestão local, com a Direção de Serviços da Unidade Ministerial de Compras do MAI e com a ESPAP.

Ao nível estratégico, a logística procurou contribuir para um melhor alinhamento entre os principais instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Anual de Atividades, o Orçamento, o Plano Anual de Investimento e o Plano Anual de Compras, pois só garantindo as fontes de financiamento indispensáveis ao desenvolvimento oportuno das aquisições de bens e serviços será possível suprir as principais necessidades identificadas pelo dispositivo da Guarda.

Em termos operacionais, foram introduzidos procedimentos que pretenderam agilizar o ciclo de reabastecimento, foram desenvolvidos procedimentos aquisitivos transversais ao dispositivo, para além de se procurar racionalizar a gestão da manutenção e dos transportes

Foi também através de uma política de gestão criteriosa dos recursos materiais que a Guarda cumpriu, com êxito, a sua Missão.

Enquanto entidade gestora de um vasto património, cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, a implementação de um novo conceito logístico permitiu dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa na Guarda.

Não seria verdade, se não disséssemos que com mais certamente faríamos melhor. No entanto, com os recursos disponíveis, a Guarda Nacional Republicana procurou continuar a garantir uma melhor funcionalidade dos seus serviços e um ambiente de maior segurança.

2.1. PLANEAMENTO E REABASTECIMENTO

O planeamento logístico visa prever e atuar sempre em antecipação. Assim, só planeando o apoio logístico é possível obter, em tempo útil, no local apropriado e na quantidade e qualidade devidas, os recursos necessários ao bom desempenho operacional.

Neste âmbito, o planeamento passou a dispor de uma lógica consolidada através da agregação de necessidades promovida pelo Plano Anual de Compras, em alinhamento com a proposta de Orçamento e o Plano de Atividades da Guarda.

Através da função logística/reabastecimento foi possível desenvolver um conjunto de atividades cujo objetivo é o de fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e permitir a atuação das Forças da Guarda.

No âmbito do reabastecimento foi dada prioridade, em 2015, à otimização e antecipação do planeamento das necessidades logísticas. Procurou-se, ainda, desenvolver e melhorar as especificações técnicas dos procedimentos aquisitivos, bem como reforçar os mecanismos de controlo da execução material dos contratos, em articulação com as Unidades.



Em 2015, foi ainda elaborado o Anuário Estatístico da Logística relativo ao ano 2015, organizado pelas funções logísticas e respetivos materiais e serviços que estão sob a sua responsabilidade, que almejou atingir os seguintes objetivos:

- Partilhar a informação – Na atual sociedade do conhecimento o valor da informação é diretamente proporcional à sua partilha, pelo que se mostra de grande relevância estratégica para a Guarda, a disponibilização da informação logística constante deste documento;
- Apoiar a decisão – As crescentes exigências que se colocam à boa gestão dos recursos pressupõem uma melhoria da qualidade das decisões públicas, pelo que o presente documento pretende disponibilizar a todos os níveis de Comando informação consistente e pertinente para a tomada de decisão;
- Prestar contas - O Anuário que aqui se apresenta soma à imperatividade legal a obrigação ética que as estruturas públicas têm de prestar contas (*accountability*) dos recursos públicos que consomem e da forma como os gerem, assegurando, desta forma, o princípio da transparência e da responsabilidade;
- Acrescentar valor - Na economia do conhecimento, a vantagem competitiva das organizações passou a residir na sua capacidade para inovar e aprender de forma contínua. Surgem, assim, as denominadas “organizações aprendentes” que colocam no centro dos seus valores a aprendizagem, que constitui a principal força motriz para assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

2.2.AQUISIÇÕES

No decurso do ano em análise, a GNR, por intermédio da Direção de Recursos Logísticos (DRL), manteve a estratégia adotada em 2015, assumindo-se como entidade coordenadora da estratégia de compras da Guarda, nomeadamente no que respeita à execução do Plano Anual de Compras, aprovado pelo Exmo. Comandante-Geral.

Naqueles termos, aquela direção agregou um conjunto de procedimentos para a aquisição de bens e serviços junto dos demais Órgãos da GNR, privilegiando a centralização dessas compras junto da UMC/MAI.

No quadro infra são reportados, de forma global, os procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela GNR, bem como aqueles de que foi beneficiária, correndo a sua formalização por parte da UMC/MAI e ESPAP.

Com efeito a Figura 102 – Procedimentos aquisitivos desenvolvidos em 2015 por tipologia reflete os procedimentos aquisitivos realizados no decurso do ano de 2015, por tipologia. Por sua vez, a Figura 103 – Valor dos procedimentos de Aquisição/Alienação formalizados em 2015 traduz o seu valor em euros⁵⁶:

⁵⁶ O quadro identificativo do conjunto discriminado dos procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela GNR durante o ano de 2015 é incluído em anexo B, por motivos de extensão.



PROCEDIMENTOS	ADS	AD	CP	AQ	CE	CP AL.	PND AL	TOTAL
PAC2014		4	6					10
PAC2015	69	24	16		15			124
PAI2014		2		2				4
PAI2015		18	20	16				54
FEFE2014		1	1					2
FEFE2015			1	1				2
ALIENAÇÃO						1		1
TOTAL	69	49	44	19	15	1		197

Figura 102 – Procedimentos aquisitivos desenvolvidos em 2015 por tipologia

PROC.	ADS	AD	CP	AQ	CE	CP AL.	PND AL	TOTAL (€)
PAC2014		25.218	965.059					990.277
PAC2015	59.379	1.138.650	1.550.746		767.142			3.515.917
PAI2014		253.113		2.672.037				2.925.150
PAI2015		1.702.381	1.801.581	15.748.606				19.252.568
FEFE2014		52.335	225.308					277.643
FEFE2015			97.266	348.459				445.725
ALIENAÇÃO						5.387		5.387
TOTAL	59.379	3.171.697	4.639.960	18.769.102	767.142	5.387		27.412.667

Figura 103 – Valor dos procedimentos de Aquisição/Alienação formalizados em 2015

Da análise aos quadros acima é possível verificar a diversificada distribuição dos procedimentos por tipologia de contratação, bem como, o valor aplicado em termos globais, representando a formalização de 197 procedimentos aquisitivos, no montante global de despesa de € 27.407.280 e de receita de € 5387,77.

De salientar a exclusão dos procedimentos aquisitivos iniciados em 2015, no total de 14 procedimentos, cuja conclusão se prevê ocorra no corrente ano económico, dos quais há a destacar a aquisição de munições, processo submetido a Visto do Tribunal de Contas, cujo valor de adjudicação é de € 493.634,67.

De referir ainda, a continuidade do paradigma nas aquisições efetuadas pela GNR, uma vez que esta Força de Segurança tem como principal objetivo, na área da aquisição de bens e/ou serviços, diminuir as aquisições através do recurso ao procedimento por Ajuste Direto, potenciando o recurso aos procedimentos abertos a todos os interessados que reúnam as condições de participação exigidas, facto que garante, nomeadamente, os princípios da igualdade e da livre concorrência.



2.3. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Em 2015, à semelhança do que sucedeu no ano anterior, consolidou-se a estrutura decorrente da nova Lei Orgânica da GNR, o que permitiu cimentar o novo conceito logístico alicerçado no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE).

A Guarda desenvolveu ainda obras de pequena envergadura e trabalhos de manutenção, com recurso a meios próprios num património vasto e bastante antigo. Sem este valioso recurso, a degradação das infraestruturas seria muito maior e implicaria o dispêndio de maiores verbas em intervenções tardias. Para além das necessárias intervenções de manutenção, muito ainda há a fazer quanto a trabalhos de modernização, aspeto fundamental e melhoria da funcionalidade com o objetivo último de garantir um serviço público de qualidade e excelência.

Também através da função logística manutenção se desenvolveu um conjunto de atividades com o objetivo de conservar o material em condições de operacionalidade e assegurar tais condições ao material que as não possui, por modernização, aperfeiçoamento ou modificação.

2.4. MEIOS DE TRANSPORTE

Através da função logística transportes foi desenvolvido um conjunto de atividades que englobam o deslocamento de pessoal, de animais e de material, bem como a sua direção e a gestão do equipamento e das instalações a ele associadas. O parque de veículos da Guarda tem uma dimensão, dispersão e complexidade ímpares na Administração Pública, cobrindo todas as especificidades impostas pela sua missão.

Nesse parque de meios de transporte encontram-se viaturas auto para o patrulhamento e transporte de pessoal, viaturas especiais destinadas a valências específicas (a proteção da natureza e do ambiente, investigação criminal e intervenção e socorro, entre outras), viaturas blindadas para situações especiais e especialmente destinadas à participação em missões internacionais, viaturas de transportes gerais, viaturas de transporte de solípedes e canídeos e embarcações para controlo e patrulhamento do mar territorial e vigilância da orla marítima, entre muitas outras.

2.4.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O Parque de viaturas da Guarda, composto na sua maioria por viaturas ligeiras e motociclos, totalizam 5.502 unidades, cuja evolução durante o ano de 2015 foi marcada pela aquisição de 104 viaturas novas. Durante esse ano a taxa média de inoperacionalidade das viaturas cifrou-se em 17,68 %.

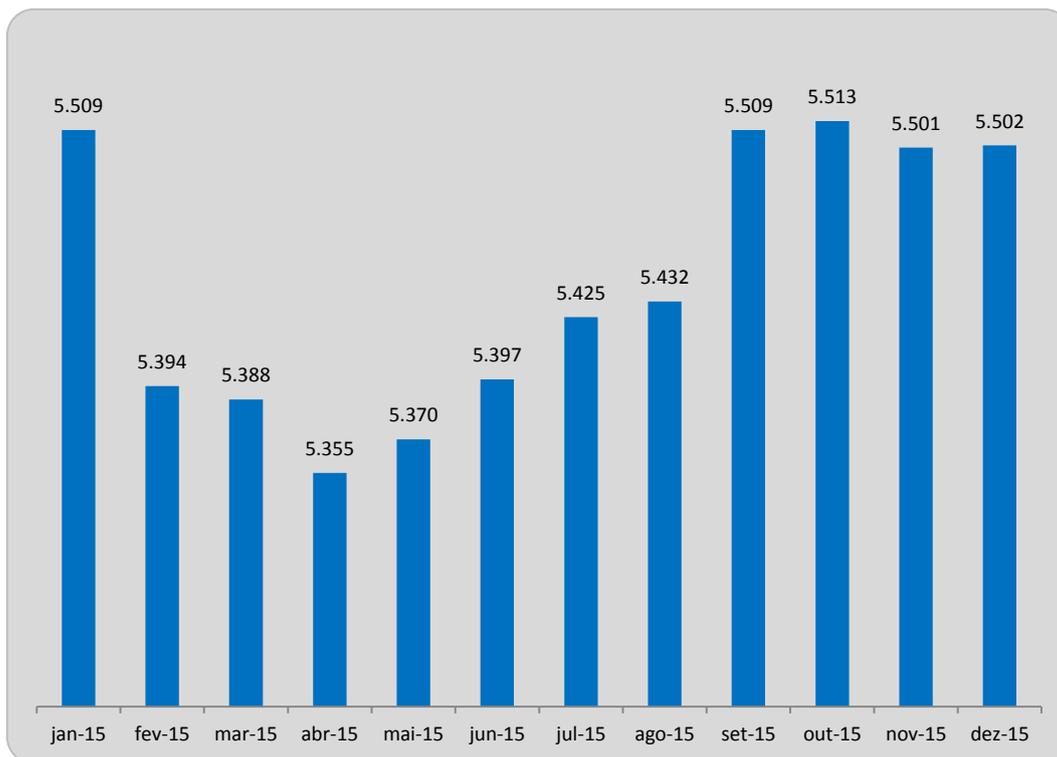


Figura 54 – Evolução do parque automóvel durante o ano de 2015

Durante o ano de 2015, as viaturas afetas ao parque auto da Guarda percorreram em média 220.266 Km diários, conforme quadro infra. Considerando o total de viaturas da Guarda e a taxa média de inoperacionalidade, cada viatura operacional da Guarda percorreu 17.751 km por ano.

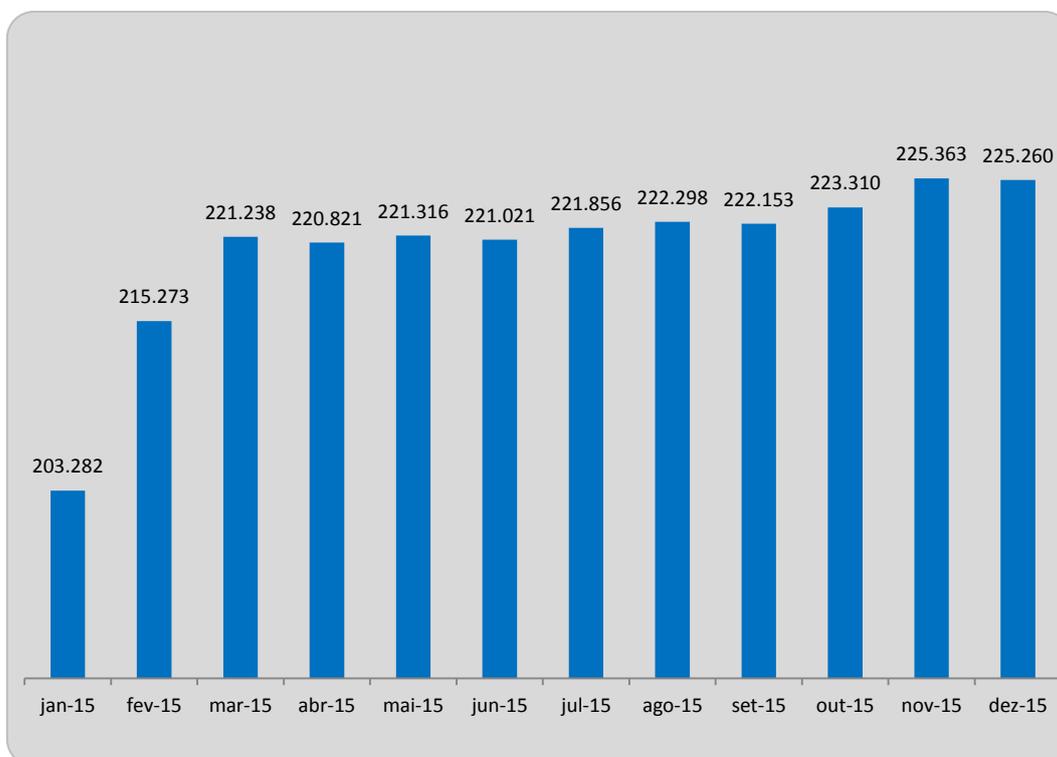


Figura 55 – Média diária de Km percorridos

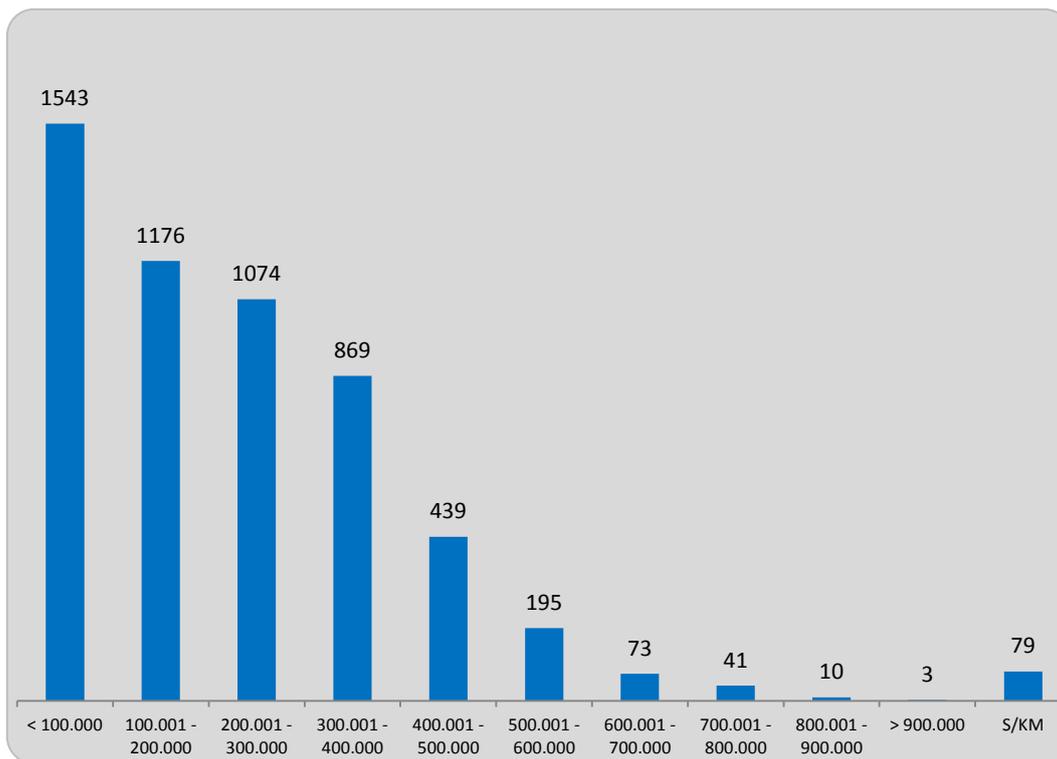
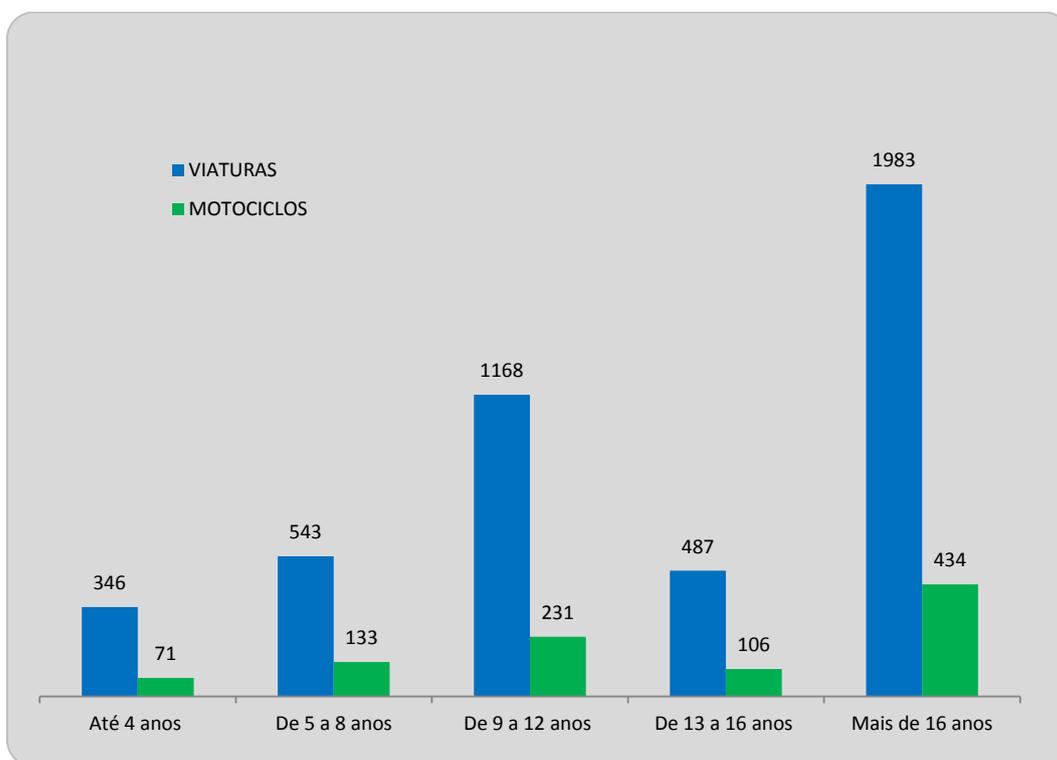


Figura 56 – Distribuição de viaturas por Km

Outra das preocupações do Comando da Guarda refere-se à antiguidade do parque auto, com evidentes reflexos no desempenho operacional. Conforme se pode constatar no quadro abaixo, a grande maioria das viaturas tem mais de 10 anos de idade, o que, aliado ao grande desgaste diário dificulta de sobremaneira o serviço a desempenhar.



Figuras 57 – idade das viaturas da GNR



Ainda durante o ano de 2015, a DRL concluiu 28 processos de integração de viaturas no Parque de Viaturas do Estado (PVE), provenientes de doações, protocolos de comodato e perdas a favor do Estado em processos-crime ou contraordenacionais, conforme quadro abaixo.

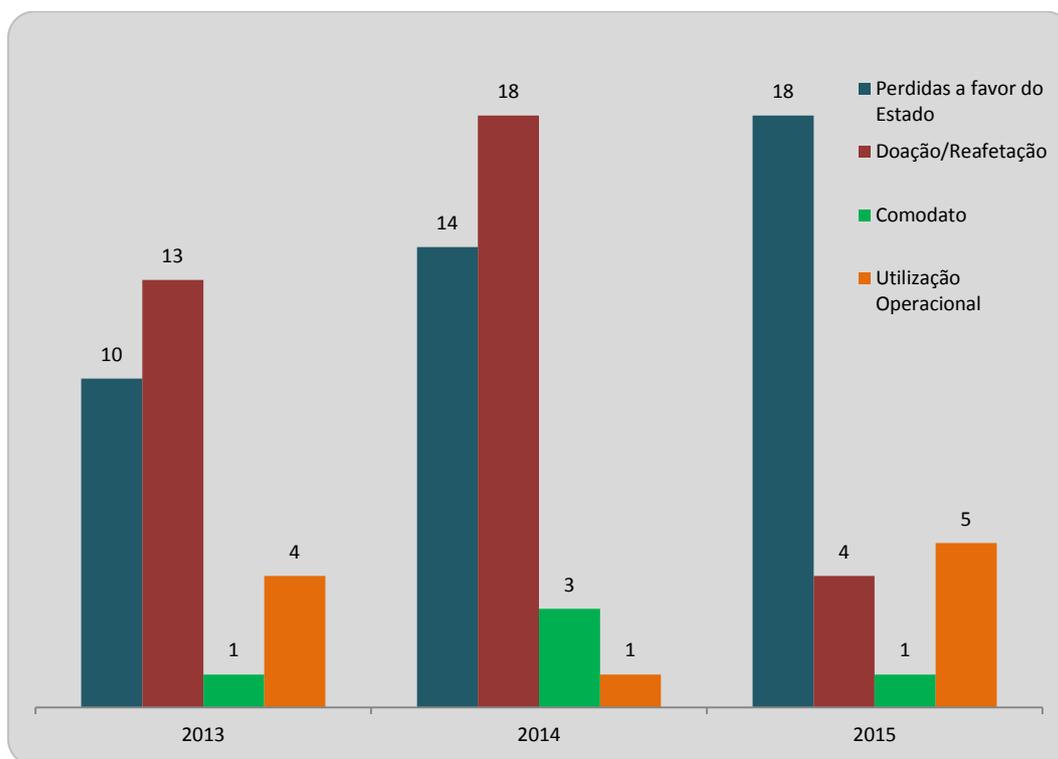


Figura 58 – Evolução das viaturas legalizadas

2.4.2. MEIOS MARÍTIMOS

Para desenvolver a sua missão nesta área de responsabilidade, nomeadamente no controlo e vigilância costeira, proteção da natureza e ambiente e proteção e socorro, a Guarda dispõe dos seguintes meios marítimos:

UNIDADES	IDADE DOS MEIOS MARÍTIMOS (MÉDIA)	TIPOLOGIA DOS MEIOS		
		FIBRA	SEMIRRÍGIDOS	TOTAL
UCC	10	38	20	58
UI	8		4	4
CTer	8	3	15	18
Total	7	29	43	72

Figura 104 – Frota meios marítimos da GNR

2.5.EFETIVO ANIMAL

Outra das especificidades que diferenciam a Guarda das demais instituições públicas e a tornam única, são as valências de cavalaria e cinótecnicas, as quais revestem cuidados especiais nomeadamente com a saúde e alimentação deste efetivo.

Neste sentido, face à evolução registada nos três últimos anos ao nível do efetivo associada à sua crescente utilização nos mais diversos cenários e missões (gráfico abaixo), no ano 2015 as necessidades de aquisição e manutenção do efetivo animal (e material específico) cifraram-se em € 522.134,49.

No gráfico abaixo mostra-se a evolução destes efetivos entre 2008 e 2015, bem como a sua respetiva distribuição. Durante o ano 2015 foram aumentados ao efetivo 47 cães e 33 cavalos, e abatidos 36 cães e 85 cavalos.

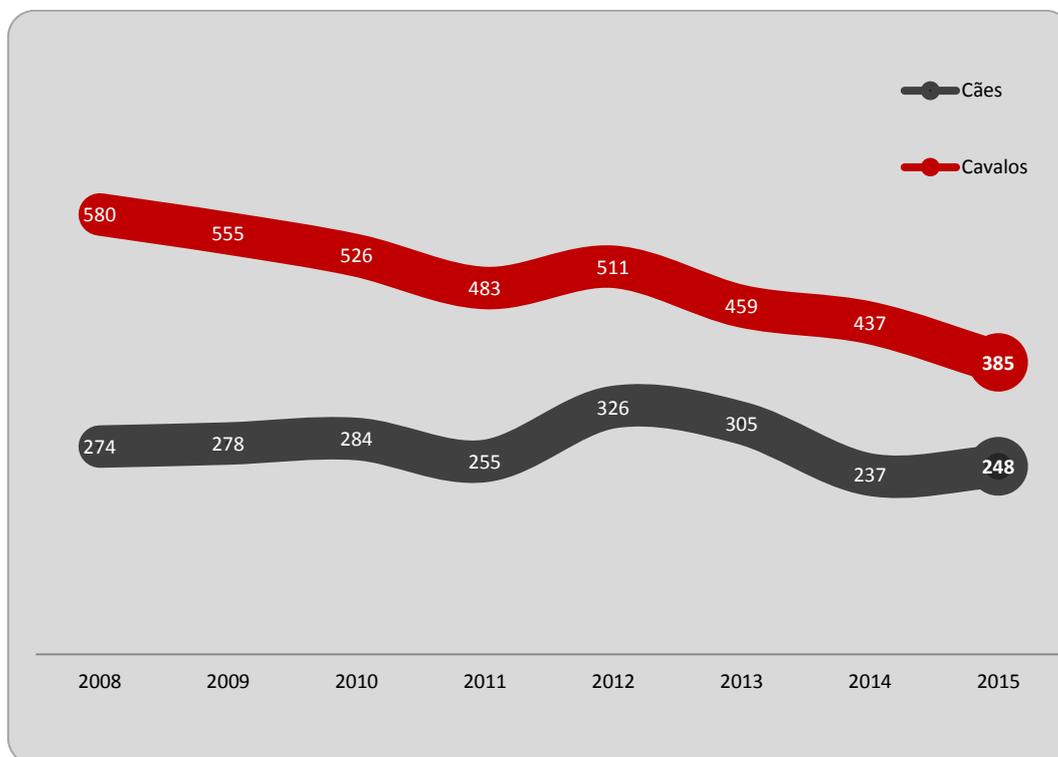


Figura 105 – Efetivo Animal 2008-2015

UNIDADES	EFETIVO ANIMAL		
	SOLÍPEDES	CANÍDEOS	TOTAL
USHE	269	0	284
UI	0	118	116
CTER	116	130	253
Total	385	248	633

Figura 106 – Distribuição do Efetivo Animal (em 31 de dezembro de 2015)

Cerca de 70% do efetivo de cavalos encontra-se na USHE e 47% de cães na UI, incluído os que após terem sido adquiridos se encontram em instrução/ensino. Em 2015, fruto de decisão do Comando da Guarda, foi promovido um reajustamento do efetivo de solípedes, ponderando para o efeito as suas necessidades operacionais, traduzindo-se numa redução efetiva de 69 animais.

Em 2016 o Comando da Guarda manterá o esforço de reajustamento do efetivo de solípedes, ponderando para o efeito as suas necessidades operacionais. Visando garantir a operacionalidade de utilização deste meio, ponderando os custos com a sua manutenção, a Guarda fixará um quadro de referência de 400 solípedes.



3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1. PROPOSTA DE ORÇAMENTO E ORÇAMENTO APROVADO

A Proposta de Orçamento da GNR para 2015 foi elaborada em obediência aos limites definidos pela Tutela e, em particular, às instruções divulgadas pela Direção-Geral de Orçamento (DGO), através da sua Circular n.º 1376, Série A, de 18 de julho de 2014.

A etapa de planeamento do Orçamento da GNR concretizou-se em duas fases:

- A primeira correspondeu à recolha das necessidades globais previstas para 2015, junto de todas as Unidades/Estabelecimentos/Órgãos, destacando-se a interação entre o órgão de planeamento estratégico (DPERI) e o órgão financeiro (DRF), e os órgãos responsáveis pela gestão de recursos humanos (DRH) e pelos recursos logísticos (DRL), determinada pelo peso relativo das despesas processadas por cada uma delas, no que respeita ao cálculo das despesas decorrentes do processamento de vencimentos e relativamente ao cálculo das necessidades logísticas.
- A segunda fase, e após determinação do Plafond pela Tutela, consistiu no ajuste do planeamento inicial realizado, respeitando as regras previstas na Circular supra referida e o valor tutelarmente definido para a GNR.

Após a GNR ter carregado o seu Orçamento no Sistema de Orçamento de Estado (SOE), foram realizadas diversas alterações ao Plafond inicial atribuído, levando à alteração da proposta apresentada pela GNR, conforme o quadro que se segue. Do montante proposto, a GNR viu a sua proposta ser reduzida em 70.644.591 €.

AGRUPAMENTO	VALOR PROPOSTO	VALOR APROVADO ⁵⁷	DIFERENÇA	%
Pessoal	814.262.461	754.985.878	59.276.583	-7,28
Bens e Serviços	71.760.422	59.943.014	11.817.408	-16,47
Transferências Correntes	486.875	427.274	59.601	-12,24
Outras Despesas Correntes	574.513	1.282.263	707.750	123,19
Investimento	14.500.000	14.301.251	198.749	-1,37
TOTAL	901.584.271	830.939.680	70.644.591	-7,84

Figura 107 – Alterações ao Plafond inicial – Orçamento Proposto versus Orçamento Aprovado

3.2. ORÇAMENTO DA DESPESA INICIAL

3.2.1. ALTERAÇÕES INICIAIS EM SEDE DA PUBLICAÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015

Após a aprovação do Orçamento, e conforme previsto na Circular n.º 1376, todos os Organismos e Serviços da Administração Central tiveram de realizar uma provisão no valor de 2,5% do montante orçamentado.

Importa referir que o cálculo da reserva não incide sobre as despesas cobertas por financiamento comunitário, nem sobre as Dotações Específicas, (Serviço de Assistência na Doença (SAD) e Pensões de Reserva) e nem sobre as despesas financiadas pela Fonte de Financiamento 129 - «Transferências de RP entre Organismos».

⁵⁷ 830.939.680 = 821.491.589 + 722.113 (reserva FF 123) + 8.725.978 (cativação)



O quadro seguinte espelha os montantes relativos à constituição da Reserva da GNR:

CARATERIZAÇÃO DA DOTAÇÃO	F.F.	MONTANTE PROPOSTO	MONTANTE APROVADO	RESERVA DE 2,5%
	111	679.999.810	617.271.835	
Dotação Não Específica	123	28.884.528	28.162.415	722.113
	129	8.751.337	8.358.209	
DOTAÇÃO NÃO ESPECÍFICA TOTAL		717.635.675	653.792.459	722.113
Pensões de Reserva	111	125.568.766	125.568.766	0
Pessoal Aguardar Aposentação	111	25.529.067	14.800.505	
TOTAL		151.097.833	140.369.271	0
Dotação Específica				
SAD	123	30.000.000	30.000.000	0
SAD TOTAL				0
DOTAÇÃO ESPECÍFICA TOTAL		181.097.833	170.369.271	0
TOTAL GERAL		898.733.508	824.161.730	722.113

Figura 108 – Cálculo da Reserva da FF 123

Conforme previsto na Circular n.º 1376, a Reserva da FF 111 no montante de 16.299.953€ encontra-se espelhada no orçamento de atividades da Entidade Coordenadora (MAI).

À Reserva acima referida e de acordo com o art.º 3.º da Lei de Orçamento de Estado para 2015 (cativação de 15% de todas as rubricas do agrupamento de Bens e Serviços, exceto serviços de saúde), o orçamento da GNR foi ainda cativado no montante de 8.725.978 €.

Em conformidade, o Orçamento Inicial líquido de Cativos e de Reserva ascende ao montante de 821.491.589€, conforme o mapa que se segue:

AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	CATIVOS	RESERVA	ORÇAMENTO CORRIGIDO INICIAL
Pessoal	754.985.878			754.985.878
Bens e Serviços	59.943.014	8.725.978		51.217.036
Transferências Correntes	427.274			427.274
Outras Despesas	1.292.263		722.113	560.150
Investimento	14.301.251			14.301.251
Total Geral	830.939.680	8.725.978	722.113	821.491.589

Figura 109 – Orçamento Corrigido Inicial



3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2015 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No decorrer da execução do OE\GNR 2015 verificaram-se diversas alterações orçamentais para a prossecução da Missão desta Instituição, tal como se pode verificar na análise do quadro seguinte:

AGRUPAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO INICIAL	TRANSIÇÃO SALDOS	CRÉDITO ESPECIAL	REFORÇOS	DESCATIVAÇÃO GNR	GESTÃO FLEXÍVEL	DOTAÇÃO CORRIGIDA FINAL
Pessoal	754.985.878	7.247.136	11.624.831	43.364.767		8.518.588	825.741.200
Bens e Serviços	51.217.036	2.098.126	2.669.473		8.687.839	-8.655.201	56.017.273
Transferências Correntes	427.274		1.089.677			49.978	1.566.929
Outras Despesas	560.150				722.113	-821.904	460.359
Investimento	14.301.251	4.522.044				-1.257.975	17.565.320
Transferências de Capital						2.166.514	2.166.514
Total Geral	821.491.589	13.867.306	15.383.981	43.364.767	9.409.952	0	903.517.595

Figura 110 – Alterações ao orçamento aprovado

Pela análise do quadro supra verificaram-se as alterações orçamentais indicadas nos pontos seguintes:

3.3.1. TRANSIÇÃO DE SALDOS

- No final do ano de 2014 verificou-se uma transição de saldos para a gerência seguinte num montante de 18.408.727 € (=93.949.287⁵⁸ - 75.540.560⁵⁹).
- Em 19 de fevereiro foi autorizado, no *site* da DGO, a transição de saldos pelo valor integral;
- Conforme Despacho de S. Ex^ª. o Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna (SEAMAI), de 9 de março, foi autorizada a aplicação na despesa da transição de saldos, referente aos Fundos Comunitários, no montante de 239.195 €.
- Por Despacho de S. Ex^ª. o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (SEAO), de 30 de março, apenas foi autorizada a aplicação na despesa do saldo transitado (18.408.727 €) o valor referente à receita consignada, no montante de 13.628.111 €.
- O valor da transição de saldos da receita não consignada, no montante de 4.541.421 € não foi autorizado, pelo que este saldo poderá ser integrado na gerência de 2016, mediante o respetivo pedido de autorização.

⁵⁸ Receita arrecadada ao longo do ano 2014

⁵⁹ Despesa realizada por contas das FF de RP durante 2014.



3.3.2. CRÉDITO ESPECIAL

- Em Junho de 2015, a GNR recebeu uma importância que não estava prevista aquando da elaboração do Orçamento respeitante ao Projeto de Programa Operacional de Potencial Humano (POPH), pelo que foi elaborado um pedido de Crédito Especial no valor de 30.754 €.
- Em 26 de outubro de 2016, através do Memorando n.º 26/15-GGCG, foi solicitado a aprovação de um Crédito Especial na FF 123, no montante de 5.038.719 €, para aplicação da receita cobrada em excesso, no orçamento da despesa, diminuindo o défice no Agrupamento 02.00.00 «Aquisição de Bens e Serviços» em 2.638.719 € e reforçando as rubricas para pagamentos dos Serviços Remunerados, em 2.400.000 €. O referido Crédito Especial mereceu Despacho de S. Ex.ª. a MAI, de 28 de outubro de 2015.
- Em 13 de novembro de 2015, através do Memorando n.º 28/15-GGCG, foi solicitado a aprovação de um Crédito Especial na FF 123, no montante de 3.058.273 €, resultante do aumento da cobrança da receita prevista na rubrica 04.02.03.01.06 – «Multas e Coimas» para reforço de dotações de despesa, nomeadamente no Agrupamento 01.00.00 «Despesas com o Pessoal». O referido Crédito Especial mereceu Despacho de S. Ex.ª. o SEAMAI, em 20 de novembro de 2015.
- Através da Informação n.º 1980/2015-DSGOF, de 16 de novembro de 2015, S. Ex.ª. o SEAMAI aprovou um Crédito Especial na FF 129 no montante de 4.742.912 €, por contrapartida da descativação da Reserva FF 123 e do Cativo de 15% do Agrupamento 02.00.00 «Aquisição de Bens e Serviços» de RP, das FF 123 e 129 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).
- Por Despacho de 18 de novembro de 2015, de S. Ex.ª o SEAMAI, foi autorizado o reforço do orçamento da GNR, através do registo de um Crédito Especial no montante de 1.173.646 €, por reafecção de Receitas Próprias no Programa 007 – «Segurança Interna», proveniente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) no montante de 690.000 € e do SEF no montante de 483.646 €.
- Por despacho de 18 de novembro de 2015 de Sua Ex.ª. o SEAMAI, exarado sob a Informação n.º 2006/2015-DSGOF, autorizou o registo de um Crédito Especial através da reafecção de RP do SEF, no montante de 250.000 €.
- Por Despacho de 14 de dezembro de 2015, de S. Ex.ª. o SEAMAI, foi autorizado o registo de um Crédito Especial, no montante de 1.089.677 €, para aplicação da RP da FF 123, no orçamento de projetos da Secretaria-Geral do MAI, destinado a suportar os encargos decorrentes da parceria Público Privada com o Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal, S.A. (SIRESP).

3.3.3. REFORÇOS

- Por Despacho de 21 de abril de 2015, de S. Ex.ª. o SEAMAI, foi atribuído um reforço orçamental, no montante de 21.000.000 €, em RG (FF 111), destinada a minimizar o impacto, da reversão em 20%, das reduções remuneratórias temporárias, conforme estabelecido na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.
- Em 16 de novembro de 2015, através da Informação n.º 1961/2015-DSGOF, por Despacho de S. Ex.ª o SEAMAI, foi autorizado um reforço orçamental, recorrendo à Gestão Flexível do Ministério no montante de 1.115.000 €, para minimizar o défice existente no Agrupamento 01.00.00 «Despesas com o Pessoal».



- Pelo mesmo despacho foi aprovada a descativação de RG de outros Organismos do Programa 007 – “Segurança Interna”, do Agrupamento 02.00.00 «Aquisição de Bens e Serviços», no montante de 3.103.286 €, para minorar as necessidades da GNR com o pagamento dos vencimentos de dezembro, destinado a suprimir o défice existente no Agrupamento 01.00.00 «Despesas com o Pessoal».
- Foi ainda autorizada a descativação da Reserva de RG inscrita na SGMAI, no montante total de 18.146.481 €.

3.3.4. DESCATIVACÃO NO ORÇAMENTO DA GNR

- Através da Informação n.º 1965/2015-DSGOF, de 16 de novembro de 2015, S. Ex^a. o SEAMAI aprovou um o reforço com origem na descativação da Reserva FF 123 e do Cativo de 15% do Agrupamento 02.00.00 - «Aquisição de Bens e Serviços» em todas as fontes de financiamento da GNR, no montante de 9.409.952 €.

3.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015 - DESPESA

No que concerne à execução orçamental, e pela análise do quadro seguinte, pode concluir-se que a dotação corrigida atribuída foi executada quase na sua totalidade.

AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTOS		COMPROMISSOS		PAGAMENTOS	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Pessoal	825.741.200	819.655.803	99%	819.655.803	99%	819.655.705	99%
Bens e Serviços	56.017.273	54.448.882	97%	54.312.025	97%	54.306.545	97%
Transferências Correntes	1.566.929	1.533.694	98%	1.533.694	98%	1.533.694	98%
Outras Despesas Correntes	460.359	426.475	93%	426.475	93%	426.475	93%
Investimento	17.565.320	9.900.418	56%	9.892.443	56%	9.892.443	56%
Transferências de Capital	2.166.514	2.166.512	100%	1.989.661	92%	1.391.068	64%
TOTAL GERAL	903.517.595	888.131.784	98%	887.810.101	98%	887.205.930	98%

Figura 111 – Execução orçamental 2015

Dos agrupamentos analisados, quanto à sua execução de pagamentos, o Agrupamento de Investimento é o que apresenta uma taxa de execução mais reduzida, devido à não concretização de todos os procedimentos aquisitivos tendentes à aquisição de viaturas. Importa referir que estes procedimentos concursais decorrem através da Unidade Ministerial de Compras (UMC).



3.4.1. TRANSIÇÃO DE SALDOS / APLICAÇÃO NA DESPESA

A tabela seguinte apresenta o nível de execução dos saldos transitados do ano de 2014:

FF	AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PAGAMENTOS	SALDO
121	Pessoal	7.247.136	7.247.134	2
	Bens e Serviços	1.858.931	1.822.226	36.705
	Investimento	4.522.044	3.097.340	1.424.704
	TOTAL	13.628.11	12.166.700	1.461.411
242	TOTAL	842	0	842
280	TOTAL	233.569	233.569	0
290	TOTAL	4.784	0	4.784
TOTAL GERAL		13.867.306	10.802.378	1.467.037

Figura 112 – Execução de pagamentos da receita transitada em saldos da gerência anterior

3.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015 - RECEITA

No que concerne à cobrança de receita, e respetiva entrega no Tesouro, verifica-se um aumento significativo em relação ao período homólogo de 2014 (13.097.081€), atingindo um acréscimo de 14%, bem como em relação às Previsões Iniciais em que o aumento foi de 54%, como se pode verificar no quadro seguinte, discriminadamente:

CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	POE 2015	RECEITA 2014	RECEITA 2015	DIFERENÇA I	%	DIFERENÇA II	%
		(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(1)	(5)	(6)=(3)-(2)	(7)
0303990106	Contribuições para CGA/SS/SAD	30.000.000	28.500.064	30.526.129	526.129	2%	2.026.064	7%
0401999906	Taxas diversas	3.100.000	3.578.894	3.108.438	8.438	0%	-470.456	-13%
0402010106	Juros de mora	50	843	1.931	1.881	3.762%	1.088	129%
0402030106	Multas e coimas	11.599.406	10.473.877	20.248.584	8.649.178	75%	9.774.707	93%
0402049906	Coimas e penalidades	1.600.000	3.411.637	1.922.458	322.458	20%	-1.489.179	-44%
0402999906	Multas e penalidades diversas	60.000	31.138	140	-59.860	-100%	-30.998	-100%
0502010106	Bancos e outras instituições	0	0	0	0	0%	0	0%
0603010106	Transferências correntes Estado	6.150.000	14.195.302	12.140.229	5.990.229	97%	-2.055.073	-14%
0603079906	Transferências correntes (SFA)	2.208.209	2.543.536	3.312.181	1.103.972	50%	768.646	30%
0609010306	Transferências correntes (FSE - POPH)	0	15.726	30.754	30.754	100%	15.028	96%
0609010506	Transferências correntes o. Fundos (EFEFE)	2.430.000	327.545	1.653.278	-766.722	-32%	1.325.733	405%
0701039906	Venda de publicações	17.000	18.701	18.630	1.630	10%	-70	0%



CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	POE 2015	RECEITA 2014	RECEITA 2015	DIFERENÇA I	%	DIFERENÇA II	%
		(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(1)	(5)	(6)=(3)-(2)	(7)
0701040106	Venda de fardamento e artigos pessoais	460.000	412.216	369.191	-90.809	-20%	-43.025	-10%
0701050106	Bens inutilizados	7.300	95.948	26.964	19.664	269%	-68.984	-72%
0701060106	Produtos agrícolas	5.000	6.438	9.757	4.757	95%	3.319	52%
0701070106	Produtos alimentares e bebidas	980.000	900.617	766.459	-213.541	-22%	-134.158	-15%
0701110106	Explorações oficiais	1.872	7.577	2.823	951	51%	-4.753	-63%
0702060106	Serviços de reparações	9.000	10.725	5.397	-3.603	-40%	-5.328	-50%
0702070106	Alimentação e alojamento	1.850.000	1.900.446	1.701.540	-148.460	-8%	-198.906	-10%
0702999906	Outros serviços (srem)	8.200.000	10.990.352	11.209.801	3.009.801	37%	219.449	2%
0703019906	Rendas de habitações	1.900	394	0	-1.900	-100%	-394	-100%
0801990206	Restituição do iva	440.000	1.065.645	1.223.134	783.134	178%	157.488	15%
0801999906	Outras receitas	550.000	951.690	349.069	-200.931	-37%	-602.621	-63%
0904030106	Outros bens de investimento	3.000	5.612	10.754	7.754	258%	5.142	92%
SUBTOTAL		69.672.737	79.444.921	88.637.639	18.964.902	27%	9.192.718	12%
1601050206	Transição De Saldos	0	14.504.366	18.408.729	18.408.729	100%	3.904.363	27%
TOTAL		69.672.737	93.949.287	107.046.368	37.373.631	54%	13.097.081	14%

Figura 113 – Comparação da receita com o período homólogo





Capítulo V

BALANÇO SOCIAL 2015

IV.A. BALANÇO SOCIAL

1. ANÁLISE SINTÉTICA DO BALANÇO SOCIAL

No presente capítulo pretende-se apresentar de uma forma sucinta, a envolvente do Balanço Social nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, relevando os aspetos mais importantes, relegando para anexo os quadros e gráficos que serviram de suporte (ANEXO C).

Nesse sentido, relativamente ao Balanço Social do ano 2015, da análise realizada aos indicadores nele constantes, tecem-se as seguintes considerações, salientando alguns dos aspetos considerados mais relevantes:

- Em 31 de dezembro de 2015, contabilizavam-se 23.418 trabalhadores em efetividade de funções;
- Registou-se um aumento de 285 trabalhadores, 1,23% do efetivo global, face ao ano anterior, sendo de considerar 463 militares do CFG 2015/2016;
- Fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, 22.676 (96,83%) do efetivo;
- A categoria de Guardas é a mais representativa, com 82,21% do total de militares;
- Registou-se o aumento de 327 militares, 1,44% do efetivo militar, mantendo-se a tendência do ano anterior;
- Registou-se a diminuição de 42 civis, 5,36% do efetivo civil, mantendo-se a tendência dos últimos anos;
- A relação jurídica de emprego predominante é o regime de nomeação definitiva, com 96,20% do total de trabalhadores;
- A Taxa de enquadramento cifra-se em 14,62%, registando uma ligeira descida, resultante de entradas na categoria de Guardas;
- A Taxa de feminização dirigente subiu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 0,81%;
- No que respeita à caracterização dos trabalhadores por género, verifica-se um predomínio do género masculino, decorrente das características da Instituição. De facto, dos 23.418 trabalhadores, apenas 1.798 são mulheres, o que corresponde a 7,67%, enquanto a masculina é de 92,33% do total de efetivos;
- O universo respeitante ao efetivo feminino tem vindo a aumentar, nos últimos anos;
- O nível etário médio apresenta uma ligeira subida e situa-se nos 38,70 anos de idade;
- Os grupos etários mais representativos estão no intervalo dos 35-39 anos, com 5.180 trabalhadores, seguido do intervalo 30-34 anos com 4.326 trabalhadores;
- O leque etário é de 3,83 e tem uma amplitude de 51 anos;
- A Taxa de envelhecimento situa-se nos 1,74%, apresentando uma subida gradual face ao antecedente. Este facto é imputável à reduzida passagem de militares à situação de reserva, o que eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores;
- A Taxa de emprego jovem desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 15,83%;
- O nível de antiguidade mais representativo situa-se no intervalo dos 15-19 anos, com 4.341 trabalhadores;



- O nível médio de antiguidade (AP) subiu para 20,10 anos;
- Verifica-se que 9,87% dos efetivos detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva/reforma/aposentação.
- O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais expressivo, correspondendo a 41,33% dos efetivos;
- Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma Taxa de habilitação superior, na ordem dos 7,96% e os restantes 92,04% com habilitação até ao 12.º ano. De realçar o aumento de 96 elementos com formação superior, dos quais 3 com grau de doutoramento face ao ano anterior;
- A Taxa de habilitação secundária subiu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 50,24%;
- A Taxa de habilitação básica desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 41,80%;
- Ingressaram nos quadros da Guarda, 32 Oficiais e 463 militares no CFG 2015/2016;
- Passaram à situação de reserva, 107 militares;
- A Taxa de reposição desceu para 123,48%, em virtude do aumento das saídas face ao número de entradas;
- O movimento de entradas/saídas (turnover) situou-se 8,38%;
- A Taxa de admissão desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 6,40%;
- A Taxa de saídas desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 5,18%;
- Ficaram por ocupar 151 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal 2015, relativos ao efetivo civil;
- A Taxa de promoções desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 7,38%;
- A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário de trabalho na modalidade “específico”, aplicável aos militares. De relevar ainda que ambos os géneros (443 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade «flexível»;
- O motivo mais expressivo, que representa uma percentagem de 42,31% das ausências ao serviço, num total de 140.093 dias, foi a “doença”;
- A Taxa de absentismo é de 4,79%, tendo-se verificado uma ligeira subida face aos anos anteriores;
- O principal contributo para o aumento do absentismo advém das ausências por proteção na parentalidade, que aumentaram cerca de 3,15% face ao ano anterior;
- Na GNR apenas 0,67% dos 742 elementos legalmente autorizados a fazer greve (pessoal civil) utilizaram esse direito;
- Verifica-se que 33,95% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre €1251 - €1500;
- Saliente-se que 82,77% do universo de trabalhadores (19.383) auferem uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 1.500€;
- O leque salarial ilíquido situou-se, em 2015, nos 10,67 valores, tendo-se verificado uma ligeira subida face aos valores do ano transato;



- Os encargos com o pessoal totalizaram €789.163.503,78, valor consideravelmente inferior ao despendido em 2014, que foi de €805.210.096,76;
- A remuneração base representa 67,69% do total dos encargos com pessoal, proporção que aumentou face ao ano transato (66,62%);
- Tendência de diminuição da Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho, que passou de 4,24%, registados no ano transato, para 3,75%, registados no ano em análise, o que significa uma diminuição de 103 acidentes;
- A Taxa de incidência de doenças profissionais é de 0,41%, tendo-se verificado um aumento em relação ao ano anterior;
- Em 2015 registaram-se 128.004 ações de formação profissional, registando-se um incremento avultado, de ações em relação ao ano de 2014, valor este que se traduz num acréscimo de mais de 50% em ações de formação;
- Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 1.986.633,32 horas registando-se um aumento considerável de 419.055,37 horas despendidas em formação, em relação ao ano de 2014;
- No âmbito da ação disciplinar, merece realce o aumento da taxa de gravidade disciplinar, que passou de 26,88%, registados no ano transato, para 30,32%, registados no ano em análise;
- Mantém-se a tendência de decréscimo da Taxa de celeridade de ação disciplinar, que passou de 45,15%, registados no ano transato, para 42,70%, registados no ano em análise, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, menores do que o ano transato.

Apresentam-se em seguida os principais indicadores de comparabilidade no triénio 2013-2015:

Indicadores de Recursos Humanos					
Indicador	Fórmula de cálculo		2013	2014	2015
Taxa de Enquadramento	Número de "Dirigentes" x 100 / Total de recursos humanos	%	15,34%	14,79%	14,62%
Taxa de Feminização Dirigente	Total de efetivos femininos dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	%	0,73%	0,79%	0,81%
Taxa de Feminização	Total de efetivos femininos x 100 / Total de recursos humanos	%	7,32%	7,59%	7,68%
Nível Etário	Soma das idades / Total de recursos humanos	Anos	38,00	38,38	38,96
Leque Etário	Trabalhador mais idoso / Trabalhador menos idoso	Valor	3,63	3,83	3,83
Taxa de Emprego Jovem	Número de recursos humanos com idade < 30 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	16,93%	16,27%	15,83%
Taxa de Envelhecimento	Número de recursos humanos com idade > 55 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	1,40%	1,65%	1,88%
Nível de Antiguidade (AP)	Soma das antiguidades (AP) / Total de efetivos	Anos	15,66	19,37	20,10
Taxa de Habilitação Superior	Total Bachareis+Licenciados+Mestrados+Doutorados x 100 / Total de recursos humanos	%	5,84%	7,64%	7,96%
Taxa de Habilitação Secundária	Total habilitações 11.º ao 12.º ano x 100 / Total de recursos humanos	%	48,87%	49,19%	50,24%
Taxa de Habilitação Básica	Total habilitações =< 9.º ano x 100 / Total de recursos humanos	%	43,44%	43,17%	41,80%



Indicadores de Recursos Humanos					
Indicador	Fórmula de cálculo		2013	2014	2015
Taxa de Reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	72,69%	160,64%	123,48%
Taxa de Rotatividade (Turnover)	(N.º entradas + n.º saídas) / 2 / Número de recursos humanos em 31 de dezembro x 100	%	11,76%	9,45%	8,38%
Taxa de Admissão	Total admissões / Total de recursos humanos	%	5,52%	8,42%	6,40%
Taxa de Saídas	Total saídas / Total de recursos humanos	%	9,00%	5,24%	5,18%
Taxa de Promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	5,61%	8,02%	7,38%
Taxa de Absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos	%	3,92%	4,38%	4,79%
Leque Salarial Ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	13,13	10,44	10,67
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	3,80%	4,24%	3,75%
Taxa de Incidência de Doenças Profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100 / Total de recursos humanos	%	0,20%	0,24%	0,41%
Taxa de Gravidade Disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	39,74%	26,88%	30,32%
Taxa de Celeridade de Ação Disciplinar	Total de processos decididos x 100 / Total de processos transitados ano anterior + Total de processos instaurados no ano	%	31,12%	45,15%	42,70%

Nota:

*Retirados os dias de férias.

**Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana.





GNR

GNR

Capítulo VI

NOTA FINAL



V. AVALIAÇÃO FINAL

1. AVALIAÇÃO FINAL

1.1.1. APRECIACÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição ímpar no quadro da administração pública Portuguesa. A sua longa história, intimamente ligada a momentos marcantes da sociedade portuguesa, as suas tradições, a sua dimensão e dispersão territorial, a sua ligação profunda às populações, a sua inserção no tecido social, a multiplicidade das suas atribuições e valências, a forma altamente prestigiante como tem representado o país nos cenários internacionais e, acima de tudo, a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, às novas realidades sociais e aos novos desafios, tornam-na numa Instituição de referência, que desempenha um papel primordial no âmbito da segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

O ano de 2015 permitiu, mais uma vez, demonstrar a vitalidade e capacidade de adaptação da Guarda a um mundo em rápida mudança e evolução.

Com efeito, a Guarda, num quadro de restrição orçamental significativa, foi capaz de cumprir a sua missão com total êxito, mantendo os níveis elevados de operacionalidade e, deste modo, respondendo de forma qualificada ao aumento de certos tipos de criminalidade grave e/ou com alto impacto social.

Prosseguindo o trabalho realizado nos anos transatos, definiram-se objetivos claros, numa lógica de gestão moderna e num quadro de negociação e de responsabilização mútua, entre a Guarda e a Tutela. Contudo as alterações na liderança da pasta ministerial da Administração Interna (Ministro da Administração Interna e Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna do XIX Governo Constitucional) e as tomadas de posse do XX e XXI Governos Constitucionais não permitiram que a aprovação do QUAR ocorresse em 2015. Pelo mesmo motivo, o pedido de revisão submetido à apreciação da tutela não colheu aprovação.

Apesar das circunstâncias referidas, em coerência com a orientação da SGMAI, a Guarda e os demais organismos do MAI consideraram tacitamente validados e aprovados os respetivos QUAR e propostas de revisão que agora sustentam o relatório de autoavaliação onde enquadraremos a apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e a menção de mérito proposta pelo dirigente máximo.

Com efeito, o QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2015 contemplava 10 objetivos estratégicos (plenamente alinhados com a Estratégia da Guarda 2020), 14 objetivos operacionais com medição através de 44 indicadores, abarcando os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidimos aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

Sabíamos que não seria fácil atingir todas as metas, mas tínhamos a certeza de que, mais uma vez, a Instituição daria o seu melhor, e que as suas mulheres e os seus homens se entregariam de corpo e alma à nova filosofia de gestão e de avaliação da performance e do mérito.

Estávamos conscientes, também, que a grandeza e o amplo espectro das atribuições da Guarda não poderiam ser medidas, exclusivamente, em função dos objetivos constantes do QUAR.



E, por fim, estávamos convictos de que, em caso algum, deixaríamos de nos empenhar e dar todo o nosso melhor a uma área da missão ou a um Projeto só porque não constava do QUAR ou, ao contrário, canalizaríamos todo o nosso esforço e todos os nossos recursos para uma determinada área, em detrimento de outras vitais, só para podermos afirmar que foram cumpridos os objetivos traçados.

Neste momento, em que o dirigente máximo do Serviço avalia o trabalho desenvolvido ao longo de um ano e em consideração ao exposto, podemos afirmar que a Guarda cumpriu o que o país necessitou e satisfaz as expectativas, do essencial, das populações que servimos. Foram melhorados os serviços e fez-se uma utilização criteriosa, profissional e adequada dos recursos. Sentimos que fomos eficientes, que fizemos mais com menos e existe bastante força anímica para enfrentar mais e novos desafios.

A avaliação global da Guarda em sede do QUAR é o reflexo da tenacidade evidenciada. No seguimento da atuação que nos tem caracterizado, demos passos sólidos e significativos via à futura prossecução dos nossos objetivos estratégicos, superámos totalmente as metas fixadas em sede de objetivos operacionais, com uma taxa de realização final global de 130 %, o que redundará na superação, em toda a linha, das metas dos parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Ponderados os fatores condicionantes referidos, podemos pois concluir que a Guarda ultrapassou na plenitude os resultados esperados, nomeadamente daqueles cuja concretização dependia exclusivamente da sua atuação ou da utilização de recursos humanos e materiais já disponíveis.

Além do desempenho nitidamente positivo, identificado em sede de autoavaliação, o presente Relatório espelha, claramente, toda uma atividade operacional e um esforço de melhoria qualitativa e de racionalização de estruturas e de procedimentos que, não podendo ser refletidos diretamente no QUAR, não podem deixar de ser devidamente ponderados na hora do balanço anual. Salientam-se aqui as várias Parcerias que integramos, os diversos Programas de policiamento comunitário que mantivemos, o número de ações operacionais que executamos, o número de autos que levantámos, quer por crimes quer por contraordenações, os impressionantes números da nossa atuação em matéria de proteção da natureza e do ambiente, proteção e socorro, investigação criminal, fiscal e aduaneira, vigilância e controlo costeiro e segurança rodoviária e ainda, o esforço da Guarda para o cumprimento dos desígnios da política externa portuguesa e da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, a multiplicidade de fóruns em que a Instituição se fez representar, a nível nacional e a nível internacional, a forma eficiente como foram geridos os, sempre escassos, recursos humanos, materiais e financeiros e o energia despendida no sentido de se encontrarem fontes de financiamento alternativas.

No cômputo, merece ainda destaque a adequada valoração de alguns fatores que, durante o ano de 2015, condicionaram a prossecução dos objetivos definidos. Falamos da necessidade de dar respostas a fenómenos criminais emergentes e inesperados, geradores de sentimentos de insegurança generalizados, o que evidencia notória capacidade e flexibilidade Institucional.

Nesta dinâmica, importa relevar o reconhecimento que a Guarda, no desempenho da sua nobre missão, tem merecido das mais diversas entidades com quem prava, quer a nível nacional, quer além fronteiras.

Se a nível nacional o reconhecimento tem sido manifestado pelos órgãos que a tutelam e pelos cidadãos em geral, a nível externo, a participação em diversos fóruns, nomeadamente de boas práticas, tem merecido o reparo elogioso dos seus parceiros internacionais.

Não podemos, ainda, deixar de prestar homenagem aos 218 militares da Guarda que, ao longo do ano, foram vítimas de atos violentos quando se encontravam ao serviço de Portugal e da segurança dos portugueses. Entre estes militares importa fazer uma justa homenagem ao nosso militar falecido em serviço, vítima de homicídio quando prestava socorro a dois cidadãos baleados. Eles são o testemunho mais evidente da especificidade da função policial, dos riscos que a



mesma encerra, da total entrega dos militares da Guarda à sua missão e à causa da segurança e da ordem pública e dos valores que norteiam a Instituição.

1.1.2. MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Como foi possível verificar, a atuação da Guarda nos últimos anos, em particular em 2015, tem registado um grau assinalável de proficiência, expresso no elevado grau de superação dos objetivos operacionais que avaliam os parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Por tudo o referido, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, face aos resultados atingidos no QUAR 2015, alvo de autoavaliação, face a toda a atividade desenvolvida à margem dos objetivos fixados e expressa no capítulo II do Relatório de Atividades da Guarda, bem como ainda pela manutenção dos níveis de excelência atingidos nos anos transatos, propõe a atribuição à Instituição, no ano de 2015, a menção de «BOM».

1.1.3. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Não obstante dos resultados francamente positivos atingidos na avaliação de 2015 e dos anos anteriores, a Guarda encontra-se já focalizada no futuro. Neste contexto, salientamos os principais desafios e objetivos para o ano de 2016.

Nessa lógica, em alinhamento com a política e as orientações estratégicas superiormente definidas em matéria de segurança interna, consideramos que, em termos genéricos, a atuação da Guarda, deve continuar a privilegiar o combate aos fenómenos criminais mais relevantes e de maior impacto social, com vista ao aumento da segurança das populações. O nosso intento é contribuir para a redução da sinistralidade rodoviária e consequências advenientes e garantir a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, considerando como vetores fundamentais para tais desideratos, a prevenção dos ilícitos, a manutenção do esforço de valorização e qualificação dos seus recursos internos, nomeadamente os humanos, e de alargamento da disponibilidade e da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação. Para tal, torna-se crucial a captação de fundos provenientes de cofinanciamento.

Estas são, neste momento, as principais preocupações do Comandante-Geral, na certeza de que se tratam de questões fundamentais para a prossecução dos objetivos traçados. Visando atingir esta finalidade e no pressuposto da concretização das orientações plasmadas na Estratégia da Guarda, definimos as seguintes prioridades e medidas para o ano em curso, fundamentais para a melhoria sustentada do desempenho institucional, cujos efeitos impactantes se pretendem refletir a médio prazo:

- MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE - assente nas seguintes premissas:
 - **Enfoque no atendimento ao Cidadão**, mediante a implementação de dinâmicas de qualidade (regulação e uniformização do atendimento) e do reforço da formação e sensibilização dos militares afetos a tarefas de atendimento direto ao público;
 - **Melhoria das infraestruturas e dos sistemas informáticos** de gestão e de apoio ao atendimento;
 - **Desenvolvimento de referenciais de competências** dos Comandantes de Posto e dos Guardas Patrulheiros, em articulação com o reforço da formação neste domínio;
 - **Revisão de regimes jurídicos estruturantes** (Lei Orgânica, Estatuto e Regulamento de Avaliação do Mérito dos militares da GNR) e clarificação do Regime transitório da Reserva e Reforma;
 - Orientação do esforço Institucional através da **implementação do sistema de monitorização do Plano Estratégico da GNR 2020**, garantindo uma visão e controlo integrado das estratégias e objetivos



fixados em articulação com os demais instrumentos de gestão previsionais e de prestação de contas institucionais;

- TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:

Dirigir o esforço de inovação para a **interoperabilidade tecnológica** entre os sistemas de informação (operacionais, de gestão e de apoio) e entre salas de situação, realizando o levantamento dos processos-chave fundamentais para a pretendida transformação organizacional, que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

A integração total dos sistemas informáticos numa plataforma única, constitui o projeto fundamental para transformar a Guarda numa Instituição de vanguarda, quer no domínio tecnológico, como também na atuação diária junto das populações.

- POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:

Reforço da proximidade com o Cidadão, dinamizando, por um lado, os tradicionais Programas Especiais de Prevenção e Policiamento e parcerias locais, e por outro, através da disponibilização de serviços de caráter inovador que fomentam e potenciam a interação da Guarda com o Cidadão e com a Sociedade, numa clara aposta da tecnologia ao serviço da atividade Operacional.

Nesse sentido, a Guarda propõe-se desenvolver os projetos inovadores «*Guarda Digital*» e «*e-Posto*» visando aprofundar o relacionamento e proximidade com o cidadão, fortalecendo o sentimento de segurança e prevenindo a delinquência e criminalidade.

- EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS - assente nas seguintes premissas:

- **Edificação do Sistema de Informações da Guarda** – apoiada no projeto de interoperabilidade tecnológica, a Guarda desenvolverá o Sistema de Informações com a criação do Centro de Informações da Guarda (CIG). A implementação de um centro de informações constitui uma importante estrutura para unificar as informações, incrementando a capacidade de processar informação corrente em tempo real, útil para o processo de tomada de decisão operacional.
- **Revitalização do SIOP** - No contexto das políticas de racionalização e modernização importa manter a opção pelo Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP), sistema que permite, a par de outras medidas de simplificação e monitorização administrativa, prestar ao Cidadão um serviço policial de excelência, conferindo maior capacidade operacional no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros que contribuem para a segurança nacional e internacional. A este propósito, é intento da Guarda alargar a formação, implementação e utilização do sistema SIOP às regiões autónomas dos Açores e Madeira, garantindo que todas as unidades operacionais da Guarda operem o sistema em tempo real.
- **Consolidação do Sistema SIVICC** – considerado desígnio nacional e europeu, a Guarda manterá o esforço na operação e consolidação deste sistema através do reforço de meios operacionais, da sua integração e interoperabilidade com o SIVE Espanhol e com o EUROSUR para assegurar a partilhar de informação em tempo real.

Neste âmbito, é ainda intento Institucional alargar o sistema às regiões autónomas, mediante a captação de cofinanciamento. O projeto de extensão denominado **SIVICC Plus**, terá duas fases: a primeira já em 2016 com a implementação do sistema na região autónoma da Madeira, e a segunda, em fase posterior, na região autónoma dos Açores.

- **Consolidação da capacidade de Cibersegurança** – visando contribuir de forma decisiva para o reforço da «Cidadania Digital», tornando o Ciberespaço um ambiente mais livre, seguro e de desenvolvimento societário a Guarda consolidará a sua capacidade de cibersegurança (domínios da segurança da informação e ciberinteligência). Esta capacidade visa prevenir e reprimir, de forma cada vez mais eficaz, as atividades criminais que são decorrentes de atos preparatórios com origem



no ciberespaço ou aquelas que põem em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais.

- **GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:**

Visando consolidar o conhecimento e doutrina institucional e capacitar os militares para o exigente exercício de funções, assume-se a prioridade de garantir a **criação da área científica dos Estudos de Segurança Interna e dos fenómenos criminais** no Instituto Universitário Militar.

No domínio da qualificação dos recursos humanos a Guarda manterá o esforço de formação garantindo que parte muito significativa dos seus recursos humanos beneficie de ações de formação que possibilitem melhorar a sua performance ao mesmo tempo que lhes confere uma maior valorização profissional e pessoal.

Com o desiderato de melhorar o sistema de formação da Guarda serão desenvolvidas em 2016 um conjunto de iniciativas estruturais e que prometem alterar o paradigma de ensino e formação. Entre essas medidas destaca-se a **conceção do «Modelo da Gestão da Formação por Competências»** (através da criação de referenciais de competências), a programação do **«Sistema de Gestão da Qualidade»** e, ainda, a **«Acreditação do Sistema de Formação da GNR»**. Em complemento prevê-se ainda a constituição do **«Centro de Lições Aprendidas da Guarda»**.

No campo da inovação tecnológica ao serviço da formação, em 2016 será equacionada a **implementação de um sistema e-learning mais abrangente**, aproveitando e potenciando a utilização dos equipamentos e redes móveis facilitadores da interação da entidade formadora (Escola da Guarda e Unidades Especializadas), dos docentes e os discentes. Por fim, tenciona-se desenvolver a implementação de um portal da formação (plataforma de *Learning Management System* - LMS).

- **REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:**

Neste domínio importa firmar o empenhamento da Guarda e do Estado Português na execução da política externa, reforçando a participação no âmbito da cooperação policial europeia, designadamente através da contribuição operacional no quadro da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), determinada pelo agravamento da crise migratória que tem assolado a Europa com origem no Norte de África e no Médio Oriente.

A participação da Guarda no esforço coletivo da FRONTEX estabelece-se no quadro dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa), fundado nos princípios e espírito de solidariedade, reciprocidade e cooperação entre os Estados integrantes da UE.

A execução deste tipo de missões contribui para o reforço de uma estratégia integrada de prevenção internacional e prestígio nacional, no âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da União Europeia, atendendo aos interesses permanentes da segurança nacional.

Neste âmbito, serão potenciadas as ações a desenvolver no seio da CPLP, IBERPOL, FIEP, EGF, EUPST, com países do norte de África e onde seja necessário, através de requisição da tutela.

A globalização das ameaças impõem o reforço da cooperação com a *Guardia Civil* e a *Gendarmerie Royal* Marroquina, por necessidades de serviço e proximidade territorial, sem descuidar a intenção de criar cargos funcionais para oficiais da GNR na EUROPOL e DPKO.

- **OTIMIZAR A CAPTAÇÃO DE COFINANCIAMENTO:**

A implementação das medidas de capacitação e transformação organizacional assumidas como prioridades na Estratégia da Guarda, carecem de instrumentos capazes de as tornar realidade. Nesse sentido, a Guarda continuará a procurar através de Fundos Comunitários (fundos europeus estruturais e de investimento e fundos específicos) obter linhas de financiamento e disponibilizá-los para o desenvolvimento e aprofundamento de capacidades.



Paralelamente, continuaremos empenhados na progressiva implementação do ciclo de gestão e do novo modelo de avaliação, baseado no SIADAP e adaptado à especificidade das Forças e Serviços de Segurança. Da implementação deste plano resultará, certamente, uma organização mais eficiente, alinhada estrategicamente com a visão e os objetivos institucionais e capaz de responder positivamente aos novos desafios, de transformar as ameaças em oportunidades e de superar as suas próprias vulnerabilidades, a bem do país e da segurança de todos os cidadãos que a Guarda serve.

Por fim, decorridos sete anos sobre o início da implementação da atual estrutura orgânica, concretizado o balanço e reflexão relativamente ao novo modelo de funcionamento, entendemos ser hora de proceder aos adequados ajustamentos e correções, rumo a uma Guarda ainda mais operacional e eficiente, determinada a prestar um serviço de qualidade à segurança dos Portugueses e em contribuir para a segurança do espaço Europeu em que nos inserimos e, em última análise, para um mundo mais seguro, justo e livre.

Lisboa, Quartel do Carmo, 15 de abril de 2016

Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto | **COMANDANTE-GERAL**





Capítulo VII

ANEXOS





Anexo 1

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009



ANEXO 2 – ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009	S	N	PARCIAL	OBS.
Ambiente de controlo:				
Valorização de valores éticos e de integridade	X			
Controlos financeiros efetivos	X			
Incentivos ao desenvolvimento de boas práticas	X			
Contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas	X			
Existência ou não de controlos externos e/ou de fiscal único.	X			
Estrutura organizacional:				
Obedece às regras definidas legalmente;	X			
Responde satisfatoriamente à evolução da atividade do serviço;	X			
São reconhecidas as responsabilidades, autoridade e delegação no seio do serviço;	X			
O pessoal do serviço é avaliado de acordo com o SIADAP;			X	Apenas funcionários civis Militares: inexistência de adaptação do Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da GNR ao SIADAP
Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.	X			
Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:				
O diploma orgânico encontra-se integralmente regulamentado;	X			
São reconhecidos e formalizados os fluxos de informação e comunicação interseccionados;	X			
Possui manual de controlo interno e/ou de contabilidade;			X	Substituídas por normas de Execução Permanente (NEP), Circulares e Diretivas
A competência para autorização da despesa está claramente definida;	X			
Está implementado um sistema de rotação de funções entre os trabalhadores;			X	Cargos direção, comando e chefia: determinadas em função das características dos postos; restantes situações: polivalência de funções.
As responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas;	X			
Os circuitos dos documentos estão claramente definidos.	X			
Fiabilidade dos sistemas de informação:				
O nível de abrangência e integração das diferentes aplicações;			X	Especificidades e complexidade do serviço operacional e de apoio operacional dificultam integração; Existe integração ao nível dos diversos ERP.
Os mecanismos que garantem a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas;			X	Determinada pela inexistência de um ERP único.
A informação produzida e utilizada nos processos de decisão;	X			
São identificados os requisitos de segurança para acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço;	X			
Está salvaguardada a informação dos computadores de rede;	X			
Garante-se a segurança na troca de informações e software.	X			







Anexo 2

PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS

DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JAN.
REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 278/2009, DE 2 DE OUT.



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
PLANO DE ANUAL DE COMPRAS DE 2014		
Ajuste Direto		
AD nº 10/14	Cartões SAD/GNR (2014)	6.781,53 €
AD nº 21/14	Serviço de manutenção do Sistema de Gestão de Receita (JAN a AGO2015)	10.988,00 €
AD nº 43/14	Serviço de manutenção do Sistema IBM POWER 7 (2015) Só termina em 2016	5.883,78 €
AD nº 8/14	Manutenção equip. (Retenção de 25%)	1.564,86 €
Concurso Público		
CP 71/DSCUMC/2014	Calças e saias de G.U	13.560,75 €
CP 65/DSCUMC/2014	Dolmans de grande Uniforme para Oficial	239.850,00 €
	Dolmans de grande Uniforme para Guardas	51.045,00 €
CP 69/DSCUMC/2014	Polos de patrulha	330.562,50 €
CP 68/DSCUMC/2014	Camisas brancas de G.U e de gala	12.730,50 €
CP 66/DSCUMC/2014	Botas de patrulha	170.293,49 €
CP 67/DSCUMC/2014	Bivaques de infantaria e cavalaria	4.250,88 €
	Jalecas e bermudas	5.116,80 €
	Boinas GIOE	1.107,00 €
	Fatos de treino	19.889,10 €
	Sacos de transporte de roupa	5.614,95 €
	Barretes de G.Uniforme para Guardas Feminino	6.494,40 €
	Coletes refletos	4.630,95 €
	Sapatos, camisolas de E. Física e t-shirts pretas	12.213,90 €
	Boinas de cor verde com calota	67.404,00 €
	Camisolas de lã, gola redonda	20.295,00 €
FEFE		
CP nº 62-DCP-DSUMC-MAI/14	Cablagem, acessórios - Proj. SEAHORSE MEDITERRANEAN	16.352,85 €
PLANO DE ANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2014		
Ajuste Direto		
AD nº 42	Sub Cobertura/Rep. Ed. Parque Motos 2.º Esq. USHE - (Transição Saldos)	111.748,45 €
AD nº 44	Remodelação inst eletromecânicas do Edif.Comando e Centrais de AQS - Pontinha	141.364,72 €
ACORDO QUADRO		



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
AQ n.ºAQ. VAM/155/01/2014	63 Viaturas Pick-up 4x4 e SUV grande tração (UMC)	2.670.874,40 €
AQ n.º5/14	Projetores (Transitou de 2014)	1.162,35 €
FEFE – AJUSTE DIRETO		
AD nº 40/14	Óculos de proteção Balística - FEFE (Qualifire) - Transitou (2014)	3.179,30 €
	Capacetes balísticos, Coletes s.vidas e Óculos-FEFE (LASI)-Transitou (2014)	49.155,72 €
FEFE – CONCURSO PÚBLICO		
CP nº 62-DCP-DSUMC- MAI/14	Fornecimento/Intal. Estação Satélite-Proj. SEAHORSE MEDITERRANEAN	205.707,66 €
	Formação EU-NCC - Proj. SEAHORSE MEDITERRANEAN	3.247,20 €
Plano Anual de COMPRAS DE 2015		
AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO		
ADS nº 2	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	330,00 €
ADS nº 3	Legalização de 2 viaturas doadas/perdidas a favor do Estado - Pedido 2.ª Via	60,00 €
ADS nº 4	1 certificado digital IGCP	57,96 €
ADS nº 5	Indemnização p/modificação contrato de alienação de veículos fim de vida	565,05 €
ADS nº 6	Cheques do IGCP (Tesouraria)	4,00 €
ADS nº 7	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	330,00 €
	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	65,00 €
ADS nº 8	Pilhas para Aparelhos de fiscalização de trânsito	315,03 €
ADS nº 9	Legalização de veículos (Peritagem viat. 00-NQ-09)	27,68 €
ADS nº 10	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	260,00 €
ADS nº 11	Manutenção de alcoolímetros SD400	2.142,05 €
ADS nº 12	Cilindros de gás ETANOL 1101 260ppm	3.244,94 €
ADS nº 13	Elaboração de Dossier técnico - "Blusão e Calças Impermeáveis"	3.677,70 €
ADS nº 14	Elaboração de Dossier técnico - "Camisas Instrução e calças Inst./Patrulha"	3.087,30 €
ADS nº 15	Legalização de veículos (Peritagem viat. 00-NQ-10)	27,68 €
ADS nº 17	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	1.200,00 €
ADS nº 18	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	300,00 €
ADS nº 19	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	300,00 €
ADS nº 20	Impressos de Certificados de Isenção de Seguro (Mod. 1004444)	216,00 €
ADS nº 21	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	142,50 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
ADS nº 22	Cheques do IGCP (Tesouraria)	4,00 €
ADS nº 23	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	272,50 €
ADS nº 30	Certificação digital TC Prazeres	50,06 €
ADS nº 31	Pedido de 2.ª via do DUA - Cter Aveiro	30,00 €
ADS nº 24	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	87,50 €
ADS nº 25	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do estado	90,00 €
ADS nº 26	Aquisição de peças para manutenção dos coldres RADAR	123,00 €
ADS nº 27	Aquisição de peças para manutenção pistola Walther P99 cal 9mm	1.283,51 €
ADS nº 28	Aquisição de peças para manutenção ML MG4 e lança granadas HK-G36	323,49 €
ADS nº 29	Aquisição de medalhas de comportamento exemplar	2.423,10 €
ADS nº 32	Peças para manutenção de cinemómetros Petards Provida 2000	4.541,16 €
ADS nº 33	Verificação anual periódica de Sonómetros	5.733,01 €
ADS nº 35	Legalização de veículos	30,00 €
ADS nº 34	Legalização de veículos	65,00 €
ADS nº 36	Legalização de veículos (Peritagem - várias viaturas)	166,05 €
ADS nº 37	Renovação licença software p/Avaliação de Viaturas	622,38 €
ADS nº 38	Elaboração de Dossier técnico - "Camisas de serviço/representação"	2.226,30 €
ADS nº 39	Legalização de veículos	162,50 €
ADS nº 40	Cheques do IGCP (Tesouraria)	4,00 €
ADS nº 41	Impressos (Declaração Aduaneira de Veículos)	12,00 €
ADS nº 42	Legalização de veículos	55,00 €
ADS nº 44	Elaboração de Dossier técnico - "Calções de serviço"	2.029,50 €
ADS nº 43	Elaboração de Dossier técnico - "Calças de serviço"	3.025,80 €
ADS nº 45	Análise de tecido dos polos de patrulha	230,07 €
ADS nº 46	Material para caracterização de viaturas	1.558,66 €
ADS nº 47	Legalização de veículos	900,00 €
ADS nº 48	Legalização de veículos	330,00 €
ADS nº 49	Legalização de veículos	65,00 €
ADS nº 50	Legalização de veículos	30,00 €
ADS nº 51	Legalização de veículos (Peritagem viat. 48-IQ-48)	27,68 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
ADS nº 52	Legalização de veículos	55,00 €
ADS nº 53	Legalização de veículos	30,00 €
ADS nº 55	Legalização de veículos (Alteração cor motociclos)	60,00 €
ADS nº 56	Medalhas Serv. Distintos Seg. Pública - Grau Prata	4.477,20 €
ADS nº 60	Legalização de veículos	65,00 €
ADS nº 57	Relatório caract. Técnicas amostra - Botas Florestais Ignífugas	5.523,49 €
ADS nº 61	Peças p/manutenção Espingarda caçadeira FABARM "SDASS"	3.313,01 €
ADS nº 58	Legalização de veículos (Certificação motor e declaração características)	100,00 €
ADS nº 62	Legalização de veículos	300,00 €
ADS nº 64	Legalização de veículos	300,00 €
ADS nº 65	Legalização de veículos	180,00 €
ADS nº 63	Legalização de veículos	60,00 €
ADS nº 66	Verificação Balanças ORA 10 - 1.º Verificação	1.033,20 €
ADS nº 67	Cheques do IGCP (Tesouraria)	4,00 €
ADS nº 69	Cilindro reutilizável B20 de ETANOL	246,00 €
	Carregamento de Cilindro reutilizável B20 de ETANOL	258,30 €
ADS nº 70	Legalização de veículos	90,00 €
ADS nº 71	Legalização de veículos	30,00 €
ADS nº 72	Legalização de veículos	165,00 €
ADS nº 73	Livro de atas - (Tesouraria)	31,30 €
ADS nº 74	Cheques do IGCP (Tesouraria)	8,00 €
AJUSTE DIRETO		
AD nº 15	Manut. Sist. Integrado de Gestão Recursos Internos (SIGRI) JAN a SET2015	371.560,85 €
AD nº 9	Materiais Explosivos p/a UI	15.430,57 €
	Materiais Explosivos p/a UI	3.568,78 €
AD nº 8	Autos de Contraordenação em Bloco p/o CO	22.500,00 €
AD nº 7	Serviços de Manutenção e apoio para AFIS	40.000,00 €
AD nº 112/DSUMC-MAI/15	Manut. Sist. Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI) OUT a DEZ2015	89.514,47 €
AD nº 6	Reabilitação de fachadas e cobertura edifício Largo João Tomás da Costa	30.676,20 €
AD nº 5	Reparações diversas no Edifício do DT Matosinhos	53.812,50 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
AD nº 1	Medalhas	16.457,40 €
	Medalhas	13.308,60 €
AD nº 13	Cobertas e lençóis	31.518,75 €
AD nº 12	Espadas	17.121,60 €
AD nº 34	Manutenção do Sistema Back-Office	57.067,99 €
AD nº 17	Manutenção de Balanças	58.715,28 €
AD nº 16	Manutenção de Radares	144.023,00 €
	Manutenção de Radares	1.237,54 €
AD nº 20	Peças para alcoolímetros	37.786,40 €
AD nº 19	Matérias primas p/Oficina de Alfaiataria	6.371,40 €
AD nº 22	Manutenção do SIOP	29.498,35 €
AD nº 36	Recertificação das Estações de Trabalho AFIS	9.313,00 €
AD nº 24	Fornec. material p/ remodelação da rede local do CG (Cablagem) - PAI2015	268,90 €
AD nº 23	Acessórios p/cablagem - Forn./Integ. S. Gestão Inform. Gráfica CCCO - PAI2015	132,19 €
AD nº 35	Seguro de vigilantes - Operação Floresta Segura 2015 - PAC2015	29.400,00 €
AD nº 3	Estudos Geológicos/Geotécnicos (Aloj. CARI e PT Almancil)	14.962,00 €
	Estudos Geológicos/Geotécnicos (Canis GIC- EG)	7.842,48 €
AD nº 43	Serviço de manutenção do Sistema de Gestão de Receita (SET a DEZ2015)	34.132,31 €
AD nº 37	Lote cabos e acessórios p/instalação Painel Tátil Interativo	492,00 €
AD nº 54	Fita Sinalizadora "GNR" - PAC 2015	1.937,25 €
CONCURSO PÚBLICO		
CP nº 11	Dólman de serviço/representação	107.932,50 €
CP nº 9	Matérias primas p/Oficina de Sapataria e Correeiros	28.892,69 €
CP nº 13	100 capacetes para ciclista	3.442,77 €
	250 capacetes integrais para motociclistas	119.614,43 €
CP nº 12	Gravatas, brasões, fiadores, peúgas e placas de nome	8.432,88 €
	Botões de punho e distintivos de posto	9.625,98 €
	Suspensórios para cadetes	338,25 €
	Carteiras e laços pretos	2.111,91 €
	Luvas em algodão cor azul (pares)	2.398,50 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
	Luvas pretas, fiadores, suspensões, agulhetas, passadeiras, Brasões	21.905,21 €
CP nº 9	Matérias-primas p/Oficina de Sapataria e Correiros	6.150,00 €
CP nº 33	Blusões de Cabedal - (Transição Saldos)	54.172,84 €
	Material p/Reparação de Pontes Eletrónicas	21.882,01 €
CP nº 14	Matérias-primas p/Oficina de Sapataria e Correiros	113.379,71 €
CP nº 8	Matérias-primas p/Oficina de Alfaiataria	8.541,12 €
	Matérias-primas p/Oficina de Alfaiataria	6.298,22 €
	Matérias-primas p/Oficina de Alfaiataria	102.284,95 €
CP nº 23	Aquisição de calças impermeáveis	92.004,00 €
CP nº 24	Aquisição de calças, saias e calções de serviço/representação - PAC 2015	133.295,10 €
CP nº 34	Uniforme n.º 3 p/Pessoal Carreira Guarda Florestal SEPNA/GNR - PAC2015	21.309,75 €
	Uniforme n.º 3 p/Pessoal Carreira Guarda Florestal SEPNA/GNR - PAC2015	63.474,15 €
	Uniforme n.º 3 p/Pessoal Carreira Guarda Florestal SEPNA/GNR - PAC2015	25.216,23 €
CP nº 35	Blusões - Guardas Florestais	48.646,50 €
CP nº 38	Pontes eletrónicas	14.488,17 €
CP nº 26	Aquisição de calças, saias e calções de serviço/representação - PAC 2015	5.627,25 €
CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA		
C. Excluída n.º2	Publicações de Anúncios em Diário da República	17.058,42 €
C. Excluída n.º1	Serv. Externo - Transporte de Pessoal CP - 2015	60.089,32 €
	Serv. Externo - Transporte de Pessoal CP - 2015	54.383,43 €
	Serv. Externo - Transporte de Pessoal CP - 2015	5.542,90 €
C. Excluída n.º1	Serv. Externo - Transporte de Pessoal CP - 2015	28.672,10 €
	Serv. Externo - Transporte de Pessoal CP - 2015	39.210,84 €
	Serv. Externo - Transporte de Pessoal CP - 2015	231.122,01 €
C. Excluída n.º3	Licenciamento GERFIP 2015	233.631,99 €
	Licenciamento GERFIP 2015	26.875,86 €
C. Excluída n.º5	Verificação anual periódica de Balanças de fiscalização rodoviária	6.878,90 €
C. Excluída n.º6	Cartões SAD/GNR	4.528,33 €
	Cartões SAD/GNR	1.081,45 €
C. Excluída n.º7	Publicações de Anúncios em Diário da República	1.304,99 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
	Publicações de Anúncios em Diário da República	1.915,82 €
C. Excluída n.º8	Publicações de Anúncios em Diário da República	9.862,83 €
C. Excluída n.º9	Autos de Contraordenação em bloco - PAC 2015	22.500,00 €
C. Excluída n.º13	Publicações de Anúncios em Diário da República	7.794,83 €
C. Excluída n.º14	Publicações de Anúncios em Diário da República	5.985,40 €
C. Excluída n.º4	Indeminização p/inexecução de decisão judicial (Refª. CP 24/DRL/DA/2010)	7.500,00 €
C. Excluída n.º10	Despesas c/Serviços Bancários (Pag. Ordem Externa - AD n 36/DRL/DA/15)	22,00 €
C. Excluída n.º11	Despesas c/Serviços Bancários (Pag. Ordem Externa - AD n 07/DRL/DA/15)	22,00 €
C. Excluída n.º12	Indeminiz. p/inex. decisão judicial - Juros de Mora (Refª. CP 24/DRL/DA/2010)	22,19 €
C. Excluída n.º15	Publicações de Anúncios em Diário da República	1.136,02 €
PROCEDIMENTOS DSUMC-MAI		
PROC. UMC52	Verificação anual Equip. Fiscalização de Trânsito (Radares, Álcool. E cinemómetros)	146.627,69 €
PROC. UMC68	Camisas de serviço/representação	37.988,55 €
	Camisas, calças e bonés de instrução	227.211,75 €
PROC. UMC71	Coletes de gala	4.329,60 €
	Calças para motociclista e calções de patrulha a cavalo	23.370,00 €
	Calções de grande uniforme para Oficial e Guarda	3.653,10 €
	Calças de serviço de verão M e F	86.100,00 €
FEFE - CONCURSO PUBLICO		
CP nº 32	Rep/Beneficiação Motores MTU, âmbito Operação INDALO/CLOSEYE - Espanha	97.266,48 €
PLANO DE ANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015		
AJUSTE DIRETO		
AD nº 23	Forn./Integração Sistema de Gestão de Informação Gráfica CCCO - PAI2015	158.967,08 €
AD nº 10	Remodelação do Museu da GNR	171.810,40 €
AD nº 4	Remodelação do CCCO	179.090,26 €
	Trabalhos a mais - Empreitada de remodelação do CCCO	5.301,30 €
AD nº 18	Remodelação de Casernas p/Instalação do GIOP e GIOE/UI - Qt Pontinha	145.223,82 €
	Trabalhos a mais - Empreit. Remodel. Casernas p/Instalações GIOP e GIOE - Pontinha	10.282,80 €
AD nº 21	Remodelação Instalaç. p/alojamento Grupo Seg. USHE Qt Conde Lippe-Ajuda	174.647,70 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
AD nº 24	Fornec. material p/remodelação rede local do CG (Equipamento) - PAI2015	10.817,87 €
AD nº 25	Renov. Licenciamento e Assist técnica do Sist de Info Geográfica ARCGIS	11.154,50 €
AD nº 39	150 Tablet's 3G c/capa de proteção e carregador de isqueiro - PAI2015	59.132,25 €
AD nº 51	Eq. De Comunicações GATEWAYS IP-GSM - PAI 2015	34.403,10 €
AD nº 27	Equipamento de energia assistida - PAI2015	36.890,39 €
AD nº 37	Painel Tátil Interativo	11.746,50 €
AD nº 45	Substituição cobertura e rep. Diversas DT da Horta - Açores	162.273,60 €
AD nº 48	Subst. da Cobertura, Rep./Pintura de Edif. Forte Cacula Velha/POYRADAR CACELA - UCC	120.503,10 €
AD nº 49	Construção Vedação Periférica Parque Viaturas Apreendidas - FERRAGUDO - Portimão	152.367,97 €
AD nº 50	Rem. Comportamentos Instal. Casa Mortuária e Central Esterilização CC/Jverdes	134.992,50 €
AD nº 52	Substituição Coberturas no Centro de Formação de Portalegre	90.473,88 €
AD nº 18	Remodelação de Casernas p/Instalação do GIOP e GIOE/UI - Qt Pontinha	24.147,19 €
AD nº 44	Remodelação inst electrom. Edif.Cmd e Centrais AQS - Pontinha - Trabalhos a mais	8.154,90 €
Concurso público		
CP nº 16	5 Balanças Giropés modelo GI511 BPR (FGAutomóvel 2014)	66.420,00 €
CP nº 22	50 Bicicletas para a USHE - PAI2015	48.225,23 €
CP nº 7	Aquisição de diverso mobiliário de escritório para o CARI - PAI2015	5.488,26 €
CP nº 15	Instrumentos Musicais p/a Banda de Música e Fanfarra da USHE - PAI2015	44.027,85 €
	Instrumentos Musicais p/a Banda de Música e Fanfarra da USHE - PAI2015	12.570,60 €
CP nº 18	Máquinas e Equipamento fotográfico -PAI 2015	160.425,02 €
CP nº 25	10 Atrelados para transporte de Solípedes - PAI2015	66.297,00 €
CP nº 7	Aquisição de diverso mobiliário de escritório para o CARI - PAI2015	7.379,94 €
	Aquisição de diverso mobiliário de escritório para o CARI - PAI2015	3.177,09 €
	Aquisição de diverso mobiliário de escritório para o CARI - PAI2015	3.536,25 €
	Aquisição de diverso mobiliário de escritório para o CARI - PAI2015	2.872,05 €
CP nº 26	Solípedes para a USHE - PAI2015	12.287,70 €
	Solípedes para a USHE - PAI2015	8.191,80 €
	Solípedes para a USHE - PAI2015	4.095,90 €
	Solípedes para a USHE - PAI2015	24.575,40 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
CP nº 39	12 Portáteis leves Intel Core i7 e 73 Portáteis Intel Pentium 3210Mi5	84.937,65 €
CP nº 19	Equipamento para a DIC/GNR - PAI 2015	41.637,96 €
	Equipamento para a DIC/GNR - PAI 2015	419,43 €
	Equipamento para a DIC/GNR - PAI 2015	1.838,85 €
	Equipamento para a DIC/GNR - PAI 2015	940,84 €
	Equipamento para a DIC/GNR - PAI 2015	61.599,68 €
CP nº 28	Telefones VOIP - PAI 2015	24.070,61 €
	Telefones VOIP - PAI 2015	39.232,08 €
CP nº 20	Equip. p/a Direção SEPNA/GNR - PAI 2015 - Lote 3 (Saldo 62.969,26€)	13.209,59 €
CP nº 36	Aquisição de material de cirurgia endoscópica PAI 2015	22.346,64 €
	Aquisição de material de cirurgia endoscópica PAI 2015	52.275,00 €
ACORDO QUADRO		
AQ n.º1	Periféricos informáticos e projetor - PAI2015	4.719,90 €
AQ n.º2	Bastidores e projetores - PAI2015	12.058,92 €
AQ n.ºAQ VAM/165/2015	23 Motociclos 750 a 1000cc (Fundo ANSR - 2015) - Lote 3	266.567,90 €
AQ-VAM 159_2014.A	8 Motociclos (Fundo ANSR - 2015)	61.413,61 €
PROCEDIMENTOS DSUMC-MAI		
79-DCP-DSUMC-MAI/15	PC's DESKTOP c/monitor, teclado, rato e Sist. Op. W7 - PAI2015 (Lote 1)	205.574,22 €
	Bastidores e UPS de 3 KVA - PAI2015 (Lote 3)	13.804,17 €
	Discos Rígidos, Drivers, ratos s/fio, memórias RAM - PAI2015 (Lote 3)	14.310,16 €
FEFE		
AQ n.º VAM/162/2015	10 Viaturas TT p/a UCC - FEFE - Projeto OPEN SEA	348.459,00 €

No âmbito das atribuições da DRL/DA, de acordo com o artigo 32.º do Despacho n.º 32021/2008, de 27 de novembro, compete-lhe «promover e organizar, sob o aspeto administrativo e financeiro, os procedimentos para a aquisição de bens e serviços...». Desta forma, existem procedimentos aquisitivos remetidos pelas diversas unidades da GNR, cuja verificação e publicitação são realizadas pela Divisão de Aquisições:

N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
Ajuste Direto (7 procedimentos)			
UN	CT Braga	Aquisição de pneus para as viaturas do CT Braga	28.305,08
UN	CT Aveiro	Aquisição de pneus para viaturas e motociclos para o Comando Territorial de Aveiro	40.300,00
UN	CT Porto	Peças auto para viaturas do Comando Territorial do Porto para o ano de 2015	48.780,48



N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
UN	EG	Carne fresca para as messes do CFFF	64.450,00
UN	CCLIN	Reagentes Laboratoriais para Bioquímica	52.745,00
UN	CT Faro	Pneus para as viaturas do CT Faro	21.300,00
UN	CT Coimbra	Pneus para as viaturas e motociclos do CT Coimbra	29.226,06
SUBTOTAL			285.106,62

Concurso Publico (49 procedimentos)

UN	SGG	Peixe fresco para as messes da Secretaria Geral da Guarda, durante o ano de 2015	15.040,00
UN	SGG	Peixe congelado, moluscos, crustáceos e salgados, para as messes da Secretaria-Geral da Guarda, durante o ano de 2015	25.900,00
UN	SGG	Bacalhau para as messes da Secretaria-Geral da Guarda	11.400,00
UN	SGG	Carnes para as messes da Secretaria-Geral da Guarda	36.440,00
UN	CT Faro	Géneros alimentares (Carnes diversas)	36.690,00
UN	SGG	Frutas e legumes frescos	32.080,00
UN	SGG	Mercearia para as messes da Secretaria-Geral	18.440,00
UN	SGG	Pão para as messes da Secretaria-Geral	18.500,00
UN	CT Faro	Pescado fresco e congelado para o CT Faro	38.900,00
UN	SGG	Charcutaria para as messes e bares da Secretaria-Geral	19.780,00
UN	UAG	Peças de fardamento	91.900,00
UN	UAG	Artigos de mercearia	20.080,00
UN	UAG	Fruta e legumes frescos	26.000,00
UN	SGG	Empreitada de obras públicas nas instalações do Comando Geral	35.000,00
UN	UAG	Pneumáticos para as viaturas da CT/UAG	14.500,00
UN	UAG	Peças auto para as viaturas da CTM/UAG	65.040,00
UN	SGG	Artigos de limpeza e higiene e outros produtos derivados	8.700,82
UN	EG	Pescado congelado para as messes da Escola da Guarda, CFFF e CFPortalegre	63.500,00
UN	CT Lisboa	Serviços de manutenção de extintores para o ano de 2015	1.400,00
UN	UAG	Equipamentos de pré-impressão e acabamento para a Oficina Gráfica	85.250,00
UN	EG	Serviços de restauração para as messes da escola da Guarda em Queluz e para o CFFF	103.400,00
UN	UCC	Carne fresca e produtos de charcutaria para as messes da UCC	33.612,61
UN	EG	Pescado congelado para as messes da Escola da Guarda	129.678,48
UN	EG	Produtos de mercearia para as messes da Escola da Guarda	94.293,45
UN	EG	Pescado fresco para as messes da Escola da Guarda	54.087,05
UN	EG	Pão para as messes da Escola da Guarda	53.696,00
UN	EG	Fruta Fresca e legumes frescos para as messes da Escola da Guarda	94.635,75
UN	EG	Refrigerantes, cerveja e água para as messes da Escola da Guarda	90.967,33
UN	EG	Produtos congelados para as messes da EG, CFP e CFFF	35.499,15
UN	EG	Bacalhau para as messes da EG, CFP e CFFF	31.016,50
UN	EG	Gás propano e granel para a EG, em Queluz	34.513,50
UN	EG	Gás natural canalizado para ao CFFF e para o CFP	63.414,63
UN	SGG	Serviços de restauração para as messes da Secretaria- Geral	68.945,28
UN	UAG	Carnes e seus derivados para a messe do CARI	36.637,00



N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
UN	UAG	Peixe fresco para a messe do CARI	23.570,00
UN	UAG	Artigos de mercearia para a messe do CARI	19.400,00
UN	UAG	Fruta e legumes frescos para a messe do CARI	25.900,00
UN	EG	Aluguer de roupa de alojamento para a Escola da Guarda, em Queluz e para o CFFF	26.500,00
UN	USHE	Frutas e legumes para a USHE durante o ano de 2016	44.528,30
UN	UCC	Gás de botija (Propano e Butano)	8.292,68
UN	SGG	Carnes para as messes da SGG	60.811,32
UN	SGG	Peixe congelado, moluscos, crustáceos e salgados congelados p/messes da SGG	34.366,45
UN	UAG	Produtos alimentícios congelados	27.830,00
UN	SGG	Frutas e legumes frescos para as messes da SGG	48.113,00
UN	SGG	Peixe fresco para as messes da SGG	28.301,73
UN	CT Braga	Pneus para viaturas	27.967,48
UN	EG	Pescado fresco para as messes da Escola da Guarda	54.087,05
UN	SGG	Bacalhau para as messes da SGG	14.500,00
UN	UAG	Serviços de Restauração	17.600,00
SUBTOTAL			2.050.705,56
TOTAL			2.335.812,18

N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA (€)
Ajuste Direto - Concessão (3 procedimentos)			
UN	EG	Concessão de exploração dos bares da Escola da Guarda em Queluz	360,00
UN	CT Porto	Concessão de bares do Comando do Porto e Penafiel	S/Efeito
UN	CT Porto	Concessão de exploração de espaços nos edifícios do CTPORTO - Máquinas de venda de bens alimentares	S/Efeito
SUBTOTAL			360,00 €
Concurso Público - Alienação/Concessão (10 procedimentos)			
UN	UI	Concessão de Exploração de Espaços nas instalações da UI, mediante a colocação de máquinas de venda automáticas de bens alimentares	15% Vendas
UN	EG	Concessão de exploração de espaços nos edifícios da Escola da Guarda, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares	1.150,00
UN	EG	Concessão de exploração dos bares da Escola da Guarda em Queluz e do Centro de Formação de Portalegre	30,00 €
UN	UAF	Concessão de exploração de espaços nos edifícios da UAF, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares	100,00 €
UN	CT Faro	Concessão de exploração de espaços nos edifícios do CTFARO - Máquinas de venda de bens alimentares	610,00 €
UN	UCC	Concessão de exploração de espaços nos edifícios da UCC (Máquinas venda bens alimentares)	6,00 €
UN	EG	Concessão de exploração dos bares da Escola da Guarda, CFP e CFFF	36,00 €
UN	UAG	Concessão de exploração de espaços nos edifícios do CARI (Máquinas venda bens alimentares)	5 % Vendas
UN	UAG	Concessão de exploração dos bares do CARI	840,00 €
UN	USHE	Alienação de efluentes pecuários (Estrume)	397,50 €
SUBTOTAL			3.139,50 €
Procedimento por Negociação Direta (19 procedimentos)			
UN	CT Leiria	Alienação de diverso material julgado incapaz	78,00 €



N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
UN	CT Coimbra	Alienação de efluentes pecuários (estrume)	0,05 €/Cavalo/Dia
UN	CT Santarém	Alienação de diverso material julgado incapaz para a GNR	10,00 €
UN	CT Viseu	Alienação de efluentes pecuários (estrume)	164,25 €
UN	CT Leiria	Alienação de efluentes pecuários (estrume)	55,00 €
UN	CT Aveiro	Alienação de Sucata (materiais ferrosos e não ferrosos)	117,50 €
UN	CT Leiria	Alienação de material julgado incapaz (Papel e cartão)	50,00 €
UN	USHE	Alienação de material julgado incapaz	298,00 €
UN	CT Faro	Alienação de material julgado incapaz para a GNR	294,00 €
UN	CT Leiria	Alienação de material julgado incapaz (Equipamento informático)	< 298,00 €
UN	CT Santarém	Alienação de material julgado incapaz (diverso material)	250,00 €
UN	UNT	Alienação de material ferroso e não ferroso (sucata)	10,00 €
UN	CT Porto	Alienação de material julgado incapaz para o serviço da GNR	0,07 €/Kg
UN	CT Aveiro	Alienação de diverso equipamento informático incapaz do CT Aveiro	299,50 €
UN	CT Santarém	Alienação de material julgado incapaz para o serviço da GNR	75,00 €
UN	CT Porto	Alienação de material julgado incapaz para o serviço da GNR	0,10 €/Kg
UN	CT Faro	Alienação de material julgado incapaz para o serviço da GNR	50,00 €
UN	CT Coimbra	Alienação de Efluentes pecuários (Estrume)	0,05 €/Cavalo/Dia
UN	CT Aveiro	Alienação de papel inutilizado	183,00 €
SUBTOTAL			1.934,25 €
Procedimento de Alienação a título Gratuito (1 procedimento)			
UN	CT Santarém	Extintores de CO2, gás halogénico, espuma, neve carbónica e pó químico	Gratuito
TOTAL			5.433,75 €





Anexo 3

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 47/2010,
DE 8 DE JUNHO



ANEXO C – PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS - N.º 47/2010, DE 8 DE JUNHO)

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

No presente anexo pretende-se apresentar de uma forma sucinta os dados referentes às ações de publicidade institucional desenvolvida pela GNR, no âmbito da contratação pública.

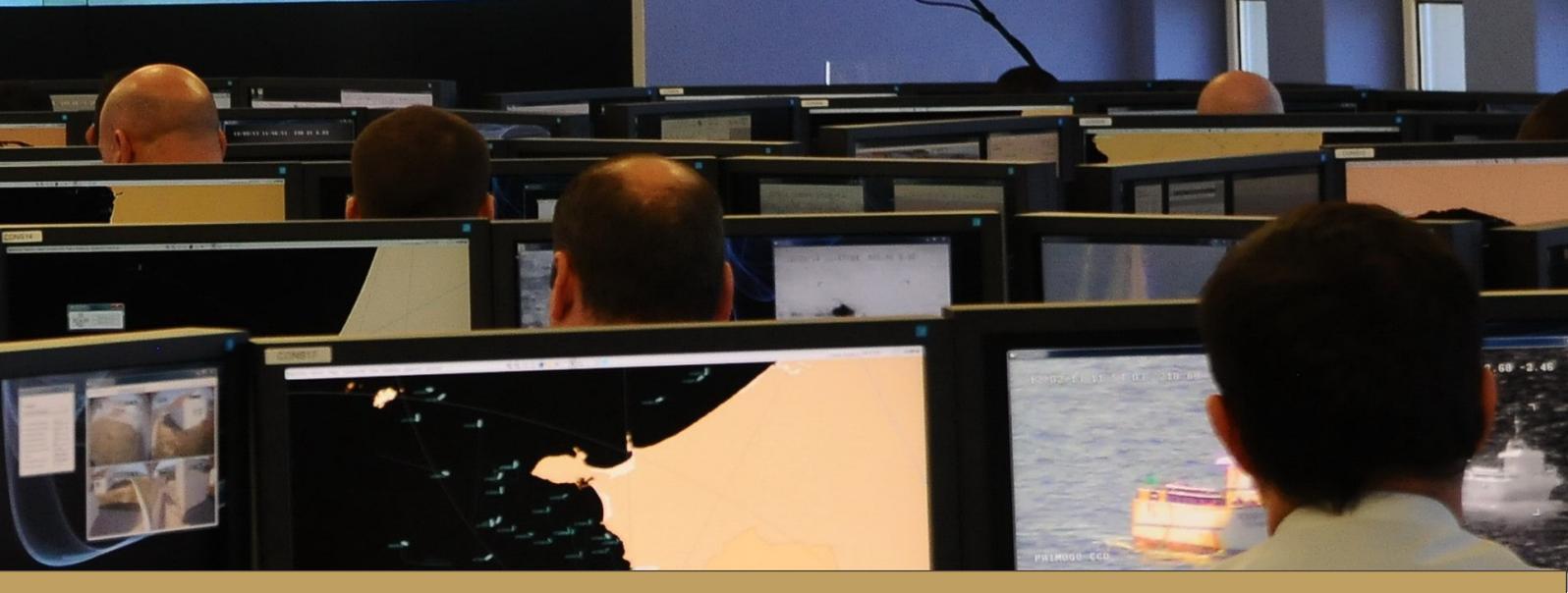
DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
Pagamento através de Cartão de crédito - Publicação de C. Público n.º 10/EG/2015 - Aquisição de produtos de mercearia para as messes da Escola e Centros de Formação da Guarda.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 321,48	02-01-2015
Pagamento através de cartão de crédito - Publicação de C. Público n.º 08/SCG/2014 - Aquisição de peixe fresco para as messes da Secretaria-Geral da Guarda para o ano de 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 258,60	02-01-2015
Pagamento através de Cartão de crédito - Publicação de C. Público n.º 11/EG/2015 - Aquisição de refrigerantes, cerveja e água, para as messes da Escola e Centros de Formação da Guarda..	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 435,29	05-01-2015
Pagamento através de Cartão de crédito - Publicação de C. Público n.º 07/EG/2015 - Aquisição de fruta fresca e legumes frescos para as messes da Escola e Centros de Formação da Guarda.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 380,82	05-01-2015
Pagamento através de Cartão de crédito - Publicação de C. Público n.º 11/DRL/DA/2015 - Aquisição de Dólmán de Serviço/Representação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 259,51	03-02-2015
Pagamento através de Cartão de crédito - Publicação de C. Público n.º 17/DRL/DA/2015 - Fornecimento e integração de sistema de gestão de informação gráfica para o centro de comando e controlo operacional da GNR - ADITAMENTO.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 335,47	04-02-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 15/EG/2015 – Concessão de exploração de espaços na Escola da Guarda e Centros de Formação, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 341,67	26-02-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 08/2015/SGG - Aquisição de pão para as messes e bares da Secretaria-Geral da Guarda durante o ano de 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 291,73	27-03-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 06/DRL/DA/2015 - Aquisição de Solípedes para a USHE - PAI 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 270,14	30-03-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 06/DRL/DA/2015 - Aquisição de Solípedes para a USHE - PAI 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 398,18	01-04-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 21/DRL/DA/2015 - Aquisição de três embarcações para ambiente fluvial e lacustre.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 272,04	29-05-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 23/DRL/DA/2015 - Aquisição de calças impermeáveis - PAC 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 257,04	18-06-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 28/DRL/DA/2015 - Aquisição de telefones VOIP.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 256,87	18-06-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 02/DRL/DA/2015 - Alienação de veículos em fim de vida.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 189,05	23-06-2015



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 05/SRLF/CTFARO/2015 - Concessão de exploração de espaços nos edifícios do CTF, mediante a instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 390,95	23-06-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 29/DRL/DA/2015 -Aquisição de Gateways IP-GSM - PAI 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 254,40	24-06-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 07/2015/SGG - Aquisição de artigos de limpeza e higiene e outros produtos derivados para a Secretaria-Geral da Guarda durante o ano de 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 293,54	30-06-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 01/EG/2016 - Concessão de exploração dos bares da escola da Guarda em Queluz, do Centro de Formação de Portalegre e do Centro de Formação da Figueira da Foz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 330,05	24-09-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Concurso Público nº 39/DRL/DA/2015 - Aquisição de Computadores Portáteis.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 251,60	29-09-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 01/DRL/DA/2016 - Aquisição de serviços de limpeza das cavalariças dos destacamentos de intervenção dos Comandos Territoriais do Porto, Coimbra e Évora, para o ano de 2016.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 349,01	22-10-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 10/EG/2016 - Aquisição de produtos congelados, para as messes da Escola da Guarda em Queluz, para o Centro de Formação de Portalegre e para o Centro de Formação da Figueira da Foz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 375,30	22-10-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 11/EG/2016 - Aquisição de bacalhau para as messes da Escola da Guarda em Queluz, para o Centro de Formação de Portalegre e para o Centro de Formação da Figueira da Foz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 318,51	23-10-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 13/EG/2016 - Aquisição de gás propano a granel para a Escola da Guarda em Queluz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 252,67	23-10-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 01/SRLF/UAG/2016 - Concessão de exploração de máquinas de venda automática de bens alimentares.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 303,85	19-11-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 10/SRLF/UCC/2016 - Aquisição de gás de botija para a Unidade de Controlo Costeiro.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 267,34	24-11-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 02/SRLF/UAG/2016 - Concessão de exploração dos bares do Comando da Administração dos Recursos Internos e da Unidade de Apoio Geral.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 279,21	24-11-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 04/EG/2016 - Aquisição de pescado congelado para as messes da Escola da Guarda, em Queluz, para o Centro de Formação de Portalegre e para o Centro de Formação da Figueira da Foz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 324,61	25-11-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 06/DRL/DA/2016 - Aquisição de calções de patrulha e camisas para o ano de 2016.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 304,83	02-12-2015
Pagamento através de Cartão de Crédito - Publicação do Concurso Público n.º 09/DRL/DA/2016 - Aquisição de dólman de grande uniforme e dólman de serviço/representação 2016.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 349,25	02-12-2015
TOTAL			€ 8.913,01	

SISTEMA INTEGRADO DE
VIGILÂNCIA, COMANDO E CONTROLO
DESIGNADO POR SUA EXCELÊNCIA
O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
DR. MIGUEL MATEUS
8 de Dezembro de 2011





Anexo 4

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI N.º 73/2014, DE 13 DE MAIO



V.A. Modernização administrativa

Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna exarado na Informação n.º 21/14 anexa ao Ofício n.º 3335/2014/MAI, de 30 de Maio, a Guarda procedeu, envolvendo os seus órgãos internos, à análise e estudo das repercussões das medidas de modernização administrativa introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio, evidenciando o conjunto de medidas a adotar, sintetizadas pelos domínios prioritários inscritos no artigo 46.º da referida disposição legal.

O subcapítulo seguinte dedicado às Medidas de Modernização Administrativa, identifica algumas das atividades desenvolvidas neste âmbito no decurso de 2014, embora apesar destas medidas de modernização administrativa constarem nas Grandes Opções do Plano para 2014, a produção de efeitos legais apenas se iniciou com a publicação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio.

A este propósito foram já indicadas no Plano de Atividades da Guarda para o ano em curso, e de uma forma sistemática, as repercussões expectáveis ao nível do funcionamento dos serviços, bem como as medidas que importa adotar futuramente.

Salienta-se que a maioria das medidas previstas no referido quadro legal são já uma realidade, encontrando-se já implementadas e em uso nesta Instituição. Releva-se, para o efeito, em alinhamento com os princípios de ação constantes no artigo 2.º, os mecanismos de delegação e subdelegação de competências existentes disseminados até ao nível de decisão operacional, a divulgação de um conjunto vasto de informação administrativa privilegiando as plataformas digitais internas e externas (intranet e internet) e, por fim, de entre outras medidas, destaca-se a aposta na qualificação dos militares que prestam serviço de atendimento direto ao público.

Outras medidas de modernização administrativa porém, revelam-se pelo seu carácter transversal e estruturante, fundamentais para a Guarda. Entre tais medidas podemos eleger o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP) que enquanto ferramenta integrada, a sua extensão a todas unidades da Guarda permitirá a partilha de informação policial e criminal com a Plataforma de Interoperabilidade da Investigação Criminal (PIIC), com reflexos ao nível da celeridade no atendimento ao utente-cidadão.

O sucesso da concretização das medidas de modernização administrativa e da administração eletrónica no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, em muito depende da celeridade processual entre as entidades intervenientes, sobretudo nas questões relacionadas com a obrigatoriedade de submissão dos projetos a parecer prévio da Agência para a Modernização Administrativa (AMA, I.P.), nos termos da Medida 6 inscrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro.

Ao nível de outras medidas inscritas neste normativo, salienta-se a adaptação que foi desenvolvida na estrutura do presente Plano de Atividades e dos futuros Relatórios de Atividades Institucionais (conforme preceitua o n.º 2 do artigo 40.º), através da introdução do presente capítulo autónomo. Este capítulo sintetiza assim o conjunto de medidas de modernização administrativa, designadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação planeadas desenvolver, visando a avaliar a sua aplicação, bem como a desenvolver uma previsão das poupanças associadas a tais medidas. Além desta medida, a Guarda desenvolverá os esforços necessários ao desenvolvimento, a prazo, de Cartas de Qualidade previstas no do artigo 44.º do citado decreto-lei.

É, pois, manifesto o alinhamento da Guarda com o desígnio político da modernização e simplificação administrativa expressa nas linhas de orientação estratégicas do Comandante-Geral para 2015-2020, existindo consciência que tal desiderato implica não só empenho, mas também o compromisso ao nível dos investimentos que são necessários desenvolver para alcançar tão importantes desafios.



ANEXO D – MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA IMPLEMENTADAS – Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio

De uma forma sucinta apresentam-se em seguida algumas medidas de modernização administrativa implementadas em 2014 e 2015, além das já apresentadas no *Capítulo III - 7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO*:

DIREÇÃO DE RECURSOS LOGISTICOS

No decurso do ano manteve-se o enfoque na implementação e consolidação de uma Cultura digital, aproveitando as ferramentas colocadas à disposição do órgão logístico da Guarda, obtendo-se ganhos de produtividade através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e das mudanças organizacionais que estas proporcionaram, permitindo uma reconfiguração das metodologias oferecendo a oportunidade de transição para um modo de funcionamento com operações desmaterializadas e completamente digitais, de forma a garantir a participação cívica e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos e das empresas. Esta cultura constituiu, também, um estímulo para a desintermediação e supressão de passos que não acrescentavam valor aos processos de contratação.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009, de 2 de Outubro, foi implementada uma rede colaborativa de agentes da Administração Pública, a Rede Interministerial para as Tecnologias de Informação e Comunicação, presidida pela AMA, que a Guarda por imperativo legal aderiu, que visava definir normas e diretrizes transversais a todas as entidades da Administração Pública para a utilização uniforme das TIC, permitindo uma uniformização de práticas aos diversos níveis de execução e prestação do serviço público, ou seja, uma comunicação mais eficaz entre os vários organismos, informação mais fiável e segura e processos de trabalho mais ágeis. Em suma, criou condições para se reduzir os custos operacionais e aumentar a qualidade dos serviços disponíveis a cidadãos e empresas, tornando-se proactiva, eficiente e transparente.

Conforme o referido, e de acordo com as orientações saídas do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) e que foram acolhidas nas orgânicas dos Serviços, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) foi investida de novas e importantes atribuições e competências, no âmbito das funções comuns e transversais aos organismos do Ministério da Administração Interna (MAI), passando a SGMAI a ser o organismo central com competências administrativas e de prestação de serviços de suporte ao funcionamento do MAI.

Assim, pelo Despacho n.º 11088-A/2014, de 28 de agosto de 2014, publicado no DR, 2ª Série – N.º 167, de 01 de setembro, foi estabelecida a estrutura orgânica flexível da SGMAI, bem como as respetivas atribuições e competências, pelo que a partir do dia 01 de setembro de 2014, a Guarda Nacional Republicana passou a ter de remeter à SGMAI, para efeitos de levantamento e agregação de necessidades e posterior elaboração do Plano de Compras anual do MAI, todos os processos aquisitivos (bens, serviços e empreitadas) de valor superior a € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), conforme estabelecido na alínea b) do artigo 4.º do supracitado despacho.

UNIDADE DE APOIO GERAL

A Unidade de Apoio Geral consolidou o sistema de pagamento através de multibanco na Loja de Vendas de Fardamento, o que veio permitir uma nova modalidade de pagamento. Também no âmbito do fardamento a Unidade deu continuidade ao processo de criação de uma plataforma informática com ligação à internet, que permitirá aos militares de todo o dispositivo aceder aos dados da loja, sabendo que peças de fardamento estão disponíveis para venda e efetuar a sua requisição a partir de sua casa ou local com acesso à internet.

CENTRO CLÍNICO

A aquisição em 2014 do programa informático “GLINTT”, permitiu em 2015 a consolidação da informatização do processo clínico individual dos militares e civis da GNR, marcação de consultas, agenda dos Clínicos e prescrição eletrónica.



Projetos de simplificação administrativa

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - PORTAL SIMPLIFICAR

TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	DATA DE INÍCIO (REAL)	DATA DE CONCLUSÃO	AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLEMENT. (%)
Vigilância das fronteiras externas da EU (VFEUE-OPE)	Interligação a Sul dos Sistemas de Vigilância de Costa de Espanha e Portugal (SIVE - SIVICC) no âmbito do Artigo 9º do Regulamento n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu - Necessidade dos Estado Membros compartilharem diretamente e em tempo real, o quadro de situação nacional nas áreas vizinhas com a fronteira externa.	Troca automática da informação de vigilância das regiões Algarve - Huelva.	155.000 €	2015	2016	Procedimento para aquisição da Integração a Sul do SIVE SIVICC, participado pelo FFE (172.692,00 €)	25%
Vigilância das fronteiras externas da EU (VFEUE-OPE)	Projeto SEAHORSE MEDITERRANEAN NETWORK – SHMN, à semelhança do SEAHORSE Atlântico já em operação, consiste na interligação via satélite de um conjunto de nações na região do mar Mediterrâneo, incluindo Portugal, através de uma rede de comunicações seguras via satélite.	Aumento da cooperação entre os países mediterrânicos para conter a imigração clandestina.	183.177 €	2015	2016	n.a.	100%
Integração das comunicações VOIP da GNR no plano de numeração do MAI	Compreende a aquisição de terminais VOIP(2642 SAMA SIOP + 1500 em curso), servidores de comunicações, upgrade dos existentes caso se justifique, ou aquisição de interfaces compatíveis com as comunicações VOIP sobre a rede multiserviços da RNSI (210 Gateways IP GSM).	Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Implementação de soluções TIC comuns	390.595 €	2014	2016	Instalação e configuração dos 1420 Terminais Telefónicos IP SIP e 170 Gateways IP GSM 51.465, 60€	100%
Harmonização das infraestruturas de redes rádio - HIRR	Projeto que visa melhorar as funcionalidades das redes locais em exploração pela GNR, bem como das infraestruturas das redes rádio, e concomitantemente reduzir os custos de sustentação das infraestruturas das redes analógicas ainda existentes, promovendo a sua retração.	Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Implementação de soluções TIC comuns	22.130 €	2014	2016	Transferência de Centros de Despacho SIRESP para a Unidade de Intervenção. Instalação de Centro de Despacho SIRESP no Comando Territorial de Santarém	50%



TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	DATA DE INÍCIO (REAL)	DATA DE CONCLUSÃO	AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLEMENT. (%)
Sistema de telepresença da GNR	A tecnologia associada às telecomunicações, permite “encurtar” distâncias, virtualizando a presença, e facilita o comando, controlo e coordenação, apesar de ser ter aumentado a quantidade de Comandos Territoriais.	Melhoria dos mecanismos de Governance e Redução de custos.	165.801 €	2012	2016	n.a.	100%
Estação de trabalho padrão operativa da GNR - ETPOG	Com este projeto a GNR pretende criar uma estação de trabalho normalizada fazendo uso exclusivo de soluções baseadas em normas abertas (open-source).	Utilização de software Open-Source, Redução de custos, Implementação de soluções TIC comuns	25.000 €	2014	2016	Testes / Instalação e Configuração	20%
Sistema estratégico de gestão e apoio da atividade policial e informação criminal - SEG2APIC	O Sistema Estratégico de Gestão e Apoio da Atividade Policial e Informação (SEG2APIC) irá, ao nível dos dados, permitir processar e transacionar informação de diversos sistemas de informação internos e externos à GNR, permitindo fazer “Data Warehousing”, “Business Intelligence” e operações complexas de “Reporting” e “Dashboarding” Policial.	Melhoria dos mecanismos de Comando e Controlo Operacional, Racionalização de meios, Implementação de soluções TIC comuns	400.000 €	2013	2016	Implementação e manutenção	50%
Plataforma de integração e gestão operacional - PIGO	A implementação na GNR de uma plataforma de integração e gestão operacional (PIGO) que torne mais eficiente e ágil as trocas e o tratamento de informações é absolutamente fundamental para combater e prevenir os efeitos nefastos resultantes do largo espectro de ameaças criminais e realidades contraordenacionais que cada vez mais fragilizam o ordenamento e a segurança interna nacional.	Melhoria dos mecanismos de Comando e Controlo Operacional, Racionalização de meios, Implementação de soluções TIC comuns	2.235.000 €	2012	2016	Implementação, manutenção e elaboração de especificações técnicas e funcionais	62%



TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	DATA DE INÍCIO (REAL)	DATA DE CONCLUSÃO	AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLEMENT. (%)
Sistema de despacho, arquivo e gestão documental - SDAGD	Com este projeto a GNR pretende criar um sistema único para gestão de despacho militar, arquivo documental geral e documentos de natureza militar e património museológico.	Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Implementação de soluções TIC comuns	120.000 €	2015	2016	Análise de requisitos	4%
Plataforma integrada de gestão de recursos internos da GNR (PIGRI)	Esta plataforma deverá suportar a interoperabilidade entre os sistemas internos da GNR com os sistemas de entidades externas, como é o caso das adaptações ao projeto de Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública (GeRFIP), ao projeto de Gestão de Recursos Humanos Partilhada na Administração Pública (GeRHuP), Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), ao Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI), ao Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE), entre outros.	Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Implementação de soluções TIC comuns	3.720.000 €	2012	2016	Implementação, manutenção e análise de requisitos	78%





UNIDADE CONT



Anexo 5

BALANÇO SOCIAL 2015

DECRETO-LEI N.º 190/96, DE 9 DE OUTUBRO



VI.A.4. BALANÇO SOCIAL 2015

I. NOTA PRÉVIA

O presente Balanço Social, relativo ao ano de 2015, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, diploma que regulamenta a elaboração deste documento na Administração Pública (AP), que, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 8º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, passa a integrar o Relatório de Atividades, incluído no respetivo ciclo anual de gestão. O Balanço Social foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2015 e em observância às determinações emanadas pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Com a finalidade de acrescentar valor à tomada de decisão, designadamente em matéria de gestão do capital humano, foram concebidos diversos indicadores que pretendem avaliar de uma forma sistemática a eficiência da sua gestão, fator fundamental para a consolidação da Visão, dos Valores e dos Objetivos Estratégicos definidos pela Guarda Nacional Republicana.

O Balanço Social, para além de constituir uma fonte de informação privilegiada, é também um extraordinário instrumento de apoio ao planeamento e gestão de efetivos, pois reúne dados qualitativos e quantitativos onde se refletem os condicionamentos e as potencialidades da Instituição, permitindo-lhe corrigir assimetrias que eventualmente e naturalmente possam ocorrer num Organismo com mais de 23.000 ativos.

Por uma questão de coerência na divulgação de dados estatísticos relativos aos Recursos Humanos, na elaboração do presente documento, levou-se em linha de conta a informação constante na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE). Assim, também este instrumento de gestão procura ir ao encontro dos critérios definidos pela DGAEP.

O conteúdo do Balanço Social compreende tabelas e informações gráficas sucintas com dados estatísticos elementares, relativos aos Recursos Humanos, acompanhados da respetiva análise descritiva que pretende aprofundar e esclarecer alguns dos valores apresentados.

Assim, o presente documento pretende ser, acima de tudo, uma ferramenta útil e de fácil leitura, que demonstre a realidade da Guarda, e do seu quadro de efetivos com um valor global de mais de 23.000 elementos.

De forma a permitir uma análise comparativa, elencaram-se os dados estatísticos referentes aos anos de 2013, de 2014 e de 2015. Para alguns dos indicadores apresentados, utilizaram-se gráficos para apresentação dos resultados, sendo ainda apresentado um conjunto de indicadores de gestão - índices e taxas - que, para facilitar a consulta, se encontram sintetizados num ponto autónomo no final do presente Balanço Social.

II. NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social da Guarda Nacional Republicana (GNR) relativo ao ano de 2015 foi elaborado de acordo com Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, com observância das determinações, bem como das atualizações da página eletrónica da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). Este instrumento, apresenta o lado humano da Guarda.

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define no seu artigo 8.º o ciclo de gestão, no qual se prevê, entre outros, a elaboração do Relatório de Atividades, nele integrando o Balanço Social do serviço, decorrendo daqui, acrescida relevância. O Balanço Social tem um papel a desempenhar, tanto mais relevante quanto maior for a riqueza dos dados que fornece e, apesar de ter um carácter predominantemente retrospectivo, procede à análise dos dados do passado recente, no sentido de criticamente se avaliar o presente, tendo em vista as opções para o futuro. De facto, este instrumento apresenta um conjunto de dados que permitem uma leitura do tecido dos recursos humanos que integram a GNR, sendo assim, mais um meio de avaliação transversal da organização.



A análise e avaliação deste instrumento de gestão permitem uma reflexão sobre a estratégia a adotar na gestão dos recursos humanos da Guarda e na sua adaptação às realidades que se avizinham.

Esta perspetiva torna-se ainda mais pertinente numa altura em que se aproxima uma reorganização das Forças de Segurança, devendo esta mudança ser operada reconhecendo a realidade do seu capital humano, de forma a melhorar a eficiência e a eficácia, face às suas competências, dos padrões da qualidade da prestação do serviço ao cidadão, bem como o reforço dos laços de proximidade com a sociedade em geral.

O Balanço Social constitui ainda, um meio para conhecer, caracterizar e acompanhar a evolução dos respetivos recursos humanos, possibilitando uma atuação preventiva, proactiva e esclarecida aos decisores na gestão da Administração Pública (AP). Este facto adquire uma relevância crescente num contexto de reforma da AP, em curso, de contenção orçamental com fortes restrições à admissão de novos efetivos.

A matriz do Balanço Social está concretizada nos quadros e informações gráficas sucintas com dados estatísticos basilares relativos aos recursos humanos, acompanhados da respetiva análise descritiva, que pretende ir mais longe através das leituras qualitativas que se apresentam. Numa perspetiva abrangente, é possível afirmar que o conhecimento detido, a experiência acumulada, as competências adquiridas, a aquisição de novos talentos, são componentes do capital humano e como tal, elementos potenciadores das sinergias que permitem alcançar os desideratos organizacionais.

O atual Relatório de Balanço Social refere-se ao ano de 2015, e tem como referencial de análise o universo de trabalhadores da GNR em exercício de funções a 31 de dezembro, confrontando-o, em diversos aspetos, com exercícios dos anos anteriores. Tem como premissa permitir e incentivar a partilha de informação na organização e sistematizar indicadores sociais e de gestão.

Os dados apresentados foram obtidos através das plataformas eletrónicas Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), Sistema Integrado de Gestão de Pessoal da GNR (SIGPES), Sistema Integrado de Gestão de Vencimentos (SIGVC) e Sistema Integrado de Gestão da Formação (SIGFORM), e das informações disponibilizadas pelos Órgãos Superiores de Comando e Direção e pelas Secções de Recursos Humanos das Unidades desta Guarda.

Por uma questão de coerência na divulgação de dados estatísticos relativos aos recursos humanos, na elaboração do presente documento, levou-se em linha de conta a informação constante na Lei n.º 57/11, de 28 de novembro, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE). Assim, também este instrumento de gestão procura ir ao encontro dos critérios definidos pela DGAEP.

“Pela Lei e Pela Grei” são, nos tempos que correm, tarefas crescentemente difíceis. É por isso, essencial que, neste ambiente fortemente restritivo, a Guarda mantenha a capacidade para cumprir, em segurança e com eficácia e eficiência, as missões atribuídas, regenerar meios e garantir as adequadas qualificações dos seus militares e civis.

Para tal, são determinantes uma execução criteriosa e uma eficiente gestão dos recursos humanos e financeiros, de forma a honrar a nossa cultura de serviço, as atitudes, os valores e os princípios, que nos dignificam, nos orgulham e nos trazem o reconhecimento dos portugueses.



I.A - ANÁLISE QUALITATIVA E INTERPRETATIVA

De forma a permitir uma análise comparativa, elencaram-se os dados estatísticos referentes aos anos de 2013, de 2014 e de 2015. Para alguns dos indicadores apresentados, utilizaram-se quadros e gráficos para apresentação dos resultados, sendo ainda apresentado um conjunto de indicadores de gestão – índices e taxas – que, para facilitar a consulta, se encontram sintetizados num ponto autónomo no presente relatório. Em anexo apresenta-se o formulário DGAEP “Balanço Social 2015”.

1. RECURSOS HUMANOS

A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio – o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009 de 14 de outubro. Conforme se dispõe nos artigos 19.º da LOGNR e 5.º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM).

Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhe aplicável o estatuto dos funcionários e agentes da administração pública.

Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2015, de 23.418 trabalhadores em exercício de funções, dos quais 22.213 dizem respeito ao efetivo militar e 742 ao efetivo civil.

De igual forma estão contabilizados 463 militares a frequentar o Curso de Formação de Guardas (CFG) em regime de Nomeação Transitória por Tempo Determinado.

Em regime de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença encontram-se 59 elementos, que para efeitos de contabilização do número de pessoas em exercício de funções na Guarda, não são tidos para os efeitos.

Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2015, e mantendo a tendência de 2014, a Guarda sofreu um aumento, ainda que ligeiro, do seu efetivo, fruto, em particular, da redução substancial de passagens à situação de reserva, em número bastante inferior ao de novas entradas no quadro.

As mudanças operadas, a partir de 2013, nos critérios de deferimento dos requerimentos de passagem à situação de reserva, contribuíram para tal cenário.

Pese embora a tendência ligeira de subida verificada em 2014, mantida em 2015, prevendo a sua manutenção nos próximos anos, não são ainda suficientes para alcançar o efetivo militar já atingido, em anos anteriores.

5.1.EVOLUÇÃO DE EFETIVOS

No período compreendido entre 2010 e 2013 assistimos a uma diminuição sistemática do número total de efetivos, e em 2014 ocorreu uma inversão do decréscimo observado no triénio em referência. O ano de 2015 acompanha a tendência de acréscimo do número total de efetivos do exercício anterior. Nesta análise temporal constata-se uma descida de cerca de 3,20%, tendo como principal contributo a saída de efetivos por motivo de reserva. Assim, nos últimos 5 anos ocorreu uma diminuição de 774 efetivos.

A ilustrar estas afirmações apresenta-se de seguida o **Gráfico 1**:

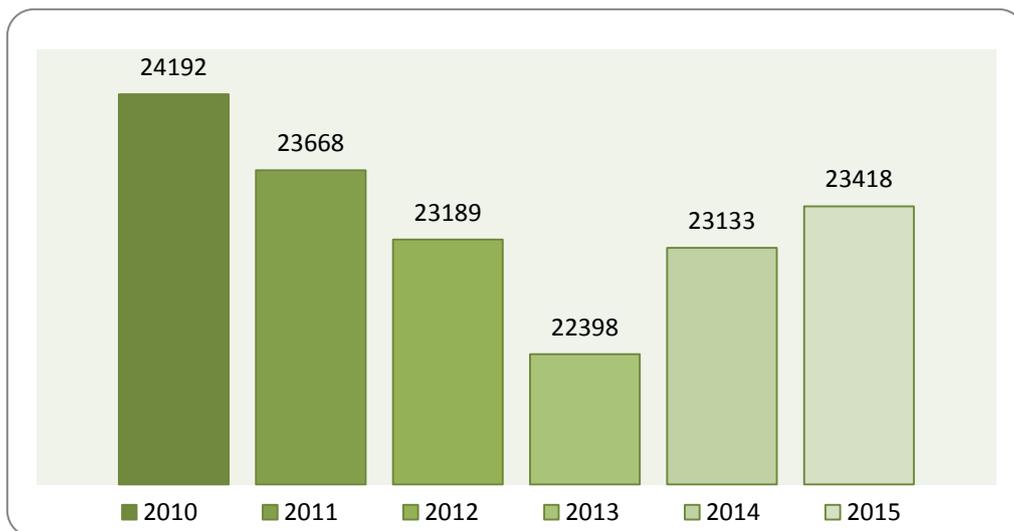


Gráfico 1 – Efetivo em exercício de funções no quinquénio 2010/2015

O **Quadro 1** elucida-nos sobre a taxa de variação anual do número de efetivos, que no triénio 2010-2013 decresceu 7,60%, em média anual, tendo, no entanto, havido um acréscimo de 4,51% do número de efetivos, em 2014 e 2015, o que traduz uma inversão do decréscimo observado no anterior exercício em referência resultante de uma política ativa de gestão de recursos humanos, materializada, designadamente, no esforço realizado em procedimentos concursais de ingresso, no sentido de colmatar os movimentos de saída de recursos humanos verificados.

Resulta, assim, uma taxa de variação anual média negativa de 0,67%.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
N.º de efetivos	24192	23668	23189	22398	23133	23418
Taxa de variação anual		-2,17%	-2,02%	-3,41%	3,28%	1,23%

Quadro 1 – Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual

O número de trabalhadores em exercício de funções na GNR registou um acréscimo de 285 trabalhadores, cerca de 1,23% do efetivo global, em relação ao ano de 2014.

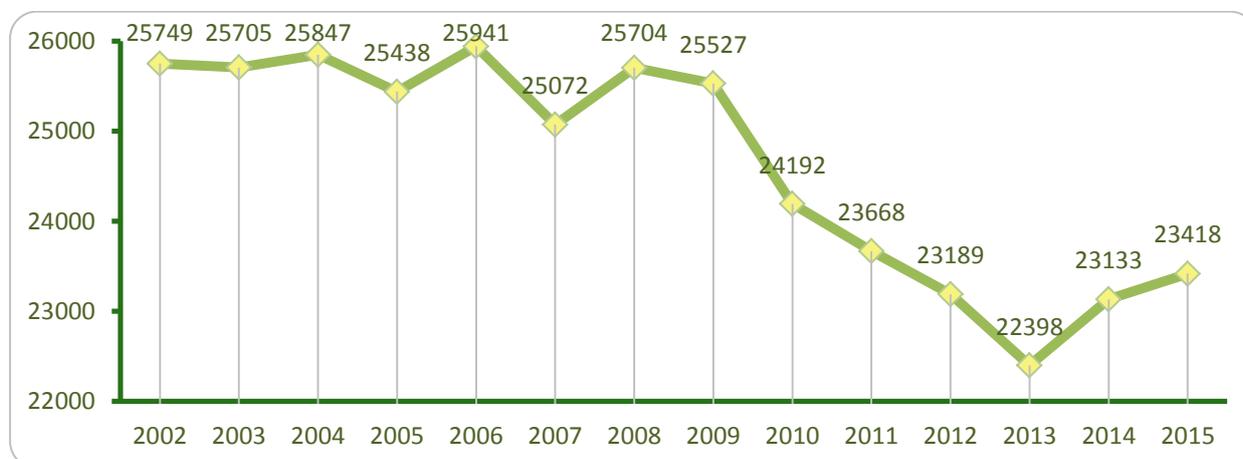


Gráfico 2 – Evolução dos efetivos – (2002-2015)

Conforme ilustra o **Gráfico 2**, entre 2002 e 2009 verificou-se um período de relativa estabilidade, em que se verificou um número acima dos 25.000 efetivos. A partir de 2009, assistimos a uma descida gradual do número de efetivos, que culminou em 2013 com o número de efetivos mais baixo desde 2002, cerca de 22.398. A partir de 2013 constata-se uma subida gradual do número de efetivos, atingindo em 2015 o valor de 23.418.

A relação entre os polos máximos do horizonte temporal, verificada entre 2006 e 2015, é de menos 2.523 efetivos.

5.2.– EFETIVOS SEGUNDO O VÍNCULO JURÍDICO

Dos 23.418 trabalhadores em funções na Guarda a 31 de dezembro de 2015, verifica-se que cerca de 96,20% (22.527 trabalhadores) encontram-se em regime de nomeação definitiva.

Em regime de nomeação transitória por tempo determinado encontram-se 1,98%, 463 militares a frequentar o CFG 2015/2016.

Em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado encontram-se 1,83% (428 trabalhadores).

Em regime de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença encontram-se 59 colaboradores, que se dividem em grupo/cargo/carreira: médica, técnico superior e técnico diagnóstico e terapêutica.

O número de trabalhadores em exercício de funções na GNR registou um acréscimo de 285 trabalhadores, cerca de 1,23% do efetivo global, em relação ao ano de 2014.

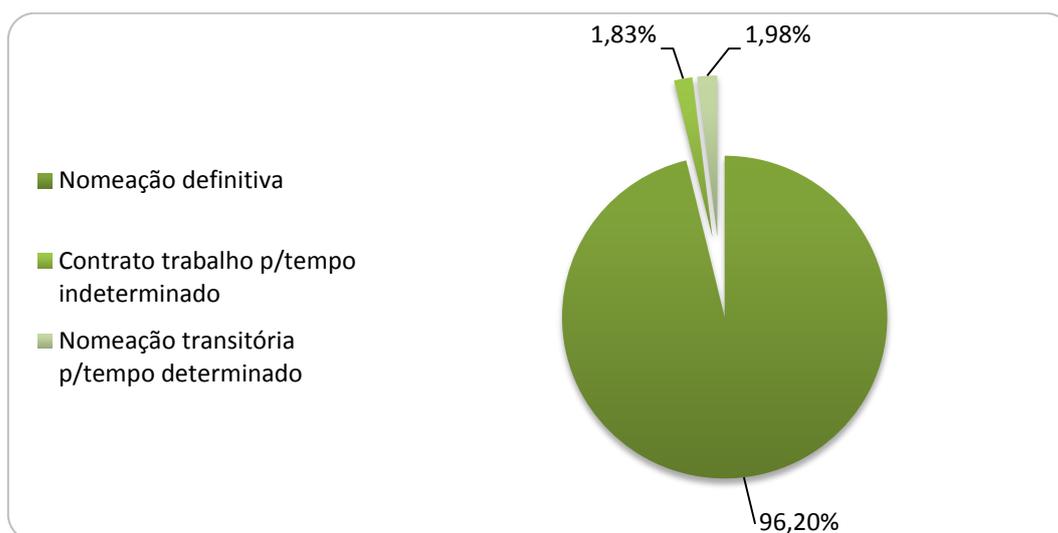


Gráfico 3 – Percentagem de trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, analisando o **Quadro 2** em função da sua expressão numérica e percentual constata-se que, fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, representando estes, em 31 de dezembro de 2015, 96,83% (22.676 militares), sendo a categoria de Guardas a mais representativa, com 82,21% (19.253) do total de militares. Em relação ao pessoal civil, os grupos/cargos/carreiras mais representativas são a de «outro pessoal de segurança» onde estão inseridos os Guardas-Florestais, com cerca de 1,34% (314 trabalhadores), seguida dos «assistentes operacionais» com 1,30% (304 trabalhadores).



/Grupo/Cargo/Carreira Modalidades de vinculação	Nomeação definitiva		Contrato trabalho p/tempo indeterminado		Nomeação transitória p/tempo determinado		Total p/ género		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	T	%
Assistente Operacional			10	294			10	294	304	1,30%
Assistente Técnico			10	62			10	62	72	0,31%
Docente			1	9			1	9	10	0,04%
Enfermeiro				1				1	1	0,004%
Forças Armadas - Oficiais	26						26		26	0,11%
Informatica			3	2			3	2	5	0,02%
Médico			6	6			6	6	12	0,05%
Militares - Oficiais	728	61					728	61	789	3,37%
Militares - Sargentos	2479	129					2479	129	2608	11,14%
Militares - Guardas	17639	1151			407	56	18046	1207	19253	82,21%
Outro Pessoal de Segurança	308	6					308	6	314	1,34%
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica				6				6	6	0,03%
Técnico Superior			3	15			3	15	18	0,08%
Total p/vínculo e género	21180	1347	33	395	407	56	21620	1798	23418	100,00%
	22527		428		463		23418			
	96,20%		1,83%		1,98%		100,00%			

Quadro 2 – Efetivos segundo a modalidade de vinculação e género

No que se refere ao índice de enquadramento que, no caso da GNR, expressa a relação entre o total de efetivos e o número de profissionais pertencentes ao pessoal que exerce funções de comando, de direção ou de chefia (oficiais e sargentos), verifica-se um decréscimo do valor em 2015, de cerca de 0,17%, em comparação com o exercício anterior.

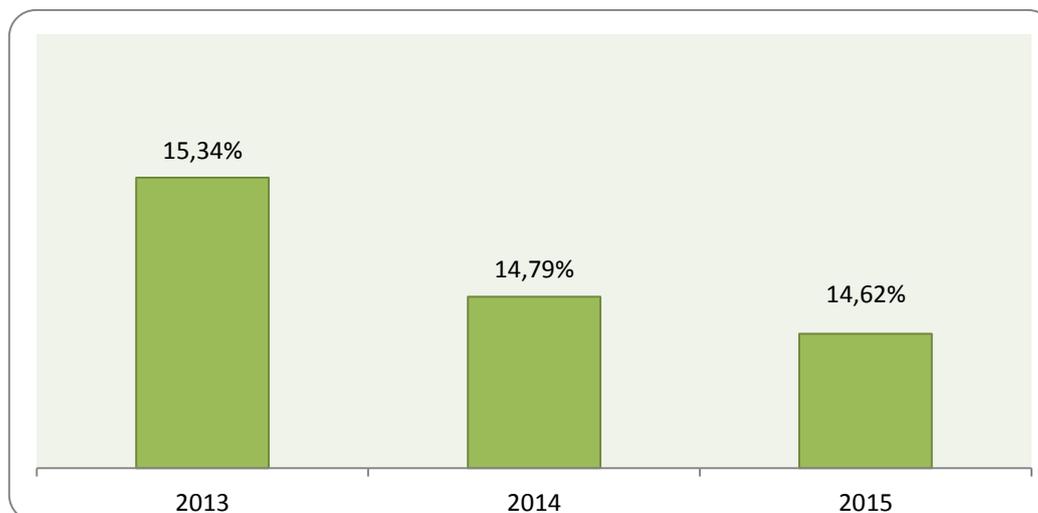


Gráfico 4 – Taxa de enquadramento

Embora o número de oficiais e sargentos se tenha mantido quase inalterável, a diminuição da taxa é explicada sobretudo pelo aumento de 285 efetivos ao efetivo global. A ocupação dos cargos dirigentes corresponde a uma taxa de enquadramento de 14,62%.

	Masculino	Feminino	Total
Forças Armadas - Oficiais	26		26
Militares - Oficiais	728	61	789
Militares - Sargentos	2479	129	2608
Total	3233	190	3423

Quadro 3 – Pessoal dirigente (oficiais e sargentos)

A Taxa de feminização dirigente subiu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 0,81%.

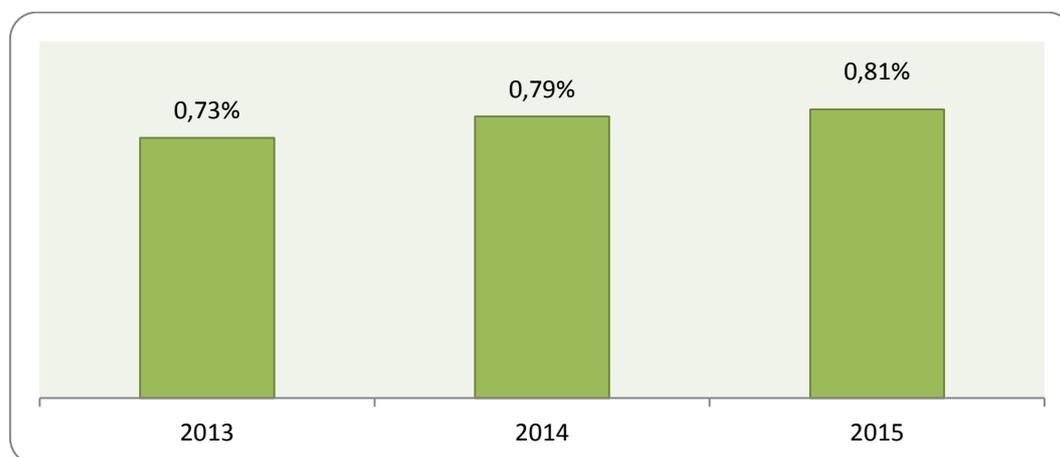


Gráfico 5 – Taxa de feminização dirigente

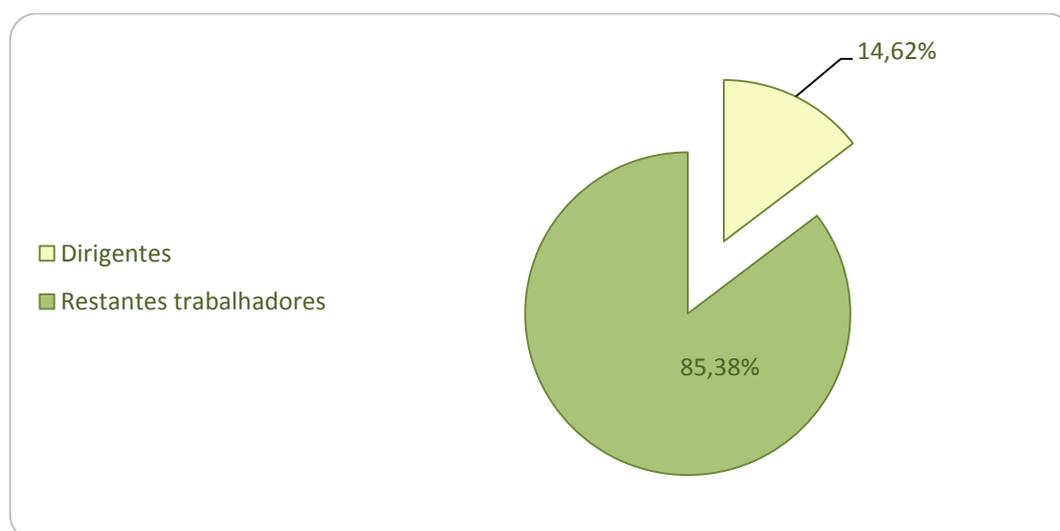


Gráfico 6 – Percentagem de dirigentes por efetivos



O rácio de efetivos por dirigente é de 5,84, ou seja, cada efetivo com funções diretivas chefia em média 6 trabalhadores.

5.3.– EFETIVOS SEGUNDO OS GRUPOS PROFISSIONAIS

Detalhando a análise do número de efetivos civis por grupo profissional, assistimos a um decréscimo do número de efetivos nos grupos «assistente operacional», «assistente técnico», «docente», «médico», «outro pessoal de segurança» e «técnico superior». Verifica-se a tendência de redução, dos últimos anos, do número de pessoal civil em exercício de funções na GNR, registando-se um decréscimo de 42 trabalhadores, cerca de 5,36% do efetivo do pessoal civil, em relação ao ano de 2014.

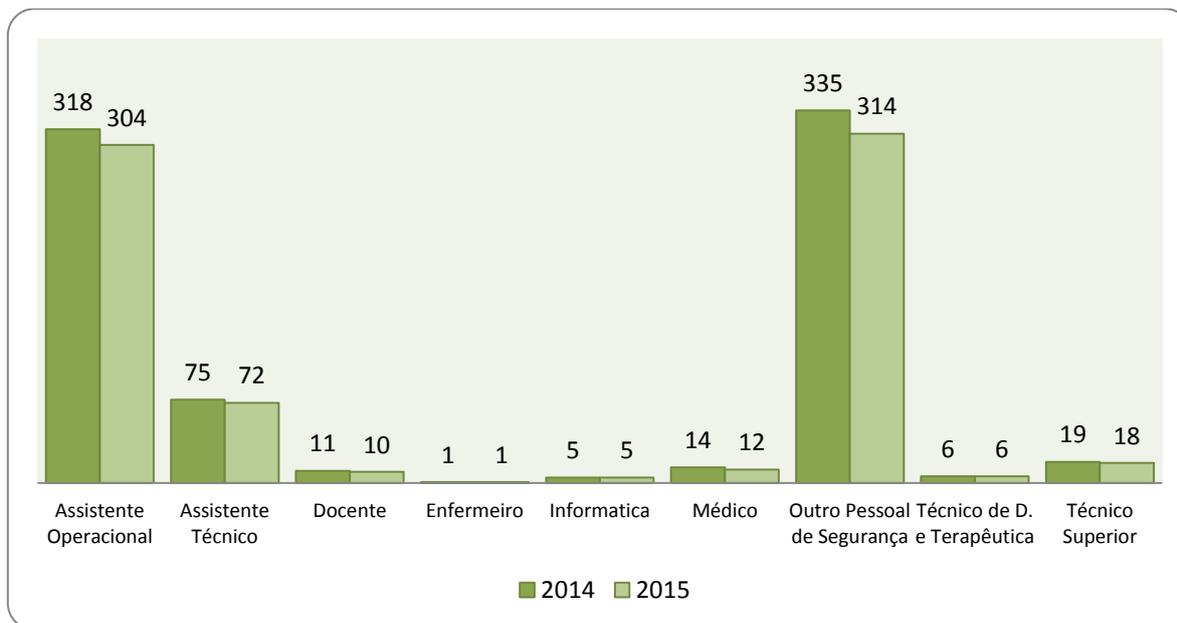


Gráfico 7 – Evolução dos efetivos civis por grupo profissional

O **Gráfico 7** mostra-nos ainda que existem sobretudo três grandes grupos profissionais: «outro pessoal de segurança», «assistente operacional» e «assistente técnico», que agrupam no seu conjunto 92,99% dos efetivos civis. Destes três o maior é o grupo de «outro pessoal de segurança», que conta com 42,32% do total de efetivos, seguindo-se o «assistente operacional», com 40,97%.

Pormenorizando a análise do número de efetivos militares por grupo profissional, assistimos a um acréscimo do número de militares nos grupos «oficiais» e «guardas», que no seu todo refletem o ganho de 349 efetivos militares em relação ao ano anterior. No grupo profissional «sargentos» verifica-se o decréscimo de 22 militares. O grupo profissional «forças armadas-oficiais» mantém o mesmo número de efetivos. Consta-se um saldo positivo de 327 efetivos militares

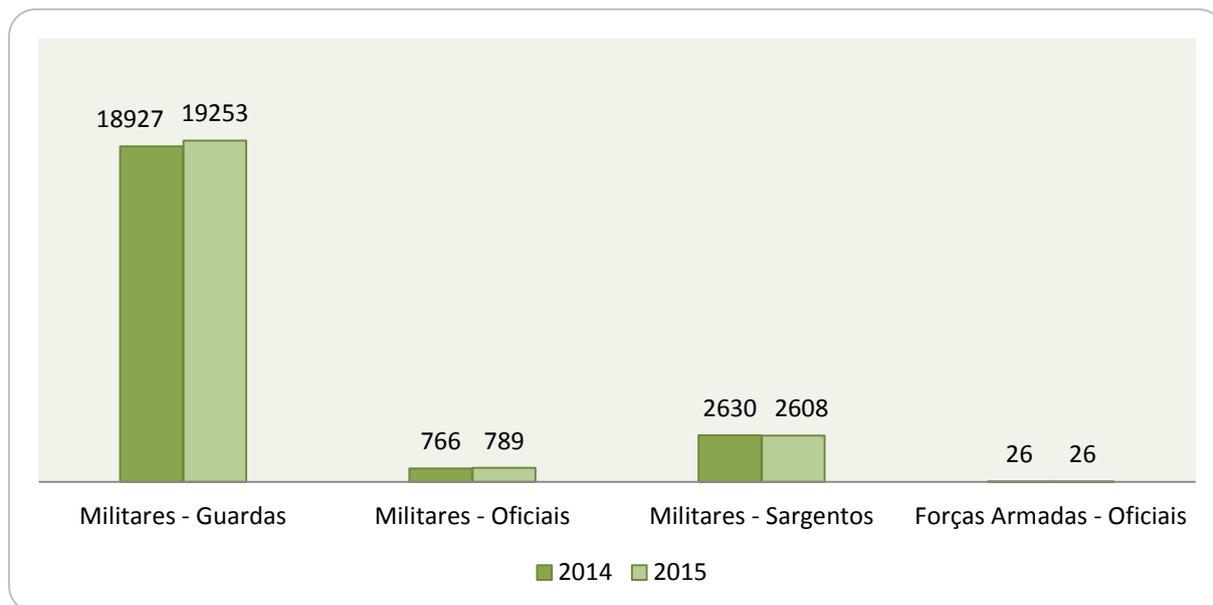


Gráfico 8 – Evolução dos efetivos militares por grupo profissional

O **Gráfico 8** mostra-nos ainda que existem sobretudo dois grandes grupos profissionais: «militares guardas» e «militares sargentos», que agrupam no seu conjunto 96,41% dos efetivos militares. Destes três o maior é o grupo de «militares guardas», que conta com 84,90% do total de efetivos, seguindo-se o «militares sargentos», com 11,50%.

Assim, conclui-se em relação às entradas e saídas ocorridas em 2015 que existiu um acréscimo de 327 efetivos militares e o decréscimo de 42 efetivos civis que resulta num saldo positivo de 285 efetivos.

5.4. EFETIVOS SEGUNDO A UNIDADE ORGÂNICA

Os 23.418 efetivos em efetividade de funções, a 31 de dezembro de 2015, encontravam-se distribuídos pela estrutura geral da Guarda, como de seguida se apresenta:



	Efetivo militar	Efetivo civil	Total
CMD Guarda	306	20	326
CARI	820	44	864
CO	325	3	328
CDF	29		29
CTer Aveiro	1113	24	1137
CTer Beja	706	17	723
CTer Braga	966	37	1003
CTer Bragança	619	28	647
CTer Branco	697	40	737
CTer Coimbra	820	67	887
CTer Évora	779	20	799
CTer Faro	1258	16	1274
CTer Guarda	638	40	678
CTer Leiria	783	33	816
CTer Lisboa	1157	27	1184
CTer Portalegre	638	20	658
CTer Porto	1423	35	1458
CTer Santarém	952	28	980
CTer Setúbal	1217	29	1246
CTer Vcastelo	618	30	648
CTer V Real	674	65	739
CTer Viseu	793	62	855
CTer Açores	243	7	250
CTer Madeira	193	3	196
UNT	107		107
UCC	1003	15	1018
UAF	338	4	342
USHE	1154	7	1161
UI	1395	2	1397
EG	912	19	931
Total	22676	742	23418

Quadro 4 – Efetivo segundo a unidade orgânica

Verifica-se que o Comando Territorial do Porto é a Unidade com maior efetivo militar, 1.423 militares e o Comando Territorial de Coimbra apresenta o maior efetivo civil, 67 civis.

5.5.– EFETIVOS POR GÉNERO

O universo respeitante ao efetivo feminino (1.798) tem vindo a aumentar, nos últimos anos, mas ainda assim, os servidores do sexo masculino (21.620) continuam a ser a grande maioria, de todo o efetivo militar e civil.

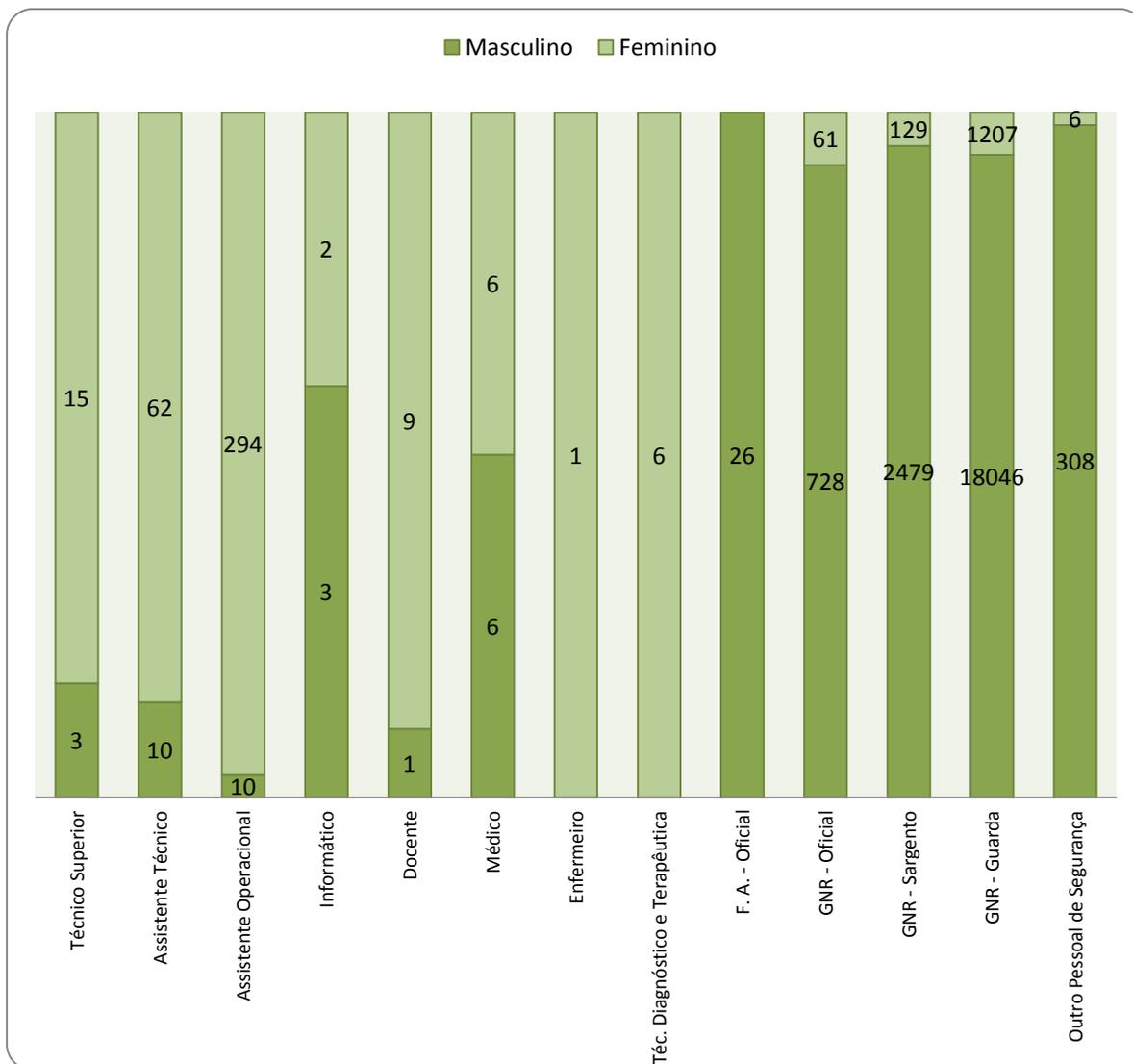


Gráfico 9 – Trabalhadores p/ carreira e género

Da análise dos dados por distribuição de efetivos e por género, continua a verificar-se uma predominância do sexo masculino no universo dos efetivos sendo especialmente notória nos grupos correspondentes ao efetivo militar, excetuando-se os grupos profissionais de «técnico superior», «assistente técnico», «assistente operacional», «docente», «médico», «enfermeiro» e «técnico de diagnóstico e terapêutica», embora com pouca expressividade, contrariam assim a tendência global.

A representatividade por género, em 2015, situou-se em valores muito equivalentes aos registados em 2014, com a diferença de apenas 0,09%. O grupo masculino teve uma descida de 0,09% face ao período homólogo do ano anterior, mas continua a ser predominante, com 92,32% do total de efetivos. Consequentemente, o grupo feminino evidencia um aumento de 0,09% face a 2014.

A relação homem/mulher, em 2015, situou-se em 12,02, significando que a proporção verificada neste ano foi de cerca de 12 efetivos do sexo masculino por cada efetivo feminino. Ainda assim neste ano verificou-se uma ligeira descida nesta relação, de 0,16, comparativamente com o ano anterior.

Esta realidade traduz-se numa Taxa de feminização de 7,68%. Este facto explica-se, principalmente, pelo recrutamento externo com destino ao Curso de Formação de Guardas (CFG), onde o género feminino veio a ocupar 56 vagas das 463 disponíveis.

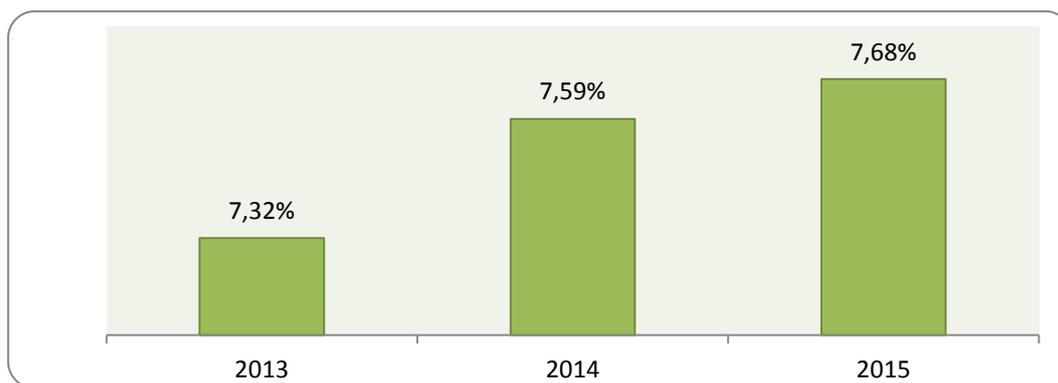


Gráfico 10 – Taxa de feminização

A taxa de feminização registou um ligeiro incremento face aos anos em análise, situando-se nos 7,68%.

5.6.EFETIVOS POR ESCALÃO ETÁRIO

O escalão etário mais representativo situou-se em 2015, no intervalo dos 35-39 anos, com 5.180 trabalhadores, representando 22,12% do efetivo global, seguido do intervalo 30-34 com 4.326 trabalhadores, representando 18,47% do efetivo global.

	Homens	Mulheres	Total
< 20 anos	24	2	26
20-24	642	99	741
25-29	2618	321	2939
30-34	3841	485	4326
35-39	4844	336	5180
40-44	3576	201	3777
45-49	3047	60	3107
50-54	2823	91	2914
55-59	186	100	286
60-64	18	87	105
65-69	1	16	17
Total	21620	1798	23418

Quadro 5 – Efetivos por escalão etário segundo o género

Comparativamente com 2014 verificou-se um aumento de 2,05% de efetivos nos escalões 40 a 59 anos, contudo, os escalões 25 a 39 anos perderam expressão face ao ano 2014, em cerca de 2,27%.

É igualmente na faixa etária dos 30 a 34 e 35 a 39 anos que se concentra a grande maioria dos efetivos femininos, com cerca de 45,66% do total de mulheres. Já no que respeita aos efetivos do sexo masculino, a maior concentração ocorre no escalão dos 35 aos 39 anos, com 22,41% do total de efetivos masculinos.

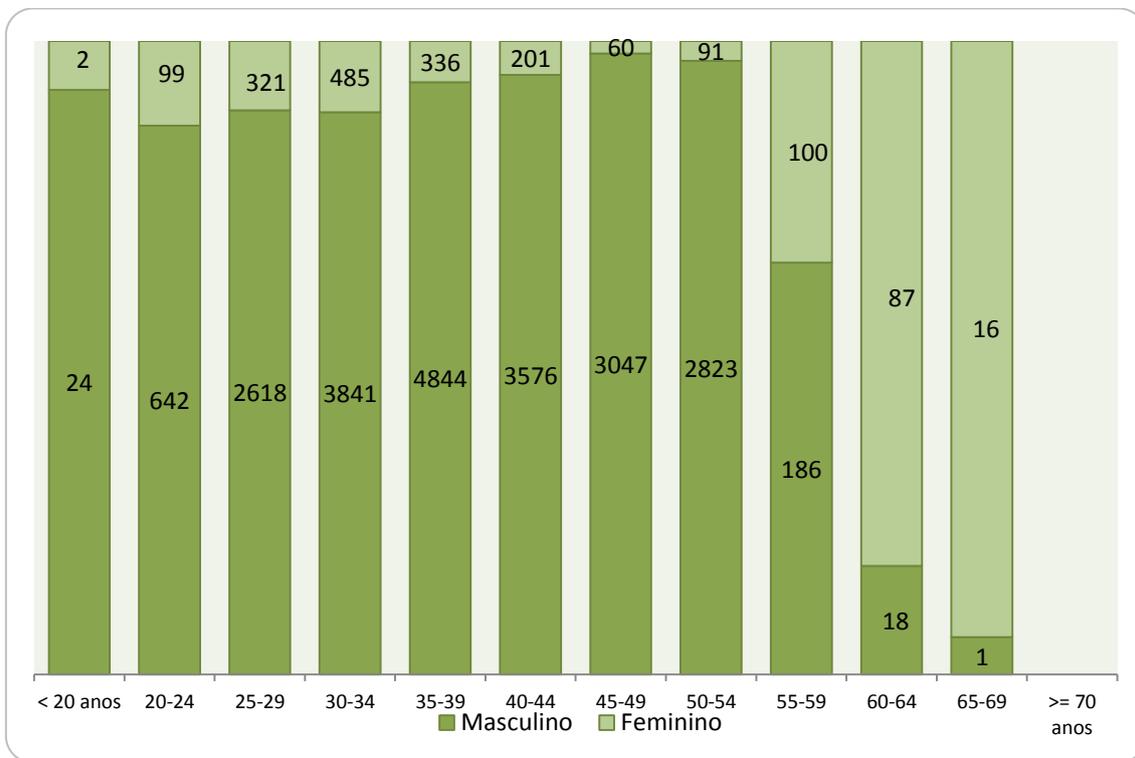


Gráfico 11 – Trabalhadores por escalão etário e género

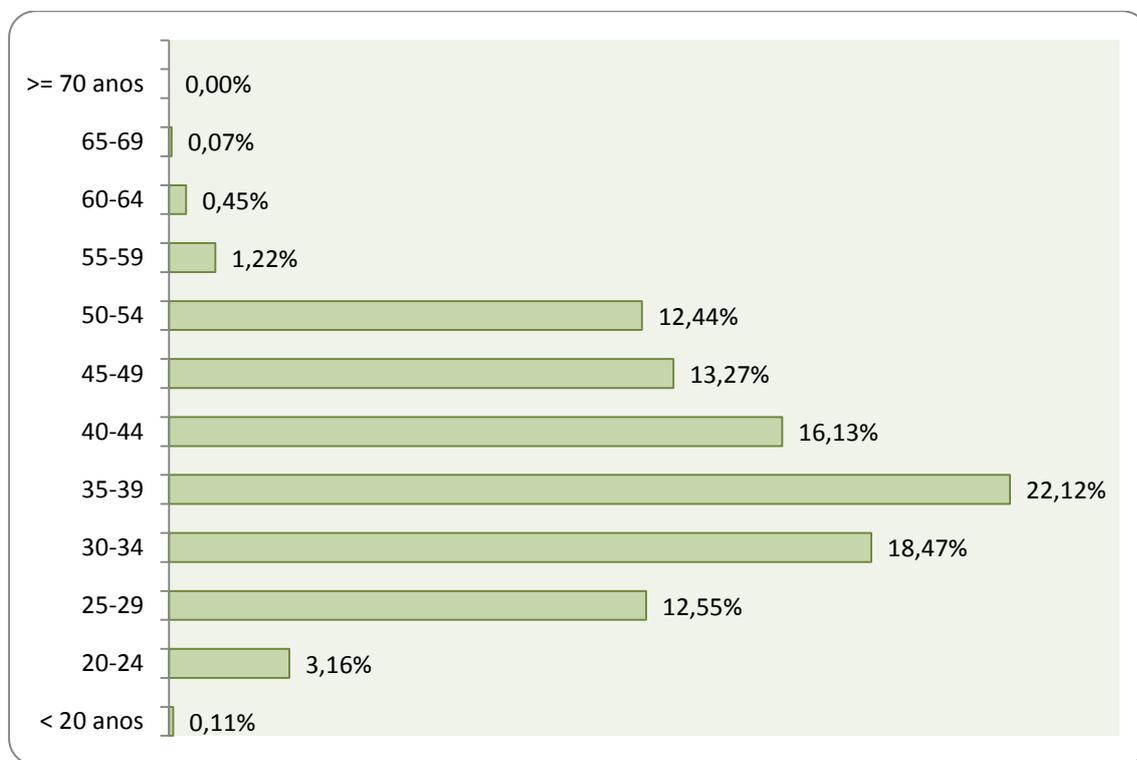


Gráfico 12 – Distribuição percentual do efetivo por escalão etário



O nível etário, no ano em análise, é de 38,70 anos, aumentando ligeiramente face ao ano anterior. Tal deve-se ao facto de ter existido um decréscimo acentuado no número de militares que passaram à situação de reserva. Contudo, o ingresso nos quadros da GNR, de militares provenientes do CFG e do Curso de Formação de Oficiais (CFO), ajudou a mitigar a propensão de subida deste nível.

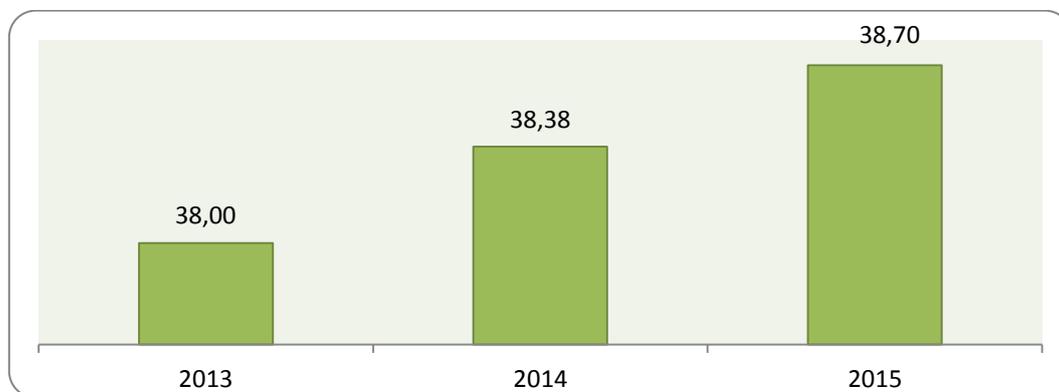


Gráfico 13 – Nível etário

O leque etário é de 3,83 e tem uma amplitude de 51 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (18 anos) e o mais velho (69 anos), mantem-se os valores em relação ao ano de 2014.

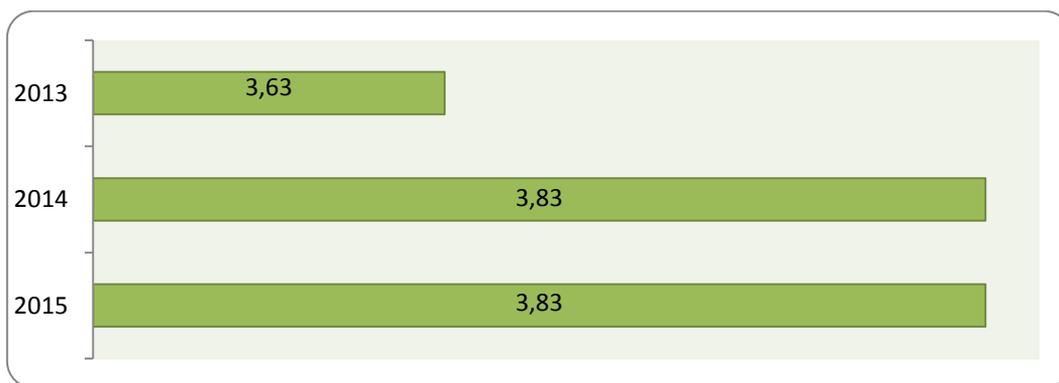


Gráfico 14 – Leque etário

A Taxa de envelhecimento, que tem como referência os trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos x 100, sobre o total de trabalhadores ao serviço, situou-se nos 1,74%. Esta Taxa revela uma tendência de subida, facto imputado às passagens à situação de reserva/aposentação também terem sofrido uma diminuição.

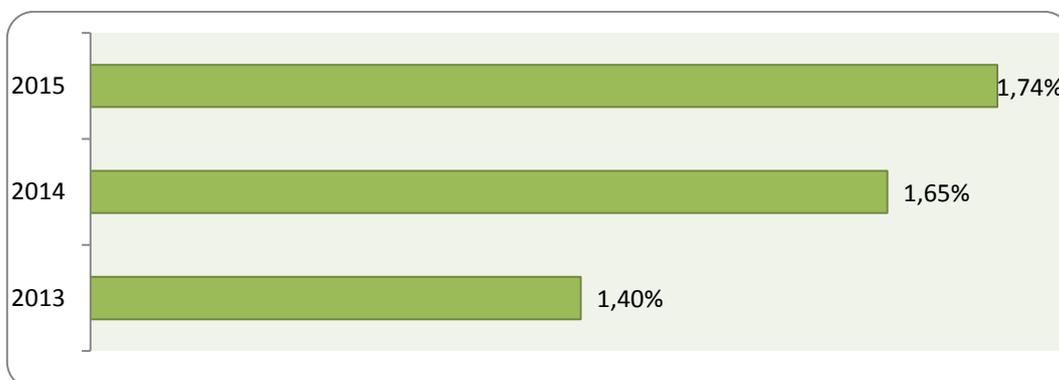


Gráfico 15 – Taxa de envelhecimento

A confirmação do observado através de outros indicadores, sobre a tendência do envelhecimento do efetivo é confirmada através do **Gráfico 15**.

Em 2015, a Taxa de envelhecimento situou-se nos 1,74%, menos 0,09% que o ano anterior. A saída de efetivos por motivo de reserva/reforma/aposentação, o que conduz naturalmente à saída de efetivos dos escalões etários superiores foi reduzida, logo o índice de envelhecimento continuou a crescer. Em 2015 esta taxa mantém a tendência de subida.

A Taxa de emprego jovem desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 15,83%.

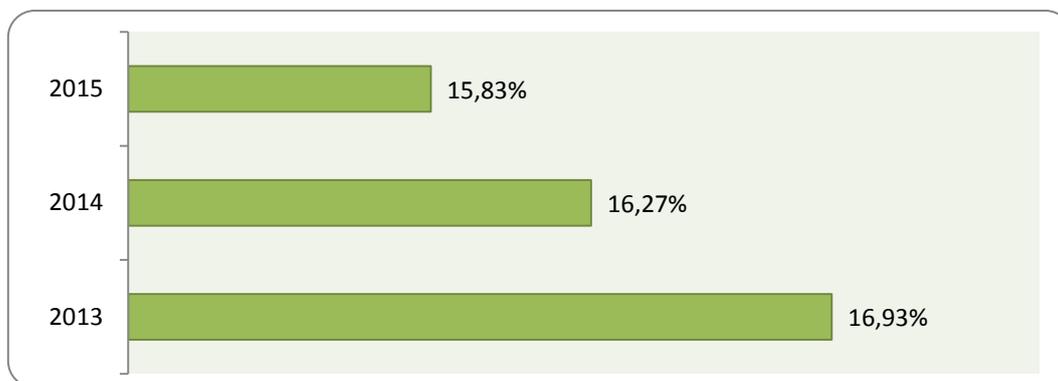


Gráfico 16 – Taxa de emprego jovem

	< 20 anos	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	Média
Técnico Superior					1	1	4	5	5	1	1	47,83
Assistente técnico					5	7	9	23	12	15	1	47,83
Assistente operacional				1	7	24	39	61	85	72	15	49,88
Informático				1			1	1	1	1		45,00
Docente						7			2	1		42,00
Médico							1	1	5	5		52,83
Enfermeiro								1				47,00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							3	2		1		46,17
F. A. - Oficial					1	1	5	11	8			47,00
GNR - Oficial		31	198	174	126	46	91	107	16			32,04
GNR - Sargento			39	340	618	738	404	460	9			37,11
GNR - Guarda	26	710	2702	3809	4403	2910	2526	2136	31			33,20
Outro Pessoal de Segurança				1	19	43	24	105	113	9		46,65

Quadro 6 – Efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional

Numa decomposição dos níveis etários pelos grupos profissionais, podemos concluir que apenas o grupo “GNR - guarda” conta com efetivos abaixo dos 20 anos de idade.

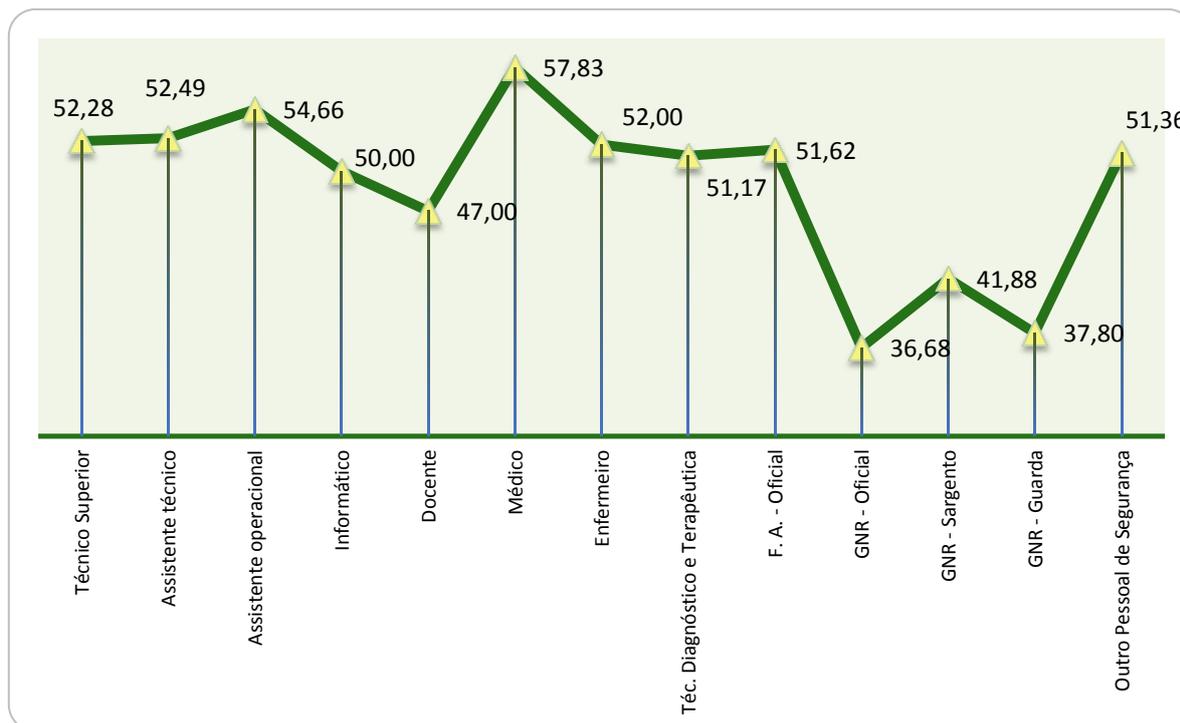


Gráfico 17 – Média etária por grupo profissional

O grupo profissional com a idade média mais elevada é o de «médico» com 57,83 anos.

O grupo profissional com idade média mais baixa é o «GNR – oficial» e “GNR – guarda» com a idade média de 36,68 anos e 37,80 anos, respetivamente.

5.7.EFETIVOS POR ANTIGUIDADE

	N.º de Funcionários
Até 5 anos	1398
5-9 Anos	2502
10-14 Anos	3655
15-19 Anos	4341
20-24 Anos	3451
25-29 Anos	2970
30-34 Anos	2790
35-39 Anos	2157
40 ou mais anos	154

Quadro 7 – Antiguidade

O escalão com 15-19 anos de antiguidade continua a ser o que agrupa maior número de trabalhadores, com cerca de 18,54% do total de efetivos, seguido pelos trabalhadores cuja antiguidade se encontra no escalão dos 10 aos 14 anos, com cerca de 15,61%.

O **Quadro 7** evidencia, conjuntamente com os restantes indicadores, a existência de 2.311 trabalhadores (9,87%) que se encontram nos escalões 35-39 anos e 40 ou mais anos que evidenciam uma tendência de saída de efetivos, num curto espaço de tempo, para a reserva, reforma e aposentação.

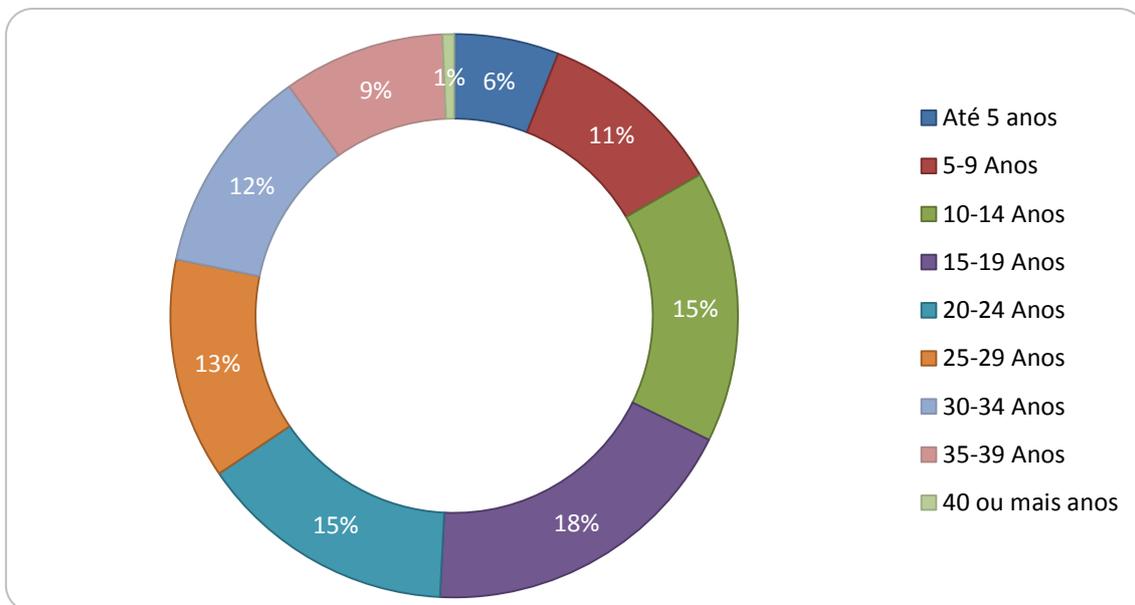


Gráfico 18 – Distribuição dos efetivos em função da antiguidade

Em conclusão do que atrás foi enunciado, o **Gráfico 18** mostra-nos a densidade de efetivos escalonados por intervalos de idades e expressos em valores percentuais.

Verifica-se que 5,97% dos trabalhadores apresentam registos de entrada na função pública há menos de 5 anos. Estas percentagens vão subindo gradualmente à medida que vamos aumentando o número de anos de antiguidade até aos 15-19 anos, a partir do qual, começa a descer gradualmente.

Podemos igualmente concluir que 50,80% dos trabalhadores detêm menos de 20 anos de prestação de serviço público. Complementando o que já foi referido anteriormente, 9,87% dos trabalhadores detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva, reforma e aposentação.

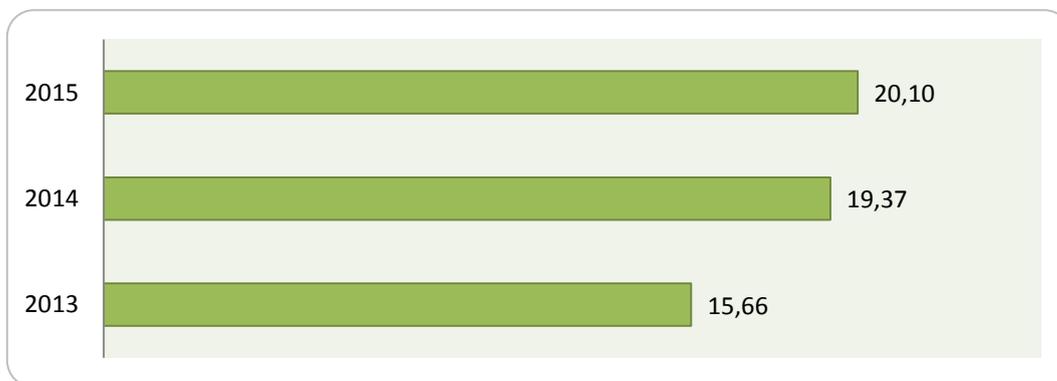


Gráfico 19 – Nível médio de antiguidade na administração pública

O nível médio de antiguidade na administração pública, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos, é de 20,10 anos representando um acréscimo de 0,73 anos em relação a 2014. À semelhança do ano



anterior também 2015 revelou, um incremento face aos anos antecedentes. A explicação para este facto prende-se com os critérios de passagem à situação de reserva/reforma/aposentação, agora aplicados à generalidade dos militares e pessoal da carreira de guarda-florestal.

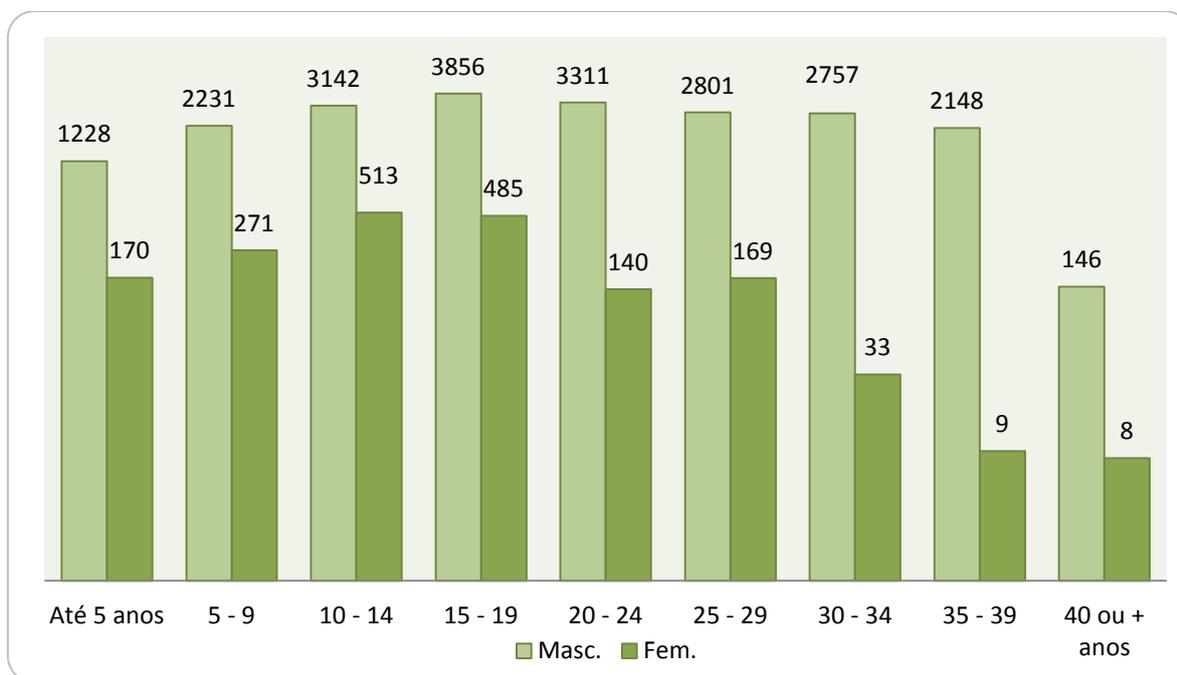


Gráfico 20 – Efetivo segundo antiguidade e género

Fazendo uma análise por género, verifica-se que é no escalão dos 10 aos 14 anos que se situa o maior número de trabalhadores do sexo feminino. Quanto aos trabalhadores do sexo masculino, o escalão 15-19 anos é o mais representativo.

5.8.EFETIVOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a assistir a uma diminuição de trabalhadores com habilitações mínimas e a um aumento de trabalhadores com níveis habilitacionais superiores.

O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais representativo, correspondendo a 9.679 trabalhadores, representando cerca de 41,33% do total dos trabalhadores, registando um ligeiro crescimento face a 2014 (1,34%).

A seguir, surge como habilitação mais representativa, o 9.º ano de escolaridade, que é detida por 7.527 trabalhadores, representando cerca de 32,14% do total dos trabalhadores. Este nível de escolaridade tem vindo a sofrer um decréscimo gradual ao longo dos últimos anos. De realçar o aumento de 96 elementos com formação superior, dos quais 3 com grau de doutoramento face ao ano anterior.

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Menos de 4 anos escolaridade			14	0,78%	14	0,06%
4 anos de escolaridade	174	0,80%	163	9,07%	337	1,44%
6 anos escolaridade	1836	8,49%	75	4,17%	1911	8,16%
9 anos de escolaridade	7278	33,66%	249	13,85%	7527	32,14%
11 anos de escolaridade	1925	8,90%	161	8,95%	2086	8,91%
12 anos de escolaridade	8844	40,91%	835	46,44%	9679	41,33%
Bacharelato	78	0,36%	14	0,78%	92	0,39%
Licenciatura	1144	5,29%	235	13,07%	1379	5,89%
Mestrado	335	1,55%	51	2,84%	386	1,65%
Doutoramento	6	0,03%	1	0,06%	7	0,03%
Total	21620	100%	1798	100%	23418	100%

Quadro 8 – Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade e género

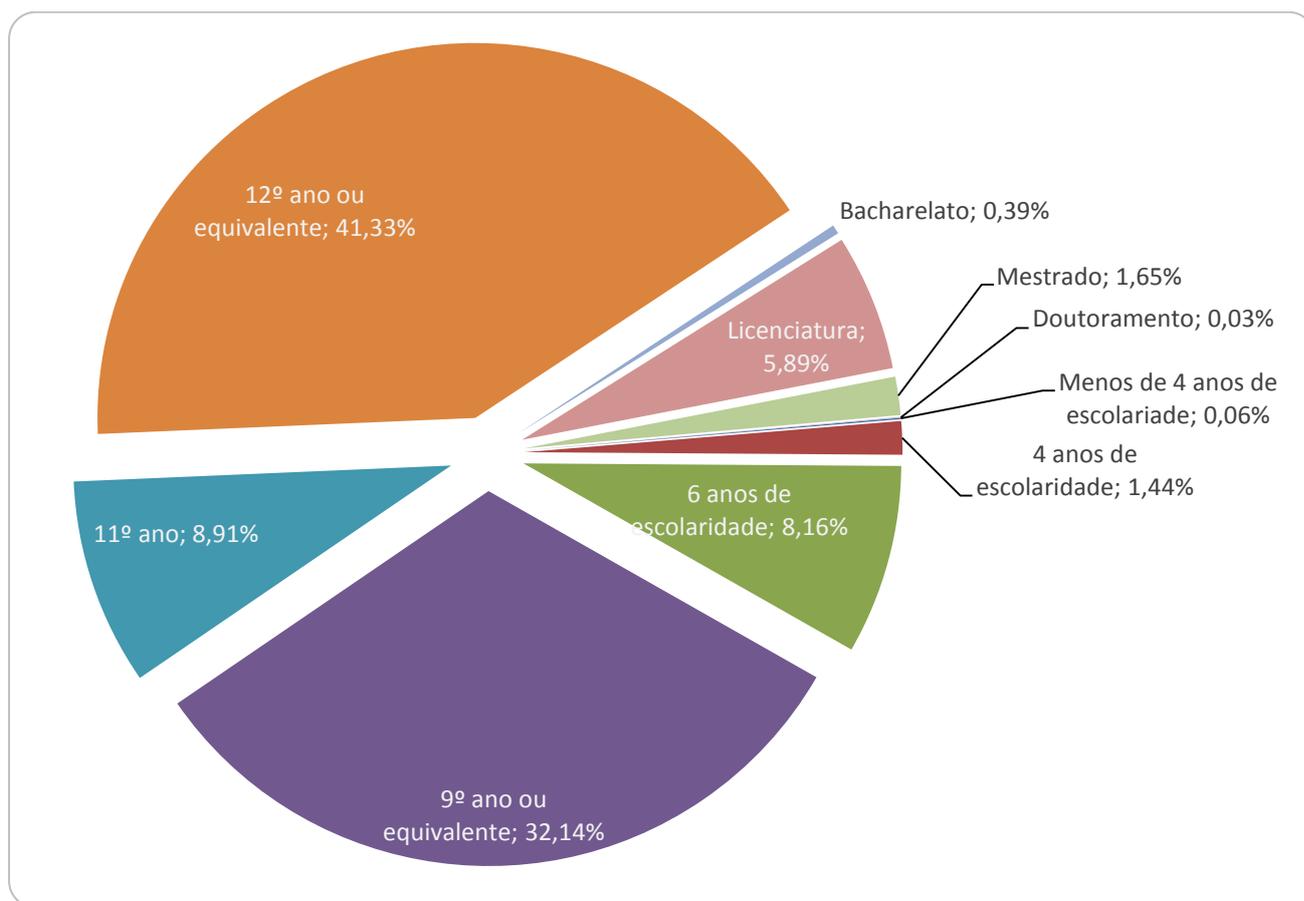


Gráfico 21 – Percentagem dos efetivos por nível de escolaridade

Este facto deve-se, em grande medida, ao investimento que o efetivo tem feito na sua formação académica, reflexo disso é também o aumento da Taxa de habilitação superior, que se cifrou nos 7,96%, registando um ligeiro crescimento face a 2014 (0,32%).

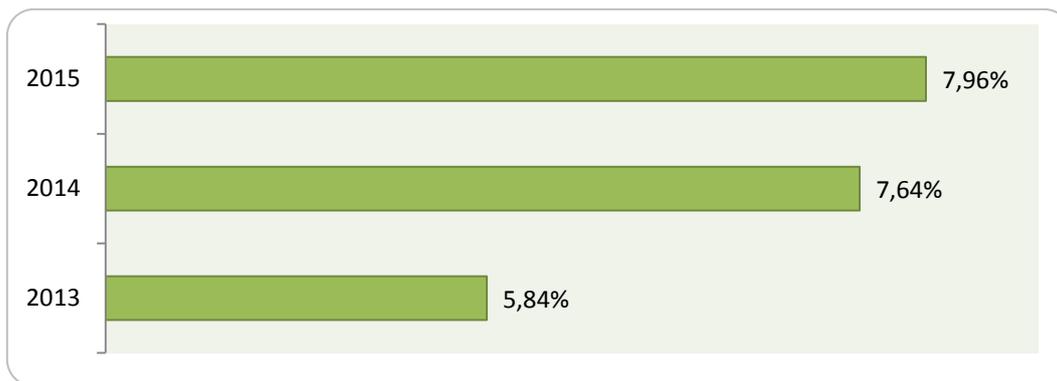


Gráfico 22 – Taxa de habilitação superior

De igual modo a Taxa de habilitação secundária subiu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 50,24%.

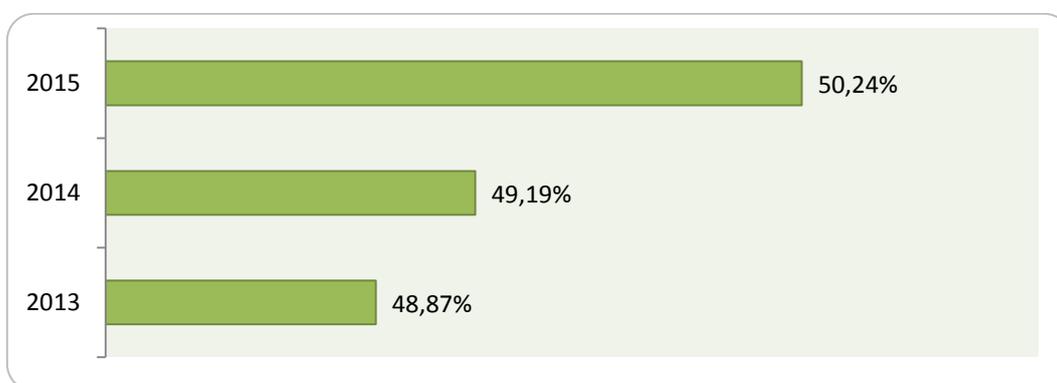


Gráfico 23 – Taxa de habilitação secundária

A Taxa de habilitação básica desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 41,80%.

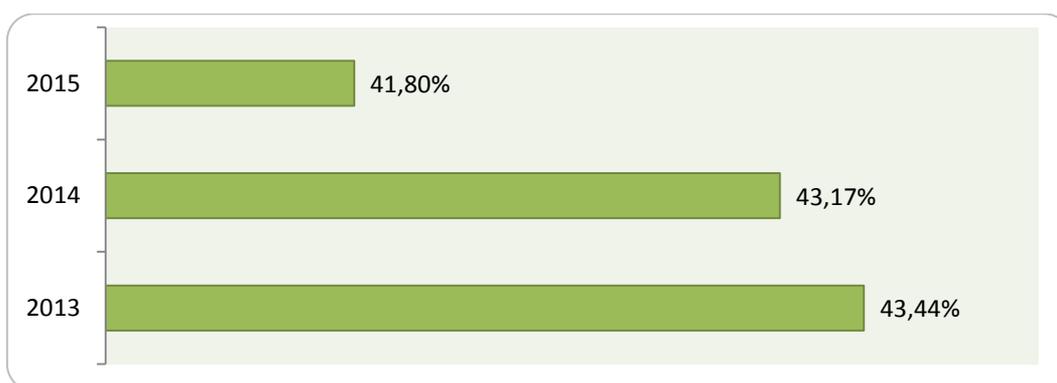


Gráfico 24 – Taxa de habilitação básica

5.9.EFETIVOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

No ano de 2015, os trabalhadores portadores de deficiência totalizam 139, sendo 123 do género masculino e 16 do género feminino.

Estes trabalhadores representam 0,59% do total dos efetivos, sendo a categoria profissional de Guardas, a mais representativa do efetivo portador de deficiência com 77,70%, face às restantes categorias/grupos/carreiras, onde se regista a existência de trabalhadores na mesma situação.

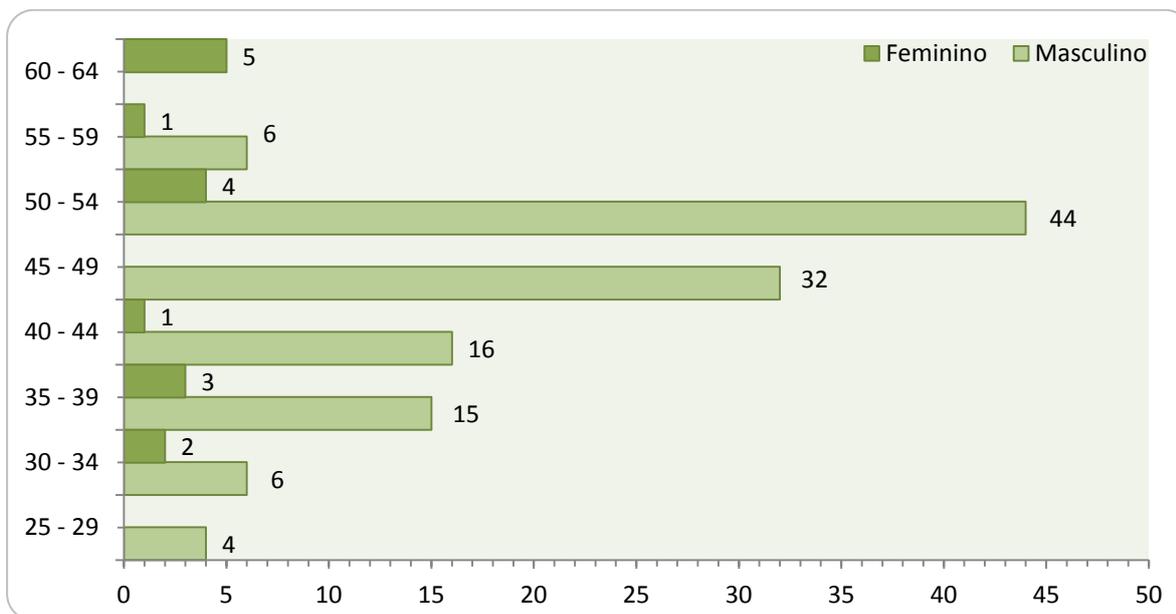


Gráfico 25 – Efetivos portadores de deficiência p/ escalão etário e género

5.10. MOVIMENTOS DE PESSOAL

5.10.1. ENTRADAS/REGRESSOS

De registar durante o ano de 2015, a admissão ou o regresso de 1.499 militares e civis no efetivo desta Guarda, sendo que 924 se reportam a vigilantes florestais contratados para as fases bravo e charlie da época de vigilância aos incêndios florestais.

De realçar que em outubro de 2015, ingressaram nos quadros desta força de segurança 32 oficiais subalternos das armas e dos serviços, que concluíram com aproveitamento o CFO/AM, mais 401 guardas provenientes do CFG 2014/2015, tendo ingressado no CFG 2015/16, 463 militares.

Na coluna «outras situações» inserem-se os 924 vigilantes florestais classificados na categoria de Assistentes Operacionais, com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, contratados com a finalidade de reforçar e pôr em funcionamento a rede nacional de postos de vigia.



		Forças Armadas - Oficiais	Militares - Oficiais	Militares - Sargentos	Militares - Guardas	Técnico Superior	Assistente Operacional	Outro Pessoal de Segurança	Total
Procedimento Concursal	M		27		407		23		457
	F		5		56		2		63
	T		32		463		25		520
Mobilidade Interna	M		1	1	2				4
	F					1			1
	T		1	1	2	1			5
Regresso Licença sem vencimento ou de período experimental	M			2	11				13
	F		1						1
	T		1	2	11				14
Comissão de Serviço	M	3	12	4	7				26
	F		1	3	1				5
	T	3	13	7	8				31
Outras Situações	M		4			1	805	1	811
	F		1			2	115		118
	T		5			3	920	1	929
Total	M	3	44	7	427	1	828	1	1311
	F		8	3	57	3	117		188
	T	3	52	10	484	4	945	1	1499

Quadro 9 – Entradas/Regressos por motivo e género

O grupo de assistente operacional foi que registou maior movimento de entradas / regressos de trabalhadores.

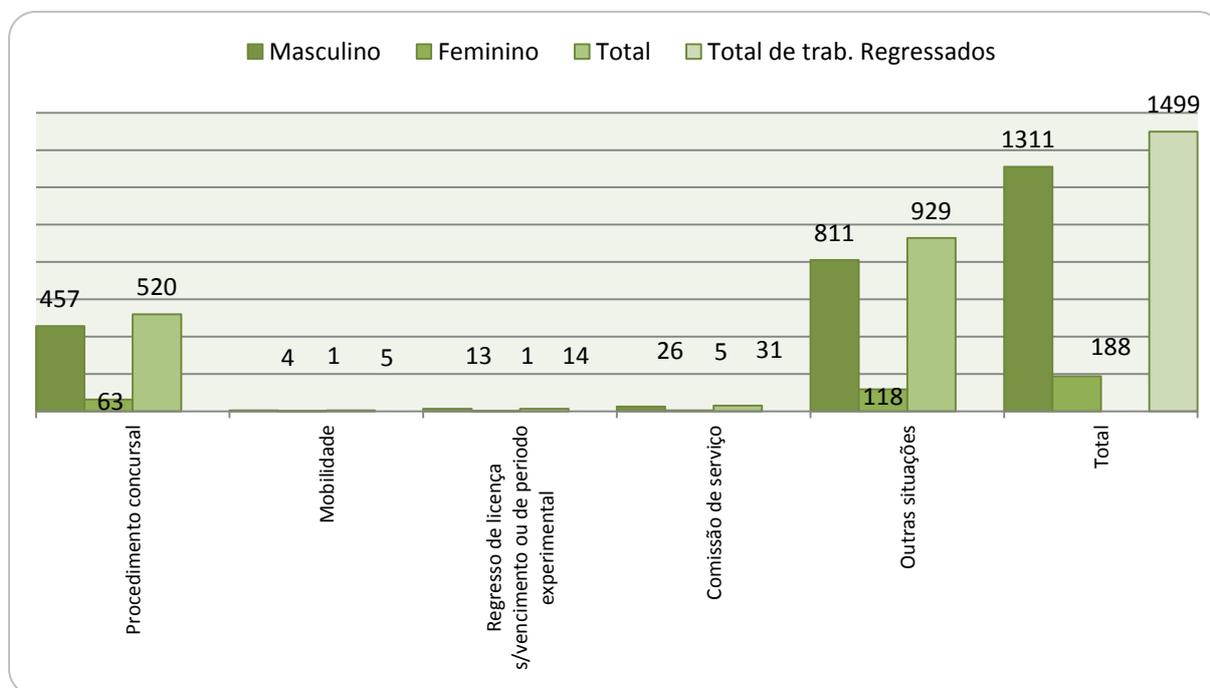


Gráfico 26 – Representação gráfica dos movimentos de entrada/regressos



5.10.2. SAÍDAS

A registar durante o ano de 2015, a saída de 244 efetivos. Destes, merece destaque a passagem à situação de reserva de apenas 107 militares.

		Forças Armadas - Oficiais	Militares - Oficiais	Militares - Sargentos	Militares - Guardas	Outro Pessoal de Segurança	Total
Morte	M		2		13		15
	F						
	T		2		13		15
Reforma/Aposentação	M		16	19	72	20	127
	F						
	T		16	19	72	20	127
Conclusão sem sucesso do p. experimental	M				13		13
	F				4		4
	T				17		17
Mobilidade	M				1	2	3
	F						
	T				1	2	3
Comissão de Serviço	M	3	7	8	9		27
	F		2				2
	T	3	9	8	9		29
Outras Situações	M		2	5	46		53
	F						
	T		2	5	46		53
Total	M	3	27	32	154	22	238
	F		2		4		6
	T	3	29	32	158	22	244

Quadro 10 – Saídas de efetivos nomeados/comissão de serviço por motivo/género

A reforma/aposentação foi o principal motivo de saída de trabalhadores, afetando 4 grupos profissionais, tendo ocorrido, ainda, o falecimento de 15 militares. O grupo com maior incidência de saídas foi o grupo «militares-guardas».

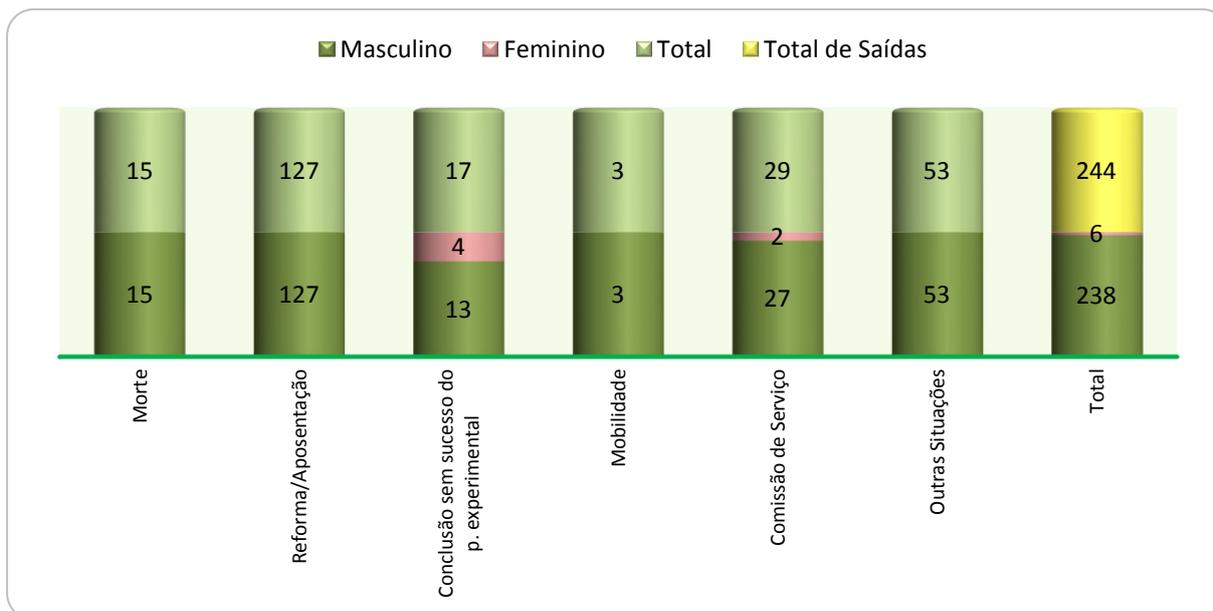


Gráfico 27 – Representação gráfica das saídas de efetivos nomeados ou em comissão de serviço

A registar durante o ano de 2015, a saída de 970 civis do efetivo desta Guarda, dos quais 959 são assistentes operacionais e destes 924 são vigilantes florestais.

		Técnico Superior	Médico	Docente	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Morte	M					1	1
	F					2	2
	T					3	3
Caducidade(Termo)	M					804	804
	F					109	109
	T					913	913
Reforma/Aposentação	M		1				1
	F		1		2	10	13
	T		2		2	10	14
Mobilidade	M	1			1		2
	F	3		1			4
	T	4		1	1		6
Outras Situações	M					23	23
	F	1				10	11
	T	1				33	34
Total	M	1	1		1	828	831
	F	4	1	1	2	131	139
	T	5	2	1	3	959	970

Quadro 11 – Saídas de efetivos contratados por motivo e género

A caducidade (termo) foi o principal motivo de saída de trabalhadores, tendo ocorrido, ainda, o falecimento de 3 trabalhadores. O grupo com maior incidência de saídas foi o grupo de «assistente operacional».

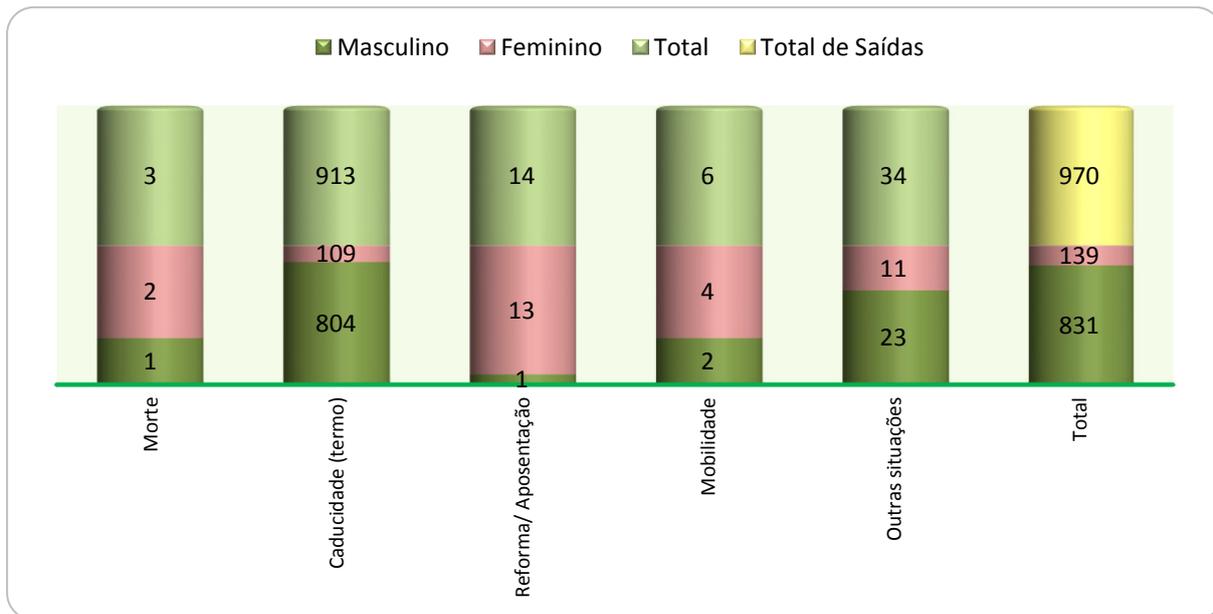


Gráfico 28 – Representação gráfica das saídas de efetivos contratados

Comparativamente com o ano de 2014 regista-se um menor saldo positivo entre as entradas/saídas, no entanto, existe um saldo positivo de 285 efetivos.

	2013	2014	2015
Entradas/Regessos	1236	1947	1499
Saídas	2015	1212	1214
Saldo	-779	735	285

Quadro 12 – Evolução de movimentações de efetivos

Com estes indicadores, houve naturalmente uma diminuição da taxa de reposição de efetivos, que passou para os 123,48%, ao contrário de 2014 que situou-se nos 160,64%. Note-se, contudo, que para colmatar a totalidade das saídas verificadas a taxa deverá ser sempre superior a 100%.

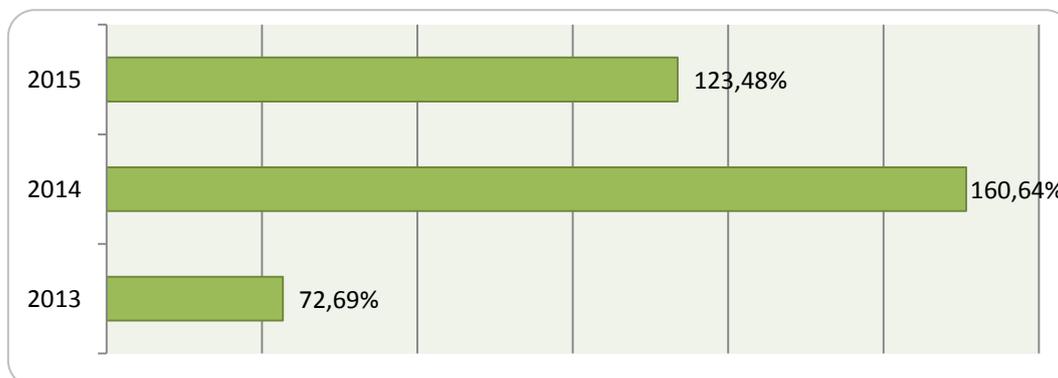


Gráfico 29 – Evolução da taxa de reposição de efetivos



A Taxa de rotatividade (turnover) desceu 1,07% em relação a 2014, situando-se em 8,38%. Mantem-se a tendência de descida, que vem acontecendo ao longo dos 3 últimos anos.

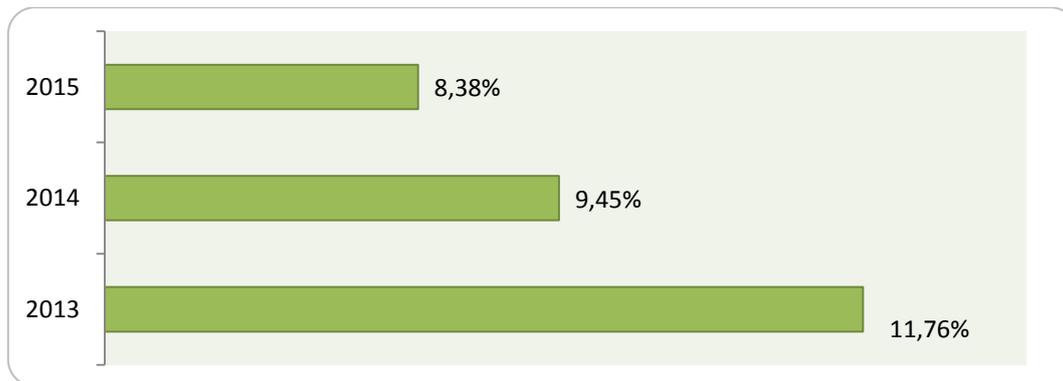


Gráfico 30 – Evolução do turnover

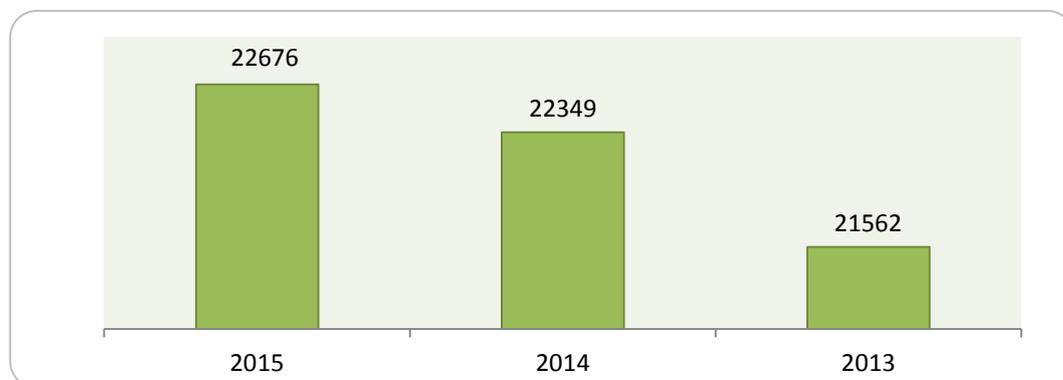


Gráfico 31 – Efetivo militar em exercício de funções

A Taxa de admissão desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 6,40%.

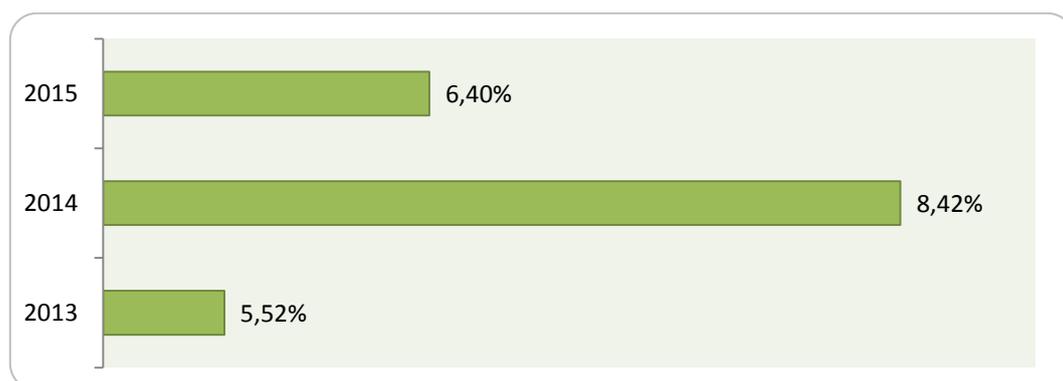


Gráfico 32 – Taxa de admissão

De igual modo, a Taxa de saídas desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 5,18%.

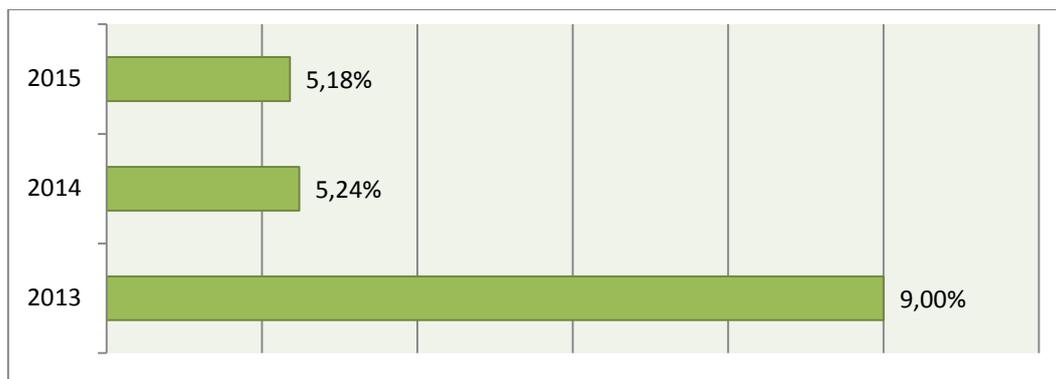


Gráfico 33 – Taxa de saídas

De relevar a inversão da tendência de diminuição do efetivo militar no ano em análise e em 2014 face ao de 2013. Para este facto contribuiu a redução drástica de saídas para a situação de reserva e o ingresso de efetivos via CFG e CFO/AM. Destaca-se então o aumento de 327 militares em exercício de funções a 31 de dezembro de 2015.

5.11. MAPA DE PESSOAL

Para o período em observação, o mapa de pessoal da GNR 2015 prevê 1.839 lugares para o pessoal civil, dos quais 742 postos de trabalho encontram-se ocupados.

Destes, 924 destinam-se aos vigilantes florestais que ingressam na Guarda em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com a finalidade de ocupar os postos de vigia, durante as fases bravo e charlie da época de vigilância aos incêndios florestais. Os guardas-florestais ocupam lugar a extinguir quando vagar nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de fevereiro.

Neste sentido, os lugares previstos e não ocupados registam-se nas carreiras infra mencionadas. Ficaram por ocupar 151 lugares.



 MAPA DE PESSOAL 2015				
Cargo/Carreiras/Categorias		N.º de postos de trabalho previstos	Total de postos de trabalho ocupados	Total de postos de trabalho não ocupados
Efetivo Civil	Técnico Superior	41	18	23
	Carreira Especial Médica	15	12	3
	Carreira Especial Docente	11	10	1
	Carreira Especial G. Florestal	336	314	
	Carreira Técnico Diagnóstico e Terapêutica	6	6	
	Enfermeiro	1	1	
	Carreira Informática	5	5	
	Assistente Técnico	150	72	78
	Assistente Operacional	350	304	46
	Outro Pessoal (Vigilantes)	924		
Totais do Efetivo Civil:		1.839	742	151

Quadro 13 – Mapa de pessoal 2015

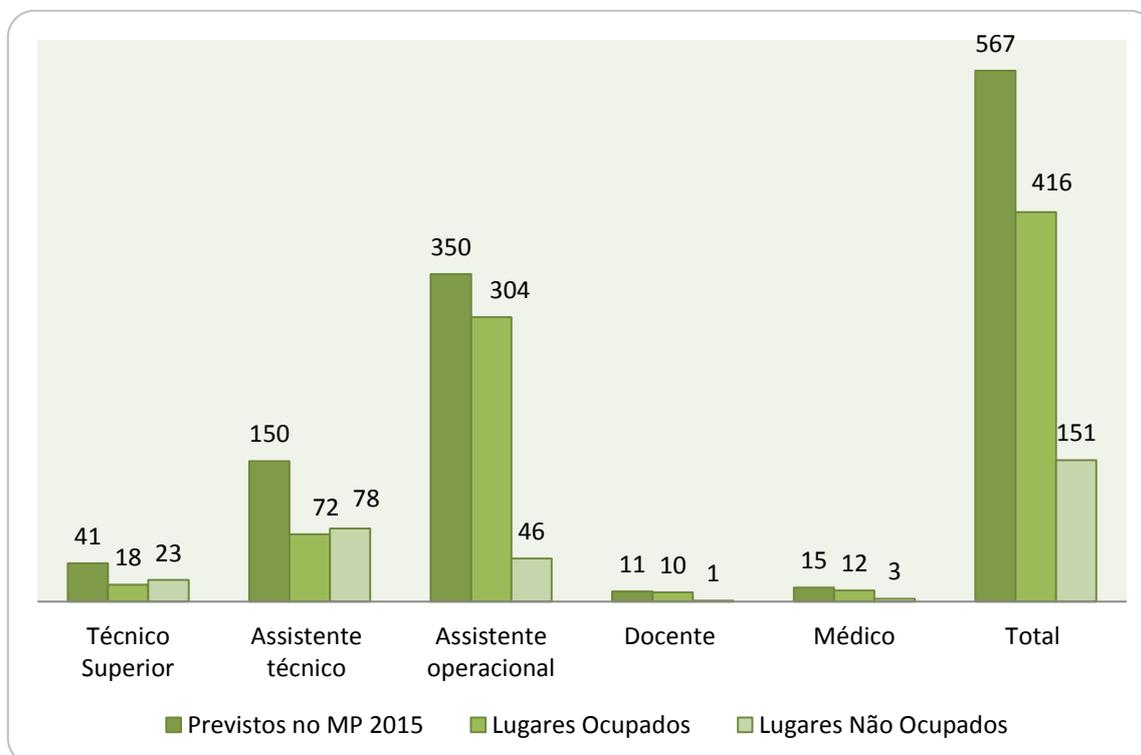


Gráfico 34 – Postos de trabalho previstos e não ocupados p/ carreiras efetivo civil

5.12. MUDANÇAS DE SITUAÇÃO PROFISSIONAL

O n.º 7 e o n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Orçamento do Estado para 2015 (LOE 2015), permitem mudanças de categoria ou de posto necessárias para o exercício de cargo ou função de militares da GNR desde que justificada a sua necessidade e que, cumulativamente, não resulte o aumento com a despesa de pessoal prevista no Orçamento do Estado para 2015.

Nos termos do disposto no n.º 9 do referido artigo, as mudanças de categoria ou posto dependem de despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna.

Relativamente ao ano em análise, efetivaram-se 1.729 promoções no efetivo militar, sendo que 55 destas referem-se a anos anteriores.

Em 2015 não se registaram evoluções nas carreiras e/ou categorias dadas as disposições constantes do artigo 38.º da LOE 2015, que vedaram a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos funcionários, designadamente resultantes de alterações de posicionamento remuneratório, em categoria ou posto superiores aos detidos.

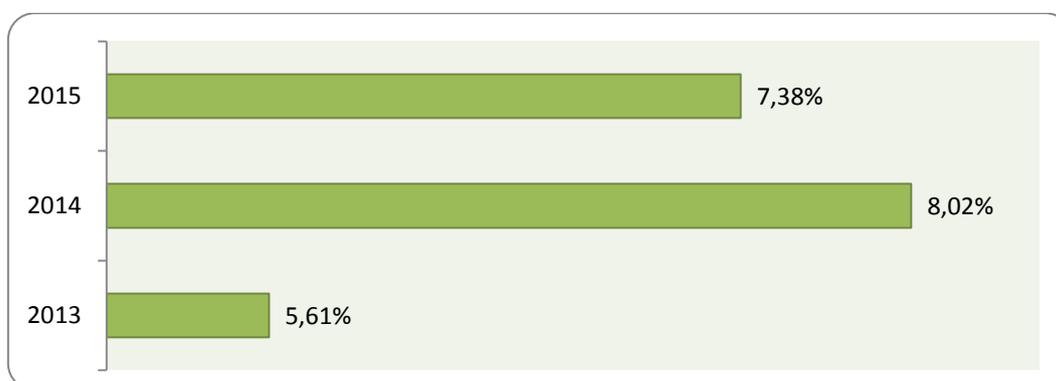


Gráfico 35 - Taxa de promoções



5.13. PRESTAÇÃO DE TRABALHO

5.13.1. MODALIDADE DE HORÁRIO

Tendo em conta a especificidade da missão atribuída a esta Guarda, o efetivo militar não está sujeito a horário de trabalho rígido ou outro, enquadrando-se, a maioria, no que se denomina de «horário específico».

Grupo/Cargo/Carreira	Rígido		Flexível		Jornada Contínua		Específico		Total p/ Género		Totais p/ Carreira
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Técnico Superior	3	15							3	15	18
Assistente técnico	10	62							10	62	72
Assistente operacional	10	83		211					10	294	304
Informático	3	2							3	2	5
Docente			1	9					1	9	10
Médico	3	5	3	1					6	6	12
Enfermeiro		1							0	1	1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		6							0	6	6
F. A. - Oficial							26		26	0	26
GNR - Oficial				2			728	59	728	61	789
GNR - Sargento			5	5			2474	124	2479	129	2608
GNR - Guarda			54	152			17992	1055	18046	1207	19253
Outro Pessoal de Segurança					308	6			308	6	314
Total p/ Modalidade	29	174	63	380	308	6	21220	1238	21620	1798	23418
	203		443		314		22458		23418		

Quadro 14 – Modalidade de horário de trabalho p/ género

Comparativamente a 2014, em que 1% dos trabalhadores prestaram serviço em regime de horário rígido, em 2015, este regime representa 0,87% dos trabalhadores, continuando a ser as categorias mais representadas a de «assistente operacional» e de «assistente técnico».

De relevar que ambos os géneros (443 efetivos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade de «horário flexível», registando um ligeiro aumento de 0,2 p.p. comparativamente a 2014, continuando a ser as categorias mais representadas de «assistente operacional» e de «GNR-guardas». É ainda praticada a modalidade de horário de trabalho «jornada contínua», por 314 guardas-florestais

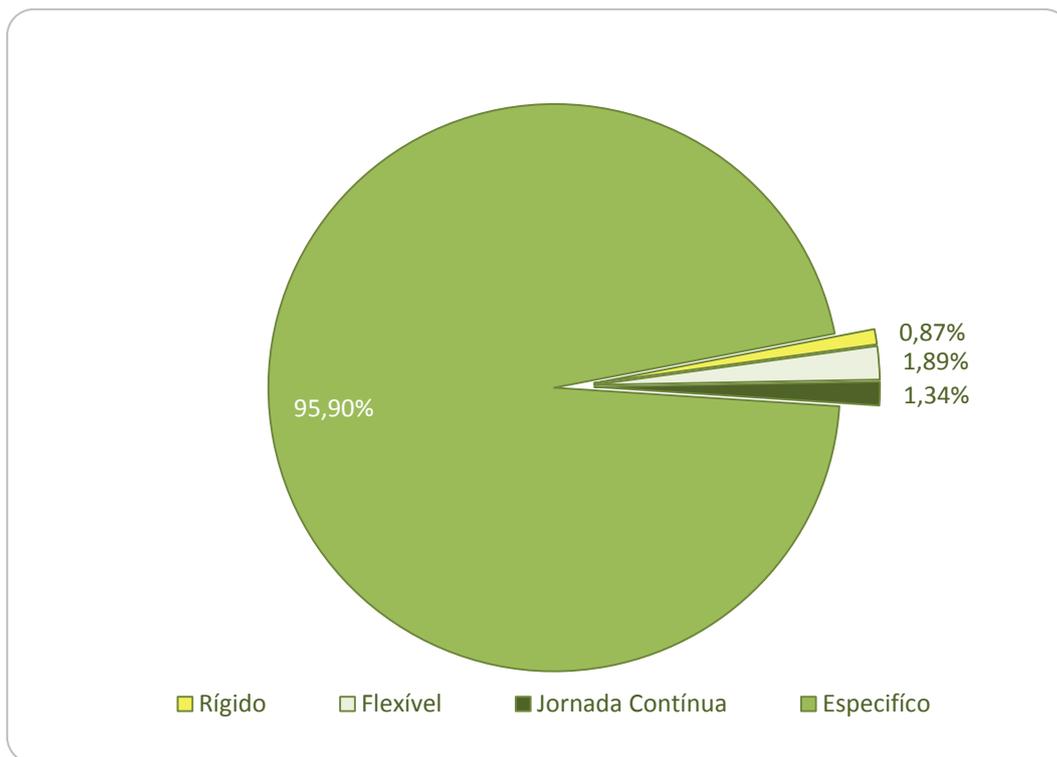


Gráfico 36 – Percentagem de trabalhadores por modalidade de horário de trabalho

5.13.2. PERÍODO NORMAL DE TRABALHO

O militar da Guarda, e considerando o disposto no EMG NR que o sujeita à condição militar, encontra-se permanentemente disponível para o serviço, estando esta disponibilidade acima de qualquer outra prerrogativa, pelo que se constata que os militares não se encontram sujeitos a horário definido ao contrário do pessoal civil que tem a distribuição apresentada no quadro infra:

Grupo/Cargo/Carreira	Tempo Completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo						Total p/ Género		Totais p/ Carreira	
							Tempo parcial ou outro regime especial									
	35 Horas		40 Horas		22 Horas		9H - 14H		15H - 19H		20H - 25H		Masc.	Fem.		
Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.			
Técnico Superior			3	15										3	15	18
Assistente técnico			10	62										10	62	72
Assistente operacional			10	64				4		28		198	10	294	304	
Informático			3	2									3	2	5	
Docente					1	9							1	9	10	
Médico	4	6					2						6	6	12	
Enfermeiro				1									0	1	1	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica				6									0	6	6	
Outro Pessoal de Segurança			308	6									308	6	314	
Total p/ Modalidade	4	6	334	156	1	9	2	4	0	28	0	198	341	401	742	
	10		490		10		6		28		198		742			



Quadro 15 – Distribuição de efetivo p/ Período Normal de Trabalho (PNT)

Em 2015 o PNT mais representativo são as «40 horas» com 490 trabalhadores, cerca de 66,04% do efetivo civil.

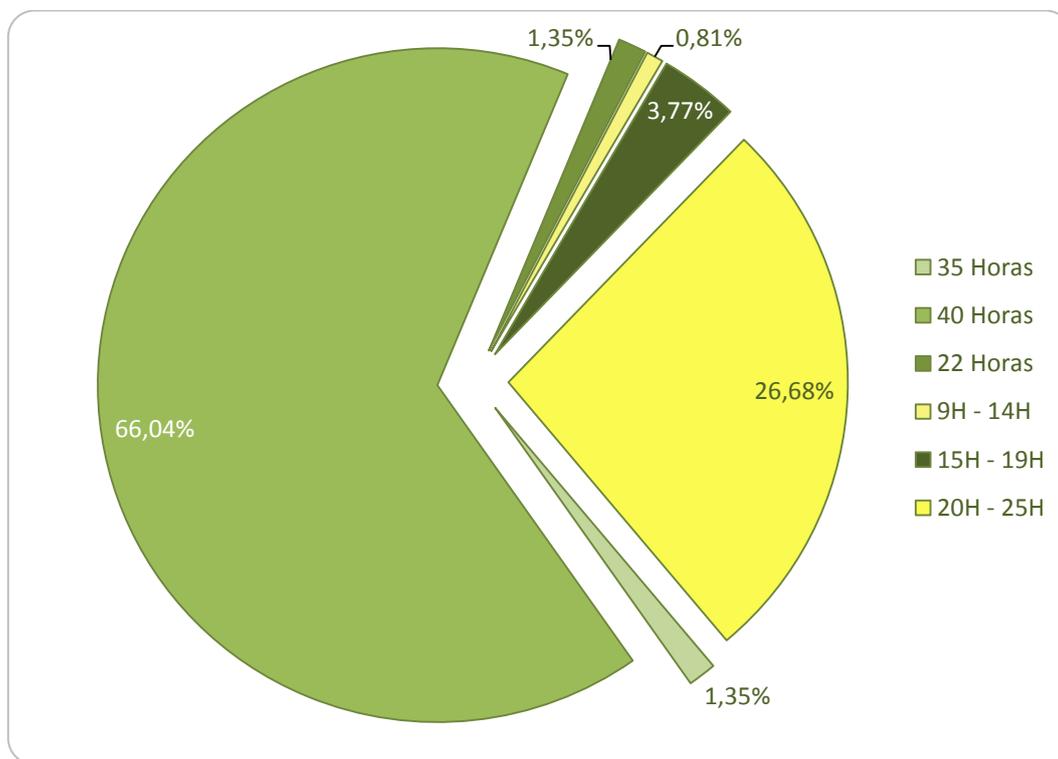


Gráfico 37 – Distribuição de efetivo p/ PNT

5.13.3. TRABALHO SUPLEMENTAR

Em 2015 foram realizadas 7.929 horas de trabalho suplementar, pelo efetivo da carreira de outro pessoal de segurança (guardas-florestais).

5.14. DIAS DE AUSÊNCIA AO TRABALHO

No ano de 2015, o motivo mais expressivo do absentismo, foi a doença, tal como em anos anteriores, que representa 42,31% das ausências ao serviço, num total de 140.093 dias.

O segundo motivo identificado como razão de ausência ao trabalho foi o de «proteção na parentalidade», com um total de 85.523 dias de ausência ao trabalho que corresponde a 25,83%, com um contributo de mais 3,07% em relação ano anterior.

Os valores decorrentes da análise estatística às causas da ausência ao trabalho permitem-nos concluir que as medidas de proteção social decorrentes das normas legais e também subscritas pelos diplomas especiais que regulam a Instituição, efetivamente garantem a assistência e proteção social necessária ao efetivo da Guarda.



		Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informático	Docente	Médico	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	F. A. - Oficial	GNR - Oficial	GNR - Sargento	GNR - Guarda	Outro Pessoal de Segurança	Total
Casamento	M									352	316	3477	15	4160
	F							15		44	35	206		300
	T							15		396	351	3683	15	4460
Protecção na parentalidade	M								50	2211	5719	45115	170	53265
	F					96				1108	3430	27624		32258
	T					96			50	3319	9149	72739	170	85523
Falecimento de familiar	M								10	138	523	4894	98	5663
	F		17	49	5					4	31	221		327
	T		17	49	5				10	142	554	5115	98	5990
Doença	M	184	2	157	145				102	3105	12679	99281	3891	119546
	F	406	966	7993	54	5	147	52		230	582	10011	101	20547
	T	590	968	8150	199	5	147	52	102	3335	13261	109292	3992	140093
Por acidente em serviço ou doença profissional	M									97	3911	44727	136	48871
	F			16				195			384	1518		2113
	T			16				195		97	4295	46245	136	50984
Assistência a familiares	M		12	42						214	1194	11701	104	13267
	F	5	22	90						35	155	1945	8	2260
	T	5	34	132						249	1349	13646	112	15527
Trabalhador-estudante	M									110	646	1698	39	2493
	F										121	417		538
	T									110	767	2115	39	3031
Com perda de vencimento	M									701	465	1821		2987
	F											108		108
	T									701	465	1929		3095
Cumprimento de pena disciplinar	M									30		471		501
	F											139		139
	T									30		610		640
Greve	M		1										1	2
	F		2	1										3
	T		3	1									1	5
Outros	M	1								762	2958	16680	6	20407
	F									88	237	1049		1374
	T	1								850	3195	17729	6	21781
Total	M	185	15	199	145				162	7720	28411	229865	4460	331129
	F	411	1007	8149	59	101	147	262		1509	4975	43238	109	
	T	596	1022	8348	204	101	147	262	162	9229	33386	273103	4569	

Quadro 16 – Absentismo/Causas (em dias)

No ano de 2015, os dias de ausência ao trabalho totalizaram 331.129.

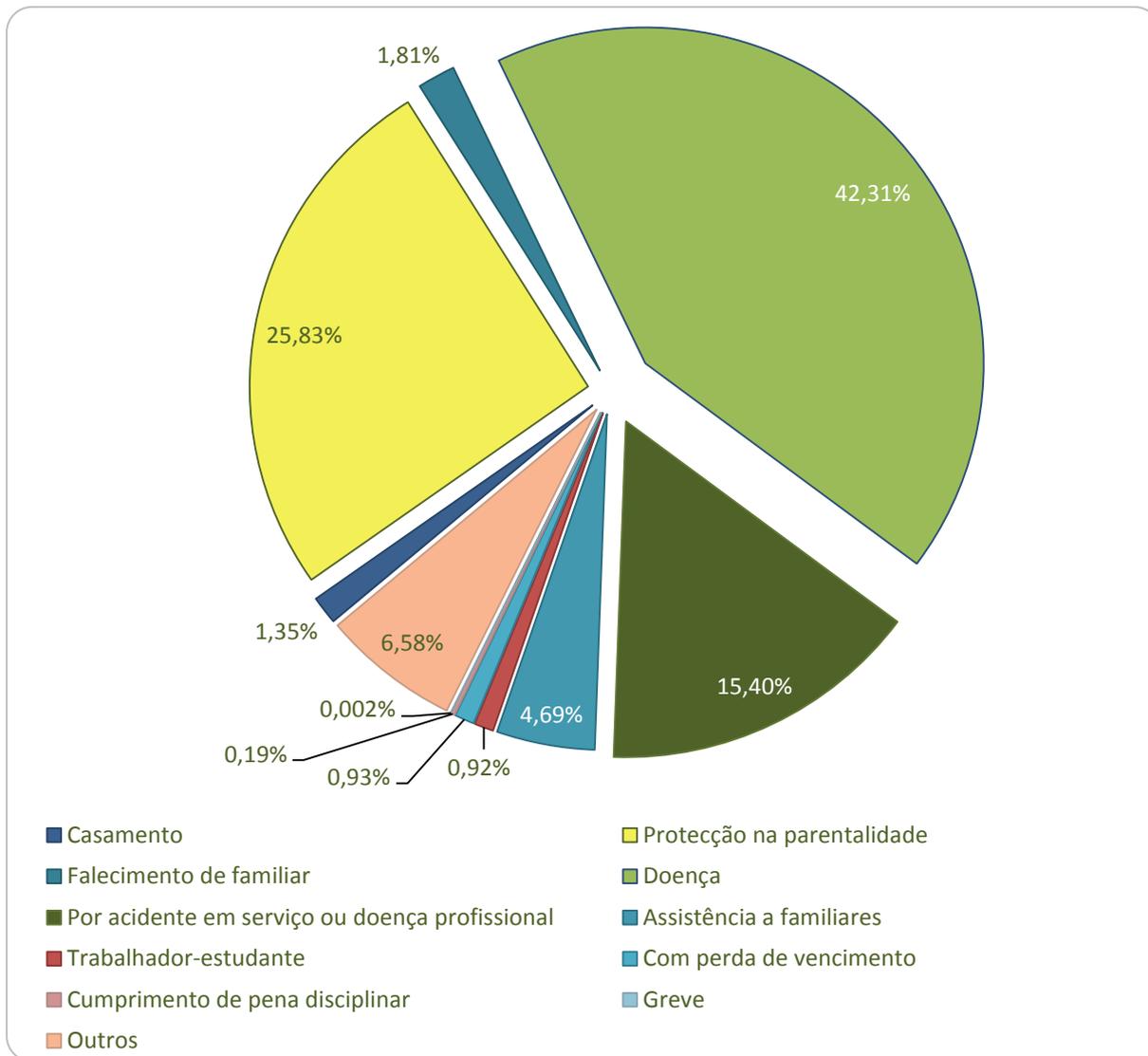


Gráfico 38 – Distribuição percentual por motivos de ausência

	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informático	Docente	Médico	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	F. A. - Oficial	GNR - Oficial	GNR - Sargento	GNR - Guarda	Outro Pessoal de Segurança
N.º de dias de ausência	596	1022	8348	204	101	147	262	162	9229	33386	273103	4569
N.º de efetivos	18	72	304	5	10	12	6	26	789	2608	19253	314
N.º médio de ausências	33,1	14,2	27,5	40,8	10,1	12,3	43,7	6,2	11,7	12,8	14,2	14,6

Quadro 17 – Absentismo por doença (em dias)

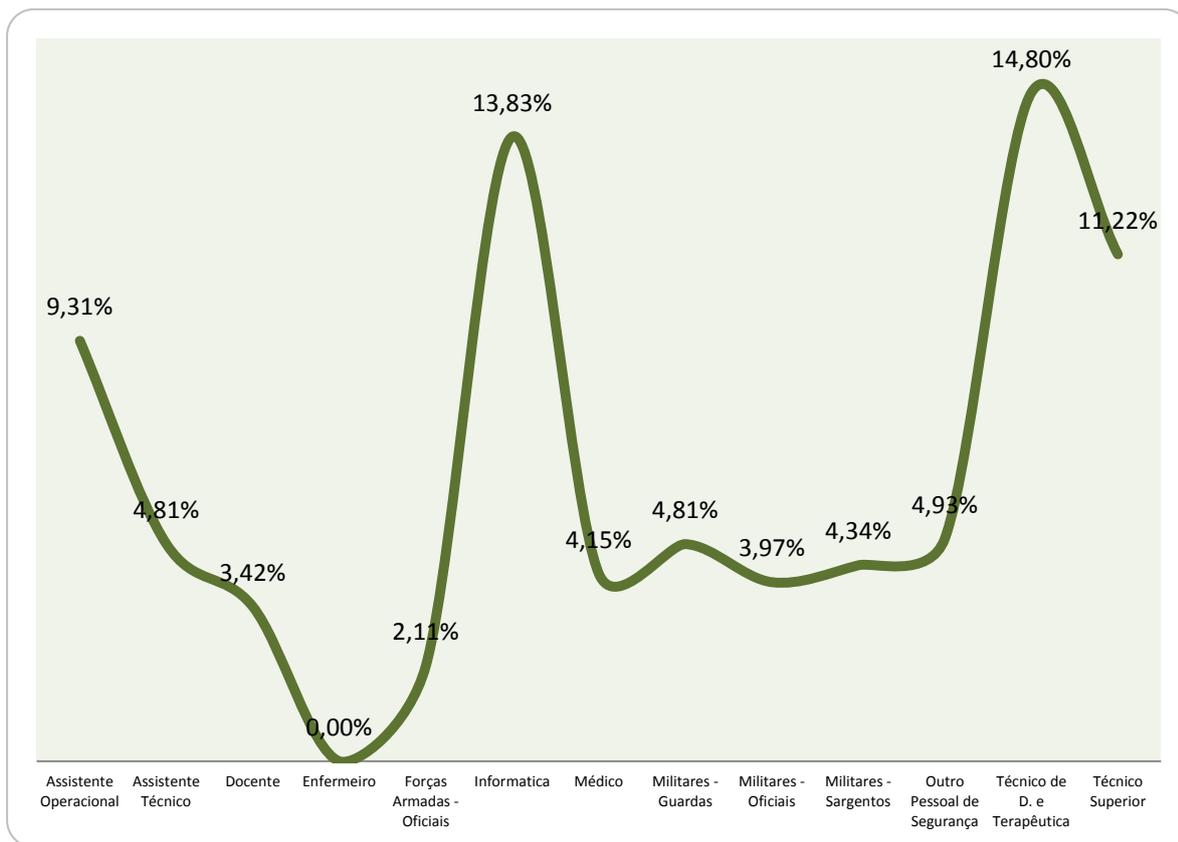


Gráfico 39 – Absentismo por grupo profissional

Os grupos profissionais que apresentam menores taxas de absentismo são o «forças armadas – oficiais» e «docente», com taxas de 2,11% e 3,42%, respetivamente.

O grupo «técnico de diagnóstico e terapêutica» é o que apresenta maior taxa de absentismo, com 14,80%, segue-se o grupo «informática», com 13,83%.

Na globalidade, constata-se que, relativamente ao ano anterior, a taxa de absentismo regista uma ligeira subida percentual, cerca de 0,41%, sendo que os motivos que mais contribuíram para esta diferença foram a «proteção na parentalidade».

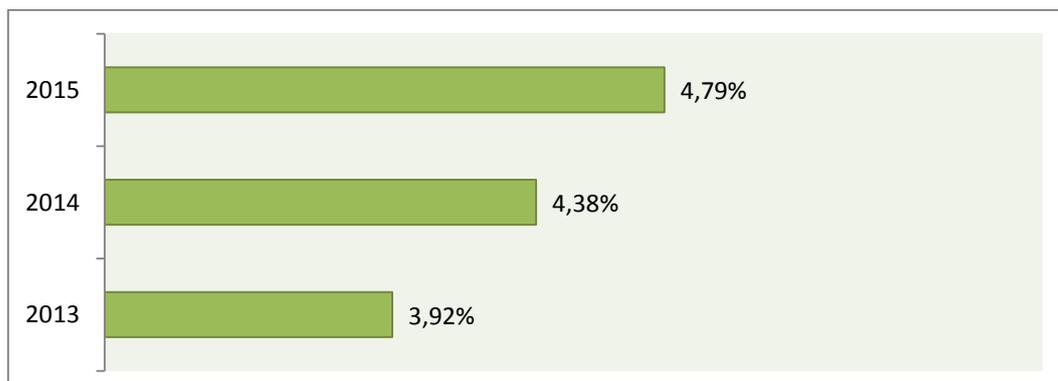


Gráfico 40 – Taxa de absentismo

De uma forma global podemos dizer que, embora a doença seja a principal causa de absentismo, 2015 apresenta uma diminuição do número de ausências por doença em mais de 3%.



O principal contributo para o aumento de absentismo advém das ausências por parentalidade, que aumentaram cerca de 3,15% face ao ano anterior. Também se registaram aumentos nas ausências por assistência a familiar, nas faltas por acidente em serviço ou doenças profissionais e nos outros motivos.

As restantes ausências apresentam variações negativas, com a exceção das ausências por greve, que em 2014 não houve registo.

De referir que estão incluídas no item «Outras», nomeadamente as faltas devido a doação de sangue, medula óssea, mérito, escolares, desportivas, ausência com perda de vencimento, bem como créditos de representação coletiva de trabalhadores ou atividade sindical, entre outras.

5.15. TRABALHADORES EM GREVE

Em relação à participação dos trabalhadores em greves laborais, foram registadas a adesão de 5 efetivos civis á greve nacional da administração pública no dia 13 de março de 2015.

Na GNR apenas 0,67% dos 742 elementos legalmente autorizados a fazer greve (pessoal civil) utilizaram esse direito.



6.1. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA POR GÉNERO

O **Quadro 18** foi elaborado tendo em conta a posição remuneratória dos trabalhadores, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro, tal como consta nas instruções de preenchimento da DGAEP.

As remunerações consideradas foram, a remuneração base e o suplemento por serviço nas forças de segurança com a redução remuneratória prevista nos artigos 2º e 4º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos para as reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, relativamente às componentes referidas.

Género/Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	3	229	232
501 - 1000 €	3.652	558	4.210
1001 - 1250 €	6.445	545	6.990
1251 - 1500 €	7.643	308	7.951
1501 - 1750 €	1.889	78	1.967
1751 - 2000 €	958	44	1.002
2001 - 2250 €	669	26	695
2251 - 2500 €	45	3	48
2501 - 2750 €	99	6	105
2751 - 3000 €	159	1	160
3251 - 3500 €	47	0	47
3501 - 3750 €	1	0	1
3751 - 4000 €	8	0	8
4501 - 4750 €	1	0	1
5251 - 5500 €	1	0	1
Total	21.620	1.798	23.418

Quadro 18 – Estrutura remuneratória, por género

Para este quadro não foram considerados os militares na situação de reserva, militares e civis a aguardar reforma/aposentação e trabalhadores em regime de prestação de serviço na modalidade de avença, ou seja, foram apenas considerados os que se encontravam em efetivo exercício de funções na Guarda.

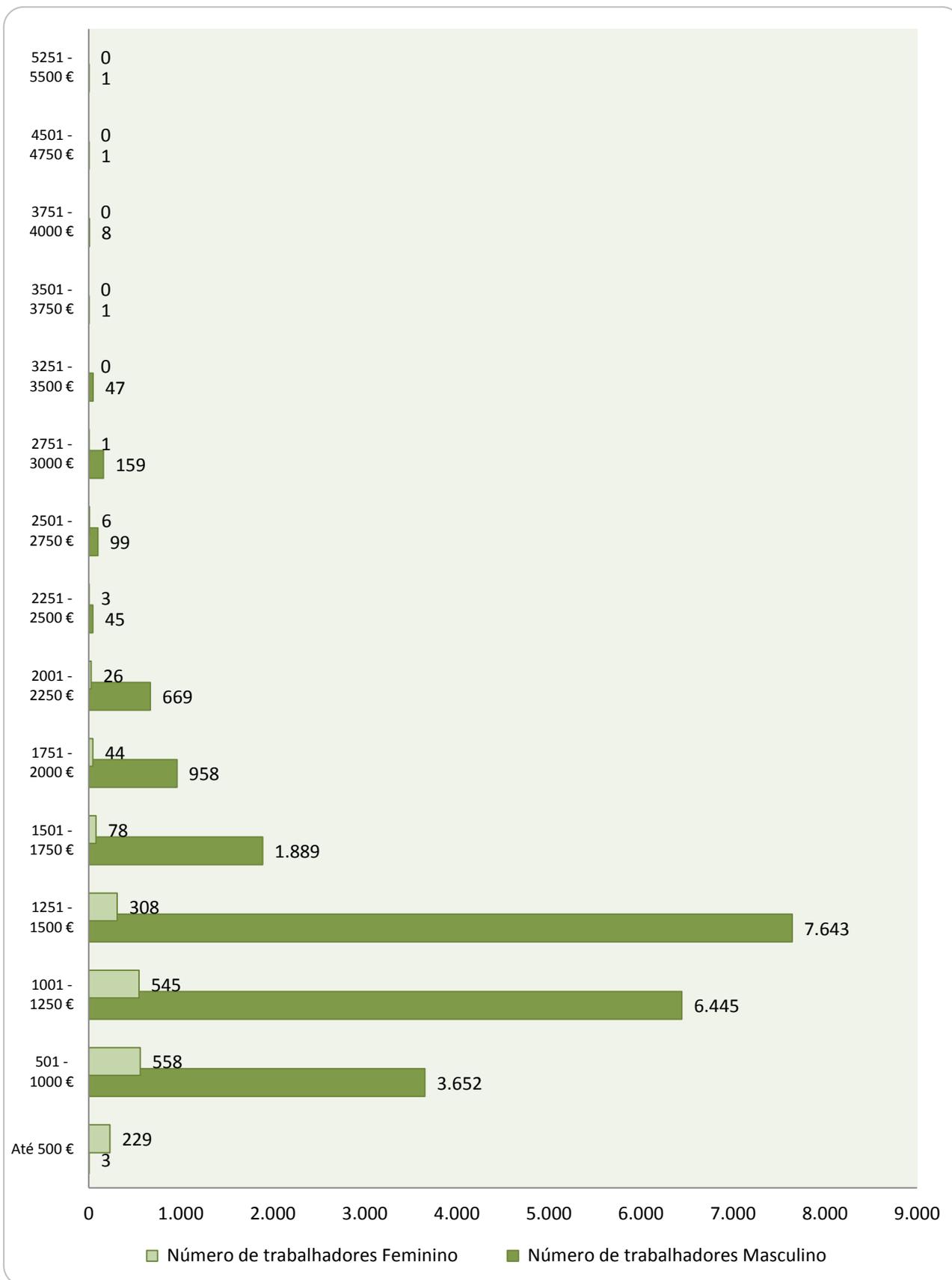


Gráfico 41 – Estrutura remuneratória

Analisando as remunerações ilíquidas que têm como período de referência o mês de dezembro, verifica-se que 33,95% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «€1251 - €1500», sendo este o mais representativo.

Este escalão abrange 7.951 trabalhadores, 7.643 dos quais do género masculino e 308 do género feminino. De referir, que o escalão mais representativo do género feminino é o escalão de remuneração entre «€501 - €1000», com 558 trabalhadores, cerca de 31,03%.

Saliente-se que 82,77% do universo de trabalhadores (19.383) auferem uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 1.500€.

6.2. LEQUE SALARIAL

As remunerações mínimas e máximas constantes no **Quadro 19** são referentes a militares e civis que prestam serviço em regime de trabalho a tempo completo.

Remuneração	Masculino	Feminino
Mínima	518,35 €	505,00 €
Máxima	5.391,14 €	2.998,83 €

Quadro 19 – Remunerações máximas e mínimas

O leque salarial ilíquido situou-se, em 2015, nos 10,67 aumentando ligeiramente em relação ao ano anterior.

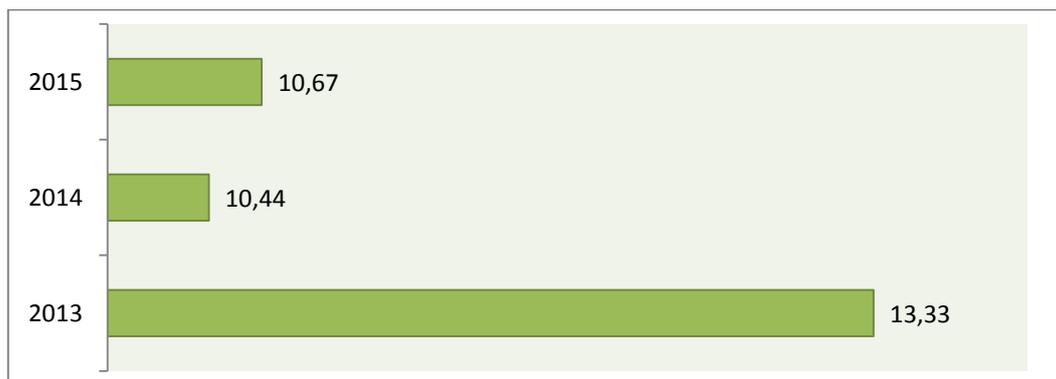


Gráfico 42 – Leque salarial ilíquido

6.3. TOTAL DOS ENCARGOS COM PESSOAL

Foram considerados os encargos com pessoal processados pela Direção de Recursos Humanos (DRH), à exceção, das prestações de serviços que não foram contemplados conforme determinado nas instruções de preenchimento da DGAEP.

Em 2015, os encargos com o pessoal totalizaram 789.163.503,78 €, valor inferior ao despendido em 2014, que foi de 805.210.096,76 €.

A remuneração base, 534.156.265,79 €, representa 67,69% do total dos encargos com pessoal, proporção que aumentou face ao ano transato (66,62%). Neste item inclui-se o «suplemento por serviço nas forças de segurança».

No que respeita aos “suplementos remuneratórios”, o encargo despendido foi de 56.711.277,34€, valor ligeiramente inferior ao despendido em 2014, que foi de 56.911.675,24 €.



As prestações sociais em 2015 ascenderam a 36.963.487,85 €, valor inferior ao registado no ano anterior, 50.531.388,10 €. Já os encargos com benefícios sociais fixaram-se nos 14.510.030,97 €, valor superior ao registado no ano anterior (13.699.079,62 €).

No que respeita aos “outros encargos com pessoal”, o valor despendido foi de 146.812.441,83 €, valor inferior ao despendido em 2014, que foi de 147.628.862,82 €.

Relativamente ao valor dos “outros encargos com pessoal”, estes incluem os encargos da entidade patronal com a Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), com a Caixa Geral de Aposentações (CGA), com a Segurança Social (SS), pagamento de serviços remunerados, indemnizações por cessação de funções, por férias não gozadas e compensações por caducidade de contratos e coimas do Regime Geral das Infrações Fiscais e Aduaneiras (RGIFA).

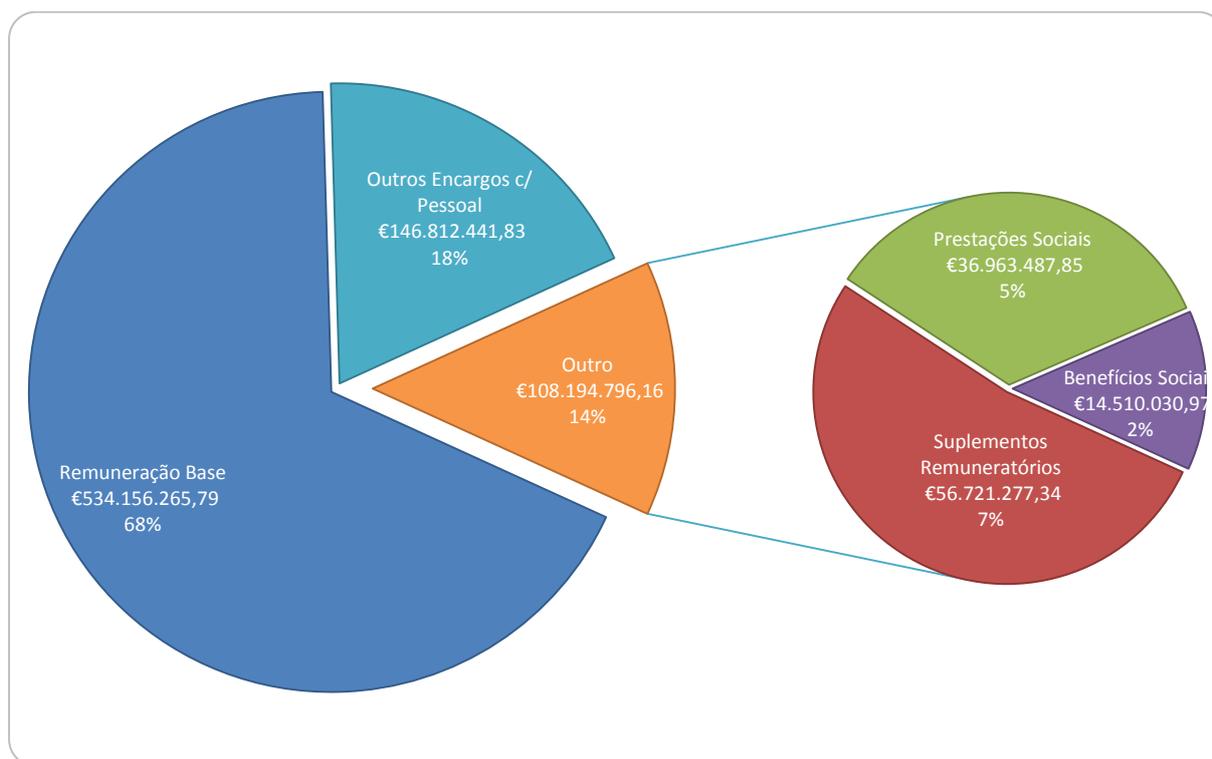


Gráfico 43 – Total de encargos anuais com pessoal

6.4.SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS

O suplemento onde incidu o maior dispêndio foi na “disponibilidade permanente” com 30.591.594,77€, surgindo de seguida o suplemento de “risco, penosidade e insalubridade, que foi de 21.606.753,48 €.

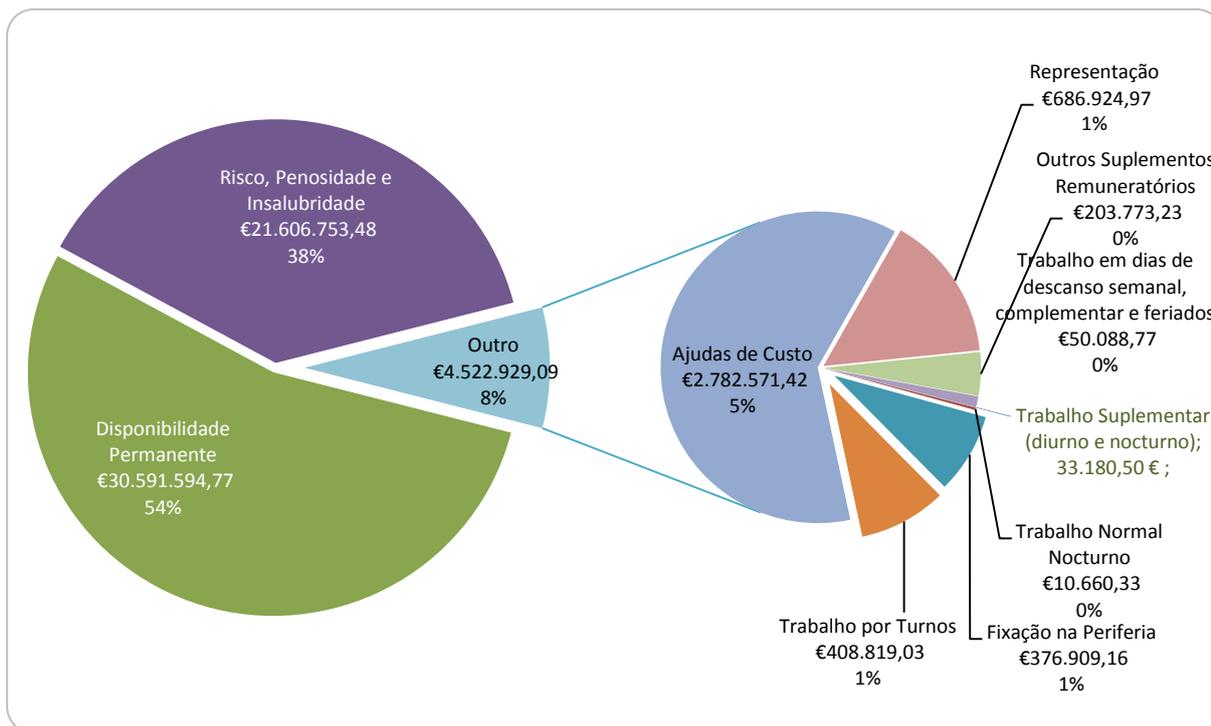


Gráfico 44 – Encargos com suplementos remuneratórios

6.5. ENCARGOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS

Em matéria de encargos com prestações sociais, constata-se que durante o ano em análise, as parcelas com maior relevância são o «subsídio de refeição e outras prestações sociais» onde se incluem pensões, proteção da parentalidade e o abono de família».

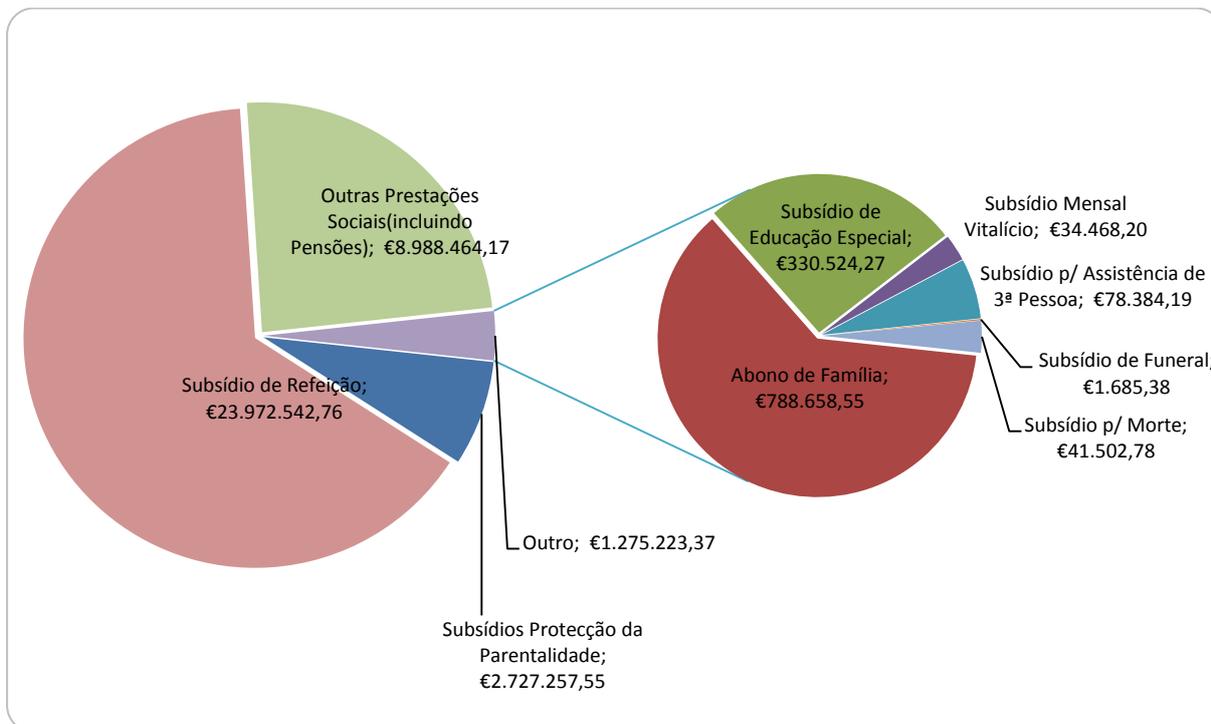


Gráfico 45 – Encargos com prestações sociais



6.6.ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS

Em matéria de encargos com benefícios sociais, verifica-se que durante o ano de 2015, as parcelas mensuradas são os outros «benefícios sociais» e o «subsídio de estudos», não existindo outros encargos com benefícios sociais.

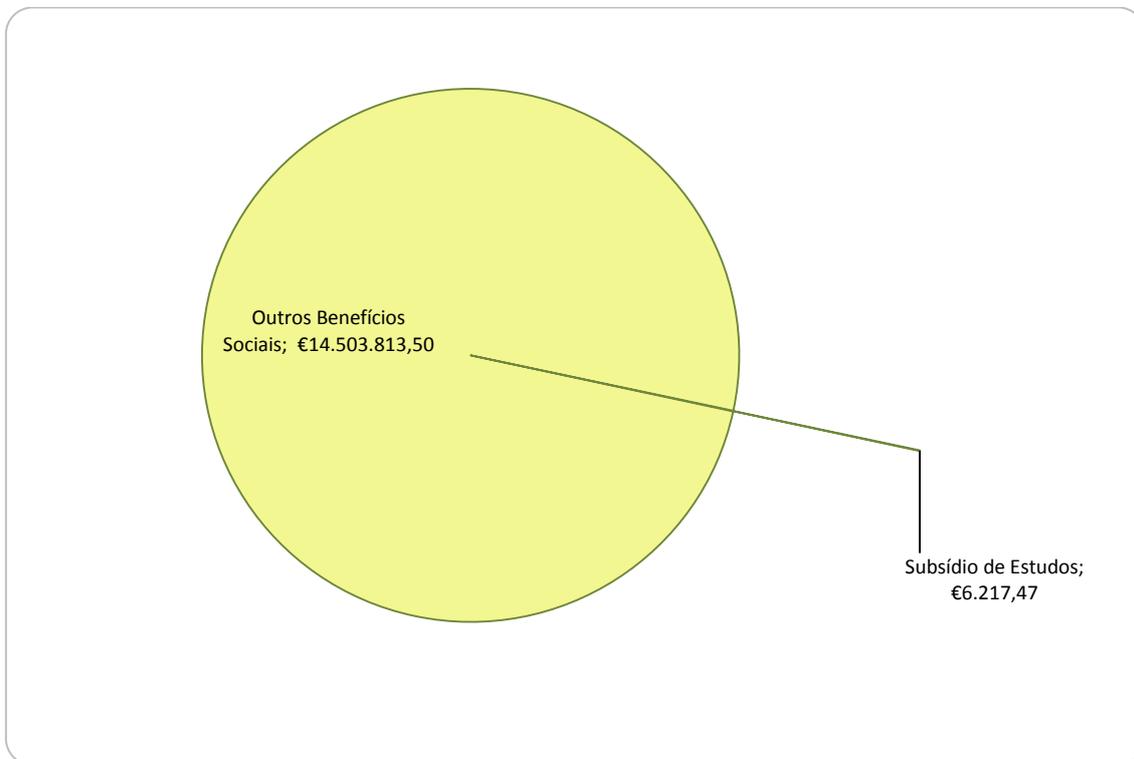


Gráfico 46 – Encargos com benefícios sociais

7.1.ACIDENTES DE TRABALHO

Acidentes de trabalho	Género	No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Total acidentes de trabalho no ano	M	805	492	16	236	60	1	60	30		22	8	
	F	73	54		18	1		6	4		1	1	
Total acidentes de trabalho c/baixa no ano	M	312		16	236	60		30			22	8	
	F	19			18	1		2			1	1	
Nº dias perdidos no ano	M	6920		40	3540	3340		930			433	497	
	F	275			240	35		67			12	55	
Nº dias perdidos anos anteriores	M	35572		252	14512	20808		3053		22	1402	1629	
	F	1644		25	781	838		137		3	99	35	

Quadro 20 – Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

No âmbito do número de acidentes no local de trabalho, regista-se um aumento da Taxa de incidência. Esta referência passou de 4,24%, registada no ano transato, para 3,75%, registados no ano em análise, o que significa uma diminuição de 103 acidentes.

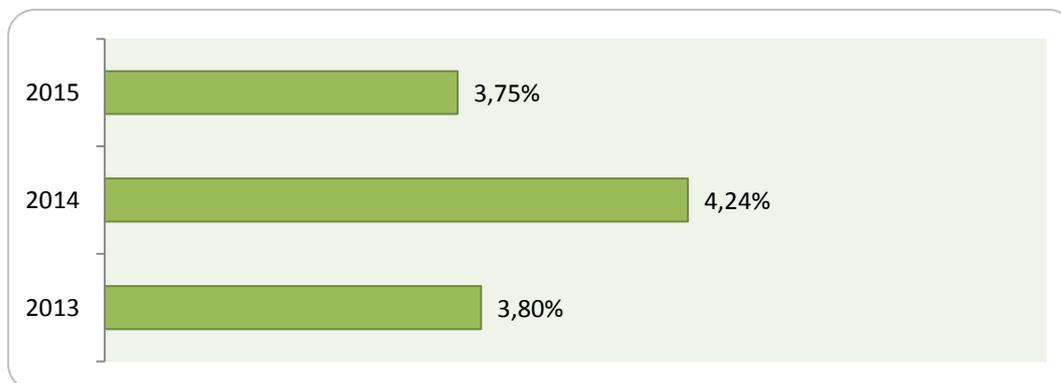


Gráfico 47 – Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho

7.2.SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em 2015 foram declarados 11 casos de «incapacidade permanente», os quais se inserem 1 em «incapacidade absoluta», e 10 em «incapacidade parcial», sendo que a «incapacidade absoluta para o trabalho habitual», não registaram qualquer caso.

No que concerne à «incapacidade temporária e absoluta», ocorreram 68 registos e no respeitante à «incapacidade temporária e parcial», 130 registos, o que perfaz um total de 198 casos.



No ano de 2015, foram efetuados 10.879 exames médicos, dos quais 3.275 foram exames de admissão e 7.604 exames periódicos.

Em matéria de encargos com estas atividades foram despendidos 47.902,87 €.

No ano de 2015, no âmbito dos encargos com «segurança e saúde no trabalho», despendeu-se 2.908,50 € com a «estrutura de medicina e segurança no trabalho», englobando este item a organização dos serviços/modificação dos espaços de trabalho.

No que concerne ao item «equipamento de proteção», que engloba os encargos na aquisição de bens e equipamentos, houve um gasto de 1.381,50€, sendo despendida ainda 3.150,00 € em formação para prevenção de riscos.

7.3.DOENÇAS PROFISSIONAIS

No ano de 2015 foram participados 95 casos de situações de doença profissional, que originaram 2.396 dias de ausência.

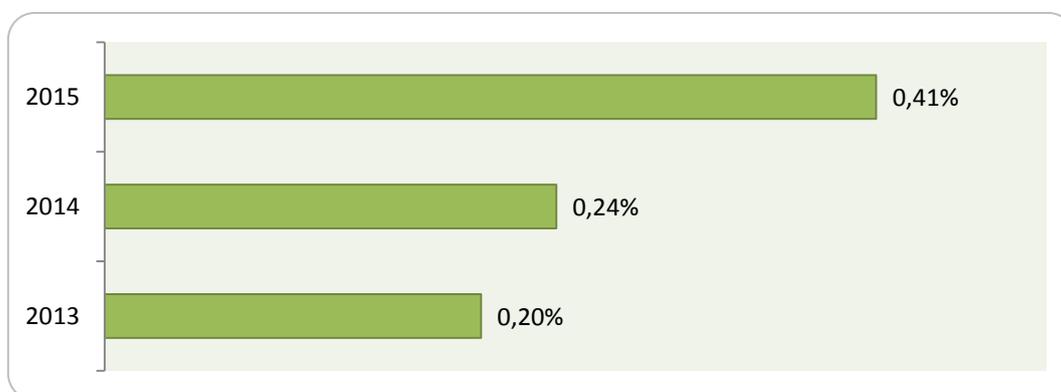


Gráfico 48 – Taxa de incidência de doenças profissionais



Em 2015 registaram-se 128.004 participações de formação profissional, registando-se um aumento significativo, de 67.662 ações em relação ao ano de 2014, o que revela uma aposta continuada na valorização dos profissionais da Guarda.

Note-se que 99,56% das participações levadas a efeito foram internas e as restantes 0,44% externas.

A maior parte das ações de formação profissional teve duração inferior a 30 horas. Neste intervalo de horas registaram-se 119.190 participações internas e 79 participações externas.

Em 2015 participaram em ações de formação 21.077 trabalhadores, sendo a categoria de guardas a mais representativa com 17.718 participantes (84,06%).

Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 1.986.633,32 horas registando-se um aumento considerável em relação ao ano de 2014.

Analisando as horas despendidas em formação, verifica-se que aqueles que perfizeram mais horas de formação (cerca de 64,43%) foram os militares da categoria de Guardas.

Na Guarda, a formação assume uma importância vital, existindo por isso um forte investimento nesta vertente, patente no número de horas despendidas em ações internas e externas em 2015.

Os custos totais com a formação, em 2015, foram de €3.052.355,89 dos quais €2.144.102,11 foram gastos em ações internas e €908.253,78 foram gastos com ações externas.



9.1.RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Os militares da GNR, nos termos da alínea d) do artigo 6.º da Lei n.º 39/2004, de 18AGO, não podem estar filiados em sindicatos, podendo contudo, nos termos daquele diploma, filiar-se em associação profissional.

Existem 186 trabalhadores sindicalizados, o equivalente a 25,07% do total destes, que descontam mensalmente do seu vencimento, de forma direta e automática, um determinado montante para efeitos de pagamento de quotas para sindicatos.

9.2.DISCIPLINA

No âmbito da ação disciplinar, merece realce a aumento da taxa de gravidade disciplinar, que passou de 26,88%, registados no ano transato, para 30,32%, registados no ano em análise.

A Taxa de gravidade disciplinar das infrações disciplinares cometidas, face a 2014 aumentou 3,44%.

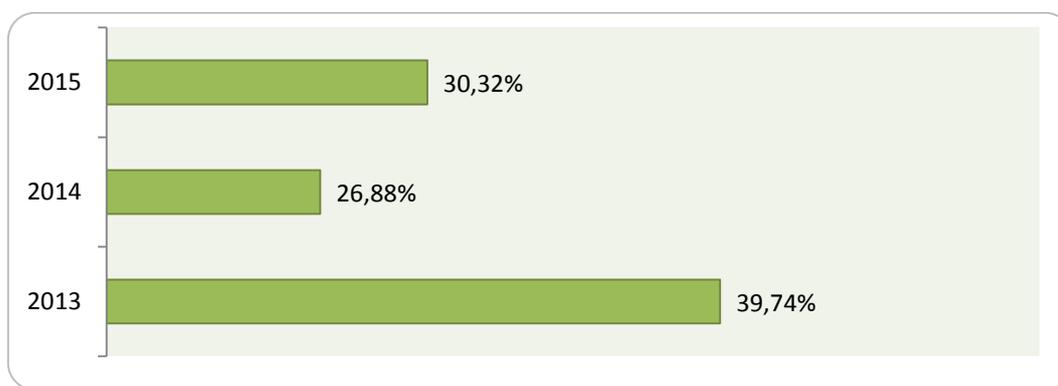


Gráfico 49 – Taxa de gravidade disciplinar

A Taxa de celeridade de ação disciplinar teve uma diminuição, passando dos 45,15% do ano 2014, para os 42,70% de 2015, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, menores do que o ano transato.

A Taxa de celeridade de ação disciplinar, face a 2014 diminui 2,45%.

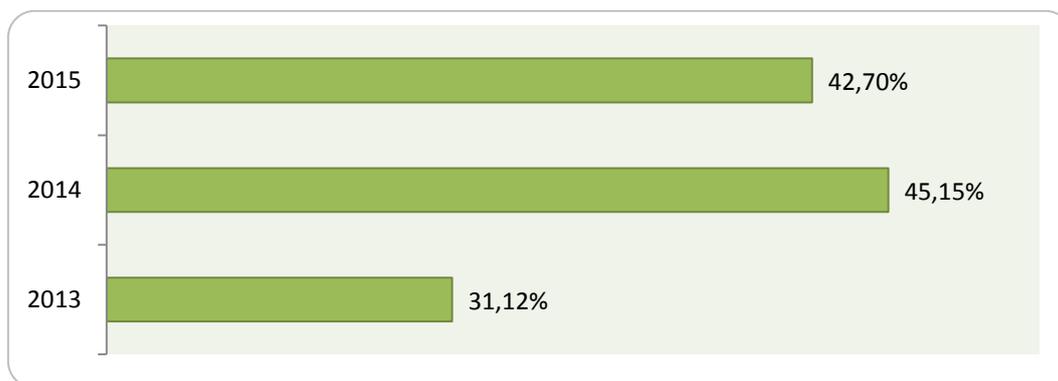


Gráfico 50 – Taxa de celeridade da ação disciplinar

II. NOTA FINAL

O Balanço Social de 2015 espelha a política de gestão de recursos humanos imprimida ao longo do ano, tendo em conta, por um lado, a situação económica e financeira particularmente difícil que o País atravessa e, por outro, as disposições restritivas relativas ao Estado, plasmadas na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015 (LOE 15).

É assim neste cenário de maior constrangimento que as palavras rigor e contenção têm um duplo peso na gestão da despesa pública e o poder de motivação do capital humano um papel fundamental para a manutenção da qualidade do trabalho desempenhado.

Embora a leitura dos dados assente numa estrutura que decorre do que dispõe a lei, nalguns casos, será necessário atender-se que se está perante uma Instituição que, na maior parte das situações, não é comparável com os restantes órgãos da Administração Pública, pelo que importa ter em conta as características particulares da Guarda Nacional Republicana enquanto Força de Segurança de natureza militar, com um elevado efetivo e com uma dispersão que abrange todo o território nacional.

O documento em análise revela dados estatísticos que continuam a posicionar a Guarda como um órgão da Administração Pública à altura dos desafios e das responsabilidades impostas pela lei e pelos anseios das populações que serve.

No entanto, deve ser notado com alguma preocupação o número reduzido de passagem de militares à situação de reserva, o que eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores, que poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos para a situação de reserva.

É inquietação também, o défice superior a 3.500 efetivos militares face ao Mapa Geral do Pessoal Militar da GNR (MGPM GNR) que a Guarda se debate, evidenciando, desta forma que o movimento de entradas/saídas (turnover) e a reposição do referido efetivo, de alguns anos a esta parte não tem sido em número suficiente.

A importância vital que para a Guarda a formação do seu efetivo assume é comprovado pelo forte investimento nesta vertente, patente no número ações, de participantes e de horas despendidas em ações internas e externas de formação.

Verifica-se, também com agrado, o empenho do efetivo na sua formação, com o aumento dos rácios habilitacionais, e também, com o aumento do género feminino nas fileiras deste corpo especial de tropas.

O futuro faz-se de esperança, principalmente em circunstâncias em que as dificuldades devem ser encaradas como desafios e oportunidades, por todos quantos servem nesta centenária Instituição.

É nesta antítese de interesses que se desenvolveu toda esta dinâmica de gestão dos recursos humanos da Guarda em 2015, e da análise realizada aos indicadores neles constantes, tecem-se as seguintes considerações, salientando alguns aspetos considerados mais relevantes:

- Em 31 de dezembro de 2015, contabilizavam-se 23.418 trabalhadores em efetividade de funções;
- Registou-se um aumento de 285 trabalhadores, 1,23% do efetivo global, face ao ano anterior, sendo de considerar 463 militares do CFG 2015/2016;
- Fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, 22.676 (96,83%) do efetivo;
- A categoria de Guardas é a mais representativa, com 82,21% do total de militares;
- Registou-se o aumento de 327 militares, 1,44% do efetivo militar, mantendo-se a tendência do ano anterior;
- Registou-se a diminuição de 42 civis, 5,36% do efetivo civil, mantendo-se a tendência dos últimos anos;
- A relação jurídica de emprego predominante é o regime de nomeação definitiva, com 96,20% do total de trabalhadores;



- A Taxa de enquadramento cifra-se em 14,62%, registando uma ligeira descida, resultante de entradas na categoria de Guardas;
- A Taxa de feminização dirigente subiu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 0,81%;
- No que respeita à caracterização dos trabalhadores por género, verifica-se um predomínio do género masculino, decorrente das características da Instituição. De facto, dos 23.418 trabalhadores, apenas 1.798 são mulheres, o que corresponde a 7,67%, enquanto a masculina é de 92,33% do total de efetivos;
- O universo respeitante ao efetivo feminino tem vindo a aumentar, nos últimos anos;
- O nível etário médio apresenta uma ligeira subida e situa-se nos 38,70 anos de idade;
- Os grupos etários mais representativos estão no intervalo dos 35-39 anos, com 5.180 trabalhadores, seguido do intervalo 30-34 anos com 4.326 trabalhadores;
- O leque etário é de 3,83 e tem uma amplitude de 51 anos;
- A Taxa de envelhecimento situa-se nos 1,74%, apresentando uma subida gradual face ao antecedente. Este facto é imputável à reduzida passagem de militares à situação de reserva, o que eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores;
- A Taxa de emprego jovem desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 15,83%;
- O nível de antiguidade mais representativo situa-se no intervalo dos 15-19 anos, com 4.341 trabalhadores;
- O nível médio de antiguidade (AP) subiu para 20,10 anos;
- Verifica-se que 9,87% dos efetivos detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva/reforma/aposentação.
- O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais expressivo, correspondendo a 41,33% dos efetivos;
- Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma Taxa de habilitação superior, na ordem dos 7,96% e os restantes 92,04% com habilitação até ao 12.º ano. De realçar o aumento de 96 elementos com formação superior, dos quais 3 com grau de doutoramento face ao ano anterior;
- A Taxa de habilitação secundária subiu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 50,24%;
- A Taxa de habilitação básica desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 41,80%;
- Ingressaram nos quadros da Guarda, 32 Oficiais e 463 militares no CFG 2015/2016;
- Passaram à situação de reserva, 107 militares;
- A Taxa de reposição desceu para 123,48%, em virtude do aumento das saídas face ao número de entradas;
- O movimento de entradas/saídas (turnover) situou-se 8,38%;
- A Taxa de admissão desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 6,40%;
- A Taxa de saídas desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 5,18%;
- Ficaram por ocupar 151 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal 2015, relativos ao efetivo civil;
- A Taxa de promoções desceu em relação ao ano anterior e cifra-se nos 7,38%;
- A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário de trabalho na modalidade “específico”, aplicável aos militares. De relevar ainda que ambos os géneros (443 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade «flexível»;
- O motivo mais expressivo, que representa uma percentagem de 42,31% das ausências ao serviço, num total de 140.093 dias, foi a “doença”;
- A Taxa de absentismo é de 4,79%, tendo-se verificado uma ligeira subida face aos anos anteriores;
- O principal contributo para o aumento do absentismo advém das ausências por proteção na parentalidade, que aumentaram cerca de 3,15% face ao ano anterior;
- Na GNR apenas 0,67% dos 742 elementos legalmente autorizados a fazer greve (pessoal civil) utilizaram esse direito;
- Verifica-se que 33,95% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre €1251 - €1500;

- Saliente-se que 82,77% do universo de trabalhadores (19.383) auferem uma remuneração íliquida igual ou inferior a 1.500€;
- O leque salarial íliquido situou-se, em 2015, nos 10,67 valores, tendo-se verificado uma ligeira subida face aos valores do ano transato;
- Os encargos com o pessoal totalizaram €789.163.503,78, valor consideravelmente inferior ao despendido em 2014, que foi de €805.210.096,76;
- A remuneração base representa 67,69% do total dos encargos com pessoal, proporção que aumentou face ao ano transato (66,62%);
- Tendência de diminuição da Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho, que passou de 4,24%, registados no ano transato, para 3,75%, registados no ano em análise, o que significa uma diminuição de 103 acidentes;
- A Taxa de incidência de doenças profissionais é de 0,41%, tendo-se verificado um aumento em relação ao anterior;
- Em 2015 registaram-se 128.004 ações de formação profissional, registando-se um incremento avultado, de ações em relação ao ano de 2014, valor este que se traduz num acréscimo de mais de 50% em ações de formação;
- Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 1.986.633,32 horas registando-se um aumento considerável de 419.055,37 horas despendidas em formação, em relação ao ano de 2014;
- No âmbito da ação disciplinar, merece realce o aumento da taxa de gravidade disciplinar, que passou de 26,88%, registados no ano transato, para 30,32%, registados no ano em análise;
- Mantém-se a tendência de decréscimo da Taxa de celeridade de ação disciplinar, que passou de 45,15%, registados no ano transato, para 42,70%, registados no ano em análise, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, menores do que o ano transato.





III. OUTROS INDICADORES

Indicadores de Recursos Humanos					
Indicador	Fórmula de cálculo		2013	2014	2015
Taxa de Enquadramento	Número de "Dirigentes" x 100 / Total de recursos humanos	%	15,34%	14,79%	14,62%
Taxa de Feminização Dirigente	Total de efetivos femininos dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	%	0,73%	0,79%	0,81%
Taxa de Feminização	Total de efetivos femininos x 100 / Total de recursos humanos	%	7,32%	7,59%	7,68%
Nível Etário	Soma das idades / Total de recursos humanos	Anos	38,00	38,38	38,96
Leque Etário	Trabalhador mais idoso / Trabalhador menos idoso	Valor	3,63	3,83	3,83
Taxa de Emprego Jovem	Número de recursos humanos com idade < 30 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	16,93%	16,27%	15,83%
Taxa de Envelhecimento	Número de recursos humanos com idade > 55 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	1,40%	1,65%	1,88%
Nível de Antiguidade (AP)	Soma das antiguidades (AP) / Total de efetivos	Anos	15,66	19,37	20,10
Taxa de Habilitação Superior	Total Bachareis+Licenciados+Mestrados+Doutorados x 100 / Total de recursos humanos	%	5,84%	7,64%	7,96%
Taxa de Habilitação Secundária	Total habilitações 11.º ao 12.º ano x 100 / Total de recursos humanos	%	48,87%	49,19%	50,24%
Taxa de Habilitação Básica	Total habilitações =< 9.º ano x 100 / Total de recursos humanos	%	43,44%	43,17%	41,80%
Taxa de Reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	72,69%	160,64%	123,48%
Taxa de Rotatividade (Turnover)	(N.º entradas + n.º saídas) / 2 / Número de recursos humanos em 31 de dezembro x 100	%	11,76%	9,45%	8,38%
Taxa de Admissão	Total admissões / Total de recursos humanos	%	5,52%	8,42%	6,40%
Taxa de Saídas	Total saídas / Total de recursos humanos	%	9,00%	5,24%	5,18%
Taxa de Promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	5,61%	8,02%	7,38%
Taxa de Absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos	%	3,92%	4,38%	4,79%
Leque Salarial Ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	13,13	10,44	10,67
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	3,80%	4,24%	3,75%
Taxa de Incidência de Doenças Profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100 / Total de recursos humanos	%	0,20%	0,24%	0,41%
Taxa de Gravidade Disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	39,74%	26,88%	30,32%
Taxa de Celeridade de Ação Disciplinar	Total de processos decididos x 100 / Total de processos transitados ano anterior + Total de processos instaurados no ano	%	31,12%	45,15%	42,70%

Nota:

*Retirados os dias de férias.

**Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana.

GUARDA NACIONAL

*Mais e melhor segurança
para a prossecução do
Interesse Público*

REPUBLICANA

Humana, Próxima e de Confiança





GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Largo do Carmo, 1200-092 LISBOA - PORTUGAL

Email: dperi@gnr.pt

www.gnr.pt



[#GuardaNacionalRepublicana](https://www.instagram.com/GuardaNacionalRepublicana)